Rafael Palhares Machado

OS PROCESSOS DE (RE)ESTRUTURAÇÃO DO TECIDO URBANO DE VILA RICA: A INFLUÊNCIA DA IGREJA CATÓLICA

Belo Horizonte
Escola de Arquitetura da UFMG
2011

Rafael Palhares Machado

OS PROCESSOS DE (RE)ESTRUTURAÇÃO DO TECIDO URBANO DE VILA RICA: A INFLUÊNCIA DA IGREJA CATÓLICA

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Minas Gerais em atendimento às normas para obtenção do título de Mestre em Arquitetura e Urbanismo

Linha de Pesquisa: Planejamento e dinâmicas sócio-territoriais
Orientadora: Profª. Dra. Fernanda Borges de Moraes

Belo Horizonte
Escola de Arquitetura da UFMG
2011

À minha família.

AGRADECIMENTOS

À professora Fernanda Moraes, pelo estímulo, horas debruçadas sobre nossa pesquisa, críticas construtivas e, acima de tudo, pela paciente orientação.

Aos professores da Escola de Arquitetura (EA/UFMG), dos quais tive o prazer de ser aluno durante o mestrado: Fernanda Moraes, Roberto Monte-Mór, Celina Borges, Jupira Mendonça, Flávio Carsalade.

Às professoras do "PIAUP-I" (2008): Fernanda, Stael, Cristina e Juliana. Obrigado por me receberem de forma tão acolhedora e pelas boas experiências que vocês se prontificaram a compartilhar.

Especial agradecimento ao professor Ivo Porto de Menezes, pelas memoráveis aulas particulares sobre história da arquitetura e do urbanismo brasileiros, que me proporcionaram, de forma prazerosa, melhor compreensão da nossa tradição – luso-brasileira – de construir e habitar. Ao generoso professor Ivo Menezes devo também meus agradecimentos pela participação na banca intermediária de qualificação, contribuindo com importantes observações, e pelos vários documentos reproduzidos, textos e plantas que me foram gentilmente cedidos, os quais tiveram suma importância para o desenvolvimento da presente pesquisa.

Nossos agradecimentos ao professor Rodrigo Bastos, pela prestimosa colaboração, acolhedora cessão de debates, valiosas informações e indicação de referências que puderam enriquecer essa dissertação.

À professora Stael Alvarenga, pelo gentil fornecimento de mapas, plantas e levantamentos cadastrais da cidade de Ouro Preto e, principalmente, pelo apoio.

À Renata, secretária do NPGAU, pela disponibilidade e solicitude.

À FAPEMIG (Fundação de Amparo à Pesquisa do estado de Minas Gerais), pelo auxílio financeiro que contribuiu para a realização deste trabalho.

À Moema e sua competente equipe de profissionais da Biblioteca da EA/UFMG, pelo zelo dos preciosos livros que ali se encontram e, sobretudo, pela atenção com seus freqüentadores. Especial agradecimento ao Marco e à Carla, pelas valiosas instruções concedidas – com paciência e dedicação – sobre a normalização técnica e referências bibliográficas.

Ao professor Renato Souza que, naquele ano de 2001, ministrara com entusiasmo a aula inaugural do curso de graduação em Arquitetura e Urbanismo do Izabela Hendrix (CUMIH). Aquela aula

especial, para mim, foi consagrada como a primeira revelação da maravilhosa e instigante cidade de Ouro Preto, vista através dos olhos de um urbanista.

A meu pai Francisco, do qual tive a sorte de herdar os genes da arquitetura e do urbanismo, os quais mais tarde teriam sido decisivos na escolha – e exercício – da minha profissão.

A meu pai Fernando, a quem agradeço pela sua forma sutil e particular de me ensinar os segredos capazes de tornar a vida bem mais prática, e a quem tanto respeito e admiro.

À minha mãe, exemplo de vida e de profissão, cujos passos tenho buscado seguir, sobretudo ao enveredar-me na área acadêmica. Serei eternamente grato.

À Letícia, irmã querida, pela gentil ajuda na formatação do texto e, principalmente, pela paciência e incentivo.

À amada e amiga Cynthia, minha maior incentivadora e que inspira-me sublime paixão. Sou grato pelo constante carinho, zelo e companhia – os quais foram essenciais, inclusive, para que o meu grau de ansiedade estivesse "razoavelmente sobre controle" durante a realização desta dissertação. As dicas e enorme ajuda na revisão e formatação do texto também merecem ser lembradas aqui...

Ao arquiteto, urbanista e professor Lucas: esse espaço destinado aos agradecimentos seria insuficiente para a descrição do quão importante é o estimado amigo e colega de profissão para o meu aprendizado, tanto na profissão de arquiteto e pesquisador quanto nos demais desafios da vida.

À Valéria, sempre atenciosa e gentil.

Aos primos, familiares e avó, pelas aconchegantes tardes de domingo em que, na casa da Nazinha, assistíamos aos jogos do nosso amado time, permitindo-me distrair por preciosos e regrados minutos.

A Ricardo e demais integrantes do grupo, por tudo que construímos naquelas noites de Terça.

Aos demais amigos que me incentivaram e, sobretudo, compreenderam o motivo de tanta ausência, principalmente nos últimos meses precedentes à conclusão deste trabalho. Em especial, agradeço ao grande amigo Daniel, pelas viagens que, embora curtas e mais esporádicas do que gostaríamos, permitiram-me repousar a mente desgastada pelo labor contínuo e explorar alguns dos belos lugares da América do Sul.

R E S U M O

Desde os primórdios da formação da cidade de Ouro Preto (antiga Vila Rica), a Igreja teve lugar de destaque na paisagem dos arraiais que ali foram criados. Simultaneamente, as ruas (e adros/largos) iam então se definindo, frequentemente a partir do entorno dos templos. Já na primeira década dos Setecentos, estariam constituídas duas freguesias (denominadas de Nossa Senhora do Pilar de Ouro Preto e de Nossa Senhora da Conceição de Antonio Dias) abrangendo os pequenos núcleos primários. Estes, assumindo um caráter mais "permanente", inicialmente figuravam esparsos na paisagem, mas rapidamente foram unidos por caminhos até integrarem um único povoado.

Esta pesquisa apresenta uma leitura da formação e evolução desses núcleos primitivos, com ênfase no grau de relevância da participação da cultura cristã na definição dos espaços intra-urbanos. Num primeiro momento, elementos de cunho religioso foram capazes de condicionar ou, pelo menos, induzir a formação dos núcleos primários ou arraiais, como eram conhecidos. Nas etapas subseqüentes - de forma gradual - os templos (capelas), acomodados em regiões em pré-consolidação, não só influenciaram socialmente, como contribuíram, muitas vezes, para a ordenação e até surgimento de novos arraiais.

Visando lançar luz sobre a(s) espacialidade(s) definidas pela Igreja Católica no ambiente minerador, a escolha de Vila Rica se deu por ter sido sede da Capitania de Minas e, portanto, pela sua importância/ singularidade como um grande e complexo centro urbano setecentista da América portuguesa. Como recorte temporal, tomou-se como base a formação original do tecido, ocorrida em finais do século XVII e ao longo do século XVIII. Embora nosso enfoque tenha sido a atuação dos edifícios de cunho religioso (igrejas e capelas) na constituição do tecido urbano de Vila Rica, consideramos outros fatores também relevantes que, simultaneamente, concorreram para definir a conformação daquele espaço, regendo a(s) lógica(s) de sua produção, forma e apropriação.

Palavras-chave: Vila Rica. Morfologia urbana. Igreja Católica. Ocupação inicial. Século XVIII.

ABSTRACT

Since the beginning of formation of Ouro Preto (formerly Vila Rica), the Church stood out in the landscape of the camps wich were created there. Simultaneously, the streets (and churchyards / plazas) were then setting, often from the surroundings of these temples. In the first decade of the century, two parishes (known as Nossa Senhora doPilar de Ouro Preto and Nossa Senhora da Conceição de Antonio Dias) would be formed, containing the small primary nuclei. These ones, assuming a more "permanent" shape, appeared scattered in the landscape, but were quickly joined by paths to integrate a single village.

This research presents a reading of the formation and evolution of these primitive nuclei, emphasizing the relative importance of the participation of Christian culture in the definition of intra-urban spaces. At first, elements of a religious nature were able to foster or, at least, induce the formation of primary nuclei or camp, as they were known. In subsequent steps - gradually - the temples (chapels), accommodated in pre-consolidation regions, not only influenced socially, but also contributed, many times, for ordering and even the emergence of new camps.

In order to shed light on the spatiality defined by the Catholic Church in the mining area, the choice of Villa Rica was due to the fact of having hosted the Captaincy of Minas and, therefore, its importance/ uniqueness as a large and complex Portuguese America's eighteenth-century urban center. As a time window, we took as basis the original tissue formation, which occurred in the late seventeenth century and throughout the eighteenth century. Although our focus has been the performance of buildings of a religious nature (churches and chapels) in the constitution of the urban fabric of Villa Rica, we also consider other relevant factors that both contributed to define the conformation of that space, ruling the logic of its output, form and ownership.

Keywords: Vila Rica. Urban morphology. Catholic Church. Initial occupation. Eighteenth century.

LISTA DE FIGURAS

001	Detalhe da planta da cidade de Ouro Preto. Destaque para os córregos de Ouro Preto, de Antonio Dias e do Padre Faria.	35
002	Detalhe da "Planta da cidade de Ouro-Preto" (ca. 1888). Destaque para a Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição de Antonio Dias.	39
003	Planta de São Caetano, "Nas Geraes e Matto Dentro", ca. 1732	40
004	Detalhe da planta de São Caetano, "Nas Geraes e Matto Dentro", ca. 1732	40
005	"Estudo inicial de Sylvio de Vasconcellos - Parte A"	49
006	Gravura retratando a paisagem da antiga Vila Rica (ca. 1820-1825), com destaque para extração do ouro nas catas.	51
007	Capela de Nossa Senhora do Rosário, Salvador	54
008	Catedral Basílica (antigo templo dos Jesuítas), Salvador	54
009	Capela da Ordem Terceira de São Francisco de Assis, Salvador	54
010	Capela de Nossa Senhora da Conceição da Ordem Terceira de São Francisco de Assis, Mariana	54
011	Capela de São Pedro dos Clérigos, Mariana	54
012	Capela de Nossa Senhora dos Anjos da Ordem Terceira de São Francisco de Assis, Ouro Preto	55
013	Capela da Ordem Terceira de Nossa Senhora das Mercês e Misericórdia, Ouro Preto	55
014	"Mappa de Villa Rica", ca. 1786-1787. Destaque para os núcleos/ arraiais da Primeira Etapa de ocupação, que se mostraram mais prósperos ao longo dos Setecentos	58
015	"Mappa de Villa Rica", ca. 1786-1787. Destaque para os antigos arraiais/regiões de Nossa Senhora do Pilar de Ouro Preto; Nossa Senhora da Conceição de Antonio Dias; Bom Sucesso/Padre Faria; Caquende/Rosário.	61
016	Planta da Cidade de Ouro Preto. Destaque para as regiões de Nossa Senhora do Pilar de Ouro Preto; Nossa Senhora da Conceição de Antonio Dias; Bom Sucesso/Padre Faria; Caquende/Rosário	61
017	Planta da Cidade de Ouro Preto. Destaque para a região do antigo Arraial de Nossa Senhora do Pilar do Ouro Preto (A)	63
018	Planta da Cidade de Ouro Preto. Destaque para a região do antigo Arraial de Nossa Senhora do Pilar do Ouro Preto (B)	63
019	Rua Conselheiro Sant'Anna ao se aproximar da Igreja de Nossa Senhora do Pilar (A).	64
020	Rua Conselheiro Sant'Anna ao se aproximar da Igreja de Nossa Senhora do Pilar (B).	64
021	"Mappa de Villa Rica", ca. 1786-1787. Destaque para a região do antigo Arraial de Nossa Senhora do Pilar do Ouro Preto	66

022	"Planta de Villa Rica de N.ª S. Do Pilar", ca. 1783-1785. Destaque para a região do antigo Arraial de Nossa Senhora do Pilar do Ouro Preto	66
023	Planta da Cidade de Ouro Preto. Destaque para o trecho da "Rua Nova do Sacramento" (aberta em ca. 1733)	67
024	"Panorama de Ouro Preto", ca. 1870-1875. Destaque para a Igreja de Nossa Senhora do Pilar de Ouro Preto	67
025	Matriz de Nossa Senhora do Pilar vista a partir da Rua Dr. Getulio Vargas, s.d.	67
026	Gravura retratando a Ermida de Nosso Senhor do Bonfim, s.d.	68
027	Fachada atual da Ermida de Nosso Senhor do Bonfim	68
028	Planta da Cidade de Ouro Preto. Destaque para a região do antigo Arraial de Nossa Senhora da Conceição de Antonio Dias (A)	69
029	Planta da Cidade de Ouro Preto. Destaque para a região do antigo Arraial de Nossa Senhora da Conceição de Antonio Dias (B)	69
030	"Mappa de Villa Rica", ca. 1786-1787. Destaque para a região do antigo Arraial de Nossa Senhora da Conceição de Antonio Dias	70
031	"Planta de Villa Rica de N.ª S. Do Pilar", ca. 1783-1785. Destaque para a região do antigo Arraial de Nossa Senhora da Conceição de Antonio Dias	70
032	"Vista de Vila Rica" (primeiro terço do século XIX), com destaque para a Matriz de Nossa Senhora da Conceição e região	71
033	Adro e Igreja de Nossa Senhora da Conceição de Antonio Dias	71
034	Planta da Cidade de Ouro Preto, com identificação das duas Matrizes: de Nossa Senhora da Conceição e de Nossa Senhora do Pilar	72
035	Planta da Cidade de Ouro Preto. Destaque para a região do antigo Arraial do Bom Sucesso/Padre Faria (A)	73
036	Planta da Cidade de Ouro Preto. Destaque para a região do antigo Arraial do Bom Sucesso/Padre Faria (B)	73
037	"Mappa de Villa Rica", ca. 1786-1787. Destaque para a região do antigo Arraial do Bom Sucesso/Padre Faria	75
038	"Planta de Villa Rica de N.ª S. Do Pilar", ca. 1783-1785. Destaque para a região do antigo Arraial do Bom Sucesso/Padre Faria	75
039	Capela de Nossa Senhora do Rosário (do antigo Arraial do Padre Faria)	76
040	Planta da Cidade de Ouro Preto. Destaque para a região do antigo Arraial do Caquende/Nossa Senhora do Rosário dos Pretos (A)	79
041	Planta da Cidade de Ouro Preto. Destaque para a região do antigo Arraial do Caquende/Nossa Senhora do Rosário dos Pretos (B)	79
042	"Mappa de Villa Rica", ca. 1786-1787. Destaque para a região do antigo Arraial do Caquende/Nossa Senhora do Rosário dos Pretos	80
043	"Planta de Villa Rica de N.ª S. Do Pilar", ca. 1783-1785. Destaque para a região do antigo Arraial do Caquende/Nossa Senhora do Rosário dos Pretos	80

044	Gravura da Imperial Cidade de Ouro Preto, ca. 1832. Destaque para a Capela de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos e adro	82
045	Paisagem da Imperial Cidade de Ouro Preto, ca. 1870. Destaque para o casario erguido nos arredores da Capela de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos	82
046	"Planta da cidade de Ouro-Preto" (ca. 1888). Destaque para a Capela de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos e região	83
047	"Mappa de Villa Rica", ca. 1786-1787. Destaque para os antigos arraiais/regiões do Passa-Dez; dos Paulistas (da Freguesia de Nossa Senhora da Conceição); da Barra.	84
048	Planta da Cidade de Ouro Preto. Destaque para as regiões do Passa-Dez; dos Paulistas; da Barra.	84
049	Planta da Cidade de Ouro Preto. Destaque para a região do Passa-Dez (A)	86
050	Planta da Cidade de Ouro Preto. Destaque para a região do Passa-Dez (B)	86
051	"Mappa de Villa Rica", ca. 1786-1787. Destaque para a região do Passa-Dez	87
052	"Planta de Villa Rica de N.ª S. Do Pilar", ca. 1783-1785. Destaque para a região do Passa-Dez	87
053	Rua do Passa-Dez	88
054	Planta da Cidade de Ouro Preto. Destaque para a região da Barra (A)	89
055	Planta da Cidade de Ouro Preto. Destaque para a região da Barra (B)	89
056	"Mappa de Villa Rica", ca. 1786-1787. Destaque para a região da Barra	90
057	"Planta de Villa Rica de N.ª S. Do Pilar", ca. 1783-1785. Destaque para a região da Barra	90
058	Gravura da Imperial Cidade de Ouro Preto (ca. 1833), com destaque para o povoamento na dita "Região da Barra"	91
059	Ponte da Barra com cruzeiro de pedra (A)	91
060	Ponte da Barra com cruzeiro de pedra (B)	91
061	Planta da Cidade de Ouro Preto. Destaque para a região do antigo Arraial dos Paulistas (hoje Ruas dos Paulistas)	92
062	"Mappa de Villa Rica", ca. 1786-1787. Destaque para a região do antigo Arraial dos Paulistas (hoje Ruas dos Paulistas)	93
063	"Planta de Villa Rica de N.ª S. Do Pilar", ca. 1783-1785. Destaque para a região do antigo Arraial dos Paulistas (hoje Ruas dos Paulistas)	93
064	Atual Rua dos Paulistas	93
065	"Mappa de Villa Rica", ca. 1786-1787. Destaque para a possível região do extinto "arrayal dos paulistas no ouro Preto"	95
066	Planta da Cidade de Ouro Preto. Destaque para a possível região do extinto "arraial dos paulistas junto ao corrigo das lavras que vem da ponte de tripoy entrando no ouro Preto" (A)	96

067	Planta da Cidade de Ouro Preto. Destaque para a possível região do extinto "arraial dos paulistas junto ao corrigo das lavras que vem da ponte de tripoy entrando no ouro Preto" (B)	96
068	Planta da Cidade de Ouro Preto. Destaque para a região do antigo Arraial de Nossa Senhora do Pilar (do Taquaral)	99
069	"Mappa de Villa Rica", ca. 1786-1787. Destaque para a região do antigo Arraial de Nossa Senhora do Pilar (do Taquaral)	99
070	"Planta de Villa Rica de N.ª S. Do Pilar", ca. 1783-1785. Destaque para a região do antigo Arraial de Nossa Senhora do Pilar (do Taquaral)	99
071	Vista da Capela de Nossa Senhora do Pilar (do Taquaral)	100
072	Fachada da Capela de Nossa Senhora do Pilar (do Taquaral)	100
073	Detalhe de ruína localizada defronte à fachada da Capela de Nossa Senhora do Pilar do Taquaral (A)	101
074	Detalhe de ruína localizada defronte à fachada da Capela de Nossa Senhora do Pilar do Taquaral (B)	101
075	"Mappa de Villa Rica", ca. 1786-1787. Destaque para núcleos de São João Batista "do Morro do Ouro Fino"; de Sant'Ana "do Morro da Pedra Branca"; de Nossa Senhora da Piedade "do Morro da Lavra Nova"; de São Sebastião "do Morro do Ouro Podre"	102
076	Planta da Cidade de Ouro Preto. Destaque para núcleos de São João Batista "do Morro do Ouro Fino"; de Sant'Ana "do Morro da Pedra Branca"; de Nossa Senhora da Piedade "do Morro da Lavra Nova"; de São Sebastião "do Morro do Ouro Podre"	102
077	Planta da Cidade de Ouro Preto. Destaque para a região do antigo Arraial de São João Batista do Morro do Ouro Fino (A)	103
078	Planta da Cidade de Ouro Preto. Destaque para a região do antigo Arraial de São João Batista do Morro do Ouro Fino (B)	103
079	"Mappa de Villa Rica", ca. 1786-1787. Destaque para a região do antigo Arraial de São João Batista "do Morro do Ouro Fino"	104
080	"Planta de Villa Rica de N.ª S. Do Pilar", ca. 1783-1785. Destaque para a região do antigo Arraial de São João Batista "do Morro do Ouro Fino"	104
081	Adro e Capela de São João Batista "do Morro do Ouro Fino"	104
082	Planta de situação da Capela de Sant'Ana "do Morro da Pedra Branca", de autoria Sylvio de Vasconcellos	105
083	Fachada frontal da Capela de Sant'Ana "do Morro da Pedra Branca"	106
084	Vista do campanário, cruzeiro em madeira e da franja da Serra do Ouro Preto a partir da Capela de Sant'Ana "do Morro da Pedra Branca"	106
085	"Mappa de Villa Rica", ca. 1786-1787. Destaque para a região do antigo Arraial de Sant'Ana "do Morro da Pedra Branca"	106

086	"Planta de Villa Rica de N.ª S. Do Pilar", ca. 1783-1785. Destaque para a região do antigo Arraial de Sant'Ana "do Morro da Pedra Branca"	106
087	Planta da Cidade de Ouro Preto. Destaque para a região do antigo Arraial de Sant'Ana "do Morro da Pedra Branca" (A)	107
088	Planta da Cidade de Ouro Preto. Destaque para a região do antigo Arraial de Sant'Ana "do Morro da Pedra Branca" (B)	107
089	Planta da Cidade de Ouro Preto. Destaque para a região do antigo Arraial de Nossa Senhora da Piedade "do Morro da Lavra Nova" (A)	108
090	Planta da Cidade de Ouro Preto. Destaque para a região do antigo Arraial de Nossa Senhora da Piedade "do Morro da Lavra Nova" (B)	108
091	Fachada frontal da Capela de Nossa Senhora da Piedade "do Morro da Lavra Nova", seu respectivo adro e casario do entorno imediato	109
092	Detalhe do frontispício da Capela de Nossa Senhora da Piedade "do Morro da Lavra Nova"	109
093	"Mappa de Villa Rica", ca. 1786-1787. Destaque para a região do antigo Arraial de Nossa Senhora da Piedade "do Morro da Lavra Nova"	110
094	"Planta de Villa Rica de N.ª S. Do Pilar", ca. 1783-1785. Destaque para a região do antigo Arraial de Nossa Senhora da Piedade "do Morro da Lavra Nova"	110
095	Capela de São Sebastião "do Morro do Ouro Podre" e seu respectivo adro	111
096	Fachada frontal da Capela de São Sebastião "do Morro do Ouro Podre"	111
097	Planta da Cidade de Ouro Preto. Destaque para a região do antigo Arraial de São Sebastião "do Morro do Ouro Podre" (A)	111
098	Planta da Cidade de Ouro Preto. Destaque para a região do antigo Arraial de São Sebastião "do Morro do Ouro Podre" (B)	111
099	"Mappa de Villa Rica", ca. 1786-1787. Destaque para a região do antigo Arraial de São Sebastião "do Morro do Ouro Podre"	112
100	Ruínas de edificações, sitas no alto da Serra do Ouro Preto (A)	115
101	Ruínas de edificações, sitas no alto da Serra do Ouro Preto (B)	115
102	Ruínas de edificações, sitas no alto da Serra do Ouro Preto (C)	115
103	Ruínas de edificações, sitas no alto da Serra do Ouro Preto (D)	115
104	Ruína de um "moinho de vento" setecentista situado nas proximidades da Capela de São João Batista	117
105	Panorama da cidade de Ouro Preto (ca. 1950), com a "Serra do Ouro Preto"	118
106	"Mappa de Villa Rica", ca. 1786-1787; Planta da Cidade de Ouro Preto, 1998. Destaque para os arraiais/regiões surgidos no decorrer da Primeira Etapa de ocupação e provenientes de uma ocupação mais "estável"	120
107	Gravura da Imperial Cidade de Ouro Preto, ca. 1832. Destaque para o casario acomodado no relevo da região	124
108	"Risco" do Pelourinho da Vila	126

109	Aquarela (ca. 1766-1782), registrando a antiga Praça (atual Praça Tiradentes)	126
110	"Estudo inicial de Sylvio de Vasconcellos - Parte C"	128
111	"Brasão de armas de Ouro Preto"	129
112	Tela retratando uma paisagem de Vila Rica (ca. 1820), onde nota-se a disposição do casario em relação aos seus respectivos terrenos	132
113	Planta da Cidade de Ouro Preto. Destaque para o local aproximado da primitiva cadeia	134
114	Planta da Cidade de Ouro Preto. Destaque para a delimitação aproximada da antiga "Praça" e identificação de edifícios que outrora existiram no local	139
115	Gravura da Imperial Cidade de Ouro Preto, ca. 1832. Destaque para a "primeira" e a "segunda" Rua Direita	141
116	Planta da Cidade de Ouro Preto. Destaque para a Estrada Tronco e as "ruas novas principais" que perpassam a "Praça" (atual Praça Tiradentes)	142
117	Planta da Cidade de Ouro Preto. Destaque para antigas ruas e delimitação aproximada da antiga "Praça"	144
118	Atual Rua Camilo de Brito (A)	144
119	Atual Rua Camilo de Brito (B)	144
120	Planta da Cidade de Ouro Preto. Destaque para o tecido urbano existente nas primeiras décadas seguintes ao erigir da vila e criação da antiga "Praça"	146
121	Estudos topográficos elaborados por Sylvio de Vasconcellos apontando a Estrada Tronco e outros percursos de maior destaque (A)	147
122	Estudos topográficos elaborados por Sylvio de Vasconcellos apontando a Estrada Tronco e outros percursos de maior destaque (B)	147
123	"Mappa de Villa Rica", ca. 1786-1787. Destaque para a "Praça" (atual Praça Tiradentes) e entorno imediato, apontando os templos erguidos na região (Segunda Etapa de ocupação)	148
124	Ermida da Senhora da Conceição vista a partir da atual Rua Padre Rolim	149
125	Localização aproximada da Capela de Santa Quitéria	150
126	Aquarela (ca. 1766-1782), com destaque para a Capela de Nossa Senhora de Sant'Ana e edifício que abrigou a Santa Casa de Misericórdia	153
127	Gravura da paisagem de Vila Rica (ca. 1820-1823), com destaque para a Capela de Nossa Senhora de Sant'Ana e edifício que abrigou a Santa Casa de Misericórdia	153
128	Planta da Cidade de Ouro Preto. Destaque para a antiga "Praça"; antigo "Caminhho das Lages"; Rua Barão de Camargos	154
129	Aquarela (ca. 1766-1782), com destaque para o Conjunto Alpoim e outras antigas residências da "Praça" (atual Praça Tiradentes)	156
130	Detalhe do casario que outrora teria constituído o chamado Conjunto Alpoim	156
131	Gravura da paisagem de Vila Rica (ca. 1820-1823), com destaque para o Palácio dos Governadores	157

132	Planta da Cidade de Ouro Preto. Destaque para a região da Encardideira, onde hoje se vêem as ruínas do Palácio Velho	158
133	"Panorama de Ouro Preto" (ca. 1870-1875). Destaque para a Matriz de Nossa Senhora da Conceição; Ponte de acesso ao Palácio Velho; Ruínas do Palácio	159
134	Vista do sopé da Serra do Ouro Preto com destaque para as ruínas do Palácio Velho e da região da antiga casa de Henrique Lopes	160
135	Aquarela (ca. 1766-1782), com destaque para o Palácio dos Governadores	161
136	Imagem do edifício que abrigou o "Palácio dos Governadores"	161
137	Planta da Cidade de Ouro Preto. Destaque para a localização de antigos chafarizes identificados na cidade	163
138	Imagem do "Chafariz dos Contos"	163
139	Imagem do "Chafariz da Glória"	163
140	"Mappa de Villa Rica", ca. 1786-1787. Destaque para o marco identificando um dos limites da sesmaria da Câmara de Vila Rica	167
141	Exemplar de marco da Sesmaria da Câmara de Vila Rica	167
142	Gráfico da produção do ouro no século XVIIII – Minas Gerais	169
143	Gráfico da produção do ouro no século XVIIII – Brasil	169
144	Planta da Cidade de Ouro Preto. Destaque para os dois oratórios setecentistas que remanescem na cidade	172
145a	Imagem do "Oratório de Nossa Senhora do Bom Despacho"	172
145b	Imagem do "Oratório de Nossa Senhora das Almas"	172
146	Planta da Cidade de Ouro Preto. Destaque para os Passos presentes ainda hoje na cidade	174
147	"Mappa de Villa Rica", ca. 1786-1787. Destaque para os núcleos (capelas e regiões) pertencentes à Terceira Etapa de ocupação.	175
148	Planta da Cidade de Ouro Preto. Destaque para os núcleos (capelas e regiões) pertencentes à Terceira Etapa de ocupação.	176
149	Planta da Cidade de Ouro Preto. Destaque para a região da Capela de São José dos Bem Casados (A)	177
150	Planta da Cidade de Ouro Preto. Destaque para a região da Capela de São José dos Bem Casados (B)	177
151	Planta da Cidade de Ouro Preto. Destaque para a região da Capela de São José dos Bem Casados e arruamento outrora denominado de "Rua Nova do Sacramento"	180
152	Capela de São José, com seu partido arquitetônico de torre única	182
153	Edifício mandado construir por João Rodrigues de Macedo (Casa dos Contos)	182
154	"Mappa de Villa Rica", ca. 1786-1787. Destaque para a região da Capela de São José dos Bem Casados	183

155 "Planta de Villa Rica de N.ª S. Do Pilar", ca. 1783-1785. Destaque para a região da Capela de São José dos Bem Casados 183

156 "Estudo inicial de Sylvio de Vasconcellos - Parte B" 185

157 Planta da Cidade de Ouro Preto. Destaque para a região da Capela de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos (do Alto da Cruz) (A) 186

158 Planta da Cidade de Ouro Preto. Destaque para a região da Capela de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos (do Alto da Cruz) (B) 186

159 "Mappa de Villa Rica", ca. 1786-1787. Destaque para a região da Capela de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos (do Alto da Cruz) 187

160 "Planta de Villa Rica de N.ª S. Do Pilar", ca. 1783-1785. Destaque para a região da Capela de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos (do Alto da Cruz) 187

161 "Planta da cidade de Ouro-Preto", ca. 1888. Destaque para a região da Capela de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos (do Alto da Cruz) 187

162 Planta da Cidade de Ouro Preto. Destaque para a região da antiga Capela de Nosso Senhor Bom Jesus dos Perdões (depois, Mercês e Perdões) (A) 189

163 Planta da Cidade de Ouro Preto. Destaque para a região da antiga Capela de Nosso Senhor Bom Jesus dos Perdões (depois, Mercês e Perdões) (B) 189

164 "Mappa de Villa Rica", ca. 1786-1787. Destaque para a região da Capela de Nosso Senhor Bom Jesus dos Perdões (depois, Mercês e Perdões) 190

165 "Planta de Villa Rica de N.ª S. Do Pilar", ca. 1783-1785. Destaque para a região da antiga Capela de Nosso Senhor Bom Jesus dos Perdões (depois, Mercês e Perdões) 190

166 Gravura da Imperial Cidade de Ouro Preto (ca. 1833), na qual se percebe a ausência do edifício de Nossa Senhora das Mercês e Perdões 192

167 "Planta da cidade de Ouro-Preto", ca. 1888. Destaque para a Capela de Nossa Senhora das Mercês e Perdões e região 192

168 "Mappa de Villa Rica", ca. 1786-1787. Destaque para os núcleos (capelas e regiões) pertencentes à Quarta Etapa de ocupação. 195

169 Planta da Cidade de Ouro Preto. Destaque para os núcleos (capelas e regiões) pertencentes à Quarta Etapa de ocupação. 195

170 Planta da Cidade de Ouro Preto. Destaque para a região da Capela de Nossa Senhora dos Anjos da Ordem Terceira de São Francisco de Assis (A) 196

171 Planta da Cidade de Ouro Preto. Destaque para a região da Capela de Nossa Senhora dos Anjos da Ordem Terceira de São Francisco de Assis (B) 196

172 "Mappa de Villa Rica", ca. 1786-1787. Destaque para a região da Capela de Nossa Senhora dos Anjos da Ordem Terceira de São Francisco de Assis 197

173 "Planta de Villa Rica de N.ª S. Do Pilar", ca. 1783-1785. Destaque para a região da Capela de Nossa Senhora dos Anjos da Ordem Terceira de São Francisco de Assis 197

174	"Planta da cidade de Ouro-Preto", ca. 1888. Destaque para a região da Capela de Nossa Senhora dos Anjos da Ordem Terceira de São Francisco de Assis	198
175	Gravura da paisagem de Vila Rica (ca. 1820-1823), com destaque para a "nova praça" com o pelourinho	198
176	Antiga praça dos mercadores (atual "Largo do Coimbra") e o largo e Capela de Nossa Senhora dos Anjos da Ordem Terceira de São Francisco de Assis em ca. 1880.	200
177	Atual adro e Capela de Nossa Senhora dos Anjos da Ordem Terceira de São Francisco de Assis.	200
178	Planta da Cidade de Ouro Preto. Destaque para a região da Capela de Capela da Ordem Terceira de Nossa Senhora do Monte Carmo	201
179	"Mappa de Villa Rica", ca. 1786-1787. Destaque para a região da antiga Capela de Santa Quitéria (depois, Nossa Senhora do Monte Carmo)	202
180	"Planta de Villa Rica de N.ª S. Do Pilar", ca. 1783-1785. Destaque para a região da antiga Capela de Santa Quitéria (depois, Nossa Senhora do Monte Carmo)	202
181	Vista da escadaria da Capela da Ordem Terceira de Nossa Senhora do Monte Carmo a partir da Rua Brigadeiro Musqueira	203
182	Vista da escadaria da Capela da Ordem Terceira de Nossa Senhora do Monte Carmo a partir do alto da torre sineira	203
183	Acesso à Capela da Ordem Terceira de Nossa Senhora do Monte Carmo a partir da antiga "Praça" (atual Praça Tiradentes)	203
184	Planta da Cidade de Ouro Preto. Destaque para a região da Capela dos Santíssimos Corações de Jesus, Maria, José, Senhor de Matozinhos, São Miguel e Almas (A)	206
185	Planta da Cidade de Ouro Preto. Destaque para a região da Capela dos Santíssimos Corações de Jesus, Maria, José, Senhor de Matozinhos, São Miguel e Almas (B)	206
186	Planta da Cidade de Ouro Preto. Destaque para a região da Capela dos Santíssimos Corações de Jesus, Maria, José, Senhor de Matozinhos, São Miguel e Almas (C)	206
187	Adro e Capela dos Santíssimos Corações de Jesus, Maria, José, Senhor de Matozinhos, São Miguel e Almas	207
188	"Mappa de Villa Rica", ca. 1786-1787. Destaque para a região da Capela dos Santíssimos Corações de Jesus, Maria, José, Senhor de Matozinhos, São Miguel e Almas	208
189	"Planta de Villa Rica de N.ª S. Do Pilar", ca. 1783-1785. Destaque para a região da Capela dos Santíssimos Corações de Jesus, Maria, José, Senhor de Matozinhos, São Miguel e Almas	208
190	"Panorama de Ouro Preto", ca. 1870-1875. Destaque para a Rua Alvarenga	208

191	"Panorama de Ouro Preto", ca. 1870-1875. Destaque para a Rua Alvarenga e Capela dos Santíssimos Corações de Jesus, Maria, José, Senhor de Matozinhos, São Miguel e Almas	208
192	"Planta da cidade de Ouro-Preto", ca. 1888. Destaque para a região da Capela dos Santíssimos Corações de Jesus, Maria, José, Senhor de Matozinhos, São Miguel e Almas	209
193	Planta da Cidade de Ouro Preto. Destaque para a região da Capela da Ordem Terceira de São Francisco de Paula (A)	210
194	Planta da Cidade de Ouro Preto. Destaque para a região da Capela da Ordem Terceira de São Francisco de Paula (B)	210
195	"Mappa de Villa Rica", ca. 1786-1787. Destaque para o antigo Morro da Piedade e Ermida de Nossa Senhora da Piedade (atual Região e Capela da Ordem Terceira de São Francisco de Paula)	211
196	"Planta de Villa Rica de N.ª S. Do Pilar", ca. 1783-1785. Destaque para o antigo Morro da Piedade e Ermida de Nossa Senhora da Piedade (atual Região e Capela da Ordem Terceira de São Francisco de Paula)	211
197	Tomada da cidade de Ouro Preto. Destaque para a Capela da Ordem Terceira de São Francisco de Paula.	212
198	Fachada frontal da Capela da Ordem Terceira de São Francisco de Paula	212
199	Planta da Cidade de Ouro Preto. Destaque para a região da Capela de Nossa Senhora das Mercês e Misericórdia (A)	214
200	Planta da Cidade de Ouro Preto. Destaque para a região da Capela de Nossa Senhora das Mercês e Misericórdia (B)	214
201	"Mappa de Villa Rica", ca. 1786-1787. Destaque para a região da Capela de Nossa Senhora das Mercês e Misericórdia	214
202	"Planta de Villa Rica de N.ª S. Do Pilar", ca. 1783-1785. Destaque para a região da Capela de Nossa Senhora das Mercês e Misericórdia	214
203	Fachada frontal da Capela da Ordem Terceira de Nossa Senhora das Mercês e Misericórdia	215
204	Adro da Capela da Ordem Terceira de Nossa Senhora das Mercês e Misericórdia	215
205a	Planta da Cidade de Ouro Preto. Destaque para a atual Rua Padre Rolim	216
205b	Gravura do século XIX. Destaque para um trecho da Rua Padre Rolim e antiga "Ponte do Xavier"	216
206	Planta da Cidade de Ouro Preto. Destaque para a região da Capela de Nossa Senhora das Dores do Monte Calvário (A)	217
207	Planta da Cidade de Ouro Preto. Destaque para a região da Capela de Nossa Senhora das Dores do Monte Calvário (B)	217

208	"Mappa de Villa Rica", ca. 1786-1787. Destaque para a região que teria acolhido a Ermida de Nossa Senhora das Dores do Monte Calvário e local que mais tarde iria acolher o templo atual	218
209	"Planta de Villa Rica de N.ª S. Do Pilar", ca. 1783-1785. Destaque para a região que teria acolhido a Ermida de Nossa Senhora das Dores do Monte Calvário e local que mais tarde iria acolher o templo atual	218
210	"Planta da cidade de Ouro-Preto", ca. 1888. Destaque para a região da Capela de Nossa Senhora das Dores do Monte Calvário	220
211	Capela de Nossa Senhora das Dores do Monte Calvário e entorno imediato	220
212	Gravura da Imperial Cidade de Ouro Preto (ca. 1833), com destaque para a ocupação verificada nas proximidades da Capela de Nossa Senhora das Dores do Monte Calvário e região	221
213	"Panorama de Ouro Preto", ca. 1870-1875. Destaque para a Rua Senador Rocha Lagoa ao se aproximar da "Praça" (atual Praça Tiradentes)	223
214	Tomada da Cidade de Ouro Preto, com destaque para a Capela da Ordem Terceira de Nossa Senhora das Mercês e Misericórdia	223
215	Recorte esquemático de Ouro Preto com destaque para alguns dos templos que, sob tendência, foram implantadas predominantemente em meia-encostas, embora em pontos notáveis do relevo da região	230
216	Planta da Cidade de Ouro Preto. Destaque para a implantação de capelas que apresentam/apresentaram suas fachadas frontais direcionadas para a Estrada Tronco	232
217	"Mappa de Villa Rica", ca. 1786-1787; Planta da Cidade de Ouro Preto, 1998. Núcleos de origem dos arraiais/bairros (e respectivos templos) surgidos nas quatro etapas de ocupação de Vila Rica no decorrer do século XVIII	234
218	Tomada da cidade de Ouro Preto. Destaque para os templos: Matriz de Nossa Senhora do Pilar; Capela de São José dos Bem Casados; Capela da Ordem Terceira de São Francisco de Paula	235
219	Tomada da cidade de Ouro Preto. Destaque para a Praça Tiradentes; Capela de Nossa Senhora dos Anjos da Ordem Terceira de São Francisco de Assis; Capela da Ordem Terceira de Nossa Senhora do Monte Carmo	235
220	Planta da Cidade de Ouro Preto. Destaque para o traçado urbano existente na então Vila Rica do último quartel do século XVIII	237

LISTA DE ABREVIATURAS

ABN	Annaes da Biblioteca Nacional (Anais da Biblioteca Nacional)
APO	Arquivo da Matriz de Nossa Senhora do Pilar de Ouro Preto
AHU	Arquivo Histórico Ultramarino (Lisboa)
APM	Arquivo Público Mineiro
ATC	Arquivo do Tribunal de Contas (Lisboa)
CMOP	Câmara Municipal de Ouro Preto
CMVR	Câmara Municipal de Vila Rica
Cód.	Códice
DF	Delegacia Fiscal
DO	Documento em Organização (AHU – Lisboa)
IEPHA	Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais
IPHAN	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
ISS	Irmandade do Santíssimo Sacramento da Matriz do Pilar de Ouro Preto
RAPM	Revista do Arquivo Público Mineiro
RPHAN	Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
SC	Seção Colonial
SG	Secretaria do Governo

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO 29

CAP. 1: A CORRIDA PELO OURO, A INFLUÊNCIA CATÓLICA E O INÍCIO DA URBANIZAÇÃO 33
1.1 - As descobertas na região 33
1.2 - A presença da religião nas Minas 35
1.3 - Os arraiais provisórios 46
1.4 - A sociedade começando a firmar-se 49
1.5 - A atuação dos templos na conformação do tecido urbano 52

CAP. 2: PRIMEIRA ETAPA DE OCUPAÇÃO: OS PRIMEIROS ARRAIAIS PROVENIENTES DE UMA ORGANIZAÇÃO MAIS "ESTÁVEL" 56
2.1 - Principais Núcleos da Primeira Etapa de ocupação originados a partir de suas respectivas capelas 60
2.1.1 - Arraial do Ouro Preto (Igreja Matriz de Nossa Senhora do Pilar de Ouro Preto) 62
2.1.2 - Arraial de Antonio Dias (Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição de Antonio Dias) 68
2.1.3 - Arraial do Padre Faria (Capela de Nossa Senhora do Rosário), antigo arraial do Bom Sucesso (Capela de Nossa Senhora do Bom Parto) 72
2.1.4 - Arraial do Caquende (Capela de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos) 77
2.2 - Arraiais da Primeira Etapa característicos pela ocupação ribeirinha 83
2.2.1 - Região do Passa-Dez 85
2.2.2 - Região da Barra 88
2.2.3 - Arraial dos Paulistas na freguesia de Nossa Senhora da Conceição de Antonio Dias 91
2.2.4 - Arraial dos Paulistas na freguesia de Nossa Senhora do Pilar de Ouro Preto (extinto) 94
2.3 - Considerações a respeito dos núcleos mais prósperos e da ocupação ribeirinha da Primeira Etapa 96
2.4 - Arraial no sopé da Região dos Morros (Serra do Ouro Preto) e respectiva Capela de Nossa Senhora do Pilar do Taquaral 98
2.5 - Outros arraiais da Região dos Morros (Serra do Ouro Preto) e respectivos templos 101
2.5.1 - Arraial e Capela de São João Batista "do Morro do Ouro Fino" 103
2.5.2 - Arraial e Capela de Sant'Ana "do Morro da Pedra Branca" 105
2.5.3 - Arraial e Capela de Nossa Senhora da Piedade "do Morro da Lavra Nova" 108
2.5.4 - Arraial e Capela de São Sebastião "do Morro do Ouro Podre" 110
2.5.5 - Considerações a respeito dos núcleos da Região dos Morros 113
2.6 - A "aglutinação" dos povoamentos ao final da Primeira Etapa de ocupação 119

CAP. 3: SEGUNDA ETAPA DE OCUPAÇÃO: A "PRESENÇA DO ESTADO" A PARTIR DA IMPLANTAÇÃO DA VILA (1711) E CRIAÇÃO DA "PRAÇA" 125

3.1 - Templos da Segunda Etapa de ocupação de Vila Rica: influenciados pela "Praça" 148

3.1.1 - Capela de Santa Quitéria 149

3.1.2 - Ermida de Santa Rita dos Presos 151

3.1.3 - Capela de Nossa Senhora de Sant'Ana 152

CAP. 4: TERCEIRA ETAPA DE OCUPAÇÃO: ESTRUTURAÇÃO DO TECIDO URBANO E CONSOLIDAÇÃO DA ESTRADA TRONCO - ca. 1730-1760 155

4.1 - Capelas da Terceira Etapa de ocupação de Vila Rica 174

4.1.1 - Capela de São José dos Bem Casados e região 176

4.1.2 - Capela de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos do Alto da Cruz de Padre Faria e região (atual bairro de Santa Efigênia) 184

4.1.3 - Capela de Nossa Senhora das Mercês e Perdões (Mercês de Baixo) e região 188

4.1.4 - A Vila Rica de meados do século XVIII - Considerações 193

CAP. 5: QUARTA ETAPA DE OCUPAÇÃO: A IMPLANTAÇÃO DE CAPELAS EM NÚCLEOS PRÉ-CONSOLIDADOS - ca. 1760-1804 194

5.1 - Capela da Ordem Terceira de Nossa Senhora dos Anjos da Ordem Terceira de São Francisco de Assis e região 196

5.2 - Capela da Ordem Terceira de Nossa Senhora do Monte Carmo e região 200

5.3 - Capela dos Santíssimos Corações de Jesus, Maria, José, Senhor de Matozinhos, São Miguel e Almas e região do Alto das Cabeças (antigo Alto do Passa-Dez) 204

5.4 - Capela da Ordem Terceira de São Francisco de Paula e região 209

5.5 - Capela da Ordem Terceira de Nossa Senhora das Mercês e Misericórdia (Mercês de Cima) e região 213

5.6 - Capela de Nossa Senhora das Dores do Monte Calvário e região 216

5.7 - Considerações finais sobre a Quarta Etapa de Ocupação de Vila Rica 221

À GUISA DAS CONCLUSÕES SOBRE AS QUATRO ETAPAS DE OCUPAÇÃO DE VILA RICA NO SÉCULO XVIII 225

REFERÊNCIAS 238

ANEXO A 248

ANEXO B 251

ANEXO C 255

ANEXO D 256

NOTAS EXPLICATIVAS

Para a melhor compreensão do presente trabalho, julgamos necessário fazer alguns esclarecimentos:

1. Limitado inicialmente ao período particular da história de Vila Rica no século XVIII, procurou-se investigar o início e o desenvolvimento da ocupação daquelas terras ricas em minerais. Com o intuito de tecer uma classificação que organizasse essas características, sugerimos uma divisão da história urbana de Vila Rica até o final do século XVIII em 04 etapas distintas de ocupação. É preciso ressalvar que a classificação por nós empreendida baseia-se em consideráveis tendências verificadas nestes períodos, embora tenhamos em mente que os acontecimentos históricos se dão de formas variadas e em períodos superpostos, uma vez que a dinâmica sócio-espacial é naturalmente fluida, mostrando-se sempre em constante transformação. A compreensão da dinâmica das relações sócio-espaciais ultrapassa, portanto, a mera cronologia dos fatos.

2. Cabe diferenciar o significado dos termos "ermida", "capela", "matriz", "catedral".

    - **Capelas** são mantidas, exclusivamente, pela sua própria comunidade de fiéis (COSTA MATOSO, 1999, v.2, p. 82). Dessa forma, os devotos, portanto, tendiam a estabelecer suas casas nas proximidades desses templos, proporcionando a criação dos arraiais. Waldemar Barbosa (1985, p. 48) já dizia que "a capela exerceu notável função aglutinadora, no povoamento inicial de nossos sertões". Esse tipo de edifício de cunho religioso era público e, para sua construção, era necessária a aprovação do Bispo por meio da licença a ser concedida, bem como a constituição de um patrimônio – "porção maior ou menor de terras doadas ao santo ou santa da devoção de quem tomava a iniciativa" (BARBOSA, 1985, p. 23).

    - Por outro lado, as **ermidas** (assim como os oratórios que desde muito cedo pontuavam os caminhos de Vila Rica) caracterizavam-se por templos particulares por excelência, não destinadas a todo o povo fiel (MENEZES, 2006, p. 68) cuja licença era renovada junto ao Bispo periodicamente (BARBOSA, 1985, p. 23). Bem como os oratórios, as ermidas se fizeram, então, isentas da função primária de condicionar e desenvolver povoamento ao seu redor. Segundo Antônio Houaiss (2002), o sinônimo de ermida corresponde a uma "pequena igreja (sic) ou capela (sic) em lugar ermo ou fora de uma povoação". Assim, era de praxe a implantação desses templos em locais topograficamente de destaque na paisagem e de difícil acesso. Tal edifício religioso não possuía jurisdição paroquial (MATOSO, 1999, p. 94

v.2) e normalmente apresentava pequeno porte físico. Importa lembrar que, na história do Brasil, homens de fé profunda que dedicavam à promoção de obras de culto e de devoção foram freqüentes. Esses religiosos eram conhecidos como "ermitão" ou "eremita", cuja acepção de ambos os termos – assim como "ermida" – estaria ligada a "ermo", lugar desértico ou solitário (BARBOSA, 1985, p. 90). Não raras vezes, eram os próprios ermitães que erguiam e cuidavam das ermidas. Geralmente leigos, "se dispunham a levar a vida de contemplação, dedicando-se à oração e ao serviço do culto", sendo que "o período áureo dos ermitães foi mesmo o século do ouro" (BARBOSA, 1985, p. 90). Vale ressaltar que houve ocasiões, inclusive em Vila Rica – como no caso do templo de São Francisco de Paula (MENEZES, 1975b, p.69) –, em que uma capela fora construída no mesmo sítio onde outrora existia uma ermida.

- **Matriz**, paróquia ou freguesia (sendo esse último termo muito usado antigamente, hoje em desuso) (MORAES, 2005, p. 494), tratava-se de uma "[...] determinada comunidade de fiéis, constituída estavelmente na Igreja particular, e seu cuidado pastoral é confiado ao pároco como o seu pastor próprio, sob a autoridade do Bispo diocesano" (Código de Direito Canônico, Canon 515 § 1º *apud* MENEZES, 2006, p. 69). Nessa pesquisa, o termo "igreja" foi utilizado para denominar apenas as matrizes (templos), diferenciando-as das capelas. A título de exemplo, citamos Menezes (1982, p. 2): "Desde o início do século XVIII já contava o arraial de Ouro Preto com sua capela, mas, queremos crer, logo após, elevada a freguesia, pois assim já é designada em documento de 1712".

- De **Catedral**, denomina-se o templo principal de uma diocese (HOUAISS, 2002), onde a dignidade episcopal tem sua sede (cátedra, cadeira pontifícia) (SERTILLANGES, A. D. La Cathédrale. Sa mission spirituelle. Son Esthétique. Son décor. As vie. Paris: Henri Laurens, 1992 *apud* MENEZES, 2006, p. 69). Apesar da opulência de Vila Rica nos Setecentos, Mariana acabou por acolher a Sede do Bispado da então nova capitania das Minas Gerais no ano de 1745, com a sua matriz recebendo o título de catedral dedicada a Nossa Senhora da Assunção.

3. Tanto portugueses quanto colonos traziam consigo suas devoções e, encontrando outros devotos da mesma entidade, se uniam e criavam as confrarias em veneração ao seu santo predileto. De início, era usual que se reunissem na matriz da região onde moravam. Havendo condições, naquela paróquia erguiam seu altar (o que proporcionava vários altares colaterais na igreja) cujo risco e execução ficavam a cargo de artistas eleitos (resultando-se em altares singulares). O progresso financeiro da instituição permitiria, mais tarde, realizar o desejo de providenciar sua própria capela e dispor de seu próprio

capelão, permitindo ainda transferir seu antigo altar para outra associação. Pode-se afirmar que as associações leigas setecentistas tiveram importante papel sócio-espacial, inclusive em Vila Rica. Faz-se mister explicar ainda os seguintes termos:

- **Confraria**: associação de leigos para fins religiosos (MORAES, 2005, p. 494) e solidários (BARBOSA, 1985, p. 65-66). O mesmo que irmandade ou congregação. Explica Menezes (1970-1999) que os variados membros reuniam-se, como corpo orgânico, obedientes às normas da Igreja. Assim, cumpria, dentre outros, manter garantia de sua pessoal assistência espiritual através de seus capelães, contar com o acompanhamento dos Irmãos no seu enterramento, ser sufragado quando da sua morte, além de manter o direito a uma campa sob o solo da igreja, capela ou mesmo no cemitério da corporação.

- **Ordens Terceiras**: associações de leigos cujos membros que, não tendo feito os votos públicos e de vida em comunidade, pretendem alcançar a perfeição cristã pela orientação de regras de uma ordem religiosa (MORAES, 2005, p. 494).

4. Os templos/edifícios institucionais abordados ao longo do trabalho, como veremos, usualmente sofreram reconstruções e/ou variadas reformas, acréscimos. Buscou-se prioritariamente a datação dos prédios primitivos (veja-se ANEXO B), os quais muitas vezes ditaram a organização das nucleações. Contudo, sabe-se que era freqüente o costume de se adquirir peças - principalmente altares - de templos que estavam se "modernizando", para uso em outros edifícios religiosos de menor tamanho, e, sobretudo, pertencentes a confrarias de menor poder aquisitivo. Diga-se, a título de exemplo, que a Irmandade de Santa Quitéria de Vila Rica adquiriu o altar-mor da Irmandade de Nossa Senhora do Pilar, no ano de 1728. Principalmente devido a esses costumes e à escassez de documentos de época, cabe enfatizar a dificuldade em identificar se alguns dos templos primevos ainda são remanescentes ou se teriam existido um ou mais templos sucessivos, providenciados no mesmo local, obrigando-nos, em determinados casos, a lançar conjecturas baseadas em relatos de fontes primárias e secundárias, bem como de documentos cartográficos.

5. Os aforamentos eram contratos surgidos quando da elevação dos arraiais à condição de vila. Nesse sistema, a população era obrigada a pagar à câmara taxas anuais - os foros - para utilizar os terrenos onde estabeleceriam suas casas, hortas ou pequenas roças. Embora pareçam lacônicas e repetitivas, as cartas de aforamento são fontes de grande interesse para o estudo da história urbana, ainda pouco exploradas (FONSECA, 2006, p. 36 e 41). O termo "tombamento", frequentemente utilizado na pesquisa, tem o sentido, coevo, de registro, o mesmo ocorrendo com os termos "arrolamento" e "levantamento

cadastral", que devem ser entendidos como sinônimos de "aforamento". Já o termo "devoluta", atribuído à questão da terra e usualmente mencionado em documentos de cunho historiográfico, possui o sentido de "desabitado", "vazio", "maninho".

6. A leitura e pesquisa da vasta bibliografia existente nos revelaram uma série de contradições entre os autores, bem como a freqüente falta de amparo documental para muitas de suas afirmações.

7. Procurou-se citar os registros oficiais evitando a correção ortográfica, a fim de preservar a grafia original de sua época. Não obstante, em certos documentos de origem primária, utilizados na presente pesquisa e que foram extraídos a partir de fontes secundárias, não foi possível reproduzir a escrita fiel, uma vez que não pudemos ter acesso aos registros originais. Ademais, alguns dos autores que os transcreveram preferiram utilizar a grafia moderna.

8. As considerações que se seguem foram descritas tomando-se por base o uso de dados documentais resgatados, transcritos e re-publicados por diversos autores a partir de seu trabalho profundo e contínuo em pesquisas relacionadas ao tema. Embora a presente dissertação de mestrado tenha sido elaborada com base em pesquisas de obras secundárias, as indicações de fontes primárias fornecidas por essas últimas nos permitiu adotar, para o rol de prioridades, as documentações guardadas no Arquivo Histórico Ultramarino, na Biblioteca Nacional e, em especial, as documentações do Arquivo Público Mineiro, que em sua maioria foram produzidas pelo Senado da Câmara – ou a ele enviadas por autoridades régias – o que também as caracteriza enquanto documento oficial. Ao citar os referidos documentos, optou-se por incluir, sempre que possível, a fonte e data do documento original, conforme indicações do autor consultado. A carência de informações mais precisas nos levou a formalizar certas conjecturas consolidadas a partir da análise empírica de pesquisas e dados disponíveis, documentos transcritos e de relatos de personalidades que viveram à época e registraram os acontecimentos mais relevantes da região.

9. Os aforamentos realizados no período de 1712 a 1721 (VASCONCELLOS, 1941) foram essenciais ao entendimento da formação e desenvolvimento das primeiras nucleações de Vila Rica, foco de nossa pesquisa. Além desse primeiro arrolamento, utilizaram-se também os levantamentos da vila datados de 1715 e 1737 (feito depois de regularizada a Sesmaria da Câmara). De suma importância, o tombamento de 1809-1812 encerra o rol de arrolamentos utilizados neste trabalho (VASCONCELLOS, 1955).

10. No fim do volume, o leitor encontrará, em anexo, plantas setecentistas, além de um documento cartográfico do final do século XIX, os quais se tornaram importantes subsídios para um melhor entendimento da dinâmica espacial ocorrida em Vila Rica no período estudado.

    Os documentos cartográficos adotados foram todos chamados de plantas por consistirem em projeções ortogonais (bidimensionais) (FONSECA, 1995, p. 125). Tanto a cartografia do século XVIII quanto do XIX apresentam traços característicos dos "mapas" militares da época. Na colônia, tais documentos de cunho cartográfico normalmente eram desenvolvidos pelos engenheiros militares, "habilitados por procedimentos cada vez mais eficientes, recebidos nas 'aulas' da metrópole e da própria colônia" (BASTOS, 2003, p.101). Contudo, tem-se em mente que nos mapas mais antigos, os arruamentos muitas vezes não têm precisão e as referências são aproximadas. Apesar desse "obstáculo", usual na pesquisa cartográfica da época, reiteramos que são instrumentos primordiais para a análise historiográfica urbana.

    Para as abordagens que se seguem, foram utilizados detalhes de uma planta recente da cidade de Ouro Preto (1998), bem como uma outra de meados do século XX (1949 - ANEXO D). Todavia, recorremos principalmente às plantas mais antigas – tanto de origem oitocentista (c.a. 1888 - ANEXO C) quanto setecentista (c.a. 1783-1785 e c.a. 1786-1787) - como substratos para a base teórica da presente pesquisa. Tais documentos nos permitem compreender, de forma geográfica, a espacialização de Vila Rica ao longo dos séculos.

    Assim, o suporte cartográfico adotado na pesquisa compreende:

    - "Planta de Villa Rica de N.ª S. Do Pilar". "Carta Geografica do Imperio do Brasil". Documento original pertencente ao Arquivo Histórico do Exército, Rio de Janeiro. Fonte: NIEMEYER, C. J., ca. 1783-1785. Cópia do documento fornecida por Ivo Porto de Menezes, 2010.
    - "Mappa de Villa Rica", de autoria de Manoel Ribeiro Guimarães (ANEXO B). Rio de Janeiro: Original manuscrito do Arquivo Histórico do Exército, ca. 1786-1787. Fonte: REIS FILHO, 2000.
    - "Planta da Cidade de Ouro-Preto", de autoria de Wilhelm Brosenius, ca. 1888 (ANEXO C). Organizada por ordem do Exmo. Sr. Dr. Luiz Eugenio Horta Barbosa, Presidente da Provincia. Gravura de Giesecke & Devrient, Leipzig, 7 Fev. 1888. Documento original pertencente à Bilbioteca Nacional, RJ, Brasil. Fonte: BROSENIUS, 1888. Cópia do documento fornecida por Ivo Porto de Menezes, 2009.

- [Planta de Ouro Preto, 1949] (ANEXO D). Departamento Nacional da Produção Mineral. Serviços Aerofotogramétricos - Departamento Nacional de Produção Mineral, Brasil, Edição Folha prov., 1962. Fonte: CONZEN, 2007.
- [Planta da Cidade de Ouro Preto e região]. CEMIG, 1998. Fonte: CEMIG, 1998. (arquivo eletrônico elaborado por meio do programa Auto CAD). Cópia do arquivo fornecida por Fernanda Borges de Moraes, 2009.

A cópia – em escala de cinza – por nós obtida do documento cartográfico de c.a. 1783-1785 ("Planta de Villa Rica de N.ª S. Do Pilar" - NIEMEYER, C. J.) já apresentava significativas intervenções/ observações impressas a lápis, que não puderam ser removidas. De acordo com uma reprodução publicada (ainda que em escala bastante reduzida) por Conzen (2007), constata-se que o documento legítimo apresentaria tonalidades claras, com fundo branco. Os detalhes (representação do casario e demais edificações) foram produzidos em magenta e, demais informações, em azul claro (incluindo a representação dos córregos e ribeiros). Para a elaboração das legendas, também foi adotada a cor azul.

11. No decorrer da pesquisa, optou-se por confrontar as plantas historiográficas supracitadas aos diversos documentos pesquisados (a maioria deles encontrada no Arquivo Público Mineiro – APM e no Arquivo Histórico Ultramarino de Lisboa – AHU) a cujo conteúdo tivemos acesso por meio de publicações de pesquisadores do ramo. Tais fontes documentais foram capazes de nos proporcionar embasamento histórico para a melhor compreensão das dinâmicas sócio-espaciais verificadas na região e também para tecermos determinadas conjecturas baseadas também em pesquisas empíricas. Atenção maior foi dada a um importante documento (extraído do AHU e datado de 3 out. 1786) (MENEZES, 1975b, p. 127-128), cuja transcrição na íntegra constitui o ANEXO A.

12. Procurou-se realizar a medição estimada (em metros) da distância e diferença altimétrica entre as capelas/igrejas e veios d'água a elas mais próximos. Tal investigação se justifica por querermos analisar o quão determinantes para a ocupação de Vila Rica foram a extração aurífera e, paralelamente, a construção de capelas, tentando diminuir os vieses quando essas duas variáveis são analisadas juntas. Desta forma, as cotas de referência foram traçadas buscando-se os afluentes que perpassam o caminho principal da vila (rota comercial - Estrada Tronco), bem como os contíguos às quatro capelas primitivas situadas nas encostas da região dos Morros (templos em devoção a São Sebastião, São João, Santana e Piedade).

A partir desse estudo, conjecturamos que os primeiros arraiais - que originaram Vila Rica e aos quais iremos nos ater- surgiram onde havia lavras mais ricas nos locais ribeirinhos, embora tenham se estabelecido a certa distância desses veios d'água, se acomodando

em meia-encostas da região. As cotas de referência vêm mostrar justamente que, ao aparecerem novos templos (também influentes na urbe), estes estariam cada vez mais distantes das lavras e da rota de comércio primitiva que atravessa esses veios d'água, inclusive alcançando cotas altimétricas crescentes, afastando-se de forma definitiva dos vales.

Sabe-se que a corrida pelo ouro ocorreu de forma tão repentina e, as descobertas auríferas, tão simultâneas que, ao discorrer sobre os arraiais mineiros, Marx (1991, p. 40) enfatiza "[...] que foram tantos [os arraiais], tão rápidos na formação e [...] na decadência, preservando de maneira muito clara o processamento físico de sua gênese e cristalização." Portanto, se houvesse grandes quantidades de metais preciosos em outros trechos dos afluentes da região, tais descobertas não passariam desapercebidas à época e, provavelmente os locais adjacentes também seriam ocupados de imediato e em época precoce como ocorreu com os arraiais primitivos, originados de forma espaçada e bem definida ao longo da região.

13. Além da análise cartográfica da região, optou-se pela utilização de pinturas e desenhos derivados da paisagem retratada por artistas, quase sempre resultantes da passagem desses viajantes, entre 1810 e 1830, como lembra Souza (2000, p. 242). Somente com a chegada de D. João VI e a conseqüente abertura dos portos, começaram a aparecer mais informações minuciosas (inclusive das antigas zonas de produção aurífera) - fruto do trabalho de tais artistas muitas vezes vindos do além-mar (VASCONCELLOS, 1959, p.49). São eles:

    - Johann Moritz Rugendas, ca. 1820-1825. Fonte: CONZEN, 2007.
    - Johann Moritz Rugendas, ca. 1824. Fonte: CONZEN, 2007.
    - Johann Emmanuel Pohl, ca. 1832. Fonte: CONZEN, 2008.
    - Johann Emmanuel Pohl, ca. 1833. Fonte: CONZEN, 2007.
    - Armand Julien Pallière, ca. 1820-1823. Fonte: SAFRA, 1995, p. 316
    - Henry Chamberlain, ca. primeiro terço do século XIX. Fonte: SAFRA, 1995, p. 319

INTRODUÇÃO

Existe uma série de estudos sobre a evolução das cidades mineiras do período colonial – e em particular sobre a cidade de Ouro Preto – abordando aspectos ambientais, políticos, históricos, econômicos, sociais. Contudo, é imprescindível que a história das cidades seja resgatada, sobretudo considerando suas peculiaridades espaciais frente a esses variados aspectos supracitados. Por meio da leitura e interpretação do espaço, a morfologia urbana pode ser um instrumento útil para preencher freqüentes lacunas inerentes à documentação histórica, além de revelar o caráter e intensidade das transformações nas cidades. Além disso, o desenho urbano reflete a evolução das nossas municipalidades denunciando as forças em jogo numa sociedade que se agrega e se torna mais complexa (MARX, 1991, p.87).

Todavia e apesar da relevância, usualmente, pesquisas no campo das ciências humanas e sociais não têm aprofundado suas análises em aspectos espaciais e de conformação das ocupações iniciais dos tecidos urbanos.

Usualmente originados a partir de seus templos religiosos, veremos, com especial ênfase, como a presença da cultura católica naquelas terras teria assumido importantes papéis tanto espacial quanto socialmente na conformação do tecido urbano, principalmente ao longo do século XVIII.

A teoria do surgimento de arraiais desenvolvendo-se a partir de suas respectivas capelas foi detalhadamente destrinchada por Murillo Marx[1] (1991). Entretanto, o autor considera que existem ainda poucos estudos sobre esse tema, merecendo uma maior atenção por parte dos pesquisadores que buscam compreender as características do processo de urbanização e peculiaridades do desenho urbano das vilas e cidades da América portuguesa.

A fim de tentar tecer um histórico da evolução, em termos espaciais, da região de Vila Rica, dividimos a abordagem em um processo/período de ocupação provisória e outros quatro

[1] A tese sustentada por Marx (1999) abrange a evolução dos espaços urbanos públicos brasileiros sob influência da Igreja Católica. Embora de cunho mais generalista (procurando explicar a formação e evolução do tecido urbano da América portuguesa a partir desse viés), Marx tem como roteiro e "estudo de caso" a atual cidade de São Paulo. O conceito, o uso, o âmbito e o trato das ruas, praças e jardins, são os quatro aspectos distintos que aquele autor elege para a sua pesquisa, baseada principalmente no acervo da documentação oficial e eclesiástica, além de fontes históricas diversas. Outro trabalho do autor, relevante para esta pesquisa, consiste num artigo a respeito do surgimento dos arraiais mineiros. Apesar da validade e importância do referido artigo, publicado no início dos anos de 1990 e intitulado "Arraiais mineiros: Relendo Sylvio de Vasconcellos" (MARX, 1990-1992), trata-se mais de uma revisão dos estudos de Vasconcellos (adequando-os à própria teoria de Marx) por meio de um texto mais breve, abordando a região das Minas de modo geral.

processos/períodos principais, a saber: Primeira Etapa de ocupação: dos primeiros anos setecentistas até 1711; Segunda Etapa de ocupação: fundação de Vila Rica (1711) e criação da outrora "Praça" (atual Praça Tiradentes); Terceira Etapa de ocupação: da década de 1730 até 1760; Quarta Etapa de ocupação: de 1760 até o início do século XIX. Visando investigar o grau de influência dos templos na formação e desenvolvimento dos assentamentos humanos, uma maior ênfase foi dada na atuação dos espaços sagrados como possíveis condicionantes da origem - e expansão - do tecido urbano. Conforme ressaltou Santos (1951, p. 33), parece que os templos erguidos, não raras vezes, foram se transformando no verdadeiro centro da vida do povoado e, dessa forma, a Igreja (aliada ao Estado a partir da manifestação de uma política de cunho teológico) manifestar-se-ia de forma incisiva na configuração urbana.

No decorrer das graduais Etapas de Ocupação de Vila Rica, veremos como, de fato, "[...] o quadro evolutivo da ocupação espacial e da sociedade mineira desenha-se concomitantemente ao das igrejas (sic) e, por via de decorrência, das associações leigas que lhe suportavam o ônus, quer da construção, quer da manutenção" (BOSCHI, 1986, p. 32). Assim, principalmente a partir das duas décadas seguintes à criação de Vila Rica, perceber-se-ia uma maior consolidação de diferentes camadas sociais se manifestando politicamente e espacialmente no território, principalmente por meio das variadas associações religiosas e do poder político do Estado, que também atuou de forma direta na conformação urbana da vila.

Tentaremos, ao longo do trabalho, demonstrar que as características do tecido urbano das Gerais e, em particular de Vila Rica, definitivamente não são frutos do acaso. "Há, por trás de cada uma delas, fatos econômicos, culturais e – talvez os mais determinantes, no caso dos elementos setecentistas – político-religiosos" (FONSECA, 1995, p. 51).

Os próximos capítulos procurarão identificar como se deu o processo de formação e consolidação das nucleações em Vila Rica, mantendo o foco nas principais edificações surgidas no decorrer do século XVIII, sobretudo as de cunho religioso[2]. Pretende-se medir a força propulsora do sagrado na reorganização espacial que ocorre em Vila Rica, principalmente ao longo dos Setecentos.

[2] Convém lembrar aqui que este estudo não pôde se basear unicamente na descoberta dos ribeiros e atuação da Igreja Católica - tema principal de nosso trabalho - na criação e conformação dos núcleos de povoamento, uma vez que o Estado e o comércio na região também foram cruciais para a estruturação/desenvolvimento do tecido urbano de Vila Rica.

No que diz respeito à forma como houve a primeira acomodação (tema do Primeiro Capítulo), impõem-se algumas instigações: se as primeiras datas foram ribeirinhas por excelência, conforme relatos de memorialistas que viveram à época, é possível que os primeiros ranchos tenham sido erguidos (ainda que de forma provisória) também junto aos cursos d'água. No tocante à fé desses desbravadores, comenta Rosendhal (1999, p. 35): "Nos séculos XVII e XVIII, as práticas religiosas, principalmente no interior do país, nasciam espontaneamente da piedade popular." A autora pondera ainda que "o povo constrói, assim, o espaço sagrado, evidenciando a vontade divina na escolha do lugar destinado ao culto". E conclui: "Os santuários que surgem nesse período representam uma tentativa popular de valorização da fé, em oposição aos males trazidos pelo ouro".

Num segundo momento (Segundo Capítulo), constata-se uma (re)inserção dos assentamentos humanos primitivos no espaço. Embora ainda organizada por excelência em meio à atividade exploratória da mineração, a população das Minas passa a se concentrar em pequenos núcleos criados a partir de um templo (implantado a meia-encosta), o qual exerceria o papel de "ordenador" daqueles assentamentos mais estáveis. Esses adensamentos se tornariam os primeiros de caráter "mais permanente", ainda próximos aos córregos - talvez porque os aventureiros e lavradores estavam habitualmente "acomodados", desde o início, sobre terrenos bem próximos às lavras, sobre o pretexto de vigiá-las mais de perto. Tais arraiais, conforme descreveremos linhas adiante, logo se viriam na dependência dos produtos de subsistência trasladados de outros locais da Colônia por meio dos comerciantes e tropeiros, passando então a ser interligados por caminhos que se destacariam como rotas comerciais.

No Terceiro Capítulo, disserta-se sobre a aglutinação e elevação dos diversos arraiais mais estáveis à categoria de vila (criada em 1711). Os templos erguidos em seguida – atribuídos à Segunda Etapa de ocupação – seriam impulsionados por outros condicionantes sócio-espaciais pré-existentes, tornando-se, portanto, quase que totalmente passivos na conformação da ocupação, ao serem edificados na chamada Praça. No local, já naquele ano de 1711, seria erguido o pelourinho, importante elemento-símbolo da presença do Estado.

Fundada a vila e essa em pleno desenvolvimento, percebe-se que os arruamentos a serem abertos acompanhavam, tanto quanto possível, o relevo, mesmo com a já citada tendência de se acomodar as principais edificações de cunho institucional em locais de destaque na paisagem. Assim sendo, ao analisarmos a expansão do tecido urbano de Ouro Preto, podemos constatar que houve uma esgarçadura de certa forma linear, procurando-

se (em termos), respeitar o máximo possível da topografia local. Para tanto, formaram-se caminhos tortuosos similares aos primários, independente da época em que foram abertos.

No Quarto Capítulo, observamos que, em meio à principal rota comercial - que atravessa vales e morros -, justamente em pontos estratégicos de seu trajeto, novos templos seriam erguidos em meados do século XVIII, condicionando a aparição de novas nucleações. Em franco desenvolvimento, nessa Terceira Etapa de ocupação, Vila Rica também passaria a acolher novos edifícios institucionais e equipamentos urbanos, muitos deles providenciados pelo Senado. Tais construções seriam capazes de retratar as "conveniências" de um característico poder político-teológico nitidamente impressas no espaço urbano.

Discutiremos ainda como as capelas pertencentes à Quarta Etapa de ocupação da vila assumiriam importante papel em relação à questão espacial, e, mais ainda, social do local em que iriam se assentar. A abordagem do Quinto Capítulo está centrada na notável atuação das Associações Leigas (com destaque para as Ordens Terceiras) e na exacerbada proposição de se edificarem templos definitivamente em maior destaque na paisagem.

CAPÍTULO 1

A CORRIDA PELO OURO, A INFLUÊNCIA CATÓLICA E O INÍCIO DA URBANIZAÇÃO

1.1 - As descobertas na região

O achado aurífero em grandes quantidades nos finais do século XVII, no território que no decorrer dos anos se tornaria a capitania de Minas Gerais, atraiu um extraordinário acúmulo de migrantes, gerando povoados na região rica em preciosidades minerais. Ainda não foi possível estabelecer, com exatidão, a data da descoberta: na verdade houve vários achados, por bandeiras diferentes, entre os anos de 1693, época da bandeira de Antonio Rodrigues Arzão (COSTA MATOSO, 1999, v. 1, p. 169-170)[3] e 1700, com a descoberta do ribeirão de Nossa Senhora do Carmo por João Lopes de Lima (ANTONIL, 2007, p. 218-219).

No que diz respeito à região em foco, o memorialista Antonil (2007, p. 218-219) afirma que os primeiros achados seguramente ocorreram em período anterior a 1700[4]**.** Talvez a versão mais consensual entre os historiadores e demais pesquisadores parte do princípio de que em abril de 1698, teria partido de Taubaté a bandeira liderada por Antonio Dias de Carvalho. O objetivo era chegar ao Tripuí, no qual um mulato (anônimo[5]) relatado por Antonil (2007) havia encontrado o metal precioso[6]. Tendo em vista que o ponto de referência da região onde houvera a primeira descoberta era o Pico do Itacolomi, Paulo Santos (1951, p. 28) constata que "[...] em vez de penetrar pela Itaverava, como tinham feito os predecessores, [Antonio Dias] teve a inspiração de entrar por onde os primitivos caçadores de índios [entenda-se as outras bandeiras] haviam saído." Os aventureiros daquela bandeira então logo puderam avistar o perfil peculiar da "Pedra Menina"[7].

---

[3] Documento (texto) de autoria de Bento Fernandes Furtado e organizado pelo então ouvidor de Ouro Preto, Caetano da Costa Matoso (COSTA MATOSO, 1999, p. 166-193): "Notícias dos primeiros descobridores das primeiras minas do ouro pertencentes a estas Minas Gerais, pessoas mais assinaladas nestes empregos e dos mais memoráveis casos acontecidos desde os seus princípios." Minas Gerais, ca. 1750.

[4] Contudo, Fernanda Moraes (2007, p. 187) observa que até pelo menos 1693, "não há menção, nas correspondências do Governador Geral (1690-1694), Antônio Luís da Câmara Coutinho, dos lugares onde se teria achado ouro em Minas".

[5] Lima Júnior (2008, p. 54), embora não tenha mencionado suas fontes, afirmara que o tal mulato teria se chamado Duarte Lopes.

[6] Narra Antonil (2007, p. 217-218) que numa das viagens de bandeirantes paulistas com destino ao "sertão dos Cataguás", certa vez um mulato da comitiva, em razão da sede, desceu às margens do atual Córrego Ouro Preto. Assim, "metendo a gamela na ribanceira para tomar água, e roçando-a pela margem do rio", teria avistado os primeiros exemplares auríferos da região. Ao chegar em Taubaté com algumas amostras do metal, trataram de vender parte delas a um tal Miguel de Souza por meia pataca a oitava, sem saber exatamente que tipo de mineral se tratava. Nesse ínterim, não tardou a chegar "[...] alguns dos granitos ao governador do Rio de Janeiro Artur de Sá, e fazendo-se exames deles, se achou que era ouro finíssimo".

[7] Nome de referência para a famosa pedra que compõe o Pico do Itacolomi. A origem da alcunha Itacolomi se prende ao fato de que o perfil do pico sugere a figura de um ser com seu filho do lado. Parece que o termo de origem, *Ita-corumi,* teria sofrido uma pequena variação de linguagem, sendo que Ita significa pedra e corumi, menino (SALLES, 1999, p. 36). Assim, a pedra também era denominada por muitos de "Pedra com Filho" (VASCONCELOS, 1974, p. 173).

Assim, poucos anos após a notícia do descobrimento do ouro nas ditas "Minas Gerais do Cataguás"[8], Antonil (2007, p. 218-219) relata que "em distância de meia légua do ribeiro do Ouro preto (sic) achou-se outra mina que se chama a do ribeiro de Antonio Dias e daí a outra meia légua, a do ribeiro do Padre João de Faria [...]", provavelmente sendo os primeiros e principais ribeiros ricos em ouro da região que, até então, era conhecida como "serro do Tripuí".

A fim de introduzir ordem no território em que até então prevalecia a anarquia, Garcia Rodrigues Paes (filho de Fernão Dias Paes Leme), investido pelo Governador Arthur de Sá e Menezes no Cargo de Guarda-mor, seguiu em 1700 acompanhado do Coronel Salvador Fernandes furtado de Mendonça e uma comitiva. Depois de fazerem medições no campo, o Coronel Salvador foi incumbido de repartir as datas na recém-descoberta região de Ouro Preto (VASCONCELOS, 1974, p. 171-173).

Além do ribeiro que perpassa o outrora arraial (atual bairro) de Antonio Dias, a descoberta de ouro em um trecho do antigo "ribeiro do Ouro Preto", hoje "Córrego de Ouro Preto" (VASCONCELOS, 1974, p. 174), também teria sido atribuído ao bandeirante Antonio Dias. Quanto ao reverendo Padre João de Faria de Fialho (que viera à região como capelão das tropas taubateanas), este acabou por descobrir o córrego chamado do Padre Faria, situado nas proximidades do atual bairro homônimo (COSTA MATOSO, 1999, p. 173)[9] (**FIG. 1**).

[8] Como ensina Diogo de Vasconcelos (1974, v.1, p.139-140), o nome "cataguá", para os bandeirantes generalizou-se como as terras de todo o sertão ao norte da Serra da Mantiqueira. O referido termo dado a princípio ao sertão, após os descobertos e pelo menos durante o início do século XVIII também serviria para designar as minas dos "Cataguases", incluindo-se todo o distrito das Minas Gerais. Assim, Antonil (2007, p. 218) teria dito: "Há poucos anos que se começaram a descobrir as Minas Gerais dos "Cataguás". Importa ressaltar ainda que a etmologia mais provável do termo "sertão", partiria do princípio de uma variante do termo "desertão" (grande deserto) referenciando às áreas típicas da caatinga e do semi-árido (CUNHA; GODÓY, [200-], p. 7-8).

[9] Documento (texto) de autoria de Bento Fernandes Furtado e organizado pelo então ouvidor de Ouro Preto, Caetano da Costa Matoso (COSTA MATOSO, 1999, p. 166-193): "Notícias dos primeiros descobridores das primeiras minas do ouro pertencentes a estas Minas Gerais, pessoas mais assinaladas nestes empregos e dos mais memoráveis casos acontecidos desde os seus princípios." Minas Gerais, ca. 1750.



FIGURA 01 – Detalhe da planta da cidade de Ouro Preto. Destaque para os principais córregos: de Ouro Preto, de Antonio Dias e do Padre Faria, dos quais, segundo Antonil (2007) e Costa Matoso (1999), foi extraída a maior quantidade de ouro da região. Observam-se: (1) Córrego do Ouro Preto (antigo Tripuí ou do Xavier) (BANDEIRA, 1938); (2) Córrego de Antonio Dias; (3) Córrego do Padre Faria; (4) Rio Funil (referência); (A) Praça Tiradentes (referência).
Fonte: CEMIG, 1998. (Alterada pelo autor, 2010).

"É bom lembrar que o distrito de Minas, descoberto num sertão bravio e devoluto, a primeira propriedade, que se nele constituiu, nenhuma outra origem teve, que a título de datas minerais. O chão, as casas, as benfeitorias compreenderam-se nestas datas" (VASCONCELOS, 1974, p. 164). Dessa forma, tratou-se de um fenômeno até então inédito na Colônia (LUNA; COSTA, 1982, p. 16). Murillo Marx (1991, p. 389-390) salienta que aqui, as pequenas datas substituíram "as grandes glebas ou a secular ação do posseiro", sendo que tais glebas, bem como as sesmarias, viriam como que "a reboque das datas de mineração e dos primeiros acampamentos [...]", situados nas proximidades das lavras.

1.2 - A presença da religião nas Minas

Com a Contra-reforma e a aliança Estado-Igreja[10] no período colonial, incluindo-se os séculos XVII, XVIII e início do século XIX, a presença da religião católica era marcante. Dessa forma, a história nos revela que o Estado e a Igreja "[...] estariam, portanto, impingindo suas feições, seja no espaço urbano a se constituir, seja na sociedade, que se veria refletida nas formas físicas desse mesmo espaço" (BORREGO, 2004, p. 71), tendo em vista que crer no

[10] Murillo Marx (1991, p. 31), explica que "[...] a porção lusitana das Américas foi consignada à Ordem de Cristo, ordem militar religiosa que passara a ter o rei português como grão-mestre e que logo vai ter seus bens patrimoniais confundidos com os da Coroa", justificando, assim, a intercessão formalizada pelas duas partes. Augusto de Lima Júnior (1978, p. 90-91), embora não tenha mencionado suas fontes, chama a atenção para o curioso fato de que a vida cívica não raras vezes confundia-se com a religiosa: "Instalada a paróquia, eram os vigários, por disposição canônica, obrigados a organizar a lista de seus jurisdicionados fregueses, isto é, quantos eram obrigados a satisfazer os deveres para com Deus." O mesmo autor ainda nos informa que atribuía-se às igrejas paroquiais a realização dos "[...] lançamentos relativos a nascimentos, casamentos e óbitos, vigorando nos atos da vida civil as disposições do Direito Canônico" (LIMA JÚNIOR, 1978, p. 91). Assim, o auxílio da Igreja inclusive teria permitido à Câmara um maior controle geral da população.

catolicismo era dever de qualquer colono da América portuguesa (MARX, 1989, p. 18)[11]. Além disso, o achado do ouro de forma repentina, assim como a sua posterior escassez, gerou na população adventícia sentimento de insegurança e instabilidade, tornando-se natural recorrer-se à religião. Isso ocorrera de forma tão exacerbada naquela gente que, talvez, teria sido justificada, entre outras razões, pela "[...] impossibilidade de então recorrer ao poder institucional do Estado" (BOSCHI, 2007, p. 60), que se mostrou praticamente ausente, ao menos nos primeiros anos da ocupação daquele sertão da América lusa[12].

Não obstante, vale ressaltar que a fé católica, antes mesmo da existência dos primeiros templos nas Minas, já estava presente na vida dos desbravadores e responsáveis pelos primórdios das ocupações no território. Sinal disso é que uma das primeiras preocupações dos homens que iam chegando era exaltar a sua fé por meio da impressão de símbolos de veneração cristã naquelas terras, de tal sorte a religião ocupava um lugar preponderante na alma daqueles exploradores[13]. Ao descobrirem riquezas minerais, esses aventureiros logo tratavam de erguer uma espécie de altar primitivo e improvisado, batizando a região. Em se tratando das primeiras manifestações físicas da Igreja Católica na região, impressas por meio da construção de templos religiosos, Santos (1951, p. 30) afirma que, logo após as descobertas, "se improvisava um tosco altar e, para protegê-lo, uma cobertura de palha assente sobre quatro esteios de paus roliços [...]" Exemplo clássico teria ocorrido com a bandeira liderada por Antonio Dias e acompanhada (como capelão) pelo Padre Faria. Na ocasião em que aqueles bandeirantes pioneiros avistaram o Itacolomi pela primeira vez, véspera de São João (24 de junho), os descobridores trataram de armar um oratório provisório, erguido em homenagem àquele santo e em agradecimento ao achado (MENEZES, 1975b, p. 12).

---

[11] A propagação do cristianismo, a partir do final da Idade Média, teria sido um dos pontos fundamentais dos monarcas lusitanos. "Em vários documentos, com diferentes propósitos, os monarcas portugueses sempre se referem à difusão da fé católica como motor de suas ações. [...] Para os portugueses, colonizar sempre esteve associado a evangelizar: eram duas faces de uma mesma moeda" (COSTA, 2007, p. 34-35). Aliás, teria ressaltado Santos (1951, p. 33) que freqüentar a missa aos domingos era mera obrigação de todos. A esse respeito, são expressivas as Atas da Câmara de São Paulo, vigentes no período de 1562 a 1700, por exemplo. Embora não tenha relação estritamente direta com a região em foco da presente pesquisa, vale mencionar que, de acordo com o documento, houve época em que assistir às missas era obrigatório, sob pena de o infrator ser multado pela Câmara (ATAS, v. 1, fl. 184 *apud* RICARDO, 1942, p. 225).

[12] Faz-se necessário levar em conta a relativa ausência do governo atuando de forma mais direta e, portanto, de uma legislação vigente "adequada" e, sobretudo, mais rigorosa, principalmente nos primeiros anos após as descobertas. Vivendo à época, Antonil (2007, p. 228) pontuara: "[...] não há ministros nem justiças que tratem ou possam tratar do castigo dos crimes que não são poucos, principalmente dos homicídios e furtos." Lima Júnior (1978, p. 91) complementa: "Roubos, assassinos, opressão de viúvas, onzena, violação das donzelas, desonestidade em negócio, concubinatos, para tudo havia meio de conseguir o perdão na mecânica confissão obrigatória da 'desobriga', com as penitências de donativos de todas as extensões."

[13] A respeito da sobrelevação ao cristianismo, Ricardo (1942, p. 222) já pontuara: "[...] não se pode negar que ele foi uma 'condição' para que a bandeira se realizasse."

Cruzeiros[14] feitos de troncos de árvores eram, com certa freqüência, distribuídos em locais estratégicos e de destaque na paisagem, que inclusive deram nome a determinadas áreas pertencentes à antiga Vila Rica (SANTOS, 1951, p. 30). Alguns desses nomes perduram até os dias atuais: mencionemos como exemplo o famoso "Morro do Cruzeiro" e a região denominada de "Alto da Cruz" – também conhecida como "Cruz das Almas"[15] ou, ainda, "Três Cruzes"[16]**.** Principalmente naquele início de ocupação, elementos da simbologia cristã eram praticamente os únicos existentes (COSTA, 2007, p. 39). Em contrapartida à fervorosa fé daquelas gentes, importa lembrar que, a exemplo do Estado, a Igreja católica - do ponto de vista claramente institucional - ali não se fez presente naquela fase embrionária (BOSCHI, 2007, p. 60).

Uma vez estabelecidos no sertão das Gerais e iniciando-se a normalização das explorações, ao perceberem o potencial de riquezas a serem extraídos de suas respectivas datas minerais, grupos de desbravadores se reuniam[17]. Então, sem muito tardar, tratavam de providenciar templos – construções mais sólidas (ainda que rústicas) e em terrenos privilegiados e de destaque na paisagem (preferencialmente implantadas em meia-encostas).

Ressaltemos os dizeres de Augusto de Lima Júnior (1978, p. 90): "enquanto não dispunham de igreja (sic) condigna, com paramentos para os sacrifícios e padre para celebrá-los [...], reuniam-se os fiéis da vizinhança para a oração em comum [...] rezados coletivamente." Fazendo-se valer também das palavras de Diogo de Vasconcelos (1934, p. 18, grifo nosso), "logo porém que novos horizontes se iluminaram com a certeza do ouro [...] as construções de madeira aparelhada não se fizeram esperar, sendo antes de tudo substituídas as palhoças, que se destinaram a oratórios, por edifícios mais regulares [...]"

---

[14] A cruz, elemento-chave, na colônia representava um duplo significado: o de posse do território e o de cristandade. Sendo capaz de exercer uma associação entre os níveis político e religioso, "sua representação foi utilizada em todo o momento como símbolo de união entre Estado e Igreja" (COSTA, 2007, p. 33). Em épocas mais avançadas, os rudimentares cruzeiros de madeira foram paulatinamente sendo substituídos por elementos decorativos mais requintados que, preservando a simbologia da fé cristã, encontravam-se impressos em chafarizes, pontes e praças de Vila Rica (SANTOS, 1951, p. 30).

[15] O nome "Cruz das Almas" aparece já nos primeiros aforamentos da vila, correspondentes aos anos de 1711 a 1722 (VASCONCELOS, 1941). A região mencionada em tais contratos enfitêuticos certamente corresponde ao "Alto da Cruz", onde atualmente se encontra a Capela de Santa Efigênia. Sylvio de Vasconcellos (1956, p. 109) também confirma que os dois nomes fazem referência ao mesmo lugar. Vale ressaltar, entretanto, que a região situada entre o bairro do Rosário (antigo Caquende) e o local onde está inserida a Capela da Ordem Terceira de São Francisco de Paula (região chamada de "Água Limpa") outrora também teria recebido o nome de "Cruz das Almas", região esta que interliga os respectivos bairros.

[16] Massara (1989, p. 147), sem indicar suas fontes, menciona o antigo nome de Três Cruzes para o atual Morro de Santa Efigênia, onde desponta a Capela de Santa Efigênia.

[17] A princípio, a congregação do povo em torno do santo não tinha outro caráter que o de uma simples devoção, o que logo acarretaria na criação das Irmandades religiosas e, mais tarde, também da criação das Ordens.

Portanto, a cultura eclesiástica – agora também materializada na região por meio das variadas igrejas e capelas que então estavam sendo construídas – logo começa a se impor de maneira mais expressiva. Fato é que, visando minimizar a autonomia da Igreja Católica naquelas terras, pouco mais de uma década depois do achado aurífero, "[...] a Coroa decidiu promulgar textos cerceadores e proibitivos quanto à fixação de religiosos e à construção de estabelecimentos que viessem a abrigar congregações religiosas[18]" (VASCONCELOS, 1934, p. 18). Assim sendo, coube às entidades leigas providenciar e lograr a vida religiosa cotidiana, alterando, inclusive, o curso da história nesta região, que se mostrará bastante distinta das demais da América portuguesa.

Quanto aos locais escolhidos para acolher as novas capelas, Murillo Marx (1990-1992, p. 390-391) baseia-se no seguinte questionamento: "se ainda não existia no local o rossio (originado das sesmarias), onde então obter os imprescindíveis chãos para construir em tamanha avalanche povoadora?" O pesquisador lembra que tal resposta pode ser encontrada nos estudos de Sylvio de Vasconcellos (1983, p. 46), o qual indica que "a princípio, nas povoações primevas, apenas tentadas, unem-se os indivíduos em torno de uma única capela de construção precária: núcleo e ponto de referência do lugar". A forma de implantação desses templos, apresentando como premissa terrenos criteriosamente escolhidos e preferencialmente de maior destaque visual (muitas vezes tirando-se partido tanto da arquitetura quanto do local escolhido para implantá-la) era, por vezes, um ato simbólico de afirmar a posse e de assegurar a presença definitiva do catolicismo naquelas terras. Não obstante, a construção de edifícios de cunho religioso foi crucial para induzir, acolher e agregar gente (MARX, 1990-1992).

De acordo com Manuel Bandeira (1957, p. 104) e Souza (2000, p. 201), acredita-se, teria sido o próprio Antonio Dias um dos mandantes da construção da primitiva capela de taipa – que poucos anos depois seria substituída pela "Matriz Velha da Conceição" –, erguida logo no início da instalação do primeiro arraial, chamado de Antonio Dias (em homenagem ao seu fundador) e datado dos primeiros anos do século XVIII. É notável que a atual Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição, construída no local do templo primitivo, localiza-se

[18] Em relação aos eclesiásticos estrangeiros, o Conselho Ultramarino já tinha manifestado contra a presença desses últimos em 1694 alegando que "[...] não eram necessários naquelas terras" (consulta do Conselho Ultramarino, Lisboa, 27/01/1694, aprovada por D. Pedro em 17/03/1694, em DHRJ, XCIII, p.46-48 *apud* Notas de Andrée Mansuy *In* ANTONIL, 2007, p. 228). Assim, foram proibidos de ir ao Brasil tanto bispos como os clérigos e frades. Como conseqüência dos escândalos ocorridos na região envolvendo religiosos, a partir de 1705 esses últimos foram totalmente proibidos de ir às Minas Gerais, qualquer que fosse a Província à qual pertencessem (carta de D.Pedro II ao Superintendente das Minas, Lisboa, 16/09/1705, *In* DISP,LI,p.308 *apud* Notas de Andrée Mansuy In ANTONIL,2007: 228). Em 1709, D. João V renovou e ampliou a ordem de vedação das Ordens Primeira e Segunda: não só foi proibida a entrada na América portuguesa de todo e qualquer eclesiástico vindo da metrópole, exceto com autorização expressa, mas ainda deviam ser expulsos das minas os religiosos que lá estivessem presentes ("cartas de D. João V a D. Fernando Martins Mascarenhas de Lancastro", Lisboa, 07 fev. 1709 e 28 abr. 1709, em DISP, L. II, p.126-127 e 149-150 *apud* Notas de Andrée Mansuy In ANTONIL, 2007, p. 228).

aproximadamente na cota de nível 1.084m, ao passo que a corrente de água mais próxima, ou seja, o chamado Córrego de Antonio Dias, por exemplo, está localizado na cota de referência 1.064m. Constata-se, portanto, um desnível entre os dois elementos de vinte metros, sendo que o veio d'água dista cerca de cem metros do referido templo (**FIGs. 2 e 3**).

Seguindo a mesma lógica de ocupação, as demais capelas – e seus respectivos arraiais – que antecedem a fundação da Vila, bem como os demais núcleos e templos surgidos nas décadas seguintes, também mantém relativo afastamento do Rio Funil e de seus afluentes outrora ricos em ouro.



FIGURA 02 – Detalhe da "Planta da cidade de Ouro-Preto" (ca. 1888). Destaque para a Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição de Antonio Dias. Observam-se: (1) Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição; (2) Córrego de Antonio Dias.
Fonte: BROSENIUS, 1888. Acervo de Ivo Porto de Menezes (cópia do documento). (Alterada pelo autor, 2010).

Os diversos aforamentos (VASCONCELOS, 1941) e também relatos de origem setecentista (ANTONIL, 2007; COSTA MATOSO, 1999) nos levam a inferir que, de modo geral, somente ao serem erguidos templos de caráter mais "duradouro" e em local "mais adequado", os mineradores, alguns dos escravos e demais ocupantes providenciaram suas "casas de vivenda"[19] (FONSECA, 2006, p. 36) e de comércio, em substituição aos abrigos precários outrora existentes junto às datas minerais. Essas casas de caráter mais "permanente", portanto, já não seriam erguidos próximo do leito dos córregos (local das datas), mas, sim, nas imediações de tais edifícios religiosos (capelas), delineando os adros e largos.

[19] Fonseca (2006, p. 36) menciona documento. APM CMS, 3, fl.14.





FIGURAS 03 e 04 – Planta e detalhe de São Caetano, "Nas Geraes e Matto Dentro", ca. 1732: Notemos o (1) templo sito em terreno pouco mais afastado do leito dos córregos (no sopé da encosta), e que teria condicionado a construção de casas (sugerindo certa "permanência") as quais foram implantadas nas proximidades. Por outro lado, representaram-se os escravos minerando "junto a poções de terra [que] reforça a hipótese de que sejam as datas minerais" (FONSECA, 1995, p. 62). Nas proximidades daquelas supostas datas, por sua vez, é possível identificar (2) algumas edificações aparentemente de menor porte (em relação às da nucleação propriamente dita) e que, dispersas nas proximidades do curso d'água e das referidas datas, leva-nos a sugerir que se tratavam de casebres apenas provisórios.
Fonte: FONSECA, 1995, p. 62.

Em diário de viagem do então governador Dom Pedro de Almeida, partindo da então capitania do Rio em direção a de São Paulo e Minas no início do século XVIII, foi relatada (ainda que de forma bem subjetiva) justamente essa transição da ocupação do espaço urbano emergente em São João Del Rei:

> "[...] He de peores [a vila], por ter quazi todas as cazas de palha, e humas muy separadas das outras e juntamente pelas lauras de ouro, que ficão tão perto dellas, que hoje se fazem, amanhã as botão em terra para trabalhar, o que cauza toda a irreguliridade, e não sucederia isto se aquelles moradores, as fabricassem em hum plano, a onde está cituada a Igreja adonde não há ouro [...]" (DIÁRIO..., 1939, p. 313)[20].

Prova desse fenômeno, muito freqüente na história das Minas setecentistas (**FIGs. 03 e 04**), também se encontra num documento inicialmente publicado por Zoroastro Passos (1940-1942). Datado de 1717, refere-se à petição dos devotos de Nossa Senhora da Expectação então residentes no antigo arraial de Tapanhoacanga, que, conforme já observara Marx (1990-1992, p. 390-391), ilustra bem a forma pela qual era solicitada terra com a finalidade de se erguer uma capela[21]:

> Dizem os devotos de Nossa Senhora da Expectação que elles estão fabricando huma Capela amesma Senhora no Arraial de Tapanhoacanga, em hum Campestre que fica por detraz do dito Arraial fora da rua publica, e por ser Huma Capella pobre que se fabrica de esmola de devotos epoderão estes pelo tempo faltar do que se . . . . . ruina certa, epor evitar esta querem os Suppes fazer-lhe hum patrimonio para oque carecem de terras no circuito dadita capella, para nellas fazer, ou darem a quem fassa algum rendimento, epor que não podem fazer sem licença deste nubilissimo Senado por tanto.
>
> P. a Vossas Mrces. em reverencia e louvor a Nossa Senhora, da Expectação lhe comsedão para patrimonio da dita Capella setenta braças de terra em quadra fazendo pião nellas visto estar fora do Arraial e devoluta.
>
> E. R. Mce. (PASSOS, 1940-1942, p. 153-154, grifo nosso)[22].

Tal solicitação obteve a seguinte resposta, favorável pela petição e remetida diretamente pelo Senado:

> Passe carta de devoção em forma das setenta braças pedidas que fazemos Esmolla a Nossa Senhora, da Expectação para patrimonio da sua Capella rezervando os foros das cazas que dentro das setenta braças estiverem ja levantadas porque essas ficão

---

[20] Documento: "Diario da Jornada, que fes o Exmº. Senhor Dom Pedro desde o Rio de Janeiro athé a Cid.e de São Paulo, e deste athe as Minas anno de 1717". Extraído da cópia feita por Rollin de Macedo de documento: Academia das Sciências, Ms. 382-8. Essa cópia encontra-se guardada no Arquivo Histórico Ultramarino, Lisboa.

[21] O mesmo documento, em outra ocasião e para outros fins, foi resgatado por Sylvio de Vasconcellos (1964, p. 11-12). Décadas mais tarde, também foi mencionado por Murillo Marx (1990-1992, p. 390-391).

[22] Passos (1940-1942, p. 153-154) transcreve documento: [Livro de Tombos]. Vila de Sabará, 8 set. 1717.

> pertencendo a este Senado Villa Real em Camera vinte e oito de Setembro de mil sete centos e dezecete (PASSOS, 1940-1942, p. 154, grifo nosso)[23].

Cabe ressaltar que a Vila de Nossa Senhora da Conceição do Sabará, assim como Vila Rica, também foi erigida em 1711 e, portanto, a petição supracitada ocorreu já sob os auspícios da Câmara (presença do Estado). Não obstante, antes mesmo da fundação das vilas das Gerais, é possível que templos melhor acomodados já tivessem sido criados – seguindo os mesmos preceitos básicos adotados em Tapanhoacanga – também em terras até então devolutas, fazendo-se nelas o que se chamava de "patrimônio" religioso, mencionado como exemplo no referido documento.

Procedimento semelhante teria ocorrido com a criação dos arraiais "definitivos" que precederam à fundação de Vila Rica. Nesse caso, logo que a vila fosse erguida, caberia ao Senado regularizar as casas já existentes e outras que iam surgindo[24]. Cobravam-se os foros devidos, como era de praxe ao se erigir uma vila e também depois, com a confirmação da sesmaria[25] doada pela Câmara[26] (VASCONCELLOS, 1956, p. 132-133).

Para entendermos melhor esse processo, é preciso ter em mente que, antes dos assentamentos mais estáveis, os aventureiros (juntamente com seus respectivos escravos), até então viviam nas próprias datas, onde providenciavam os abrigos e demais necessidades imediatas para se estabelecer naquele local ainda que de forma improvisada. Entretanto, a primeira capela mais sólida a ser erguida por um grupo de

---

[23] Passos (1940-1942, p. 154) transcreve documento: [Livro de Tombos]. Vila de Sabará, 8 set. 1717.

[24] Sobretudo nos primeiros anos da povoação, frequentemente "os irmãos se reuniam em torno de um orago ou devoção conveniente antes mesmo dos deferimentos de pedidos de licença que precisavam ser outorgados pelas autoridades próprias [...]" (BASTOS, 2009a, p. 207).

[25] Além da sesmaria doada pela Câmara quando da fundação da vila (FONSECA, 2006, p. 40), havia também nessas terras a sesmaria doada pelo governador geral, por meio do capitão general da Capitania. Essa última destinava-se especificamente para a área rural e eram distribuídas desde o início da ocupação (BORREGO, 2004, p. 71)

[26] Convém sempre lembrar que o Estado, apesar de delegar funções tanto à Igreja quanto às ordens de leigos, desempenhou um relevante papel no que diz respeito ao povoamento da Colônia, principalmente por meio dos sistemas de sesmarias (COSTA, 2007, p. 33) e também dos aforamentos. Ressaltemos que o processo de regularização das casas em Vila Rica teve início já em 1712, determinando as instruções Régias que somente os fundadores dos arraiais deveriam ser isentos do pagamento dos foros (FONSECA, 2006, p. 36). Assim, várias casas de morada e de comércio que antecederam à própria fundação da vila acabaram sendo incluídas no patrimônio municipal, ou seja, seus respectivos moradores também passaram a ser foreiros. Esse fato pode ser comprovado ao analisarmos as primeiras concessões de terras da vila, dos quais muitos suplicantes já mantinham edificações no local, conforme observa Salomão de Vasconcelos (1941, p. 257). Conclui-se, portanto, que os primeiros aforamentos remontam a anos antes da demarcação da sesmaria dada à Câmara. Afinal, conforme verifica Sylvio de Vasconcellos (1956, p. 34), somente em 1736 o rei confirmara a doação do terreno para a constituição do patrimônio daquela vila. Pode-se inferir que a delimitação da "sesmaria do conselho" visava, principalmente, a formalização dos limites do terreno pertencente ao patrimônio da Câmara. Dessa forma, contribuía na busca por mais precisão e controle na gestão dos aforamentos. Não obstante, o mesmo autor salienta que, apesar da demarcação da sesmaria pela Câmara, isentaram-se do foro os moradores que até então não o pagavam. Há também a constatação de que as terras distribuídas pelo sistema de sesmarias somente poderiam ser doadas a quem fosse batizado (COSTA, 2007, p. 33).

devotos, necessariamente deveria ser assentada em terrenos outrora "neutros" que, embora situados nas imediações, ainda não tivessem sido explorados[27].

Tal petição ilustrando a forma pela qual se criava novo arraial corrobora a teoria de que na região das Minas houvera, embora sob um processo diferenciado, as terras "para o Santo"[28] (MARX, 1991, p. 26) – uma espécie de incentivo para povoar – que teria permeado, de forma considerável, a gênese estrutural dos arraiais no restante da América portuguesa. Ainda baseando-se no documento, acreditamos ser bastante provável que os próprios ocupantes[29] e devotos (e, mais tarde, Irmãos de associações religiosas – confrarias e Ordens Terceiras) teriam sido os responsáveis pela administração de suas respectivas capelas, principalmente a partir da proibição aos membros das Ordens[30] Primeira e Segunda de se estabelecerem ou freqüentarem a região.

No decorrer dos anos e na medida do possível, os templos eram então submetidos a melhoramentos sucessivos. Para a arrecadação de fundos necessários, no espaço livre fronteiriço àqueles edifícios de cunho religioso, "ao pé de um cruzeiro de madeira, punha-se o cofre, onde as almas simples dos primitivos moradores depositavam, para alimento da sua fé, os óbolos, principalmente aos domingos e dias santificados [...]" (SANTOS, 1951, p. 33). O guardião do cofre, de ermitão passava a "fabriqueiro"[31], por ter a seu cargo a "fábrica" da construção.

---

[27] Assim como nos terrenos designados para se fazer "patrimônio" dos templos (o dito patrimônio religioso), consta num documento datado de 02/03/1702 que as terras designadas como sesmarias, a prover mantimentos à população, também haveriam de ser mais afastadas, começando-se, portanto, a partilha "[...] pela parte que distarem das minas, porque junto delas ou sobre elas não convinha dar sesmarias pelo embaraço que os donos delas fariam aos estranhos beneficiarem as suas talhas" (Conselho Ultramarino, 2-3-1702, em DHRJ, XCIII, p. 132-134 *apud* Notas de Adrée Mansuy In ANTONIL, 2007, p. 235).

[28] Segundo constata Marx (1991, p. 26), a prática da doação de uma porção de terra para o "santo" teria sido comumente adotada na Colônia. Não obstante, parece que aqui as chamadas "terra para o santo", bem como o seu patrimônio ou o da sua capela, a princípio não teriam sido doadas por um ou mais detentores de terras vizinhas, uma vez que a região se encontrava, de certa forma, ainda muito pouco explorada e ausente de senhores dominando grandes glebas. Assim, os núcleos de aglomeração agora de caráter definitivo (bem como os provisórios) nas Gerais teriam ocorrido de maneira diferenciada da ocupação usual das terras brasileiras, tão bem destrinchada por Marx (1989, 1991).

[29] Mencionemos um curioso trecho do termo da ereção da Vila do Carmo, datado de 8 de abril de 1711, no qual evidencia-se que, para se erigir a referida vila, era "precizo, concorrerem os d.tos moradores p.a a fabrica da Igreja [...]" (TERMO DE HUA JUNTA Q.E FEZ NO ARRAIAL DO RIBEIRÃO DO CARMO O S.OR GOV.OR E CAP.TAM GN.AL AN.TO DE ALBUQUERQ COELHO DE CARVALHO, P.ª SE HAVER DE LEANTAR NO D.º ARRAYAL HUA DAS VILLAS, Q' S. MAG.TE TEM ORDENADO SE ERIGIÃO NESTAS MINAS. *apud* VEIGA, 1897, p. 81).

[30] No que diz respeito às Ordens religiosas, com a vedação das Ordens Primeira (Sacerdote e Irmãos) e Segunda (Mulheres consagradas), somente se instalariam na região das Minas as Ordens Terceiras, fossem franciscanos, carmelitas ou mercedários. Vale destacar ainda que, em Minas, não houve maiores seguidores das Ordens dos beneditinos, premonstratenses e dominicanos. Informação baseada em pesquisa empreendida por Ivo Porto de Menezes (MENEZES, 1970-1999).

[31] Para se providenciar um fabriqueiro, era estritamente necessário haver uma união entre os fiéis da vizinhança, inclusive de parte de suas economias (SANTOS, 1951, p. 33). Portanto, tornava-se freqüente para os moradores almejarem se estabelecer nas proximidades dos templos de que eram devotos, proporcionando inclusive um maior adensamento populacional ao redor das capelas.

A institucionalização dessas comunidades muitas vezes se dava pela oficialização e reconhecimento da Igreja. Com a capela edificada, era "necessário" sagrá-la (MARX, 1991, p. 18 e 26), embora muitos desses templos levassem anos para serem oficializados.

Outro exemplo ocorrido nas Minas, que merece ser mencionado e também diz respeito à atuação direta da Igreja nas ocupações, se refere à nucleação surgida a partir dos descobertos de Alcaide-mor José de Camargo Pimentel e que, possivelmente, teria sido criada por meio de um patrimônio religioso seguido da construção de templo. De acordo com Costa Matoso (1999, p. 175)[32], aproximadamente no ano de 1700, tal Alcaide-mor teria descoberto o ribeiro outrora denominado de "Camargo" (nome em homenagem ao descobridor). Situava-se nas proximidades da antiga Vila de Nossa Senhora do Carmo e de Vila Rica, "seguindo a mesma serra [do Ouro Preto], à vista dela, que vai fazer na sua ponta a situação das Catas Altas". Segundo consta nos relatos do então ouvidor de Ouro Preto, anos depois do achado, o riquíssimo ribeiro vinha "[...] dando em satisfação de sua generosa diligência haveres de ouro que ainda hoje duram, conservando povo bastante, que forma uma freguesia de bom rendimento eclesiástico" (COSTA MATOSO, 1999, p. 175, grifo nosso)[33] [34].

Não sabemos precisar o quanto as normas presentes nas Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia[35] teriam sido acatadas nas Gerais - embora possamos afirmar, com certa convicção, que tais diretrizes não teriam condicionado os primeiros arraiais, uma vez que muitos deles (juntamente com seus respectivos templos primitivos) foram criados anos antes. Mesmo assim, o fato de grande parte das nucleações fundadas ocuparem as meia-encostas e, sobretudo em Vila Rica, seus templos se situarem em terrenos criteriosamente escolhidos e de destaque na paisagem, nos leva a crer que princípios e doutrinas eclesiásticas, inclusive no que diz respeito à recomendável "decência" na escolha dos

---

[32] Documento (texto) de autoria de Bento Fernandes Furtado e organizado pelo então ouvidor de Ouro Preto, Caetano da Costa Matoso (COSTA MATOSO, 1999, p. 166-193): "Notícias dos primeiros descobridores das primeiras minas do ouro pertencentes a estas Minas Gerais, pessoas mais assinaladas nestes empregos e dos mais memoráveis casos acontecidos desde os seus princípios." Minas Gerais, ca. 1750.

[33] Documento (texto) de autoria de Bento Fernandes Furtado e organizado pelo então ouvidor de Ouro Preto, Caetano da Costa Matoso (COSTA MATOSO, 1999, p. 166-193): "Notícias dos primeiros descobridores das primeiras minas do ouro pertencentes a estas Minas Gerais, pessoas mais assinaladas nestes empregos e dos mais memoráveis casos acontecidos desde os seus princípios." Minas Gerais, ca. 1750.

[34] Essa ocupação provavelmente teria sido a origem do atual "Camargos", distrito de Mariana/MG (COSTA MATOSO, 1999, v. 2, p. 157).

[35] As chamadas "Constiçoens Primeyras do arcebispado da Bahia", foram redigidas em 1707 e publicadas em 1719. Segundo Murillo Marx (1991, p. 20) o nome Constituições Primeiras se deve ao fato de "[...]que foram as primeiras codificadas e realmente aplicadas, por mais tempo e por toda a parte, porém com disposições que sucederam não só a outras nossas e do mundo português, como refletiram a orientação rigorosa do Vaticano em todo o mundo." Tratavam-se de significativas normas no que tange à ética eclesiástica e que estipulavam, entre outras implicações, na forma de "[...] se construir e as exigências mínimas a que deviam atender os locais pios, sagrados como capela e igreja". Determinava, inclusive, que as capelas e igrejas deveriam ser fundadas e edificadas em locais decentes e acomodados, visando o destaque de tais templos na paisagem (MARX, 1991, p. 21-22).

locais e na forma de se implantar os templos no espaço, tradicionalmente estiveram muito presentes, inclusive, nos primórdios da ocupação das Minas[36].

Houve várias normas, antecessoras às Constituições do Arcebispado da Bahia, que vigoraram na América portuguesa. Muitas delas, que também provinham da Bahia e que tiveram repercussão em todo o território luso-Americano, foram tomadas como base para a elaboração das referidas Constituições da Bahia, cuja autoria é do arcebispo D. Sebastião Monteiro da Vide (MARX, 1991, p. 20). Importa lembrar que normas metropolitanas, as Ordenações do Reino, por muito tempo também nos regeram, merecendo destaque as "Ordenações Filipinas", baixadas em 1603. Embora não teria tido uma adequação direta em termos pios, essa última contava com uma série de preceitos básicos como a "distribuição das terras, o seu domínio e transmissão", apesar de muito pouco ter sido dito de forma direta e mais detalhada, vigorando, talvez, "de maneira muito genérica e parcimonialista para com a disposição física de nossas cidades", conforme teria afirmado Murillo Marx (1991, p. 30). A respeito das Ordenações, o mesmo autor salienta:

> "[...] a verdade é que se alguma orientação houve por parte dos agentes do poder público e das normas legais, porventura mais próximos geograficamente ou mais diretamente interessados, por algum motivo, sabemos que essa orientação tendeu a ser tênue e não muito clara" (MARX, 1991, p. 28).

Parece que a ausência, por parte de Portugal, de uma legislação específica para determinar regras claras e bem definidas capazes de orientar no processo de configuração do espaço urbano colonial e que contemplasse suas diferenças em relação à metrópole teria provocado uma espécie de "vazio institucional" (COSTA, 2007, p. 40). Foi nesse vazio que os costumes e normas eclesiásticas tiveram a possibilidade de se impor[37]. Ademais, nos parece que as premissas da Igreja sempre foram mais facilmente acatadas e, visando questões claramente eclesiásticas, se impuseram desde o início na paisagem urbana talvez

---

[36] Uma evidência dessa prática fundamenta-se no "costume" que, conforme nos ensina Manuel Hespanha (1993a, p. 12), naquele tempo equivalia à prática de lei. Trata-se da vigência do consuetudinário - usual principalmente numa cultura político-administrativa correspondente ao "mundo da cultura oral". Assim, dentre os preceitos em voga, havia um modelo "comum de implantação de capelas e igrejas desse tempo. O modelo era autorizado pelas fontes escritas da arte, mas também pelo costume de se fazer, atualizado em tópicas difundidas pelo uso, em meios letrados ou somente oficiosos, aplicáveis com adequação às várias circunstâncias", explica Bastos (2009a, p. 320). Aliás, enfatiza Hespanha (1993b, p. 193) em seus estudos sobre a História de Portugal no dito Antigo Regime, que é de se destacar a validade dos escritos de um grande mestre jurista: Francisco Suarez, no qual se baseavam os juristas portugueses da época e que "[...] embora reconhecendo a primazia, de princípio, da lei real, admitem a validade do costume, [até] mesmo *contra legem*, numa longa série de situações".

[37] Sabe-se que as Ordenações Filipinas apenas consideravam como nulas as posturas elaboradas em contradição com o disposto na lei [...] (HESPANHA, 1993b, p. 193). Além disso, parece que nesse caso (como em tantos outros), é como se "[...] a experiência e o costume prevalecessem sobre a regra; ou [...] que o costume de fazer ou agir acabava por autorizar uma outra regra também legítima e aplicável, sem que fosse destituída a vigência legal da canonicidade. Passam a coexistir, portanto, regras ou modelos concomitantemente autorizados e disponíveis à adaptação das várias circunstâncias em exame no ato ou na experiência da invenção, e tanto melhor que se pudessem observá-los todos [...]" (BASTOS, 2009a, p. 320).

porque "[...] seus procedimentos disciplinares e hierárquicos eram levados mais a sério quando se tratava do ritual, dos eventos litúrgicos, dos locais pios" (MARX, 1991, p. 30).

É válido supor também que no surgimento dos arraiais mineiros, com a já referida aliança constituída entre Estado-Igreja (MARX, 1991, p. 31), havia uma necessidade (tendendo a uma obrigação por parte da Coroa) de oferecer terras[38], não tão grandes, mas expressivas, destinadas às construções desses edifícios de cunho religioso (MARX, 1990-1992, p. 390) e que logo eram ocupados por seus devotos e demais contingente, tal como ocorrera em Tapanhoacanga "em hum Campestre que fica por detraz do dito Arraial" (PASSOS, 1940-1942, p. 153-154)[39]. Dessa forma, templos e mais templos eram erguidos sendo que os respectivos arraiais logo passavam a ser ocupados também pelas moradas e comércios. "Em cada área de maior destaque de mineração surgiu um núcleo urbano. Os senhores das lavras [principalmente,] acabaram por instalar-se nesses povoados [...]" (LUNA; COSTA, 1982, p. 16). É significativo o fato de que os arraiais "definitivos", não raras vezes teriam sido criados, portanto, a reboque de seus respectivos templos. Sobre o conceito de arraiais, destaca Moraes (2005, p. 163):

> No povoamento da América Portuguesa, o sentido costumeiro que o termo "arraial" tinha em Portugal – o de acampamento militar, também empregado para os locais de quermesses e feiras, de caráter precário porque provisório – passou a designar genericamente aglomerações de tamanho variado. Em Minas, fundados junto às lavras e ao longo dos caminhos, esses acampamentos, pontos de pouso, ranchos ou vendas logo viriam constituir núcleos de natureza permanente. Também, na medida em que as hordas de aventureiros adentravam mais os sertões, os arraiais fundados logo se tornavam postos avançados, como faziam antes os bandeirantes, a partir dos quais se rumava para áreas mais longínquas.

1.3 - Os arraiais provisórios

Antes, porém, do surgimento desses núcleos mais perenes, por assim dizer, as primeiras construções da região que viria a se tornar Vila Rica se limitavam a "[...] abrigos provisórios, destinados à proteção precária de seus habitantes, ainda inaptos ao estabelecimento de uma aglomeração humana estável".

---

[38] Além da concessão de terras para edificação de templos, cabe destacar que, a partir de um adensamento verificado nas vilas com o passar dos anos, muitas vezes, as Irmandades e Ordens Terceiras terminariam por adquirir chãos para edificarem suas capelas por meio da compra de terrenos já ocupados e de suas respectivas construções, como ocorrido, por exemplo, com os irmãos residentes em Vila Rica e devotos de São Francisco de Assis e de Nossa Senhora do Monte Carmo.

[39] Passos (1940-1942, p. 153-154) transcreve documento: [Livro de Tombos]. Vila de Sabará, 8 set. 1717.

Tais abrigos também estavam "[...] sujeitos a transladações[40] contínuas e não agrupadas ainda em famílias" (VASCONCELLOS, 1956, p. 181). Acrescenta Vasconcellos que essas construções improvisadas eram utilizadas apenas a curtos repousos, intercalados na intensa atividade que muitas vezes se resumia ao garimpo. Cumpre-se destacar que, conforme afirmou Diogo de Vasconcelos (1934, p. 19), essas primeiras edificações não corresponderam somente à precariedade das condições do local (que se encontrava semi-inexplorado e de difícil acesso), mas também à preocupação e esperança dos aventureiros de se enriquecerem rápido e retornarem à terra natal. Sylvio de Vasconcellos (1956, p. 182) salienta ainda que em Minas, a estrutura dos ranchos era ordinariamente composta de paus roliços amarrados a cipó ou embiras e, as coberturas, a princípio de meia-água, eram de sapé. O mesmo autor enfatiza o aspecto provisório da maioria dessas edificações primitivas:

> Sem dúvida, a primeira fisionomia da Vila valeu-se dessas construções, como indicam os aforamentos da época, concedidos, em sua maioria, para 'construir um rancho' e só raramente aludindo a 'casas', assim compreendidas, talvez, aquelas de 'maior dura' e já cobertas de telhas [...] (VASCONCELLOS, 1956, p. 183).

É crível que os ranchos improvisados e, portanto, já extintos, tenham sido erguidos ao longo dos ribeiros. "A probabilidade da existência do ouro era só o que influía no local, e como era no fundo dos vales que ele mais à vista se achava, ali tiveram origem os primeiros arraiais" (SANTOS, 1961, p. 29-30). A princípio, estes não passavam de acampamentos ainda não definitivos. Acreditamos também que foi sob essa ótica que Vasconcellos (1956, p. 20) lançou a seguinte observação, a respeito dos exploradores pioneiros: "desprovidos de garantias de vida e de propriedade, são impelidos a entricheirar-se (sic) no mesmo local do trabalho, levantando seus abrigos nas próprias catas, à beira dos talhos, a céu aberto [...]"

Os mineradores inicialmente tenderam, portanto, a acompanhar os cursos d'água para fazer suas descobertas e estabelecer as catas, visando obter a garantia de uma área para explorar. O início desta garantia de direito de uso e exploração das datas talvez só se tornaria realidade após o advento do Regimento das Minas, lançado em 4 de abril de 1702[41]. Parece que a partir dessa tentativa de controle da exploração pela Coroa, grande parte dos ranchos provisórios seriam substituídos, ainda que de forma progressiva, pelos

---

[40] André João Antonil, ao relatar a presença e o papel desempenhado pelos religiosos nas Minas, declara: "E quando se averigúe (sic.) o direito do provimento dos párocos, pouco hão de ser temidos e respeitados naquelas freguesias móveis de um lugar para outro como os filhos de Israel no deserto." (ANTONIL, 2007, p. 229, grifo nosso). Neste trecho de seu livro intitulado "Cultura e opulência do Brasil por suas drogas e minas", o Padre Antonil reafirma que havia ocupações provisórias e que núcleos (arraiais e freguesias) naquela época e ocasião eram criados/ extintos e migravam de um local para outro com certa freqüência.

[41] Com o Regimento das Minas de 1702, a declaração dos descobrimentos às autoridades, oficialmente tornar-se-ia obrigatória, para a obtenção de uma data à Coroa e a repartição das demais aos descobridores e demais presentes que se prontificassem a participar da extração. De acordo com o artigo 5º do referido regimento: "O Superintendente [Guarda-mor] tanto que tomar conhecimento dos ribeiros, ordenará ao Guarda mor que faça medir o comprimento delles para saber as braças que tem efeito, saberá as peçoas que estão prezentes e os negros que cada hum tem, tomando disso informações certas, e ordenará ao Guarda mor faça a repartição das datas [...]": Documento reproduzido por Andrée Mansuy Diniz Silva e acrescentado no livro de Antonil (2007, p. 358-369) como "apêndice documental": "Regimento do superintendente, guarda-mor e mais officiaes das minas do ouro de São Paulo". 19 abr. 1702.

arraiais mais perenes, situados em terrenos mais convenientes e melhor adaptados. Motivados não apenas em se aproximar dos novos templos, mas também em razão dos perigos naturais que eram constantes "nestes vales profundos e ásperos", os exploradores, a partir de então, "passavam as noites no alto da Serra, onde tinham o seu arraial, mais seguro contra surpresas e assaltos de feras ou índios, que de mais longe viessem" (VASCONCELOS, 1974, p. 173)[42].

Consta na obra de Antonil (2007, p. 222) que além das minas descobertas de que se teve notícia, certamente havia "[...] outras que secretamente se acham e se não publicam para se aproveitarem os descobridores delas totalmente e não as sujeitarem à repartição [...]". Havendo muitos descobrimentos não publicizados, seria sensato pensarmos que os respectivos descobridores nem sempre garantiam a posse por lei e, portanto, muitas vezes se fazia necessário para esses últimos preservarem, ainda por determinado tempo, suas moradas nas próprias datas descobertas com a finalidade de assegurar o usufruto do local. É válido supor que os escravos teriam permanecido ainda por algum tempo nos toscos ranchos, enquanto seus senhores e também os comerciantes teriam construído as primeiras edificações nas proximidades dos templos, dando início à ocupação permanente.

Com o passar do tempo, casebres são então progressivamente substituídos por casas de morada mais definitiva, menos rústicas e agora implantadas em terrenos melhor adaptados, das quais algumas acabaram sendo gradualmente transformadas em casarões. "Paralelamente, estruturavam-se os povoados como centro de gravidade das zonas mais ricas, [...] tais lugarejos definiam-se como retaguarda imediata da lide mineradora" (LUNA; COSTA, 1982, p. 16). Até mesmo alguns dos ranchos improvisados ainda próximos aos cursos d'água, bem como os já edificados no entorno dos templos e ao longo dos caminhos que aos poucos eram criados, logo vieram a se tornar casas mais sólidas e adequadas, vez por outra construídos ainda no mesmo local.

No início da segunda década setecentista, a urbanização verificada nas Minas Gerais acarretará a criação das primeiras vilas da região, sendo que a antiga Vila Rica de Albuquerque[43] fará parte destas pioneiras vilas. À época, teria afirmado o então governador

---

[42] Ressaltemos ainda que, principalmente nos primeiros anos setecentistas, várias enchentes assolaram a região, invadindo inclusive alguns dos caminhos então já delineados (SANTOS, 195, p. 35). Consta em documentação que o chamado Córrego do Ouro Preto ocasionalmente inundava a rua fronteiriça à igreja matriz do Ouro Preto (Códice 22 – Autos de Correição aos Oficiais do Senado. 1725/1768. fl. 112 v., s/data, SC – APM *apud* MASSARA, 1989, p. 145), que possivelmente corresponde à atual Rua do Pilar, conhecida anteriormente, dentre outras variantes, como "rua que vae por detras da Igreyja Matriz" (VASCONCELOS, 1941, p. 251). A criação de arraiais em locais um pouco mais afastados dos veios dos córregos também diminuía a probabilidade de incidentes desse tipo, impedindo, assim, que templos e casas sofressem inundações.

[43] Nome atribuído em autopromoção a Antônio de Albuquerque Coelho de Carvalho, Capitão-general da nova capitania de São Paulo e Minas do Ouro. Pouco tempo depois, por ordem de D. João V, a nomenclatura da nova vila seria alterada para Vila Rica de Nossa Senhora do Pilar do Ouro Preto, desaprovando o nome original adotado anteriormente (MENEZES, 2002, p. 71).

Antônio de Albuquerque, que a referida "[...] vila se achava sem ter recreio nem terra alguma, assim para a criação dos gados como para venda e aforar aos moradores" (VEIGA, 1999, p. 661-662)[44]. Todavia, o ouro em abundância encontrado no vale do Tripuí e adjacências anos antes já teria resultado numa rápida e extraordinária ocupação em princípio de consolidação, fruto da imigração intensa.

1.4 - A sociedade começando a firmar-se

Poucos anos após os primeiros descobertos, assentamentos humanos foram então se firmando, conformando adros e arruamentos: os primeiros logradouros públicos impressos de forma mais "estável". Sylvio de Vasconcellos, em seu ensaio intitulado "Vila Rica: formação e desenvolvimento – residências" (1956) foi o primeiro pesquisador a lançar hipóteses sobre a apropriação inicial da rede intra-urbana da antiga vila. Segundo o pesquisador, os núcleos teriam se estabelecido de forma "espontânea", próximo aos vales e espaçadamente uns dos outros, conforme o croqui que se segue (**FIG. 05**), de sua própria autoria. Os templos então construídos, embora longe de serem grandiosos, se tornaram importantes marcos daquela ocupação.

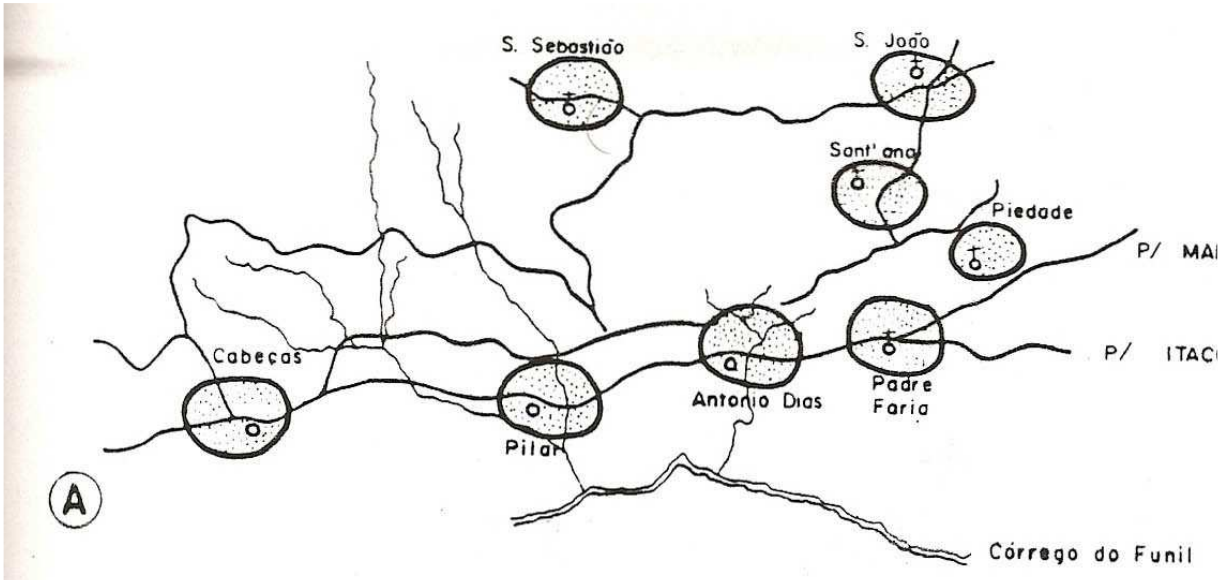


FIGURA 05 - "Estudo inicial de Sylvio de Vasconcellos - Parte A" – croqui apontando os arraiais pioneiros em fase de pré-consolidação (com os respectivos templos) e os primeiros caminhos abertos na região.
Fonte: VASCONCELLOS, 1951.

Indícios mais precisos dessas ocupações primevas podem ser encontrados no rol dos primeiros aforamentos de Vila Rica, realizados a partir de 1712 e resgatados por Salomão de

[44] Veiga (1999, p. 661-663) transcreve documento: "Termo da ereção de Vila Rica". Vila Rica, 8 jul. 1711.

Vasconcelos (1941)[45]. Esses registros de concessões de terras foram essenciais ao estudo do processo de (re)estruturação espacial das povoações coloniais, assim como para a compreensão de algumas das suas características morfológicas. Embora as referências para a localização dos aforamentos concedidos sejam relativamente vagas, é possível identificar parte da ocupação primeva, já extinta, bem como os primeiros indícios da ocupação mais "estável" além do traçado urbano primário de Vila Rica. Este traçado, conforme veremos logo adiante, tem resistido ao tempo, se fazendo presente - em sua essência - até os dias atuais.

De acordo com tais arrolamentos é possível afirmar que mesmo anteriormente à presença oficial do Estado, arraiais já se encontravam em processo de consolidação e em pleno desenvolvimento. Mencionemos, a título de exemplo, o pedido de Miguel Santos que solicitava, no ano de 1712, "chãos para fazer huas cazas no bairro que se chama dos Paulistas [...]" e o aforamento de Domingos Correia Neto, "no bairro de Antonio Dias", também datado de 1712 (VASCONCELOS, 1941, p. 243).

Para compreender as características e mudanças na forma de ocupar a região, também se faz necessário levar em conta as atividades comerciais. O comércio ambulante foi bastante relevante e, sobretudo, impactante na definição dos caminhos abertos e na consolidação das nucleações.

A tendência de se ocupar as estradas principais (de interligação dos arraiais) – com casas de comércio, além das de morada, – é nítida. Embora no início houvesse uma ocupação apenas esparsa ao longo do percurso, nos parece claro que essas eram as principais rotas que cruzavam a vila e atendiam, principalmente sob fins comerciais, às demandas da região[46]. "Não há aqui a auto-suficiência das fazendas, de modo que o comerciante é indispensável. O mesmo motivo – economia mineratória [por excelência] – explica o processo de urbanização, em Minas mais intenso que no resto do país" (LUNA; COSTA, 1982, p. 17).

Verifica-se nas atas da Câmara das primeiras décadas da Vila, a constância de licenças concedidas para lojas e vendas, bem como a proibição desse comércio nas áreas

[45] Cabe ressaltar que, pelo menos entre 1712 e 1721, houve também outras concessões de terrenos deferidas pela Câmara de forma isolada, por meio de atas e acórdãos. A existência de edificações sem obediência às formalidades da lei também eram freqüentes no início da Vila (VASCONCELLOS, 1955, p. 171).

[46] O comércio preferencialmente se estabelecia nos principais "cruzamentos ou pontos onde era mais promissor o assentamento urbano, como as paradas de tropas, de ambulantes, locais de travessias de cursos d`água ou mesmo postos de cobrança de impostos" (D`ASSUMPÇÃO, 1989, p. 131).

ribeirinhas, locais de mineração[47]. Impossibilitados de fixar edifícios comerciais nas lavras, os comerciantes acabaram por se estabelecer nas proximidades, influenciando, talvez, na própria localização e desenvolvimento dos primeiros arraiais definitivos de Vila Rica. Francisco Luna e Iraci Costa (1982, p. 16) afirmam: "Os arraiais, originados da fixação do comércio, cresceram com o duplicar das moradias." Ao longo dos Setecentos, pequenas aglomerações também vão surgindo às margens dos caminhos principais de interligação entre um arraial e outro, estimulados pelo movimento das tropas que ali transitavam (**FIGs. 05 e 06**).

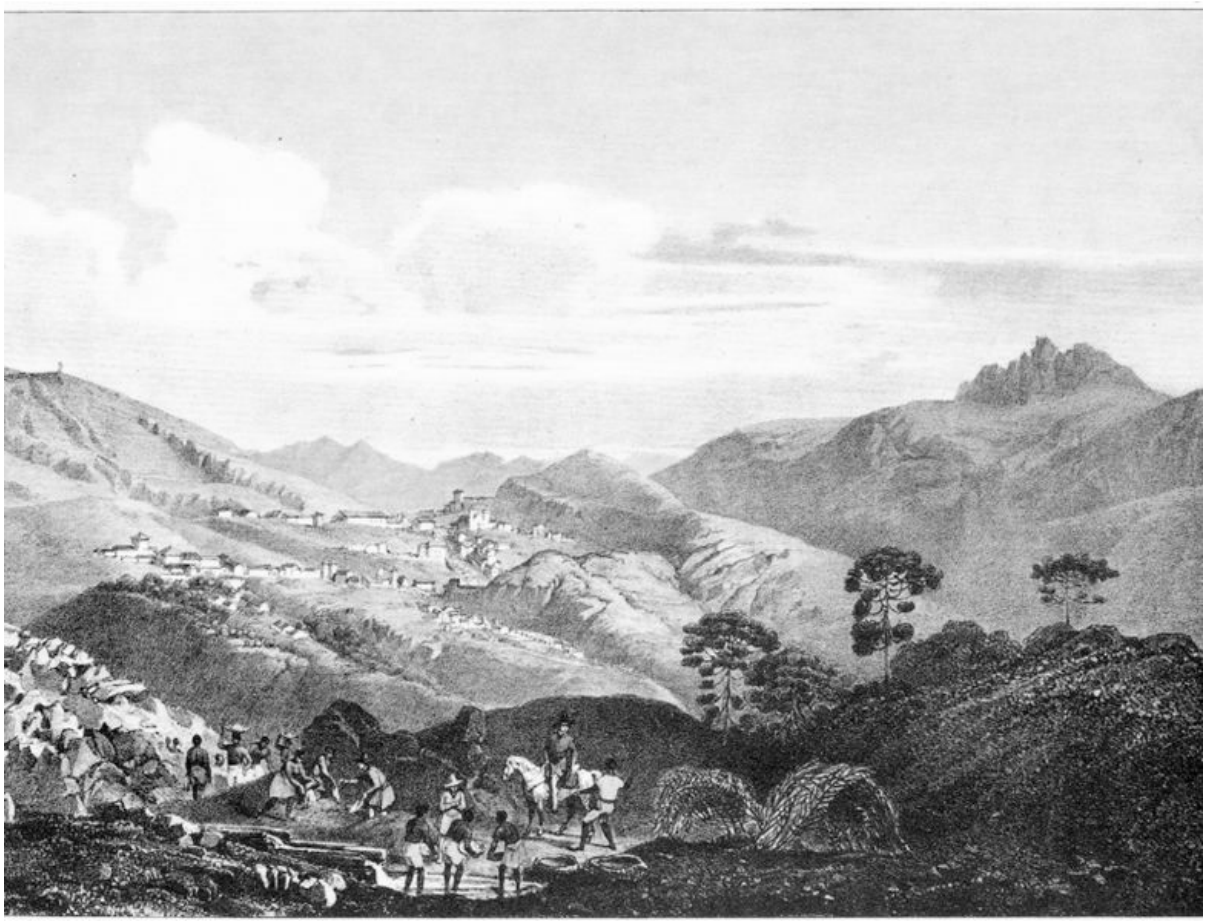


FIGURA 06 - Gravura do século XIX de autoria de Johann Moritz Rugendas (elaborada em ca. 1820-1825) retratando um panorama da antiga Vila Rica, com destaque para extração do ouro nas catas. Observa-se que as casas de morada e de comércio foram implantadas em locais mais afastadas dessa atividade. Notam-se as edificações situadas preferencialmente em meia-encostas (relativamente distantes dos cursos d'água) e interligadas por um caminho principal (rota comercial).
Fonte: CONZEN, 2007.

[47] De fato, parece-nos que a preferência de o comércio se instalar nos caminhos mais planos (D`ASSUMPÇÃO, 1989, p. 132) e nas proximidades dos templos, além de favorecer um maior controle sobre os descaminhos do ouro, justifica-se também pela melhor adequação espacial desses locais para receber atividades dessa natureza.

1.5 - A atuação dos templos na conformação do tecido urbano

Apesar da interligação dos núcleos por meio de estradas, mesmo no decorrer do tempo verifica-se que as ocupações mais significativas mantiveram a tendência de se concentrarem em locais contíguos ou ao redor dos templos. Estes assumiram um papel polarizador nos arraiais propriamente ditos. Segundo Sylvio de Vasconcellos, ao normalizar as explorações, era freqüente, por parte dos exploradores, se organizarem em povoados que surgiam junto às capelas recém-edificadas, "[...] cujos adros e caminhos, caseados, vão cordear os incipientes logradouros públicos" (VASCONCELLOS, 1956, p. 21).

A preocupação com o arruamento dos arraiais, agora de caráter mais "permanente"[48] respeitando-se o seu respectivo templo (e demais equipamentos públicos), era constante, de modo que as edificações particulares deveriam ser implantadas seguindo uma forma bem ordenada e que pudessem proporcionar a criação de tais adros / praças. A aplicação do decoro urbano[49] em conjuntos urbanos e arquitetônicos, inclusive no que diz respeito à implantação de edifícios de cunho religioso (a partir das normas eclesiásticas) e institucional (principalmente após a fundação da vila e a implantação das vereações), se fez presente nas principais vilas e cidades das Minas Gerais – inclusive em Vila Rica, conforme demonstraremos no decorrer da pesquisa.

Como exemplo, mencionemos de imediato, o ocorrido nas proximidades da Matriz de Nossa Senhora do Pilar do Ouro Preto, que, no ano de 1714, levou a Câmara a determinar que se fizesse vistoria no bairro de Ouro Preto, após um incêndio que se alastrara atingindo o casario próximo ao adro da Igreja Matriz de Nossa Senhora do Pilar. Naquela ocasião, a Câmara teria decidido que as novas casas a serem edificadas em substituição das construções incendiadas, se recuassem para os fundos permitindo a criação de uma praça "p.ª milhor aRuamt.º desta nova V.ª [Vila] e por ficar defronte da matris daquele baiRo [...]" (BASTOS, 2003, p. 128-129)[50]. Esse documento é capaz de revelar a importância dos adros dos templos como espécie de vazios urbanos de convívio público por excelência, que

---

[48] Disposições para controlar o alinhamento dos lotes e das edificações, como a fixação de balizas pelo 'arruador' do conselho, já são encontradas em registros datados de 1715 (APM, CMOP, 01, fl. 54v. *apud* FONSECA, 2006, p. 37). Segundo Fonseca, tais fontes documentais trazem também informações sobre as formas e dimensões dos terrenos aforados pela Câmara.

[49] Conforme bem observara Rodrigo Bastos (2007, p. 43), "constatar a consideração do 'decoro' ou da 'conveniência' nos processos povoadores na capitania de Minas Gerais – um dos 'preceitos regulares', uma das 'regras da arte' luso-brasileira de edificar, arruar e povoar – não apenas permitiu criticar a designação 'espontânea' aplicada às suas povoações como também reconhecê-las a partir de uma noção de 'regularidade' que, naqueles tempos, significava antes de tudo a 'observância' a essas 'regras' e 'preceitos' competentes à arte de edificar".

[50] Bastos (2003, p. 128-129) transcreve documento referente às "ACTAS da CMVR (1711-1715)". Documento extraído dos Annaes da Biblioteca Nacional (1927), p. 319. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1936, p. 200-391.

deveriam existir sempre que possível, apesar do adensamento cada vez mais iminente nos arraiais.

Acatando-se esta premissa, tão praticada no período do barroco, a edificação mais relevante acaba por permanecer ilhada por um espaço vazio, proporcionando maior valorização e destaque à sua própria arquitetura, medida que ainda hoje é frequentemente adotada em muitos organismos urbanos.

Discorrendo sobre a forma de se implantar os templos e, depois, as edificações na paisagem urbana dos antigos arraiais - em especial os mineiros - Marx (1991, p. 23) chama a atenção para que esse tipo de apropriação: "[...] além de revelar a silhueta de construções especiais por entre o singelo casario, esboçou a presença do vazio, do espaço aberto fluido, por vezes elaborado, e propiciou, antes de tudo, um importante domínio da terra urbana".

Vasconcellos (2004)[51] contrapõe a disposição das igrejas das povoações litorâneas (muitas vezes localizadas no interior das quadras e tangenciando os logradouros públicos) à disposição característica dos templos na região das Minas: "[...] erguidos no centro de largos, circundados por praças ou ruas e independentes das quadras urbanas deles vizinhas" (VASCONCELLOS, 1959, p. 5). A solução adotada nas Minas, segundo Vasconcellos, procurou valorizar mais esses edifícios religiosos, a partir de um paisagismo incipiente[52]. Ao interpretar a estética presente no cenário urbano de Ouro Preto, Baeta (2010, p. 322) observa, de forma poética, que as igrejas e capelas, representadas em grande número naquela paisagem, "rompem a massa amorfa da mancha edificada distribuída pelo sítio natural, dando legibilidade e dramaticidade às imagens que são derramadas no ambiente." Dessa forma, muitos dos povoados mineiros nascidos no período colonial, incluindo-se antigos arraiais de Vila Rica, desde os primórdios demonstraram e, ainda hoje, mostram nas pequenas e rústicas capelas do início do século ou em suas monumentais igrejas e capelas mais tardias, "[...] como a arquitetura compreendeu e tirou partido desses edifícios que puderam ser erguidos e permanecer isolados dos vizinhos" (MARX, 1991, p. 23).

---

[51] "Formação das Povoações de Minas Gerais". São Paulo: Jornal Estado de São Paulo, Suplemento Literário, p. 6, 29 mar. 1958. In VASCONCELLOS, 2004, p. 145-147.

[52] Rodrigo Baeta (2010, p. 349) chama a atenção para o fato de que a questão em voga é bem mais complexa do que inicialmente possa parecer. A alta densidade verificada nas cidades brasileiras litorâneas, como Salvador, por exemplo, tem grande relação com a "necessidade de o núcleo urbano se 'apertar' entre os seus limites de proteção: acidentes naturais [com destaque para o mar ou outro obstáculo], [...] ou barreiras edificadas, como as muralhas que vão cercar as cidades lusas e alguns núcleos importantes do litoral brasileiro". Este tipo urbanístico atendia principalmente aos problemas de defesa (nucleação protegida) e de economia (menor extensão dos logradouros), uma vez que tais povoações muitas vezes provinham de planos pré-concebidos (VASCONCELLOS, 2004, p. 145).



FIGURA 07



FIGURA 08



FIGURA 09

Imagens captadas da cidade de Salvador, Bahia. Destaque para a disposição dos templos em meio ao traçado urbano originado no período colonial: (FIGURA 07) Capela de Nossa Senhora do Rosário; (FIGURA 08) Catedral Basílica (antigo templo dos Jesuítas); (FIGURA 09) Capela da Ordem Terceira de São Francisco de Assis. Nas principais povoações litorâneas da América portuguesa, as igrejas e capelas sofreram a tendência de se posicionarem rente aos logradouros (seja em grandes praças retangulares ou em simples arruamentos), de forma que, muitas vezes, eram divididas lateralmente com outros edifícios sem disporem de afastamentos, em razão da necessária concentração urbana.

Fonte: BAETA, 2010, p. 293 Fonte: BAETA, 2010, p. 284 Fonte: BAETA, 2010, p. 285



FIGURA 10



FIGURA 11

Templos na cidade de Mariana. Minas Gerais: (à esquerda) Capela de Nossa Senhora da Conceição da Ordem Terceira de São Francisco de Assis; (à direita) Capela de São Pedro dos Clérigos. Devido à forma em que foram implantadas, as igrejas e capelas das Minas – vale como exemplo determinados templos da cidade de Mariana – sofreram a tendência de se mostrarem mais isoladas de edifícios que poderiam obstruir a sua visão (BAETA, 2010, p. 322).

Fonte: Elaborada pelo autor, 2008. Fonte: IPHAN/MINC, 2002. Fotos de Rodrigo Marcandier e Robson Godinho.

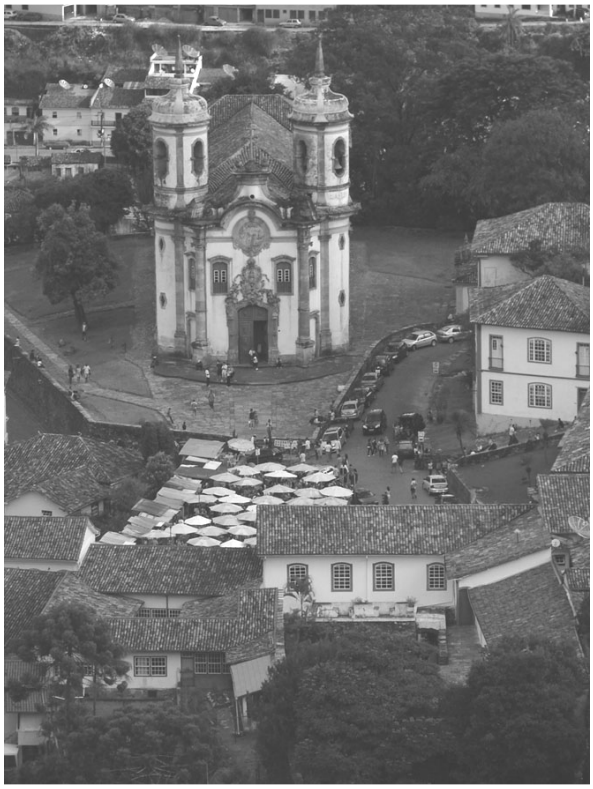


FIGURA 12



FIGURA 13

Templos erguidos na outrora Vila Rica, atual Ouro Preto, Minas Gerais: A exposição isolada e de notável destaque dos templos na paisagem – especialmente na cidade de Ouro Preto – deve-se também à paisagem peculiar e montanhosa favorável, na qual os monumentos foram erguidos. Observam-se: Capela de Nossa Senhora dos Anjos da Ordem Terceira de São Francisco de Assis (à esquerda); Capela da Ordem Terceira de Nossa Senhora das Mercês e Misericórdia (à direita).

Fonte: Elaborada pelo autor, 2010.

Fonte: Elaborada pelo autor, 2010.

Com base no episódio já citado a respeito da Matriz do Pilar, bem como na análise da forma de ocupação espacial das demais ocupações da Vila Rica setecentista, pode-se intuir que os edifícios de cunho religioso (quando instituídos) – tanto igrejas quanto capelas – condicionavam, ou pelo menos induziam, o adensamento e talvez até a formação dos respectivos bairros – ou arraiais, como eram conhecidos – que o acolheram. Os templos contribuíram, assim, para a conformação do tecido intra-urbano que, em suma, ainda é remanescente.

CAPÍTULO 2

PRIMEIRA ETAPA DE OCUPAÇÃO: OS PRIMEIROS ARRAIAIS PROVENIENTES DE UMA ORGANIZAÇÃO MAIS "ESTÁVEL"

Os maiores arraiais primevos que antecederam a fundação de Vila Rica foram chamados de Ouro Preto, de Antonio Dias e do Padre Faria (VASCONCELOS, 1934, p. 18-19). Lopes (1932, p. 29) complementa que principalmente essas nucleações cresceram rapidamente, tal a afluência de aventureiros. Não por mero acaso, a origem destes três arraiais que de imediato se tornaram bem prósperos é resultado das descobertas de seus respectivos ribeiros – os mais importantes afluentes do Rio Funil. Deles se extraiu bastante riqueza, conforme relata Bento Fernandes Furtado (COSTA MATOSO, 1999, p. 173)[53]. Embora estejam situados relativamente nas proximidades dos vales (VASCONCELOS, 1934, p. 18-19), a poucos metros dos cursos d'água, notemos que houveram de ser acomodados em terrenos semi-planos incrustados em meia-encostas.

Sendo o líder da bandeira que chegara à região em fins do século XVII, Antonio Dias (juntamente com outros exploradores) poucos anos depois teria fundado o seu arraial de cunho "mais permanente" – certamente um dos primeiros e de maior êxito da região -, incluindo a construção do templo em devoção à Senhora da Conceição. Lima Júnior (2008, p. 73) assinala que a Virgem Maria haveria de influenciar com tanto ardor os novos moradores da terra do ouro que já nos primeiros anos, templos dedicados à Imaculada Conceição foram erguidos, incluindo o da "Conceição do Arraial de Antonio Dias".

Igualmente antigo e próspero, foi o arraial de Nossa Senhora do Pilar do Ouro Preto. Talvez em razão de ter sido o mais rico em ouro, em documento datado de 30 de agosto de 1705 e direcionado ao rei, Baltasar de Godoy Moreira, guarda-mor-geral substituto de Garcia Rodrigues Pais, afirmava haver no "Ribeiro do Ouro Preto, paragem [...] em que assiste a maior parte dos negociantes e onde, por causa da inveja, sucedem os maiores casos [de crimes] os mais dos dias" (ANTONIL, 2007, p. 379)[54].

Da mesma forma, contando com a descoberta do ribeiro em 1699 (SANTOS, 1951, p. 32) e, conforme esclarece Diogo de Vasconcelos (1934, p. 23), "[...] tendo por base as primeiras datas minerais, concedidas exclusivamente aos paulistas em 1701, pelo Guarda-Mór

---

[53] Documento (texto) de autoria de Bento Fernandes Furtado e organizado pelo então ouvidor de Ouro Preto, Caetano da Costa Matoso (COSTA MATOSO, 1999, p. 166-193): "Notícias dos primeiros descobridores das primeiras minas do ouro pertencentes a estas Minas Gerais, pessoas mais assinaladas nestes empregos e dos mais memoráveis casos acontecidos desde os seus princípios." Minas Gerais, ca. 1750.

[54] Documento reproduzido por Andrée Mansuy Diniz Silva e acrescentado no livro de André João Antonil (2007, p. 379) como "apêndice documental": "Carta de Baltasar de Godoy Moreira a D. Pedro II". AHU, Rio de Janeiro, 3105. Minas Gerais, 30 jul. 1705.

Domingos da Silva Bueno [...]", os primeiros assentamentos humanos de caráter mais "estável" do Padre Faria[55] teriam sido fundados em período próximo àquela data, ou seja, bem antes de Antônio de Albuquerque ter publicado o "Termo da ereção de Vila Rica" (evento ocorrido em julho de 1711) (**FIG. 14**).

[55] A omissão de André João Antonil (2007) a respeito do arraial do Bom Sucesso, o qual Costa Matoso (1999, p. 179) alega ter sido fundado em 1701, nos leva a supor que esse antigo arraial possivelmente teria sido fundado pelo próprio Padre João de Faria Fialho. Tendo este último descoberto o Córrego do Padre Faria em 1999, haveria de fundar nas proximidades um arraial com templo sob a invocação de Nosso Senhor do Bom Sucesso, do qual, sabe-se, aquele padre era devoto. Numa carta dirigida a D. Pedro II por Antônio Luís Peleja, datada de 01/11/1703, afirma-se que o bandeirante Padre Faria dedicara toda a sua atividade para angariar fundos para a nova freguesia de Nossa Senhora do Bom Sucesso de Pindamonhangaba (AHU, Rio de Janeiro, 2789 *apud* Notas de Andrée Mansuy *In* ANTONIL, 2007, p. 219, grifo nosso). Anos depois, o nome da nucleação teria sido alterado para "arraial do Padre Faria" - talvez já na ausência do célebre Padre taubateano e em homenagem ao mesmo, que teria partido para Pindamonhangaba nos primeiros anos do século XVIII. Esse arraial correspondente ao atual Bairro do Padre Faria da cidade de Ouro Preto.



FIGURA 14
Legenda:

Observam-se os núcleos / arraiais da Primeira Etapa de ocupação, que se mostraram mais prósperos ao longo dos Setecentos. . Destaque também para a interrelação dos referidos assentamentos humanos aos ribeiros mais próximos: (1) Arraial de Nossa Senhora do Pilar de Ouro Preto; (2) Arraial de Nossa Senhora da Conceição de Antonio Dias; (3) Arraial do Bom Sucesso / Padre Faria; (4) Arraial do Caquende (atual Bairro do Rosário); (5) Região do Passa-Dez; (6) Região da Barra; (7) Arraial dos Paulistas da Freguesia de Nossa Senhora da Conceição (atual Rua dos Paulistas); (A) Córrego do Ouro Preto (nome atual); (B) Córrego de Antonio Dias; (C) Córrego do Padre Faria; (D) Córrego do Caquende; (E) Córrego do Passa-Dez; (F) Córrego do Sobreira (afluente do Córrego de Antonio Dias); (G) Rio Funil.

Base:
"Mappa de Villa Rica", de autoria de Manoel Ribeiro Guimarães. . Documento original manuscrito do Arquivo Histórico do Exército, Rio de Janeiro, ca. 1786-1787. Fonte: REIS FILHO, 2000, p. 215 (Alterada pelo autor, 2010).

Pode-se acrescentar aos estudos de Vasconcelos (1934, p. 18-19) que as ocupações iniciais na região do Passa-dez, bem como no Caquende – atual bairro do Rosário (VASCONCELOS, 1941, p. 255) – também estão localizadas nas proximidades de córregos e, provavelmente, são tão antigos quanto os outros três mencionados anteriormente (**FIG. 14**).

Também primitivo, um dos dois arraiais ditos "dos Paulistas" teria ocupado as proximidades do Córrego do Sobreira – onde outrora havia ouro em abundância[56]. A pequena aglomeração que de início se formou na região dita da Barra (já no princípio do século XVIII), situava-se junto a um importante afluente (Córrego de Antonio Dias), do Rio Funil.

Embora esses núcleos que deram origem a Vila Rica tenham sido criados a partir dos vales e encostas da região, não se pode afirmar que tais ocupações (e até mesmo as que surgiram mais tarde) tenham rodeado ou acompanhado os cursos d'água, salvo a da Barra e, possivelmente, as dos Paulistas (tanto a da freguesia de Nossa Senhora da Conceição quanto a outrora sita na freguesia de Nossa Senhora do Pilar), conforme veremos de forma mais detalhada logo adiante (**FIG. 14**).

É válido afirmar que, com freqüência, os primeiros arraiais se aproximavam dos córregos (muito em razão da extração mineral)[57], mas, conforme veremos mais adiante, deram preferência a pequenas encostas, sendo, na realidade, condicionados pelas respectivas capelas quando havia essas edificações.

Um importante meio investigativo para o estudo das primeiras ocupações consiste na verificação das datas das capelas primitivas, que, muitas vezes, favoreceram a criação e até ditaram a prosperidade dos arraiais.

Diogo de Vasconcelos (1934, p. 17-18) afirma que nos primeiros povoados - que deram origem a Vila Rica -, cada um por seu lado erigiu, como pôde, a sua respectiva capela. Marx (1990, p. 390) reitera: "de 1700 a 1711 formam-se inúmeros arraiais provisórios... com uma ermida [sic.] no meio". É certo que os templos de que se tem notícia, principalmente os primitivos (muitos deles anteriores a 1711), acabaram por condicionar a ocupação e, muitas vezes, permitir o desenvolvimento dos arraiais – posteriormente, dos bairros. Por outro lado,

---

[56] Essa primitiva nucleação, que depois se transformou numa rua de Ouro Preto cordeada por casario, pertence à freguesia de Nossa Senhora da Conceição. Todavia, teria existido também, um outro Arraial dos Paulistas, mas na freguesia de Nossa Senhora do Pilar. Esse povoamento, igualmente primário, havia surgido nas proximidades do riquíssimo Córrego do Ouro Preto e extinguiu-se ainda no século XVIII. Dissertaremos a respeito desses e dos demais núcleos primários nas linhas que se seguem da presente pesquisa.

[57] A preferência por uma aproximação dos ribeiros também estaria relacionada com a necessidade de água, cujo acesso seria facilitado pela criação de chafarizes providenciados décadas depois. Estes permitiriam a criação de arraiais em áreas mais afastadas dos vales.

devemos afirmar desde já que, até a presente data, não foi encontrada documentação suficiente que comprove a existência de capela em todos os arraiais primários da vila.

Conforme veremos em seguida, embora houvesse a tendência de os primeiros templos serem reedificados anos depois, muito se deve às edificações primevas no tocante à herança do traçado urbano por elas condicionado. Tais construções também foram responsáveis pelo início de uma sociabilidade que se apresentou cada vez mais complexa com o passar dos anos. A seguinte reflexão tem sido frequentemente levantada por Marx (1990, p. 390):

> [...] seriam realmente provisórios tantos arraiais ou estariam apenas à margem da institucionalização? Instituição não apenas civil [o município], que veio depois [com a ereção da Vila], mas também religiosa (a Igreja ligada ao Estado), importante para a vida civil e para a questão da terra urbana [...]

2.1 - Principais Núcleos da Primeira Etapa de ocupação originados a partir de suas respectivas capelas

Segue, portanto, breve abordagem individual dos núcleos mais prósperos da Primeira Etapa de ocupação mais estável e que foram nitidamente condicionados e desenvolvidos a partir da localização de suas respectivas capelas. São eles: arraial do Ouro Preto (Igreja Matriz de Nossa Senhora do Pilar de Ouro Preto), arraial de Antonio Dias (Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição de Antonio Dias), Caquende (Capela de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos) e arraial do Bom Sucesso (Capela de Nossa Senhora do Bom Parto/ Capela de Nossa Senhora do Rosário) (**FIGs. 15 e 16**).

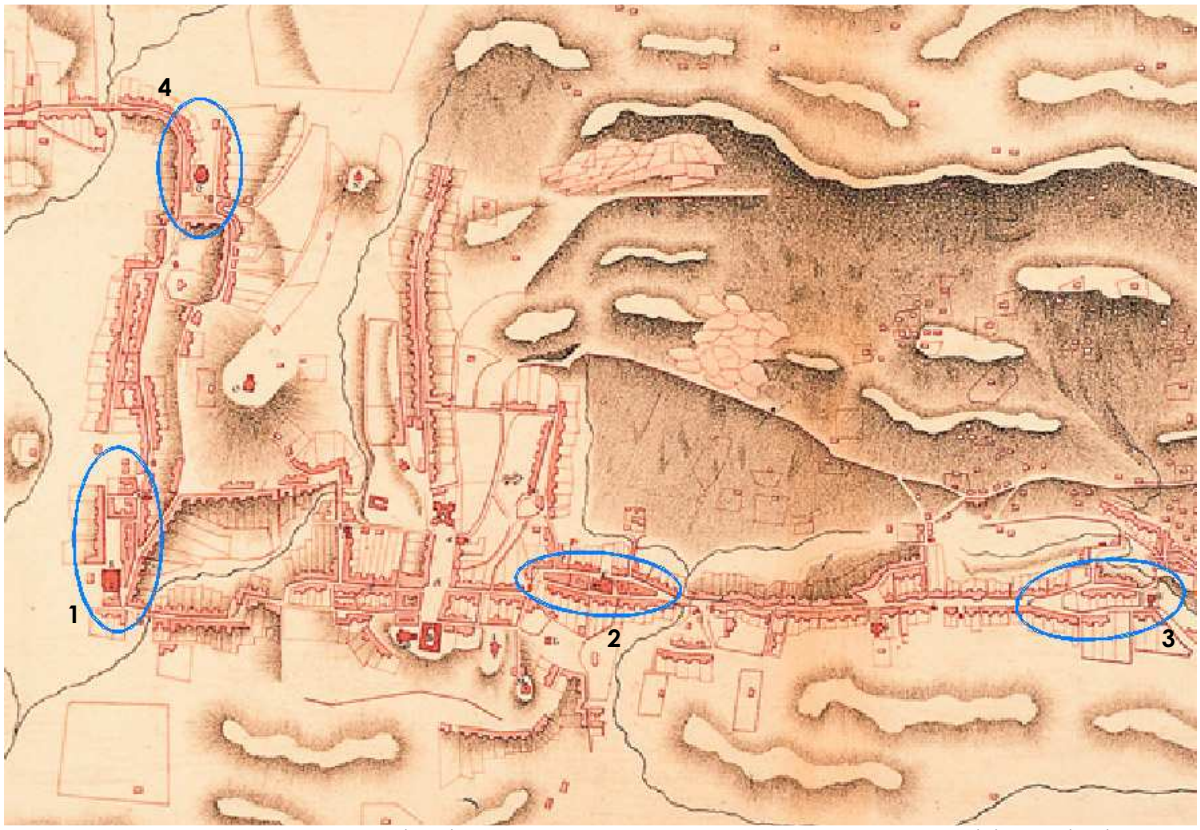
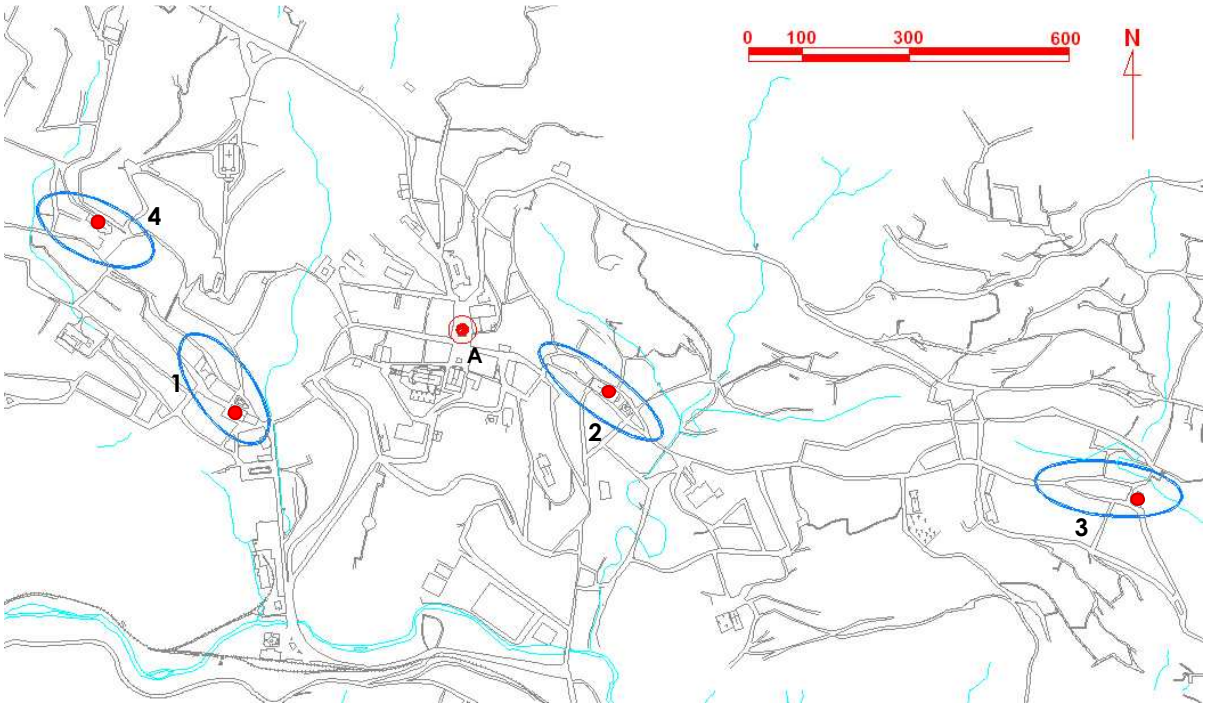


FIGURA 15 – Detalhe do "Mappa de Villa Rica", ca. 1786-1787. Destaque para os quatro arraiais da Primeira Etapa de ocupação criados a partir de seus respectivos templos primitivos e que atingiram maior êxito. Observam-se: (1) Arraial de Nossa Senhora do Pilar de Ouro Preto; (2) Arraial de Nossa Senhora da Conceição de Antonio Dias; (3) Arraial do Bom Sucesso / Padre Faria; (4) Arraial do Caquende (atual Bairro do Rosário).
Fonte: REIS FILHO, 2000, p. 215. (Alterada pelo autor, 2010)



FIGURAS 16 - Detalhe da Planta da Cidade de Ouro Preto. Destaque para os quatro arraiais mais prósperos da Primeira Etapa de ocupação originados a partir de suas respectivas capelas. Observam-se: (1) Arraial de Nossa Senhora do Pilar de Ouro Preto; (2) Arraial de Nossa Senhora da Conceição de Antonio Dias; (3) Arraial do Bom Sucesso / Padre Faria; (4) Arraial do Caquende (atual Bairro do Rosário); (5) Rio Funil (referência); (A) Atual Praça Tiradentes (referência).
Fonte: CEMIG, 1998 (Alterada pelo autor, 2010).

2.1.1 - Arraial do Ouro Preto (Igreja Matriz de Nossa Senhora do Pilar de Ouro Preto)

No mesmo local da atual Igreja Matriz de Nossa Senhora do Pilar de Ouro Preto existia um templo primitivo, instituído por volta de 1700-1703 (TRINDADE, 1945, p. 213). Não demorariam muitos anos para que a primitiva capelinha, uma das pioneiras da região, fosse elevada à condição de igreja paroquial.

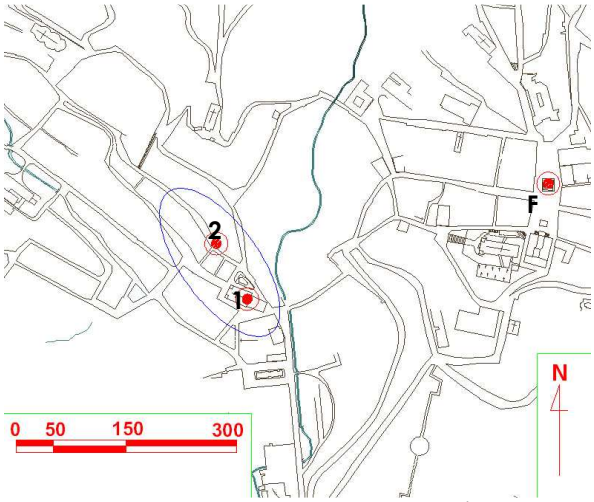
Atuando já como matriz da freguesia de Ouro Preto, em 1712, por quinze oitavas de ouro, foi contratado Inácio de Souza para concluir a obra da sacristia "[...] por ajuste que se fez com as mais Irmandades de que cada uma desse a quantia parte" (MENEZES, 1975b, p. 125)[58]. Logo foram se organizando irmandades na igreja, com destaque para a do Santíssimo Sacramento, como era de costume haver nas matrizes. Seguindo a tradição, tal irmandade estaria encarregada de providenciar o Santuário Eucarístico e conservar a igreja (LIMA JÚNIOR, 2008, p. 53).

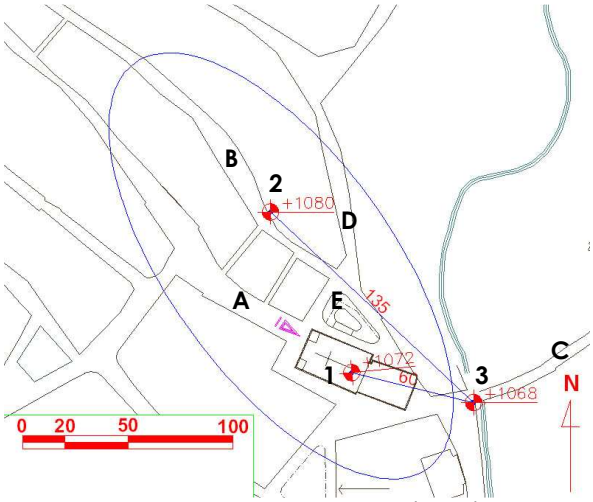
O estudioso Renato Souza (2000, p. 206-207), com base na pesquisa de Efigênio Coelho (1991, p. 73) salientou que a matriz do Pilar teria sido originada de um modesto templo construído de taipa, implantado de forma que sua fachada frontal, bem como o primitivo campanário (separado da capela) estariam voltados para o sul, para o Pico do Itacolomi. Segundo ambos os autores, o templo, supostamente, teria sido reconstruído – apresentando sua orientação atual, fachada frontal direcionada para o noroeste – a partir do ano de 1720. No entanto, tem-se notícia de uma concessão de terras de 1718, então aforadas a João Pires Loureiro, o qual solicitara "tres braças na ladeira que vae por detraz da Igreyja Matriz de N. S. do Pilar" (VASCONCELOS, 1941, p. 251), correspondendo à atual Rua do Pilar (Rua dos Caldeireiros). Tal documento obriga-nos a questionar as colocações dos dois pesquisadores (**FIGs. 17 e 18**)[59].

---

[58] Documento reproduzido por Ivo Porto de Menezes e acrescentado no livro de Joaquim Furtado de Menezes (1975b, p. 125) como "notas" complementares: APO, ISS, Cód. 9, fls. 153 v. Data de 1712.

[59] Ressaltamos também um aforamento requerido em 27 de Abril de 1712 no qual o suplicante faz menção à existência de um "Semitério da Igreyja de N. Sra. do Pilar". Embora de suma importância para uma melhor compreensão do processo de desenvolvimento desse arraial, devido à falta de documentos mais precisos referentes à remota data ainda não foi possível identificar o local em que o referido cemitério teria sido implantado (VASCONCELOS, 1941, p. 242).





FIGURAS 17 e 18 - Detalhe da Planta da Cidade de Ouro Preto. Destaque para o arruamento (atual) gerado a partir do primitivo templo e dos demais que o sucederam no antigo Arraial de Nossa Senhora do Pilar do Ouro Preto. Observam-se (nomes atuais): (1) Igreja Matriz de Nossa Senhora do Pilar; (2) Ermida de Nosso Senhor do Bonfim; (3) Córrego do Ouro Preto (com ponte homônima); (A) Rua Conselheiro de Sant'Anna e Praça Mons. João Castilho Barbosa; (B) Rua Antônio de Albuquerque; (C) Rua do Pilar (outrora dita "ladeira que vae por detraz da Igreyja Matriz de N. S. do Pilar" (VASCONCELOS, 1941, p. 251); (D) Rua Dr. Getulio Vargas; (E) Praça Américo Lopes; (F) Praça Tiradentes.
Fonte: CEMIG, 1998 (Alterada pelo autor, 2010).

Documentos encontrados são capazes de nos revelar que as primeiras obras de reforma da igreja – incluindo reconstrução e ampliação do templo – teriam se estendido, numa constante, entre 1712 e 1755, "[...] quando então praticamente todo o grosso da obra e a talha tinham sido executados, restando ainda pintura e douramentos vários, na nave e na capela-mor" (BASTOS, 2009b)[60].

Conforme Rodrigo Bastos (2009b) chama a atenção, seria verossímil supor que no mesmo ano da fundação da vila (1711), o engenheiro militar Pedro Gomes Chaves (que tinha sido enviado de Portugal para a colônia em 1709) teria feito o risco para a reforma da primitiva igreja. Pouco tempo depois de os moradores da vila iniciarem as obras na já condecorada Matriz de Nossa Senhora do Pilar, um incêndio teria danificado casas situadas na atual Rua Conselheiro Sant'Anna, em frente à igreja. Naquela ocasião, ano de 1714, os vereadores decidram então "fazer vistoria nas cazas emsendiadas no bairro de ouro pretto para que se aRuacem de sorte que ficase a praça suficiente por ser defronte da igreja para ficar mais vistoza aquella Rua." Assim, trataram de providenciar tal "vistoria", "medindo e aRuando as

[60] Dentre as variadas obras de reforma da igreja, Bastos (2009b) chama a atenção para a existência de um zimbório (elemento arquitetônico geralmente alçado por cima de cúpulas, abóbadas e telhadas, permitindo a entrada de luz zenital no edifício), inicialmente arrematado em conjunto com as obras de talha da capela-mor, em 13 de abril de 1746, sendo que a obra do referido zimbório foi entregue em 20 de janeiro de 1754. Embora muito empregado entre os séculos XV e XVIII, o da Igreja Matriz de Nossa Senhora do Pilar parece ter sido o único do tipo providenciado em templos de Minas Gerais no século XVIII. O zimbório esteve ereto na capela-mor do templo por mais de 15 anos, sendo demolido em 1770 devido a incontroláveis infiltrações (de água pluvial) manifestadas desde o ano seguinte à sua construção. Nos dizeres de Bastos (2009b), o zimbório provavelmente viria a ser edificado com a finalidade de "[...] coroar de luz e simbolismo o lugar mais importante do edifício mais importante da povoação mais importante da capitania responsável pela glória material do Império Português no século XVIII".

de sorte que a Recuacem p.ª os fundos e ficace huma praça [...]" (BASTOS, 2003, p. 128-129)[61].

Note-se na atual planta da cidade de Ouro Preto e nas imagens que se seguem (**FIGs. 17- 22**) que a referida alteração no "aRuamt.º", no que diz respeito ao tecido urbano, realmente teria ocorrido nos Setecentos e, em termos, perdurado até os dias atuais. O fato pode ser observado tanto no arruamento – incluindo novo alinhamento de parte do casario da atual Rua Conselheiro Sant'Anna – quanto na dita Praça Américo Lopes (lateral direita da igreja).



FIGURA 19



FIGURA 20

Fotografias da atual Rua Conselheiro Sant'Anna ao se aproximar da Igreja Matriz de Nossa Senhora do Pilar. Uma vez que os vereadores convocaram os moradores a reedificarem suas casas de modo que "ficace huma praça p.ª milhor aRuamt.º", verifica-se que o traçado urbano teria sofrido uma alteração ao se aproximar da Igreja Matriz do Pilar, abrindo-se na lateral direita do templo e permitindo a criação de um pequeno adro da igreja que, mais tarde, seria conjugado à atual Praça Américo Lopes. À esquerda da FIGURA 19, visualiza-se o acesso à referida praça.
Fonte: Elaboradas pelo autor, 2010.

É possível que esse antigo adensamento repentino e descontrolado no arraial, cujo casario foi capaz até de "sufocar" a igreja ainda nos primeiros anos, tenha ocorrido justamente por se tratar da Matriz mais importante da região. Tal qual era a sua relevância que Nossa Senhora do Pilar se tornou a padroeira de Vila Rica.

---

[61] BASTOS (2003, p. 128-129) transcreve documento referente às ACTAS da CMVR (1711-1715). Documento extraído dos Annaes da Biblioteca Nacional (1927), p. 319. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1936 p. 200-391.

Passados alguns anos, o templo seria então substituído por uma "nova igreja", episódio que teve início em 1730. A 31 de maio daquele ano, acordaram os vereadores que o edifício deveria contar com "mais capacidade e segurança" e, "por estar pequena, aRuinada", resolveu-se então "demolila p.ª erigirem outra de novo com mais capacidade e sigurança como com e ffeito atinja principiado formandolhe alicerces de extraordinaria grandeza afim de a fazerem mais duravel e grande do que estava a antiga" (BASTOS, 2003, p. 132)[62].

Vinculada à reconstrução, haveria a necessidade de se fazer "digna" a igreja, devendo impreterivelmente atender às maiores exigências eclesiásticas, mesmo porque "sempre foi perferida por Matris a d.ª Igr.ª de ouro Preto". Assim, estariam explícitos no mesmo documento os seguintes dizeres - importantes para o entendimento da influência e poder da religião católica sobre aquelas terras: "sendo tudo em concervação e extensão da conquista e interesces Regios, e do publico, e particular a que os templos servem de mais firme e fixo fundam.º como colunas q.' São das Res publiquas piaz e chistañz" (BASTOS, 2003, p. 132)[63].

Sua reinauguração em 1733 foi celebrada com memorável festividade na vila. A etapa gloriosa da cerimônia teria sido o traslado da eucaristia, momentaneamente abrigada na Capela de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos – durante o período de obras – até a referida Matriz.

O notável evento, conhecido como Triunfo Eucarístico e no qual iremos nos ater mais adiante na pesquisa, contara com "procissão com toda aquella decencia devida" (LIMA, 1902, p. 987-988)[64]. Para tanto, teria sido providenciada a abertura de um caminho que, inicialmente denominado de "Rua Nova do Sacramento", tratava-se de um percurso alternativo para se alcançar a igreja partindo-se da capela do Rosário do antigo arraial do Caquende, pertencente àquela freguesia. O novo trajeto logo se tornaria um importante arruamento de Vila Rica, capaz de proporcionar, inclusive, a expansão de ambos os arraiais.

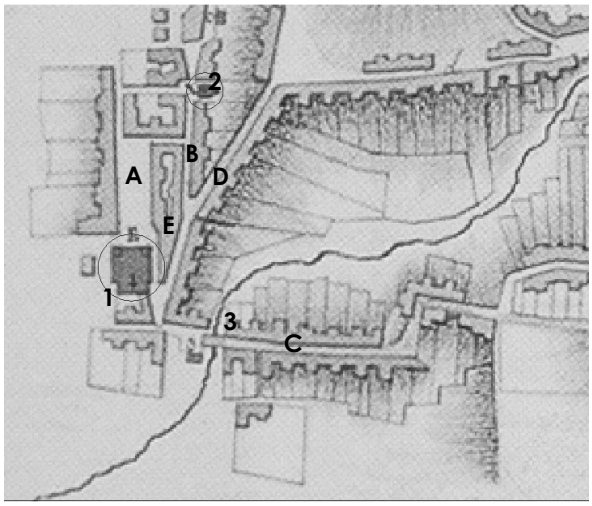
A maior parte da atual Igreja Matriz de Nossa Senhora do Pilar de Ouro Preto, portanto, foi providenciada ainda no princípio da década de 1730. O templo foi assim resistindo ao tempo, contendo partes da estrutura do prédio primitivo e outras mais recentes.

---

[62] Bastos (2003, p. 132) transcreve o seguinte documento: APM CMOP 06, fot. 1177-1178, "Rezisto de hua hua premessa feita pelos officiaes da Camara desta Villa p.ª a factura da nova Matriz de N. Sr.ª do Pilar desta Villa." Vila Rica, 30 mai. 1730.

[63] Bastos (2003, p. 132) transcreve o seguinte documento: APM CMOP 06, fot. 1177-1178, "Rezisto de hua hua premessa feita pelos officiaes da Camara desta Villa p.ª a factura da nova Matriz de N. Sr.ª do Pilar desta Villa." Vila Rica, 30 mai. 1730.

[64] Lima (1902, p. 987-988) transcreve o seguinte documento: "Const.m da Matriz de Ouro Preto".



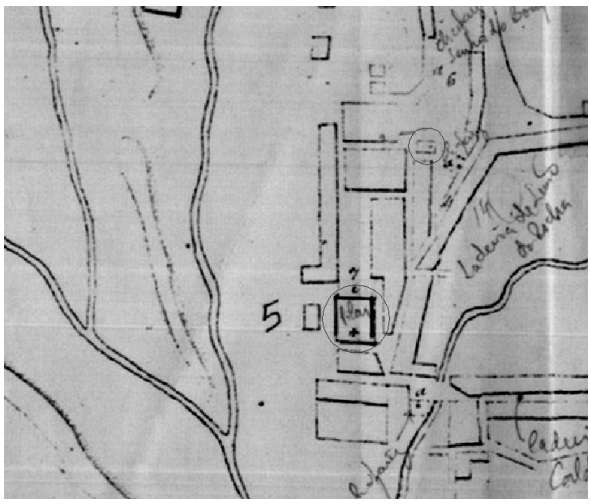


FIGURA 21

FIGURA 22

Detalhe de plantas do final do século XVIII (à esquerda, "Mappa de Villa Rica", ca. 1786-1787; à direita, "Planta de Villa Rica de N.ª S. Do Pilar", ca. 1783-1785). Destaque para a região da incipiente ocupação do antigo Arraial de Nossa Senhora do Pilar do Ouro Preto, gerada a partir do primitivo templo e dos demais que o sucederiam naquele local. Observam-se (nomes atuais): (1) Igreja Matriz de Nossa Senhora do Pilar; (2) Ermida de Nosso Senhor do Bonfim; (3) Córrego do Ouro Preto (com ponte homônima); (A) Rua Conselheiro de Sant'Anna; (B) Rua Antônio de Albuquerque; (C) Rua do Pilar (outrora dita "ladeira que vae por detraz da Igreyja Matriz de N. S. do Pilar" (VASCONCELOS, 1941, p. 251); (D) Rua Dr. Getulio Vargas; (E) local que mais tarde viria a se transformar na Praça Américo Lopes (possivelmente, já no século XIX).

Fonte: REIS FILHO, 2000, p. 215. (Alterada pelo autor, 2010).

Fonte: NIEMEYER, 1888. Acervo de Ivo Porto de Menezes (cópia do documento). (Alterada pelo autor, 2010).

Não somente a igreja teria sofrido acréscimos no decorrer dos séculos, havendo também rupturas/permanências constatadas no traçado urbano a partir do final dos Setecentos, muito em razão das reformas/ampliações arquitetônicas supracitadas. Se compararmos os materiais cartográficos do último quartel do século XVIII (**FIGs. 21 e 22**) à planta contemporânea (**FIG. 23**), podemos inferir que o trecho hoje compreendido pela Praça Américo Lopes - em tempos remotos - era unido ao casario, conferindo-lhe continuidade. Pelo menos até o último quartel do século XVIII, para se ter acesso à Matriz a partir da antiga "Rua Nova do Sacramento" (trecho correspondente às atuais ruas Dr. Getulio Vargas e Randolpho Bretas, segmento do caminho alternativo aberto em ca. 1733), parece que era necessário contornar a igreja do Pilar.

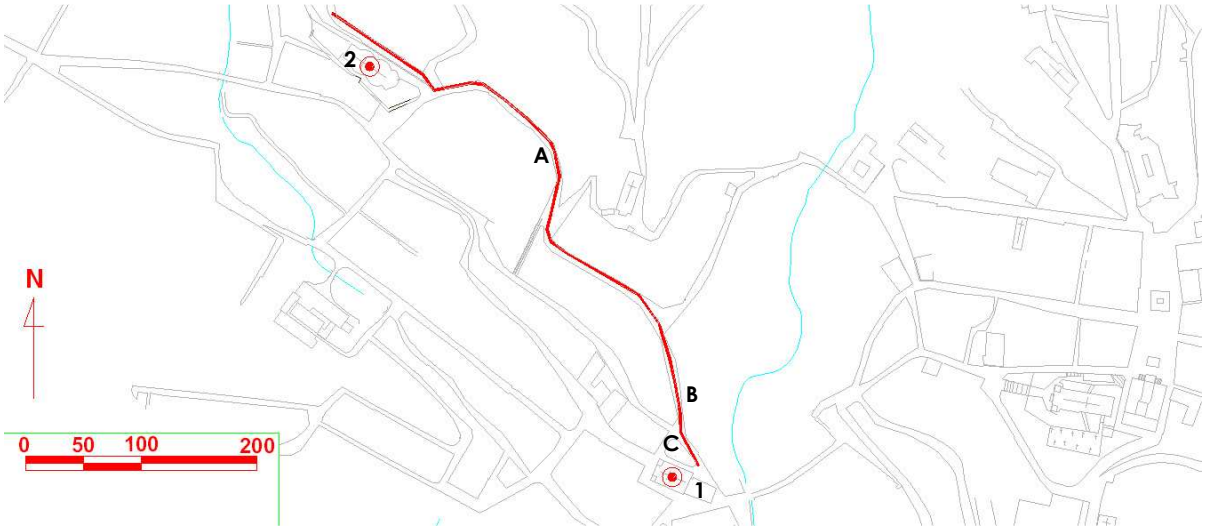


FIGURA 23 – Detalhe da Planta da Cidade de Ouro Preto: (1) Igreja Matriz de Nossa Senhora do Pilar; (2) Capela de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos. Em destaque, vê-se também um trecho da "Rua Nova do Sacramento" (ca. 1733), evidenciando o percurso correspondente às atuais ruas (A) Dr. Getulio Vargas e (B) Rua Randolpho Bretas, que vai para a atual Praça Américo Lopes (C).
Fonte: CEMIG, 1998 (Alterada pelo autor, 2010).

Em ambas as plantas do final do século XVIII (**FIGs. 21 e 22**), notam-se edificações pontuais rente ao alinhamento posterior da Matriz. Também se observa o pré-surgimento de um novo quarteirão na porção sul do antigo arraial, no sentido contrário à orientação do templo e em local mais próximo do curso d'água. Entretanto, apesar de a igreja se situar a menos de cem metros do leito fluvial, a ocupação mais significativa do arraial aconteceu a partir da fachada frontal da Matriz do Pilar, sendo claramente condicionada (e ordenada) por essa última (**FIGs. 19- 22, 24-25**).

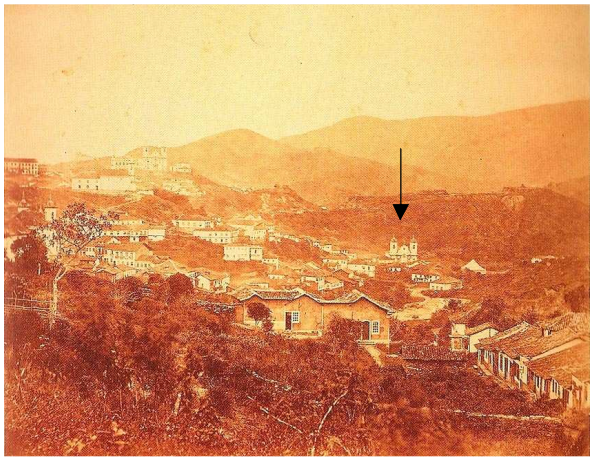


FIGURA 24 – "Panorama de Ouro Preto", autor desconhecido, ca. 1870-1875.
Imagens da cidade de Ouro Preto com destaque para a Igreja Matriz de Nossa Senhora do Pilar de Ouro Preto e casario do entorno.
Fonte: MUSEU DA INCONFIDÊNCIA, 1998.



FIGURA 25 – A Matriz de Nossa Senhora do Pilar vista a partir da Rua Dr. Getulio Vargas, s.d.
Fonte: Acervo particular de Ivo Porto de Menezes, 2010.

No arraial da igreja do Pilar, se acomodou também o reservado templo do Senhor do Bonfim, na antiga Rua da Glória (RUAS, 1958, p. 150) – atual Rua Antônio de Albuquerque –,

estreita e próxima à igreja Matriz (**FIGs. 26 e 27**). A ermida teve uma atuação marcante em Vila Rica, pois os condenados à forca tinham direito de assistir à missa ali celebrada antes de serem executados[65]. Essa diminuta edificação, presente até os dias atuais, parece ser anterior a 1720. Sugestão disso é que vários autores, dentre eles Ruas (1958, p. 151) e Souza (1984, p. 242) afirmam que, na véspera de sua execução, Felipe dos Santos teria assistido a uma última missa – celebrada naquele templo – antes de se dirigir para o patíbulo (SOUZA, 1984, p. 242).

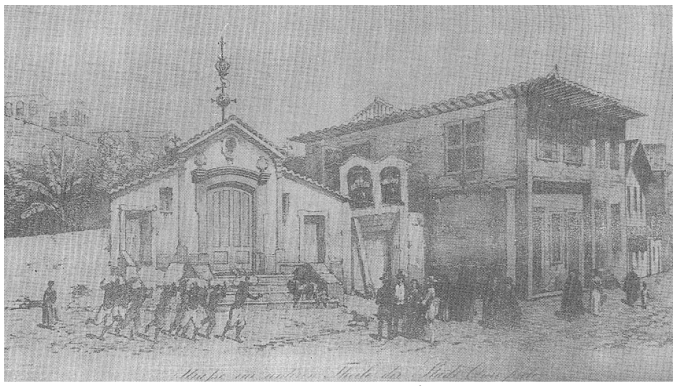


FIGURA 26 – Gravura retratando a Ermida de Nosso Senhor do Bonfim. Autor e data desconhecidos.
Fonte: MENEZES, 1975b, p. 94



FIGURA 27 – Fachada frontal da atual da Ermida de Nosso Senhor do Bonfim.
Fonte: Elaborada pelo autor, 2010

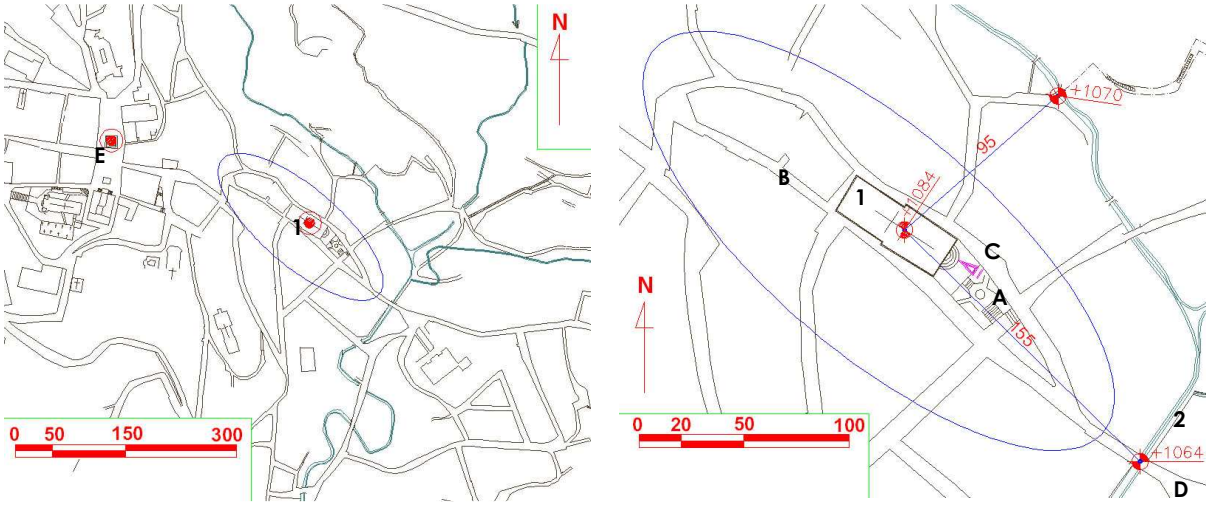
É curiosa a coincidência (ou talvez até uma estreita relação) entre o nome de batismo da ermida e a sua principal função no período setecentista. Vê-se na legenda do "Mappa de Villa Rica"[66] que o templo é assim designado: "S. do Bom fim", o que nos remete à suposta "boa morte" que os condenados desejariam. Apesar de, em definitivo, não condicionar diretamente o adensamento populacional das imediações do local que ocupa – certamente, a Igreja Matriz de Nossa Senhora do Pilar de Ouro Preto foi a que desempenhou a função de ordenamento do arraial setecentista a que pertence –, o modesto templo é ainda hoje muito tradicional em Vila Rica.

2.1.2 - Arraial de Antonio Dias (Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição de Antonio Dias)

A primitiva capela de Antonio Dias foi um dos raros exemplos de templo construído na região ainda no século XVII. Em uma ligeira meia-encosta vizinha a um vale, onde corre importante afluente do Rio Funil (Córrego de Antonio Dias), o templo foi erigido, a cerca de 150 metros do curso d'água mais próximo (**FIGs. 28 e 29**). Esse rústico edifício que ocupara o

[65] Em Vila Rica, logo nas primeiras décadas setecentistas, foi providenciada a forca para o cumprimento das sentenças capitais. Essa última inicialmente teria se localizado no alto do Passa-Dez (Cabeças) e depois, em um morro fronteiro ao de Santa Quitéria (VASCONCELLOS, 1956, p. 30).
[66] Veja-se "ANEXO B".

lugar da atual igreja teria sido levantado provavelmente em 1699 (MENEZES, 1980, p. 2), por ordem do bandeirante Antonio Dias de Oliveira (SALLES, 1999, p. 52). O motivo seria o achado aurífero nas imediações, quando se instalou o primeiro arraial. Já a criação da Freguesia, que teve como padroeira Nossa Senhora da Conceição, remonta ao ano de 1705 (MENEZES, 1975b, p. 95), vindo a se tornar a "[...] mais antiga da Villa, e de todas as Minas, e a prymeira que Vossa Magestade mandou erigir em vigaria collada [...]" (MOURA, 1913, p. 356)[67]. Assim, menos de uma década depois de fundado o primeiro templo, recebia a então capela a investidura de igreja paroquial.



FIGURAS 28 e 29 - Detalhe da Planta da Cidade de Ouro Preto. Destaque para o arruamento (atual) gerado a partir do primitivo templo e dos demais que o sucederam no antigo Arraial de Nossa Senhora da Conceição de Antonio Dias. Observam-se (nomes atuais): (1) Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição; (2) Córrego de Antonio Dias (Ponte de Antonio Dias); (A) Adro (Praça de Antonio Dias); (B) Rua do Aleijadinho; (C) Rua Bernardo Vasconcelos; (D) Rua Santa Efigênia; (E) Praça Tiradentes (referência).
Fonte: CEMIG, 1998 (Alterada pelo autor, 2010).

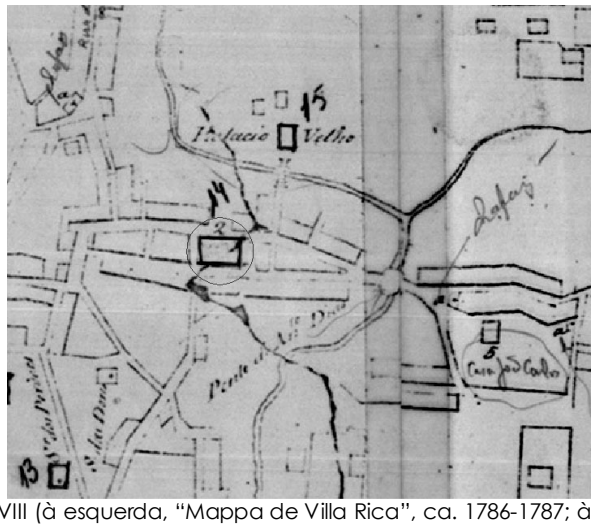
A Igreja da Conceição e seu adro atuam de forma incisiva nas imediações com o passar dos anos. Conforme se vê nas plantas (**FIGs. 28 e 29**) e imagens abaixo (**FIGs. 30 e 31**), o traçado e as edificações acabam por "abraçá-la", dando origem a uma centralidade bem delineada. De acordo com documento guardado no Arquivo Histórico Ultramarino (MENEZES, 1975a, p. 188)[68], um aumento populacional, inclusive fazendo-se patrimônio na igreja da recém-criada Freguesia, foi praticamente imediato: "começando os assentos desta Freguesia de Nossa Senhora da Conceição de Vila Rica e antigo Arraial de Antonio Dias, no ano de 1707, tempo em que serviu de pároco o Reverendo Marcelo Pinto Ribeiro [...]".

A partir de 1712, surgem os aforamentos (VASCONCELOS, 1944), documentos com base nos quais se constatam várias concessões de terra no arraial de Antonio Dias. Diversos foram os

[67] Moura (1913, p. 356) transcreve documento: [Certidão]. Vila Rica, 25 dez. 1744.
[68] Menezes (1975a, p. 188) transcreve o documento: AHU Minas Gerais, Caixa 55 (1779-1789). Vila Rica, 25 dez. 1788.

pedidos mencionando tanto essa igreja matiz quanto a Freguesia de Nossa Senhora do Pilar do Ouro Preto, freqüentemente tomadas como pontos de referência.





FIGURAS 30 e 31 - Detalhe de plantas do final do século XVIII (à esquerda, "Mappa de Villa Rica", ca. 1786-1787; à direita, "Planta de Villa Rica de N.ª S. Do Pilar", ca. 1783-1785). Destaque para a região da incipiente ocupação do antigo Arraial de Nossa Senhora da Conceição de Antonio Dias, gerada a partir do primitivo templo e dos demais que o sucederiam naquele local. Observam-se (nomes atuais): (1) Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição; (2) Córrego de Antonio Dias (Ponte de Antonio Dias); (A) Adro (Praça de Antonio Dias); (B) Rua do Aleijadinho (antiga "R. De Antonio Dias")[69]; (C) Rua Bernardo Vasconcelos; (D) Rua Santa Efigênia (antiga Rua "do Vira-Saias" ou "Vira Saia" e, antes ainda, "ladeira que vae para o Padre Faria" (VASCONCELOS, 1941, p. 252); (E) Praça Tiradentes (referência).
Fonte: REIS FILHO, 2000, p. 215. (Alterada pelo autor, 2010).

Fonte: NIEMEYER, 1888. Acervo do professor Ivo Porto de Menezes (cópia do documento). (Alterada pelo autor, 2010).

A construção do templo atual - Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição - teve início entre fins da década de 1720 e princípio da seguinte, a partir do arremate da obra por Manoel Francisco Lisboa, o autor do risco da igreja (MENEZES, 1980, p. 2; SOUZA, 1984, p. 260; CARRAZZONI, 1987, p. 218).

Cerca de metade dos arraiais de Vila Rica estariam subordinados à referida matriz, pela importância que teria adquirido o templo dedicado a Nossa Senhora da Conceição já nos primeiros anos. Apesar disso, em 1724, ano em que a freguesia teria sido elevada à categoria de Colada (MENEZES, 1975b, p. 126)[70], achava-se em ruínas sua igreja "por estarem suas madeiras podres e com muita indecência a veneração do culto divino." Não tardara, portanto, a iniciar a primeira grande reforma da paróquia para suprir "a muita carência que havia de reparar este dano por ser uma obra tão pia" (MENEZES, 1975a, p. 188)[71]. Teria sido contratado o mestre Manoel Francisco Lisboa para a realização dessa primeira grande reforma da Matriz.

---

[69] Veja-se "ANEXO B".
[70] Documento reproduzido por Ivo Porto de Menezes e acrescentado no livro de Joaquim Furtado de Menezes (1975b, p. 126) como "notas" complementares: AHU, Minas Gerais, Caixa 3 (1724-1725). 12 fev. 1724.
[71] Menezes (1975a, p. 188) transcreve documento: AHU Minas Gerais, Caixa 3 (1724-1725). Vila Rica, 23 ago. 1724.

Parece que em 1747, para a Irmandade de Nossa Senhora da Conceição, oficializou-se a "Carta de título de 43 braças de terra que a Câmara lhe concedera, há muitos anos, na rua chamada o "Vira-Saias" (MENEZES, 1975a, p. 190)[72]. Ainda assim, devido ao rápido adensamento do arraial, em 1749 a Irmandade do Santíssimo também se viu na situação de solicitar mais terras na mesma "Rua do Vira-Saias" (atual Rua Santa Efigênia). O terreno não seria apenas "para largueza e comodidade da mesma igreja, mas para que a Irmandade se pudesse utilizar das ditas terras para benfeitorias e patrimônio da fábrica" (MENEZES, 1975b, p. 148)[73].

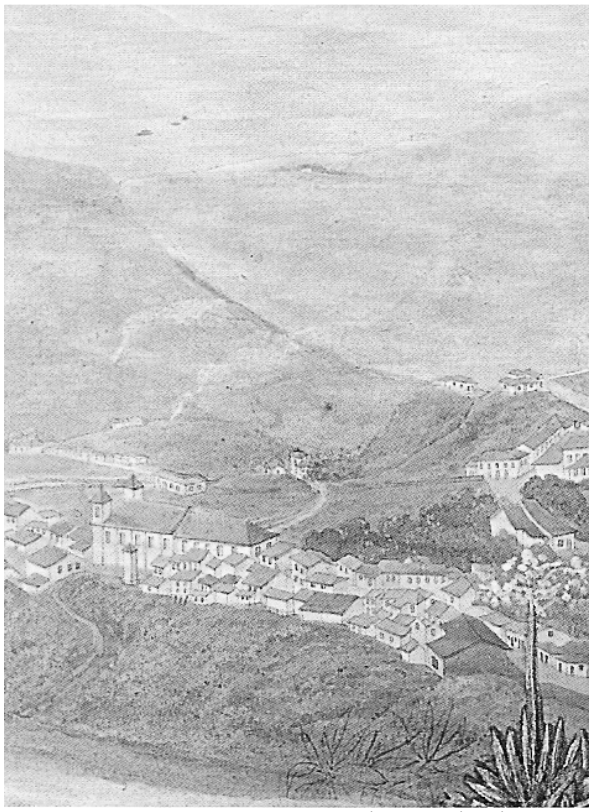


FIGURA 32 - Detalhe da gravura "Vista de Vila Rica", de autoria de Henry Chamberlain (primeiro terço do século XIX), com destaque para a Matriz de Nossa Senhora da Conceição e região.
Fonte: SAFRA, 1995, p. 319



FIGURA 33 - Adro e Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição de Antonio Dias: a disposição do casario "abraça" a Matriz.
Fonte: acervo do autor, 2010.

Diferentemente da igreja de Nossa Senhora do Pilar, a fachada frontal da Matriz de Nossa Senhora da Conceição está voltada para o que teria sido, possivelmente, a antiga região de lavras em tempos remotos e, de maneira curiosa, orienta-se no sentido contrário à Matriz do Ouro Preto[74], conforme já observara Vasconcellos (1956, p. 112) (**FIG. 34**). Edificadas uma de costas para a outra, parece que ambas as Matrizes foram capazes de favorecer não só

[72] Menezes (1975a, p. 190) transcreve documento: AHU Minas Gerais, Caixa 30 (1749).
[73] Documento reproduzido por Ivo Porto de Menezes e acrescentado no livro de Joaquim Furtado de Menezes (1975b, p. 148) como "notas" complementares: APM, SC, Livro 92. Data de 1749.
[74] Acrescente-se que certa rivalidade sempre se manifestara entre as duas Matrizes. É possível, inclusive, que o duelo que remonta à antiga (e tradicional) luta entre Paulistas e Emboabas, oficialmente travada entre os anos de 1707 e 1709 - e que reverberou também ao longo das décadas seguintes - conjuntamente tenha influenciado na disposição espacial dos dois templos.

a expansão dos arraiais nos quais estão inseridas, mas também os demais pertencentes às suas respectivas freguesias.

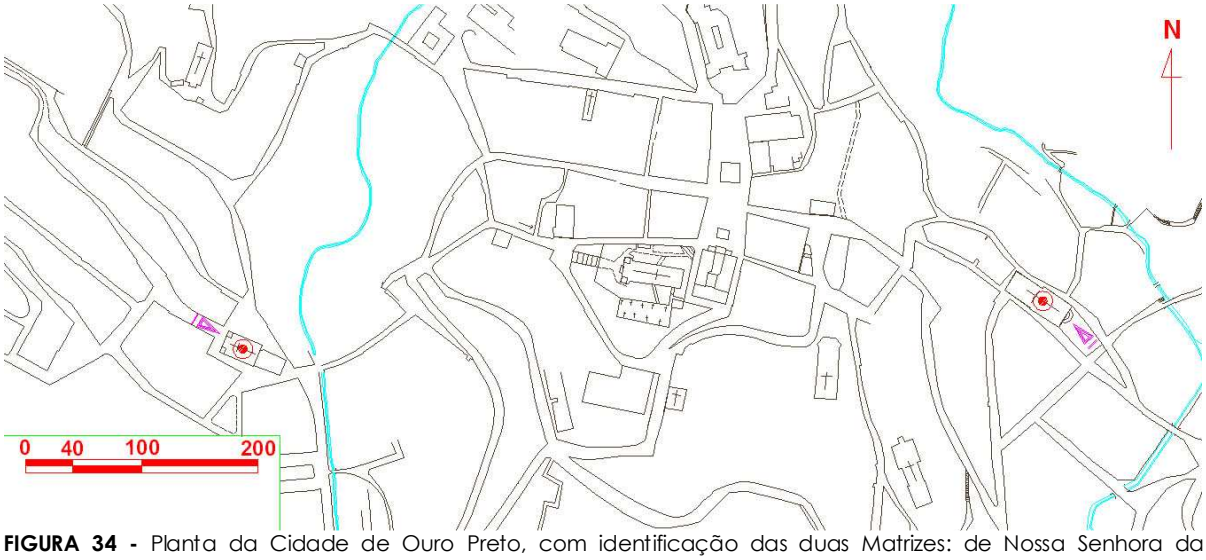


FIGURA 34 - Planta da Cidade de Ouro Preto, com identificação das duas Matrizes: de Nossa Senhora da Conceição e de Nossa Senhora do Pilar. Implantadas em sentidos opostos, é digno de nota o fato de as igrejas terem condicionado (principalmente o adensamento inicial) não somente de seus arraiais, mas também de suas freguesias, para lados opostos.
Fonte: CEMIG, 1998 (Alterada pelo autor, 2010).

2.1.3 - Arraial do Padre Faria (Capela de Nossa Senhora do Rosário), antigo arraial do Bom Sucesso (Capela de Nossa Senhora do Bom Parto)

Pertencente à freguesia de Nossa Senhora da Conceição de Antonio Dias, o local conhecido como Padre Faria – onde se situa a atual Capela de Nossa Senhora do Rosário[75] – foi ocupado desde o início do século XVIII. O templo primitivo, que outrora existiu ali, pertenceu à Irmandade dos Pardos e foi erigido por volta de 1701-1704 (RUAS, 1958, p. 59) em devoção a Nossa Senhora do Bom Parto.

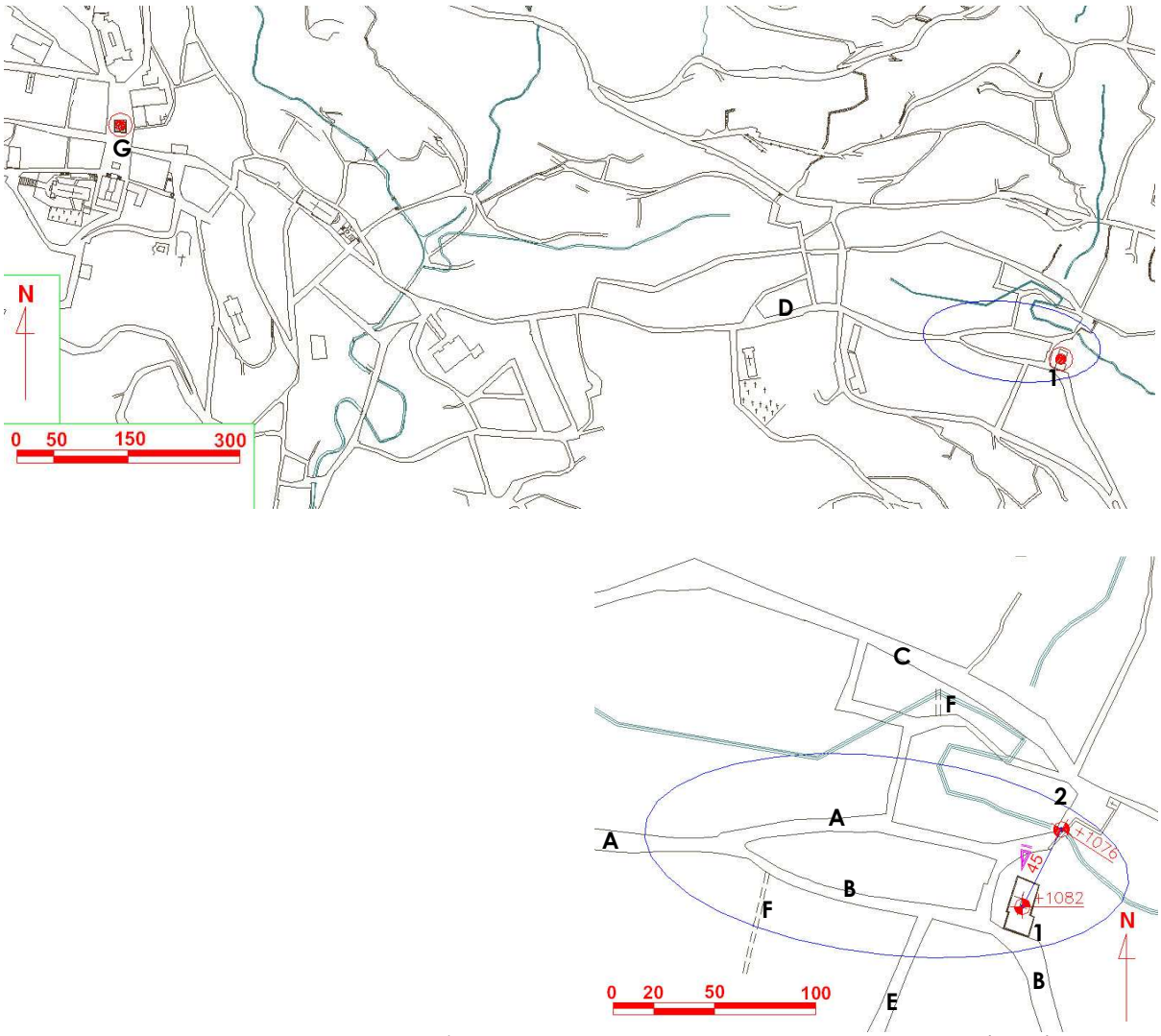
Parece que essa primeira capelinha foi construída nas imediações (**FIGs. 35 e 36**) ou no local exato em que se encontra a atual, condicionando a ocupação do antigo Arraial do Bom Sucesso[76]. A omissão de Antonil (2007) a respeito do arraial do Bom Sucesso, o qual Bento

---

[75] Embora seja mais popularmente conhecido como "Capela do Padre Faria", a designação correta do templo é Capela de Nossa Senhora do Rosário (SOUZA, 1984, p. 238).

[76] Existe também a hipótese, defendida por determinados autores, dentre eles Costa Matoso (1999, p. 179), Diogo de Vasconcelos (1974, p. 173-174), Eponina Ruas (1958, p. 59) e Souza (1984, p. 238), de que houve anteriormente outro acampamento denominado de Bom Sucesso, embora não tenham mencionado o local mais preciso da antiga ocupação. Eponina Ruas (1958) e Souza (1984, p. 238) afirmam também que, no suposto arraial, existiu o santuário denominado Capela de Nossa Senhora do Parto. Os dois pesquisadores mencionam ainda que a extinta capelinha chegou a abrigar a imagem de Nossa Senhora do Bom Parto, que migrou, juntamente com os habitantes do dito acampamento, para a região denominada de Arraial do Padre Faria. Uma vez estabelecidas no novo local, onde, acredita-se, já havia moradores (MENEZES, 1975b, p. 15), fundaram a Irmandade do Parto e providenciaram a edificação do templo que anos mais tarde foi substituído pelo atual. Ora, caso o episódio verídico tenha sido este, qual teria sido o templo primitivo do arraial do Padre Faria antes da chegada dos devotos de Nossa Senhora do Parto? Furtado de Menezes (1975b, p. 16) levanta esta questão ao ponderar: "Não é crível, porém, que tão largo espaço de tempo tenham ficado os habitantes do arraial [atual Padre Faria] sem capela, tanto mais que o [primeiro] detentor da data mineral era um sacerdote e sacerdote zeloso." Cabe enfatizar também que, caso tenha existido em outro local senão o do atual arraial do Padre Faria, o antigo arraial do Bom Sucesso – omisso nos relatos do Pe. Antonil (2007) – já teria desaparecido na primeira década do século XVIII, época em que o referido padre italiano esteve documentando a região.

Fernandes Furtado (1999, p. 179)[77] afirma ter sido fundado em 1701 (sem informar sua localização), nos leva a supor que o antigo povoado teria sido fundado pelo próprio Padre João de Faria Fialho. Tendo este último descoberto o ribeiro do Padre Faria em 1699, é provável, logo haveria de fundar nas proximidades um arraial de Nossa Senhora do Bom Sucesso, do qual, sabe-se, aquele capelão era devoto.



FIGURAS 35 E 36 - Detalhe da Planta da Cidade de Ouro Preto. Destaque para o arruamento (atual) gerado a partir do primitivo templo e dos demais que o sucederiam no possível Arraial do Bom Sucesso (depois, do Padre Faria). Observam-se (nomes atuais): (1) Capela de Nossa Senhora do Rosário (dos Brancos do Padre Faria); (2) Córrego do Padre Faria (com ponte homônima); (A) Rua Padre Faria; (B) Rua Senhora do Parto; (C) Trecho da Rua Santa Rita (rua que encontra com o antigo Caminho Novo); (D) Rua Santa Efigênia (local denominado de Alto da Cruz, antiga "Cruz das Almas") (VASCONCELOS, 1941, p. 253); (E) Rua Frederico Ozanan; (F) Princípio de caminhos abertos no século XVIII (hoje inexistentes); (G) Praça Tiradentes (referência).
Fonte: CEMIG, 1998 (Alterada pelo autor, 2010).

[77] Documento (texto) de autoria de Bento Fernandes Furtado e organizado pelo então ouvidor de Ouro Preto, Caetano da Costa Matoso (COSTA MATOSO, 1999, p. 166-193): "Notícias dos primeiros descobridores das primeiras minas do ouro pertencentes a estas Minas Gerais, pessoas mais assinaladas nestes empregos e dos mais memoráveis casos acontecidos desde os seus princípios." Minas Gerais, ca. 1750.

O ex-ouvidor de Ouro Preto alegara que na vizinhança dos riquíssimos córregos de Antonio Dias e do Ouro Preto, "descobriu o reverendo padre João de Faria Fialho, natural da ilha de São Sebastião, que tinha vindo por capelão das tropas taubateanas, o córrego chamado Padre Faria, denominação derivada de seu próprio nome" (COSTA MATOSO, 1999, p. 173).

É interessante que, numa carta dirigida a D. Pedro II (rei de Portugal entre 1683-1706) por Antônio Luís Peleja (ouvidor geral de São Paulo) - datada de 01 de novembro de 1703 - afirma-se que o bandeirante Padre Faria dedicara toda a sua atividade para angariar fundos para a nova Freguesia de Nossa Senhora do Bom Sucesso de Pindamonhangaba (ANTONIL, 2007, p. 219)[78]. Assim, depois de descoberto o ribeiro, o nome da povoação fundada pelo reverendo e demais exploradores da região teria sido alterado para "arraial do Padre Faria". Talvez o padre já tivesse partido para Pindamonhangaba quando dessa homenagem, já nos primeiros anos do século XVIII.

Diversos são os aforamentos (VASCONCELOS, 1941) a partir do erguimento da vila[79] que fazem menção ao "arraial do Padre Faria", sito "adeante da Cruz das Almas", ou seja, ao atravessar a "ladeira que vae da cruz das Almas para baixo" (VASCONCELOS, 1941, p. 253) (**FIGs. 35 e 36**). Isso demonstra que a região citada de fato correspondia ao atual bairro de mesmo nome. Durante as primeiras décadas de sua existência, aquele assentamento humano foi alvo de grande preocupação por parte do Senado da Câmara, devido à ocupação ilegal de suas terras (MASSARA, 1989, p. 146-147), o que permite inferir que o arraial teria sofrido um rápido adensamento nos primeiros anos dos Setecentos (**FIGs. 37e 38**).

[78] Documento mencionado por Andrée Mansuy Diniz Silva e acrescentado no livro de André João Antonil (2007, p. 219) como "notas" complementares: AHU, Rio de Janeiro, 2789. Datado de 9 Nov. 1703.

[79] Não obstante, cabe mencionar que, salvo algumas exceções, os primeiros aforamentos na região chamada de Padre Faria, segundo documento transcrito e publicado por Vasconcelos (1941), ocorreram de forma mais considerável somente a partir de 1718. Tal fator talvez tenha resultado da localização da região, relativamente mais afastada do que se tornaria o centro da Vila - o "alto de Santa Quitéria".

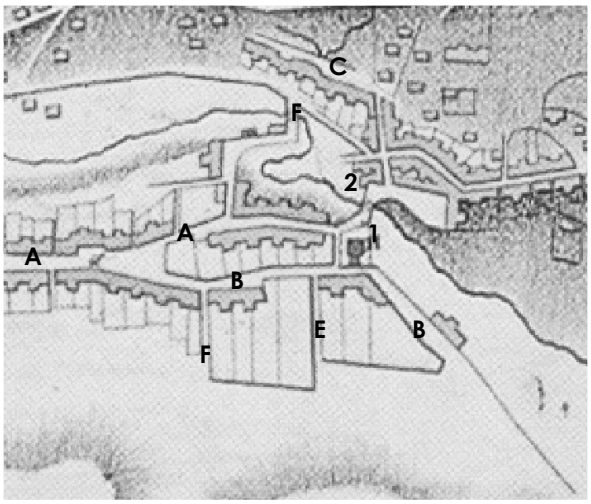


FIGURA 37
Fonte: REIS FILHO, 2000, p. 215. (Alterada pelo autor, 2010).

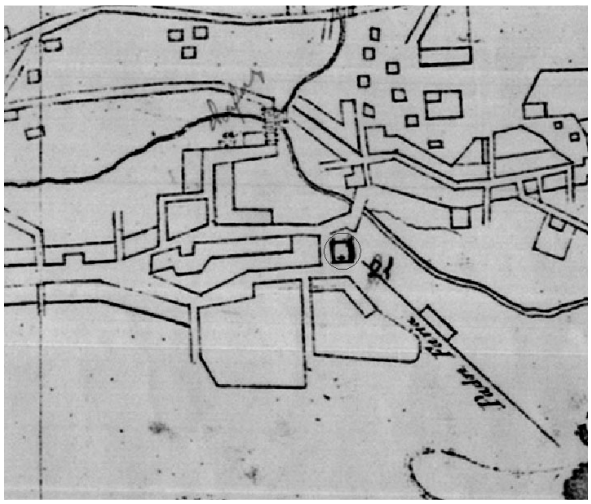


FIGURA 38
Fonte: NIEMEYER, 1888. Acervo de Ivo Porto de Menezes (cópia do documento). (Alterada pelo autor, 2010).

Detalhe de plantas do final do século XVIII (à esquerda, "Mappa de Villa Rica", ca. 1786-1787; à direita, "Planta de Villa Rica de N.ª S. Do Pilar", ca. 1783-1785). Destaque para a região da incipiente ocupação do possível Arraial do Bom Sucesso (depois, Padre Faria), gerada a partir do primitivo templo e dos demais que o sucederiam naquele local. Observam-se (nomes atuais): (1) Capela de Nossa Senhora do Rosário (dos Brancos do Padre Faria); (2) Córrego do Padre Faria (com ponte homônima); (A) Rua Padre Faria; (B) Rua Senhora do Parto; (C) Trecho da Rua Santa Rita (rua que encontra com o antigo Caminho Novo); (D) alto da Cruz (Cruz das Almas); (E) Rua Frederico Ozanan; (F) Caminho hoje inexistente.

Com base na análise do casario constatado ao final do século XVIII (**FIGs. 37 e 38**), bem como do arruamento nas imediações do templo (**FIGs. 35 e 36**), conclui-se que o desenvolvimento mais significativo do bairro do Padre Faria, desde aquele século, ocorreu em torno da capela. Outras edificações, no decorrer das décadas, teriam se alastrado principalmente em direção ao poente. De forma contraditória, a aproximação do rico córrego e da ponte homônima (situados a pouco mais de 40 metros do templo) aparentemente não seria levada tão a cabo como direcionadores do vetor de expansão nas primeiras décadas, uma vez que se encontram geograficamente no sentido oposto ao "bolsão" criado no entorno do templo (**FIGs. 35-38**). Não obstante, parece que a abertura do outrora "Caminho Novo" (arruamento provável da década de 1730) teria impulsionado notável desenvolvimento (ainda no século XVIII) do arraial, principalmente nas proximidades da margem leste do referido Córrego do Padre Faria (**FIGs. 37 e 38**).

A história nos revela que décadas após a fundação do santuário erguido no início dos Setecentos, a Irmandade então responsável pela capela primeva acolhera os brancos do Rosário do Alto da Cruz (de Santa Efigênia) (**FIG. 39**), que teriam ajudado a arrecadar recursos para edificar a capela atual (SOUZA, 1984, 238 e CARRAZZONI, 1987, p. 228). Ainda não se têm informações precisas sobre o ano em que foi erigida, mas estima-se que a

Confraria dos Brancos do Rosário tenha edificado e adornado a capela, mudando a invocação para Senhora do Rosário, em 1740, segundo Souza (1984)[80].

A partir de então, o templo, passou a ser cultuado tanto por negros quanto por brancos, tornando-se um raro exemplo em Vila Rica de evidente e, sobretudo, consentida miscigenação em uma mesma confraria. Há documentação afirmando que a capela do então "Arraial do Padre Faria de Vila Rica do Ouro Preto [...] foi levantada pelos moradores do mesmo arraial, com licença de V. Magestade (sic)", uma vez que "naquele tempo haviam (sic) homens ricos e poderosos que reparavam a dita Capela e ministravam à sua custa [...]" (MENEZES, 1975a, p. 215)[81].



FIGURA 39 - Ainda que de aparência relativamente modesta, a atual Capela de Nossa Senhora do Rosário (do antigo Arraial do Padre Faria) teria sido providenciada pelos irmãos de Nosso Senhor do Bom Parto em conjunto com a Confraria dos Brancos do Rosário.
Fonte: SOUZA, 2004, p. 61

Pode-se concluir que a Irmandade dos Pardos que ali já se fazia presente desde o início do século XVIII, conforme enfatizara Vasconcelos (1934, p. 25), teria permitido o ingresso dos brancos principalmente por esses últimos serem homens mais ricos, apesar da aparência relativamente modesta da capelinha que acabaram por edificar. Nesse caso, tal confraria,

[80] De acordo com Manuel Bandeira (2000, p. 71), os membros dessa Confraria "[...] reedificaram-na em canga e enriqueceram-na, mudando a invocação para a Senhora do Rosário, mas continuando a Senhora do Parto ou Bom Sucesso como padroeira da Capela".
[81] Menezes (1975a, p. 215) transcreve o documento: AHU, Minas Gerais, Caixa 12 DO (maço 96). Datado de 1789.

antes pertencente à Capela de Nossa Senhora do Rosário do Alto da Cruz (de Santa Efigênia) puderam – e assim fizeram – prosperar a capela e, consequentemente, o arraial.

2.1.4 - Arraial do Caquende (Capela de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos)

Em região pertencente à Freguesia de Nossa Senhor do Pilar, no mesmo lugar da atual Capela do Rosário dos Pretos, existia em 1709[82] uma outra, de proporções mais modestas, primitiva (BANDEIRA, 1957, p. 116; ALMEIDA, 1971, p. 54). É verdade que pouco se sabe a respeito do antigo templo, mas é possível que, inicialmente, tenha sido edificado sob outra devoção.

Segundo Furtado de Menezes (1975b, p. 77), "a Irmandade[83] [do Rosário] teve começo na Matriz [da freguesia de Nossa Senhora do Pilar], onde foi erigida em 1715 [...]" e, logo depois, passou a ter sua capela própria. Por sua vez, Salomão de Vasconcelos (1941, p. 257) enfatizara que, conforme se lê em um termo presente no Livro da Irmandade do Rosário[84], em 1715 já existia, no lugar da atual, a primitiva capela desse orago. De acordo com um Compromisso da referida Irmandade: "nós ao presente elejemos por Patrona, a advogada,

---

[82] Carrazzoni (1987, p. 238), com base em seus estudos e na Ficha Técnica do então SPHAN (atual IPHAN) também assinala a data de 1709 como sendo a da capela primitiva.

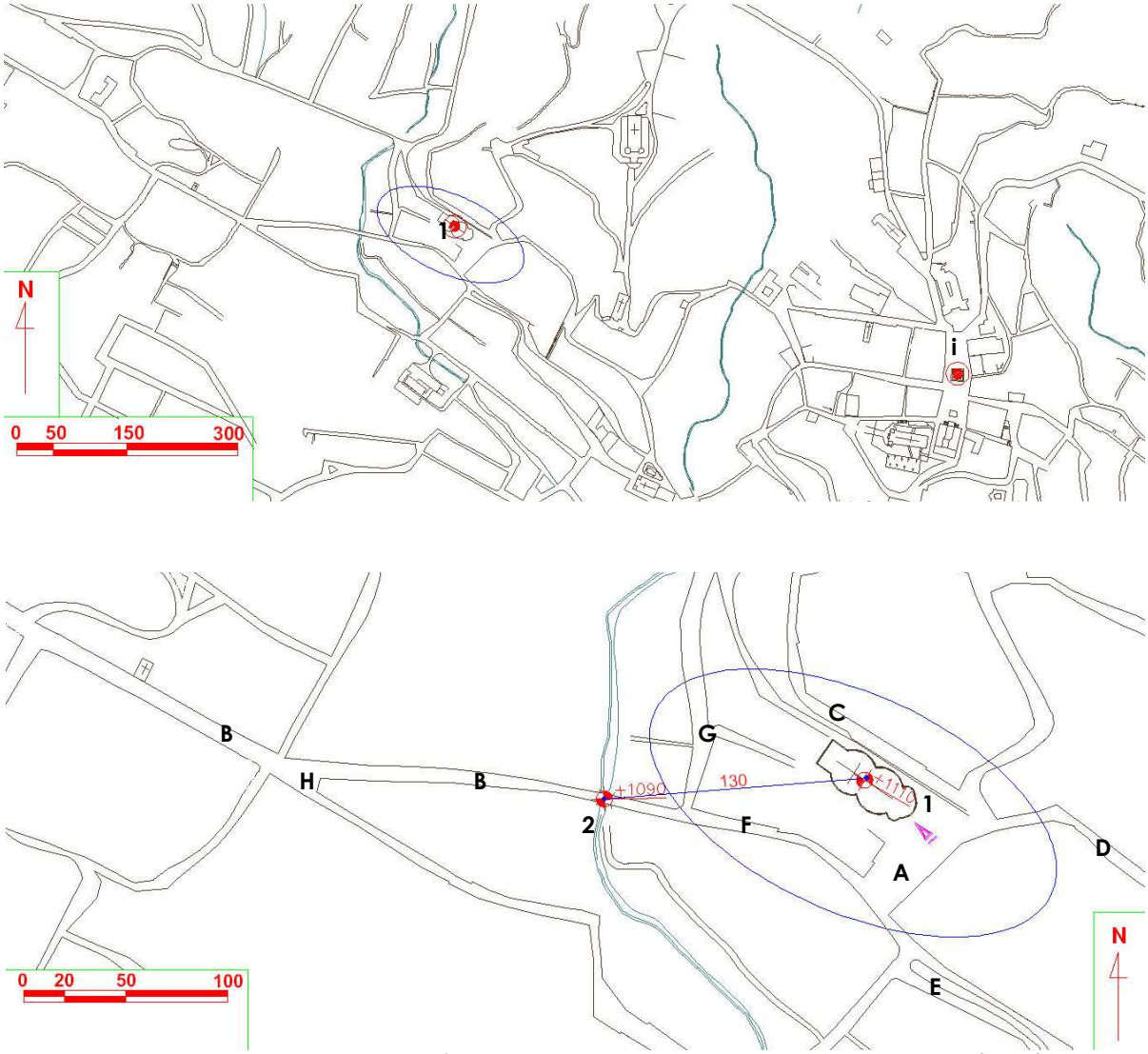
[83] A Irmandade do Rosário só seria confirmada em 29 de julho de 1773, de acordo com Furtado de Menezes (1975b, p. 78).

[84] Embora não tenha fornecido informações mais precisas a respeito do referido documento, o livro consultado por Salomão de Vasconcelos (1941) provavelmente teria sido o "Compromisso da Irmandade de N. S.ra do Rozario, dos Pretos na sua capela filial da Matris de N. S.ra do Pilar de V.a Rica – Anno de 1715 – em o qual foi erecta" (LOPES, 1955, p. 194). Apesar de não mencionar a data do documento, Francisco Lopes afirma que o Compromisso contava com 24 capítulos e tratava-se "de um livro encadernado em veludo, tendo de prata cinzelada as cantoneiras e duas imagens de Nossa Senhora do Rosário, apresentando também iluminuras" (LOPES, 1955, p. 194). Furtado de Menezes (1975b, p. 77-78) também mencionara o referido Compromisso, que havia sido confirmado por provisão de 24 de dezembro de 1750, aprovado a 29 de julho de 1773 e que, de acordo com Ivo Menezes, achava-se recolhido ao Museu da Inconfidência (Anuário do Museu da Inconfidência, Ano III, fls. 194 *apud* Notas de Ivo Porto de Menezes *In* MENEZES, 1975b, p. 139). Em pesquisa empreendida no Arquivo Histórico Ultramarino, Ivo Menezes, por sua vez, faz menção a um Compromisso da mesma Irmandade, contando com 12 páginas e 27 capítulos, e datado de 20 de maio de 1743. Menezes ainda cita outro documento, desta vez, de 20 de setembro de 1745, no qual se encontrava anexado o referido Compromisso (AHU Minas Gerais, Caixa 26, (1744-1745) *apud* MENEZES, 1975a, p. 215). Tal documento datado de 1745 consta da seguinte informação: "o Juiz e Irmãos da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos, ereta há muitos anos na Igreja que os mesmos pretos, à sua custa erigiram à mesma Senhora, no bairro do Caquende, cuja é filial da Matriz de Nossa Senhora do Pilar de Vila Rica, [...] pedem confirmação do Compromisso que 'queriam reduzir o livro'". Ainda no mesmo documento, consta que o parecer do conselho Ultramarino teria sido favorável à alteração solicitada. Confrontando-se as fontes colhidas, conclui-se que haveria então dois documentos relativos ao compromisso da Irmandade do Rosário: o primeiro Compromisso, datado de 1743 (encontrado no Arquivo Histórico Ultramarino, sito em Lisboa), teria sido substituído por outro (de proporções reduzidas, escrito em livro aveludado e guardado no Museu da Inconfidência). Furtado de Menezes (1975b, p. 77) ainda levanta a hipótese de que o primeiro Compromisso teria sido "consumido de propósito, pelo Procurador, para que a Irmandade fosse secularizada." Contudo, consta no primeiro parágrafo do documento mais recente o seguinte trecho de caráter introdutório: "[...] os Irmãos, que então Servião, estatutos, que aprovou, e confirmou o Ex.mo e R.mo S.r Dom Frei Francisco de São Hyeronimo, Bispo do Rio de Janeiro, pelos quais se governou a dita Irmandade athé so prezente, como estes se achão incapazes de se perceberem, foi precizo reduzillos a melhor forma, com pouca alteração, que hé a que se segue [...]" (LOPES, 1955, p. 195).

a mesma Senhora do Rozario, a quem veneramos na Capella, que temos fabricada no bairro do Caquende por nossos antecessores no ano de 1715 [...]" (LOPES, 1955, p. 195)[85].

O antigo arraial do Caquende[86] (atual bairro do Rosário), juntamente com sua capela, foi criado a cerca de cento e trinta metros do Córrego do Caquende, afluente do Rio Funil. (**FIGs. 40 e 41**). Portanto, assim como os demais arraiais da primeira etapa, está situado bem próximo de um vale onde provavelmente praticou-se a extração do ouro. Transpondo tal afluente, no princípio do século XVIII foi construída uma primitiva ponte dita do Caquende[87] (também chamada de Ponte do Rosário) (VASCONCELOS. 1955, p. 210), no momento em que os arraiais foram unidos com a definição do caminho principal dos transeuntes e mercadores.

[85] Lopes (1955, p. 195) transcreve o documento: Compromisso da Irmandade de N. S.ra do Rozario, dos Pretos na sua capela filial da Matris de N. S.ra do Pilar de V.a Rica – Anno de 1715 – em o qual foi erecta". Segundo Lopes, o documento se encontra guardado no Museu da Inconfidência em Ouro Preto.
[86] Segundo Menezes (1975b, p. 77), Caquende de Ouro Preto parece ter origem na variante "cá-aquém" de Ouro Preto, uma vez que ali consistia num trecho da Estrada Real.
[87] A ponte primeva, então construída de madeira, será substituída em meados do século XVIII. Assim, nos dizeres de Feu de Carvalho [193-?] data de 1753 a primeira "formosa ponte" de Vila Rica.



FIGURAS 40 e 41 - Detalhe da Planta da Cidade de Ouro Preto. Destaque para o arruamento (atual) gerado a partir do primitivo templo e dos demais que o sucederam no antigo Arraial do Caquende (hoje Bairro do Rosário). Observam-se (nomes atuais): (1) Capela de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos; (2) Córrego do Caquende (com ponte do Rosário); (A) Largo do Rosário; (B) Rua Alvarenga; (C) Rua Gabriel Santos; (D) Início da Rua Dr. Getulio Vargas (trecho da antiga Rua Nova do Sacramento); (E) Rua Donato da Fonseca; (F) Rua Bernardo Guimarães; (G) Travessa Domingos Vidal; (H) Entroncamento (outrora chamado de "Caquende") (VASCONCELOS, 1955, p. 186-187); (i) Praça Tiradentes (referência).
Fonte: CEMIG, 1998 (Alterada pelo autor, 2010).

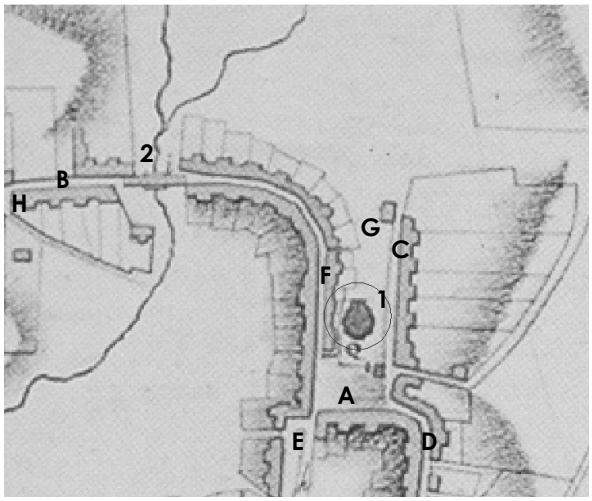


FIGURA 42
Detalhe de plantas do final do século XVIII (à esquerda, "Mappa de Villa Rica", ca. 1786-1787; à direita, "Planta de Villa Rica de N.ª S. Do Pilar", ca. 1783-1785). Destaque para a região da incipiente ocupação do antigo Arraial do Caquende (e, depois, de Nossa Senhora do Rosário), gerada a partir do primitivo templo e dos demais que o sucederiam naquele local. Observam-se (nomes atuais): (1) Capela de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos; (2) Córrego do Caquende (com ponte do Rosário); (A) Largo do Rosário; (B) Rua Alvarenga; (C) Rua Gabriel Santos; (D) Início da Rua Dr. Getulio Vargas (trecho da antiga Rua Nova do Sacramento); (E) Rua Donato da Fonseca; (F) Rua Bernardo Guimarães; (G) Travessa Domingos Vidal; (H) Entroncamento (outrora chamado de "Caquende") (VASCONCELOS, 1955, p. 186-187).
Fonte: REIS FILHO, 2000, p. 215. (Alterada pelo autor, 2010).

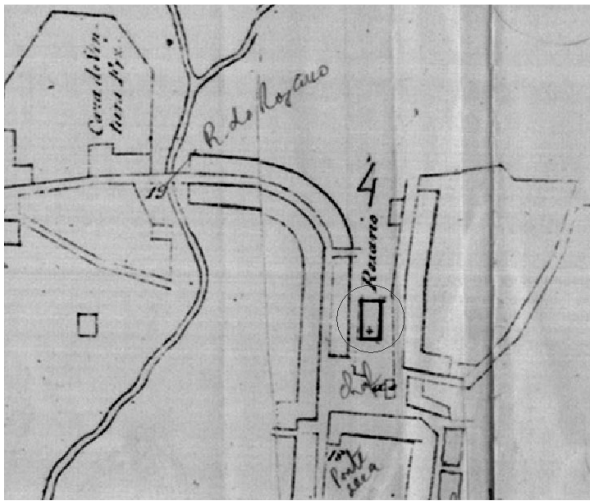


FIGURA 43
Fonte: NIEMEYER, 1888. Acervo de Ivo Porto de Menezes (cópia do documento). (Alterada pelo autor, 2010).

Embora esteja situado próximo ao veio d'água, o núcleo não se consolidou acompanhando o afluente. Ao contrário, e de forma sistemática, a principal ocupação (e adensamento) da região ocorreu ao redor da capela (**FIGs. 40-43**).

Parece que a ocupação primária da região do Caquende (atual bairro do Rosário) se mostraria bastante próspera logo nas primeiras décadas da ocupação. Assim, uma capelinha que outrora existiu no arraial - conforme mencionamos em linhas anteriores - chegara a abrigar o Santíssimo Sacramento entre os anos de 1731 a 1733 (RUAS, 1958, p. 140). O motivo foi a ampliação da matriz da freguesia em que a referida Capela do Rosário está situada (Nossa Senhora do Pilar do Ouro Preto), durante esse período.

Para a ocasião da triunfal trasladação do Santíssimo de volta à Matriz, teriam acordado o Senado da Câmara de Vila Rica e os Irmãos do Rosário que esse últimos haveriam de providenciar, às suas custas, a abertura de uma rua (então denominada de Rua Nova do Sacramento) (**FIGs. 40-43, 151**). Em troca, teriam a concessão - pelo mesmo Senado - de um "terreno, que se achava inculto e inabitado, o que de fato se lhe concedeu, em remuneração do que tinham obrado em utilidade pública" (MENEZES, 1975a, p. 216)[88].

[88] Menezes (1975a, p. 216) transcreve o documento: AHU, Minas Gerais, Caixa 28 DO (maço 110). Data de 1761.

Passaram-se os anos. O templo primitivo, já desgastado pelo tempo, foi então julgado pouco adequado pelos oficiais e mais "Irmãos da Confraria de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos", de tal forma que não se achava "com a devida decência". Em meados do século XVIII, decidiram, portanto, erguer outro templo "porque a dita Igreja, por ser de madeira já muito antiga, se acha em termos de se arruinar de todo, com perigo de vidas [...]" (MENEZES, 1975a, p. 216)[89]. Assim, os irmãos do Rosário resolveram contratar o mestre José Pereira dos Santos para executar o novo templo[90].

No ano de 1761, portanto, a confraria teria pedido a confirmação da concessão do terreno outrora prometido (MENEZES, 1975a, p. 216)[91], e iniciado as obras de uma capela poucos anos depois, levando-nos a inferir que ao menos parte do referido terreno teria sido utilizado para aquele propósito[92]. Em documento de 11 de julho de 1765, o governador Luiz Diogo da Silva informara que "principiaram uma magnífica Igreja, que tem dispendido para cima de cinqüenta mil cruzados, continuam na diligência de acabar [...]"[93] [94].

Nova Capela de Nossa Senhora do Rosário ou, talvez, apenas uma grande reforma, parece ter sido realizada depois daquela edificada aproximadamente em 1765. Afinal, enquanto somente se tem apurado que o risco do frontispício e da empena é de Manuel Francisco Araújo (sendo realizado no ano de 1784), muitos estudiosos assinalam que a construção de todo o templo atual adveio, possivelmente, a partir do ano de 1785 (BANDEIRA, 1957, p. 116; SOUZA, 1884, p. 253)[95]. Em todo o caso, o resultado final seria a realização de uma das mais altivas capelas da região.

A época tardia em que o primitiva capela do então "Caquende" foi substituída (apenas na segunda metade do século XVIII) leva-nos a crer que o templo responsável por condicionar, ao menos parte da ocupação verificada em fins dos Setecentos (**FIGs. 42 e 43**), teria sido justamente o primevo. Ressaltemos ainda que o documento cartográfico de ca. 1786-1787

---

[89] Menezes (1975a, p. 215-216) transcreve documento: AHU, Minas Gerais, Caixa 25 (1743-1755). Lisboa, 3 Jun. 1752.
[90] Informação baseada em pesquisa empreendida por Ivo Porto de Menezes (MENEZES, 1970-1999).
[91] Menezes (1975a, p. 216) transcreve documento: AHU, Minas Gerais, Caixa 28 DO (maço 110). Datado de 1761.
[92] Apesar da carência de documentação mais consistente, se nos permitirmos traçar determinadas conjecturas, poderemos inferir que um tal "Largo do Jôgo da Bola, ao pé da Capela do Rosário" (VASCONCELOS, 1941, p. 216), teria uma relação direta com o terreno "inculto e inabitado" concedido pelo Senado à Irmandade.
[93] Menezes (1975a, p. 216) transcreve o documento: AHU, Minas Gerais, Caixa 28 DO (maço 110). Datado de 11 Jul. 1765.
[94] É possível que a capela já aparentasse ao menos por concluir no ano de 1766. Segundo documento da época, Manoel da Fonseca Neto haveria de "fazer hum paredam pella parte de traz da fonte do ruzario para segurar a rua e incnamento [encanamento] que vem por sima da capella nova [...]". APM, Documentos Avulsos, microfilme. Pesquisa realizada por Ivo Porto de Menezes (MENEZES, 1970-1999, grifo nosso).
[95] Consta nas obras de Manuel Bandeira (1957, p. 116) e de Wladimir de Souza (1984, p. 253-254) que o 2º vereador da Câmara de Mariana, o Capitão Joaquim José da Silva, escrevera em 1790 que o responsável pelo risco da Capela de Nossa Senhora do Rosário da freguesia de Nossa Senhora do Pilar foi Antônio Pereira de Sousa Calheiros, mesmo autor do projeto da Capela de São Pedro dos Clérigos, sita em Mariana. Calheiros teria delineado o traço da Capela do Rosário em 1785, conforme registra Diogo de Vasconcelos (1934).

(em que consta a referência curvilínea do templo atual), é contemporâneo à construção (ou reforma) da tardia capela e, naquela época, o arraial já se mostrava pré-consolidado.

O templo situa-se numa meia-encosta ainda que de aparência sutil – em cota de nível modesta em relação à acidentada topografia da região. Todavia, a imponente arquitetura aliada ao generoso adro criado pouco abaixo de seu promontório foram capazes de lhe garantir notável destaque em variados pontos da paisagem da outrora Vila Rica (**FIGs. 44 e 45**).

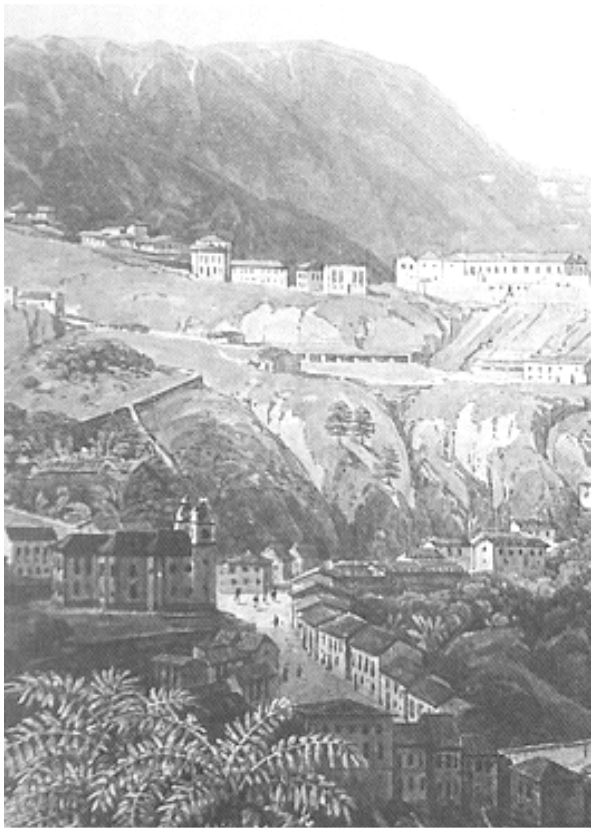


FIGURA 44
Gravura do século XIX de autoria de Johann Emmanuel Pohl (ca. 1832), retratando um panorama da então Imperial Cidade de Ouro Preto. Destaque para a Capela de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos e seu generoso adro.
Fonte: CONZEN, 2008.



FIGURA 45
Paisagem oitocentista da Imperial Cidade de Ouro Preto. Fotografia de autoria de Marc Ferrez (ca. 1870). Em primeiro plano, vê-se a Capela de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos e região. Destaque para o casario erguido nos arredores do templo.
Fonte: MUSEU DA INCONFIDÊNCIA, 1998.

A partir da análise da paisagem dos Oitocentos (**FIGs. 44 e 45**), verifica-se nítido adensamento (casario) no entorno da capela, o qual constitui o Bairro do Rosário. Nas **Figuras 42-45**, nota-se ainda que a atual Travessa Domingos Vidal, até então, não apresentava a feição de um caminho bem definido (arruamento). Não obstante, é possível constatar que, naquela época, já havia sido constituído certo casario faceando a referida passagem (**FIGs. 42-43 e 45**). Contudo, da ocupação do final dos Setecentos (**FIGs. 42 e 43**) para a verificada no final século XIX (**FIG. 46**), pouca alteração iria ocorrer, além de se

preservar, em termos, a forma de ocupação inicial daquele espaço (gerada ainda no início do século XVIII), sempre regida pelo templo (em suas várias versões) – elemento regulador do bairro[96].

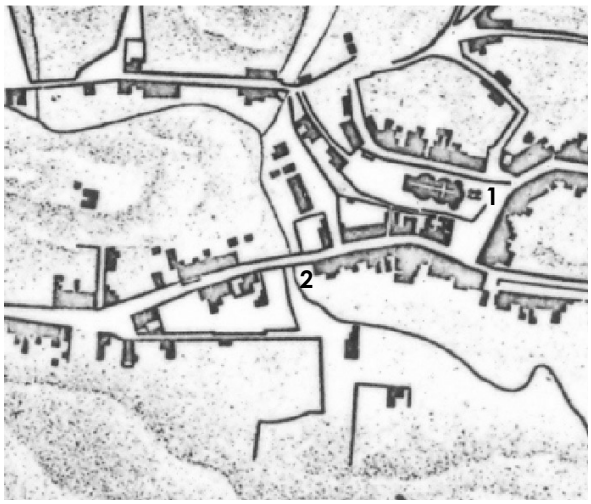


FIGURA 46 – Detalhe da "Planta da cidade de Ouro-Preto" (ca. 1888). Destaque para a Capela de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos e entorno imediato (Bairro do Rosário). Observam-se: (1) Capela de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos e Largo do rosário; (2) Córrego do Caquende (com ponte do Rosário).
Fonte: BROSENIUS, 1888. Acervo de Ivo Porto de Menezes (cópia do documento). (Alterada pelo autor, 2010).

2.2 – Arraiais da Primeira Etapa característicos pela ocupação ribeirinha

Três são os núcleos prósperos que, antecessores à fundação de Vila Rica e sob influência exclusiva das datas minerais, seriam criados junto a ricos afluentes do Rio Funil, se desenvolvendo de forma linear/ rente a o curso de seus respectivos ribeiros. Tratam-se dos chamados: Região do Passa-Dez, Arraial dos Paulistas da Freguesia de Nossa Senhora da Conceição e a dita Região da Barra (**FIGs. 47 e 48**).

Cabe destacar que, igualmente primitivo e "ribeirinho" por excelência, haverá ainda naqueles primeiros anos de exploração um pequeno arraial denominado de "dos Paulistas da Freguesia de Nossa senhora do Pilar" que, apesar de não resistir por muito tempo, merece destaque e, portanto, também será brevemente descrito nas linhas que se seguem.

[96] Até mesmo nas décadas seguintes ao último quartel do século, poucos edifícios novos serão erguidos na região, havendo pouca alteração na paisagem até meados do século XX. Veja-se "ANEXO D".

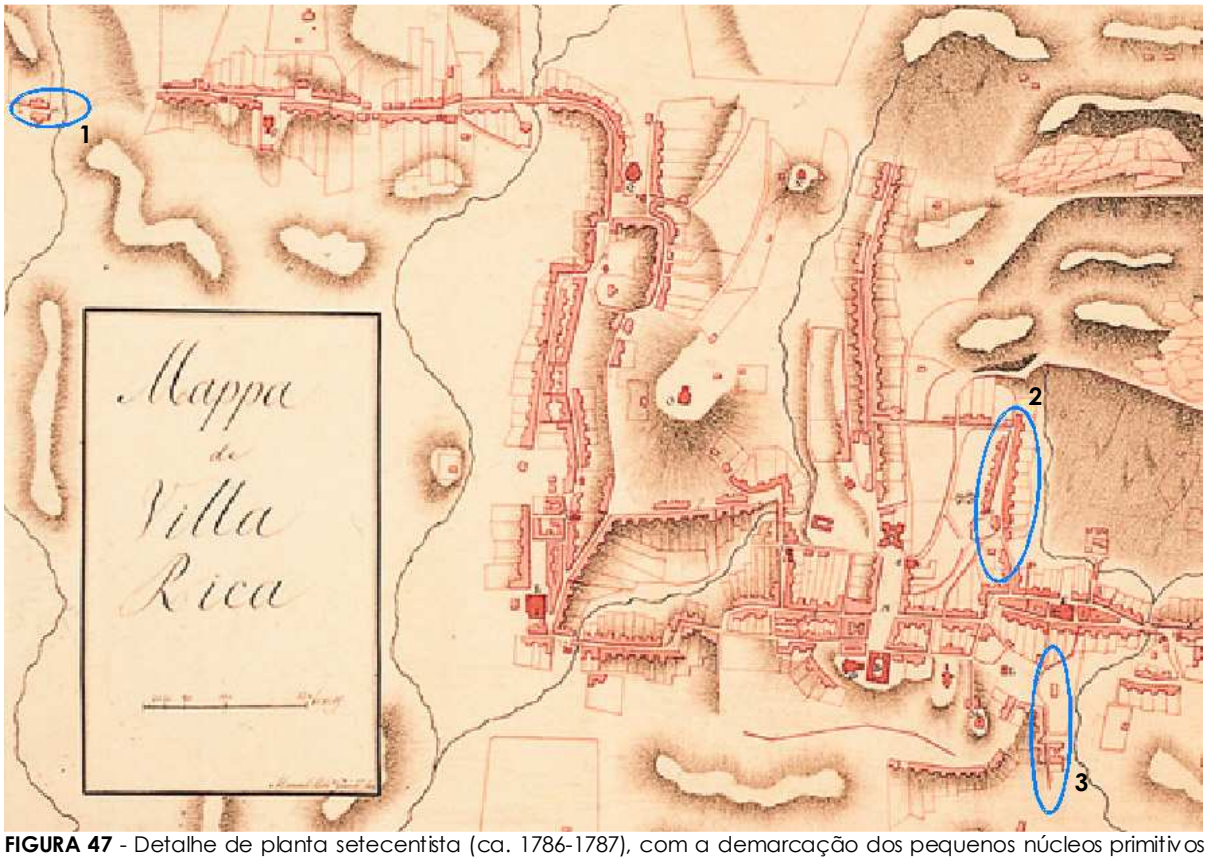


FIGURA 47 - Detalhe de planta setecentista (ca. 1786-1787), com a demarcação dos pequenos núcleos primitivos que, ausentes de templo, localizam-se ao longo/mais próximo dos córregos. Tratam-se de assentamentos humanos que, resistindo ao tempo, iriam se transformar em ruas/regiões da atual cidade de Ouro Preto. Observam-se: (1) Região do Passa-Dez; (2) Arraial dos Paulistas da Freguesia de Nossa Senhora da Conceição (atual Rua dos Paulistas); (3) Região da Barra.
Fonte: REIS FILHO, 2000, p. 215. (Alterada pelo autor, 2010).

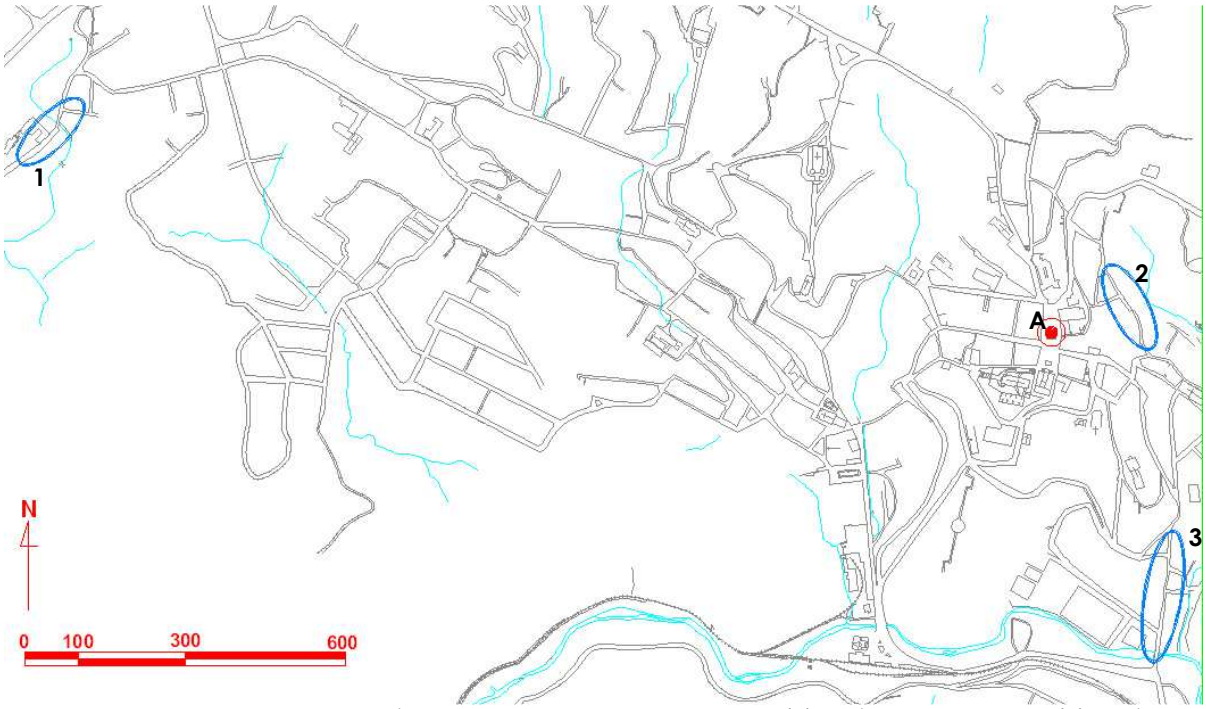
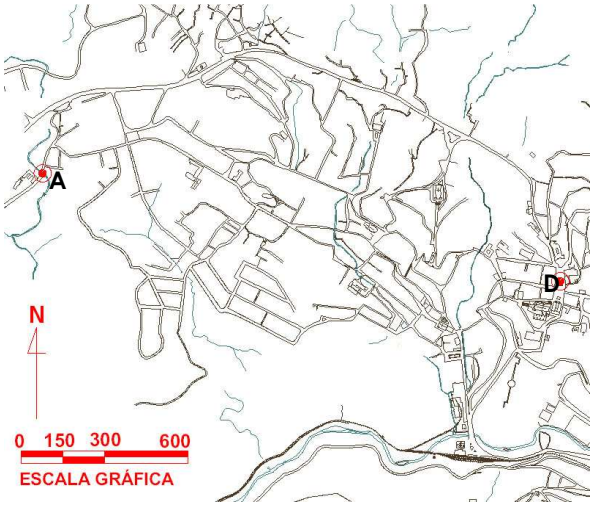


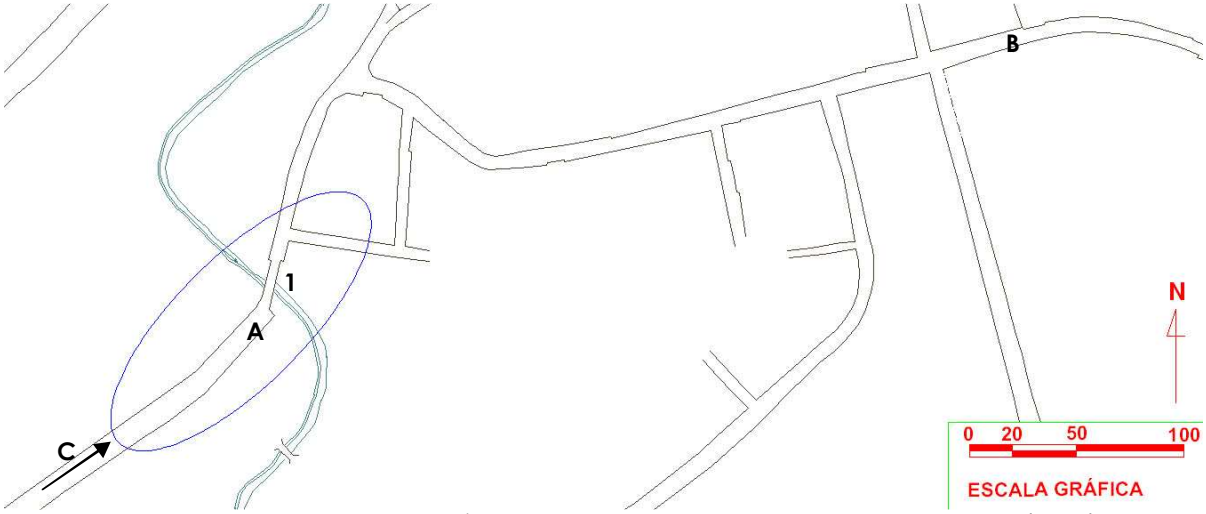
FIGURA 48 - Detalhe da Planta da Cidade de Ouro Preto. Observam-se: (1) Região do Passa-Dez; (2) Arraial dos Paulistas da Freguesia de Nossa Senhora da Conceição (atual Rua dos Paulistas); (3)- Região da Barra; (A) Praça Tiradentes (referência).
Fonte: CEMIG, 1998. (Alterada pelo autor, 2010).

2.2.1 Região do Passa-Dez

Localizada no extremo oeste da antiga Vila Rica e pertencente à freguesia de Nossa Senhora do Pilar do Ouro Preto, a região do Passa-Dez (sendo parte dela atualmente conhecida como Alto das Cabeças ou, simplesmente, Cabeças) compreendia desde o vale do Córrego do Passa-Dez, afluente do Rio Funil, até a proximidade com o Caquende, atual bairro do Rosário (VASCONCELOS, 1955, p. 185-186).

É provável que sua ocupação inicial mais significativa tenha ocorrido nas imediações do vale. De acordo com documento que revela os aforamentos iniciais (VASCONCELOS, 1941, p. 248), a mais antiga concessão de chão da região se deu justamente em local próximo ao Córrego do Passa-Dez (**FIGs. 49 e 50**). O aforamento diz respeito a Josef Henrique Miliciano, datado de 1714 e assim descrito: "no passadez, da banda da Villa, aguas vertentes ao mesmo passa-dez, a testar com o rio e com a estrada da parte do norte, para fazer hum engenho". Portanto, é possível que ali tenha sido originado o núcleo da região no início do século XVIII, sendo que as primeiras edificações, seguindo uma tendência, se estabeleceram nas proximidades - e em ambos os lados - do córrego que por ali passa, até mesmo em razão da extração mineral ou da própria demanda por água.





FIGURAS 49 e 50 - Detalhe da Planta da Cidade de Ouro Preto. Destaque para o arruamento (atual) gerado a partir da incipiente ocupação do Passa-Dez (formada lindeira a um afluente do Rio Funil). Observam-se (nomes atuais): (1) Córrego do Passa-Dez (com ponte homônima); (A) Rua Dom Helvécio, antiga "Rua do Passa-Dez" (VASCONCELOS, 1955, p. 186), que se transforma em Rua Alvarenga no chamado Alto das Cabeças, antigo "Alto do Passa-Dez" (VASCONCELOS, 1955, p. 185); (B) Rua Alvarenga; (C) Acesso à antiga Vila Rica (Ouro Preto); (D) Praça Tiradentes (referência).
Fonte: CEMIG, 1998 (Alterada pelo autor, 2010).

As plantas datadas do final do século XVIII (**FIGs. 51 e 52**) ainda acusam os resquícios deste "adensamento" primário da região, embora concentrado a oeste da ponte. Apesar de a ocupação próxima ao Córrego do Passa-Dez ser do início do século XVIII, não se tem notícia da existência de templo primitivo. Contudo, é possível que, em tempos remotos, tenha havido naquele local alguma edificação de cunho religioso antes da ermida (depois, Capela de São Miguel e Almas) providenciada, como veremos, no antigo "Alto do Passa-Dez" somente a partir de 1771. Afinal, existia considerável distância até o Caquende - arraial mais próximo que dispunha de templo.

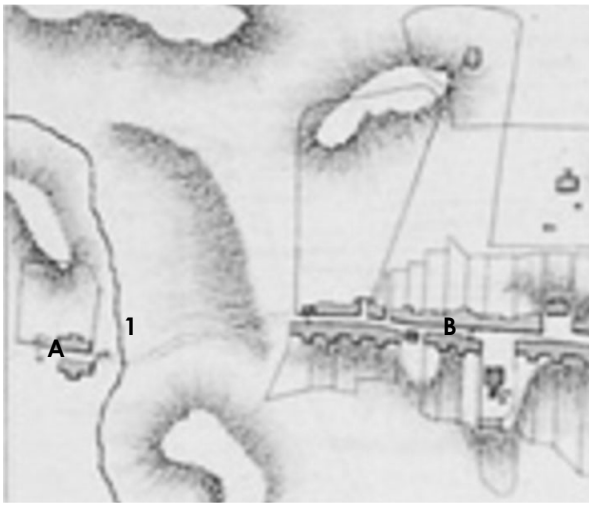


FIGURA 51
Detalhe de plantas do final do século XVIII (à esquerda, "Mappa de Villa Rica", ca. 1786-1787; à direita, "Planta de Villa Rica de N.ª S. Do Pilar", ca. 1783-1785). Destaque para a região da incipiente ocupação do antigo Passa-Dez (formada lindeira a um afluente do Rio Funil). Observam-se (nomes atuais): (1) Córrego do Passa-Dez (com ponte homônima); (A) Rua Dom Helvécio, antiga "Rua do Passa-Dez" (VASCONCELOS, 1955, p. 186), que se transforma em Rua Alvarenga no chamado Alto das Cabeças, antigo "Alto do Passa-Dez" (VASCONCELOS, 1955, p. 185); (B) Rua Alvarenga.
Fonte: REIS FILHO, 2000, p. 215. (Alterada pelo autor, 2010).

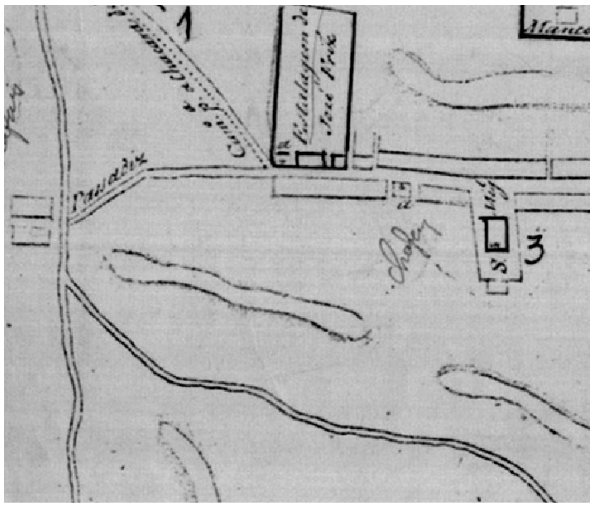


FIGURA 52
Fonte: NIEMEYER, 1888. Acervo de Ivo Porto de Menezes (cópia do documento). (Alterada pelo autor, 2010).

Além de demarcar a ocupação inicial do arraial, de acordo com Eponina Ruas (1958, p. 183-184), a ponte do Passa-Dez era assim chamada porque, para cruzá-la, os viandantes nunca se juntavam em menos dez, a fim de não serem saqueados por escravos fugidios. É preciso lembrar que foi grande a luta pela posse das terras e, portanto, os que chegavam atrasados muitas vezes nada encontravam. Enquanto alguns aventureiros, não tendo como atuar na mineração, se dedicaram às suas profissões de origem, outros se tornaram assaltantes das estradas (SANTOS, 1961, p. 29-30) (**FIG. 53**).



FIGURA 53
Rua do Passa-Dez, contando com sua ponte homônima. A região teria abrigado algumas das primeiras ocupações setecentistas. Fonte: acervo do autor, 2010.
Fonte: Elaborada pelo autor, 2010.

Analisando as plantas dos Setecentos (**FIGs. 51 e 52**), verifica-se que o principal percurso[97] para se adentrar em Vila Rica – e também para se chegar à Vila do Carmo – perpassava esse assentamento primário, o que certamente teria motivando o surgimento de uma ocupação primitiva (ainda que incipiente) naquele local.

2.2.2 - Região da Barra

É imprescindível a menção à região dita da Barra entre os núcleos primevos, embora possivelmente tenha sido uma ocupação mais dispersa no início dos Setecentos. A primitiva Barra situa-se na freguesia de Nossa Senhora da Conceição de Antonio Dias, a sudeste da Matriz (**FIGs. 54 e 55**).

[97] A abertura desse caminho, denominado por Vasconcellos (1956) de "estrada tronco", foi providenciada ainda no princípio do século XVIII, antes mesmo da ereção da vila.

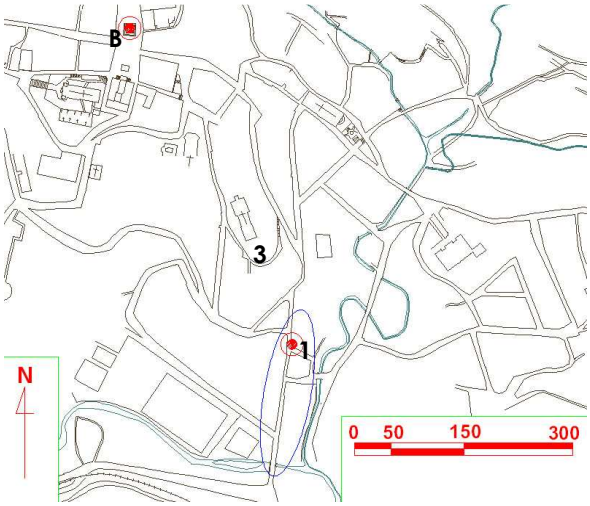


FIGURA 54

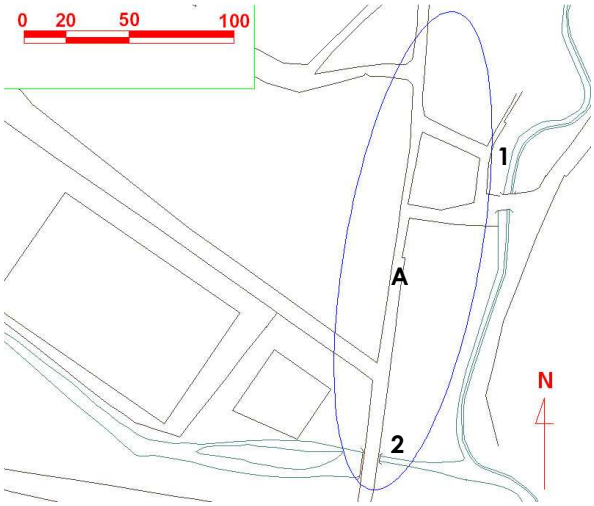


FIGURA 55

Detalhe da Planta da Cidade de Ouro Preto. Destaque para o arruamento (atual) gerado a partir da incipiente ocupação da Região da Barra (formada lindeira a um afluente do Rio Funil). Observam-se: (1) Córrego de Antonio Dias; (2) Ponte da Barra; (3) Antiga Capela de Nosso Senhor dos Perdões (ca. 1740) e região; (A) Rua Antonio Martins (antiga "Rua da Barra"); (B) Rua Praça Tiradentes (referência).
Fonte: CEMIG, 1998.

Num aforamento de 1712, talvez o primeiro que acusa a ocupação da região, consta "hua braça de terras para alargar as cazas em que vive [o solicitante] no caminho que vai do pelourinho para Antonio Dias, da parte que chamam da Barra" (VASCONCELOS, 1941, p. 245). De acordo com as informações presentes nesse arrolamento, podemos notar que o requerente já havia estabelecido residência no local antes mesmo da formalização da concessão, nos levando a crer que a Barra é uma das ocupações mais antigas.

Dentre os primeiros aforamentos (realizados após a criação da vila e que encontram-se guardados no Livro nº1 do Arquivo Publico Mineiro) (Vasconcelos, 1941), tal registro consiste na única concessão na região da Barra. Todavia, é provável que, já naquela época, houvesse mais habitantes ali estabelecidos, uma vez que também houve concessões deferidas pela Câmara de forma isolada. Sabe-se que a incidência de ocupações informais era freqüente, principalmente nos primeiros anos da vila (VASCONCELOS, 1955, p. 171).

Em análise do levantamento da vila datado de 1737, feito depois de regularizada a Sesmaria da Câmara, pode-se constatar várias outras casas então providenciadas na "Rua da Barra" (VASCONCELOS, 1955, p. 202), atual Rua Antônio Martins (**FIGs. 54-57**).

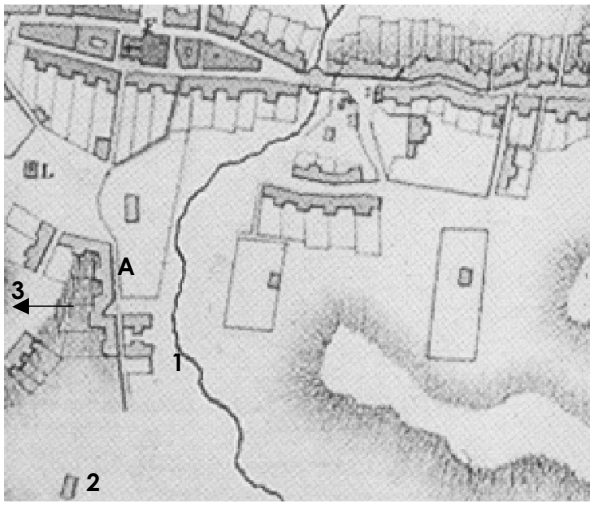


FIGURA 56
Detalhe de plantas do final do século XVIII (à esquerda, "Mappa de Villa Rica", ca. 1786-1787; à direita, "Planta de Villa Rica de N.ª S. Do Pilar", ca. 1783-1785). Destaque para a região da incipiente ocupação da Barra (formada lindeira a um afluente do Rio Funil). Observam-se (nomes atuais): (1) Córrego de Antonio Dias; (2) Ponte da Barra; (3) Antiga Capela de Nosso Senhor dos Perdões (ca. 1740) e região; (A) Rua Antonio Martins (antiga "Rua da Barra").
Fonte: REIS FILHO, 2000, p. 215. (Alterada pelo autor, 2010).

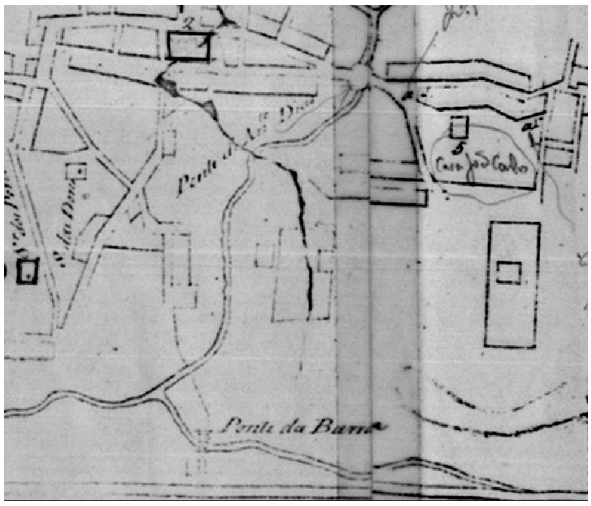


FIGURA 57
Fonte: NIEMEYER, 1888. Acervo de Ivo Porto de Menezes (cópia do documento). (Alterada pelo autor, 2010).

Com o avançar dos anos, esse pequeno povoamento receberia ainda, já na terceira etapa da ocupação de Vila Rica - descrita adiante neste trabalho -, a Capela de Mercês e Perdões, a qual contribuiu para maior adensamento daquele bairro (**FIGs. 56 e 57**). Outro fator determinante da expansão de sua ocupação foi a construção da Ponte da Barra sobre o Rio Funil, providenciada, possivelmente, ainda na primeira metade do século XVIII[98] (**FIGs. 58-60**).

[98] Segundo Ruas (1958, p. 182), a atual Ponte da Barra é a última da outrora Vila Rica, datada de 1806. Sua antecessora, a primitiva construída de madeira, havia sido destruída na década de 1760 em razão de uma tromba d'água. Contudo, é provável que nesse intervalo de tempo, outra ponte tenha existido no local, tendo em vista que as plantas apresentadas em anexo (vejam-se "ANEXO B" e "ANEXO C") foram elaboradas no último quartel do século XVIII e constam da Ponte da Barra, bem como de certas ocupações pontuais nas proximidades daquele elemento. Corrobora essa hipótese documento resgatado por pesquisa empreendida por Ivo Porto de Menezes (MENEZES, 1970-1999), em que José Ribeiro de Carvalhaes recebe, em 1799, pagamento de pedras e lajes para o concerto de uma ponte sita na Barra.

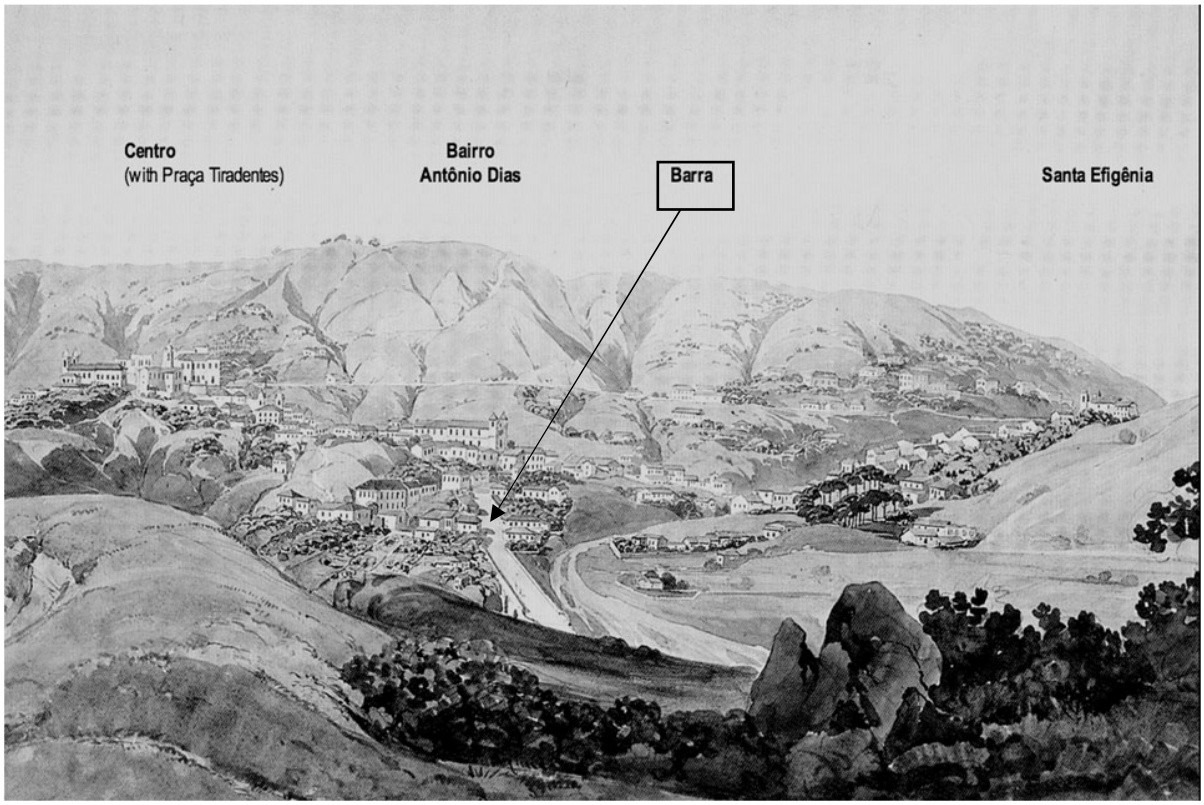


FIGURA 58 - Gravura do século XIX de autoria de Johann Emmanuel Pohl (elaborada em ca. 1833) retratando um panorama da outrora Imperial Cidade de Ouro Preto. Destaque para o povoamento oitocentista na dita "Região da Barra". Na mesma imagem, logo abaixo, vê-se também a Ponte da Barra.
Fonte: CONZEN, 2007.

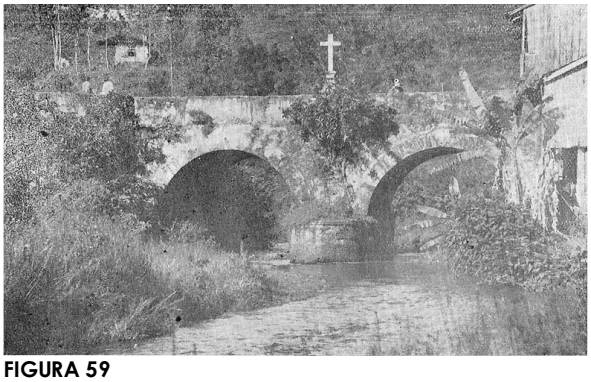


FIGURA 59
Fotografias da chamada "Ponte da Barra", ornada com seu cruzeiro de pedra e sita à atual Rua Antônio Martins, antiga "Rua da Barra" (VASCONCELOS, 1955, p. 202).
Fonte: CARVALHO, [193-?]

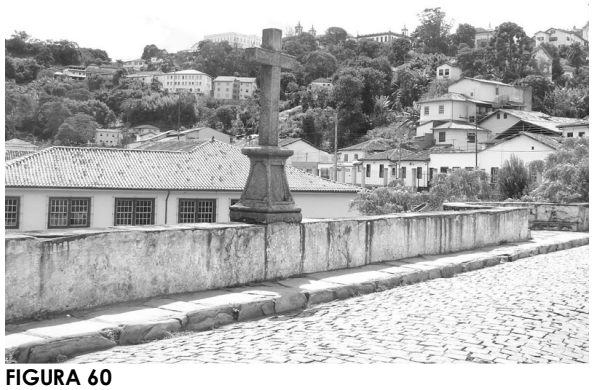


FIGURA 60
Fonte: Elaborada pelo autor, 2010.

2.2.3 - Arraial dos Paulistas na freguesia de Nossa Senhora da Conceição de Antonio Dias

Assim como a Região da Barra, uma antiga e próspera ocupação atribuída aos bandeirantes paulistas pertencia à freguesia de Nossa Senhora da Conceição de Antonio Dias, em região próxima à igreja (**FIG. 61**). Indícios da ocupação incipiente podem ser identificados nos primeiros aforamentos, embora o núcleo tenha se originado ainda antes

de ter sido erigida a vila. Compreendendo apenas uma rua – denominada de "dos Paulistas" e muito mencionada nos primeiros aforamentos (principalmente nos anos de 1718-1719) (VASCONCELOS, 1941) – esse arraial já se mostrava "bem adensado" logo no início dos Setecentos.

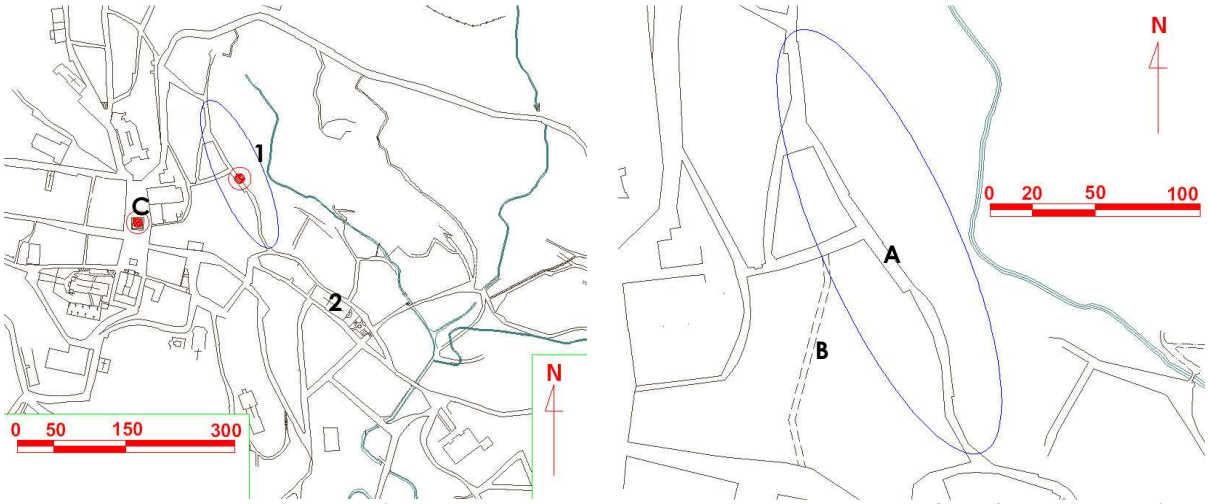


FIGURA 61 - Detalhe da Planta da Cidade de Ouro Preto. Destaque para o arruamento (atual) gerado a partir da incipiente ocupação do Arraial dos Paulistas (hoje Ruas dos Paulistas), formada lindeira a um afluente do Rio Funil. Observam-se (nomes atuais): (1) Córrego do Sobreira (vertente do Córrego de Antonio Dias); (2) Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição (do antigo Arraial de Antonio Dias) (referência); (A) Rua dos Paulistas (VASCONCELOS, 1941, p. 249); (B) Caminho, hoje extinto, interligando o antigo Arraial dos Paulistas à atual Rua Cláudio Manoel (posterior a 1711); (C) Praça Tiradentes (referência).
Fonte: CEMIG, 1998.

Constata-se que, desprovida de capela, a pequena - porém destacável - ocupação linear por excelência, foi condicionada quase que exclusivamente pela extração de mineração. Em razão disso, o traçado (bem como a ocupação) teria sofrido a tendência de não apenas se aproximar, mas também acompanhar, paralelamente, ao então riquíssimo Córrego do Sobreira (**FIGs. 61-63**), vindo a se transformar na atual – e bastante povoada – Rua Paulistas (**FIG. 64**).

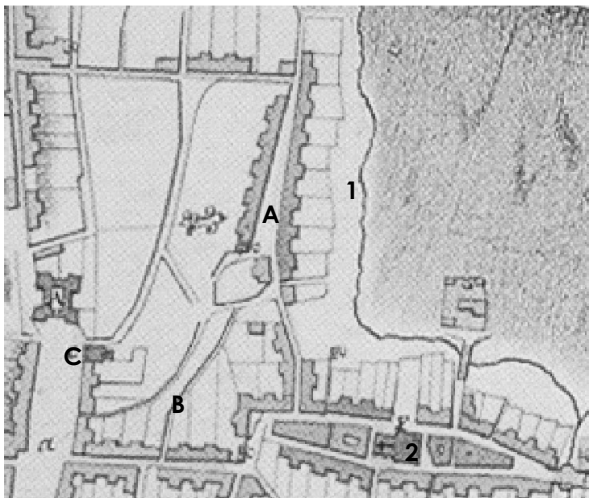


FIGURA 62

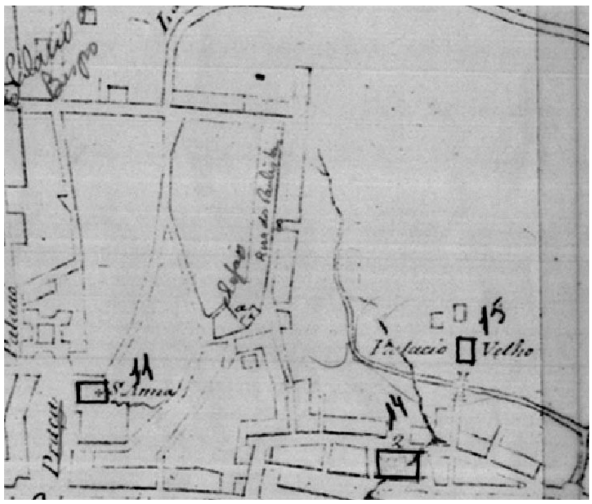


FIGURA 63

Detalhe de plantas do final do século XVIII (à esquerda, "Mappa de Villa Rica", ca. 1786-1787; à direita, "Planta de Villa Rica de N.ª S. Do Pilar", ca. 1783-1785). Destaque para a região da incipiente ocupação do antigo Arraial dos Paulistas (hoje Rua dos Paulistas), formada lindeira a um afluente do Rio Funil. Observam-se (nomes atuais): (1) Córrego do Sobreira (vertente do Córrego de Antonio Dias); (2) Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição (do antigo Arraial de Antonio Dias) (referência); (A) Rua dos Paulistas (VASCONCELOS, 1941, p. 249); (B) Caminho, hoje extinto, interligando o antigo Arraial dos Paulistas à atual Rua Cláudio Manoel que, segundo Carvalho (1921, p. 293), já em meados do século XVIII tratava-se da "[...] Travessa do Ouvidor, que ia sahir (sic) no Arraial dos Paulistas, como se denominava"; (C) Contata-se também, em ambos os documentos setecentistas, um extinto caminho (beco/travessa, de acordo com levantamentos da vila) que, iniciando-se próximo à antiga Casa dos Ouvidores, interligava a atual Rua Cláudio Manoel (outrora Rua Nova) ao dito arraial: "beco que segue da mesma rua para a dos Paulistas" (VASCONCELOS, 1955, p. 230). O referido caminho teria sido aberto apenas depois da fundação de Vila Rica.

Fonte: REIS FILHO, 2000, p. 215. (Alterada pelo autor, 2010).

Fonte: NIEMEYER, 1888. Acervo de Ivo Porto de Menezes (cópia do documento). (Alterada pelo autor, 2010).



FIGURA 64 - Imagem da atual "Rua dos Paulistas", estreito arruamento aberto no princípio do século XVIII – linear e paralelo ao Córrego do Sobreira.
Fonte: GOOGLE MAPAS, 2010.

2.2.4 - Arraial dos Paulistas na freguesia de Nossa Senhora do Pilar de Ouro Preto (extinto)

Também recebendo o nome de "dos Paulistas", existiu uma outra ocupação primitiva de que se tem notícia, extinta ainda no decorrer dos anos setecentistas: trata-se do dito "arrayal dos Paulistas, na freguezia do ouro-Preto", mencionado em alguns dos primeiros aforamentos da vila (VASCONCELOS, 1941, p. 247).

A hipótese de que teria sido originado de acampamentos provisórios instalados na região, acreditamos ser plausível. Aquele assentamento urbano, supõe-se, desaparecera em meados do século XVIII, pois quase nenhum vestígio dele aparece em manuscritos e tampouco em documentos cartográficos setecentistas de que se tem notícia. Já a razão de sua extinção talvez esteja co-relacionada ao fato de a região (freguesia de Nossa Senhora do Pilar), ter pertencido, em sua maioria, aos emboabas, os quais teriam saído em vantagem na chamada Guerra dos Emboabas (1707-1709), terminando por expulsar seus maiores rivais – os Paulistas[99].

Baseando-se nos arrolamentos seguintes à criação de Vila Rica, percebe-se que essa ocupação seria ribeirinha, formada junto ao famoso Córrego do Ouro Preto. Assim, já na segunda década do século XVIII ali teria existido um primitivo caminho, "a rua dos Paulistas, no bairro de ouro-preto" (VASCONCELLOS, 1941, p. 250). Apesar da carência de documentação/ informações mais consistentes, que dificultam uma identificação mais precisa do local que o acolhera, uma referência para o referido núcleo seria o antigo Arraial do Ouro Preto (atual bairro de mesmo nome) que, situado nas imediações, no início das explorações talvez até teria favorecido tal ocupação (**FIG. 65**).

[99] É plausível que os Paulistas tenham abandonado por completo a região somente décadas após o grande conflito ocorrido no princípio dos Setecentos, sendo que tal incidente teria inclusive provocado a expulsão dos moradores dali, forçados a migrar-se para outros núcleos de povoação. Afinal, conforme ressalta Adriana Romeiro (2008, p. 316), "por todo o século XVIII, paulistas e emboabas iriam se enfrentar: as velhas denominações nunca foram esquecidas e assumiram novos conteúdos, inscrevendo-se em diferentes campos sociais". Aproveitamos a oportunidade para adiantar que até mesmo o episódio da disputa das duas igrejas matrizes para acolher a Sé (que será mencionado em linhas adiante), evento ocorrido já na década de 1730, irá suscitar grandes desavenças entre os dois povos que, tradicionalmente, se dividiram entre fregueses de Nossa Senhora do Pilar ou de Nossa Senhora da Conceição (AHU, Cód. 244, fls. 7 apud MENEZES, 1975, p. 187).

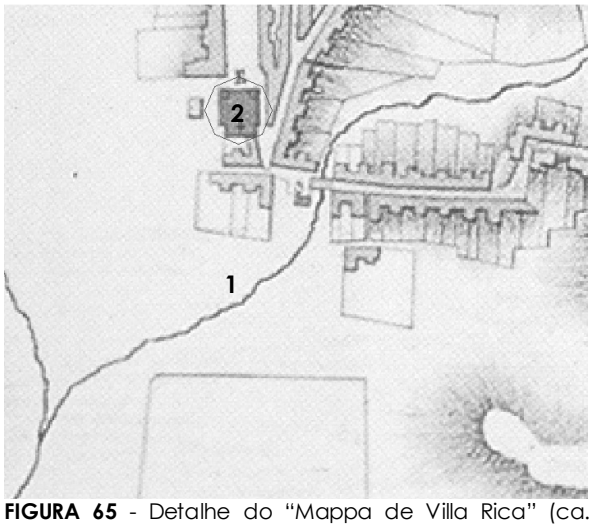
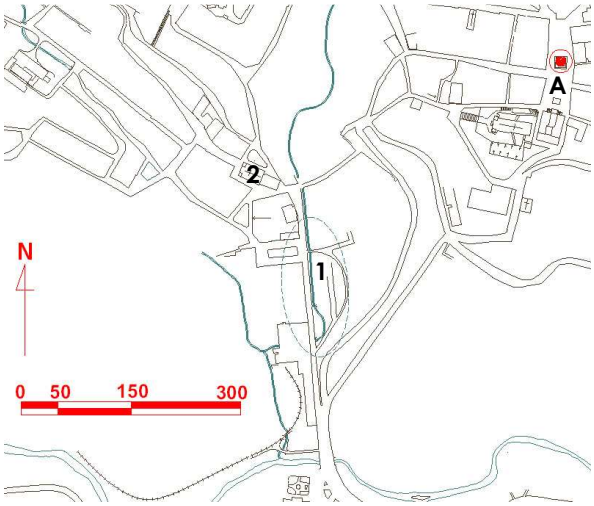
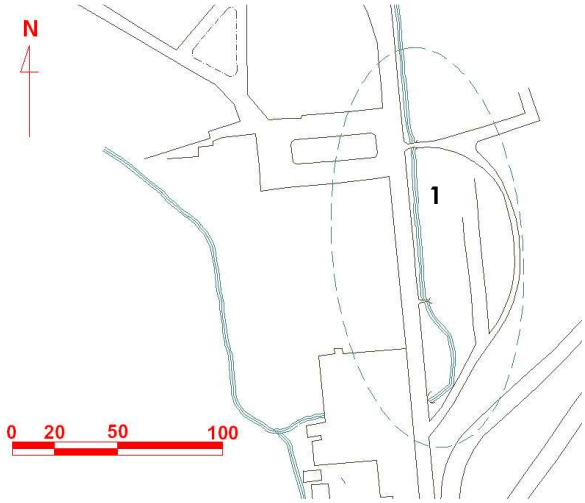


FIGURA 65 - Detalhe do "Mappa de Villa Rica" (ca. 1786-1787), focando a possível região do extinto "arrayal dos paulistas no ouro Preto", sito próximo ao "corrego do Ouro Preto" (VASCONCELOS, 1941, p. 251, 256). Observam-se (nomes atuais): (1) Córrego do Ouro Preto, outrora denominado de Córrego do Tripuí (BANDEIRA, 1957); (2) Igreja Matriz de Nossa Senhora do Pilar (do Ouro Preto).
Fonte: REIS FILHO, 2000, p. 215. (Alterada pelo autor, 2010).

A 20 de fevereiro de 1712, diz-se-ia, portanto, de "chãos para fazer hum rancho em a rua Direita do ouro-preto, junto ao rego que vai para o arrayal dos Paulistas." Noutra concessão, agora atribuída ao renomado "Capm.-Mor Henrique Lopes", curiosamente teria sido aforada "dez braças em quadra no corrego do Ouro Preto" (VASCONCELLOS, 1941, p. 242, 256, grifo nosso). Diante dessas informações, ainda que escassas, pode-se concluir que essa extinta rua "dos Paulistas" estaria situada ao sul da fachada posterior da igreja de Nossa Senhora do Pilar, com início de ocupação nas imediações da atual Ponte de Ouro Preto e seguindo em direção sul, acompanhando, portanto, o percurso traçado pelo Córrego do Ouro Preto bem como o sentido do fluxo d'água daquele afluente do Funil (**FIGs. 65-67**).

No registro da vila datado de 1737, realizado logo após ter sido regularizada a Sesmaria da Câmara (1736), ainda constam algumas poucas casas – foram cadastradas apenas cinco– na chamada "Rua do Arraial dos Paulistas de Ouro Preto" (VASCONCELOS, 1955, p. 187). Não obstante, conforme já salientado, no "Mappa de Vila Rica" (documento datado de c.a. 1786-1787) não consta esse arraial, levando-nos a crer que tal nucleação, naquela época, já estaria desaparecida por completo (**FIGs. 65-67**).





FIGURAS 66 e 67 - Detalhe da Planta da Cidade de Ouro Preto. Em destaque, possível região do outrora "arraial dos paulistas junto ao corrigo das lavras que vem da ponte de tripoy entrando no ouro Preto" (MENEZES, 1970-199)[100]. Observam-se (nomes atuais): (1) Córrego do Ouro Preto, outrora denominado de Córrego do Tripuí (BANDEIRA, 1957); (2) Igreja Matriz de Nossa Senhora do Pilar (do Ouro Preto); (A) Praça Tiradentes (referência). Fonte: CEMIG, 1998 (Alterada pelo autor, 2010).

2.3 - Considerações a respeito dos núcleos mais prósperos e da ocupação ribeirinha da Primeira Etapa

Pode-se concluir que ambos os arraiais dos Paulistas, bem como a região do córrego do Passa-Dez e a da Barra obedeceram a uma forma de ocupação linear, ribeirinha por excelência – talvez em decorrência dos assentamentos provisórios primitivos. Talvez porque desprovidos de templos, esses incipientes povoamentos não teriam sido submetidos a consideráveis reestruturações (na forma de ocupar o espaço). Tampouco foram estimulados a migrar para regiões designadas como patrimônio religioso e, portanto, "convenientemente" situados em meia encostas. Assim, desenvolveram-se (e mantiveram-se) relativamente lindeiros aos veios d'água, seja acompanhando-os ou simplesmente buscando o máximo de aproximação. Essas ocupações não seguiram a lógica da busca por um local de destaque no na paisagem, recorrente em se tratando de núcleos providos de capela.

Aos moradores desses núcleos, era freqüente o deslocamento (quase que diário) para os arraiais vizinhos a fim de assistirem às missas. Mencionemos o compromisso de 1736 da Irmandade do Arcanjo São Miguel e Almas, que, segundo Furtado de Menezes (1975b, p. 75-76), aquela Irmandade deveria manter dois capelães, sendo um na matriz de Nossa Senhora do Pilar e, o outro, celebrando na Capela de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos. Essa última atenderia aos moradores do próprio Caquende – local em que a Capela do Rosário se situa, bem como aos habitantes das proximidades, incluindo a região do Passa-Dez.

[100] CMOP, Cód. 1, fls. 9 v. Pesquisa realizada por Ivo Porto de Menezes (MENEZES, 1970-1999).

Embora tivessem sido menos prósperas no decorrer do século XVIII e no seguinte, essas nucleações, privadas de edifícios de cunho religioso e visivelmente lineares em termos de espacialização, se mostraram relativamente adensadas no inicio da ocupação de Vila Rica. Permanecendo[101] ribeirinhas por excelência, tornaram-se ocupações peculiares diante dos respectivos arraiais contemporâneos e dos demais que, no decorrer dos anos, se formaram em Vila Rica.

Após essa análise parcial da ocupação antecessora à fundação da vila, desenvolvida a partir do estudo inicial (**FIG. 05**) de Sylvio de Vasconcellos (1956), verificamos, portanto, a necessidade de acrescentar ao levantamento dos núcleos primitivos, outro importante (e próspero) arraial: o do Caquende. Sobre tal ocupação, que teria surgido ainda na primeira década setecentista, há inclusive documentação comprovando a existência de antiga capela, conforme mencionado. As regiões conhecidas como Barra e dos Paulistas (de ambas as freguesias) também são merecedoras de reconhecimento.

Ainda com base no croqui de Vasconcellos, vimo-nos no dever de acrescentar a seguinte ressalva: consta no referido desenho esquemático, que a região conhecida como Alto das Cabeças, juntamente com o templo de São Miguel e Almas[102], também pertence à fase inicial de ocupação, embora tal edifício (o primevo) tenha sido edificado somente em 1771. Quanto à hipótese de ter existido no mesmo local uma capela anterior, primitiva e do início do século, essa última não é factível, uma vez que, conforme veremos mais adiante, há documentação na qual podemos interpretar que, pelo menos até o ano de 1751 [103], a sede da Confraria de São Miguel e Almas localizava-se na Igreja Matriz de Nossa Senhora do Pilar[104], embora essa Irmandade tenha surgido logo em 1713, de acordo com Menezes (1975b, p. 75).

---

[101] Exceção seja feita ao já mencionado "Arraial dos Paulistas no bairro do Ouro Preto" (VASCONCELOS, 1941), possivelmente extinto ainda no século XVIII.

[102] Vasconcellos (1956) inclui no seu desenho a região do Alto do Passa-Dez e destaca a tardia capela, situada no topo da região também conhecida como Cabeças. Todavia, a Irmandade de São Miguel e Almas só dispôs de templo próprio na segunda metade do século XVIII.

[103] De acordo com documento publicado por Judith Martins (1974, p. 129) relativo ao renomado artífice Francisco Xavier de Brito, consta: "1741 - Data de sua entrada como Irmão da Irmandade das Almas, da Matriz de N. Srª do Pilar, tendo pago seus anuais até o seu falecimento, ocorrido a 24 de dezembro de 1751 (L.º respectivo, fls. 154 v.)". Em seguida há outro documento que consta: "1751 - dezembro 24 – Faleceu nesta data (L.º de 'Entradas de Irmãos da Irmandade de S. Miguel e Almas', da Matriz de N. Srª do Pilar, fls. 154 v.)" (MARTINS, 1974, p. 130).

[104] Assim como a Irmandade de São Miguel e Almas, muitas das confrarias não possuíam capela própria e, portanto, se estabeleciam em uma das igrejas matrizes, prática comum no século XVIII. Assim sendo, providenciavam a edificação e o zelo de um dos altares colaterais da matriz, como era freqüente até que a Confraria obtivesse fundos para a construção do seu próprio templo.

2.4 - Arraial no sopé da Região dos Morros (Serra do Ouro Preto) e respectiva Capela de Nossa Senhora do Pilar do Taquaral

Já nos primeiros anos, parece que houve também a ocupação da Serra do Ouro Preto. Francisco Lopes (1932, p. 29) explica, de forma sistemática, a origem das ocupações na serra, apesar de a famosa Serra do Ouro Preto supostamente ter sido o marco inicial da exploração de toda a região, com a chegada da bandeira de Antonio Dias àquelas terras no final dos Setecentos (BARBOSA, 1979; VASCONCELOS, 1974, v.1). Segundo a versão tecida por Lopes:

> [...] do fundo dos três vales contíguos [de Ouro Preto, Antonio Dias e Padre Faria] aonde haviam nascido [os arraiais pioneiros], começaram eles, desde logo, a subir as encostas dos morros, deixando prever, apesar da mataria que ainda os separava, que viriam, de futuro, a constituir um unico (sic) povoado (LOPES, 1932, p. 29).

Um dos núcleos de povoação da Serra do Ouro que, apesar de bastante antigo, não consta no croqui desenvolvido por Sylvio de Vasconcellos (**FIG. 05**), é o chamado "Taquaral".

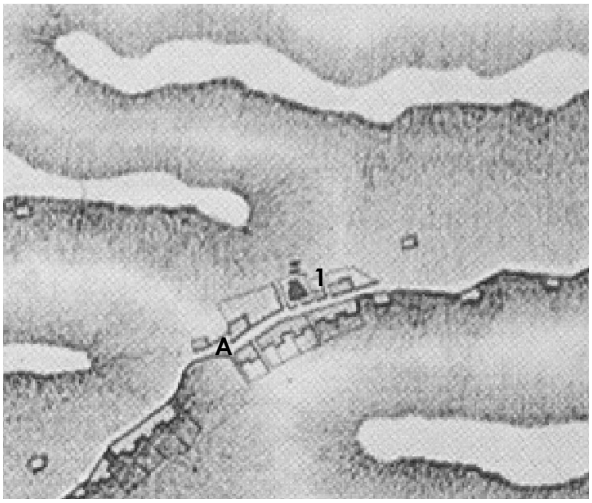
A capela primeva do Taquaral, juntamente com o núcleo (**FIGs. 68-70**), data dos primórdios do século XVIII e, portanto, também se enquadra na primeira etapa de ocupação. Pertencente à freguesia de Antonio Dias, o templo primitivo é anterior a 1720, sendo que outra capela parece ter sido erguida décadas depois e no mesmo local, em 1748, a pedido da população estabelecida ali, segundo informações de Carrazzoni (1887, p. 227).

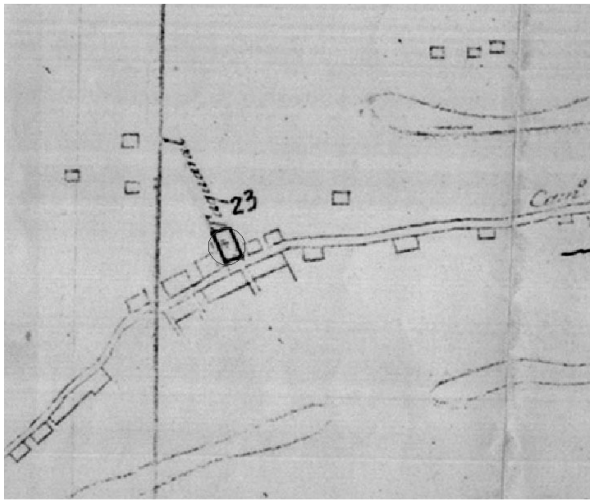
Em um aforamento datado de 23 de março de 1735, faz-se referência ao antigo edifício religioso: de acordo com a concessão, o terreno do então suplicante "[...] parte de huma banda com a capela do Tacoaral [...]" (MASSARA, 1989, p. 146-147)[105]. Embora faça menção ao templo atual, Diogo de Vasconcelos (1934, p. 21-22) constata que a capela-mor coincide com o início dos Setecentos. Portanto, apesar de reedificada (ou apenas "modernizada"), é provável que tenha sido obedecido o partido primário de composição (SOUZA, 1981, p. 241).

[105] Massara (1989, p. 146-147) transcreve documento: APM CMOP SC, Cód. 02, fls. 1126 e 126 v. 23 mar. 1735.



FIGURA 68 - Detalhe da Planta da Cidade de Ouro Preto. Destaque para o arruamento (atual) gerado a partir do primitivo templo do Arraial de Nossa Senhora do Pilar do Taquaral e dos demais que, talvez, o sucederiam naquele local. Observam-se (nomes atuais): (1) Capela de Bom Jesus das Flores (antiga Capela de Nossa Senhora do Pilar do Taquaral); (2) afluente do Rio Funil; (3) local onde há ruínas de antigas edificações (setecentistas ou oitocentistas); (A) Rua Águas Férreas; (B) Praça Tiradentes (referência).
Fonte: CEMIG, 1998. (Alterada pelo autor, 2010).





FIGURAS 69 e 70 - Detalhe de plantas do final do século XVIII (à esquerda, "Mappa de Villa Rica", ca. 1786-1787; à direita, "Planta de Villa Rica de N.ª S. Do Pilar", ca. 1783-1785). Destaque para a região da incipiente ocupação do antigo Arraial do Pilar do Taquaral, gerada a partir do primitivo templo e dos demais que, talvez, o sucederiam naquele local. Observam-se (nomes atuais): (1) antiga Capela de Nossa Senhora do Pilar do Taquaral; (A) Rua Águas Férreas. Embora o arraial tenha sido formado em região mais "periférica", observa-se o surgimento de um casario contíguo à capela e no entorno imediato do núcleo de ocupação inicial.
Fonte: REIS FILHO, 2000, p. 215. (Alterada pelo autor, 2010).
Fonte: NIEMEYER, 1888. Acervo de Ivo Porto de Menezes (cópia do documento). (Alterada pelo autor, 2010).

A antiga denominação da capela se deu sob a invocação de Nossa Senhora do Pilar do Taquaral, daí o nome "Taquaral" presente nas legendas das plantas do final século XVIII[106]. O templo passaria a ser conhecido como Bom Jesus das Flores somente em meados do século XIX (SOUZA 1984, p. 242)[107] (**FIGs. 71 e 72**).



FIGURA 71
Vista da Capela de Nossa Senhora do Pilar (do Taquaral), a mais "requintada" das capelas implantadas na chamada região dos Morros. Fonte: acervo do autor, 2010.
Fonte: Acervo do autor, 2010.



FIGURA 72
Fachada frontal da Capela de Nossa Senhora do Pilar (do Taquaral), situada no sopé da Serra do Ouro Preto.
Fonte: Acervo do autor, 2010.

Quanto à região, caracteriza-se por um núcleo de população mais isolado da Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição (distante cerca de três quilômetros), porém próximo a um afluente direto do Rio Funil (**FIG. 68**). Localiza-se na franja da Serra de Ouro Preto, na estrada – e principal rota – em direção ao antigo Ribeirão do Carmo (atual cidade de Mariana).

Conforme podemos verificar no detalhe das plantas do século XVIII (**FIGs. 69 e 70**), tanto a capela quanto a ocupação setecentista mais significativa da região se consolidaram a pouco mais de cem metros do curso d'água. Em contrapartida, o casario acaba sendo condicionado pela orientação da fachada frontal e de ambas as laterais do templo, em vez de acompanhar a margem do afluente (**FIGs. 73 e 74**).

[106] Veja-se "ANEXO B".
[107] Afirma Wladimir Souza (1984, p. 242), que o nome do templo foi alterado para Capela do Bom Jesus das Flores em 1855, pois, até aquele ano, no qual se realizou a visita do Presidente da Província, o velho nome prevalecia.



FIGURA 73
Detalhe de ruína, possível edificação setecentista ou oitocentista, localizada defronte à fachada frontal da Capela de Nossa Senhora do Pilar do Taquaral, na estrada que vai para Mariana.
Fonte: Acervo do autor, 2010.



FIGURA 74
Fonte: Acervo do autor, 2010.

2.5 - Outros arraiais da Região dos Morros (Serra do Ouro Preto) e respectivos templos

Além do "Taquaral", há outros quatro arraiais (posteriormente transformados em bairros), todos eles primários, formados na Serra do Ouro Preto, na região conhecida como Morro da Queimada. Da mesma forma que o arraial da Capela de Bom Jesus das Flores, situam-se em regiões mais afastados das igrejas (matrizes) de suas respectivas freguesias e do local que, a partir de 1711, passaria a demarcar o centro de Vila Rica (a atual Praça Tiradentes). São eles: o arraial de São João Batista "do Morro do Ouro Fino", de Sant'Ana "do Morro da Pedra Branca", de Nossa Senhora da Piedade "do Morro da Lavra Nova" e o de São Sebastião "do Morro do Ouro Podre" (**FIGs. 75 e 76**).

É compreensível que a Serra tenha, de fato, abrigado alguns dos mais antigos arraiais, uma vez que há vários relatos acusando não só a chegada dos pioneiros (dentre eles Antonio Dias e Padre Faria) à região como também achados de ouro naquelas íngremes encostas na virada do século XVII para o século XVIII. Segue, portanto, a identificação desses antigos assentamentos humanos verificados na região denominada de "dos Morros" bem como de suas respectivas capelas**:**

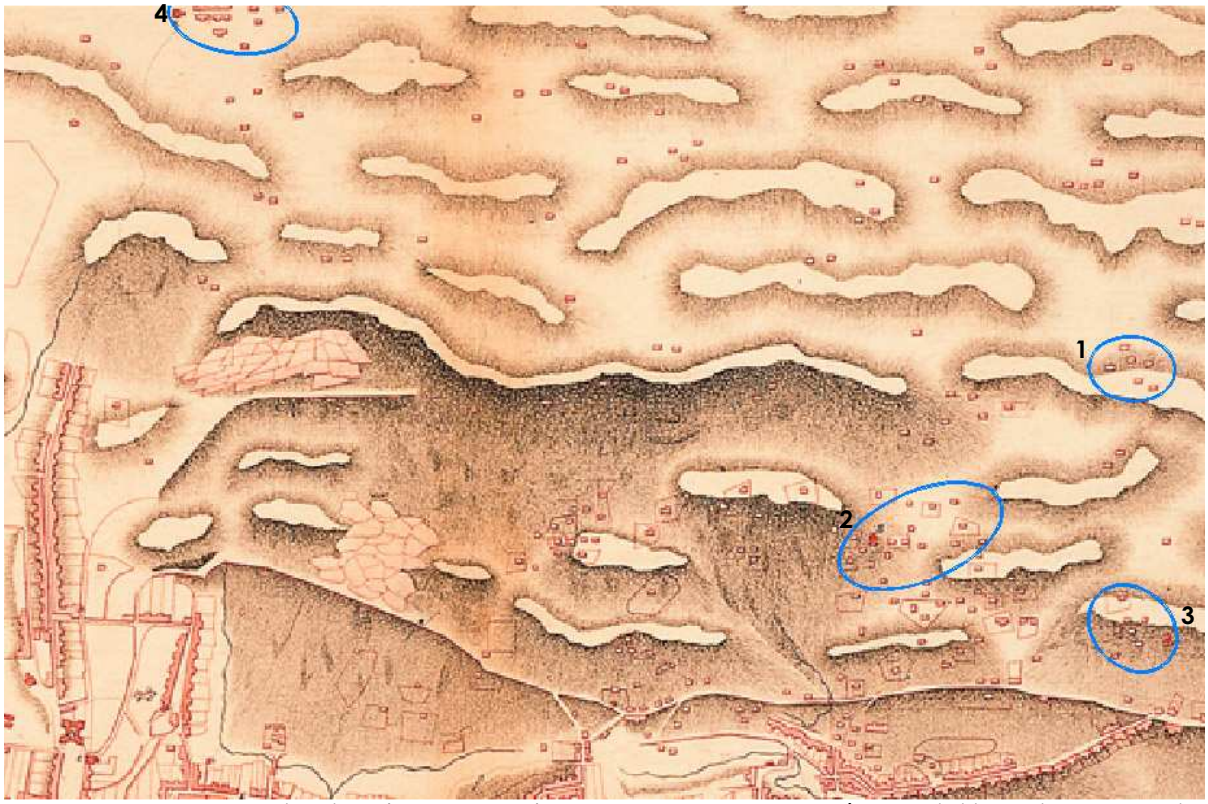


FIGURA 75 - "Mappa de Villa Rica" (ca. 1786-1787), com a demarcação dos núcleos primitivos criados em meia-encostas da Serra do Ouro Preto (Região dos Morros). Observam-se: (1) Região e Capela de São João Batista "do Morro do Ouro Fino"; (2) Região e Capela de Sant'Ana "do Morro da Pedra Branca"; (3) Região e Capela de Nossa Senhora da Piedade "do Morro da Lavra Nova"; (4) Região e Capela de São Sebastião "do Morro do Ouro Podre".
Fonte: REIS FILHO, 2000, p. 215. (Alterada pelo autor, 2010).

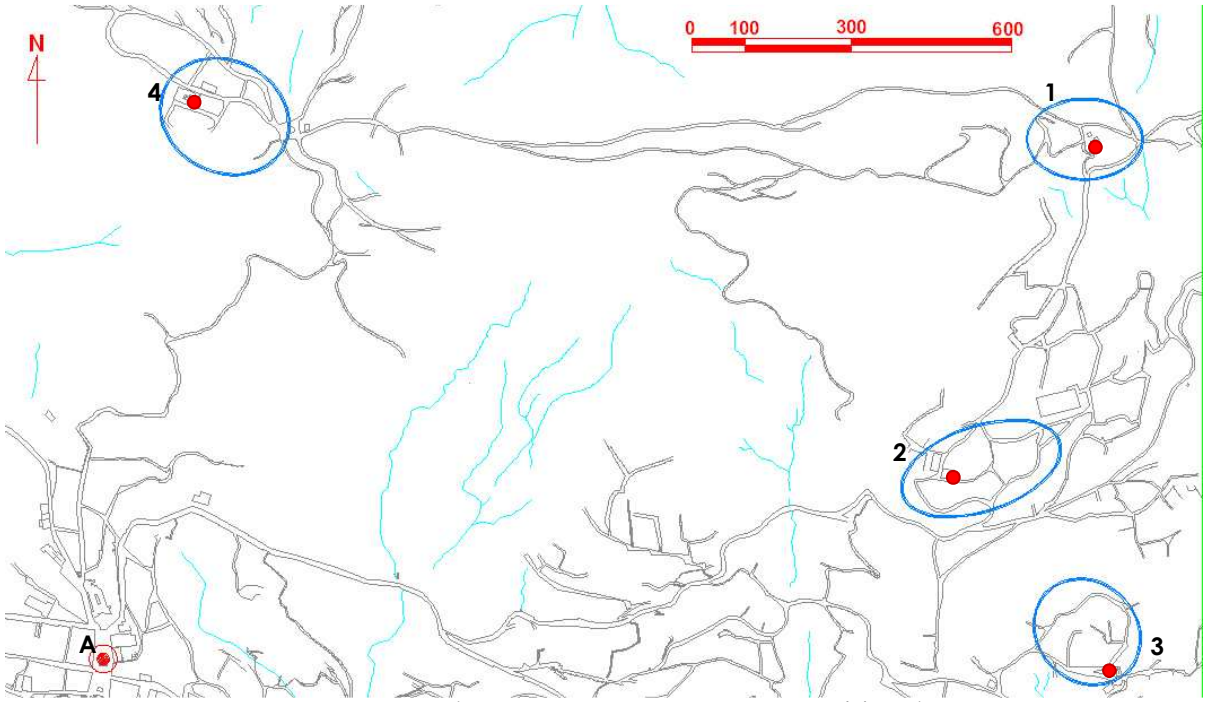
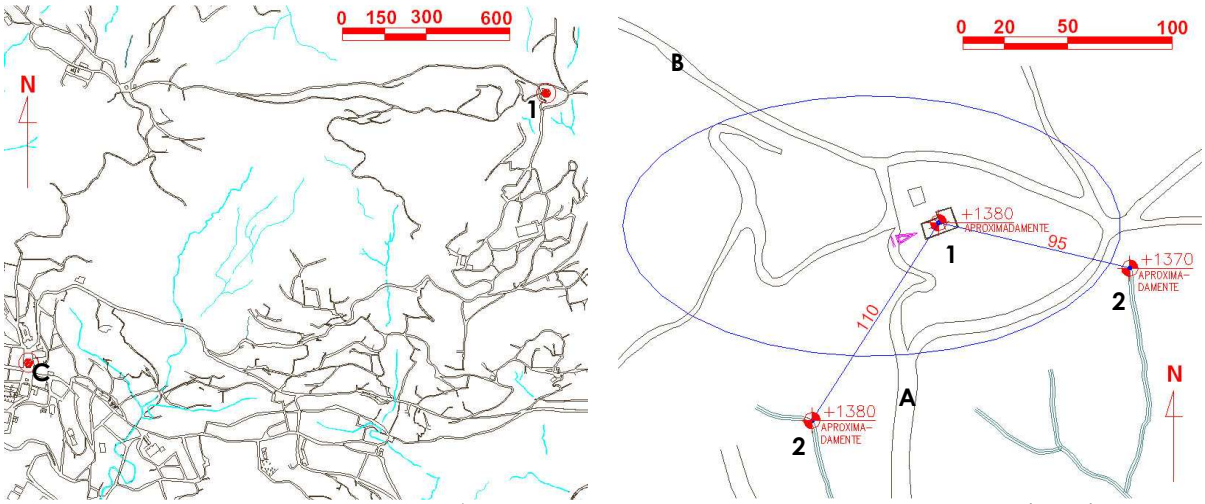


FIGURA 76 - Detalhe da Planta atual da Cidade de Ouro Preto. Observam-se: (1) Região e Capela de São João Batista "do Morro do Ouro Fino"; (2) Região e Capela de Sant'Ana "do Morro da Pedra Branca"; (3) Região e Capela de Nossa Senhora da Piedade "do Morro da Lavra Nova"; (4) Região e Capela de São Sebastião "do Morro do Ouro Podre"; (A) Praça Tiradentes (referência).
Fonte: CEMIG, 1998. (Alterada pelo autor, 2010).

2.5.1 - Arraial e Capela de São João Batista "do Morro do Ouro Fino"

Sabe-se que a capela erigida em devoção a São João Batista foi uma das primeiras construções de cunho religioso mais significativas – materialização da fé – na região. De acordo com Bandeira (2000, p. 71), o templo pertenceu ao primeiro arraial dos Bandeirantes. Vasconcelos (1934, p. 20) é ainda mais incisivo ao afirmar que o mais antigo edifício de cunho religioso do que logo viria a se tornar Vila Rica "[...] é sem contestação a do arraial do Ouro-Fino, consagrada a São João Batista, e que segundo as tradições foi ereta pelos descobridores da Serra, e outros, que chegaram no ano imediato, em 1699".

Se, de fato, o templo primevo teria sido o pioneiro da região, parece ainda não ser possível afirmar por meio de comprovação documental. Apesar da precoce instalação daquele edifício em devoção a São João, parece que o Bispo Dom Frei Manuel da Cruz somente teria confirmado a construção da capela (ao menos a atual) por meio da provisão datada de 15 de junho de 1749 (TRINDADE 1945, p. 241).



FIGURAS 77 E 78 - Detalhe da Planta da Cidade de Ouro Preto. Destaque para o arruamento (atual) gerado a partir do primitivo templo do antigo Arraial de São João Batista do Morro do Ouro Fino e dos demais que, talvez, o sucederiam naquele local. Observam-se (nomes atuais): (1) Capela de São João Batista; (2) Afluentes do Córrego do Padre Faria; (A) Rua 24 de Junho; (B) Rua Piracicaba (interliga a região do Morro do Ouro Fino ao dito Ouro Podre); (C) Praça Tiradentes (referência).
Fonte: CEMIG, 1998 (Alterada pelo autor, 2010).

Faz-se curiosa a "ausência" do templo nas plantas do século XVIII, embora tenhamos acreditado que esses documentos cartográficos, de ca. 1786-1787 e de ca. 1783-1785, teriam representado, ainda que de forma esquemática, tal arraial que, é possível, tivera origem ainda no século XVII (**FIGs. 79 e 80**)[108]. Corrobora com essa hipótese o fato de haver

[108] Curiosamente, a Capela de São João Batista "do Morro do Ouro Fino" é a única das quatro localizadas à meia-encosta da face sul da denominada Serra do Ouro Preto que não foi destacada na planta. Já a "Planta da Cidade de Ouro-Preto", documento elaborado no final do século XIX (ca. 1888), não consta de nenhum dos templos e respectivas ocupações situadas nas encostas da Serra (veja-se "ANEXO C").

outro documento, contemporâneo aos referidos "Mappa de Villa Rica" e "Planta de Villa Rica de N.ª S. Do Pilar", que, em contrapartida, menciona a existência (àquela época) da Capela de São João (**FIG. 81**) no mesmo arraial/região do Ouro Fino[109].

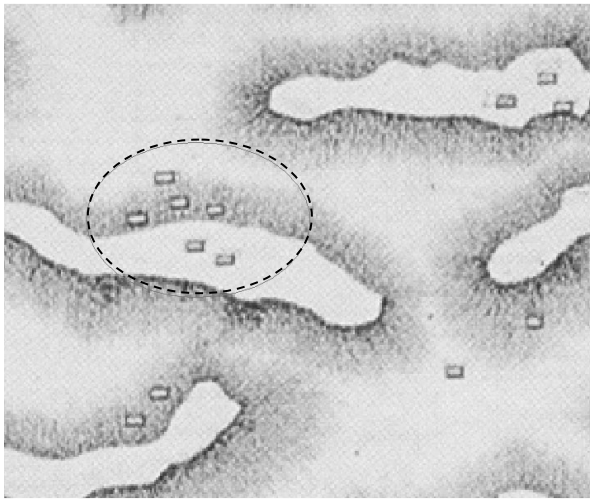


FIGURA 79
Detalhe de plantas do final do século XVIII (à esquerda, "Mappa de Villa Rica", ca. 1786-1787; à direita, "Planta de Villa Rica de N.ª S. Do Pilar", ca. 1783-1785). Destaque para a região (aproximada) da incipiente ocupação do antigo Arraial de São João Batista do Morro do Ouro Fino, gerada a partir do primitivo templo e dos demais que, talvez, o sucederiam naquele local. Constata-se que em ambos os documentos setecentistas, a Capela de São João Batista não foi representada e especificada nas legendas, embora a respectiva nucleação de São João Batista aparentemente tenha sido esboçada.
Fonte: REIS FILHO, 2000, p. 215. (Alterada pelo autor, 2010).

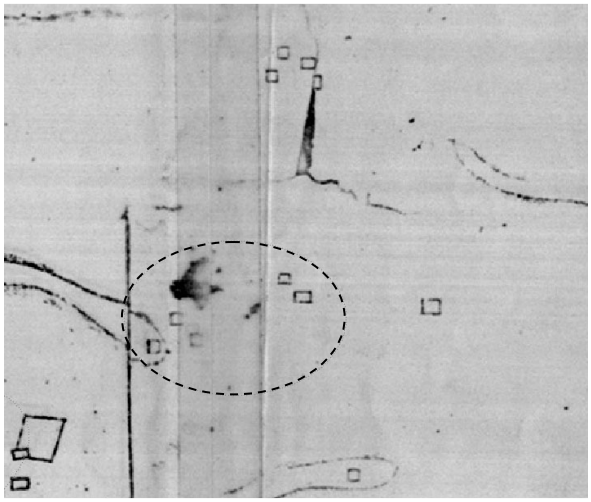


FIGURA 80
Fonte: NIEMEYER, 1888. Acervo de Ivo Porto de Menezes. (Alterada pelo autor, 2010).

A referida ocupação situa-se rente a Serra de Ouro Preto, à meia-encosta do morro chamado de São João. Ainda que não esteja acomodado perto de um vale, o antigo arraial (atual Bairro de São João) conta com afluentes do Rio Funil a menos de cem metros de distância (**FIGs. 77 e 78**), justificando a possível presença de lavras que, supõe-se, existiram nas proximidades.



FIGURA 81
Adro e Capela de São João Batista "do Morro do Ouro Fino". Fonte: Elaborada pelo autor, 2010.

[109] veja-se "ANEXO A".

2.5.2 - Arraial e Capela de Sant'Ana "do Morro da Pedra Branca"

Como introdução à descrição e espacialização do arraial da modesta Capela de Sant'Ana "do Morro da Pedra Branca", achamos por bem mencionarmos o croqui elaborado pelo pesquisador Sylvio de Vasconcellos (1956, p. 22) (**FIG. 82**) mostrando a planta de situação desse edifício. Assim como os demais templos setecentistas, esse último acabou por "cordear os incipientes logradouros públicos" (VASCONCELLOS, 1956, p. 22). Conforme o estudo do mesmo autor, um antigo cruzeiro já estaria instalado nas proximidades da capela. Não obstante, atualmente há uma rústica cruz, feita com dormentes de madeira bastante antiga, erguida junto à fachada frontal do templo (**FIGs. 83 e 84**). Não devemos descartar a hipótese de que o primitivo cruzeiro, outrora situado a noroeste do terreno, em determinado momento teria sido trasladado para defronte da capelinha. Isso teria acontecido após a construção do referido templo, que, segundo Carrazzoni (1987, p. 229) data de época anterior a 1720.

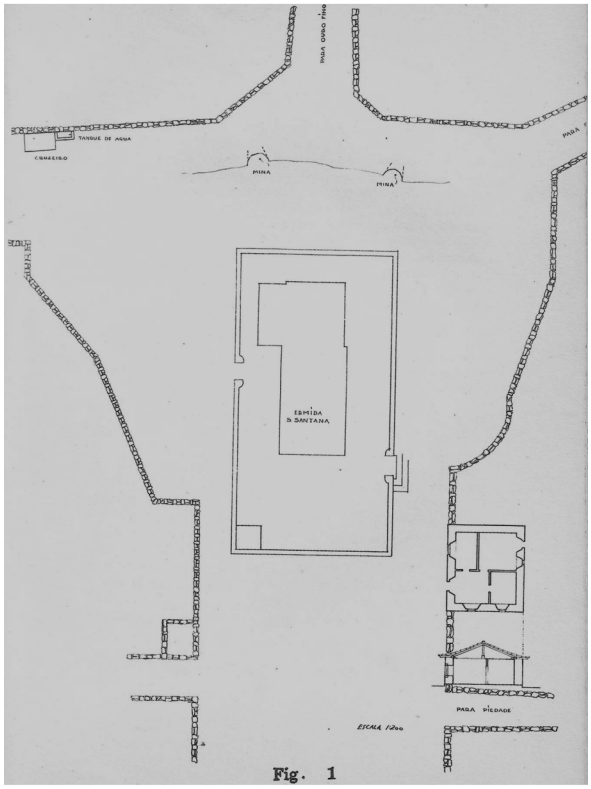


FIGURA 82
Planta de situação do antigo arraial da modesta Capela de Sant'Ana "do Morro da Pedra Branca", segundo pesquisas empreendidas por Sylvio de Vasconcellos.
Fonte: VASCONCELLOS, 1951.

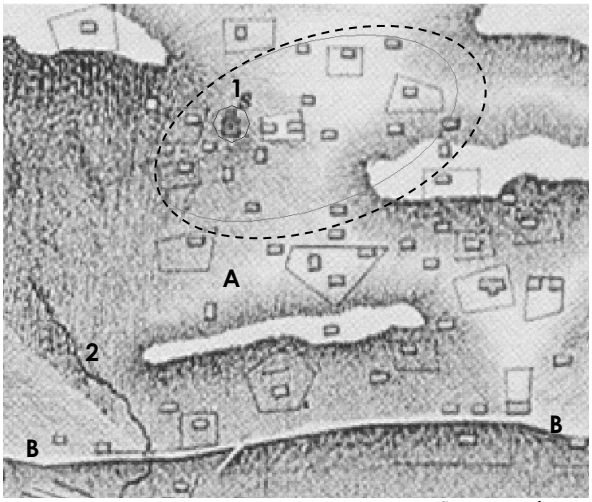


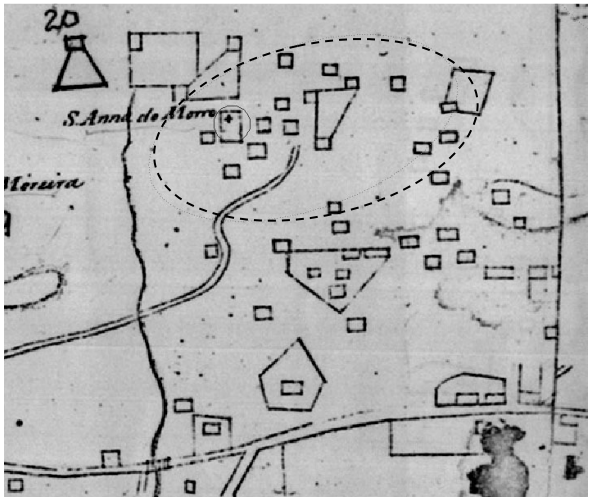


FIGURAS 83 e 84 - Capela de Sant'Anna e o seu respectivo adro. Em destaque (FIGURA 83), fachada frontal do templo. Na segunda imagem (FIGURA 84), vista da franja da Serra do Ouro Preto (segundo plano) em meio ao campanário e ao rústico cruzeiro em madeira (primeiro plano).
Fonte: Elaborada pelo autor, 2010. Fonte: Elaborada pelo autor, 2010.

Assim como os demais templos da região dos Morros, Santa'Ana apresenta modestas proporções em comparação com as outras capelas que compuseram a arquitetura da antiga Vila Rica e, que ainda hoje, enobrecem a paisagem arquitetônica de Ouro Preto.

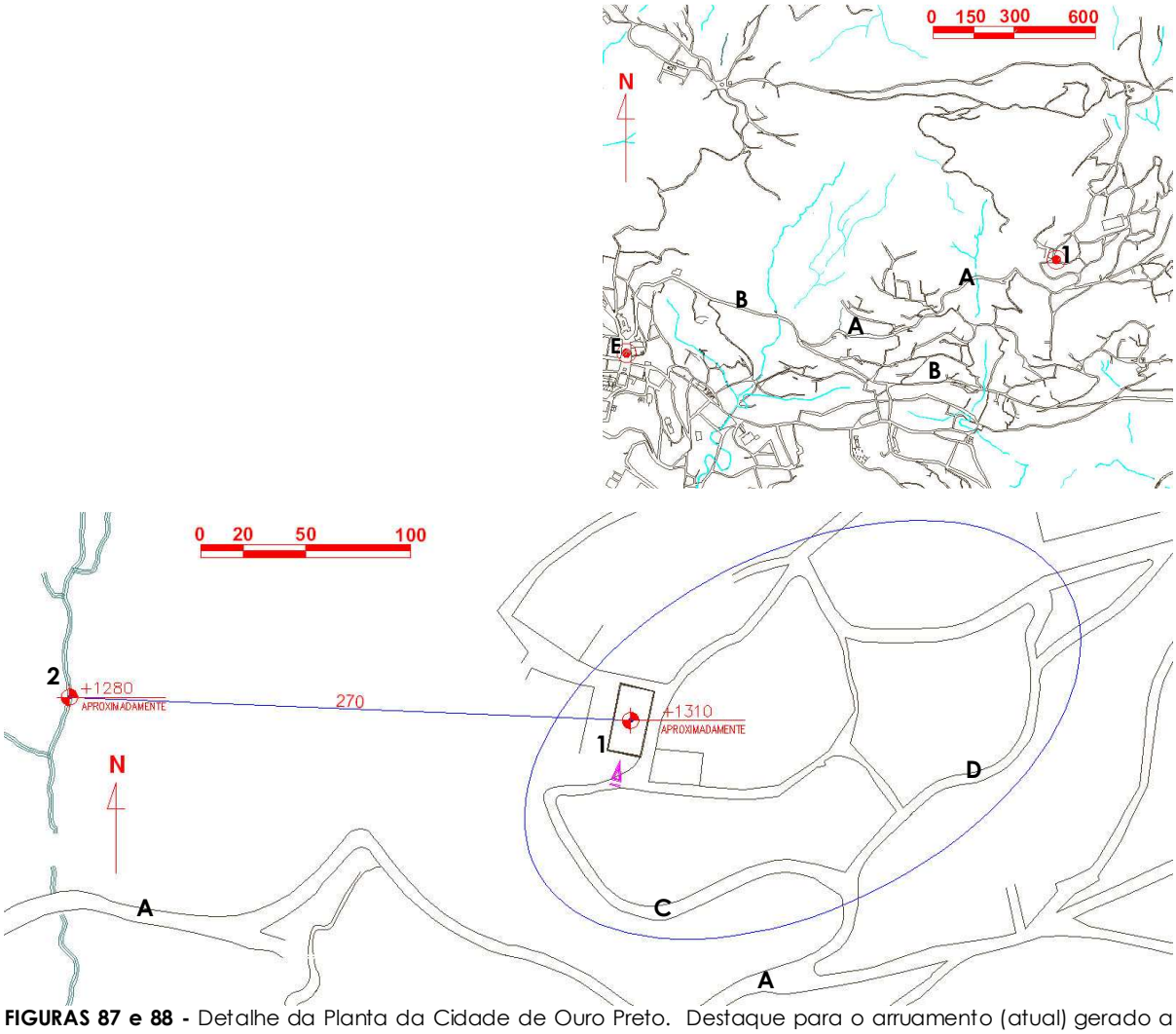
Ainda com base nos croqui, verifica-se que outrora existiram minas, representadas nas imediações do templo (**FIG. 82**). Estas teriam rendido datas aos aventureiros que, por sua vez, ao normalizarem as explorações, teriam decidido erguer o referido templo (e seus respectivos abrigos definitivos) nas proximidades (**FIGs. 85 e 86**).





FIGURAS 85 e 86 - Detalhe de plantas do final do século XVIII (à esquerda, "Mappa de Villa Rica", ca. 1786-1787; à direita, "Planta de Villa Rica de N.ª S. Do Pilar", ca. 1783-1785). Destaque para a região (aproximada) da incipiente ocupação do antigo Arraial de Sant'Ana "do Morro da Pedra Branca", gerada a partir do primitivo templo e dos demais que, talvez, o sucederiam naquele local. Observam-se: (1) Capela de Sant'Ana; (2) Afluente do Córrego do Padre Faria; (A) Rua 15 de Agosto; (B) Rua conselheiro Quintiliano e Rua Maciel (antigo Caminho das Lages).
Fonte: REIS FILHO, 2000, p. 215. (Alterada pelo autor, 2010). Fonte: NIEMEYER, 1888. Acervo de Ivo Porto de Menezes (cópia do documento). (Alterada pelo autor, 2010).

Outra semelhança às demais capelas do morro diz respeito à forma como o edifício foi implantado no terreno. Conforme a planta atual (**FIGs. 87 e 88**) e segundo consta no desenho de Vasconcellos (**FIG. 82**), o templo, ao menos o que chegou aos nossos dias, encontra-se voltado para a direção oposta às antigas minas. Assim, enquanto essas últimas estariam situadas ao norte do terreno, a fachada frontal – incluindo-se a porta de acesso ao templo – encontra-se direcionada para o sul, centro da vila (**FIGs. 83 e 84**).



FIGURAS 87 e 88 - Detalhe da Planta da Cidade de Ouro Preto. Destaque para o arruamento (atual) gerado a partir do primitivo templo do Arraial de Sant'Ana "do Morro da Pedra Branca" e dos demais templos que, talvez, o sucederiam naquele local. Observam-se (nomes atuais): (1) Capela de Sant'Ana; (2) Afluente do Córrego do Padre Faria; (A) Rua 15 de Agosto; (B) ruas Conselheiro Quintiliano e Maciel (antigo Caminho das Lages); (C) Rua Serra Negra; (D) Rua 24 de Julho; (E) Praça Tiradentes (referência).
Fonte: CEMIG, 1998 (Alterada pelo autor, 2010)

Analisando a lógica de implantação do templo, é possível que o arraial tenha crescido inicialmente defronte ao templo, na porção sul e leste do terreno, inclusive, em sentido oposto ao córrego mais próximo. Nesses locais, circunvizinhos à capela, percebemos a permanência dos logradouros outrora criados, apresentando, nitidamente, espécies de "bolsões" no tecido urbano (**FIGs. 87 e 88**). Posteriormente, o arraial teria continuado sua expansão mais a leste do terreno, onde podemos notar outro arruamento em forma de

"bolsão". Unido aos anteriores, este teria dado origem à uma nucleação bem delineada e, sobretudo, povoada, respeitando-se claramente a sua premissa inicial (**FIGs. 85-88**).

2.5.3 - Arraial e Capela de Nossa Senhora da Piedade "do Morro da Lavra Nova"

A origem desse núcleo, assim como dos demais que antecederam a criação da vila, estaria diretamente vinculada à extração mineral e, em particular, relacionada à abertura do dito caminho das Lages. Partindo do sopé da Serra do Ouro Preto, tal caminho – aberto nos primeiros anos dos Setecentos e compreendido pelas atuais Rua Conselheiro Quintiliano e Rua Maciel – seguiria à meia-encosta do morro, encerrando-se bem próximo ao referido arraial (**FIGs. 89 e 90**).

É provável que a abertura daquele caminho tenha ocorrido já no primeiro lustro do século XVIII, ainda que acomodando uma ocupação provisória:

> [...] tendo Pascoal da Silva atinado ali [córrego do Sobreira] com um veeiro na fralda da montanha [em1704], o povo induziu que se dirigia para o alto, e pois o atacou sobre as Lajes (sic) como se deixa ver no rasgão enorme da serra, à direita da estrada que vai para São Sebastião. Ferida apenas a terra, foi tal o depósito aí acumulado, que esfarelou à vista toda a montanha, e atraiu em tumulto os flibusteiros, derramando na povoação uma verdadeira avalanche de ouro [...] (VASCONCELOS, 1974, p. 241).

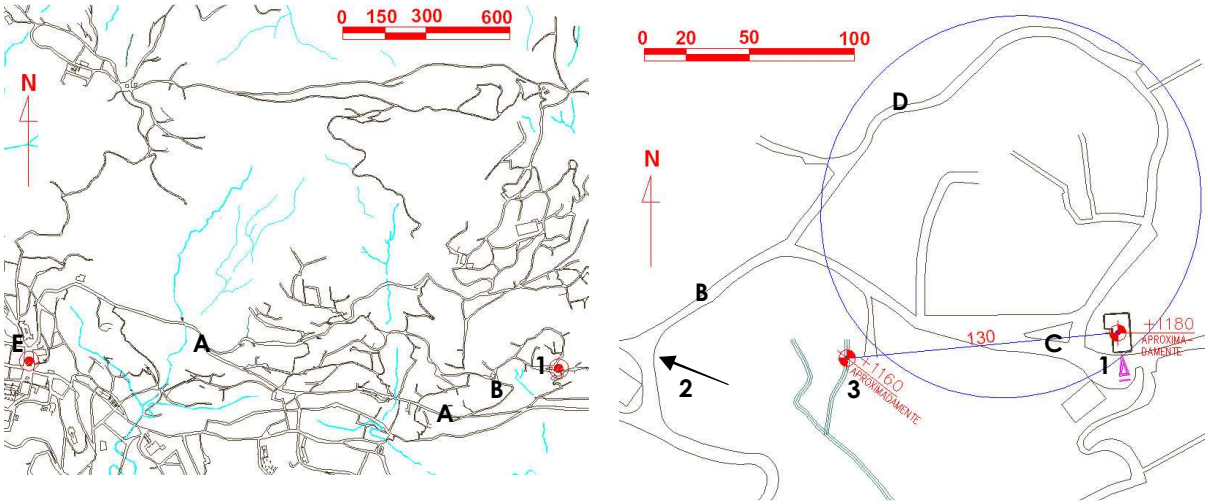


FIGURA 89 e 90 - Detalhe da Planta da Cidade de Ouro Preto. Destaque para o arruamento (atual) gerado a partir do primitivo templo do Arraial de Nossa Senhora da Piedade "do Morro da Lavra Nova" e dos demais que, talvez, o sucederiam naquele local. Observam-se (nomes atuais): (1) Capela de Nossa Senhora da Piedade; (2) Capela de Sant'Ana; (3) Afluente do Rio Funil; (A) Rua Conselheiro Quintiliano e Maciel (antigo Caminho das Lages); (B) Rua da Abolição; (C) Rua Nossa Senhora da Piedade; (D) Rua João Anastácio; (E) Praça Tiradentes (referência).
Fonte: CEMIG, 1998 (Alterada pelo autor, 2010)

Incrustada na meia-encosta da Serra de Ouro Preto (a cerca de 130 metros de distância do veio d'água mais próximo), a situação da capela – possivelmente edificada em época anterior a 1720 – que originara o arraial de Nossa Senhora da Piedade "do Morro da Lavra Nova" é valorizada em razão de seu posicionamento, apesar da simplicidade e modesta proporção (**FIGs. 91 e 92)**. Fazendo frente para o vale (em sentido oposto à imponente serra), o edifício regulador do núcleo, implantado em meio ao seu pequeno adro, se impõe perante o casario que, em razão do templo, iria cordear o traçado criado nas imediações (**FIGs. 89 e 90**).

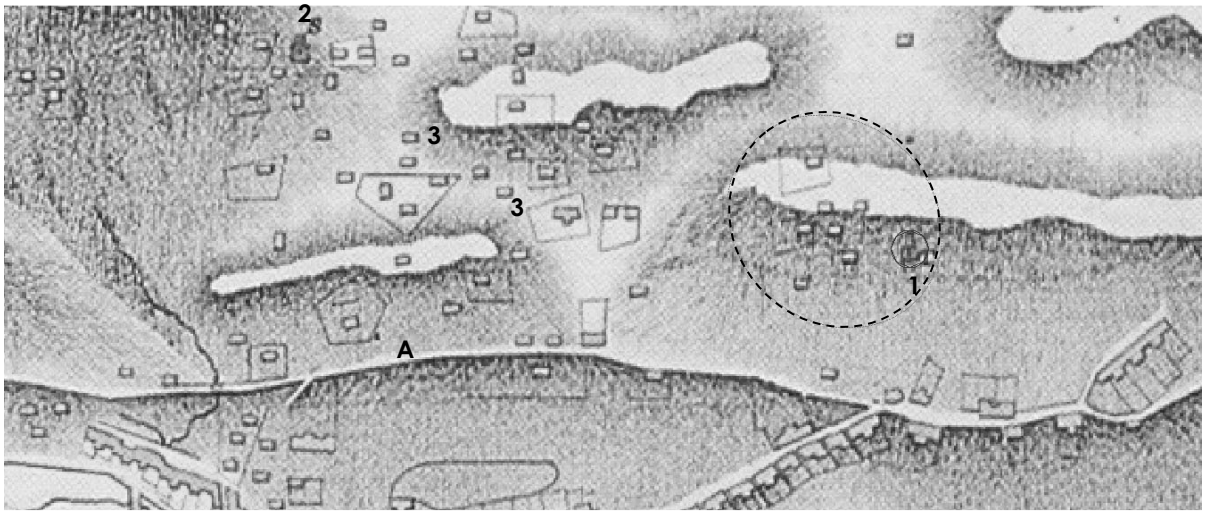


FIGURA 91
Imagem com destaque para a fachada frontal da Capela de Nossa Senhora da Piedade "do Morro da Lavra Nova", seu respectivo adro e casario do entorno imediato.
Fonte: Elaborada pelo autor, 2010.



FIGURA 92
Detalhe do frontispício da Capela de Nossa Senhora da Piedade "do Morro da Lavra Nova".
Fonte: Elaborada pelo autor, 2010.

Em análise cartográfica das plantas setecentistas, é possível constatar que outras casas (possivelmente de morada e de comércio), ainda que mais dispersas, surgiriam ao longo do antigo Caminho das Lages. É possível que essas edificações sejam tão antigas quanto o casario da nucleação que acolhe a Capela de Nossa Senhora da Piedade (**FIGs. 93 e 94**).



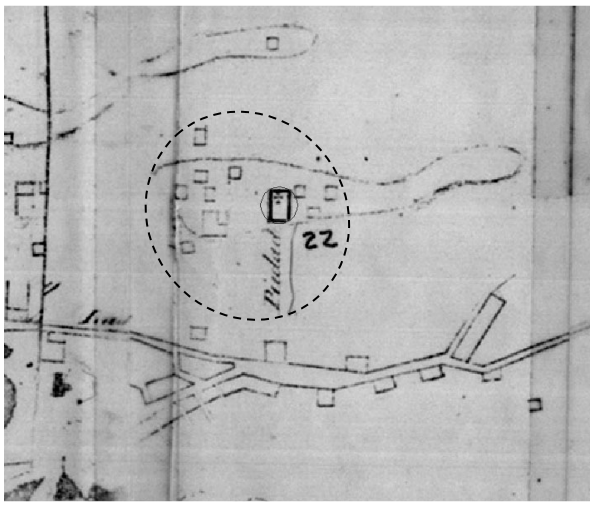


FIGURA 93 e 94 - Detalhe de plantas do final do século XVIII (mais acima - maior, "Mappa de Villa Rica", ca. 1786-1787; menor, "Planta de Villa Rica de N.ª S. Do Pilar", ca. 1783-1785). Destaque para a região (aproximada) da incipiente ocupação do antigo Arraial de Nossa Senhora da Piedade "do Morro da Lavra Nova", gerada a partir do primitivo templo e dos demais que, talvez, o sucederiam naquele local. Observam-se (nomes atuais): (1) Capela de Nossa Senhora da Piedade; (2) Capela de Sant'Ana; (3) Casario esparso no caminho que segue em direção ao núcleo da Capela de Sant'Ana; (A) Rua Conselheiro Quintiliano e Maciel (antigo Caminho das Lages). Fonte: REIS FILHO, 2000, p. 215. (Alterada pelo autor, 2010). Fonte: NIEMEYER, 1888. Acervo de Ivo Porto de Menezes (cópia do documento). (Alterada pelo autor, 2010).

Ainda com relação às edificações verificadas na região, percebe-se a existência de casario esparso também ao longo do curto percurso de interligação dos arraiais de Nossa Senhora da Piedade e de Sant'Ana e de suas respectivas capelas (**FIGs. 93 e 94**).

2.5.4 - Arraial e Capela de São Sebastião "do Morro do Ouro Podre"

Consta no livro "Instituições de Igrejas no Bispado de Mariana", do Cônego Raimundo Trindade, que anteriormente existiu uma outra capela de São Sebastião "do Ouro Podre", construída em 1724, sendo que a atual capela data de 1778, "[...] quando se mudou para o morro" (TRINDADE, 1945, p. 214) (**FIGs. 95-98**). Todavia, é possível que o primeiro templo

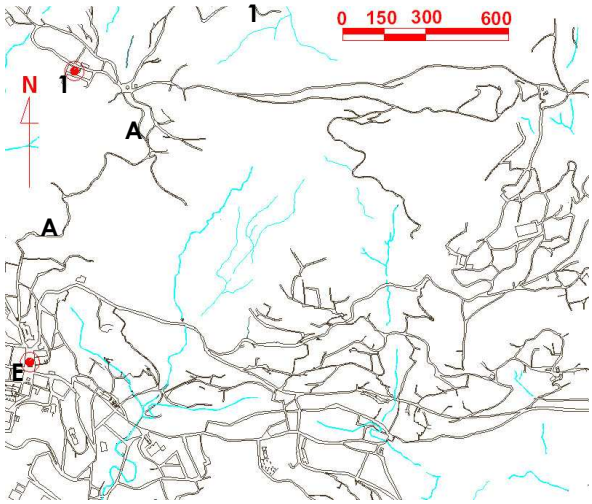
tenha sido erguido antes da fundação da vila e, talvez, datasse ainda do final do século XVII.

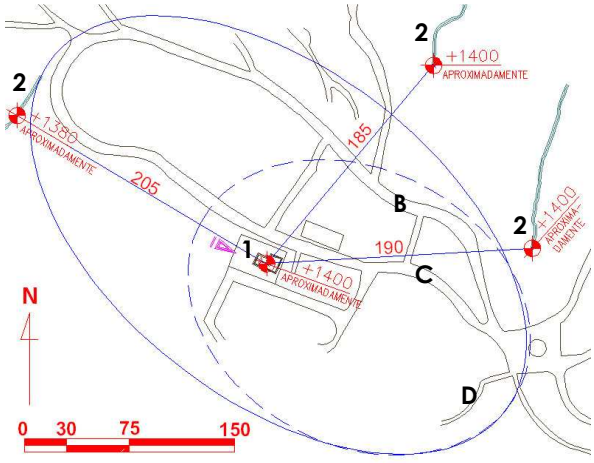


FIGURA 95
Imagens da capela atual de São Sebastião, com destaque para a modesta fachada frontal e o seu respectivo adro.
Fonte: IPHAN/MINC, 2002. Fotos de Rodrigo Marcandier e Robson Godinho.



FIGURA 96
Fonte: Elaborada pelo autor, 2010.





FIGURAS 97 e 98 - Detalhe da Planta da Cidade de Ouro Preto. Destaque para o arruamento (atual) gerado a partir do primitivo templo do antigo Arraial de São Sebastião "do Morro do Ouro Podre" e dos demais que, talvez, o sucederiam naquele local. Observam-se (nomes atuais): (1) Capela de São Sebastião; (2) afluentes próximos [110]; (A) Ladeira João de Paiva; (B) Rua Rio das Velhas; (C) Rua Rio de Janeiro; (D) Rua Rio Acima; (E) Praça Tiradentes (referência).
Fonte: CEMIG, 1998 (Alterada pelo autor, 2010).

Embora ainda não haja informações mais precisas a respeito da localização exata dessa primitiva capela, é possível que tal templo precursor e, até talvez, a segunda capela (de 1724), tenham sido erigidas em local bem próximo da atual. O motivo de levantarmos essa

[110] A cumeeira da capela, afirma Furtado de Menezes (1975b, p. 12), "[...] acha-se precisamente sobre a linha de divisão das águas das bacias dos Rios Doce e das Velhas".

hipótese se deve ao fato de, na planta datada do final século XVIII – elaborada menos de uma década após a construção da atual capela de São Sebastião –, o arraial já se apresentar, de certa forma, bem definido (**FIGs. 99**).

Em contrapartida e diferentemente do usual adotado em quase todas as capelas de Vila Rica, verifica-se nas plantas setecentistas (cuja capela representada, de fato, corresponde à atual), que a ocupação daquele núcleo teria nascido (da qual preservam-se vestígios até hoje) organizada no sentido contrário da fachada frontal do templo em devoção a São Sebastião, ou seja, na parte posterior do edifício (trecho da atual Rua Rio de Janeiro). Essa observação nos leva a supor que, se de fato existiu outra capela no local, tal templo possivelmente teria sido implantado seguindo a orientação inversa do atual (**FIGs. 97-99**).

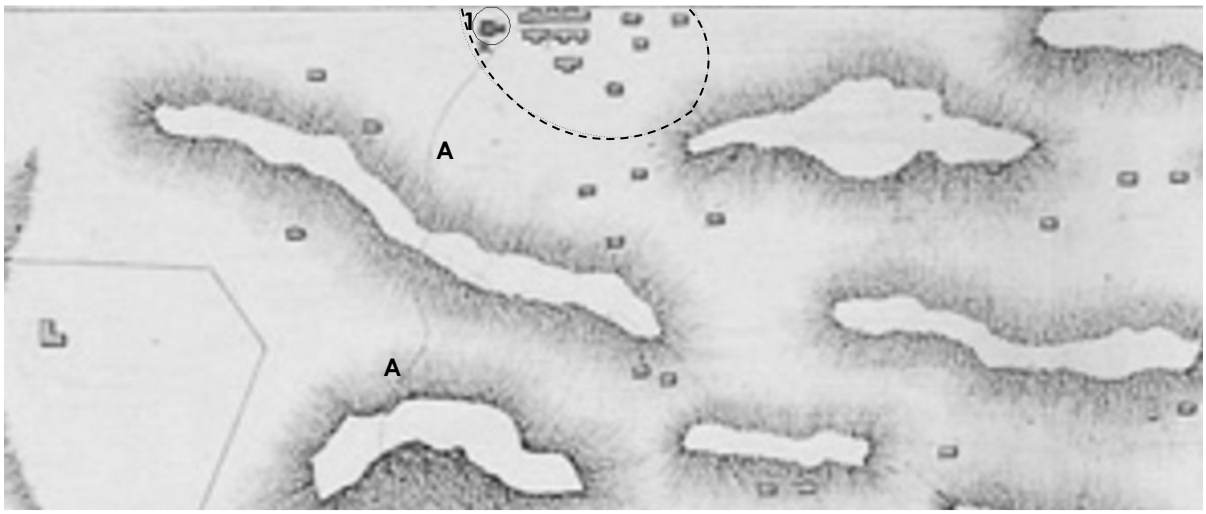


FIGURA 99 - Detalhe de planta setecentista ("Mappa de Villa Rica", ca. 1786-1787). Destaque para a região (aproximada) da incipiente ocupação do antigo Arraial de São Sebastião "do Morro do Ouro Podre", gerada a partir do primitivo templo e dos demais que, talvez, o sucederiam naquele local. Observam-se (nomes atuais): (1) Capela de São Sebastião; (A) Ladeira João de Paiva.
Fonte: REIS FILHO, 2000, p. 215. (Alterada pelo autor, 2010).

Notável também é o fato de a expansão do núcleo seguir em direção ao poente, local onde, verifica-se, também há a presença de um bolsão formado pelo traçado urbano, dando continuidade ao tecido. Essa nova ocupação, uma vez que estaria subordinada à orientação frontal da atual Capela de São Sebastião, supostamente teria surgido concomitante ao referido edifício religioso, conforme podemos constatar ao analisarmos as (**FIGs. 97 e 98**).

Uma vez, Vasconcelos (1974, p. 242) teria pontuado que da região do "Ouro Podre resta-nos o bairro de São João, que se salvou por ser o caminho antigo para São Bartolomeu e o Campo, assim como para Antonio Pereira e o Mato Dentro" (povoações sitas ao norte e noroeste de São Sebastião). Talvez esse tenha sido o principal motivo da referida nucleação, apesar da distância em relação ao centro da freguesia (e depois da vila), aparentemente

ter se mostrado mais próspero inclusive do que as demais nucleações da Serra do Ouro Preto, conforme se pode constatar a partir da análise cartográfica (**FIGs. 97-99**).

2.5.5 - Considerações a respeito dos núcleos da Região dos Morros

Em uma analise das ocupações presentes nas proximidades das capelas no final do século XVIII, bem como o traçado urbano já evoluído, percebe-se que, atuando como principais condicionadores, os respectivos templos fizeram com que o desenho dos arruamentos e a ocupação do tecido urbano sofressem a tendência de as abraçarem, consolidando o adro e destacando o templo. Apesar das inúmeras transformações ocorridas ao longo do tempo, verificam-se ainda hoje essas características residuais impressas na malha intra-urbana.

Com relação ao traçado urbano gerado a partir das encostas mineráveis, principalmente na Serra do Ouro Preto, o pesquisador Sylvio de Vasconcellos, num *insight*, já teria chegado à seguinte conclusão:

> É provável, como indicam as confinações ainda vigentes, que arruamentos existiram nas encostas, embora mais estreitos e não cordeados por casario contínuo. Essas ruas, em geral, irradiam-se das capelas, como ainda aparecem na de Santana [principalmente], logo perdendo-se, porém, em simples caminhos (VASCONCELLOS, 1956, p. 152-153).

Importa ressaltar ainda que as ocupações da serra, do dito Morro de Pascoal da Silva (conhecido também como Ouro Podre)[111], com o passar dos anos, não foram capazes de progredir de forma considerável. Isso ocorreu apesar de as primeiras construções e ocupações naquele local serem muito antigas e terem surgido próximo a antigas lavras de beta, e em meio aos templos já enumerados.

Não obstante, num documento da década de 1710, chegara-se a mencionar e exaltar a região dizendo que:

---

[111] Conta Vasconcelos (1974, p. 241) que Pascoal da Silva Guimarães, em busca de ouro e "concluindo que as cabeceiras do córrego de Antonio Dias seriam as mais férteis, nelas instalou-se. O produto foi de mancheias". Contando em 1708 com mais de 300 escravos, prosseguiu na exploração, juntamente com os demais aventureiros, dando origem à ocupação do chamado Morro do Ouro Podre (em razão das características do metal encontrado no local). A partir de então, "[...] toda a serra de alto a baixo se tornou [conhecida como] do Pascoal", em homenagem a ele, que talvez tenha se tornado o explorador mais influente da região na primeira década do século XVIII.

> [...] este he o afamado Morro de ouro preto chamado de Paschoal da Sylua, porque tem a mayor parte nelle que comproua hum Paulista: ha muitos mais moradores, e se tem tirado m.ta quantidade de ouro, desde que foi descoberto; e ainda hoje se esta tirando (DIÁRIO..., 1939, p. 316)[112].

No mesmo documento acima mencionado, haveria ainda um complemento da descrição da região contendo a seguinte informação: "porem [não se extrai ouro] em todo o tempo; como não há agoa nelle, he necessario esperar pelas chuuas, e só então he que logrão a felicidade de tirar ouro os seus moradores"[113].

Apesar das divergências quanto à verdadeira datação das descobertas na Serra do Ouro Preto, acredita-se que o referido Morro, todavia, teria sido explorado já em fins do século XVII, tornando-se o berço da ocupação da região. Assim, o local pode ter sido onde a expedição do bandeirante Antonio Dias teria avistado o Itacolomi (e talvez já encontrando ouro pela primeira vez na região) e no qual Padre Faria resolveu então erguer o seu altar portátil e celebrar a primeira missa realizada naquelas terras – episódios tantas vezes relatados e mencionados por pesquisadores do tema[114].

Apesar da ocupação súbita e, sobretudo, precoce, parece que a região se mostrou bastante decadente principalmente a partir de meados do século XVIII e durante o XIX, conforme podemos constatar ao analisar as plantas das respectivas épocas[115].

Ao longo dos aforamentos de 1712 a 1721 (VASCONCELOS, 1941), há poucas referências à região dos Morros. Apesar disso, no que se refere ao levantamento da vila referente à arrecadação dos quintos devidos à Fazenda Real, realizado em 1715 (VASCONCELOS, 1955), foram constatados vinte e três moradores (além de seus respectivos agregados) na região denominada apenas de Morro[116], outros cinqüenta e quatro em Ouro Bueno[117], quarenta na

---

[112] Documento: "Diario da Jornada, que fes o Exmº. Senhor Dom Pedro desde o Rio de Janeiro athé a Cid.e de São Paulo, e deste athe as Minas anno de 1717". Extraído da cópia feita por Rollin de Macedo de documento: Academia das Sciências, Ms. 382-8. Essa cópia encontra-se guardada no Arquivo Histórico Ultramarino, Lisboa.

[113] Documento: "Diario da Jornada, que fes o Exmº. Senhor Dom Pedro desde o Rio de Janeiro athé a Cid.e de São Paulo, e deste athe as Minas anno de 1717". Extraído da cópia feita por Rollin de Macedo de documento: Academia das Sciências, Ms. 382-8. Essa cópia encontra-se guardada no Arquivo Histórico Ultramarino, Lisboa.

[114] Dentre os diversos pesquisadores que abordam o assunto, é válido mencionar alguns dos que se tornaram referência: Diogo de Vasconcelos (1934; 1874), Manuel Bandeira (1957) e Waldemar de Almeida Barbosa (1979).

[115] Veja-se "ANEXO B" e "ANEXO C". Conforme já nos referimos, no desenho cartográfico datado de 1888 e intitulado "Planta da Cidade de O. P.", a ocupação da região sequer é representada. Naquela planta, limitou-se a apenas mencionar os nomes dos principais morros da Serra de Ouro Preto.

[116] Por se tratar de um dos primeiros levantamentos da Vila que se tem notícia, a identificação dos núcleos e regiões ainda era muito vaga e generalizada.

[117] Ainda não sabemos a localização precisa do Ouro Bueno, ocupação originada da descoberta de ouro no chamado córrego do Ouro Bueno, nome em homenagem ao seu descobridor, Francisco Bueno da Silva (COSTA MATOSO, 1999, p. 173). Segundo consta no códice do doutor Caetano da Costa Matoso, "subindo a grande serra chamada hoje o morro de Vila Rica e muito tempo o de Pascoal da Silva, mãe e fonte de onde nasceram estes ricos córregos já descobertos, e voltando-o ao poente que já eram vertentes do Rio das Velhas [...] descobriu o dito Bueno segundo o córrego chamado Ouro Bueno [...]". Não obstante, Antonil (2007, p. 218-219) indica que o ribeiro do Bueno situava-se a mais de uma légua do "Ribeiro do Padre João de Faria" e, portanto, numa área mais afastada das igrejas matrizes das duas freguesias e do cimo do morro então denominado de "Santa Quitéria", que viria a se tornar o centro de Vila Rica.

antiga região do Padre Faria e dezenove em Ouro Podre. Para efeito de comparação, a região de Antonio Dias dispunha de cento e sessenta e oito, enquanto Pilar contava com cento e dezesseis moradores e respectivos agregados.

Como conseqüência do incêndio acontecido em 1720[118], é provável que boa parte desse local – que abrange a região então dominada por Pascoal da Silva – tenha sido desocupada de forma repentina (**FIGs. 100-103**).



FIGURA 100
Ruínas de edificações setecentistas ou oitocentistas, sitas no alto da Serra do Ouro Preto (Região dos Morros).
Fonte: IPHAN/MINC, 2002 – fotos de Rodrigo Marcandier e Robson Godinho.



FIGURA 101
Fonte: IPHAN/MINC, 2002 – fotos de Rodrigo Marcandier e Robson Godinho.



FIGURA 102
Ruínas de edificações setecentistas ou oitocentistas, sitas no alto da Serra do Ouro Preto (Região dos Morros).
Fonte: IPHAN/MINC, 2002 – fotos de Rodrigo Marcandier e Robson Godinho.



FIGURA 103
Fonte: IPHAN/MINC, 2002 – fotos de Rodrigo Marcandier e Robson Godinho.

[118] Incidente ocorrido em razão do levante de Vila Rica de 1720. O motim eclodira a partir da insatisfação dos moradores de Vila Rica frente à decisão de se criar as Casas de Fundição de Minas Gerais (VAINFAS, 2000, p. 235-236). Abafado o movimento, Pascoal da Silva (que era um dos líderes do motim) foi remetido para Lisboa e suas terras foram devastadas (queimadas) (VASCONCELOS, 1974, p. 242). A partir de então a região passaria a ser denominada de "'morro trágico' de Ouro Preto, onde ainda se vêem os restos calcinados do "[...] morro da queimada'" (SOUZA, 1981, p. 241).

O acesso à região era muito difícil; a escassez do ouro aluvial que outrora existiu ali se mostrara precoce – pois as riquezas minerais possivelmente estavam mais concentradas no Rio Funil e afluentes mais próximos. Além disso, não havia muito conhecimento técnico para explorar o ouro de beta. Tudo isso confluiu com o violento incidente, contribuindo para certa repulsa pelo local. Com o passar dos anos, os arraiais da Primeira Etapa (de ocupação) situados próximo aos vales se mostraram prósperos e, em contrapartida, a Serra do Ouro Preto (região dos Morros) aparentemente foi se tornando cada vez menos propícia para se ocupar[119].

Apesar dos fatores supracitados terem inibido a prosperidade da região em foco, há a hipótese de que a Serra do Ouro Preto teria sido re-ocupada logo após o incêndio, uma vez que, a contar aproximadamente do mesmo ano de 1720, restavam poucas descobertas a fazer nos ribeiros mais prósperos[120]. Assim, os mineiros teriam se mostrado determinados a subir o alto dos morros, sendo que os trabalhos vultuosos que o ouro de montanha exigia revelavam a necessidade de permanência contínua nos locais a serem explorados (**FIG. 104**). Uma vez que as explorações em encostas de considerável inclinação necessitavam de água conduzida por extensos canais, talvez tenha sido essa a razão de que o chamado Regimento das Águas, pelo qual a Guardamoria teria passado a conceder também datas de "águas minerais", haveria de ser instituído justamente em 1720 (LUNA; COSTA, 1982, p. 15-16). Ainda mais curioso é o fato de que as capelas da região dos Morros, ao menos as atuais, datam justamente da mesma época: terceira década dos Setecentos[121].

[119] Importa ainda salientar que, dentre outros, no importante arrolamento documentado em 1737 – "que constitui, a bem dizer, o primeiro tombamento da Vila, feito após regularizada a sesmaria da Câmara" (VASCONCELOS, 1955) – a ocupação na Região dos Morros sequer foi mencionada, tal a baixa densidade populacional e a decadência em que possivelmente se encontrava a região.

[120] Com relação à ocupação da região pós-incêndio, há um conhecido relato atribuído a Simão Ferreira Machado e divulgado na ocasião do Triunfo eucarístico (evento ocorrido em 1733) em que o poeta glorifica a Serra ao afirmar que "a iluminação do Morro do Pascoal subia da base a se confundir com as estrelas" (VASCONCELOS, 1974, p. 242).

[121] Veja-se datação das capelas no "ANEXO B".



FIGURA 104 - Ruína de um "moinho de vento" setecentista situado nas proximidades da Capela de São João Batista: é possível que o equipamento teria sido utilizado para a extração aurífera, servindo para britar e moer o minério aurífero[122].
Fonte: GUSTAFSON, 1983, p. 87

Em 1804, Luna e Costa, (1982, p. 69) apontam que, mais tarde, no início do século seguinte, o distrito dos morros contava com 14,56% do total da população de Vila Rica[123], sendo que grande parte desses habitantes era composta por faiscadores (atividade predominante inclusive sobre as outras regiões da Vila)[124] e mineradores. O quantitativo de mineiros e faiscadores nos Morros correspondia a 36,40% do total de Vila Rica, embora naquela época a extração do ouro já estivesse em franca decadência.

Uma das conseqüências do retrocesso de desenvolvimento verificado na região é o descaso com as construções setecentistas do lugar, sendo que os poucos monumentos que resistiram ao tempo, encontram-se hoje em estado parcial de abandono. Sem dúvida, a Serra de Ouro Preto é a região que mais sofreu processo de descaracterização também a partir de meados do século XX até os dias atuais (**FIG.105**).

---

[122] Conforme pesquisa realizada por Ivo Porto de Menezes (MENEZES, 1970-1999), esse equipamento, reconhecido por estudiosos como sendo o moinho de vento mais afastado da Europa, apresenta uma profundidade considerável em seu interior, havendo, ao que parece, uma longa escada de pedra. Ivo Menezes chega a lançar a hipótese de que tal "moinho" poderia ter sido providenciado exclusivamente para ventilação de antigas minas subterrâneas.

[123] O mesmo levantamento de 1804 consta que nos dois distritos mais populosos – Ouro Preto e Antonio Dias – sedes das freguesias, concentravam-se pouco mais da metade da população (50,77%), enquanto nas Cabeças residiam 15,82%, o Alto da Cruz contava com 11,87% dos habitantes da urbe e o Padre Faria com apenas 6,98% da população total de Vila Rica, que somava 8.867 indivíduos (LUNA; COSTA, 1982, p. 64-69).

[124] "Faiscadores eram mineiros que trabalhavam individualmente, bateando ouro nos córregos. Eram comumente homens livres pobres, ou escravos que trabalhavam por conta própria nos domingos e dias santos, ou a mando de seus senhores, aos quais deviam entregar, de tempos em tempos, quantidades estipuladas de ouro" (MARTINS, Roberto, História da mineração no Brasil. São Paulo: Empresa das artes, 1989, 119p. *apud* FONSECA, 1995, p. 47).



FIGURA 105 - Panorama da cidade de Ouro Preto (provavelmente captado em meados do século XX). Em plano de fundo, vê-se boa parte da chamada "Serra do Ouro Preto", a qual se encontrava, naquela época, praticamente abandonada. De acordo com uma observação de Santos, publicada na década de 1950, "Os arraiais da Serra [Taquaral, São João Batista, São Sebastião, Sant'Anna e Piedade] quase desapareceram, estando hoje [década de 1950] reduzidos a uma ou outra casa" (SANTOS, 1951, p. 47).
Fonte: Acervo pertencente a Ivo Porto de Menezes, s.d.

Segundo Aldo Rossi (2001, p. 52), podemos detectar as persistências das características morfológicas através das edificações remanescentes e principalmente do traçado urbano. O teórico afirma que as cidades permanecem em seus eixos de desenvolvimento, mantendo a posição dos seus traçados - muitas vezes crescendo segundo a direção e com o significado de fatos mais remotos do que atuais. Às vezes, esses fatos permanecem idênticos, dotados de uma vitalidade contínua; às vezes, se extinguem, restando então a permanência da forma, dos sinais físicos, do "*locus*".

Apesar das drásticas mudanças sofridas na região ao longo do tempo, na atual planta da cidade de Ouro Preto, como temos visto no decorrer da presente pesquisa, ainda é possível detectar as permanências do traçado original bem como a conformação inicial dos arraiais que se formaram ali no final do século XVII e princípio do século seguinte.

2.6 - A "aglutinação" dos povoamentos ao final da Primeira Etapa de ocupação

A elevação à condição de vila e a conseqüente intervenção mais acentuada do Estado no desenvolvimento da região encerrariam a primeira etapa da ocupação inicial. Ao final deste período, conforme verificamos, havia núcleos primários em pré-formação (como o Passa-Dez e a Região da Barra). Outros já se encontravam numa surpreendente fase de consolidação. Os arraiais dotados de edifícios religiosos logo contaram com um traçado subordinado, muitas vezes, ao posicionamento de seus respectivos templos[125]. Formaram-se espécies de bolsões localizados próximos a essas capelas (e respectivos adros) ou que simplesmente as "abraçam" (**FIG. 106**).

[125] Com exceção do arraial dos Paulistas, o qual não se sabe da existência de capela e que teria surgido a partir de ocupações paralelas e próximas ao Córrego do Sobreira.

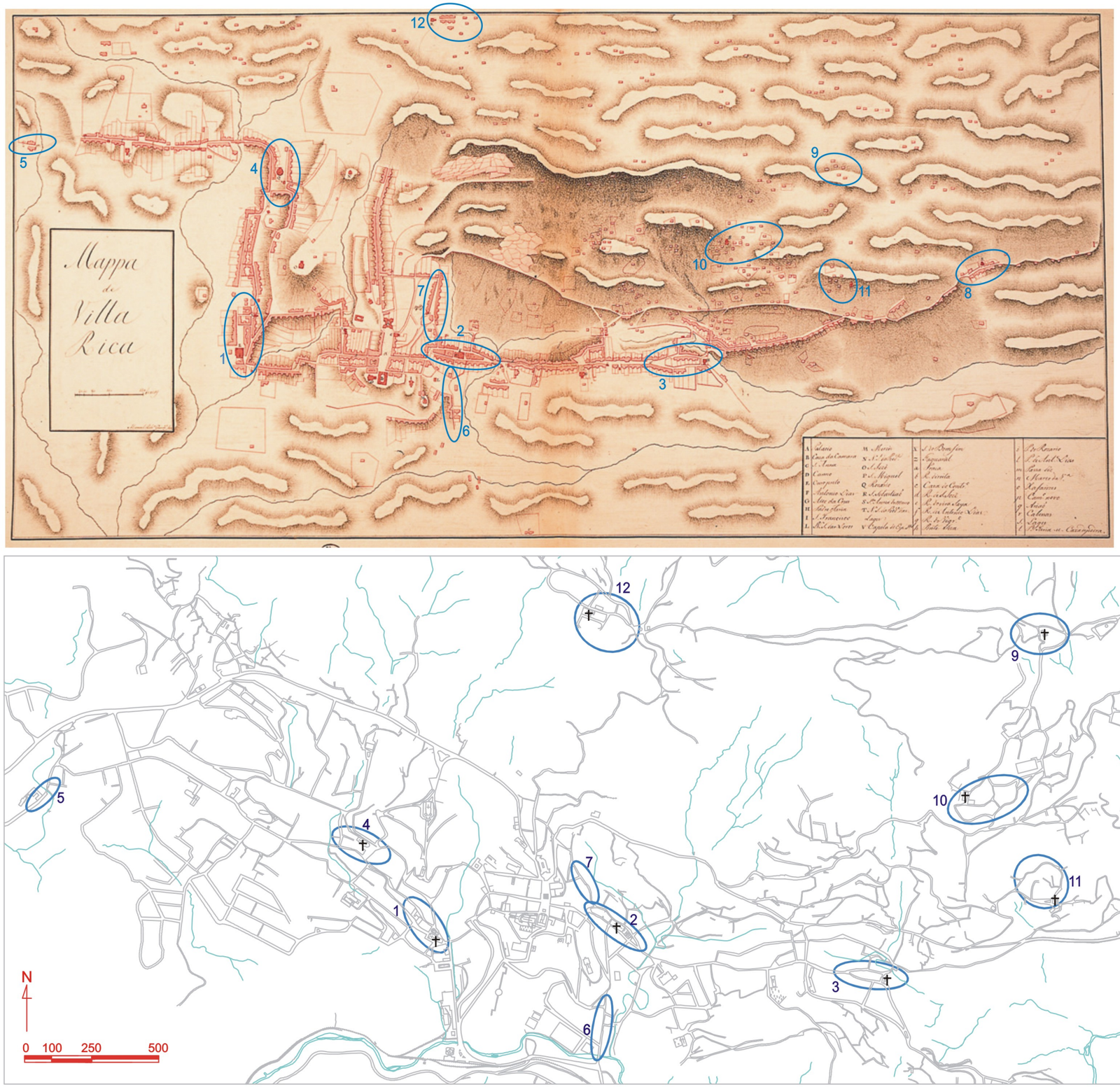


FIGURA 106
Legenda:

Observam-se os núcleos de origem dos arraiais/regiões (e respectivos templos) surgidos no decorrer da Primeira Etapa de ocupação e provenientes de uma ocupação mais "estável": (01) Ouro Preto / Igreja de Nossa Senhora do Pilar; (02) Antonio Dias / Igreja de Nossa Senhora da Conceição de Antonio Dias; (03) Padre Faria / Capela de Nossa Senhora do Rosário (antigo Arraial do Bom Sucesso e Capela de Nossa Senhora do Bom Parto); (04) Rosário / Capela de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos (antigo Arraial do Caquende); (05) Região do Passa-Dez; (06) Região da Barra; (07) Rua dos Paulistas (antigo Arraial dos Paulistas de Antonio Dias); (08) Taquaral / Capela de Nosso Senhor Bom Jesus das Flores (antiga Capela de Nossa Senhora do Pilar); (09) Região e Capela de São João Batista "do Morro do Ouro Fino"; (10) Região e Capela de Sant'Ana "do Morro da Pedra Branca"; (11) Região e Capela de Nossa Senhora da Piedade "do Morro da Lavra Nova"; (12) Região e Capela de São Sebastião "do Morro do Ouro Podre". .

.

Bases:
"Mappa de Villa Rica", ca. 1786-1787. Fonte: REIS FILHO, 2000, p. 215 (à esquerda); Detalhe da [Planta da Cidade de Ouro Preto e Região], 1998. Fonte: CEMIG, 1998 (abaixo). Plantas alteradas pelo autor, 2010.

Antes, porém, da criação da vila, embora dispersos em aglomerações esparsas no tecido urbano, os moradores teriam sido (re)unidos também a partir da criação das duas freguesias: a de Nossa Senhora da Conceição e de Nossa Senhora do Pilar. Naquele momento, seguiu na região, portanto, a segunda forte tendência a um movimento multi-centrípeto (já ocorrido antes com a criação dos arraiais definitivos). Ao final da primeira década do século XVIII, teríamos como principais centros de destaque os antigos bairros de Antonio Dias e do Ouro Preto.

O início desta tendência remonta ao ano de 1707, época da criação da paróquia de Nossa Senhora da Conceição, uma das mais antigas de Minas Gerais (MENEZES, 1975a, p.188)[126]. Já em relação à primitiva Igreja Matriz de Nossa Senhora do Pilar, criada logo em seguida à de Antonio Dias, Furtado de Menezes já mencionara a impossibilidade de se firmar a época precisa de sua construção (MENEZES, 1975b, p. 57). É sabido apenas que pelo menos nos anos de 1711-1712, o templo já havia se tornado paróquia, conforme consta em documentos da época (VASCONCELOS, 1941; MENEZES, 1982), com destaque para o famoso "Termo da ereção de Vila Rica"[127] (VEIGA, 1999, p. 661-662).

Cabe destacar a enorme influência das igrejas (matrizes) na região, principalmente no decorrer do século XVIII: ali todos deveriam assistir obrigatoriamente a determinadas solenidades religiosas, sucedidas com freqüência naqueles anos setecentistas (LIMA JÚNIOR, 1978, p. 91). Eram também em seus adros que ocorriam as cerimônias de posse dos governadores da capitania, dentre outros cortejos (COELHO, 1994).

Ambos os arraiais se mostrariam mais densos que os demais (agregando muitos moradores desde a primeira década) e, uma vez fundada a vila, as duas freguesias continuariam travando disputas entre si em busca de um reconhecimento eclesiástico cada vez maior (Moura, 1913, p. 356-sgts.)[128]. Parece que, de um lado, estiveram unidos os paulistas sempre que possível, os quais se diziam devotos da Senhora da Conceição. De outro, estavam os emboabas, que tendiam a venerar a Senhora do Pilar (COELHO, 1991).

---

[126] Menezes (1975a, p. 188) transcreve documento: AHU Minas Gerais, Caixa 55 (1779-1789). Vila Rica, 25 dez. 1788.
[127] O "Termo da ereção de Vila Rica" já faz menção à existência da igreja àquela época, julho de 1711. Segundo um trecho do documento: "[...] era necessário que logo todos os ditos moradores e pessoas deste povo fizessem eleição para os ofícios da Câmara dela, declarando todos juntamente que desejavam e tinham devoção de que se continuasse a invocação e padroeira desta igreja do Ouro Preto Nossa Senhora do Pilar [...]" ("Termo da ereção de Vila Rica". Vila Rica, 8 jul. 1711 *apud* VEIGA, 1999, p. 662).
[128] Moura (1913, p. 356-sgts.) transcreve: [Documentos Diversos].

Além de entrarem em conflito entre 1707 e 1709 visando os melhores privilégios e concessões[129], sabe-se que havia diferenças nas formas de culto entre os desbravadores vindos em massa da Metrópole, que eram mais disciplinados e aparatosos, e os bandeirantes nascidos na colônia (SANTOS, 1951, p. 30). Ainda que de maneiras distintas, a religiosidade entre ambos os povos era bem marcada.

A história nos conta que depois de apaziguar e organizar a região, o reinol e, portanto, emboaba, Manuel Nunes Viana abandonou o seu posto, passando-o para Antonio de Albuquerque, nomeado pelo rei (COELHO, 1991, p. 61-65).

Durante o seu governo, no ato da criação de Vila Rica (1711), Albuquerque - sob determinação do rei - manifestara em uma Junta Geral o interesse em que "se continuasse a invocação e padroeira desta igreja do Ouro Preto Nossa Senhora do Pilar" (VEIGA, 1999, p. 662)[130], do que se deduz, inclusive, que a paróquia de Nossa Senhora do Pilar fosse, de fato, o templo mais importante da vila. A igreja de Nossa Senhora da Conceição, em contrapartida, sequer é mencionada no importante documento ("Termo da ereção de Vila Rica"), apesar de sua relevância e de Albuquerque também ter incorporado aquela matriz e sua respectiva freguesia à fundação da vila.

Apesar de a decisão estar claramente sob os auspícios do rei, o estudioso Salles (1999, p. 64) salientara que, uma vez vitoriosos da batalha travada na primeira década dos Setecentos, "o fato de os emboabas terem se negado a entregar o poder ao governador D. Fernando [de Alencastre], concordando em entregá-lo a Antônio de Albuquerque, é claro: o primeiro apoiava os paulistas, e o último tendia para os emboabas."

É de se destacar também que, nas duas décadas seguintes à criação de Vila Rica, com a necessidade da criação da capitania das Minas Gerais, o rei cogitara a hipótese de a rica vila abrigar a nova catedral. Assim sendo, as duas igrejas (matrizes) entrariam novamente em conflito, agora na disputa para gozar de tal prestígio. O parecer do Conselho Ultramarino de 8 de janeiro de 1728 havia deixado claro que ambas as matrizes estariam aptas para servir de catedral (MENEZES, 1975b, p. 126)[131].

---

[129] Em suma, o conflito teria eclodido em razão dos paulistas intentarem proibir o estabelecimento dos europeus e outros forasteiros nas terras que eles próprios alegavam terem descoberto. Em contrapartida, os reinóis "se persuadiam de que a habitação delas era comum a todos os vassalos do mesmo soberano" (COELHO, 1994, p. 122-123). De acordo com o parecer do setecentista José João Teixeira Coelho (1994, p. 123), "não há dúvida em que uns e outros eram delinqüentes porque, pertencendo somente ao Rei a decisão daquelas dúvidas, não podiam os povos arrogar a autoridade de a disputarem com armas".

[130] Veiga (1999, p. 662) transcreve documento: "Termo da ereção de Vila Rica". Vila Rica, 8 jul. 1711.

[131] Informação de Ivo Porto de Menezes, acrescentada no livro de Joaquim Furtado de Menezes (1975b, p. 126) como "notas" complementares: AHU, Cód. 241, fls. 29 v. e 293 v. Data de 8 jan. 1728.

A verdade é que apesar de ambas possuírem condições em termos de porte físico e eclesiásticos (incluindo rendimento e número de fregueses) – importante quesito para a definição da Sede do Bispado da nova capitania das Minas Gerais (já independente de São Paulo), Mariana acabou por ser escolhida para acolher a Sé (MENEZES, 1975b, p. 126)[132]. Assim, já no ano de 1745 a Diocese de Mariana é criada, por bula papal, e funda-se a cidade de Mariana, apesar do pequeno porte da então Vila de Nossa Senhora do Carmo, principalmente em relação à vizinha Vila Rica (que nitidamente se mostrava mais próspera desde o princípio do século)[133].

Conforme as práticas adotadas na colônia, "nem sempre a elevação à condição de vila ou mesmo de cidade era justificada pelo porte ou aglomeração" (MARX, 1991, p. 18). Vale a conjectura que, ao efetuar a escolha da cidade de Mariana para a sede do Bispo, o Estado estaria, talvez, procurando canalizar o poder eclesiástico ao seu favor, moldando suas atuações para a própria sobrevivência do sistema colonial e inclusive inibindo as forças das irmandades[134] de Vila Rica, as quais vinham se revelando, cada vez mais, como poderosos organismos de expressão local. No entanto, apesar de que muitos outros interesses políticos envolvidos acabassem por atuar, condicionando tais decisões, Bastos (2003, p. 85) enfatiza que "as condições 'não muito acomodadas' do sítio foram um dos obstáculos para que Vila Rica [...] não viesse a ser escolhida como sede do bispado [...]".

O fato de Vila Rica ter sido erigida em terreno bastante acidentado (**FIG.107**) a tornaria uma exceção dentro das práticas adotadas pela urbanística portuguesa tradicional desde o século XVI[135]. Ainda assim, obedecendo ao notável senso de sítio dos portugueses - conforme veremos nos capítulos seguintes -, as edificações que iriam acomodar o Estado, as novas capelas erguidas e a "nova povoação" a surgir, ainda mais do que antes, tirariam partido do relevo em busca da "melhor" e "mais conveniente" acomodação no sítio. Assim coloca o autor Rodrigo Bastos (2003, p. 24) a esse respeito:

> "[...] a consideração do decoro contribuiu decisivamente para a constituição de uma política de implantação de povoações na qual rezava, além da recomendação pela

---

[132] Informação de Ivo Porto de Menezes, acrescentada no livro de Joaquim Furtado de Menezes (1975b, p. 126) como "notas" complementares: AHU, Cód. 244, fl. 7.

[133] Oportuno destacarmos que, devido ao rápido progresso de Vila Rica, já em 1714 os vereadores teriam solicitado ao rei que a elevasse à categoria de cidade, concedendo-lhe os "mesmos privilégios de que gozam os cidadãos de S. P. havendo, porém, o indeferimento do pedido [...]" (APM CMOP, SG, Cód. 73, fl. 56 *apud* VASCONCELLOS, 1956, p. 42).

[134] A respeito das Irmandades, Caio Boschi (1986, p. 1) já havia afirmado: "constituíram estas a mais viva expressão social da Capitania, da Província e mesmo do Estado".

[135] Em sua dissertação de mestrado, Rodrigo Bastos (2003) revela evidências capazes de indicar a congruência entre os métodos empregados na implantação de novas povoações e as orientações concernentes ao decoro (princípios regulares de adequação e conveniência) desenvolvidos em tratados de arquitetura e frequentemente utilizados pelos portugueses a partir do século XVI e bastante adotados inclusive no decorrer do século XVIII.

escolha dos sítios mais convenientes, uma orientação primordial de adequação às circunstâncias, costumes e preexistências físicas, naturais e construídas."



FIGURA 107
Gravura do século XIX de autoria de Johann Moritz Rugendas (ca. 1824), retratando um panorama da então Imperial Cidade de Ouro Preto. Percebe-se que os arruamentos foram abertos e o casario foi providenciado acompanhando, tanto quanto possível, o relevo, mesmo com a já citada tendência de se acomodar as principais edificações de cunho institucional em locais de destaque na paisagem. Assim sendo, em análise da expansão do tecido urbano de Ouro Preto, pode-se constatar que houve uma esgarçadura de certa forma linear procurando-se (em termos) respeitar o máximo possível da topografia local ocasionando caminhos tortuosos similares aos primários, independente da época em que foram abertos.
Fonte: CONZEN, 2007

CAPÍTULO 3
SEGUNDA ETAPA DE OCUPAÇÃO: A "PRESENÇA DO ESTADO" A PARTIR DA IMPLANTAÇÃO DA VILA (1711) E CRIAÇÃO DA "PRAÇA"

Exatos três meses após a criação da Vila de Nossa Senhora do Carmo (atual cidade de Mariana), Antônio de Albuquerque Coelho de Carvalho criara Vila Rica, a terceira[136] da capitania[137]. Assim, em julho do ano de 1711, "no arraial de N. Sra. Do Pilar, junto ao de Antonio Dias, foi fundada a Vila[138]" (VASCONCELLOS, 1956, p. 33).

> "Modo geral, as primeiras vilas se implantaram sobre assentamentos mineradores preexistentes que, logo nos prematuros anos da ocupação, já constituíam arraiais concentrados comunitariamente em torno de capelas. [...] As criações dessas 'novas povoações' eram passos decisivos na progressiva cadeia de estratégias e ordenações reinóis, e definiram de vez a intervenção metropolitana sobre o território de Minas Gerais" (BASTOS, 2003, p. 79).

Fixou-se, portanto, o emblemático pelourinho (**FIGs. 108 e 109**) – símbolo da nova condição e do poder da coroa – na cumeada do Morro de Santa Quitéria[139], resultando na

---

[136] No intervalo de tempo entre a fundação da Vila de Nossa Senhora do Carmo e de Vila Rica, também Antônio de Albuquerque fundara a Vila de Nossa Senhora da Conceição (atual cidade de Sabará), em 17 de julho de 1711 (LOPES, 1955, p. 91).

[137] A constante preocupação em manter o domínio sobre a Colônia e a conseqüente efetivação da autoridade da Metrópole, inclusive contando com a conveniente cobrança e arrecadação de impostos, teriam provocado, desde o início da povoação também no interior da América portuguesa, a necessidade da sua organização política, com a divisão em Comarcas e a criação de Vilas (D`ASSUMPÇÃO, 1989, p. 134).

[138] Rodrigo Bastos (2003, p. 80) ressalta os preceitos a serem seguidos na criação de vilas: "A implantação de uma vila instaurava uma série de providências, como o levantamento do pelourinho, instalação e construção da Câmara – acomodada provisoriamente em 'casas de morada' –, cadeia, eventualmente um quartel etc. Essas providências 'construtivas' tornavam cotidianamente efetiva – e evidentemente mais persuasiva a 'representação' do poder metropolitano". Obedecendo-se a essas premissas, segundo o mesmo autor, estaria "então instalada uma estrutura administrativa com expressiva responsabilidade para intervir sobre o ambiente urbano das povoações" (Ibid. 80).

[139] Vemo-nos no dever de mencionar que Mônica Massara (1989, p. 145) reconhece que o Pelourinho inicialmente teria sido implantado em Antonio Dias, onde atualmente encontra-se o Largo do Coimbra (também conhecido como Largo de são Francisco). Renato Souza (2000, p. 193-194), por sua vez, sugere que o mesmo monumento teria sido erguido, nos primórdios da vila, no antigo arraial de Ouro Preto. Contudo, ambos os autores dispensaram a indicação de suas fontes. Não obstante, um aforamento datado de outubro de 1713 nos dá uma dica da localização do primitivo pelourinho ao conter os seguintes dizeres: "no caminho novo que vai do ouro-Preto para Antonio Dias, antes de chegar ao Pelourinho, fazendo frente ao morro", trecho que possivelmente corresponde à chamada, também em tempos remotos, de "Rua Nova" (pesquisa realizada por Ivo Porto de Menezes, 1953-1999), atuais Rua Paraná e Conde de Bobadela – também conhecida como Rua Direita. Outro aforamento que nos traz informações importantes, datado de outubro do ano anterior, trata de uma concessão "na subida do Morro que vai do Ouro-Preto para o Pelourinho, junto de hum rancho do suplicante". Esse último, possivelmente faz referência ao antigo caminho que também era denominado de "Ladeira do Ouro Preto até Casa de Camara e Cadeia" (pesquisa realizada por Ivo Porto de Menezes, 1953-1999), correspondente à atual Rua do Pilar. Sabe-se que décadas depois, outro caminho alternativo também foi aberto na vila, interligando o antigo "arraial do Ouro Preto" à chamada "Praça de Antonio Dias" (atual Largo do Coimbra), se consolidando com a transferência do Pelourinho para aquele local, que a partir de então passou a ser chamado de "Nova Praça", em 1797. Quando de sua abertura, essa rua foi batizada de "Rua Nova do Pelourinho". Tal caminho – que corresponde à atual Rua Costa Senna – é bastante plano pois, diferentemente da "Ladeira do Ouro Preto" e da "Rua Nova" (que conduzem à Praça), seu percurso foi ligeiramente desviado da cumeada do Morro de Santa Quitéria, procurando obedecer às curvas de nível naturais do terreno. Por meio destas observações, pretendemos afirmar que, consoante o documento relativo aos aforamentos, a partir da fundação de Vila Rica, o Pelourinho já teria sido inserido na Praça do alto de Santa Quitéria. Ali o referido equipamento teria permanecido durante quase todo o século XVIII, sendo transferido para o bairro de Antonio Dias apenas na última década setecentista (**FIGs. 174 e 175**).

comunhão entre as duas freguesias (sediadas, respectivamente, na Matriz de Nossa Senhora do Pilar de Ouro Preto e na Matriz de Nossa Senhora da Conceição de Antonio dias) (MENEZES, 2002, p. 71). O local escolhido, que atualmente compreende a Praça Tiradentes (**FIG. 109)**, encontrava-se até então praticamente desocupado (BASTOS, 2003, p. 83 e 87).

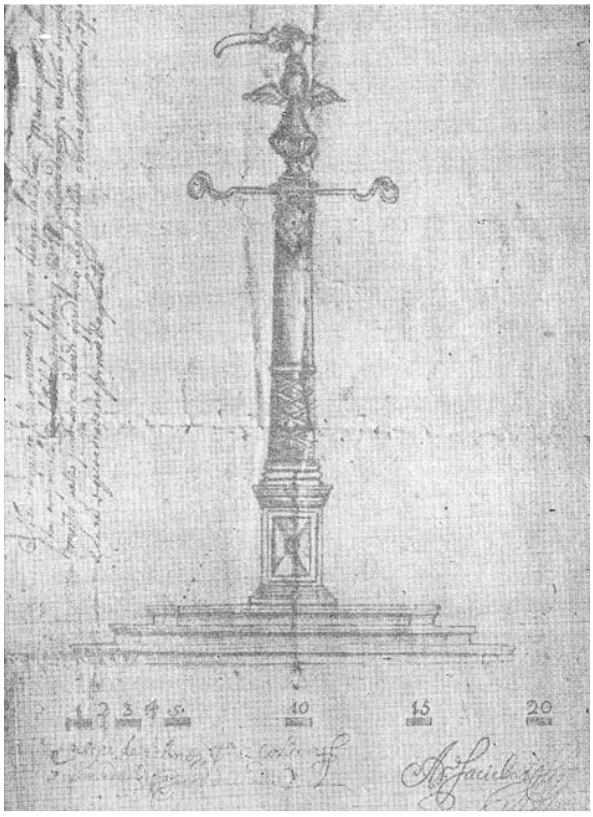


FIGURA 108
"Risco" do Pelourinho da Vila, cujos desenhos originais (feitos em três folhas de papel) estão no Arquivo Público Mineiro, segundo Francisco Lopes (1955, p.118-120). Consistindo inicialmente num "simples esteio de madeira", teria sido substituído por um "feito de pedra dita-collumy", cuja feitura foi arrematada[140] por Domingos Roiz Torres em agosto de 1747 (LOPES, 1955, p. 117)[141]. Em seguida, a antiga coluna de madeira foi transferida para a Ponte de Antonio Dias, provavelmente com a finalidade de servir de sustentação da "[...] d.a ponte por se achar arruinada", episódio ocorrido em 1750[142] (LOPES, 1955, p. 107).
Fonte: LOPES, 1955, p. 118.

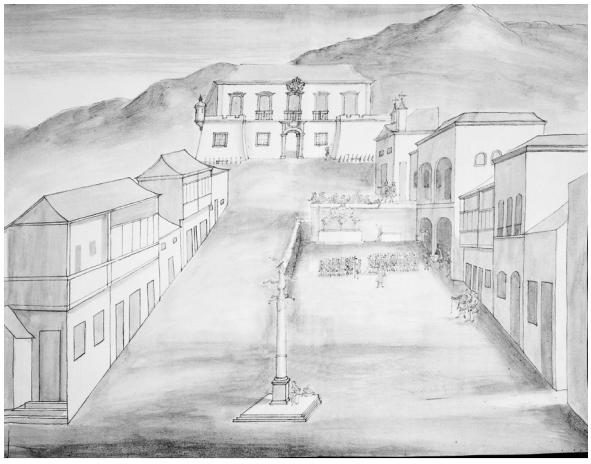


FIGURA 109
Aquarela da segunda metade do século XVIII, registrando a antiga Praça (atual Praça Tiradentes). Provavelmente desenhada entre 1766 e 1782, segundo Menezes (2002, p. 71). Em primeiro plano representou-se o pelourinho (1711) e, ao fundo, vê-se o prédio do Palácio dos Governadores (1741). Conforme o ponto de fuga utilizado pelo artista, ao que parece a tela teria sido pintada a partir do antigo prédio da Casa de Câmara e Cadeia (década de 1720), o qual se tratava de um edifício de pau-a-pique, contendo um partido arquitetônico de um sobrado (LOPES, 1955, p. 106).
Fonte: REIS FILHO, 2000, p. 216.

De início, o rei ordenou que a vila fosse erigida em meio ao chamado "arraial das Minas Gerais do Ouro Preto". Conforme consta no "Termo da ereção de Vila Rica", o Governo de D. João V "determinava erigir neste mesmo arraial uma nova povoação e vila para que seus

[140] Assim como nas reformas, capacitações e aumentos dos templos (principalmente as Matrizes), era usual que os próprios moradores "concorressem" entre si ativamente – conforme cabedais e "posses" – para as construções dos demais edifícios de maior significância da vila (BASTOS, 2003, p. 116).
[141] Lopes (1955, p. 117) menciona documento: APM CMOP, Cód. 53, fls. 62-63.
[142] Lopes (1955, p. 117) menciona documento: APM CMOP, Cód. 51, fls. 135.

moradores e os mais de todo o distrito pudessem viver arreglados e sujeitos, com toda alva forma, às leis da justiça [...]". A despeito das pretensões do rei, o então governador e capitão-general Antonio de Albuquerque Coelho de Carvalho decide integrar o arraial em que se encontra a Matriz de Nossa Senhora da Conceição, "visto que todos [os povos] assentavam em que fosse neste sítios e dois arraiais de Ouro Preto e Antonio Dias levantada a dita vila". Interessado em elevar ainda mais a sua reputação, afirmara ainda o governador que era necessário todos os moradores e demais pessoas da região declararem que o nome da dita vila era Vila Rica de Albuquerque[143] (VEIGA, 1999, p. 661-662)[144].

Apesar de Albuquerque manifestar que o sítio não se achava muito acomodado, justificara instituir a vila junto aos dois principais arraiais argumentando que "[...] era o sítio de maiores conveniências que os povos tinham achado para o comércio"[145] (VEIGA, 1999, p. 662)[146]. Nesse ínterim, os arraiais mais prósperos há pouco haviam sido interligados por uma rota principal imposta pelos mercadores e demais transeuntes, conhecida como "caminho velho" (BAETA, 2010, p. 300), e batizada por Sylvio de Vasconcellos (1956) de "estrada tronco"[147] (**FIG. 110**). Esta via teria provocado o início da conurbação do organismo urbano, deixando a vila com uma morfologia predominantemente linear e orgânica. O Estado, por sua vez, fixara-se em local estratégico daquele caminho com a criação da Praça[148] (**FIGs. 110 e 111**).

---

[143] O rei, ao aprovar a elevação à vila por Carta Régia de 15 de dezembro de 1712, denomina-a Vila Rica de Nossa Senhora do Pilar do Ouro Preto (MENEZES, 1981, p. 46).

[144] Veiga (1999, p. 661-662) transcreve documento: "Termo da ereção de Vila Rica". Vila Rica, 8 jul. 1711.

[145] Quando da escolha do sítio para erguer/implantar as vilas, segundo afirma Bastos (2003, p. 81), "operava-se uma espécie de concílio entre as 'conveniências' da coroa e as 'conveniências' dos moradores (muito embora apenas alguns deles, os 'homens bons', brancos e potentados), condicionando, a partir de então, a acomodação e a permanência das novas estruturas e pessoas nesse determinado 'lugar"'. O mesmo autor chega a lançar uma hipótese de que a grande quantidade de estabelecimentos comerciais em Antonio Dias, que era superior inclusive à do Pilar (totalizando 73 casas de comércio enquanto no Pilar havia 51), teria pesado na decisão pela comunhão dos dois arraiais, embora a ordem de Portugal tenha "determinado" que a vila fosse fundada exclusivamente em Nossa Senhora do Pilar (BASTOS, 2003, p. 90).

[146] Veiga (1999, p. 662) transcreve documento: "Termo da ereção de Vila Rica". Vila Rica, 8 jul. 1711.

[147] Embora a expressão "estrada tronco" - cunhada pelo célebre pesquisador Sylvio de Vasconcellos (1956 e 1977) e bastante empregada a partir de sua tese de livre docência – tenha sido redigida pelo pesquisador sempre em letra minúscula, optou-se por mencioná-la na presente dissertação utilizando-se as iniciais maiúsculas. Entendemos que se trata de um neologismo singular que, escrito desta forma, poderá ser facilmente identificado no texto, além de assegurar a devida autoria do termo, que por sua vez tem sido muito empregado inclusive por diversos estudiosos do tema.

[148] Por volta de 1711, referia-se a este logradouro apenas como "Praça". No século XVIII, adquire o nome de "Praça da Independência" e, ainda no final daquele século, passa a ser denominada de "Praça Tiradentes" (MENEZES, 2002, p. 71).

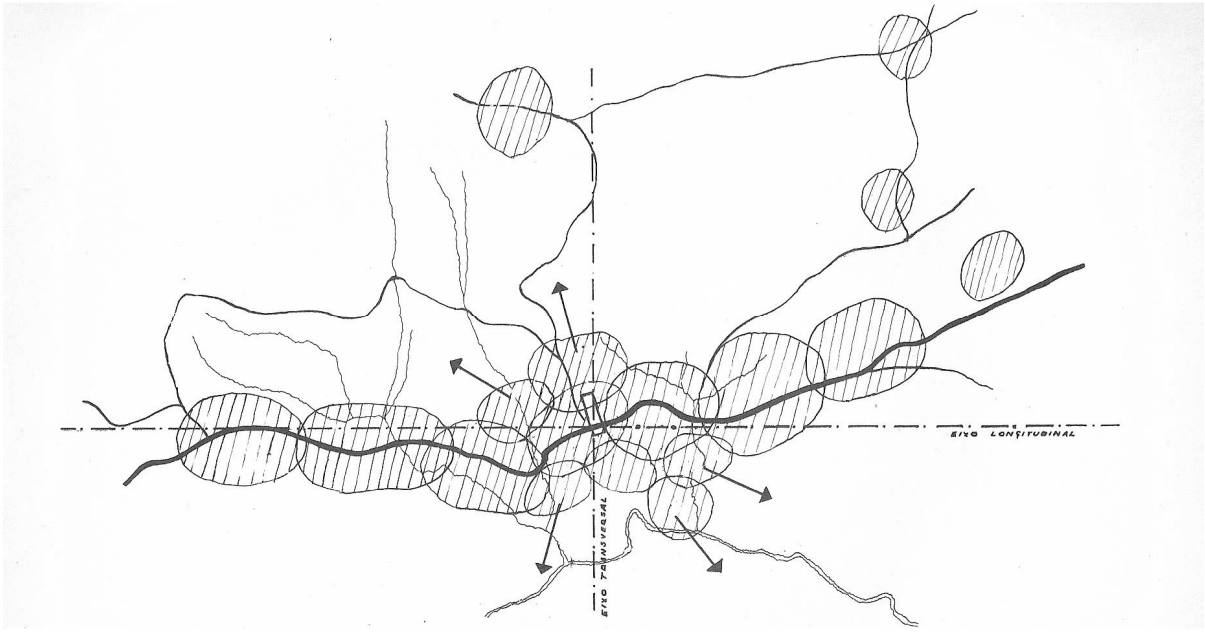


FIGURA 110 – "Estudo inicial de Sylvio de Vasconcellos - Parte C" – croqui apontando os principais arraiais setecentistas (com os respectivos templos) e caminhos abertos na região. Demonstração de que a união das nucleações se deu a partir do caminho tronco e da concepção da Praça.
Fonte: VASCONCELLOS, 1951.

Dentre os caminhos da então Vila Rica, a Estrada Tronco é o mais importante, mais transitado, e consiste no seguinte trajeto: "entra na vila e vai direto à Matriz do Pilar, de onde se endireita para a Matriz de Antônio Dias, saindo por Sta. Efigênia" (VASCONCELLOS, 1956, p. 105). O trecho central desse percurso logo teria sido batizado de "Rua Direita da Vila" (VASCONCELLOS, 1956, p. 107), sendo que o termo "Direita", ao contrário do que poderia sugerir inicialmente, apresenta um percurso, de certa forma, bastante irregular. Entretanto, trata-se de uma via relativamente extensa que, de forma "direta"[149], interliga as duas antigas freguesias – passando pelas respectivas Matrizes – e atravessa a atual Praça Tiradentes[150].

Muito embora Antonio de Albuquerque tenha justificado a escolha do local da Praça pelas "maiores conveniências" que a população e mercadores estabeleceram para o "comércio"[151], é válido afirmar que a decisão pelo alto do Morro de Santa Quitéria também

[149] É provável que o termo "Rua Direta" tenha sofrido uma pequena variação (talvez devido a uma corruptela de linguagem dos contemporâneos à época), tornando-se mais conhecido como "Rua Direita". Seguindo a tradição portuguesa, o caminho que conduzia à igreja matriz de uma determinada vila, de modo geral era denominado de Rua Direita. No que diz respeito à Vila Rica, essa tradição persistiu. Poucos anos depois, outras ruas abertas na mesma vila também viriam a se chamar Rua Direita.

[150] Atualmente a antiga Rua Direita é fragmentada em vários outros nomes de rua (conforme veremos de forma mais detalhada), dos quais, os principais são: Rua do Pilar, Rua Brigadeiro Mosqueira, Rua Amália Bernhaus, Rua Bernardo Vasconcelos.

[151] O comércio também teria sido responsável pelos inúmeros pousos nos principais percursos que interligavam as vilas e arraiais mineiros. Reforçando o caráter de via principal e local de destaque de Vila Rica, no início do século XVIII, inclusive existiu, bem próximo ao alto do Morro de Santa Quitéria, uma estalagem (**FIG. 114**), conforme chegara à conclusão o professor Ivo Porto de Menezes. Assim, "transpondo o beco que descia para a casa do Ouvidor", ainda hoje há o edifício que abrigara a primitiva hospedaria que, tendo sofrido várias alterações no decorrer dos anos, chegou aos dias atuais sob a forma de um sobrado de janelas rasgadas com seus trabalhados balcões (MENEZES, 2002, p. 77-78).

foi capaz de proporcionar, de forma estratégica, um maior controle e poder do Estado sobre a região, que tradicionalmente nascera dividida entre paulistas e "emboabas"[152]**.** Na época de Antônio de Albuquerque, ainda permanecia a desordem que os habitantes paulistas e estrangeiros provocaram naquelas terras (COELHO, 1994, p. 126).

Bastos (2003, p. 83) pondera essa provável intenção de Albuquerque de centralizar a vila a partir do topo do Morro de Santa Quitéria. Segundo o autor, esse ponto se consolidava como local de concentração administrativa por excelência, pois "[...] sua proeminência topográfica proporcionava amplo domínio visual sobre os arraiais, com suas capelas-matrizes situadas em cotas bem mais baixas" (**FIG. 111**).

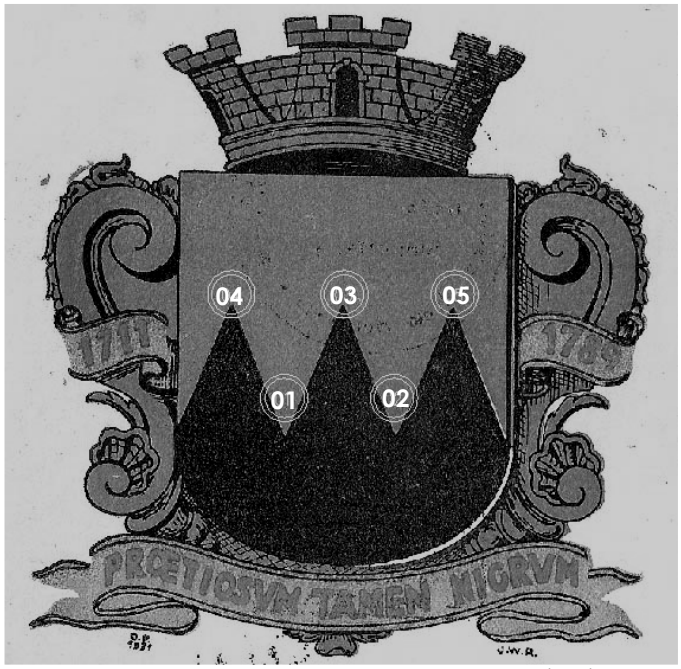


FIGURA 111 – "Brasão de armas de Ouro Preto", inspirado na geografia do local onde a cidade está inserida. O triangulo central representa o Morro de Santa Quitéria (local da Praça). Com o passar dos anos, o local seria escolhido para acolher o centro cívico de forma que pudesse coligar as duas "metades" da então Vila Rica, que nascera dividida com as duas freguesias (BAETA, 2010, p. 346). 01 – antigo arraial de Nossa Senhora do Pilar do Ouro Preto (atual Pilar); 02 – antigo arraial de Nossa Senhora da Conceição de Antonio Dias (atual Antonio Dias); 03 – Alto do Morro de Santa Quitéria (atual Praça Tiradentes); 04 – Alto do Passa-dez (atual Cabeças); 05 – Alto da Cruz (atual Santa Efigênia). Fonte: RUAS, 1958, p. 7.

[152] A nomeação de Antônio de Albuquerque para Governador da região das Minas em 1709, ou seja, no período coincidente com a Guerra dos Emboabas (travada entre 1707 e 1709), também estava vinculada à "[...] intenção de apaziguar os ânimos exaltados e conservar – como se encontra em cartas de outros governadores que o seguiram – o 'sossego' na região" (BASTOS, 2003, p. 83). Não obstante, "[...] a diferença entre os dois povoados perpetuou-se na administração eclesiástica e na civil que, ainda hoje, os consideram freguesias e distritos diversos" (MACHADO, 2003, p. 125). Eponina Ruas (1958, p. 12) menciona que os moradores da vila se autodenominavam de "Jacubas" ou "Mocotós": designações dos povos dos arraiais de Antonio Dias e do Ouro Preto, respectivamente. Em tempos remotos existia essa diferenciação e, sobretudo, aversão de uma população à outra, inclusive entre as famílias mais abastadas. A pesquisadora enfatiza que, com certa freqüência, "o nascido em Ouro Preto desconhecia o Antônio Dias e vice-versa".

No "Termo da Ereção de Vila Rica", o então governador e Capitão-General já haveria de enfatizar que "era necessário que logo todos os ditos moradores e pessoas deste povo fizessem eleição para os ofícios da Câmara dela [...]" (VEIGA, 1999, p. 662)[153] [154]. O quanto antes possível tratou-se de providenciar naquele platô a primeira Casa de Câmara da recém-criada Vila Rica. Não obstante, os primeiros juízes e vereadores locais, eleitos no mesmo dia da criação da vila (VEIGA, 1999, p. 662), reunem-se inicialmente em casas particulares, que seriam de aluguel ou emprestadas servindo temporariamente de Câmara[155].

Nas pujantes terras de Minas, ao ser fundada uma vila, viram-se os oficiais das Câmaras em sérias dificuldades pela falta de edifícios adequados para a instalação de uma estrutura administrativa. Em Vila Rica não foi diferente, principalmente em se tratando de casas para suas vereações e das primeiras cadeias, que, de início, eram improvisadas em edificações já existentes e, portanto, bastante precárias e impróprias para abrigar este tipo de atividade.

Sem muito tardar, no entanto, é providenciado um edifício próprio, mais adequado às funções a serem desempenhadas pelos vereadores (VASCONCELLOS, 1956, p. 37-38). Assim, em junho de 1712 foi resolvido que "[...] se arrematasse a caza de Câmara que andava em praça a qual se arrematou, no mesmo Dia" (LOPES, 1955, p. 93)[156].

Dois anos mais tarde, parte da Casa da Câmara já estava concluída, faltando ainda a construção da Cadeia que, pela primeira vez, seria implantada na Praça alguns anos mais tarde. Conhece-se um aforamento de dezembro de 1714 que já citava o referido edifício da Câmara implantado na Praça[157]. Conforme o documento, o suplicante requeria um terreno

---

[153] Veiga (1999, p. 662) transcreve documento: "Termo da ereção de Vila Rica". Vila Rica, 8 jul. 1711.

[154] Para as vilas, a administração era exercida pelo senado da Câmara, anualmente eleito por votação indireta pelos "homens bons do povo" (VASCONCELLOS, 1977, p. 23). As Câmaras Municipais tiveram funções delegadas pela Coroa Portuguesa. Assim, couberam às Câmaras, dentre diversas atribuições, as responsabilidades de erigir e zelar pelas obras públicas necessárias. Essas deviam abrir e calçar as ruas, providenciar a captação de água, edificar chafarizes, pontes, edifícios públicos, etc. (D`ASSUMPÇÃO, 1989, p. 134).

[155] Apesar da carência de documentos a respeito das primitivas "Cazas da Câmara", há um aforamento datado de fevereiro de 1713 que faz menção ao edifício, embora não seja possível compreender a correta localização a partir das informações concedidas. Tal aforamento corresponde a Pedro Ferreira, que solicita terreno "junto ao seu rancho na rua da Fonte, faciando com a mesma rua da parte do Morro das cazas da Camara, para ahy fazer um quintal" (VASCONCELOS, 1941, p. 246). Segundo informações desse registro, não devemos descartar a hipótese de que a Câmara inicialmente teria funcionado no arraial de Antonio Dias, uma vez que a referida "*rua da Fonte*" localizava-se naquele arraial conforme informações de aforamentos também pertencentes à época. A "Fonte" mencionada na concessão, no entendimento de Vasconcelos, mais tarde teria se transformado no atual chafariz de Marília. A rua citada, por sua vez, trata-se da atual Rua do Aleijadinho (VASCONCELOS, 1941, p. 245). Conforme veremos, nessa mesma rua também teria funcionado a primeira Cadeia da vila (**FIG. 113**).

[156] Lopes (1955, p. 93) cita documento referente ao "Primeiro Códice de Acórdãos da Câmara de Vila Rica". Documento extraído dos Annaes da Biblioteca Nacional, V. XLIX, p. 237. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional.

[157] Embora não tenha indicado as suas fontes, Ruas (1958, p. 151) acredita que teria existido uma antiga Casa de Câmara e Cadeia sita nas proximidades da Ermida de Nosso Senhor do Bonfim e do largo da igreja de Nossa Senhora do Pilar do Ouro Preto.

"na Praça desta Villa que parte com as cazas da Câmara [...]" (VASCONCELOS, 1941, p. 248).

Sob o reconhecimento de uma nova condição política e hierárquica, uma vez estabelecida a Câmara, essa última logo institui os primeiros aforamentos na vila, destinados tanto aos novos ocupantes da vila quanto aos já estabelecidos (BASTOS, 2003, p. 116)[158].

Assim, muitas dessas concessões tratavam de doações de terras em local onde já existiam habitações "[...] provisórias, que somente mais tarde se reedificaram, plantadas, não raro, nos mesmos lugares [...]" (VASCONCELOS, 1941, p. 241). Consta em documentação que, já no ano seguinte à fundação da vila, os vereadores da Câmara passaram a exigir licenças de "todos os moradores que quizeren consertar ou redeficar algúa caza das que estão feitas, para q. desta sorte se vão endireitando as Ruas" (BASTOS, 2003, p. 127-128)[159]. Enquadra-se nessa situação o aforamento a João Francisco, em 1712, que solicitava "chãos para alargar huas cazas em que vive" (VASCONCELOS, 1941, p. 243). Num outro aforamento, também em 1712, verifica-se que o requerente pede terras e, como referência, cita o nome de um morador que já havia fixado residência em local próximo. O referido lançamento foi assim escrito: "chãos no bairro de Antonio Dias, na rua da ponte, junto á caza do padre Salvador Dias dos Reis" (VASCONCELOS, 1941, p. 243).

No costume de se fazerem concessões, rezava a tradição de apenas estipular a medida das testadas do terreno, sem referência às suas profundidades (VASCONCELLOS, 1956, p. 156). Desse modo, os lotes possuíam fundos extensos apresentando, com freqüência, uma forma mais alongada. Tais testadas costumavam ser estreitas (**FIG. 112**) - medindo geralmente entre duas e seis braças – o equivalente a 4,4m e 13,2m respectivamente (FONSECA, 2006, p. 37) uma vez que a medida de uma braça equivalia a cerca de 2,2m[160].

---

[158] O controle da acomodação da população através das concessões de terra consistia em uma medida simultaneamente política e fundiária, capaz de atender às conveniências da Coroa, além de ser pertinente aos costumes reconhecidos e internalizados pelos moradores (BASTOS, 2003, p. 95-96).

[159] Bastos (2003, p. 128-129) transcreve documento referente às ACTAS da CMVR (1711-1715). Documento extraído dos Annaes da Biblioteca Nacional (1927), p. 230. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1936 p. 200-391.

[160] Estudos de Sylvio de Vasconcellos (1956, p. 156) revelam que de 134 aforamentos concedidos entre 1712 e 1721, 24 são de duas, 50 de três e 21 de quatro braças. Assim, as frentes de tais terrenos mediam em torno de 7,00 metros. O pesquisador salientara ainda que muitas das testadas dos fundos eram definidas a partir da abertura de novas ruas, paralelas às já existentes.

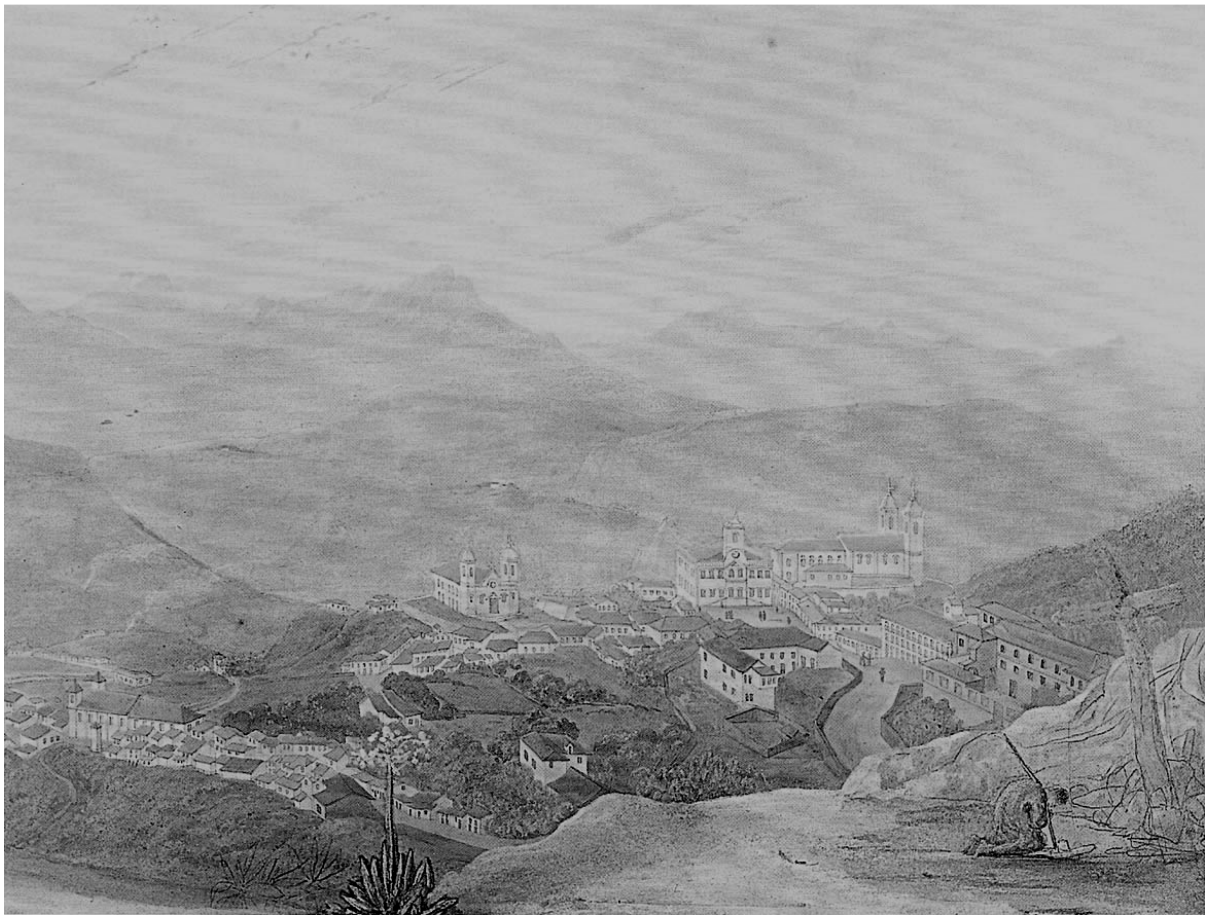


FIGURA 112
Tela de Henry Chamberlain, de ca. 1820, retratando uma paisagem de Vila Rica no início do século XIX. Embora se trate de uma reprodução bem tardia em relação aos primeiros aforamentos, nota-se que as testadas dos lotes ainda permanecem estreitas, "com as construções limitadas ao alinhamento, mantendo os fundos dos lotes desocupados" (SOUZA, 2000, p. 245).
Fonte: SAFRA, 1995, p. 319. (Gravura alterada pelo autor, 2010)

É possível constatar também algumas concessões discrepantes, como é o caso do solicitado por Manuel Marques bem como por João do Couto Correia. Atendendo a esses pedidos, o Senado concedeu aos solicitantes 10 e 15 braças de terra respectivamente, no ano de 1718 (VASCONCELLOS, 1941, p. 250-251), ou seja, em torno de 22m e 33m de testada, caso fosse adotada a unidade de medida hoje em vigor. Baseando-se nos arrolamentos iniciais de Vila Rica, Borrego (2004, p. 79) chama a atenção para as seguintes observações: "entre os anos de 1712 a 1721, encontramos a variação do tamanho dos lotes de uma a 35 braças, sendo predominantes os chãos com três braças [...]"[161].

Apesar da união dos principais núcleos a partir de um caminho principal e da implantação da Praça em local de destaque naquele percurso, é notável que nos primeiros anos de erigir da vila, principalmente, era usual a menção da freguesia em que as terras aforadas se

[161] É provável que Maria Aparecida Borrego (1989) tenha tido acesso não apenas aos aforamentos publicados por Salomão de Vasconcelos (1941), mas também a algumas das concessões de terrenos que, de forma isolada, também teriam sido deferidas por meio de atas e acórdãos da Câmara.

situavam, sugerindo que Vila Rica tenha nascido, de fato, fragmentada. A título de exemplo, vale citar um aforamento datado de 1712 constando de "chãos para fazer duas cazas divididas, na rua Direita da freguezia de N. S. da Conceição, antes de chegar á igreya", bem como uma outra concessão, também de 1712, da qual o suplicante requeria "huns chaos devolutos para fazer um rancho de capim na freguezia de Nossa Senhora do Pilar" (VASCONCELLOS, 1941, p. 242-243).

Sylvio de Vasconcellos (1956, p. 112) chama a atenção para o fato de que a criação da Praça[162], que será ampliada no final do século XVIII (**FIG. 114**) em razão da construção do imponente prédio que sediou a Casa de Câmara e Cadeia, "é apenas conseqüência do povoamento já existente e não origem dele [...]". Por outro lado, Massara (1989, p. 145) reconhece que o Morro de Santa Quitéria, também denominado Morro do Ouro Preto – correspondente à atual Praça Tiradentes -, desde o início foi o principal divisor natural das duas freguesias.

Uma vez estabelecido, este logradouro logo viria a se tornar importante marco referencial, bem como os principais equipamentos vinculados ao Estado,[163]. Dentre as primeiras concessões de caráter enfitêutico, mencionemos uma de 1714, na qual se pedia terreno "na Praça desta Villa, que parte com as cazas da Camara, fazendo esquina na rua nova" (VASCONCELLOS, 1941, p. 248). As informações contidas nos aforamentos dessa época também nos levam a crer que um rápido adensamento na região e entorno imediato ocorrera nos anos subseqüentes à fundação da vila. Novo ciclo de desenvolvimento centrífugo se inicia, mas agora tendendo a um crescimento mais específico no recém-criado marco central da vila.

Alguns anos após a criação da Praça, novo edifício da Cadeia seria implantado naquele platô. Anteriormente, porém, existiu uma primitiva Cadeia da vila, erguida na primeira década do século XVIII e que funcionara pelo menos até o ano de 1719 em Antonio Dias, próximo à Matriz de Nossa Senhora da Conceição. Vários eram os aforamentos que

---

[162] São conhecidos dois aforamentos, datados respectivamente de 18 de setembro e 18 de dezembro de 1714, que já fazem menção à dita "Praça". O Pelourinho, erguido no centro desta última, já era referência em aforamentos desde 1712 - logo após a fundação de Vila Rica (VASCONCELOS, 1941).

[163] Importa esclarecer que, na América portuguesa, o Estado era composto por "uma organização complexa, cujas principais instituições eram o Governo Geral, a Câmara, a Alfândega, a Casa da Moeda e o Tribunal da Relação" (COSTA, 2007, p. 33). Portanto, a menção ao "Estado", adotada ao longo do texto, consiste em um termo de cunho generalista. À Câmara Municipal – que em Vila Rica e em outros importantes núcleos da colônia receberam, pelo rei, a titulação de Senado (BARBOSA, 1985, p. 169) – cabia administrar os assuntos relacionados diretamente com as cidades, com atribuições a fim de exercer o controle sobre as atividades urbanas (COSTA, 2007, p. 33). Particularmente em Vila Rica, conforme constatou Francisco Lopes, "além do Palácio do Governo, não se sabe, à luz de documentos, de outras construções executadas por conta do Erário Real". Conclui o estudioso que "as despesas resultantes das obras de utilidade pública, fazia-se sempre a Câmara, valendo-se de suas próprias rendas" (LOPES, 1955, p. 197-198). Devemos dizer inclusive que os serviços públicos habitualmente da exclusiva alçada do governo da Capitania eram de incumbência, quase sempre, do Senado (LOPES, 1955, p. 186).

acusavam a presença da cadeia naquele arraial, mencionando o logradouro inicialmente batizado com o nome de "Rua da Cadeia" – possível Rua do Aleijadinho dos dias de hoje, conforme Vasconcellos (1956, p. 38). Buscamos a sua localização aproximada, a partir da concessão datada de 10 de maio de 1715: "no fim da rua da Cadeia junto ao corrego do arrayal de Antonio Dias". Noutra concessão, desta vez de 1718, foram aforadas ainda "duas braças na rua da Cadeia defronte do Adro da Igreyja" (VASCONCELOS, 1941, p. 249-250) (**FIG. 113**).

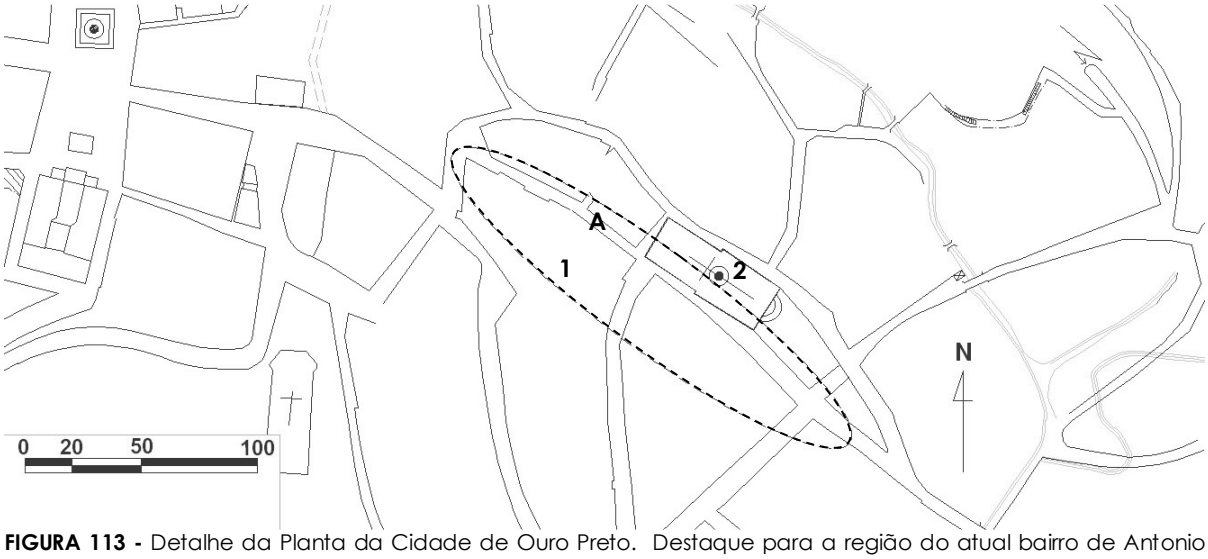


FIGURA 113 - Detalhe da Planta da Cidade de Ouro Preto. Destaque para a região do atual bairro de Antonio Dias com o local aproximado da primitiva cadeia, outrora implantada na chamada "Rua da Cadeia" (depois "Rua da Cadeia Velha") (VASCONCELOS, 1951; 1955). Observam-se (nomes atuais): (1) região da primitiva Cadeia; (2) Matriz de Nossa Senhora da Conceição (referência); (A) Rua do Aleijadinho, que possivelmente corresponde à antiga "Rua da Cadeia".
Fonte: CEMIG, 1998 (Alterada pelo autor, 2010)

No ano de 1714, consta num Acórdão[164] (LOPES, 1955, p. 93)[165], a resolução com ordens para que "se puzece em praça a nova Cadea [...]". Havia se resolvido também que o edifício deveria ser, em razão da segurança, "[...] de vigarias asoalhada forada por sima e de pau a pique junto com as mesmas vigarias das paredes". Além disso, a primeira Cadeia a ser erguida na Praça deveria conter "[...] huma casa que service de sala livre para os prezos q. tivecem omenage" (LOPES, 1955, p. 93)[166].

Passados seis anos, a obra ainda não se iniciara, embora já constasse em planta elaborada pelo menos desde 1716 (LOPES, 1955, p. 94)[167]. Apesar de lançadas diversas arrematações

[164] Para o arremate da Cadeia, novos Acórdãos foram realizados em novembro e dezembro de 1714 (LOPES, 1955, p. 94). Não havendo conseqüências imediatas em tais resoluções, em 1719 ocorreram quatro novos Acórdãos sobre o edifício.
[165] Lopes (1955, p. 93) cita documento referente ao "Primeiro Códice de Acórdãos da Câmara de Vila Rica". Documento extraído dos Annaes da Biblioteca Nacional, V. XLIX, p. 344. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional.
[166] Lopes (1955, p. 93) cita documento referente ao "Primeiro Códice de Acórdãos da Câmara de Vila Rica". Documento extraído dos Annaes da Biblioteca Nacional, V. XLIX, p. 344. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional.
[167] Lopes (1955, p. 94) cita documento: APM CMOP, Cód. 4, fls. 74. Data de 1716.

para a obra, em abril de 1720, o então governador D. Pedro de Almeida (Conde de Assumar) resolvera suspender a realização dessa última (que seria implantada em conjunto com a Câmara), por meio de carta direcionada ao rei (LOPES 1955, p. 95-96)[168]. Além de queixar da falta que sentia de um Regimento que pudesse orientá-lo na administração da Capitania, justificara o então governador que o edifício a ser construído de taipa de pilão deveria ser menos dispendioso, pois teria sido mandado arrematar por onze mil oitavas de ouro[169].

Todavia, no que concerne aos registros da época, é possível afirmar que a antiga Cadeia não tardou a ser implantada na Praça. Cabe a ressalva de que antes de se retirar, Assumar teria alertado a Coroa sobre a importância de se providenciar, nas vilas erguidas, edifícios próprios tanto para a Câmara quanto para a Cadeia. O governador ponderava que essa última consistia em "hua choupana de palha[170], tão pouco segura q. varias vezes tinhão fugido della prezos de consequencia e facilm.te podia pegar fogo e escaparem todos os prezos entre os quaes havia então criminozos de culpas graves" (LOPES, 1955, p. 93)[171].

Em julho de 1723, no governo de D. Lourenço de Almeida[172], foi acordado "que se comprasse as cazas do escrivão da Cam.a q. ficão Fronteiras a prassa desta villa" (LOPES, 1955, p. 105)[173] para se edificar o prédio a sediar a Casa de Câmara e Cadeia. A nova construção tornara-se necessária "por estar danificada a Cadeia e Caza da Câmara". Com isso, a cadeia, até então localizada em construções precárias, passaria a integrar-se no edifício da Câmara. Segundo consta no mesmo documento, "com pouco mais se poderia fazer Cadeyas em que com mais segurança estivessem os prezos" (LOPES, 1955, p. 105)[174]. Assim, a rua na qual outrora estava situada a cadeia primeva, passa então a ser denominada de "Rua da Cadeia Velha"[175], conforme levantamento da vila datado de 1737 (VASCONCELOS, 1955, p. 201-202).

---

[168] Lopes (1955, p. 95-96) menciona documento: APM SG, Cód. 4, fls. 781.
[169] O equivalente a 39,6 kg de ouro (ANTONIL, 2997, p. 21). Arrematado no dia 10 e no dia 20 de maio de 1719. Anteriormente, a 15 de março do mesmo ano, a mesma obra teria sido arrematada por João Ferreira Diniz por nove mil oitavas (VASCONCELLOS, 1956, p. 38).
[170] Já naquela época, os governadores não vinham permitindo casas de palha na vila devido ao perigo de incêndio (LOPES, 1955, p. 93). É curioso constatar também que a casa, adaptada para aquela finalidade específica, teria resistido até a época em que a Cadeia passou a funcionar em outro edifício. Em carta para el-Rei, o Conde de Assumar também teria aludido que "[...] a Cadeya pública se achava nesta forma, quando as outras Cazas estavão todas feitas de telha" (APM SG, Cód. 4, fls. 781 *apud* LOPES, 1955, p. 93).
[171] Lopes (1955, p. 93) cita documento: APM SG, Cód. 4, fls. 781. Data de abr. 1720.
[172] Dom Lourenço de Almeida foi o primeiro Governador da capitania de Minas, então recém-separada da capitania de São Paulo por alvará de 22 de março de 1721, confirmado pelo Rei Dom João V. Nomeado pela Coroa por meio da patente de 23 de dezembro de 1720, o ex-Governador tomou posse em Vila Rica na matriz de Ouro Preto (igreja de Nossa Senhora do Pilar) a 18 de agosto de 1721 (COELHO, 1994, p. 137-138).
[173] Lopes (1955, p. 105) cita documento: APM CMOP, Cód. 13, fls. 70v. Data de jul. 1723.
[174] Lopes (1955, p. 105) cita documento: APM CMOP, Cód. 13, fls. 70v. Data de jul. 1723.
[175] A denominação de "Rua da Cadeia Velha" teria persistido até pelo menos o início do século XIX, uma vez que o tombamento mandado executar por D. João VI, de 9 de outubro de 1809, assim teria se referido ao logradouro em questão (VASCONCELOS, 1955).

Pesquisas empreendidas por Barreto (1949, p. 121)[176] indicam que, em 1725, já existia um único edifício abrigando a Casa de Câmara e Cadeia em Vila Rica. Em 1726, ele já deveria estar pronto, pois consta em documento da época que "os oficiais da Câmara desta Vila Rica fizeram este no [ano?] passado umas casas para os seus despachos e com cadeias por baixo, o que tudo lhe custou considerável fazenda [...]". Quanto ao aspecto da construção, esta última teria sido "feita toda de pau-a-pique e forradas as enxovias pelas paredes e pelo lastro de couçoeiras" (MENEZES, 1975a, p. 172)[177].

De proporções mais adequadas e com partido arquitetônico de um sobrado, essa última havia de apresentar o pavimento superior, abrigando a Câmara propriamente dita, dividido em salas, perfazendo "todas cete cazas" (LOPES, 1955, p. 105-107)[178]. A referida edificação, segundo Menezes (2002, p. 75), provavelmente "[...] se encontrava pouco à frente da atual, entre o local do prolongamento da atual Rua Conde de Bobadela (Rua Direita) e o Museu da Inconfidência [...]" (**FIG. 114**).

Passadas algumas décadas, a Casa de Câmara foi substituída por um novo prédio edificado para este fim e que hoje abriga o Museu da Inconfidência[179] [180]. Iniciado em 1784 (BANDEIRA, 1957; SOUZA, 1987, p. 243) e concluído somente em meados do século XIX (MENEZES, 2002, p. 72), requereu, inclusive, o rebaixamento da Praça, dando motivos para que alguns reparos e até demolições fossem procedidos em casas particulares que até então ali existiam (LOPES, 1955, p. 236)[181] (**FIG. 114**).

O importante logradouro que centralizou a vila (e depois a cidade) também chegou a abrigar, a partir das primeiras décadas setecentistas, a Casa de Fundição e Despachos de Vila Rica e a primeira sede dos Quartéis da Cavalaria[182] e, nas imediações, a segunda edificação dos Quartéis da Cavalaria, sendo que essa última foi demolida enquanto a primeira a que nos referimos sofreu variadas intervenções com o passar dos anos.

---

[176] Barreto (1949, p. 121) transcreve documento: "Auto de Arrematação da Pintura da Câmara de Vila-Rica". Rematantes: João de Deus e Alexandre da Silva: APM CMOP, Cód. 14, fls. 56. 7 mar. 1725.
[177] Menezes (1975a, p. 172) transcreve documento: AHU Minas Gerais, Caixa 4, (1726). Vila Rica, 23 mai. 1726.
[178] Lopes (1955, p. 105-107) cita documento: APM CMOP, Cód. 13, fls. 70v. Data de jul. 1723.
[179] veja-se "ANEXO B".
[180] A história das diversas construções que abrigaram a Casa de Câmara e Cadeia, em Vila Rica, é um tema que mereceria estudos mais aprofundados e extensos, a fim de identificar os edifícios realmente construídos para este fim, além dos que foram adaptados e, também, para distinguir quais deles já foram demolidos e onde se situavam.
[181] Lopes (1955, p. 105-107) cita documento: APM Cód. 124-C.M., fls. 18v.
[182] De acordo com Menezes (2002, p. 76 - grifo nosso), "[...] onde hoje encontramos o alteado Palácio dos Governadores, inicialmente localizava-se a Casa de Fundição, com o competente quartel dos soldados que mantinham guarda ao precioso tesouro que ali permaneceria até remessa a Lisboa".

De começo e em virtude das ordens do rei, o conde de Assumar cedo já tentara estabelecer as chamadas Casas de Fundição, nas quais se descontaria o quinto e o restante seria fundido em barras. Porém, o levante sucedido em 1720 teria inviabilizado as pretensões daquele governador. Tornando-se independente a Capitania de Minas Gerais, houve nova tentativa, dessa vez por parte do então governador D. Lourenço de Almeida, de providenciar as referidas casas (LOPES, 1955, p. 46).

Assim, finalmente em 1724 foram estabelecidas "as sobred.as Reas Cazas de Fundição entrando a laborar no 1º de Outubr.o com 4 mezas livres ficando assim extincto o ajuste das Camaras principiando a cobrança do R.l 5º nas d.as Reaes Cazas a 1º de Fevr.o de 1725" (LOPES, 1955, p. 46)[183]. Naquele ano de 1725, Vila Rica, portanto, já estaria contando com uma edificação própria para a fundição e a cobrança dos quintos, situada, em sua primeira fase, no mesmo local onde foi construído o Palácio dos Governadores[184].

Em documento de 1722, consta que o mesmo governador D. Lourenço de Almeida resolveu também "fazer quarteis p.a os sold.os no alto da Câmara entre ella e a rua nova" (LOPES, 1955, p. 104-105)[185]. Naqueles tempos, parecia ser eminente a construção do que veio a se chamar "Quartéis dos Dragões", uma vez que ainda não havia construção para esse fim na vila, "o q. he sum.te prejudicial a este Povo [...]" (LOPES, 1955, p. 104-105)[186]. Assim, tendo em vista ser "muito conv.e ao real serviço e quietação desta V.a a qual pella sua grandeza he a mais populosa destas Minas, e a Cabeça dellas [...]", naquele ano teria ordenado el-rei "que assista para sua goarnição a mayor p.te de hua companhia de Dragoens" (LOPES, 1955, p. 104-105) [187].

Para a construção dos quartéis, declarou o referido governador, portanto, que os "moradores concorram com seus donativos, mostrando com elles, e com a vontade com q. os dão e seo grande zello, e amor que tem ao serviço de El Rey n. s. e q. infallivelmente lhe sera remunerado pella sua grandeza" (LOPES, 1955, p. 104-105)[188]. Interessante é a forma como o governador termina seu discurso. Fazendo-se valer de palavras persuasivas, segundo Lopes (1955, p. 105), acrescentara que pela experiência que tinha de seus vassalos, tão bons vassalos, não punha "a maes leve duvida, a q. todos concorrão generosamente

[183] Lopes (1955, p. 46) cita documento: APM DF, Cód. 76, avulsos, fls.
[184] Parece que a primeira Casa de Fundição de Vila Rica chegara a funcionar ali até a construção do Palácio dos Governadores. Ao ser restabelecida, em 1751, passou a funcionar em dependências do Palácio dos Governadores (prédio construído na Praça em ca. 1741) até os idos do século XIX. Parte da Casa de Fundição situava-se então no subsolo do palácio, pela parte posterior do edifício. Somente com adaptação da Escola de Minas no antigo prédio é que o terreno teria sido rebaixado, "transformando-se, então, em janelas os mezaninos que aí existiam" (LOPES, 1955, p. 73-77).
[185] Lopes (1955, p. 104, 105) cita documento: (APM CMOP, Cód. 21, fls. 14).
[186] Lopes (1955, p. 104, 105) cita documento: (APM CMOP, Cód. 21, fls. 14).
[187] Lopes (1955, p. 104, 105) cita documento: (APM CMOP, Cód. 21, fls. 14).
[188] Lopes (1955, p. 104, 105) cita documento: (APM CMOP, Cód. 21, fls. 14).

cada qual conforme as suas posses" (LOPES, 1955, p. 105-107)[189]. Em livro datado de fevereiro do mesmo ano, em 1722, os seguintes dizeres foram registrados: "Livro que hade servir para nelle se asentarem todas as pessoas que derem donativos [...] que por ordem do d.o [dito] S.r se fizerem no largo antes de chegar a rua nova [...]" (LOPES, 1955, p. 167)[190].

Nessa ocasião, é levada em praça a referida obra, que inicialmente foi arrematada por Manoel de Almeida Corrêa ainda em 1722 e, ao que parece, principiada no ano de 1723 (LOPES, 1955, p. 167)[191]. Nos anos seguintes, a obra é interrompida várias vezes e submetida a arremates seqüenciais, havendo, inclusive, registro de "requerimento da Câmara de Vila Rica, [...] em que diz que, em 1722, contribuíram [?] para os quarteis (sic) com 5.500 oitavas, aplicados depois na casa de fundição e moeda [...]" (MENEZES, 1975a, p. 181)[192].

Ao que parece, a decisão teria sido de "[...] muito perto da casa onde estão os cofres, fazer um quartel, no qual entram de guarda dez soldados para fazerem sentinelas à casa dos cofres". Assim, no ano de 1726 estariam prontos os quartéis de Vila Rica, equipamento que "[...] custou muito pouco à Real Fazenda de V. Magestade (sic), porque foi feita e conduzidas as madeiras pelos negros, que se achavam presos na cadeia [...]" (MENEZES, 1975a, p. 173)[193].

Documentos de época relatam que poucos anos depois, outro quartel estaria sendo providenciado: "no ano de 1728, escreveu o Governador e Capitão General dom Lourenço de Almeida, uma carta a esta câmara, em que lhe pedia mil oitavas de ouro, para ajuda da despesa que fazia com os quarteis (sic) que de novo mandava edificar em Vila Rica" (MENEZES, 1975a, p. 183)[194]. Essa obra, que teria delongado alguns anos (ao menos até 1730), parece tratar-se do quartel uma vez existente na atual Rua Senador Rocha Lagoa - conforme representado em plantas setecentistas (**FIGs. 114, 201, 202**) - e que, decênios depois, seria demolido.

Enquanto os quartéis não estiveram em condições de abrigar os dragões, esses últimos alojaram-se em casas de aluguel (custeadas pelo Senado da câmara), ao que parece, até a década de 1730 (LOPES, 1955, p. 167)[195]. Ao ser desativado décadas mais tarde, a tropa passaria a ser alojada novamente em casas residenciais (MENEZES, 2002, p. 76).

---

[189] Lopes (1955, p. 105-107) cita documento: (APM CMOP, Cód. 21, fls. 14).
[190] Lopes (1955, p. 167) cita documento: (APM CMOP, Cód. 15, fls. 1).
[191] Lopes (1955, p. 167) cita documento: (APM CMOP, Cód. 14, fls. 14).
[192] Menezes (1975a, p. 181) menciona documento: AHU Minas Gerais, Caixa 5 (1727-1728). Vila Rica, 3 jun. 1727.
[193] Menezes (1975a, p. 181) cita documento: AHU Minas Gerais, Caixa 2 (1714-1730). Vila Rica, 14 out. 1726.
[194] Menezes (1975a, p. 181) cita documento: AHU Minas Gerais, Caixa 8 (1730). Vila de Nossa Senhora do Carmo, 7 jun. 1730.
[195] Lopes (1955, p. 167) cita documento: (APM SG, Cód. 23, fls. 26v.). Data de Jul. 1723.

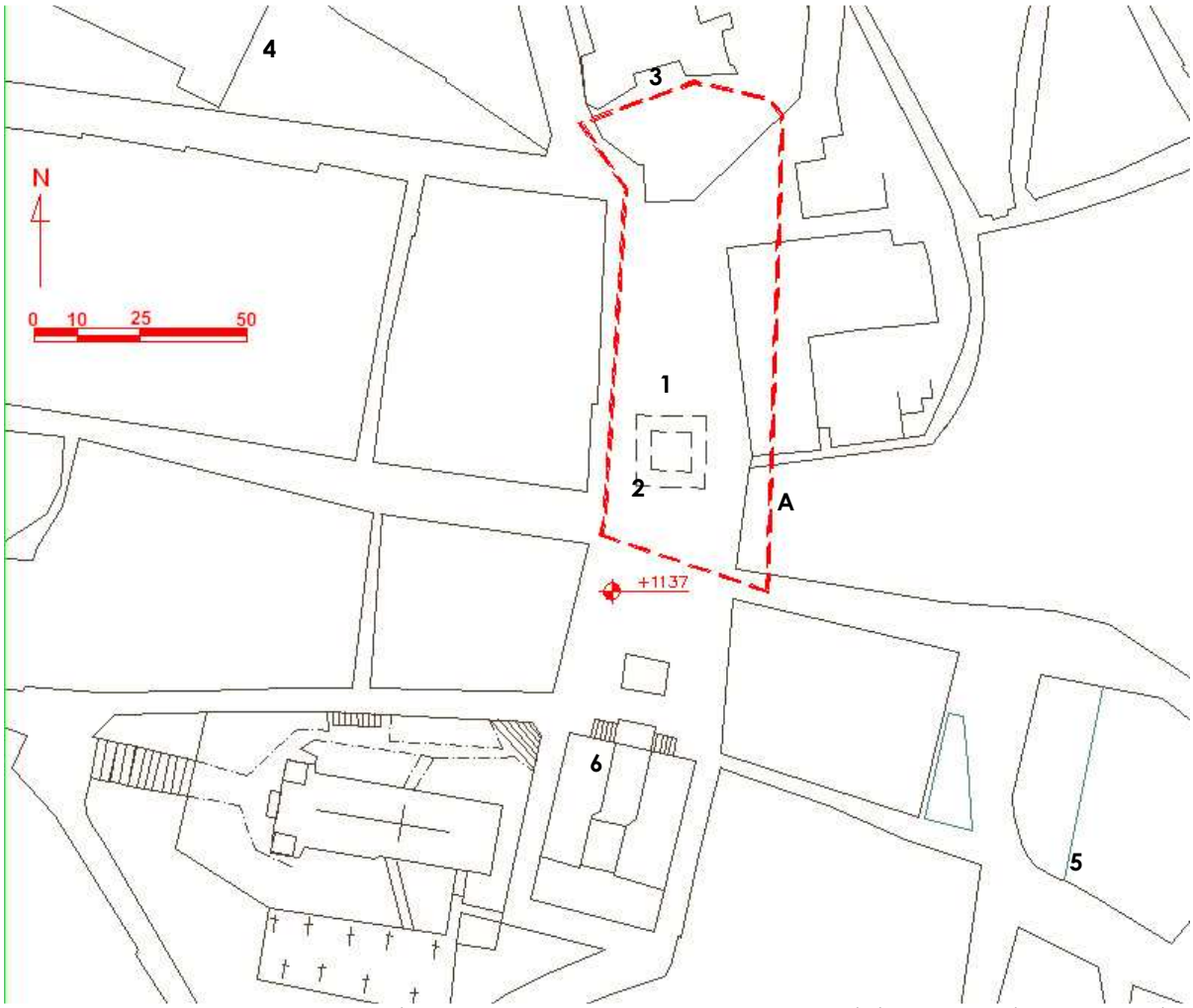


FIGURA 114 - Detalhe da Planta da Cidade de Ouro Preto. Destaque para a delimitação aproximada da antiga "Praça" (A) e identificação de edifícios que outrora existiram no local em meados do século XVIII. Observam-se: (1) Pelourinho; (2) antiga Casa de Câmara e Cadeia: o prédio "[...] encontrava-se pouco à frente da atual, entre o local do prolongamento da atual Rua Conde de Bobadela e o Museu da Inconfidência [...]", segundo Ivo Menezes (2002, p. 75); (3) Casa de Fundição (1724): Posteriormente, o primitivo edifício cedeu lugar ao atual prédio do Palácio dos Governadores (ca. 1741); (4) – Quartéis da Cavalaria (segundo edifício), outrora implantado no "largo antes de chegar a rua nova [...]" (LOPES, 1955, p. 167)[196]; (5) – prédio da antiga Estalagem: "transpondo o beco que descia para a casa do Ouvidor" (MENEZES, 2002, p. 77-78); (6) atual edifício do Museu da Inconfidência (veja-se "ANEXO B"). Nota-se ainda que em sua aparência atual, conforme aponta Menezes (2002, p. 78), "a planta da praça à base do retângulo, de fato se desenvolveu ao longo do tempo e das necessidades mais imediatas, as edificações sendo 'cordeadas em linha reta', não significando, no entanto, que a praça seja um retângulo perfeito, tendo seu lado maior em linha quebrada, embora visualmente imperceptível".
Fonte: CEMIG, 1998 (Alterada pelo autor, 2010)

A partir dessa "etapa de ocupação", começam então a aparecer outros caminhos que também conduzem ao Morro de Santa Quitéria ou o atravessam, contribuindo ainda mais para a interligação das duas freguesias, conforme verifica-se em uma concessão datada de 1712 - logo após o erigir da vila -: "tres braças para fazer cazas em o caminho que se abriu novo hindo do ouro-Preto para Antonio Dias [...]" (VASCONCELOS, 1941, p. 245). Portanto, além do percurso original são abertos os caminhos ou ruas chamadas de novas e

[196] Lopes (1955, p. 167) cita documento: (APM CMOP, Cód. 15, fls. 1). Data de 1722.

direitas (MENEZES, 2002, p. 75). Nos aforamentos de 1712 a 1721, são mencionadas, entre outras, uma "rua nova da Praça" e "caminho novo que vae para o Pelourinho" (VASCONCELOS, 1941, p. 246, 248).

De acordo com Sylvio de Vasconcellos (1956, p. 107-109) o trecho entre o antigo Caquende (atual bairro do Rosário) e o Pilar era inicialmente compreendido pela "[...] Rua Direita da Matriz, depois chamada da Ponte Seca e do Vigário[197], atual Donato da Fonseca, bifurcada em Conselheiro Santana e Antônio de Albuquerque". Em relação ao trajeto do Pilar para o Morro de Santa Quitéria, o percurso original compreendia a "[...] atual Rua do Pilar, continuada pelo Caminho Velho, depois, ruas de Santa Quitéria e do Carmo, hoje Coronel Alves e Brigadeiro Musqueira". Da cumeada, inicialmente desce para Antonio Dias a "[...] rua detrás da Cadeia Velha que hoje se configura nas ruas Amália Bernhauss, São Francisco e Aleijadinho". Erguida a Vila e criada a Praça, a primitiva Estrada Tronco – compreendida entre Rosário e Antonio Dias – adquiriu novas vertentes.

Em seguida, segue novo trecho entre Pilar e Praça, "Caminho Novo, depois Rua Direita [a segunda da vila] e hoje ruas Paraná e Conde de Bobadela" (**FIG. 115**)[198]. Do centro para Antonio Dias surge a já mencionada "[...] 'Rua Nova'(**FIG. 116**) ou 'Direita da Praça para Antonio Dias', depois 'Ouvidor' e agora 'Cláudio Manuel da Costa' e 'Bernardo de Vasconcelos'" (VASCONCELLOS 1956, p. 108)[199] [200].

---

[197] De acordo com o "Mappa de Vila Rica", planta de ca. 1786-1787, o antigo nome "Rua do Vigário" corresponderia à atual "Rua Conselheiro de Sant'Anna" (REIS FILHO, 2000, p. 215).

[198] Em progresso à antiga Rua Direita da vila, nota-se que a atual Rua Conde de Bobadela subiria o Morro de Santa Quitéria mantendo-se ainda mais uma evidente regularidade (BASTOS, 2003, p. 128).

[199] Tendo em vista que o templo de Nossa Senhora da Conceição (elevado à paróquia no precoce ano de 1705) (MENEZES, 1980, p. 2) e a primeira geração de casario que a cerca – os quais originaram o respectivo arraial (Antonio Dias) – teriam precedido à criação da Praça, é crível que a atual Rua Bernardo Vasconcelos também haveria de ser anterior a 1711, conforme já pontuamos em linhas anteriores. Antecedentes à fundação da vila, portanto, a Rua do Aleijadinho bem como a referida Rua Bernardo Vasconcelos há muito tempo já haveriam de ser uma bifurcação da Estrada Tronco, assim como teria ocorrido com as ruas hoje conhecidas como Conselheiro Sant'Anna e Antonio de Albuquerque (bifurcação a partir da Rua Alvarenga) sitas no então arraial do Ouro Preto (hoje, bairro Pilar). Assim sendo, diferentemente do outrora afirmado por Vasconcellos (1956, p. 107-108) optou-se por considerar ambas as ruas que envolvem o templo em Antonio Dias como primárias e igualmente condicionadoras da principal "rota do comércio" da antiga Vila Rica (**FIG. 116**).

[200] Em razão do notável desenvolvimento da vila e a conseqüente abertura de inúmeras ruas num curto espaço de tempo, verifica-se, paralelamente, o emprego semi-aleatório de termos e nomes, perceptível em toda a documentação da época. Conforme Massara (1989, p. 143) pôde constatar, a principal rua que interligava as freguesias de Ouro Preto a Antonio Dias, por exemplo, "teria recebido mais de uma dezena de nomes num único códice – o de Aforamentos – entre os anos de 1712 e 1722."

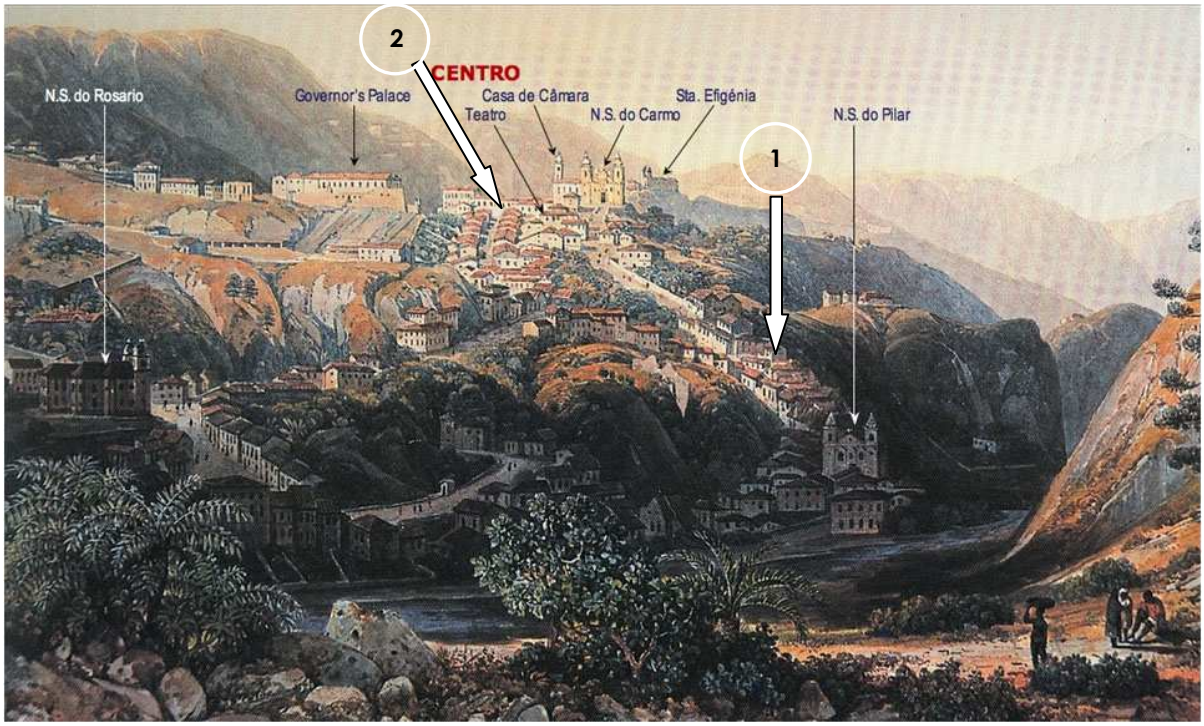


FIGURA 115 - Gravura do século XIX de autoria de Johann Emmanuel Pohl (elaborada em ca. 1832) retratando um panorama da então Imperial Cidade de Ouro Preto. Destaque para a "primeira" Rua Direita (anterior a 1711), mostrando trecho correspondente às atuais ruas do Pilar, Coronel Alves e Brigadeiro Musqueira (1) e a "segunda" Rua Direita da antiga Vila Rica, (aberta no princípio da segunda década do século XVIII), mostrando trecho das atuais ruas Paraná e Conde de Bobadela (2). Nota-se que depois de criada a vila, os arruamentos sofreram "[...] um processo de acomodação efetivamente regular, em que se procurava combinar, mutuamente, estruturas preexistentes e uma requisição geral de decência urbana - melhor aparência e permanência das construções, em conseqüente realinhamento urbano" (BASTOS, 2003, p. 128). Diferente da primitiva e sinuosa "ladeira do ouro-preto" (VASCONCELOS, 1941, p. 257), uma vez criado, esse percurso, então chamado de "rua nova que vai do ouro-Preto para as Cazas da Camara" (VASCONCELOS, 1941, p. 248) agora "subiria o Morro de Santa Quitéria com evidente regularidade [de adequação e alinhamento urbano], alargando-se o seu vão à medida que se aproxima da atual Praça Tiradentes", conforme observara Rodrigo Bastos (2003, p. 128).
Fonte: CONZEN, 2008 (Alterada pelo autor, 2010).

Pouco mais de duas décadas depois de fundada a vila, para o trecho entre o Rosário e o Pilar, abriu-se "[...] uma nova estrada, mais acima – a 'Rua Nova do Sacramento'". Outro caminho alternativo, menos ocupado e utilizado, que "[...] vai da Ponte de S. José ou dos Contos à Praça", através da Rua das Flores (hoje Rua Senador Rocha Lagoa), também é criado, concluindo a conexão entre o antigo arraial do Caquende à Praça (VASCONCELLOS 1956, p. 108).

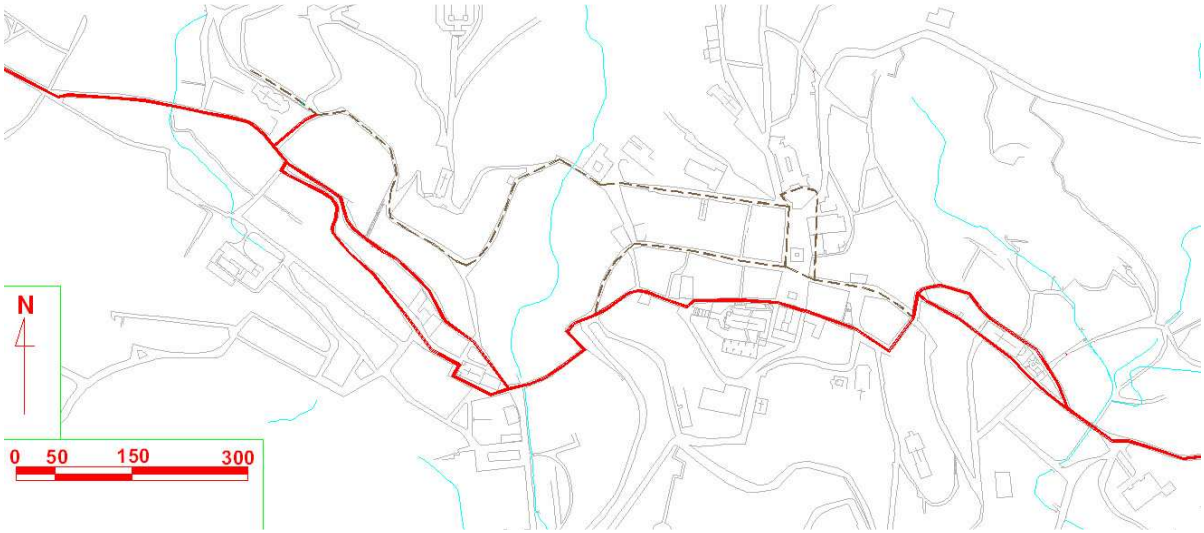


FIGURA 116 - Detalhe da Planta da Cidade de Ouro Preto. Destaque para a Estrada Tronco e os caminhos mais importantes - "ruas novas principais" (VASCONCELLOS, 1956, p. 108) abertas a partir da Segunda Etapa de ocupação – que ramificam-se e desdobram-se a partir do principal, perpassando a "Praça" até então recém-criada. Observam-se: (LINHAS CONTÍNUAS) Trecho central da Estrada Tronco – antiga Rua Direita da vila; (LINHAS TRACEJADAS) ruas denominadas de "Nova" e/ou "Direita". Planta elaborada com base nos estudos de Vasconcellos (1956) e nos primeiros aforamentos da vila (VASCONCELOS, 1941).
Fonte: CEMIG, 1998 (Alterada pelo autor, 2010)

Além do que Vasconcellos (1956, p. 106) chama de "Ruas Novas Principais" (abertas com o advento da Praça), um croqui do mesmo autor retratando o traçado urbano (**Fig. 121**), se confrontado com os primeiros aforamentos da vila, depois de criada a Praça, nos permite concluir que outras ruas também teriam sido abertas – ainda na segunda década setecentista –, que derivam ou conduzem à Praça.

Assim, com a Vila Rica recém-criada, constatam-se várias referências a uma tal "Rua Fermoza". Naquele período, anos de 1718-1719, parece que era novo esse arruamento vertical providenciado na face norte da Praça (**FIG. 117**). Correspondente à atual Rua Henrique Gorceix, inicia-se na parte posterior do Palácio dos Governadores (hoje sede da Escola de Minas) que, por sua vez, segue em direção ao Bairro de São Sebastião, interligando a Praça à antiga região do Morro do Ouro Podre. Registrou-se, portanto, dentre as primeiras concessões, a de Agostinho Guido: "tres braças de terra citas na Rua Fermoza que vay da CazadaCamara para o morro" e a de Sebastião Pires: "coatro braças de terra citas na Rua Fermoza" (BASTOS, 2003, p. 129-130)[201].

Ainda dissertando sobre a mesma Rua Fermoza, Bastos nos convida a melhor compreender o curioso termo empregado na designação desta rua, cujo sentido, naquele início de século XVIII, teria sido explicado, ainda que de forma retórico-poética, por Bluteau: "Fermosura, ou Formosura. Belleza. He uma excellencia, que resulta da Symmetria, ou bem ordenada proporçaõ das partes, as quaes realmente saõ, ou mentalmente se suppoem ser, o

[201] Bastos (2003, p. 129-130) transcreve os seguintes documentos: APM CMOP 01, fot. 167,183, 239, 261, 263.

cõstitutivo de huma cousa, na esphera da sua propria natureza" (BASTOS, 2003, p. 53)[202]. Assim, parece que a palavra "fermoza" teria sido proveniente dos conceitos de "fermosura" e "decoro", presentes inclusive em tratados portugueses de cunho setecentistas tais como o tratado de arquitetura de autoria do padre português Luiz Gonzaga (BASTOS, 2003, p. 130).

Bem como o povoamento da chamada Rua Fermoza ocorrera a partir da fundação da vila, a ocupação mais significativa do caminho dito das Lages, na Segunda Etapa de desenvolvimento de Vila Rica, teria ocorrido em razão da exploração aurífera no alto da região dos Morros e principalmente com a integração daquela Serra à Praça. Todavia, é provável que a abertura daquele caminho tenha ocorrido já no primeiro lustro do século XVIII, ainda que acomodando uma ocupação provisória: "tendo Pascoal da Silva atinado ali [Córrego do Sobreira] com um veeiro na fralda da montanha [em1704], o povo induziu que se dirigia para o alto, e pois o atacou sobre as Lajes (sic.) como se deixa ver no rasgão enorme da serra, à direita da estrada que vai para São Sebastião. Ferida apenas a terra, foi tal o depósito aí acumulado, que esfarelou à vista toda a montanha, e atraiu em tumulto os flibusteiros, derramando na povoação uma verdadeira avalanche de ouro" (VASCONCELOS, 1974, p. 241). Não obstante, é difícil negarmos o fato de que a ocupação das Lages provavelmente teria sofrido um maior adensamento com a união de seu percurso à Praça – o centro da vila (**FIG. 117**).

Ainda que de percurso mais curto, há também um outro arruamento que seria criado logo após a criação da Praça, merecendo aqui ser mencionado. Trata-se das atuais ruas Camilo de Brito, Prof. Rosalino Gomes e Travessa Roque Paiva. Fazendo-se referência àquele caminho (que no decorrer dos anos sofreria determinadas intervenções em seu trajeto original), há uma concessão a Domingos Franco em que diz: "seis braças de terras cittas na rua que vay da rua Fermoza para aRua dos Paulistas, nobairro de Ant.º Dias" (BASTOS, 2003, p. 129, grifo nosso)[203] (**FIG. 117**).

---

[202]Bastos (2003, p. 53) transcreve trecho (Fermosura, v. 4, p. 82-83) da obra de autoria de Raphael Bluteau: "Vocabulario portuguez, e latino, aulico, anatomico, architectonico, bellico, botanico...: autorizado com exemplos dos melhores escritores portuguezes, e latinos e offerecido a El Rey de Portugval, D. Joaõ V pelo padre D. Raphael Bluteau, clérigo regular, doutor na Sagrada Theologia, prêgador da Raynha da Inglaterra, Henriqueta Maria de França, & calificador no sagrado tribunal da santa inquisição de Lisboa". Coimbra: Collegio das Artes da Companhia de Jesu, 1712. 10 v.

[203] Bastos (2003, p. 129) transcreve os seguintes documentos: APM CMOP 01, fot. 167,183, 239, 261, 263).

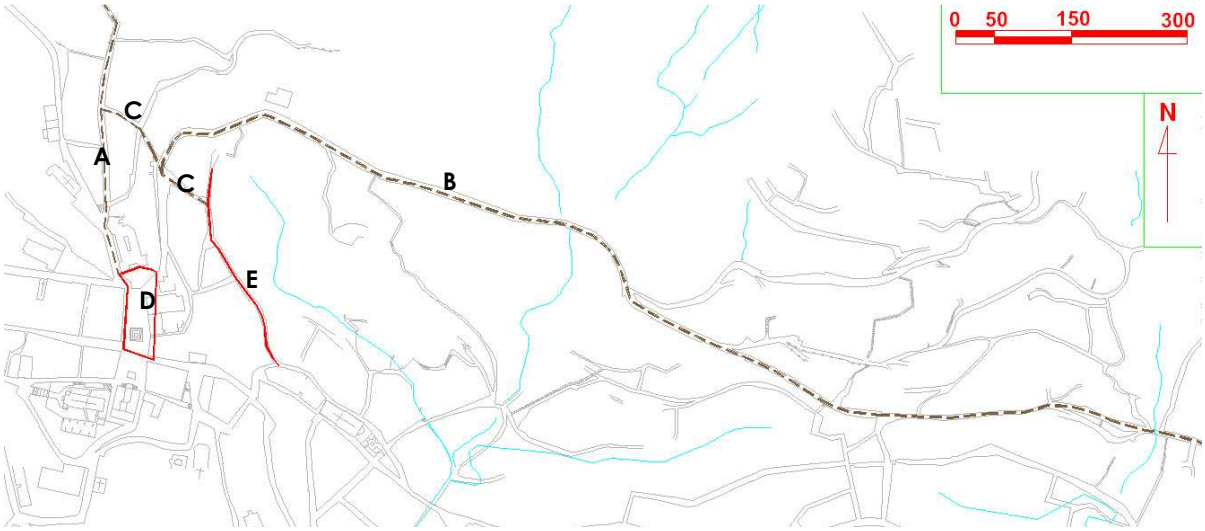


FIGURA 117 - Detalhe da Planta da Cidade de Ouro Preto. Destaque (em LINHAS TRACEJADAS) para as antigas ruas (A) "Fermoza" (atual Rua Henrique Goerceix); (B) "Lages" (atual conselheiro Quintiliano e Rua Maciel); (C) atuais ruas Camilo de Brito, Prof. Rosalino Gomes e Travessa Roque Paiva. Na figura, vê-se também a delimitação aproximada da antiga "Praça" (D) e a Rua dos Paulistas (E) (LINHAS CONTÍNUAS) (referências).
Fonte: CEMIG, 1998 (Alterada pelo autor, 2010)



FIGURA 118



FIGURA 119

A partir destas imagens, pode-se conjecturar que inicialmente havia um caminho direto (correspondente às atuais ruas Camilo de Brito, Prof. Rosalino Gomes e Travessa Roque Paiva) que buscava a união do final da Rua dos Paulistas (1) à ex-Rua Fermoza (atual Rua Henrique Goerceix) (direção 2). Contribui ainda com essa hipótese o aforamento lançado em 1718, no qual um suplicante houvera de receber da Câmara a concessão de "duas braças no fim da rua dos Paulistas, no bairro de Antonio Dias ao subir a ladeira que vae para o morro [referência à ladeira para São Sebastião]" (VASCONCELOS, 1941, p. 250). Nas imagens, vê-se um acesso à Praça (atual Praça Tiradentes) a partir da chamada Rua Prof. Rosalino Gomes (3) e também um trecho da atual Rua Barão de Camargos (4), sendo que essas últimas teriam sido providenciadas somente mais tarde (último quartel do século XVIII). Fonte: GOOGLE MAPAS, 2010 (Alteradas pelo autor, 2010)

Muitos caminhos abertos, a princípio, não eram mencionados por nomes específicos, mas através de pontos de referência, como no exemplo do aforamento ao Capitão-Mór Antonio Ribeiro da Silva, datado de 1712, no qual consta de chãos "na rua que chamam da Praça de Antonio Dias, hindo para a villa no alto, da parte que chamam da Barra". Em seguida a esse aforamento, houve outro, desta vez concedido a Lucas Gularte de Faria, no qual constava de terras "em antonio Dias, na rua debaixo da Igreyja que chama da Ponte" (VASCONCELOS, 1941, p. 214). Com o desenvolvimento da vila, essas antigas e novas ruas logo recebem nomes de importantes monumentos edificados, moradores ou acontecimentos memoráveis; como a Rua de São José, a Rua do Vigário e a Rua Nova do

Sacramento, respectivamente. No decorrer dos anos, grande parte dessas ruas teria seus nomes substituídos novamente.

Do alto índice de alternância na nomenclatura de logradouros – ocorrida principalmente nos primeiros anos da Vila – advém a dificuldade de determinar os nomes e localização mais precisa de tais ruas, travessas e becos[204]. Contudo, ao que foi possível apurar, nas primeiras décadas após a criação de Vila Rica, havia então os seguintes arruamentos já abertos, conforme se vê na **figura 120**:

[204] No decorrer da presente pesquisa, atemos-nos, portanto, a considerar os nomes principais, ou seja, os mais reconhecidos e mencionados pela Câmara de Vila Rica a partir dos aforamentos referentes aos primeiros anos de ocupação.

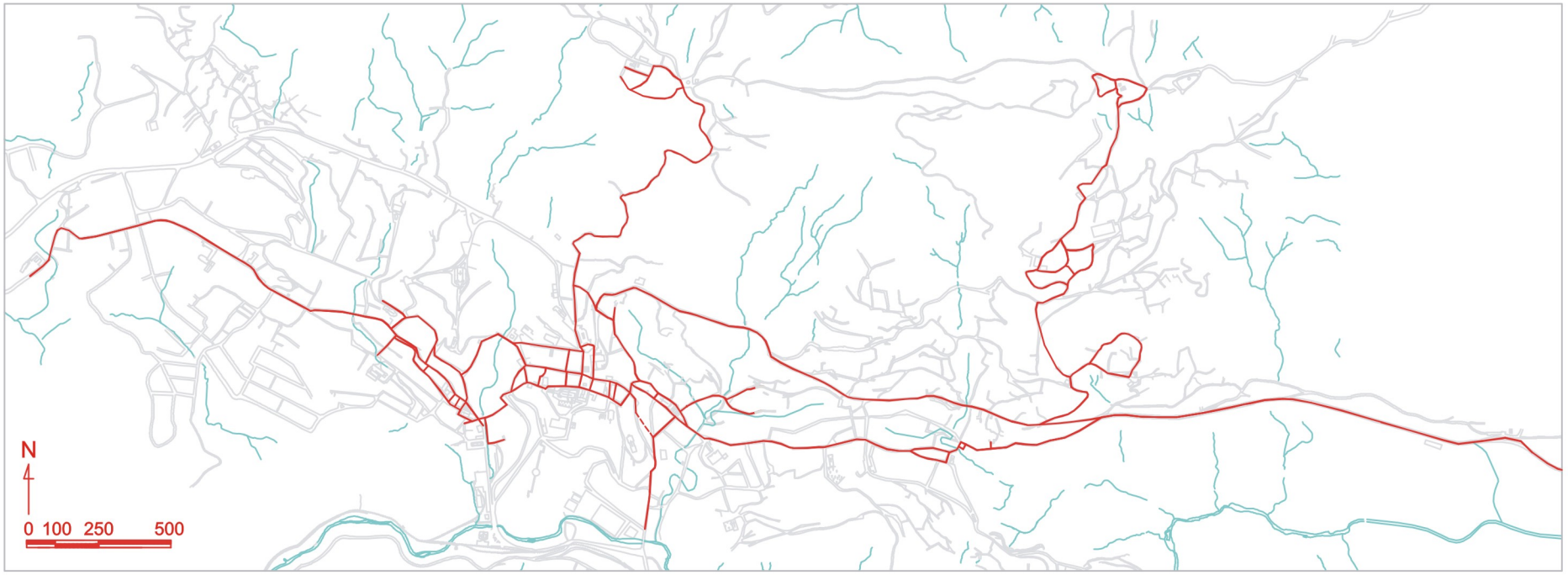


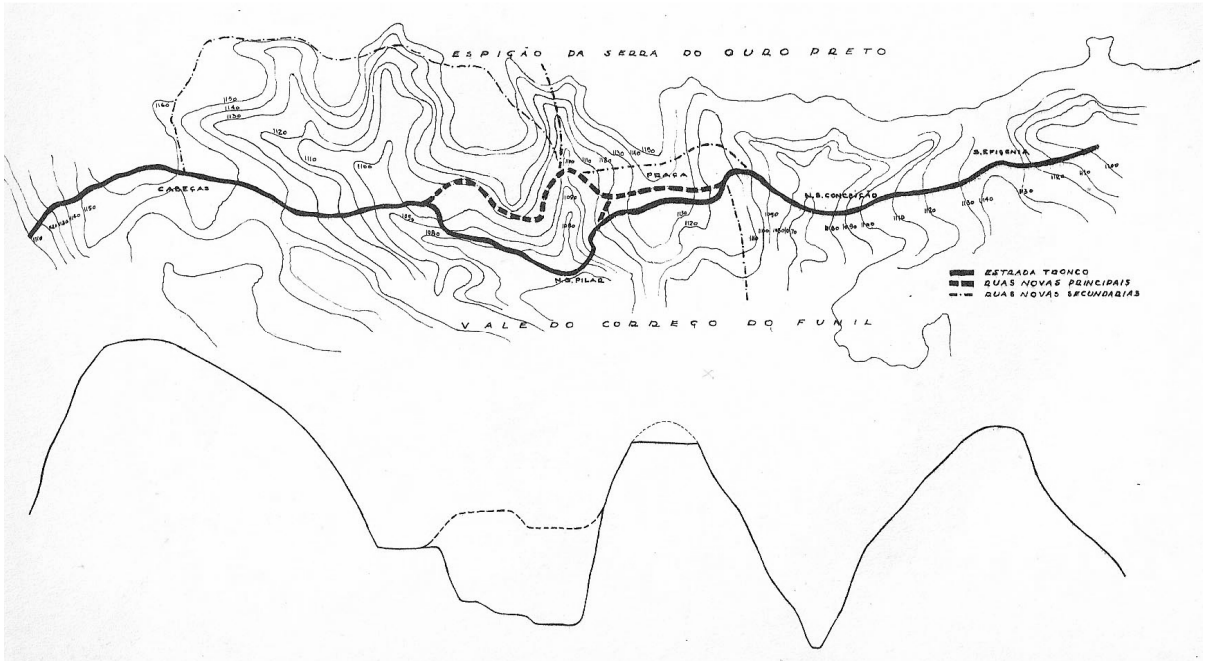
FIGURA 120

Legenda:
Detalhe da Planta da Cidade de Ouro Preto com destaque para o traçado urbano existente nas primeiras décadas seguintes ao erigir da vila. Nota-se que muitos dos caminhos abertos perpassam a "Praça" (atual Praça Tiradentes), conectando as várias nucleações (incluindo as da Serra do Ouro Preto) ao centro cívico então recém-criado.

Base:

"Mappa de Villa Rica", ca. 1786-1787.
Fonte: REIS FILHO, 2000, p. 215.
[Planta da cidade de Ouro Preto e região],1998.
Fonte: CEMIG, 1998.
Plantas alteradas pelo autor, 2010.

Sylvio de Vasconcellos (1977, p. 79), já teria chamado a atenção para a forma como a vila foi se configurando a partir dos novos caminhos criados e da abertura da Praça: "convém frisar que o eixo longitudinal da povoação e as suas ruas mais fazem-se no mesmo sentido do vale e da serra do Ouro Preto" (**FIGs. 121 e 122**). Na realidade, a rede intra-urbana mais densa se afasta do vale do Rio Funil e intimida-se, em termos, na Serra e nos Morros do Cruzeiro e do Alto da Cruz, preferencialmente ocupando as meia-encostas. O traçado – bem como as pioneiras edificações definitivas – não exitou em galgar os morros, embora com freqüência procurasse se adaptar da melhor forma possível ao relevo (VASCONCELLOS, 1977, p. 79)[205]. De forma predominante, o "núcleo urbano fica 'contido' entre as serras e morros que se elevam por toda parte, dando a nítida impressão de que o espaço está comprimido entre poderosas barreiras" (BAETA, 2010, p. 302).



FIGURAS 121 e 122 - Estudos topográficos elaborados por Sylvio de Vasconcellos apontando a Estrada Tronco e outros percursos de maior destaque que, providenciados no decorrer do século XVIII, perpassam a Praça. Legenda: (LINHA CONTÍNUA): Estrada Tronco (anterior a 1711); (TRACEJADO ACENTUADO): "Ruas Novas" principais (abertas entre 1711 e 1733); (TRACEJADO TÊNUE): "Ruas Novas" secundárias (abertas entre 1711 e ca. 1780).
Fonte: VASCONCELLOS, 1956. (Alterada pelo autor, 2010)

Com a intervenção e a presença mais marcante do Estado, a agora Vila Rica continuaria em franca expansão urbana. Sofreria transformações condicionadas não só pela extração aurífera, igreja/capelas e mercadores, mas também pela influência exercida pelos novos edifícios do poder laico, erguidos no Alto de Santa Quitéria. Tais construções consolidariam a Praça, marco central.

---

[205] Sylvio de Vasconcellos (1956, p. 101) observa que em compensação às dificuldades que a topografia de Vila Rica impõe, aquele terreno oferece vantagens de ordem higiênica, pois a acentuada declividade proporciona um fácil e rápido escoamento de águas.

3.1 - Templos da Segunda Etapa de ocupação de Vila Rica: influenciados pela "Praça"

Com o centro administrativo em concepção, o desenvolvimento nesse momento tende a se concentrar na Praça (atual Praça Tiradentes), local escolhido para o marco da Vila (Pelourinho). Nesse ínterim, o tecido urbano se desenvolve condicionado principalmente pelos edifícios cívicos que logo vão sendo providenciados, de modo que os novos templos edificados no referido logradouro central e imediações (**FIGs. 123**) passam a assumir um papel social e espacial quase que totalmente a reboque daqueles edifícios/elementos do Estado – símbolos do poder.



FIGURA 123 – Detalhe do documento cartográfico "Mappa de Villa Rica", datado de ca. 1786-1787. Destaque para a "Praça" (atual Praça Tiradentes) e entorno imediato, apontando os templos erguidos na região. Legendas: (1) Palácio dos Governadores e Ermida da Senhora da Conceição; (2) Capela de Santa Quitéria (local aproximado); (3) Ermida de Santa Rita dos Presos (local aproximado); (4) Capela de Nossa Senhora de Sant'Ana; (A) Antigo Pelourinho, atual monumento em homenagem a Tiradentes (referência).
Fonte: Fonte: REIS FILHO, 2000, p. 215. (Alterada pelo autor, 2010).

Buscando uma precoce aproximação espacial com a Praça, esses novos templos, inclusive, não iriam resistir ao tempo e seriam extintos ainda no século XVIII, com exceção do modesto templo anexo ao Palácio dos Governadores - a diminuta Ermida da Senhora da Conceição

(**FIGs. 123-124**)[206] que, totalmente vinculada ao Estado, sequer pertencia a uma confraria e tampouco era administrada por Irmandade. Aparentemente desprovida de qualquer relevância na (re)estruturação do tecido urbano, essa última talvez tenha desempenhado apenas a função de mero "santuário-anexo e particular do Palácio dos Governadores"[207].



FIGURA 124 - Tomada da Ermida da Senhora da Conceição vista a partir da atual Rua Padre Rolim. O templo teria atuado como uma espécie de "edifício-anexo" do antigo Palácio dos Governadores (atual Escola de Minas/UFOP), sendo que seu acesso principal, por meio da escadaria de pedra, se dava na Rua Padre Rolim. Décadas depois, foi construído o muro gradeado, impedindo o ingresso à ermida a partir da rua.
Fonte: Elaborada pelo autor, 2010.

Segue, portanto, descrição dos templos de destaque erguidos na região do alto de Santa Quitéria - após o erigir de Vila Rica (em 1711) e durante as primeiras décadas setecentistas[208].

3.1.1 - Capela de Santa Quitéria

O templo de Santa Quitéria[209] foi o primeiro erguido na região. Menos de uma década depois do erigir da vila e, portanto, da instalação do Pelourinho – símbolo primário da

---

[206] Essa capela funcionou até o final do século XIX, sendo que a última missa ocorrera por ocasião da transferência da capital para a cidade de Belo Horizonte, em 1897 (LOPES, 1955, p. 31).
[207] Em documento datado de 1786 (AHU Minas Gerais, caixa 44, (1756-1809), Vila Rica, 3 out. 1786 *apud* Notas de Ivo Porto de Menezes *In* MENEZES, 1975b, p. 128) e correspondente às corporações existentes na Vila Rica daquela época, o templo do Palácio dos Governadores é mencionado como uma ermida (veja-se "ANEXO A").
[208] Em contrapartida à vasta quantidade de menções à Praça, ao Pelourinho e às "Cazas da Camara" ao longo das concessões, ressalta-se que nenhum dos templos pertencentes a essa Etapa de Ocupação foi sequer citado (nem mesmo como mera referência) nos aforamentos e levantamentos (Tombos) da vila (VASCONCELLOS, 1941 e 1955), elaborados ao longo dos séculos XVIII e XIX.
[209] A extinta Capela de Santa Quitéria foi fundada em 1718, pois, de acordo com Trindade (1945, p. 276) "Trinta anos depois de sua fundação, fez-lhe patrimônio Antônio de Souza Machado, Secretário do Governo das Minas, em 1748".

presença do Estado –, aquele templo já se fazia presente nas imediações do que viria a se tornar o centro de Vila Rica. Em razão da capela, o morro que atualmente abriga a Praça Tiradentes era conhecido pelo nome da Irmandade - Santa Quitéria (**FIGs. 123 e 125**).

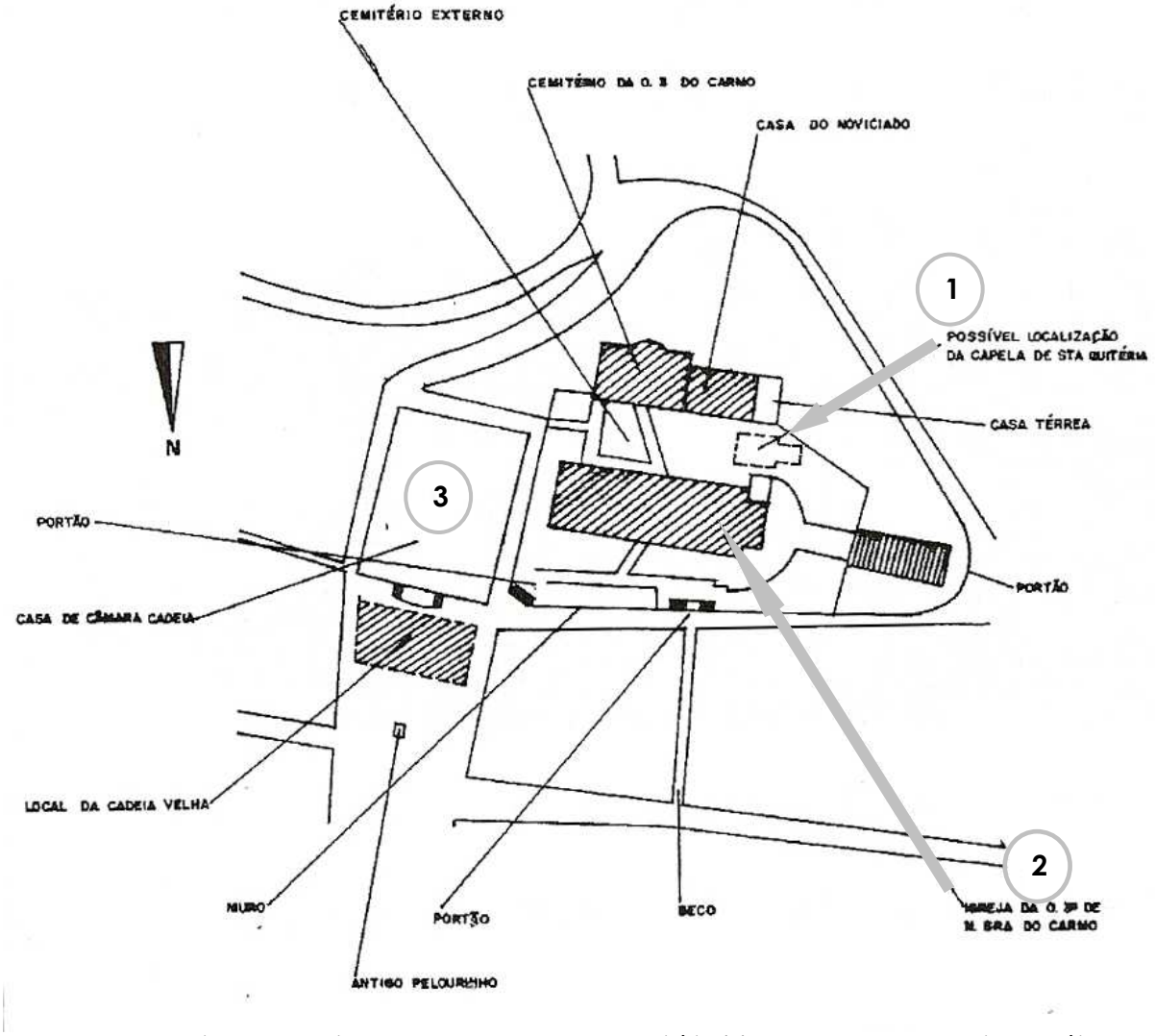


FIGURA 125 – Localização aproximada da Capela de Santa Quitéria (1), templo uma vez erguido no sítio onde atualmente encontra-se a Capela da Ordem Terceira de Nossa Senhora do Carmo (2). No desenho, vê-se ainda a localização do atual prédio do Museu da Inconfidência (antiga prédio da Casa de Câmara e Cadeia) (3).
Fonte: SOUZA, 2000, p. 212. (Alterada pelo autor, 2010).

A decisão de implantá-la no alto do morro – provavelmente visando à aproximação com equipamentos recém-instalados do Estado ou talvez um maior destaque na paisagem – foi tão precoce que, em 1720, a região ainda se mostrava "bem afastada e erma, por essa época [...] tendo sido um dos pontos em que se reuniam os amotinados de Filipe dos Santos" (LOPES, 1942, p. 12).

Na época em que a capela foi edificada, o Pelourinho e a Casa de Câmara – equipamentos que remetem ao poder exercendo o papel de fortes condicionadores de ocupação – já haviam se tornado referência do local, conforme verifica-se, dentre outros,

na seguinte solicitação de chãos para aforamento, realizado em 1712 e concedido a Alexandre Pinto Miranda: "na subida do Morro que vai do Ouro-Preto para o Pelurinho, junto de hum rancho do suplicante" (VASCONCELOS, 1941, p. 246).

Dessa forma, nos parece que essa precoce capela, assim como as demais desta etapa, foi construída naquele local buscando uma aproximação premeditada com a Praça. É provável que a Irmandade – assim como o Estado – também tenha escolhido tal sítio pelo seu destaque na paisagem.

A Ordem Terceira do Carmo, por muitos anos, foi acolhida pela Irmandade de Santa Quitéria. Para a conservação da capela, os irmãos carmelitas contribuíram sempre com partes da despesa. Todavia, com o passar dos anos, a capela se mostraria "[...] pequena por demais e de conservação precária" (LOPES, 1942, p.13), sendo que, na segunda metade do século XVIII, aquela Ordem então adquire o templo primitivo, demole a antiga construção e ergue a atual Capela de Nossa Senhora do Carmo em local próximo (**FIG. 125**). Não se pode precisar a época em que a capela de Santa Quitéria foi extinta; todavia, muitos autores, inclusive Souza (1984) afirmam que a construção da atual Capela do Carmo teve início em 1766.

3.1.2 - Ermida de Santa Rita dos Presos

Embora de reduzidas proporções e, sobretudo, mencionada apenas como uma ermida em documento datado de 1786 (MENEZES, 1975b, p. 127-128)[210], cabe destacá-la pelo fato de pertencer diretamente ao Estado – portanto não associada a confrarias – evidenciando a estreita ligação entre este último e a Igreja, além de sua importante tradição na vila.

Edificada em 1725, a ermida de Santa Rita dos Presos foi filial da freguesia de Nossa Senhora do Pilar (MENEZES, 2002, p. 75). Não se sabe a localização exata da extinta capela, embora se tenha notícia referente à casa de Mathias Borges, na praça, "pela parte do poente [...] as quais partem do poente com a Capela de Santa Rita" (MENEZES, 2002, p. 75)[211].

Ivo Menezes (2002, p. 75) levanta a hipótese de o templo ter sido demolido em razão da necessidade de ampliação da Praça para receber a Casa de Câmara e Cadeia, cuja construção se iniciou em 1784. Segundo documento mencionado por Lopes (1955, p. 237)[212],

---

[210] Documento reproduzido por Ivo Porto de Menezes e acrescentado no livro de Joaquim Furtado de Menezes (1975b, p. 127-128) como "notas" complementares: AHU Minas Gerais, caixa 44, 1756/1809. Vila Rica, 3 out. 1786. Para acesso ao documento, transcrito, veja-se "ANEXO A".
[211] Menezes (2002, p. 75) transcreve documento: APM, CMOP, Cod. 38. Data de 1837.
[212] Lopes (1955, p. 237) cita documento: APM, CMOP, Cod. 124, fl 23v.

naquela ocasião várias edificações foram adquiridas e demolidas pelo Estado. Assim, o Senado da Câmara manda "arrematar o resto que se acha em pe das cazas demolidas para o cordeamento desta Villa avaliado em trezentos, e dez mil reis [...]". Não obstante, tal documento datado de outubro de 1786, mencionado anteriormente, sugere a existência da ermida de Santa Rita pelo menos até aquela data, ou seja, após já iniciadas as obras de edificação do imponente edifício do Estado. Em contrapartida, é provável que o templo, de fato, tenha sido extinto no último quartel do século XVIII, pois tanto a planta cartográfica datada de c.a. 1783-1785 quanto a planta de ca. 1786-1787 ("Mappa de Villa Rica") (**FIG. 123**) não identificam a primitiva edificação.

3.1.3 - Capela de Nossa Senhora de Sant'Ana

A Irmandade de Sant'Ana – fundada em 1730 – visava a criação e manutenção de hospital para tratamento dos enfermos desamparados (MENEZES, 1975b, p. 84). A construção da capela homônima teve início poucos anos depois, ainda na década de 1730, em época próxima à construção do prédio da Santa Casa de Misericórdia[213]. De acordo com Furtado de Menezes (1975b, p. 84) "em 16 de abril de 1738, D. João V expediu um alvará permitindo que se edificasse uma Capela à Padroeira da Irmandade e do Hospital".

Situada na orientação leste da Praça, a Capela de Sant'Ana e o prédio da Santa Casa de Misericórdia[214] (que também foi sede da antiga Assembléia Provincial e, atualmente, abriga o Centro Acadêmico da Escola de Minas) foram inaugurados pelo então Governador Gomes Freire de Andrade em 1740, conforme assinala Ivo Menezes (2002, p. 71-73)[215]. Há documento, firmado em 1794 ou 1795 e correspondente a pagamento de obras referentes à Praça, que fazem menção aos dois edifícios:

---

[213] É provável que a Santa Casa de Misericórdia não tenha se estabelecido antes de 1734, pois tem-se notícia de um Requerimento da Câmara de Vila Rica, datado de 26 de abril daquele ano, que consta: "Sendo costume em todas as cidades haver Hospital de Misericórdia... naquela Vila faltava esta circunstancia" (AHU Minas Gerais, Caixa 12 (1732-1738) *apud* Notas de Ivo Porto de Menezes *In* MENEZES, 1975b, p. 146).

[214] Parece que o hospital da Santa Casa de Misericórdia teria, inicialmente, funcionado ali (**FIGs. 126-12**7). Em razão dos fortes ventos que havia na Praça, muda-se para um prédio situado numa tal "Rua Nova da Paz" e que antes teria abrigado os Bispos de Mariana quando na vila (VASCONCELLOS, 1977, p. 30). Parece que a referida "Rua Nova da Paz" corresponde à antiga "Fermoza" (atual Henrique Goerceix), pois naquele logradouro ainda se vê as ruínas do Palácio do Bispo D. Frei Domingos da Encarnação Potentável, conforme pesquisa de Ivo Porto de Menezes (1970-1999). Mais tarde, a Santa Casa sofre nova mudança, sendo transportada para o local denominado de Chácara do Xavier (VASCONCELLOS, 1977, p. 30).

[215] É provável que naquele ano de 1740, ao menos a Santa Casa de Misericórdia já se encontrasse edificada e, talvez, em franco funcionamento, pois há uma Petição referente ao Provedor e Irmãos de Mesa da Santa Casa de Misericórdia de Vila Rica, formulada no ano de 1752, constando "que a Dita Casa foi ereta há mais de dezesseis anos, com faculdade real", o que nos remete a período anterior a 1736 (AHU Minas Gerais, Caixa 5 (1769-1770) apud Notas de Ivo Porto de Menezes In MENEZES, 1975b, p. 146). Corrobora ainda, os ensinamentos de Menezes (2002, p. 73), o qual informa que a Santa Casa teria sido providenciada "[...] por homens preocupados com a assistência aos doentes da Vila [...]" antes mesmo de essa última obter patrocínio do governo (em 1740).

> "Póde v. m. entregar ao Mestre José Ribeiro de Carvalho quatrocentos mil réis por conta do ultimo pagamento que está a vencer da obra das casas que se acham fazendo na Praça defronte da Capella de Sant'Anna, pertencentes a Santa Casa [...]" (CARVALHO, 1926, p. 350)[216].

Passadas algumas décadas da sua inauguração, certo documento do último quartel setecentista, fez-se menção ao templo: "a Capela de Sant'Ana, que serve de Misericórdia... mas a capela se acha, pela pobreza, muito arruinada [...]" (MENEZES, 1975b, p. 127-128)[217] (**FIGs. 123, 126 e 127**). Não resistindo por muitas décadas e, tampouco atuando como condicionante direto no adensamento da Praça e imediações, o templo foi demolido ainda no final do século XVIII[218], aproximadamente na década de 1780 (MENEZES, 2002, p. 71-72). Esta mutilação urbana possibilitou a abertura de um pequeno trecho do percurso que ia de Água Limpa ao Taquaral que, agora perpassando diretamente a "Praça", interligava essa última ao Caminho das Lages (**FIG. 128**). Tratava-se, portanto, de um trajeto alternativo para se chegar à Mariana que acabou por "sacrificar" a antiga capela (MENEZES, 2002, p. 71-72).



FIGURA 126 - Aquarela da segunda metade do século XVIII, mostrando a antiga Praça (atual Praça Tiradentes). Provavelmente desenhada entre 1766 e 1782, segundo Menezes (2002, p. 71). Destaque para a Capela de Nossa Senhora de Sant'Ana (1), sita próximo ao então Chafariz da "Praça". Ainda na gravura, à esquerda do templo encontra-se o edifício que abrigou a Santa Casa de Misericórdia (2).
Fonte: REIS FILHO, 2000, p. 215 (Alterada pelo autor, 2010).

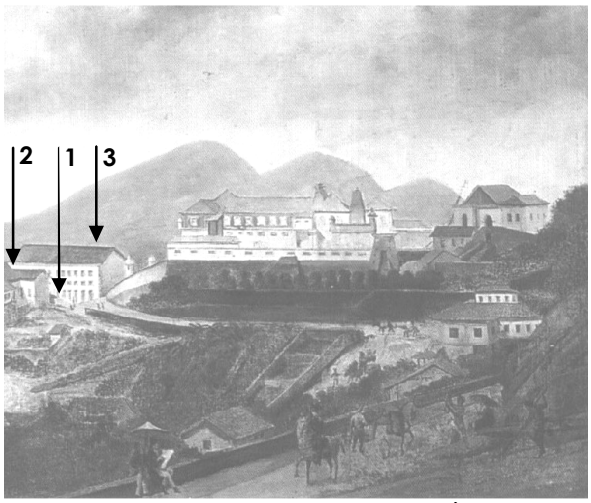


FIGURA 127 – Detalhe de gravura do século XIX de autoria de Armand Julien Pallière (ca. 1820-1823) retratando um panorama de Vila Rica. Destaque para a antiga Santa Casa de Misericórdia (2) e o local que teria abrigado a Capela de Nossa Senhora de Sant'Ana (1). Na época em tela, o referido templo já havia sido demolido. Em tempos remotos, a Santa Casa dispunha também de uma "Botica" - então sita em frente à Santa Casa e a Capela - no mesmo local e em época anterior ao edifício de dois pavimentos demarcado (3), conforme pesquisa de Menezes (2002, p. 77; 1970-1999).
Fonte: SAFRA, 1995, p. 315

---

[216] Carvalho (1926, p. 350) transcreve documento datado de 1794-1795.
[217] Documento reproduzido por Ivo Porto de Menezes e acrescentado no livro de Joaquim Furtado de Menezes (1975b, p. 127-128) como "notas" complementares: AHU Minas Gerais, caixa 44, (1756-1809). Vila Rica, 3 out. 1786. Para acesso ao documento, transcrito, veja-se "ANEXO A".
[218] É possível que o chafariz que existia em local próximo à capela e ao prédio da Santa Casa de Misericórdia (**FIG. 126**), tenha sido demolido pelo mesmo motivo do templo (MENEZES, 2002, p. 71-72).

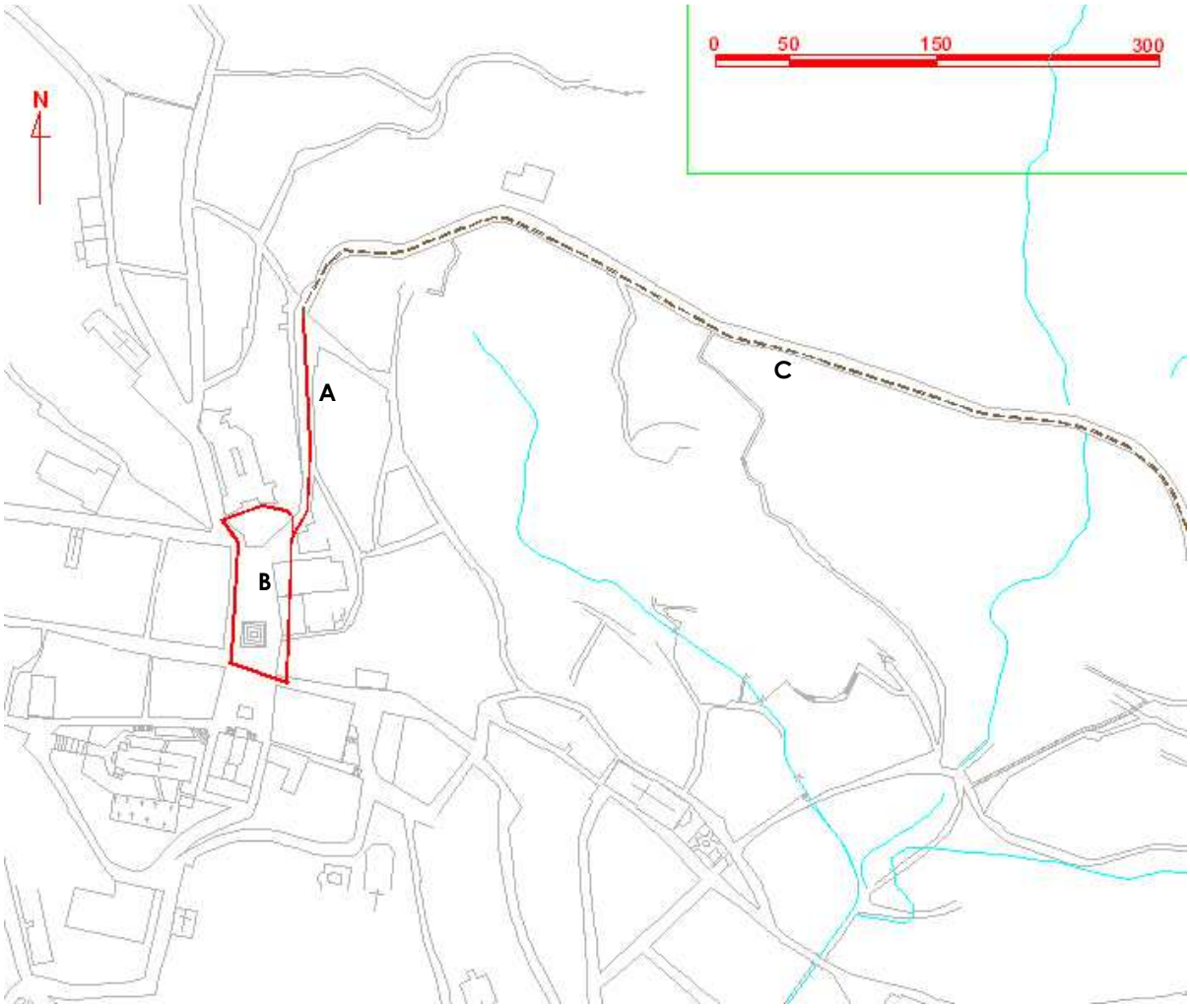


FIGURA 128 - Detalhe da Planta da Cidade de Ouro Preto. Em destaque: (A) Rua Barão de Camargos, aberta em ca. 1780 – acarretando na demolição da Capela de Nossa Senhora de Sant'Ana – e interligando a (B) antiga "Praça" (atual Praça Tiradentes) ao (C) antigo Caminho das Lages (atual Rua Conselheiro Quintiliano e Rua Maciel).
Fonte: CEMIG, 1998 (Alterada pelo autor, 2010).

CAPÍTULO 4
TERCEIRA ETAPA DE OCUPAÇÃO - ESTRUTURAÇÃO DO TECIDO URBANO E CONSOLIDAÇÃO DA ESTRADA TRONCO: ca. 1730-1760

Correm os tempos. Os primitivos arraiais vão crescendo e se adensando ainda mais. Alguns deles praticamente fundem-se uns nos outros bem como ocupam os novos caminhos que vão sendo abertos. Simultaneamente, novas nucleações – a partir de seus respectivos templos recém-edificados – são criadas ao longo da Estrada Tronco, em trechos que outrora encontravam-se esparsamente ocupados.

Surgem também novas construções, que em sua maioria eram residenciais, a emoldurar a "Praça". A aquarela setecentista (**FIG. 129**) nos mostra uma representação do chamado Conjunto Alpoim (**FIG. 130**), com suas edificações – possivelmente de uso residencial ou misto na época – apresentando tipologias bem mais simples, térreas, e outras, já "de sobrado" (MENEZES, 2002, p. 77).

Além desse conjunto que é de época posterior a 1733 (MENEZES, 2002, p. 71-72) e cujo nome provém de uma homenagem ao seu provável projetista (Tenente Brigadeiro José Fernandes Pinto Alpoim), merece destaque uma casa que possuía beiral encachorrado e que posteriormente recebeu platibanda em sua fachada frontal. Essa edificação abrigou, desde novembro de 1808, o "Terceiro Passo do Senhor", denominado de "Passo da Cruz" (MENEZES, 1975b, p. 81). Antes, porém, teria residido ali Manuel Corrêa de Sá (MENEZES, 1975b, p. 81; MENEZES, 2002, p. 77) (**FIG. 129**).

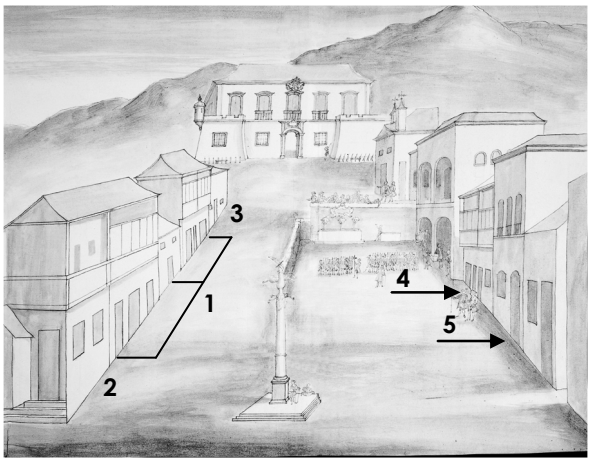


FIGURA 129 - Aquarela da segunda metade do século XVIII, mostrando a antiga Praça (atual Praça Tiradentes). Destaque para o chamado Conjunto Alpoim (1), edificado durante os anos de ca. 1747-1797. A casa sita logo à direita do Conjunto Alpoim, mais tarde viria a abrigar o Terceiro Passo do Senhor (2). À esquerda do mesmo conjunto, vê-se uma pequena casa de pavimento único (3), na esquina da rua (atual Rua Senador Rocha Lagoa). Do outro lado, vê-se a residência que pertencera ao Cel. Carlos José da Silva, ocupada depois pelo Barão de Camargos (a dita Casa da Baronesa, hoje sede local do IPHAN) (4). Imediatamente abaixo, vê-se uma antiga residência (5) (abrigando atualmente a Casa de Câmara) (MENEZES, 2002, p. 75-79). Em razão do progresso, modificações tardias (incluindo a implantação de novas formas arquitetônicas) fariam com que essas edificações, de modo geral, já não apresentassem concepções do século XVIII, senão do XIX. Segundo Ivo Menezes, o casario "[...] manteve-se fiel à concepção setecentista até quase final do século XIX" (MENEZES, 2002, p. 78).
Fonte: REIS FILHO, 2000, p. 215. (Alterada pelo autor, 2010).



FIGURA 130 – Imagem capturada de um detalhe do casario que outrora teria constituído o chamado Conjunto Alpoim.
Fonte: IPHAN/MINC, 2002 – fotos de Rodrigo Marcandier e Robson Godinho.

Na esquina da Rua das Flores (Rua Senador Rocha Lagoa), em terreno que na segunda metade do século XIX encontrava-se desocupado, embora pertencente à Santa Casa de Misericórdia, inicialmente fixou-se uma residência de pavimento único. A mesma, posteriormente, daria lugar à atual edificação de dois pavimentos (**FIGs. 127, 129**). Atravessada a tradicional Rua Direita da vila (Rua Conde de Bobadela), haveria outras casas setecentistas, uma na esquina da referida rua e, outra, faceando a Rua do Carmo, sendo que essa última correspondia à casa de um tal Domingos Gonçalves da Cruz.

Entre outras casas, havia também na praça, agora na face oposta ao conjunto Alpoim, a residência do Cel. Carlos José da Silva, ocupada depois pelo Barão de Camargos e que hoje abriga a sede do IPHAN. Ao seu lado, encontra-se a atual Casa de Câmara, que, de início, foi uma residência, passando por Fazenda Provincial e Senado Estadual (**FIG. 129**). Havia também uma casa cujo terreno mais tarde teria sido acrescido em razão do novo

alinhamento do logradouro, anteriormente recuado e de proporções menores (MENEZES, 2002, p. 77).

No período entre 1730 e 1760, a Praça e o centro administrativo, porém, se mostravam em processo de constante desenvolvimento, o que perduraria até os dias atuais. Data do período em questão a construção de mais um importante edifício: o Palácio dos Governadores de Vila Rica (**FIG. 131**). No mesmo local que outrora abrigou o prédio da Casa de Fundição e dos Despachos, a cavaleiro dos antigos arraiais de Ouro Preto e Antonio Dias, o novo Palácio é edificado a partir de 1741 (LOPES, 1955, p. 35).



FIGURA 131– Detalhe da gravura de autoria de Armand Julien Pallière (ca. 1820-1823), com destaque para o imponente prédio então conhecido como Palácio dos Governadores.
Fonte: SAFRA, 1995, p. 315

Precede à sua construção uma antiga casa de morada dos governadores, que remonta aos primeiros tempos de ocupação da região (**FIG. 132**). Nos primórdios da vila[219], hospedavam-se os governadores[220] nas casas que teria mandado fazer o Capitão Mor Henrique Lopes e "que lhe castarão [custaram] mais de trez arobas de ouro[221] [...]" (DIÁRIO..., 1939, p. 314)[222]. As referidas "casas", que teriam sido um único, porém, suntuoso prédio, tornaram-se conhecidas como "Palácio Velho" (LOPES, 1955, p. 90).

---

[219] Cabe ressaltar que no "Termo da ereção de Vila Rica" (VEIGA, 1999, p. 661), fez-se menção a umas "casas de morada em que assiste o Governador e capitão-general Antônio de Albuquerque de Carvalho", as quais se situavam, segundo o documento, "neste arraial das Minas Gerais do Ouro Preto". Sem mais informações a respeito das referidas "casas de morada", torna-se impossível, de fato, confirmarmos se o governador freqüentava aquela moradia (então destinada exclusivamente para este fim) ou se apenas teria sido acolhido ali, no dia da criação da vila.

[220] Nesse período, a sede do governo era na vila do Ribeirão do Carmo (atual cidade de Mariana). O primeiro governador a ter casas próprias em Vila Rica (quando era necessário visitar e se hospedar na região) foi D. Pedro de Almeida, o Conde de Assumar (LOPES, 1955, p. 9).

[221] A edificação, portanto, teria custado o que equivale a aproximadamente 45 kg de ouro (ANTONIL, 2007, p. 21).

[222] Documento: "Diario da Jornada, que fes o Exmº. Senhor Dom Pedro desde o Rio de Janeiro athé a Cid.e de São Paulo, e deste athe as Minas anno de 1717". Extraído da cópia feita por Rollin de Macedo de documento: Academia das Sciências, Ms. 382-8. Essa cópia encontra-se guardada no Arquivo Histórico Ultramarino, Lisboa.

Ao que consta no referido Diário da Jornada de D. Pedro de Almeida nas terras brasileiras (LOPES, 1955, p. 314), muitas pessoas teriam aconselhado Henrique Lopes "dizendolhe que hospedasse a sua Ex.ª nas cazas em que [o dito Capitão-Mor] moraua, e que no lugar de tres arobas, que hauia de gastar, q~ pozesse huma por fruta na meza [?]" (DIÁRIO..., 1939, p. 314)[223]. Em constrapartida, segundo registrara o companheiro anônimo do governador e Capitão-General no referido documento de 1717, ao escolher o sítio para a edificação, haveria Henrique Lopes se submetido a uma

> "[...] má eleyção, como se poderia esperar do seu rustico emtendimento, porq~ estão ao pé do morro chamado Paschoal da Sylua, cujas vertentes de agoa as fazem tão humidas, que he prejudicial a saude o morrar m.to tempo nellas, e com gastar tanto ouro, não teue habelledade para escolher milhor paragem hauendo muita na mesma villa "(DIÁRIO..., 1939, p. 315)[224].

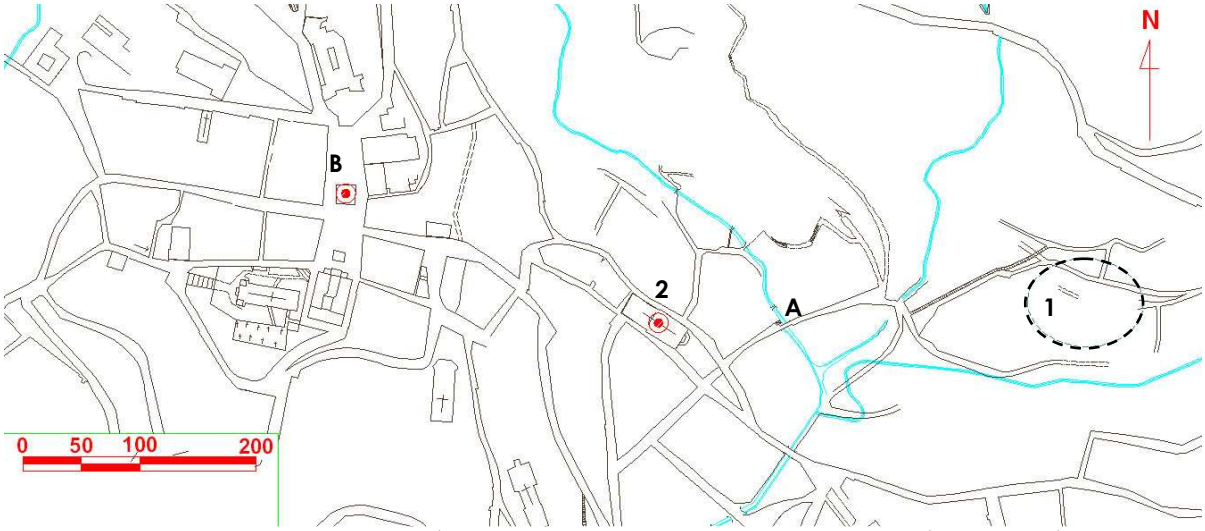


FIGURA 132 - Detalhe da Planta da Cidade de Ouro Preto. Destaque para a região conhecida como da Encardideira (MENEZES, 2002, p. 71), nas imediações do Córrego do Sobreira, onde hoje se vêem as ruínas do Palácio Velho (1): construção que outrora existiu nas proximidades da Matriz de Nossa Senhora da Conceição (2), ao atravessar a chamada ponte de Henrique Lopes (A). À esquerda da figura, vê-se a Praça Tiradentes (B) (referência).
Fonte: CEMIG, 1998 (Alterada pelo autor, 2010).

No que foi possível constatar, alguns anos depois, o "Palácio Velho" teria deixado de abrigar os Governadores não pela suposta má localização (**FIGs. 133 e 134**). O principal motivo seria a doação do prédio por Henrique Lopes de Araújo à Santa Casa de Misericórdia, conforme consta em seu atestado de óbito (MENEZES, 1975a, p. 176)[225]. Assim sendo, o Governador

---

[223] Documento: "Diario da Jornada, que fes o Exmº. Senhor Dom Pedro desde o Rio de Janeiro athé a Cid.e de São Paulo, e deste athe as Minas anno de 1717". Extraído da cópia feita por Rollin de Macedo de documento: Academia das Sciências, Ms. 382-8. Essa cópia encontra-se guardada no Arquivo Histórico Ultramarino, Lisboa.
[224] Documento: "Diario da Jornada, que fes o Exmº. Senhor Dom Pedro desde o Rio de Janeiro athé a Cid.e de São Paulo, e deste athe as Minas anno de 1717". Extraído da cópia feita por Rollin de Macedo de documento: Academia das Sciências, Ms. 382-8. Essa cópia encontra-se guardada no Arquivo Histórico Colonial, Lisboa.
[225] Menezes (1975a, p. 176-177) transcreve documento: AHU Minas Gerais, Caixa 18 (1736). Vila Rica, 30 ago. 1735.

Gomes Freire de Andrade entregara a casa de Henrique Lopes no ano de 1735 para a criação do Hospital de Misericórdia (MENEZES, 1975b, p. 146)[226] [227].

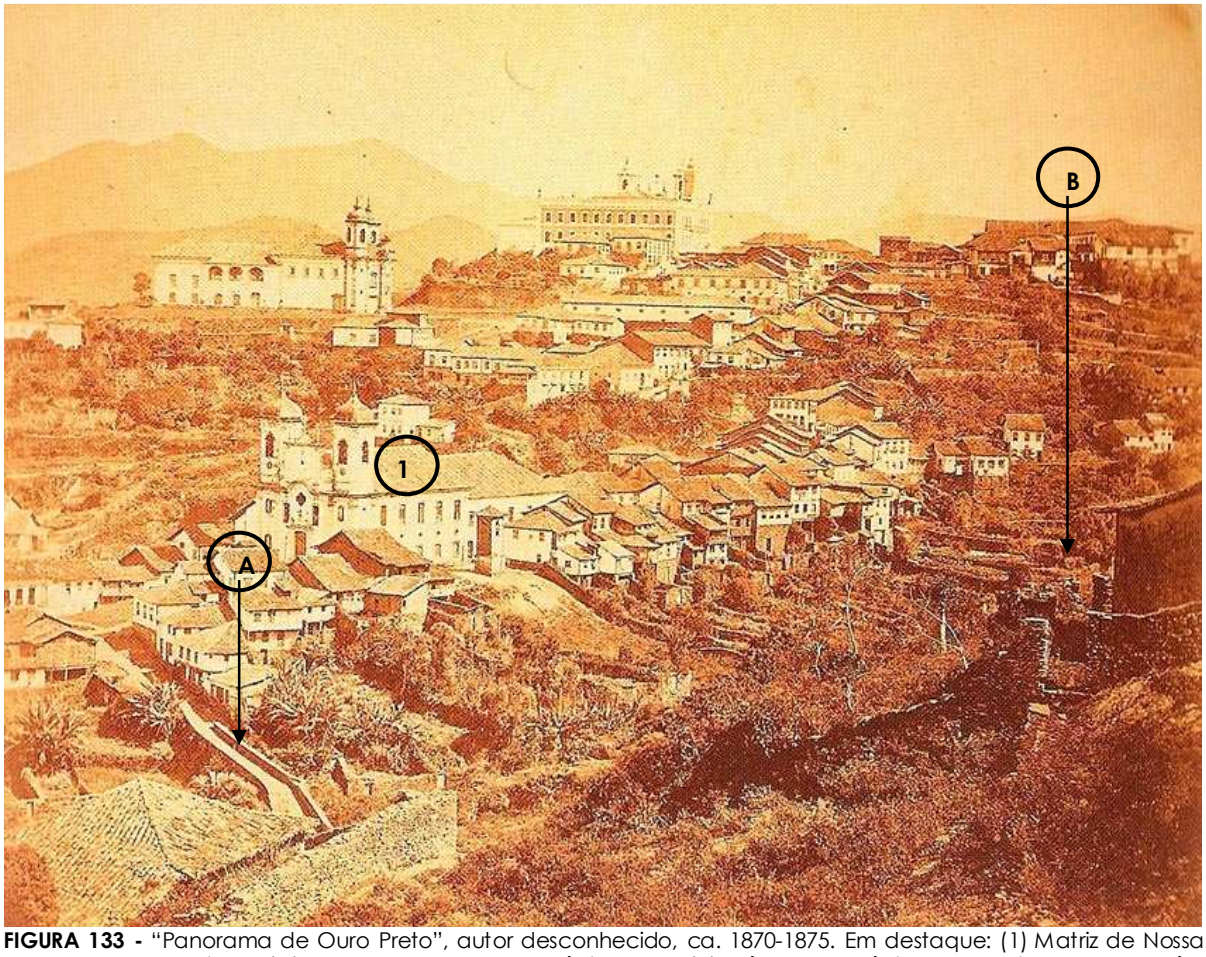


FIGURA 133 - "Panorama de Ouro Preto", autor desconhecido, ca. 1870-1875. Em destaque: (1) Matriz de Nossa Senhora da Conceição; (A) Ponte de acesso ao Palácio Velho; (B) Ruínas do Palácio Velho. A imagem também nos revela que na lateral da igreja havia uma antiga torre isolada do templo (onde existiu o Cemitério da Boa Morte), evidenciando ainda mais uma curiosa aproximação entre importantes edifícios do Estado e os de cunho eclesiástico.
Fonte: MUSEU DA INCONFIDÊNCIA, 1998.

[226] Informações de Ivo Porto de Menezes, acrescentados no livro de Joaquim Furtado de Menezes (1975b, p. 146) como "notas" complementares, com base no seguinte documento: AHU Minas Gerais, Caixa 18, 1736.
[227] De acordo com Menezes (2002, p. 76), naquela ocasião, a casa - tantas vezes cedida pelo Capitão-Mór Henrique Lopes - já começara a manifestar sinais de ruínas.

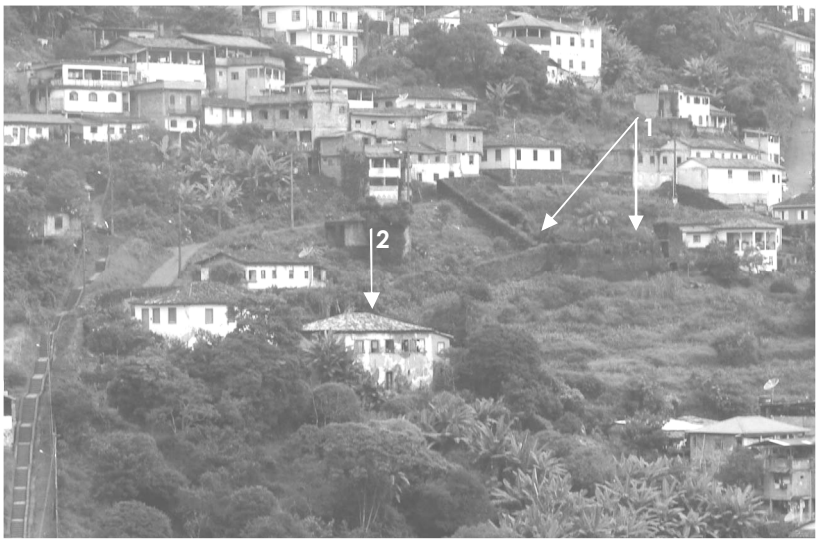


FIGURA 134 - Vista do sopé da Serra do Ouro Preto com destaque para as ruínas do Palácio Velho (1) e antiga casa do Capitão Mor Henrique Lopes de Araújo (2)[228].
Fonte: Elaborada pelo autor, 2010.

Anos antes, com intenções de mandar construir residência definitiva em local estratégico de Vila Rica, o então Governador da Capitania, Conde de Assumar, leva ao conhecimento da coroa que: "Na V.ª do Ouropreto há hum sitioª q' chamão Santa quiteria que he o mais feliz de todos p.ª hua fortificação dominante a toda a V.ª [...]" (VEIGA, 1900, p. 226)[229].

O próprio rei teria enviado recomendações sobre o tipo de lugar, o modo de implantação e a "aparência" da nova edificação a ser construída para assistir os governadores quando visitarem a vila (BASTOS, 2003, p. 84). Em Regimento datado de 1733 e destinado ao governador Martinho de Mendonça, D. João V recomendava que o referido governador procurasse se informar "do Lugar e sitio mais commodo, p.ª assistencia dos futuros Governadores, e do modo, e despesa com q.e se lhes possa fazer habitação, q.e com apparencias de caza, tenha segurança e utilidade de fortaleza" (VEIGA, 1898, p. 87)[230].

---

[228] Afirmativas baseadas em informações que me foram gentilmente cedidas pelo professor Ivo Porto de Menezes (2009-2011).

[229] Veiga (1900, p. 221-226) transcreve o documento: "Sobre o levantam.to do povo de V.ª Rica (1720) e alvará confirmando o perdão (1721)". Vila do Carmo, 3 jul. 1720.
A respeito do referido documento, ao final de sua transcrição consta ainda da seguinte informação, provavelmente de autoria de José Pedro Xavier da Veiga (então diretor e redator da "Revista do Archivo Publico Mineiro"): "Extraído do livro 4 de registros de alvará, ordens, cartas regeas (sic) etc. deste archivo (sic)."

[230] Veiga (1898, p. 85-88) transcreve documento: "Regim.to ou instrucção que trouxe o governador Martinho de Mendonça de Pina e de Proença". Lisboa, 30 out. 1733.
A respeito do referido documento, ao final de sua transcrição consta ainda da seguinte informação, provavelmente de autoria de José Pedro Xavier da Veiga (então diretor e redator da "Revista do Archivo Publico Mineiro"): "Extraído do livro 4 de registros de alvará, ordens, cartas regeas (sic) etc. deste archivo (sic)."

Procurando atender às premissas impostas pela coroa, a edificação do Palácio dos Governadores, cujo risco é do tenente brigadeiro Alpoim, foi implantado em Vila Rica poucos anos após o referido Regimento. Assim, iniciaram-se as obras no ano de 1741, as quais se estenderam ao longo do século XVIII (SOUZA, 1984, p. 236-237). Construção imponente, misto de palácio e fortim, trata-se do primeiro edifício de alvenaria de pedra de Vila Rica (SOUZA, 2000, p. 195) (**FIGs. 135 e 136**). Serviu ele de residência para os governadores de 1748 até o final do século XIX, quando da transferência da capital para o então Curral del Rey (RUAS, 1958, p. 164).

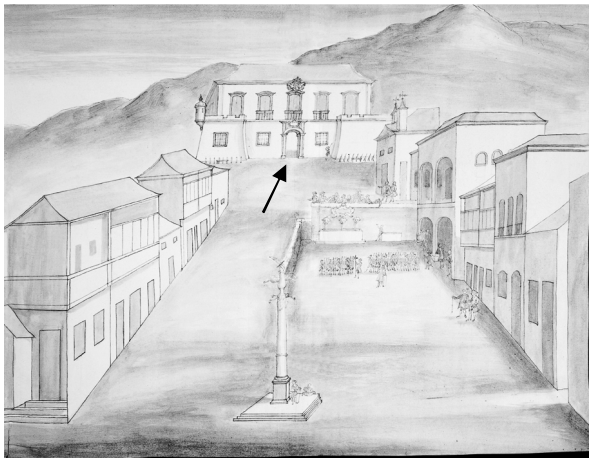


FIGURA 135 - Gravura da segunda metade do século XVIII, mostrando a antiga Praça (atual Praça Tiradentes). Destaque para o Palácio dos Governadores, obra iniciada em 1741 e projetada sob moldes militares, "dado o espírito belicoso do povo, sempre irritado pelas exigências do fisco" (RUAS, 1958, p. 168). Na tela, percebe-se que o imponente edifício está implantado num platô de nível mais elevado que o da Praça e, portanto, era acessado por meio de uma rampa. Em meio à Praça, destaca-se a presença de um antigo chafariz da Câmara que, segundo Lopes (1955, p. 107)[231] foi arrematado em 1724. O equipamento teria sido "construído encostado no arrimo que levantava o terreno, para que o acesso ao Palácio dos Governadores fosse mais fácil" (MENEZES, 2002, p. 71). Parece que além do acesso na frente da Praça, o Palácio era dotado de outra entrada, feita pelo lado poente da Praça, segundo relatos de Saint-Hilaire (2000, p. 72).
Fonte: REIS FILHO, 2000, p. 215. (Alterada pelo autor, 2010).



FIGURA 136 – Imagem do edifício outrora denominado de "Palácio dos Governadores"; visto a partir da Praça Tiradentes. Percebe-se que o imponente prédio (onde hoje funciona a Escola de Minas da UFOP) está implantado num platô de nível mais elevado que o da Praça e, portanto, é acessado por meio de uma rampa provavelmente edificada no princípio do século XIX.
Fonte: Elaborada pelo autor, 2010.

O período em tela (1740-1760) marca também a realização das benfeitorias públicas importantes, providenciadas principalmente durante o governo de Gomes Freire de Andrade (VASCONCELLOS, 1956, p. 114). Dotadas muitas vezes de inquestionável requinte, Lopes (1955, p. 108) chamou a atenção para as despesas da Câmara, que avultavam de

[231] Lopes (1955, p. 107) cita documento: APM CAMOP, Cód. 124, fls. 23v.

muito as referentes à construção e conservação de calçadas e de tais benfeitorias, imprescindíveis à comodidade dos moradores.

Novas pontes sucessivamente foram sendo construídas no lugar das primitivas, então feitas de madeira. Também foram muitos os chafarizes mandados fazer pelo Senado da Câmara, levando água a pontos estratégicos da vila, sendo que mais de uma dezena dessas construções perdura até os dias atuais (**FIG. 137**)[232]:

> Situados elegantemente em lugares de acomodação coletiva, largos e praças, os chafarizes deveriam satisfazer a uma necessidade ordinária, 'segura' e 'permanente' de água, 'decorando' através de obra extremamente 'necessária', o ambiente urbano da povoação (BASTOS, 2003, p. 139).

Dentre as obras realizadas pela Câmara no período, merece destaque o Chafariz dos Contos, também conhecido como Chafariz de São José (**FIGs. 137 e 138**). Arrematado por João Domingues da Veiga e erguido[233] em 12 de abril de 1745 (CARVALHO, 193-?, p.75), traz a seguinte inscrição: "Is quae potatum cole gens pleno ore senatum, securi ut sitis nam facit elle sitis", o que significa: "Gente que vens beber, louva de boca cheia ao Senado, porquanto ele faz que estejais seguros da sede" (RUAS, 1958, p. 189).

Outro chafariz, então denominado de "Fonte de Ouro Preto" (Chafariz da Glória) (**FIGs. 137 e 139**), também teria sido encomendado pelo poder público, no qual se lêem alguns dizeres escritos em latim e que tem o seguinte significado: "O Senado da Câmara vela por nós, ama a abundância, fabrica tanques, proporciona água corrente, aborrece a sede" (IPHAN, [19-?]).

---

[232] Veja-se também "ANEXO B".

[233] É provável que tenha sido reconstruído em 1760, pois o atual consta dessa data cravada. A datação de 1760 teria inclusive confundido Manuel Bandeira que, em seu "Guia de Ouro Preto", livro publicado em 1957, atribui este ano como sendo o da construção do chafariz original.

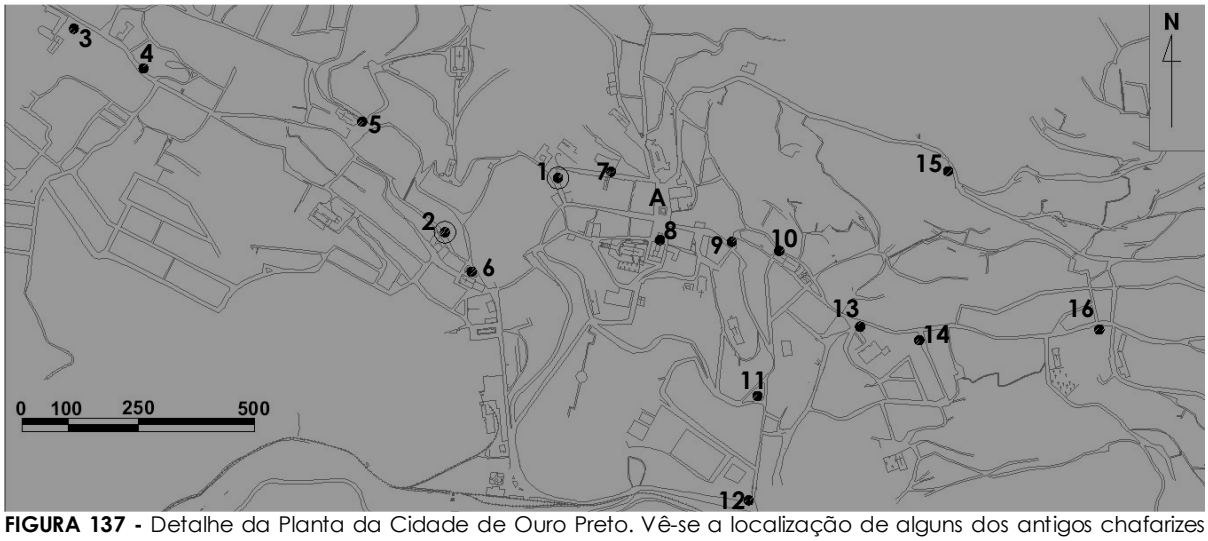


FIGURA 137 - Detalhe da Planta da Cidade de Ouro Preto. Vê-se a localização de alguns dos antigos chafarizes (RUAS, 1958), identificados na cidade de Ouro Preto, com destaque para os chamados (1)"Chafariz dos Contos" - situado na atual Rua de São José, nas proximidades da Ponte dos Contos e do edifício que abrigou a "Casa do Real Contrato das Entradas" e, depois, Casa dos Contos (LOPES, 1955, p. 39) e (2)"chafariz da Glória" - situado na Rua Donato da Fonseca (ex Rua da Ponte Seca). Enquanto muitas das fontes setecentistas foram demolidas, algumas delas sofreram grandes intervenções, sendo removidas e/ou reconstruídas no mesmo local de origem ou imediações[234]. Novos chafarizes também foram providenciados dos primeiros anos oitocentistas em diante. Observem-se: "Chafariz das Cabeças" (outrora situado na Rua Alvarenga e hoje implantado no adro da Capela de Bom Jesus (3); "Chafariz do Jardim Botânico" (4); "Chafariz do Rosário" (é possível que anteriormente tenha sido implantado em outro local do mesmo adro) (5); "Chafariz do Pilar" (inicialmente edificado em local próximo) (6); "Chafariz dos Cavalos" (também denominado de "Chafariz do Quartel") (7); "Chafariz da Praça" (8); "Chafariz do Passo do Antonio Dias" (9); "Chafariz do Antonio Dias" (10); "Chafariz da Barra" (do Largo de Frei Vicente Botelho) (11); "Chafariz da Barra" (da Praça Prof. Amadeu Barbosa) (12); "Chafariz de Marília" (13); "Chafariz da Rua do Barão" (na Rua Barão do Ouro Branco) (14); "Chafariz da Encardideira" (ou de "Henrique Lopes", na antiga Rua das Lages, atual Rua Conselheiro Quintiliano" (15); "Chafariz do Alto da Cruz" (Padre Faria) (16); Praça Tiradentes (referência) (A)[235].
Fonte: CEMIG, 1998. (Alterada pelo autor, 2010).





FIGURAS 138-139 - Imagem do "Chafariz dos Contos" (à esquerda), edificado em 1745 e do "Chafariz da Glória" (à direita), edificado em 1752 (CARVALHO, [193?]; VASCONCELLOS, 1956).
Fonte: CEMIG, 1998 (Alterada pelo autor, 2010).

---

[234] Veja-se também "ANEXO B".
[235] Eponina Ruas (1958, p. 186-191) faz menção ainda ao "Chafariz do fundo do Padre Faria" (provavelmente já demolido), bem como ao "Chafariz das Águas Férreas'. Este último situa-se na estrada em direção à cidade de Mariana (BR-356), a cerca de 900 metros adiante da Capela de Nossa Senhora do Rosário (do Padre Faria).

É possível perceber que, fazendo-se valer das benfeitorias realizadas, o próprio Senado, com freqüência, aproveitava as oportunidades para exaltar o seu "compromisso" com a população, exigindo, em troca, que essa última estivesse sempre subordinada às suas exigências[236].

Ao longo dessas três décadas, intensifica-se, portanto, a preocupação com o desenvolvimento e decoro urbanos, parecendo haver uma atenção ainda maior dedicada à decência, comodidade e conveniência no que tange às edificações e demais equipamentos urbanos[237]. O decoro era uma espécie de "orientação prudencial" dos interesses da coroa e que deveria se manifestar desde a escolha do sítio e fundação, perpassando pela expansão, evolução e conservação de povoações (BASTOS, 2003, p. 202)[238]. Fazendo-se valer das palavras de Rodrigo Bastos (2003, p. 203),

> [...] o decoro das povoações se constituía, se aumentava e se conservava em vários aspectos: na 'melhor' distribuição e implantação de suas partes sobre o sítio, na adequação mais conveniente das estruturas em consideração ao modo de vida e costumes (éthos) estabelecidos ou acomodados; na crescente dignidade das construções e na decência dos arruamentos urbanos, alinhamento contínuo, limpeza e anseio; na comodidade por essas mesmas estruturas oferecida no desempenho ordinário e cotidiano dos usos públicos; na representação de uma 'regulação' metropolitana acordada e sustentada pelo 'pacto colonial', daí também a constante e necessária requisição de dignidade e decência dos arruamentos e construções; na constante (p)reparação, 'concerto' e correição' das partes urbanas, representativas todas – e em conjunto – do decoro e da conservação da povoação [...]

Em termos de "correições" urbanas, documentos revelam que várias providências tomadas pela Câmara objetivavam consertos, reformas e reparos nas principais áreas da povoação de Vila Rica (BASTOS, 2003, p. 141). Examinemos brevemente um trecho de documento resgatado por Bastos (2003, p. 142-144)[239] e denominado "Auto de Correyção Geral". Datado de 16 de Novembro de 1754, é um importante documento que reúne variados acórdãos e resoluções que vieram ao público daquela época, e que demonstram aspectos da administração e gastos relacionados ao cotidiano da vila:

---

[236] Num acórdão de 1754, consta que se deveria "mandar botar abaicho os esteyos que Seachão defronte do Cappitaõ Gregório deMatos Lobo, por não apparecer dono, nem pagar foros, eSerem precizos para a fonte que nadita paragem Se hadefazer, por Servir deutilidade aobem Commum" ("Auto de Correyção Geral". APM CMOP, 52, fot.12-16. Vila Rica, 16 nov. 1745 *apud* BASTOS, 2003, p. 143, grifo nosso).

[237] Para mais informações a respeito do tema em questão, verificar Bastos (2003; 2009).

[238] Em Vila Rica, o decoro serviu principalmente de reparos e "correições" urbanas, bem como da implantação e reforma de novos edifícios e arruamentos, visando melhor acomodar seus moradores.

[239] BASTOS (2003, p. 142-144) transcreve documento: "Auto de Correyção Geral". APM CMOP, 52, fot.12-16. Vila Rica, 16 nov. 1745.

> Acordaraõ em acto de correyção geral que Francisco Gomez de Oliveira encanasse as agoas Sujas, que vem a Sahir a Rua por hum cano que passa pelas cazas do Supplicante, o qual cano traz agoas fetidas, e de toda Serventia da Casa do dito Gomez [...] Razaõ porque mandaraõ fosse notificado o dito Gomez para que no termo de quinze dias pacasse [pasasse] as agoas, por baycho da Rua Comsumindo-a por cano, de Sorte, que naõ appareçaõ mais pelo prejuizo que podem Cauzar naõ sô [sol aos vezinhos, mas tambem aquem passa, ejuntamente porque as Ruas publicas devem estar muy Limpas, eaceadas, tudo com pena de Ser Prezo; Se no termo mencionado naõ tiver satysfeito aeste Acordaõ, eda Cadeya Semandar fazer tudo aSua Custa, alem da Condemnaçaõ que Serâ á arbitrio do Senado [...]
>
> Acordaraõ que Martins Levantasse parede de pedra no Seo quintal, para o que foi notisciado, por naõ Ser conveniente as gravatas que tem nelle Servindo lhe de parede, para o que Selhe concedeô o tempo de quinze dias [...]
>
> Acordaraõ no alto da Caza da Camara que o Cappitaõ Lourenço Dias Rosa Lancasse [lançasse] fora as agoas Sujas que saem para a Rua nova hum cano que Vem das Suas eazas, por cauzarem muyto prejuízo a Republica as ditas agoas [...]
>
> Acordaraõ em auto de correyçaõ geral no Xafariz de Saõ Josê [in loco], que Antonio Pereyra Latoeiro Recolhesse os esteyos para dentro, por ficar a Rua mays Larga, e com melhor aria, por donde Sefes mediçaõ e Semetteraõ ballizas para melhor averiguaçaõ
>
> Acordaraõ nomes no auto de correyçaõ geral, que os moradores do largo do Caquende para diante athê oalto de Cabeças todos Sahissem com as Suas testadas a Rua e alçando-as athê continuarem com acalçada nova [...] para fazerem no termos de quinze dias [...]
>
> E nesta forma houveraõ acorreyçaõ por acabada de que mandaraõ, digo acordaraõ mais em auto de correiçaõ geral na Rua do Rozario que vem da ponte de Saõ Josê [inloco] que querendo alguas pessoas fazer cazas na dita Rua Searuassem conforme arnedição e balizas que Sedeterminofi no mesmo auto de correyçaõ [...]

Normas estipuladas pela Câmara no que diz respeito à regularização das edificações já existentes e das que foram surgindo na vila (bem como das terras para criação de gado), também se fizeram cada vez mais presentes[240]. Visando um maior controle sobre os habitantes da vila, sobre o uso da terra e das edificações nela implantadas, aumentam-se as exigências para com as cobranças dos foros[241].

---

[240] A ação administrativa dos Senados das Câmaras costumava levar ao conhecimento dos moradores os preceitos a que ficavam obrigados, bem como aos leilões, obras e serviços públicos a serem arrematados, por meio de editais estampados nos Pelourinhos ou proclamados em praça pública pelos Porteiros e Auditórios (LOPES, 1955, p. 161).

[241] Conforme enfatiza Bastos (2003, p. 102), "era preciso acomodar os moradores e as estruturas construídas em prol do grande projeto colonial dedicado a todo o território, mormente em Minas Gerais, geradora das maiores receitas da Fazenda Real". Complementa ainda o mesmo autor, que, para tanto, "era necessário sobretudo povoar, em concentrações urbanas 'acomodadas', 'seguras' e 'permanentes', que permitissem a regulação e o fisco, e a melhor conservação de todo o reino".

Com esse propósito, pouco depois da criação da vila, Antônio de Albuquerque já teria solicitado ao rei D. João V a doação de sesmarias, alegando que a "[...] vila se achava sem ter recreio nem terra alguma, assim para a criação dos gados como para venda e aforar aos moradores [...]", e que, portanto, haveria por bem de se "fazer mercê aos ditos oficiais da Câmara, em nome de Sua Majestade a quem Deus Grande de lhes dar por sesmaria a terra que pedem" (VASCONCELLOS, 1956, p. 33)[242].

De fato, apesar de ter se tornado uma vila "das de mayor comercio das Minas; porque fica sendo hua barra de todas [...] a sua cituação não he das milhores; porque o terreno tem muitos altos, e bayxos e por estar rodeada de montes, he m.to continua a chuva" (DIÁRIO..., 1939, p. 316)[243]. Ainda com relação à topografia do local, o memorialista José João Teixeira Coelho (1994, p. 61), observara que Vila Rica tinha sido fundada "em sítio montanhoso", contando com ruas irregulares e que suas terras eram "cheias de serras, pouco aptas para a cultura e boas para a extração do ouro".

Só em 1736, porém, o rei confirmara a doação da sesmaria exclusiva da Câmara, limitando-a a uma "légua de terra em quadro (sic.), a qual fará pião no pelourinho da dita Vila, correndo para tôdas (sic) as partes nas distância de meia légua" (COELHO,1994, p. 128; COELHO, 1994, p. 34). A delimitação primária da vila, portanto, teria consistido a princípio de quatro esteios distribuídos da seguinte maneira: um no Caminho das Lavras Novas, outro no Tripuí, um terceiro em São Bartolomeu, além do próprio Pelourinho exercendo a função de marco central (VASCONCELLOS, 1956, p. 34). Tais marcos, inicialmente simples esteios de madeira, em 1747 foram substituídos por outros de "pedra de itacolomi da melhor rija e branca" (VASCONCELLOS, 1956, p. 34) (**FIGs. 140 e 141**)[244].

---

[242] Vasconcellos (1956, p. 33) transcreve documento: [Carta de sesmaria transcrita In Bicentenário de Ouro Preto], 1911, p. 127.
[243] Documento: "Diario da Jornada, que fes o Exmº. Senhor Dom Pedro desde o Rio de Janeiro athé a Cid.e de São Paulo, e deste athe as Minas anno de 1717". Extraído da cópia feita por Rollin de Macedo de documento: Academia das Sciências, Ms. 382-8. Essa cópia encontra-se guardada no Arquivo Histórico Ultramarino, Lisboa.
[244] Vasconcellos (1956, p. 34) cita documento: APM, CMOP, cód. 53, fls. 63-V.

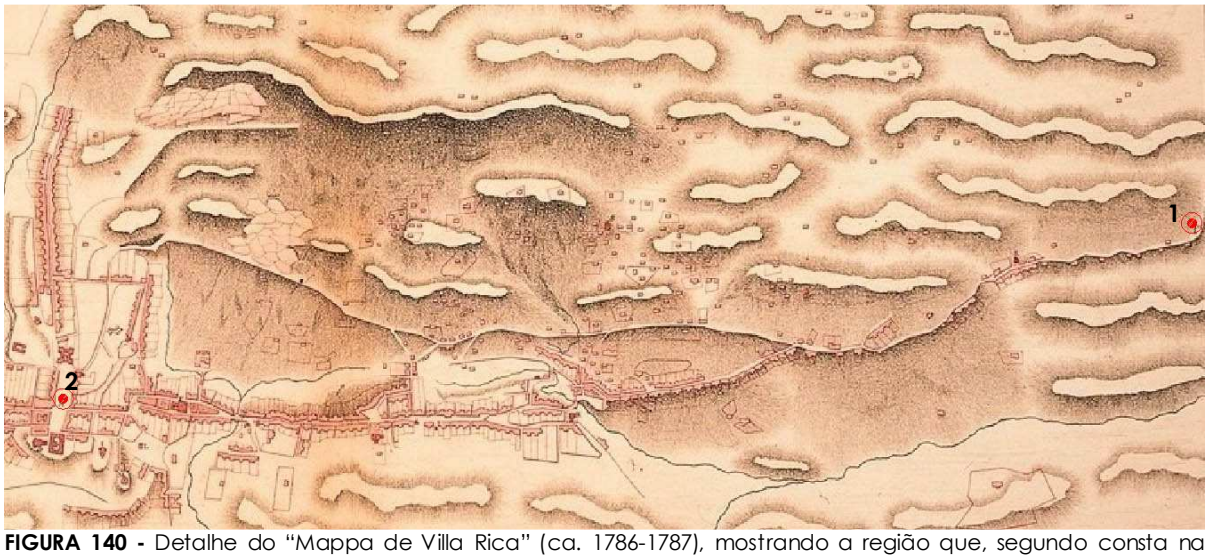


FIGURA 140 - Detalhe do "Mappa de Villa Rica" (ca. 1786-1787), mostrando a região que, segundo consta na legenda, ainda havia um marco identificando um dos limites da sesmaria da Câmara de Vila Rica na época da elaboração do referido documento cartográfico. Delimitação estipulada em 1736 para concessão de lotes urbanos. Tendo em vista que uma légua correspondia a aproximadamente 5.000 a 6.000 metros (ANTONIL, 2007, p. 21), de acordo com o mapa setecentista, a região demarcada (1) aparenta estar situada a pouco mais de meia légua de distância do local que atualmente abriga a Praça Tiradentes (2).
Fonte: REIS FILHO, 2000, p. 215 (Alterada pelo autor, 2010).



FIGURA 141 – Exemplar de marco da Sesmaria da Câmara de Vila Rica. Três marcos setecentistas teriam sido assentados: nos caminhos de Lavras Novas, Tripuí e São Batolomeu.
Fonte: SAFRA, 1995, p. 345.

Nesse ínterim, foram isentos do foro os que até então não o pagavam (VASCONCELLOS, 1956, p. 34), sendo que, daquele período em diante, o uso das terras deveria ser regularizado por meio de aforamentos. Para tanto, no ano seguinte foi realizado o primeiro tombamento da Vila, por assim dizer, a partir do levantamento cadastral de seus moradores (VASCONCELOS, 1955). Ao que parece, a delimitação da sesmaria acabou por ser utilizada como referência para a execução do referido levantamento, datado de 1° de julho de 1737[245].

Dando continuidade à incessante tentativa da Câmara de regularizar as edificações de Vila Rica, passadas algumas décadas do primeiro tombamento, estiveram em mesa os oficiais desta última,

> [...] em conseqüência da representação feita pelo Procurador desta Camara, respeito a regularidade dos Prospectos dos Edificios, e alinhamento das ruas, que de hoje em diante se não conceda a pessoa alguma licença para reedificar ou Edificar cazas, ou outro qualquer edifício, sem que primeiro apresente em seu Requerimento o prospecto, com que a quer edificar, declarando a rua e o lugar (LOPES, 1955, p. 160)[246].

Teriam justificado os oficiais que a medida adotada visava "evitar a grande irregularidade em que se achão, the aqui, edificadas as Propriedades" (LOPES, 1955, p. 160) [247]. Assim, década após década, o Senado ia tentando regularizar o processo de ocupação. Após 1737, outros levantamentos foram realizados em Vila Rica em ao longo dos séculos XVIII e XIX (VASCONCELOS, 1955).

O franco progresso de Vila Rica dos anos de 1730 até meados do século XVIII é conseqüência imediata do auge da extração aurífera na região. No período áureo da Vila (**FIGs.142, 143**), a nítida presença do Estado – não raramente em associação com a Igreja – continuaria atuando diretamente no espaço e na sociedade, buscando se impor de forma moral e, sobretudo espacial, da maneira que lhe convinha[248].

---

[245] Cabe ressaltar que esse levantamento já teria sido mandado fazer pela provisão de 4 de Fevereiro de 1735 (VASCONCELOS, 1955, p. 210).
[246] Lopes (1955, p. 160) cita documento: APM CMOP, Cód.120, fls.119.
[247] Lopes (1955, p. 160) cita documento: APM CMOP, Cód.120, fls.119.
[248] Cumpre ressaltar que as complexidades da administração colonial ultrapassam os objetivos deste trabalho. O que pretendemos é apenas demonstrar o papel também desempenhado pelo Senado da Câmara (em subordinação à Coroa) na responsabilidade por garantir a ordem e favorecer o desenvolvimento de Vila Rica, sobretudo a partir da terceira década do século XVIII.

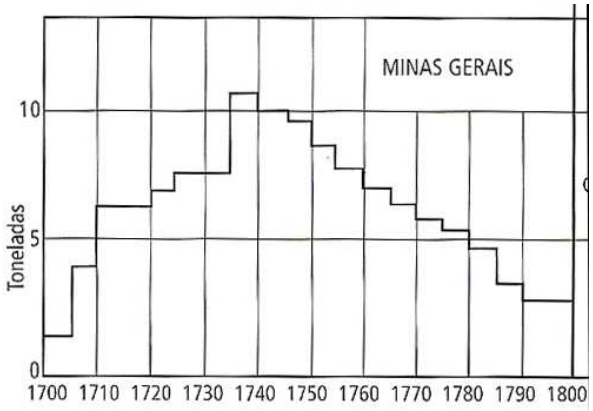


FIGURA 142

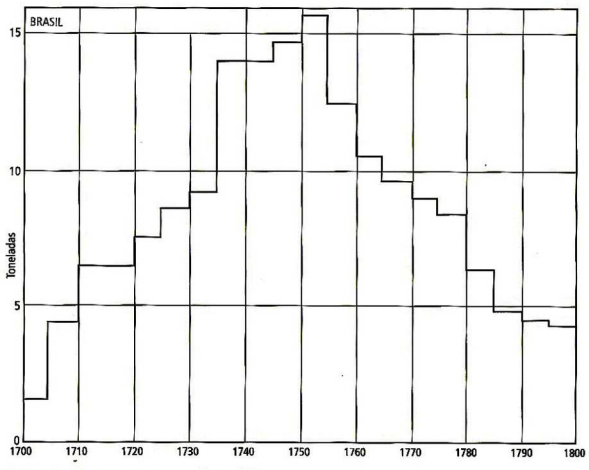


FIGURA 143

Gráficos revelando a produção do ouro no século XVIII. Quantitativos baseados na arrecadação dos quintos. Destaque para a produção aurífera na região de Minas Gerais (FIGURA 142) comparada à de todo o Brasil (FIGURA 143).
FONTE: SOUZA, 2004, p. 75.

Pautado pela aliança Estado-Igreja, o Senado acabou por desempenhar relevante atuação social apoiando também a planificação e execução de eventos de cunho religioso. Lopes (1955, p. 209) constata serem muitos os registros da Câmara de Vila Rica referentes a festas religiosas, cujas despesas corriam sempre por sua conta. Freqüentes em Vila Rica, muitas vezes, consistiam em grandes e organizadas solenidades[249]. É o que demonstrou o pomposo Triunfo Eucarístico, cortejo realizado em 1733 em razão da trasladação do Santíssimo, que se encontrava temporariamente guardado na primitiva capela do Rosário dos Pretos enquanto a matriz do Pilar estava submetida a obras e seria re-inaugurada.

Houve outros eventos religiosos de impacto nas Minas, também merecendo destaque o Áureo Trono Episcopal[250], além das tradicionais cerimônias que ocorriam todo ano em Vila Rica mobilizando a população[251]. Esses eventos, realizados no próprio ambiente urbano, eram anteparados cenograficamente pelos numerosos templos situados ao longo dos principais caminhos (BASTOS, 2003, p. 93).

---

[249] As cerimônias católicas, atendendo a um alto padrão de exigência e requinte, tornavam-se excessivamente dispendiosas para as Câmaras. Exemplifiquemos com o ocorrido em 1786: o Ouvidor, Tomás Gonzaga, em dezembro daquele ano, resolve suprimir as despesas de vários eventos de tal cunho, "visto que todas estas despezas forão feitas contra as ordens de S. Mag.e, que só manda fazer festa de Igreja nos Reaes despozorios". Lopes (1955, p. 209), cita documento: APM, CMOP, 110, fls.109v.

[250] Cerimônia ocorrida em 1748 por ocasião da chegada do primeiro bispo, D. Frei Manoel da Cruz, à cidade de Mariana (SANTIAGO, 2003, p. 16).

[251] Para mais informações a respeito do Áureo Trono Episcopal e outros eventos religiosos promovidas pela Câmara de Vila Rica, de relevância na primeira metade do século XVIII, ver Affonso Ávila (1967) e Camila Santiago (2003). Documentações a respeito do Áureo Trono Episcopal e do Triunfo Eucarístico foram publicadas na íntegra, por meio de cópia fac-símile, por Affonso Ávila (1967) em seu livro intitulado: "Resíduos Seiscentistas em Minas: textos do século do ouro e as projeções do mundo barroco".

Segundo Lopes (1955, p. 214), a Câmara custeava anualmente procissões de Corpus Christi, de São Francisco de Borja, de São Sebastião e de Anjo Custódio do Reino, além de variadas festas católicas realizadas no interior dos templos. Constata-se, inclusive, que "[...] as câmaras dialogavam com a população local com vistas a ecoarem, ou não, suas demandas. Quando havia interesse, a busca por estreita ligação do senado com o povo, partindo das festas [muitas vezes religiosas], era freqüente no período colonial mineiro" (SANTIAGO, 2001, p. 12).

Não obstante, vale a ressalva de que, em certas ocasiões, o Senado da Câmara chegou a tomar a iniciativa de coibir alguns eventos, inclusive de cunho religioso – para procurar sempre manter a ordem na vila. Era comum a ocorrência de festividades em que moradores vizinhos se sentiam perturbados pela reunião de populares, rezas e cantorias (LOPES, 1955, p.139).

Num ato de vereação de 1831, por exemplo, foi proposto "q. não se consederá mais L.ça p.a festejos de Oratorios nas ruas, tanto de dia, como de noite, impondo aos transgressores, o maximo das pennas q. a Ley permite". Naquela ocasião, também foi proposto que se "ordene q. as Imagens dos mesmos Oratorios se recolhão aos Templos dentro de espaço marcado pela m.ma Camr.a ou dê outras quaesquer provid.as q. forem compatíveis p.a pronta execução". Discutidas as propostas, resolveu-se "q. se prohibissem os festejos de ruas por causa do ajuntamento, que comumente havião desordens, e outras consequencias, e q.to a 2.a p.te da proposta, se deixasse esse cuid.o as Authorid.s Ecleziasticas a q.m competia dar as provid.as a sem.e respeito" (LOPES, 1955, p. 139-140)[252].

A presença da Igreja Católica, ora em conjunto com o Estado, ora atuando de forma mais individual, também seria muito marcante – física e simbolicamente –, contando com elementos religiosos que, muitas vezes dotados de admirável requinte, marcavam as ruas e largos. É possível notar a predominância do sagrado através de símbolos cristãos que, não raras vezes, iriam compor os ornamentos empregados nas mais variadas edificações de Vila Rica. Incluem-se aí as benfeitorias públicas mandadas construir sob os auspícios do Senado. Já ressaltara Ana Costa (2007, p. 39), que comumente, "[...] eram encontrados nichos, cruzes e outros elementos da simbologia cristã, que eram praticamente os únicos [símbolos] existentes na paisagem urbana colonial".

Em relação à cruz, principal símbolo cristão, Costa (2007, p.39) discorre sobre sua importância como um elemento do qual se depreende uma série de recomendações

[252]Lopes (1955, p. 139-140), cita documento: APM, CMOP, Cód. 250, fls. 74v.

impostas pela legislação canônica quanto ao seu uso. Parafraseando um trecho presente nas Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia, a mesma autora afirma haver legislação específica, apoiada nos dizeres do apóstolo Paulo, a qual "proíbe que se pinte ou ponha a imagem da cruz no chão onde possa ser pisada, como também embaixo de janelas ou na parte baixa das paredes, considerados lugares imundos e indescentes [...]"[253]. Por outro lado, a cruz foi sempre recomendada para consolação dos fiéis, muitas vezes sendo colocadas em equipamentos e lugares públicos tais como ruas, estradas e caminhos (COSTA, 2007, p.39).

Tão marcante quanto a simbologia de origem católica presente nas pontes e chafarizes edificados no período, seriam os oratórios surgidos nas vias principais da vila. Eponina Ruas (1958, p. 195) já chamava a atenção para a fortíssima ascendência ibérica, que teria se manifestado de forma considerável nas Gerais. Assim como tantos outros costumes entre os povos da região, sempre foram férteis as lendas e assombrações. Daí a quantidade desses pequenos nichos distribuídos em meio ao tecido urbano de Vila Rica[254].

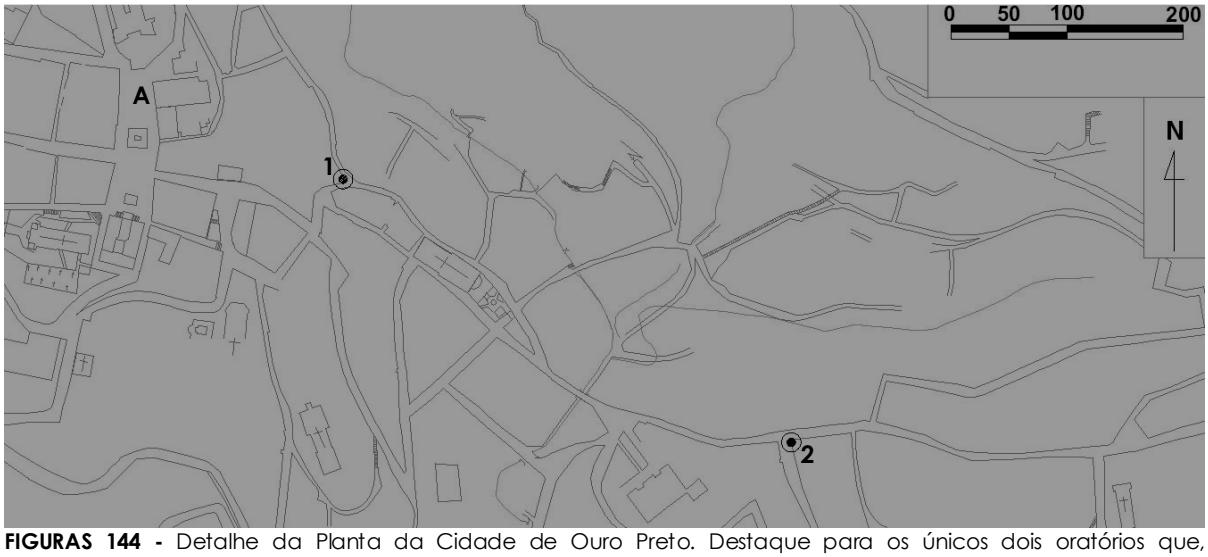
Situados em vários dos cruzamentos de ruas, os oratórios eram colocados em determinadas casas da vila sob a permissão de autoridades eclesiásticas, convidando pessoas a orar, pedindo proteção às supostas aparições noturnas que provocavam desassossego e pavor na população. Tratava-se de singelas construções particulares que usualmente tinham imagens de santos iluminados à noite por lâmpadas de azeite. Com o passar do tempo, foram desaparecendo (muitos deles acabaram sendo demolidos ainda no século XVIII), devido a intervenções que iam sofrendo as ruas e com a reconstrução de prédios (LOPES, 1955, p. 139).

Restam na cidade de Ouro Preto apenas dois desses antiqüíssimos oratórios, ainda incrustados nos cunhais de casarões: o da atual Rua Bernardo Vasconcelos, esquina com a Rua dos Paulistas – oratório de Nossa Senhora do Bom Despacho – e o do Alto da Cruz, sito no entroncamento da Rua Santa Efigênia (Rua do Vira Saia) com a atual Rua Barão do Ouro Branco – portando a imagem de Nossa Senhora das Almas (ALMEIDA, 1971, p. 80) (**FIGs. 144 e 145**).

---

[253] COSTA (2007, p. 39) menciona documento: Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia feitas, e ordenadas pelo ilustrissimo, e reverendíssimo senhor D. Sebastião Monteiro da Vide, 5º Arcebispo do dito Arcebispado, e do Conselho de Sua Majestade: propostas, e aceitas em o Synodo Diocesano, que o dito senhor celebrou em 12 de junho do anno de 1707. Introdução e revisão conego prebendado Ildefonso Xavier Vieira. Livro 1º, título 21, artigos 702, 703 e 705, p. 257 e 258. São Paulo: 2 Dez. 1853.

[254] A mesma autora chega a enfatizar que "não se registra nesta Vila Rica de outrora, Ouro Preto de hoje, Igreja (sic.) que não tenha sua lenda e seus contos de assombrações [...]" (RUAS, 1958, p. 195).



FIGURAS 144 - Detalhe da Planta da Cidade de Ouro Preto. Destaque para os únicos dois oratórios que, providenciados no século XVIII, remanescem na cidade. Observam-se: (1) "Oratório de Nossa Senhora do Bom Despacho", situado na esquina da Rua Bernardo de Vasconcelos (do Aleijadinho) com Rua dos Paulistas; (2) "Oratório de Nossa Senhora das Almas", na esquina da Rua Santa Efigênia com Rua Barão do Ouro Branco; (A) Praça Tiradentes (referência).
FONTE: CEMIG, 1998. (Alterada pelo autor, 2010).



FIGURAS 145A e 145B - Imagem do "Oratório de Nossa Senhora do Bom Despacho" (à esquerda) e do "Oratório de Nossa Senhora das Almas", (à direita).
FONTE: Elaboradas pelo autor, 2008.

Desse último, depreende uma curiosa história, embora ainda não saibamos sobre a veracidade do fato: nos anos setecentistas, Antônio Francisco Alves, outrora morador respeitável e negociante do bairro de Antonio Dias, teria utilizado a imagem do referido oratório como uma espécie de senha para que o bando de saqueadores pudesse atacar as caravanas que transportavam ouro para o Rio de Janeiro. Na véspera do assalto, um membro da quadrilha – que também era um cúmplice inserido na própria Casa de Fundição – mudava ligeiramente a posição da imagem sacra de acordo com a rota em

que a caravana deveria seguir, fosse por Cachoeira do Campo[255] ou pelo lado oposto. Assim, de acordo com a direção em que imagem era colocada, tornava-se possível saber o rumo que a caravana deveria seguir na manhã do dia seguinte (ALMEIDA, 1971, p. 81-82). Eis aqui a suposta explicação para que a atual Rua Santa Efigênia tenha sido tradicionalmente conhecida como "Rua do Vira Saia" desde meados dos Setecentos.

Passos (provenientes da Irmandade dos Passos da Freguesia do Pilar) também foram erguidos em Vila Rica, todos implantados ao longo da estrada tronco, a partir de meados do século XVIII. Tinham como principal finalidade marcar os passos da Via Sacra, abrindo-se para a rua especialmente na Quaresma como pontos de parada da procissão do Senhor dos Passos (COSTA, 2007, p. 39).

Parece que no último quartel dos Setecentos, já num suposto período de decadência de Vila Rica, muitas dessas modestas edificações cristãs se encontravam em estado de ruína. Contudo, alguns desses Passos perduram até hoje, conservados principalmente devido ao espírito religioso do povo de Ouro Preto e por intermédio das Irmandades (RUAS, 1956, p. 194) (**FIG. 146**).

Com base em levantamento realizado por Ruas (1958, p. 194), verifica-se que um total de seis Passos resistiram ao tempo: o de Antonio Dias (fronteiro à Rua do Ouvidor), o da Praça (na casa em esquina com a Rua Conde de Bobadela, ex-Rua Direita), o da Rua Tiradentes, próximo à Ponte dos Contos, o da Rua São José (na esquina da ladeira do Paracatu), o da Ponte Seca (no caminho do bairro do Pilar para o atual Rosário, datado de 1788) e o do Senhor da Pedra Fria (situado na Rua Alvarenga, no atual bairro Cabeças).

É verdade que muitas das pequeninas construções originais – dos Setecentos – acabaram sendo reconstruídas no mesmo local, enquanto outras foram transplantadas para sítios mais acessíveis, ao que parece, inclusive no decorrer do próprio século XVIII. Tem-se notícia de curioso documento datado de 17 de dezembro de 1786 em que "o Provedor André Rodrigues Passos propôs a mudança dos Passos dos lugares onde se achavam, em vista do péssimo estado de conservação e de carecerem de ser retificados". Dessa maneira, foi proposto – e aprovado pela mesa da Irmandade de Nossos Senhor dos Passos, na sessão seguinte, realizada a 21 de dezembro daquele mesmo ano – que os novos passos então "[...] fossem construídos onde parecesse à mesa mais conveniente e nas ruas que vêm da Casa da Câmara para a Matriz de Ouro Preto, pondo-se-os seguidos pelas então mais

[255] O distrito de Cachoeira do Campo (situado a oeste da antiga vila e acessado a partir do Passa-Dez) hoje pertence ao município de Ouro Preto, e dista cerca de 18km da atual Praça Tiradentes e 72km da cidade de Belo Horizonte.

freqüentadas: Rua Direita, de S. José, Rosário e Ponte Seca" (MENEZES, 1975b, p. 80-81). De fato, conforme se pode ver na **Figura 146**, abaixo, quase todos os monumentos providenciados por essa Irmandade e que têm resistido até os dias de hoje encontram-se distribuídos na região eclesiasticamente referente à Freguesia de Nossa Senhora do Pilar do Ouro Preto.

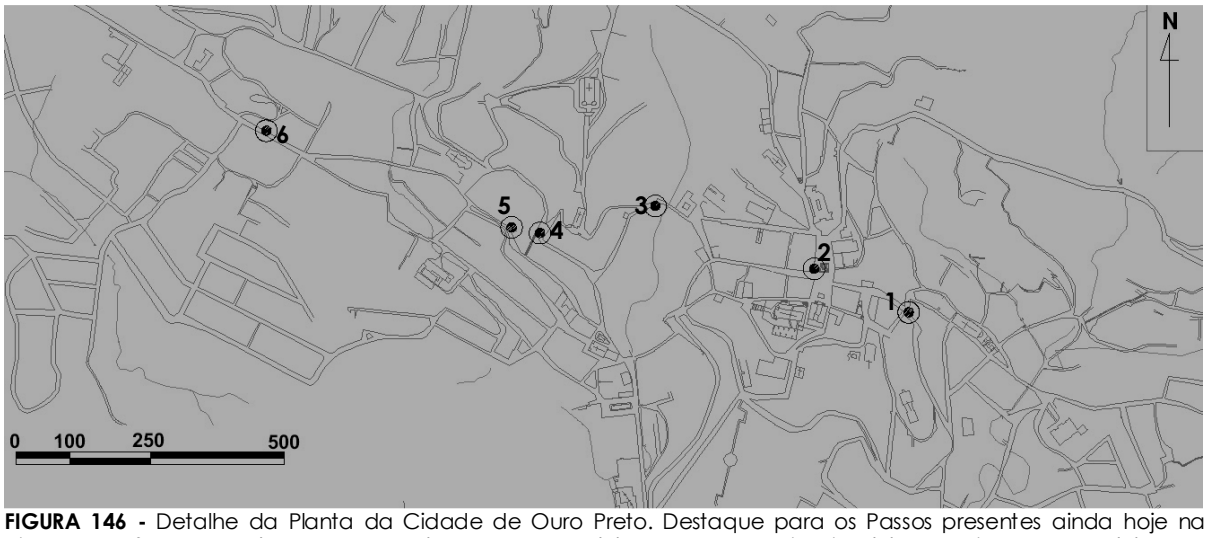


FIGURA 146 - Detalhe da Planta da Cidade de Ouro Preto. Destaque para os Passos presentes ainda hoje na cidade, conforme Ruas (1958, p. 192-194). Observam-se: (1) Passo de Antonio Dias; (2) Passo sito na Praça; (3) Passo da Rua Tiradentes; (4) Passo da Rua Dr. Getulio Vargas; (5) Passo da Ponte Seca; (6) Passo do Senhor da Pedra Fria. FONTE: CEMIG, 1998. (Alterada pelo autor, 2010).

Contudo, talvez a principal impressão cristã naquelas terras seria representada pelos edifícios religiosos (agora de maior porte) - fossem as capelas que outrora já existiam e sofriam grandes reformas ou mesmo reconstruções, fossem os novos e requintados templos que, uma vez erguidos, acabaram por favorecer o surgimento de novas nucleações.

Fazendo-se valer dos dizeres de Bastos (2003, p. 92-93), "ao mesmo tempo em que gradativamente se foi constituindo o decoro das povoações [...] as comunidades locais se foram consolidando concentradas em entidades religiosas e assistenciais – as irmandades". Dessa forma, "intesificaram-se as ereções de capelas a fim de abrigar com mais 'comodidade' seus exercícios, acompanhadas por requisições de condignidade, 'decência', 'melhor vista' e 'ornato'".

4.1 - Capelas da Terceira Etapa de ocupação

No período em tela (1730-60), novas capelas são erguidas na vila, agora em locais mais afastados do Morro de Santa Quitéria, assim como dos ribeiros principais. Nessa etapa, templos foram erigidos em pontos estratégicos situados ao longo do Caminho Tronco, estimulados pelas poucas construções existentes nas proximidades (embora muitas vezes pontuais e espaçadas) e também pelo movimento das tropas que ali transitavam.

Notemos que as novas capelas providenciadas não buscam associação direta com ribeiros, preferindo as meia-encostas que logo haviam se transformado em caminhos / ramificações da Estrada Tronco (**FIG. 147**).

Paralelamente à implantação dessas capelas - templos de São José dos Bem-Casados, de Nossa Senhora das Mercês e Perdões e do Rosário do Alto da Cruz do Padre Faria (**FIGs. 147 e 148**) -, ao longo das décadas de 1730, 1740 e 1760, as duas igrejas (matrizes) de Vila Rica foram submetidas a consideráveis reformas, conforme estudo de Menezes (1980; 1982). Ao mesmo tempo, no arraial do Padre Faria, um primitivo templo cederia lugar à capela do Rosário (edificada aproximadamente em 1740) (**FIGs. 35-39**). Em se tratando dessa última, vale a constatação de que tal templo é relativamente contemporâneo a um dito "Chafariz do fundo do Padre Faria", datado de 1744, e à atual ponte homônima, datada de 1750 (benfeitorias públicas das mais importantes daquele bairro, situadas bem próximas ao templo) (VASCONCELOS, 1956; RUAS, 1958).

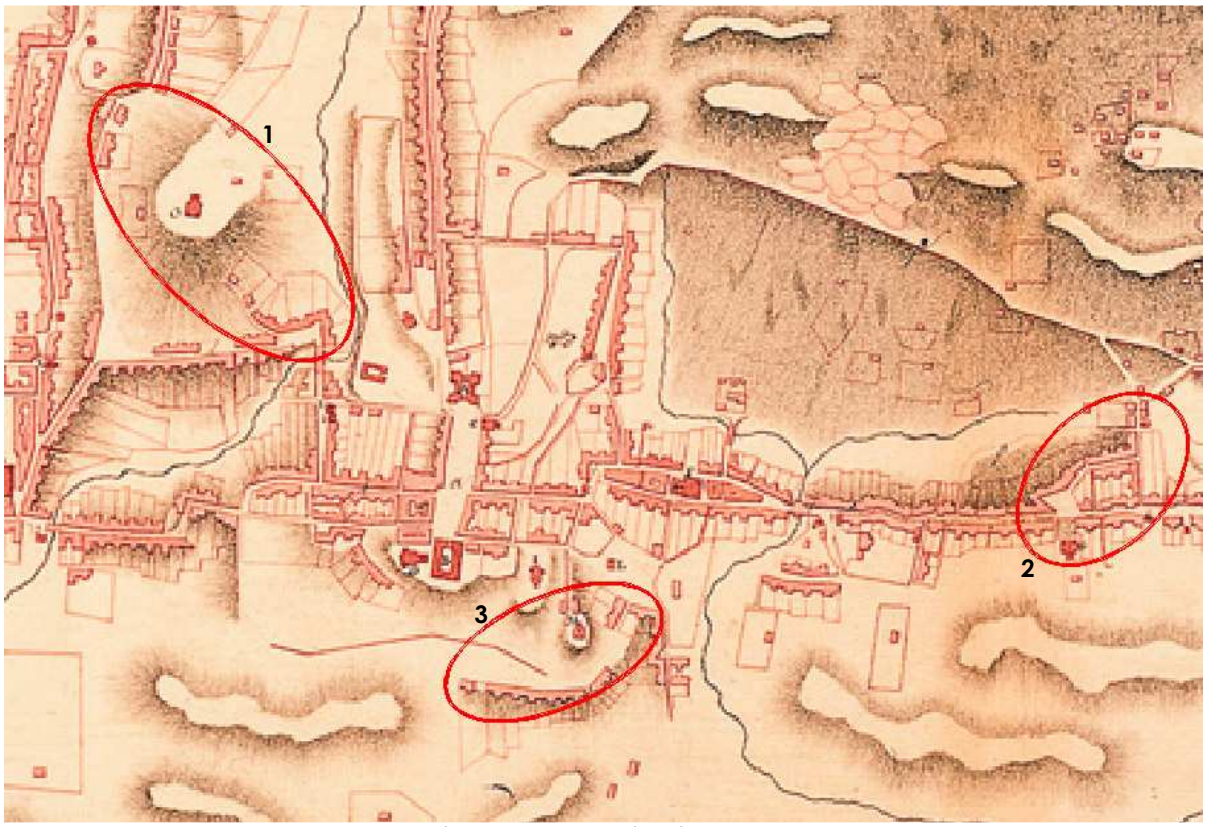


FIGURA 147 - Detalhe da planta setecentista "Mappa de Villa Rica", datada de ca. 1786-1787. Destaque para os núcleos (capelas e regiões) pertencentes à Terceira Etapa de ocupação. Observam-se (nomes atuais): (1) Região e Capela de São José dos Bem Casados; (2) Santa Efigênia/Capela de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos (antiga região denominada de Alto da Cruz); (3) Região e Capela de Nossa Senhora das Mercês e Perdões (antiga Capela de Nosso Senhor Bom Jesus dos Perdões).
Fonte: REIS FILHO, 2000, p. 215. (Alterada pelo autor, 2010).

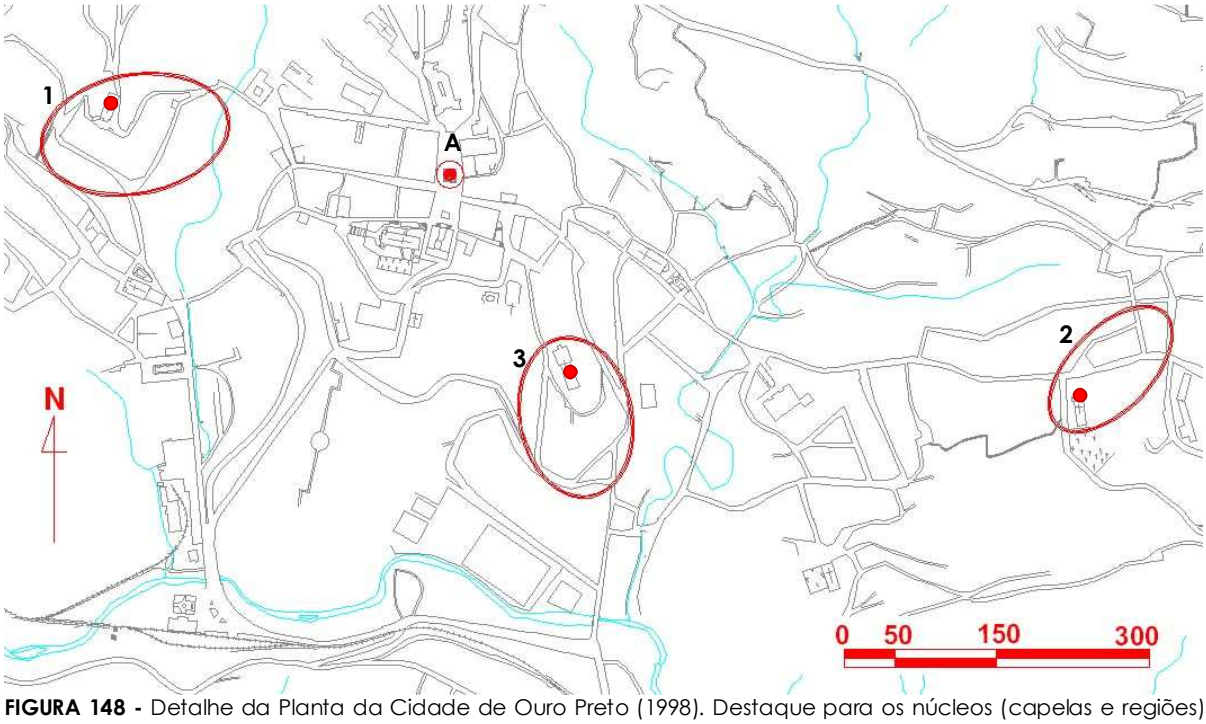
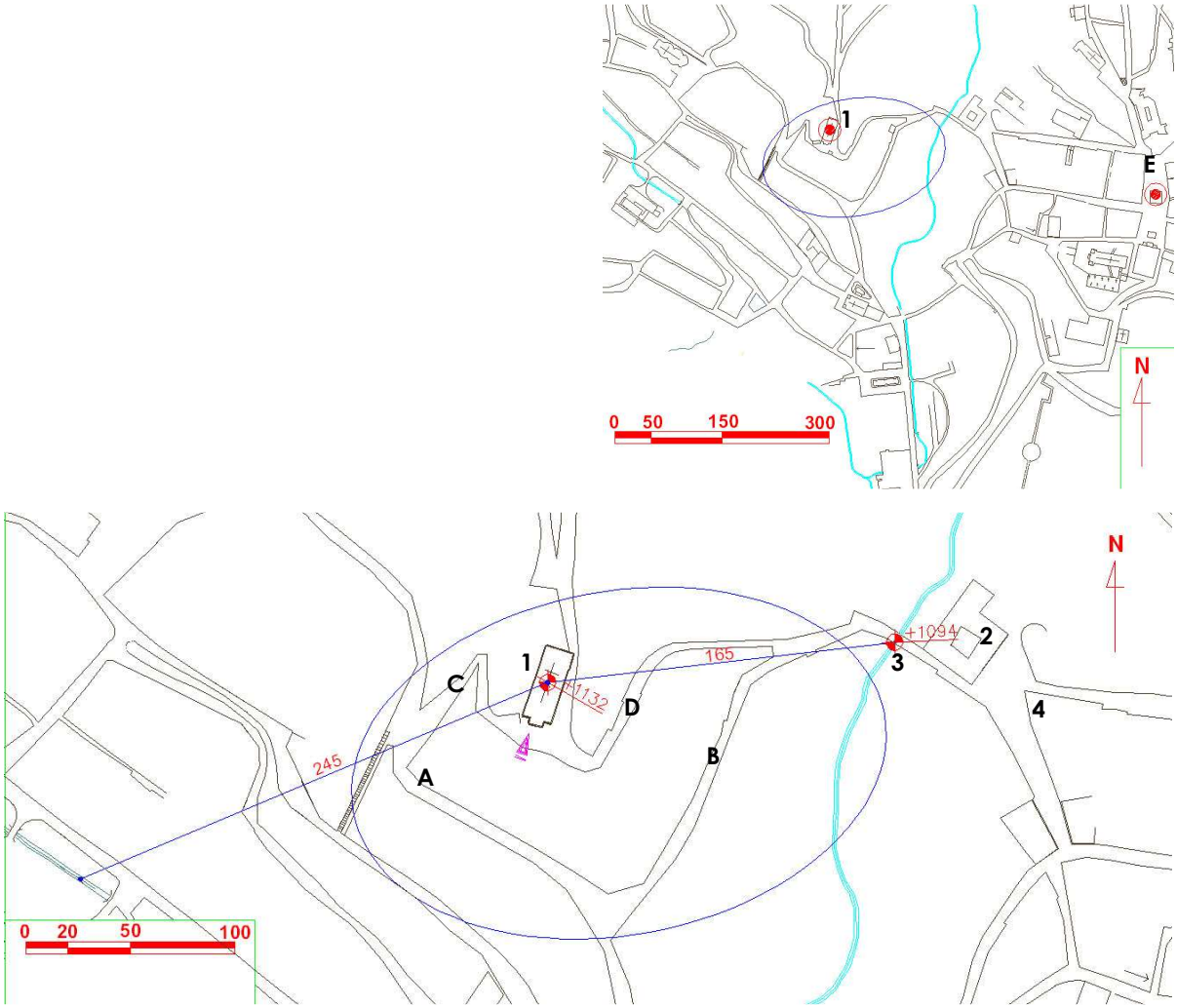


FIGURA 148 - Detalhe da Planta da Cidade de Ouro Preto (1998). Destaque para os núcleos (capelas e regiões) pertencentes à Terceira Etapa de ocupação. Observam-se (nomes atuais): (1) Região e Capela de São José dos Bem Casados; (2) Santa Efigênia/Capela de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos (antiga região denominada de Alto da Cruz); (3) Região e Capela de Nossa Senhora das Mercês e Perdões (antiga Capela de Nosso Senhor Bom Jesus dos Perdões); (A) Praça Tiradentes (referência).
Fonte: CEMIG, 1998. (Alterada pelo autor, 2010).

4.1.1 - Capela de São José dos Bem Casados e região

No local da atual capela de São José dos Bem Casados (**FIGs. 149 e 150**), existiu uma outra, primitiva, sustentada pelos homens Pardos de Vila Rica e edificada em 1730 (RUAS, 1956, p. 128). Ao que parece, pelo menos em 1726 já havia sido criada a Irmandade do Senhor São José dos Bem Cassados, embora a capela primeva tenha sido erigida graças à Irmandade do Senhor dos Passos[256] [257].

[256] Tal irmandade teria sido fundada na Matriz de Nossa Senhora da Conceição ("Provisão de Frei Antônio Guadalupe 14 out. 1726. apud RUAS, 1958, p. 126).
[257] Cônego Trindade (Revista do PHAN, 1956, p. 114), por sua vez, afirmou: "No mesmo local em que agora se assenta a Igreja de São José, erguia-se outrora uma capelinha da mesma invocação e pertencente à mesma irmandade". O cotejamento dos documentos resgatados por Trindade com as pesquisas empreendidas por Eponina Ruas leva-nos a crer que a as duas confrarias teriam feito uma cisão aproximadamente na época da edificação da primitiva capela. Escritos da época reforçam tal hipótese: de acordo com documento de 14 de fevereiro de 1730, "Dizem o Juis emais Irmaons da Meza que por sua devoção seachão servindo nesta Santa Irmandade do Patriarcha Sam Joze, nova mente erecta na Matris de Nossa Senhora do Pillar do Ouro preto de Villa Rica que elles levantarão com Licença do Reverendo Vigário da Vara a dita Irmandade". Noutro parecer, escrito um dia depois do documento anterior e endereçado ao "Ilustríssimo Senhor", tem-se os seguintes dizeres: "[...] Somente devo advertir que esta confraria foi ja erecta por authoridade do Reverendo Vigario digo Conego Antonio de Pinnas sendo Vigario da Vara de Villa Rica eseconcervava na matriz de Antonio Dias donde se passou para esta nova Capella, eaSim não tem mais digo necessidade de ser novamente erecta, mas se deve mandar ajuntar a antigua e que se seacoste aeste Compromisso e seaprezente ao Reverendo Vezitador ou ao Vigario da Vara para seperpetuar a jurisdição [...]" ([Documento referente ao erigir da Irmandade] *apud* TRINDADE, 1956, p. 125-126).



FIGURAS 149 e 150 - Detalhe da Planta da Cidade de Ouro Preto. Destaque para o arruamento (atual) gerado a partir do primitivo templo de São José dos Bem Casados e dos demais que o sucederam. Observam-se (nomes atuais): (1) Capela de São José dos bem Casados; (2) antiga Casa dos Contos (antes ainda, Casa do Real Contrato das Entradas); (3) Córrego do Ouro Preto (com Ponte de São José); (4) Local em que teria existido o Oratório do Espírito Santo: documentos setecentistas também fazem referência à extinta construção como sendo uma Capela (REIS FILHO, 2000, p. 215) ou como Ermida (MENEZES, 1975b, p. 127-128); (A) Rua Dr. Getulio Vargas (trecho da antiga Rua Nova do Sacramento); (B) Rua São José (trecho da antiga Rua Nova do Sacramento); (C) Rua Alferes J. Periquito; (D) Rua Teixeira Amaral; (E) Praça Tiradentes (referência).
Fonte: CEMIG, 1998.

No mesmo ano, em 1726, os Irmãos devotos de São José teriam providenciado uma petição "[...] p.ª poderem o Sup.es [suplicantes] fazerem a Capella do d.º Sto. no lugar e citio que lehe concignou a camara desta V.ª lhes he perciza Licença de V. Illma [...]" (TRINDADE, 1956, p. 128-129)[258]. Também documentado naquela ocasião, ressaltemos um trecho dos trâmites da provisão concedida para se erigir o templo, que traz informações igualmente importantes para a história da capelinha primitiva, bem como da aprovação do local, considerado adequado para acomodá-la:

[258] Trindade (1956, p. 128-129) transcreve documento: [Documento referente à Provisão da capela, 1726]. Data de 1726.

> [...] a qual petição sendo por nôs vista havemos por bem de conceder Licença, como pella prez.te nossa provisão a concedemos p.ª erigir a capella do gloriozo S.or S. Joseph dos bens cazados sendo em Lugar decente aSignado pello R.do [Reverendo] Vigr.º (Vigário] e despois de edificada e dotada como mandão as constituiçoens recorrerão a nôs para a mandarmos vízítar e benzer [...] E declaramos que a dita L.ca (Licença] a concedemos não prejudicando os direitos parochiaes (TRINDADE, 1956, p. 129-130, grifo nosso). [259]

Depois de confirmada a referida provisão, a construção tivera início. Logo após a conclusão das primeiras obras – em 1731 –, parece que o templo outrora existente teria recebido a imagem do Senhor dos Passos, então situada na Matriz de Nossa Senhora do Pilar. Justifica-se tal procedimento, o fato de que antes de proverem templo próprio, a Irmandade dos Passos se estabelecera na Matriz de Nossa Senhora do Pilar – sede da freguesia e local onde havia sido criada. Assim, de acordo com um documento da época, no chamado Triunfo Eucarístico, propunha-se então trasladar o Santíssimo Sacramento e imagens da igreja para a Capela de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos, "excepto a magem [imagem] do S. dos Passos, que a querem trasladar para a Capella de S. José, em que somente tem cómodidade [...]" (LIMA, 1902, p. 987)[260].

O fausto cortejo religioso, ocorrido no dia 24 de maio de 1733, teria atraído a sociedade mineradora "vilarriquenha" a participar do triunfal retorno do Santíssimo Sacramento para a matriz, empreendendo a inauguração oficial da outrora recém-aberta "Rua Nova do Sacramento"[261]. A abertura do novo caminho, segundo teriam justificado os oficiais da Irmandade do Rosário dos Pretos alguns anos depois, foi necessária para a trasladação do Santíssimo: "[...] por não haver rua, nem commodidade para hir a Procissão se romperão morros ingremes incapazes de habitação, o q. fizerão os supp.tes á sua custa fazendo huá rua q. hoje he a melhor e de mais comerço [comércio?][262] q. tem a d.a V.a" (LOPES, 1955, p. 194)[263].

---

[259] Trindade (1956, p. 129-130) transcreve documento: [Documento referente à Provisão da capela, 1726]. Data de 1726.

[260] Lima (1902, p. 987) transcreve o seguinte documento: "Const.m da Matriz de Ouro Preto".

[261] Conforme já mencionamos, a dita "Rua Nova do Sacramento" foi aberta às custas da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário em troca de um terreno concedido pela Senado da Câmara àquela Irmandade que, por sua vez, possivelmente o teria aproveitado para edificação da atual Capela do Rosário, sita no bairro homônimo.

[262] Ivo Porto de Menezes (AHU Minas Gerais, Caixa 28 DO (maço 110) apud MENEZES, 1975a, p. 216) chegou a transcrever o mesmo documento, embora tenha interpretado o termo "de mais comerço q. tem a d.a V.a" como "de mais concurso, que tem a dita Vila". Diante dessa interpretação, parece-nos que o referido substantivo "concurso" apresentaria então significado de "percurso de encontro" ou "afluência" (HOUAISS, 2002), referindo-se à "melhoria" na interligação dos dois antigos e importantes arraiais (Pilar e Caquende), a partir de então, por mais um caminho que acabara de ser aberto. Em contrapartida, caso o mesmo termo empregado no documento original seja uma derivação da atual palavra da língua portuguesa "comércio", ainda mais curioso seria o fato de que grande trecho do referido caminho, compreendendo as atuais Rua Dr. Getulio Vargas e Rua São José, ainda tenha permanecido como uma das mais importantes ruas de Ouro Preto onde impera o uso comercial, hoje concentrando principalmente pequenas lojas, restaurantes e agências bancárias.

[263] Lopes (1955, p. 194) transcreve documento: APM SG, Cód. 111, fls. 6.

Diante do histórico acontecimento, o fator mais relevante para a presente pesquisa é a constatação do arruamento criado na ocasião, perpassando o sopé do promontório artificial em que a então recém-edificada capela de São José havia sido implantada. Isso teria contribuído para a maior valorização e destaque do referido templo, bem como o rápido adensamento nas imediações (**FIG. 151**). Tamanha foi a aproximação/interrelação da antiga Rua Nova do Sacramento com o templo que esse arruamento, alguns anos depois de inaugurado, passaria a ser conhecido também como "Rua de S. José"[264]. Às margens da dita rua, teriam estabelecido residência, inclusive, os Oficiais daquela irmandade (VASCONCELOS, 1955, p. 218).

Na realidade, constatamos que a dita "Rua Nova da Sacramento", de acordo com um tombamento da então Vila Rica (ordenado por D. João VI e datado de 1812), principiava "detrás da Capela do Rosário até a Ponte de São José" (VASCONCELOS, 1955, p. 216-221). Desse modo, é verossímil registrar que consistia não apenas no novo trajeto entre o templo do Rosário até a igreja de Nossa Senhora do Pilar[265], estendendo-se também até a ponte que atravessa o Córrego do Ouro Preto (**FIG. 151**)[266].

---

[264] Sabe-se, por meio de um documento de 1766, que Manoel da Fonseca Neto esteve a cargo de fazer um "paredam e cortina em a rua de S. José que vai para o ruzario". Tal "paredam" deveria se situar "pella parte de traz da fonte do ruzario para segurar a rua e incnamento [encanamento] que vem por sima da capella nova [Capela do Rosário]" (APM, Documentos Avulsos, microfilme In Pesquisa realizada por Ivo Porto de Menezes (MENEZES, 1970-1999 – grifo nosso).

[265] Contudo, o bom senso científico exige-nos conjecturar que também seria possível que o percurso do Triunfo Eucarístico ocorrido em 1733 consistisse na travessia da "Rua Nova do Sacramento" e Rua dos Caldeireiros, perpassando a Rua Paraná. Em contrapartida, tornando-se apenas um trecho do trajeto, a Rua do Sacramento não teria a importância ou, até mesmo, "decência", que poderia obter sendo capaz de cumprir sozinha a interligação dos dois templos (**FIG. 151**). Em reunião com o professor Ivo Porto de Menezes (realizada no dia 04 de agosto de 2011), este chegou a conjecturar a validade dessa outra hipótese, justificando que a Rua Randolpho Bretas (embora da mesma largura das ruas Dr. Getulio Vargas e São José) seria bastante íngreme para a passagem da referida procissão. Diante dessas diversificadas deduções, por ora pode-se apenas concluir que só o encontro de documentos por nós ainda desconhecidos é que seria capaz de precisar o segmento da "Rua Nova do Sacramento" em sua integridade, bem como o itinerário da procissão do Triunfo eucarístico.

[266] No tombamento realizado em 1822 (VASCONCELOS, 1955, p. 216-221), a região denominada de "Rua Nova do Sacramento", incluía também um tal "beco que segue da rua para o córrego", talvez o mesmo que outrora seria mencionado como "beco que sai da rua para o córrego". Cabe destacar que o referido "beco" aparece desde o aforamento de 1737, ou seja, realizado quase cem anos antes (VASCONCELOS, 1955, p. 188). De acordo com o tombamento do primeiro quartel dos Oitocentos, também faria parte da região uma dita "Praça do Sr. Bom Jesus" e o já mencionado "Largo do Jôgo da Bola". Parece que outras vertentes de arruamentos provavelmente também foram abertas a partir do caminho principal, como uma tal "ladeira denominada de Simão da Rocha", bem como uma "rua da Olaria que segue para o Hospício da Terra Santa", e uma "Ladeira que sobe para a Capela de S. José" (VASCONCELOS, 1955, p. 216-221).



FIGURA 151 - Detalhe da Planta da Cidade de Ouro Preto, mostrando a região da Capela de São José dos Bem Casados. Destaque para o arruamento outrora denominado de "Rua Nova do Sacramento", sendo que grande parte do percurso passaria a ser chamado de "Rua de S. José". Observam-se: (1) Capela de São José dos Bem Casados; (2) Capela de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos; (A) Praça Silviano Brandão ("Largo da Alegria"); (B) Praça Reinaldo O. Alves de Brito. Já no século XIX, o trecho entre a atual Praça Silviano Brandão (A) e a Praça Reinaldo O. Alves de Brito (B) receberia o nome de "Rua do Tiradentes". Curiosamente, a partir do século XX a então "Rua de S. José" passa a se chamar Rua Dr. Getulio Vargas – trecho desde a Capela do Rosário (2) até a Praça Silviano Brandão (A) – enquanto a outrora "Rua do Tiradentes" passa a ser conhecida como "Rua de São José", da "Praça Silviano Brandão" (A) até a Praça Reinaldo O. Alves de Brito (B). Em destaque na planta, vê-se também o percurso do antigo "Largo da Alegria", atual Praça Silviano Brandão (A) até a Matriz de Nossa Senhora do Pilar (3), compreendendo o outro trecho da então dita "Rua Nova do Sacramento" (interligando a Capela de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos à Matriz de Nossa Senhora do Pilar).
FONTE: CEMIG, 1998. (Alterada pelo autor, 2010).

Parece que o nome "São José" teria sido referência a todo o caminho (do Rosário até a ponte também conhecida como "dos Contos") até, pelo menos, o início do século XIX. De acordo com o tombamento de 1812, verifica-se que a casa de um tal Joaquim da Silva Meireles situava-se "na mesma rua do Sacramento e São José" (VASCONCELOS, 1955, p. 220).

Provavelmente já no final do século XIX, um trecho do mesmo percurso principal receberia o nome de "Rua do Tiradentes"[267]. Outro trecho do antigo caminho permaneceria denominado de Rua de São José até, pelo menos, meados do século XX, conforme levantamento cadastral de Sylvio de Vasconcellos e equipe (SORGINE, 2008, p. 145), realizado na cidade de Ouro Preto na referida época[268]. Percurso esse, que parte de um entroncamento com um dos flancos da Capela de São José (provável "ladeira que sobe para a Capela de S. José" atual Rua Alferes J. Periquito) até o dito "Largo da Alegria" (VASCONCELOS, 1955, p. 221) (**FIG. 151**).

---

[267] Informações extraídas do seguinte documento: Livro de Termos dos Prédios e Terras de Sesmaria Municipal, 1872, fls. 38. Pesquisa realizada por Ivo Porto de Menezes, (MENEZES, 1970-1999).
[268] De acordo com mapa elaborado na década de 1930 e publicado por Manoel Bandeira, em seu "Guia de Ouro Preto" (edição de 1957), o trajeto da dita "Rua São José", na época, compreendia desde a Capela do Rosário até o "Largo da Alegria" (atual Praça Silviano Brandão). Partindo dali até a "Praça Américo Lopes", a rua já receberia o nome de "Randolpho Bretas", o qual ainda persiste naquele trecho.

Retornemos à história da edificação da Capela de São José dos Bem Casados. Vinte anos depois de construído o templo primitivo, a Irmandade de São José dos Bem Casados deliberou construir a atual capela (TRINDADE, 1956, p. 114): "Repete-se pois aqui o que sucedeu em muitas igrejas (sic) mineiras, visto que os Irmãos trataram de erigir nova capela em 1752" (SOUZA, 1984, p. 240)[269]. Assim sendo, a data de 7 de maio de 1757 marcaria a provisão de visita e sua bênção – evento provavelmente realizado em março de 1761 (TRINDADE, 1956, p. 114-115).

Apresentando como característica arquitetônica marcante a presença de uma única torre, localizada no eixo central do templo, a capela de São José se destaca na paisagem diferenciando-se dos demais templos da atual cidade de Ouro Preto (**FIG. 152**)[270]. Segundo Souza (1984, p. 240), esta capela, bem como o seu adro, está implantada num aterro, facilmente acessado por meio das duas vias que flanqueiam a meia-encosta (atuais Ruas Alferes Periquito e Rua Teixeira Amaral) e também através da parte posterior da plataforma e por uma importante vertente da "estrada tronco" (**FIGs. 149 e 150**).

A partir de adaptações realizadas no terreno (contido por muros de pedra) visando melhor acomodação e valorização do templo, este pôde se destacar na paisagem apesar de sua modesta proporção, principalmente quando comparado a outros templos erguidos em Vila Rica na segunda metade dos Setecentos.

[269] Os recibos do serviço então realizado pelo mestre encarregado das obras de pedra e corpo da capela – José Pereira dos Santos, renomado artista de meados do século XVIII – datam de 1753 a 1759 (TRINDADE, 1956, p. 115).
[270] Embora a Capela de Nossa Senhora das Mercês e Misericórdia (Mercês de cima), correspondente à quarta etapa da ocupação, também possua torre única, centralizada. As duas capelas, pertencentes à Irmandade das Mercês, são as únicas de Ouro Preto que possuem essa característica arquitetônica (veja-se "ANEXO B").



FIGURA 152 - Vista da Capela de São José, com seu partido arquitetônico de torre única. O templo é facilmente acessado a partir da Rua Dr. Getulio Vargas (outrora dita Rua de São José) por meio das vias que flanqueiam a meia-encosta na qual está inserido.
Fonte: IPHAN/MINC, 2002 – fotos de Rodrigo Marcandier e Robson Godinho.



FIGURA 153 - Rua de São José contando com edifício mandado construir por João Rodrigues de Macedo (ca. 1783 - 1787) e que abrigou a "Casa dos Contos" (LOPES, 1955, p. 39).
Fonte: Elaborada pelo autor, 2010.

Algumas décadas depois de inaugurada a atual Capela de São José, é provável que a instalação de outro edifício monumental, a Casa dos Contos[271] – construção inicialmente providenciada pelo contratador João Rodrigues Macedo como edifício particular e, depois, estando vinculada diretamente ao Estado, sendo concluída por volta de 1787 (LOPES, 1951, p. 79; SOUZA, 1984, p. 245) – também tenha contribuído para um maior adensamento na ocupação daquela região ainda no final do século XVIII (**FIGs. 153-155**).

[271] A denominação de casa dos Contos foi tradicionalmente usada nas Minas Gerais para designar o prédio em que eram guardados os cofres do ouro (LOPES, 1955, p. 43).

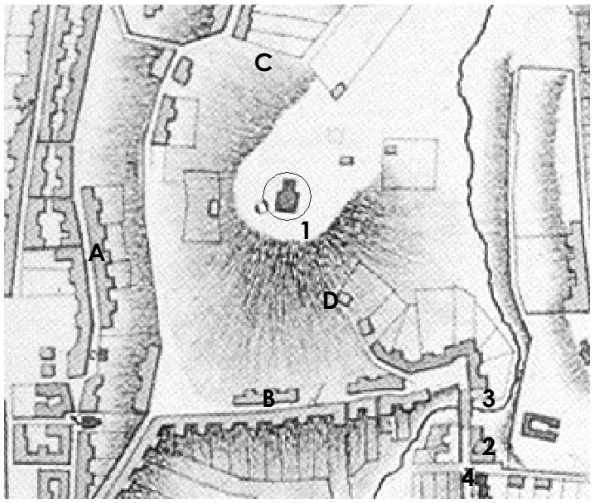


FIGURA 154
Fonte: REIS FILHO, 2000, p. 215. (Alterada pelo autor, 2010).

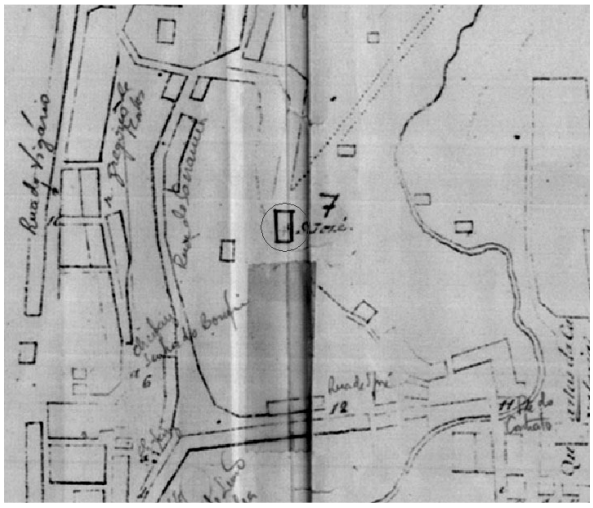


FIGURA 155
Fonte: NIEMEYER, 1888. Acervo de Ivo Porto de Menezes (cópia do documento). (Alterada pelo autor, 2010).

Detalhe de plantas do final do século XVIII (à esquerda, "Mappa de Villa Rica", ca. 1786-1787; à direita, "Planta de Villa Rica de N.ª S. Do Pilar", ca. 1783-1785). Destaque para onde ocorreu a incipiente ocupação na região da Capela de São José dos Bem Casados, gerada a partir do primitivo templo e dos demais que o sucederiam naquele local. Observam-se (nomes atuais): (1) Capela de São José dos bem Casados; (2) Casa dos Contos ("Casa do Contrato"); (3) Córrego do Ouro Preto (com Ponte de São José); (4) Local em que teria existido o Oratório do Espírito Santo: documentos setecentistas também fazem referência à extinta construção como sendo uma Capela (REIS FILHO, 2000, p. 215) ou como Ermida (MENEZES, 1975b, p. 127-128); (A) Rua Dr. Getulio Vargas (trecho da antiga Rua Nova do Sacramento); (B) Rua São José (trecho da antiga Rua Nova do Sacramento); (C) Rua Alferes J. Periquito; (D) Rua Teixeira Amaral.

Enquanto na Vila do Carmo não chegou a ser construída Casa de Fundição propriamente dita, em Vila Rica, providenciou-se uma casa para os cofres já na década seguinte à sua fundação. Em carta então endereçada ao rei e datada de 1722, comunicara o governador das Minas D. Lourenço de Almeida que "se resolveo o D.r Prov.or da faz. da Real Antonio Berquó del Rio em fazer huas cazas em V.a Rica e a mais principal dellas, a concertou com todo o aceyo que permite a terra para se caza de contos (LOPES, 1955, p. 40)[272]. Em 1734, as referidas "casas" haveriam de sofrer reformas "q era precizo p.a as obras q. se pertende fazer nos fundos da Caza dos Contos da Provedoria da fazenda Real" (LOPES, 1955, p. 42)[273], sendo os únicos registros encontrados sobre novas obras na outrora edificação primária, que teria abrigado a Casa dos Contos, segundo Lopes (1955, p. 41).

Já no último quartel do século XVIII, o imponente prédio teria sido construído, inicialmente, para servir de residência ao abonado contratador português João Rodrigues de Macedo. Ao findar seu contrato para a cobrança de Dízimos e Direitos das Entradas, Rodrigues de Macedo se viu enveredado em dívidas para com o Erário Real, resultando no confisco de sua planejada residência. Assim, as repartições da Junta da Fazenda foram transferidas para o referido imóvel ainda no século XVIII – incluindo-se os cofres públicos – tornando-o

[272] Lopes (1955, p. 40) transcreve documento: APM SG, Cód. 23, fls. 120.
[273] Lopes (1955, p. 42) transcreve documento: APM DF, Cód. 16, fls. 161v.

conhecido como "Casa do Real Contrato das Entradas" ou "Casa do Contrato" e, depois, "Casa dos Contos" (LOPES, 1955, p. 39, 79-86) (**FIG. 153**).

Importa mencionar também a suposta existência de uma outrora "Capela do Esp. Sto." construída na região, identificada em documento cartográfico de ca. 1786-1787[274] (**FIGs. 154, 155**). Noutro importante documento também do século XVIII, todavia, essa mesma construção é identificada como uma "ermida" que outrora teria existido ali (onde atualmente funciona a Promotoria de Justiça de Ouro Preto) (MENEZES, 1975b, p. 127)[275]. Ainda mais curioso é o que consta em um documento de novembro de 1776, nos levando a inferir que se tratava de um oratório particular de origem setecentista. Dispondo de maiores detalhes, o referido documento faz menção ao "encomodo que cauza ao bem publico da serventia dos moradores desta V.a o Oratorio do Espirito Santo que esta cituado na esquina da Rua das Flores" (LOPES, 1955, p. 139, grifo nosso)[276].

Parece que o suposto oratório teria sido extinto no último quartel do século XVIII. Segundo consta no mesmo documento de 1776, as "servidoens publicas devem ser sempre com mayor comodidade dos habitantes na forma das ordens expedidas" (LOPES, 1955, p. 139)[277]. Portanto, teria ordenado o Governador ao Capitão-mor da vila que "faça Logo demolir o d.o Oratório", já que o terreno até então ocupado não deveria "servir nunca de Privilegio a cada hu dos moradores que os possuem, quando deve prevallecer a utilid.e publica" (LOPES, 1955, p. 139)[278].

Apesar de este elemento cristão ter sido demolido, a Capela de São José – definitivo marco religioso regional - continuaria atuando como principal elemento na expansão e ordenamento da nucleação, assim como muitos outros templos da vila atuariam em seus respectivos arraiais.

4.1.2 - Capela de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos do Alto da Cruz de Padre Faria e região (atual bairro de Santa Efigênia)

Nos primeiros anos de Vila Rica, a região do Alto da Cruz era, muitas vezes, reconhecida apenas como passagem do arraial de Antonio Dias para o do Padre Faria (**FIGs. 157, 158**) Portanto, constam nos aforamentos (VASCONCELOS, 1941, p. 243, 246, 252), dentre outras, as

---

[274] Veja-se "ANEXO B". Carvalho (1921, p. 293) também faz menção ao templo.
[275] Documento reproduzido por Ivo Porto de Menezes e acrescentado no livro de Joaquim Furtado de Menezes (1975b, p. 127-128) como "notas" complementares: AHU Minas Gerais, caixa 44, (1756-1809). Vila Rica, 3 out. 1786. Para acesso ao documento, transcrito, veja-se "ANEXO A".
[276] Lopes (1955, p. 139) transcreve documento: APM SG, Cód. 120, fls. 38.
[277] Lopes (1955, p. 139) transcreve documento: APM SG, Cód. 120, fls. 38.
[278] Lopes (1955, p. 139) transcreve documento: APM SG, Cód. 120, fls. 38.

seguintes menções à região: "na ponte do rego que vai de Antonio Dias para o Padre Faria", "tres braças de terras passando a ponte de Antonio Dias hindo para o Pd. Faria da banda do morro", "tres braças na rua que vai para o bairro do Padre Faria". Tais registros acima mencionadas foram deferidas nos anos de 1712, 1713 e 1719, respectivamente (**FIG. 156**).

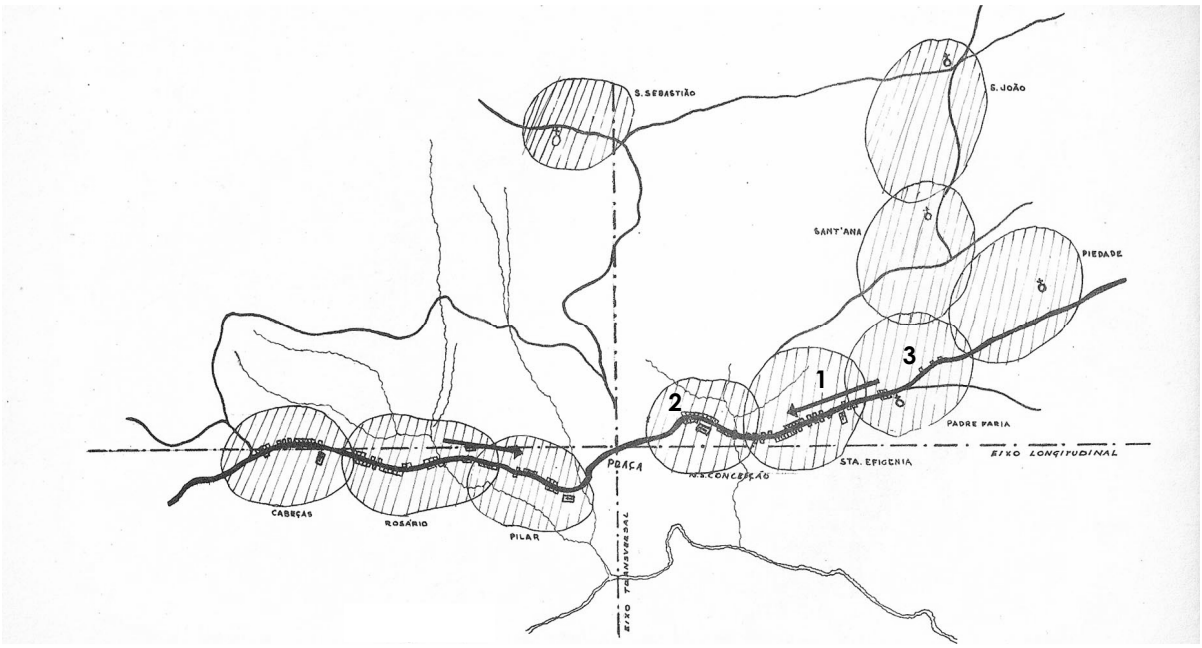
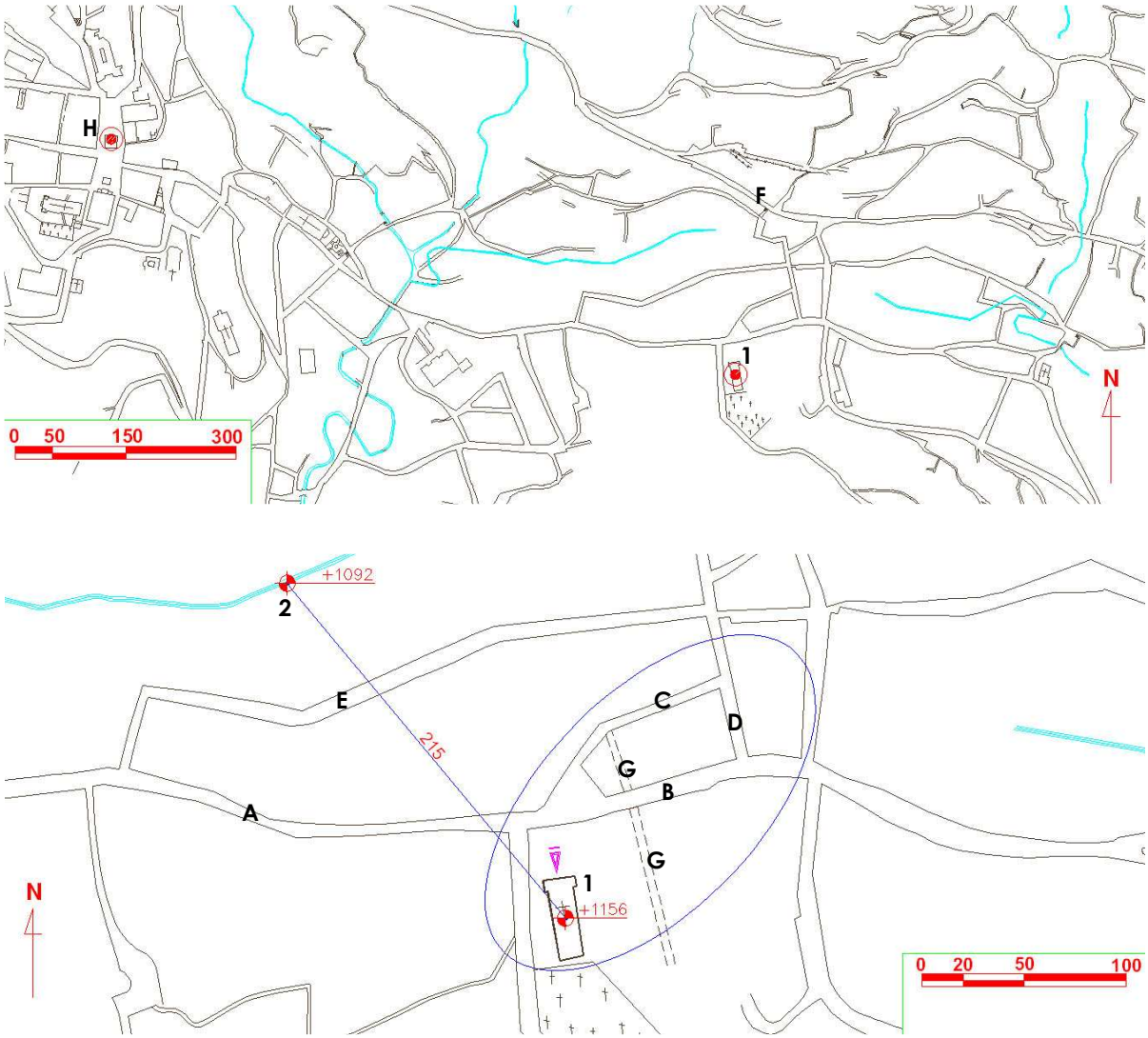


FIGURA 156
"Estudo inicial de Sylvio de Vasconcellos apontando os primeiros arraiais". Parte B. Em destaque, a "estrada tronco" e nucleações, com a identificação da região de Santa Efigênia (1), situada entre Antonio Dias (2) e Padre Faria (3).
Fonte: VASCONCELLOS, 1951. (Alterada pelo autor, 2010).



FIGURAS 157 e 158
Detalhe da Planta da Cidade de Ouro Preto. Destaque para o arruamento (atual) gerado a partir do templo de Nossa Senhora do Rosário (do Alto da Cruz). Observam-se (nomes atuais): (1) Capela de Nossa Senhora do Rosário; (2) Córrego do Sobreira (vertente do Córrego de Antonio Dias); (A) Rua Santa Efigênia; (B) Rua Padre Faria; (C) Rua Padre Viegas; (D) Rua Resende; (E) Rua Dr. João Veloso (antigo Caminho Novo); (F) Rua Maciel (Antigo Caminho das Lages); (G) Arruamentos hoje inexistentes; (H) Praça Tiradentes (referência).
Fonte: CEMIG, 1998. (Alterada pelo autor, 2010).

A partir de ca. 1733 - suposta data da construção do templo (CARRAZZONI, 1987, p. 238-239), é possível que a Capela do Rosário dos Pretos do Alto da Cruz tenha contribuído para o adensamento e expansão de seu entorno imediato. A abertura do chamado "Caminho Novo" (atual Rua Dr. João Veloso), bem como os caminhos situados defronte ao adro da capela, correspondentes às atuais Rua Padre Viegas e Rua Resende, possivelmente foram condicionados e ocupados – ainda no século XVIII – após o erigir da capela. Podemos verificar essa linha evolutiva de ocupação por meio da análise comparativa entre a Estrada Tronco original (**FIG. 156**), a expansão do bairro impressa nas plantas do final do século XVIII e, por fim, a relativa estagnação da região no século XIX (**FIGs. 159-161**).

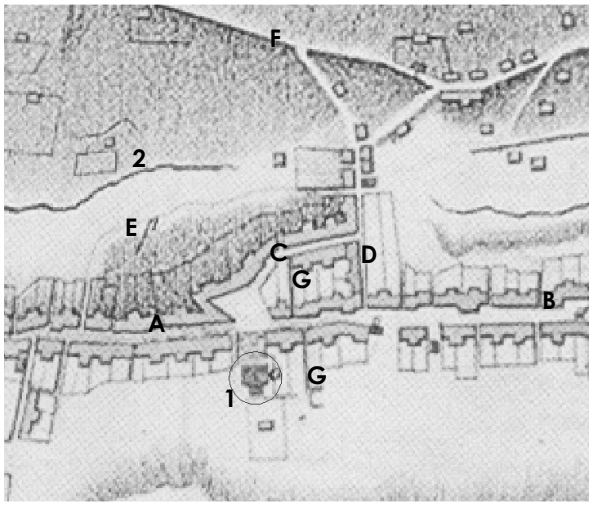


FIGURA 159

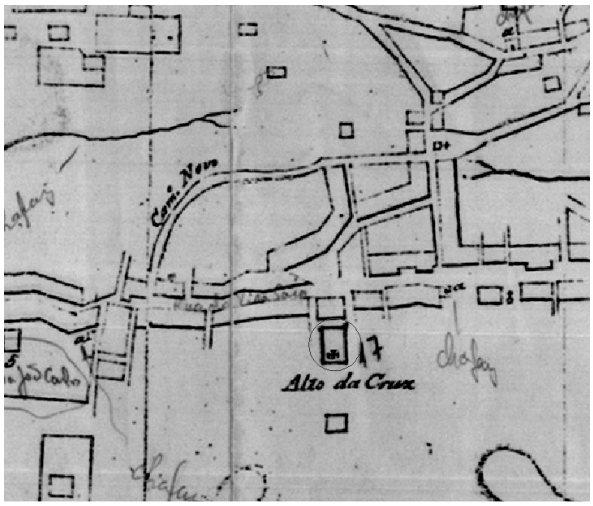


FIGURA 160

Detalhe de plantas do final do século XVIII (à esquerda, "Mappa de Villa Rica", ca. 1786-1787; à direita, "Planta de Villa Rica de N.ª S. Do Pilar", ca. 1783-1785). Destaque para onde ocorreu a incipiente ocupação da antiga região do Alto da Cruz (atual bairro de Santa Efigênia), gerada a partir do templo de Nossa Senhora do Rosário. Observam-se (nomes atuais): (1) Capela de Nossa Senhora do Rosário; (2) Córrego do Sobreira (vertente do Córrego de Antonio Dias); (A) Rua Santa Efigênia; (B) Rua Padre Faria; (C) Rua Padre Viegas; (D) Rua Resende; (E) Rua Dr. João Veloso (antigo "Caminho Novo"); (F) Rua Maciel (Antigo Caminho das Lages); (G) Arruamentos hoje inexistentes. Em ambas as plantas, percebe-se um nítido adensamento defronte ao templo erguido em 1733, bem como a interligação do antigo arraial ao caminho das Lages e também o pré-surgimento de arruamentos nas adjacências, com destaque para o então Caminho Novo.

Fonte: REIS FILHO, 2000, p. 215. (Alterada pelo autor, 2010).

Fonte: NIEMEYER, 1888. Acervo de Ivo Porto de Menezes (cópia do documento). (Alterada pelo autor, 2010).

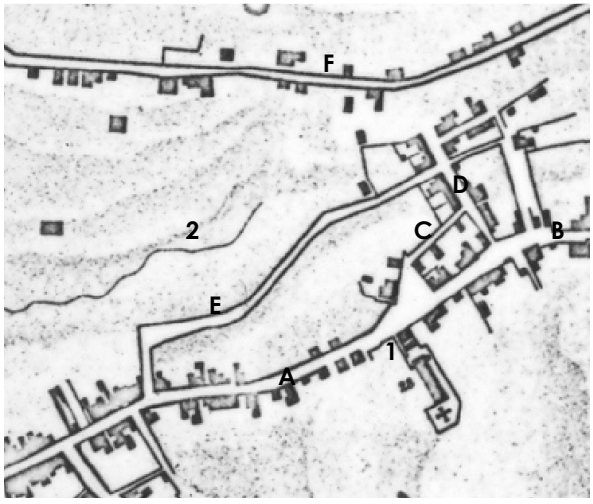


FIGURA161

Detalhe da "Planta da cidade de Ouro-Preto", ca. 1888. Destaque para onde ocorreu a incipiente ocupação da antiga região do Alto da Cruz (atual bairro de Santa Efigênia), gerada a partir do templo de Nossa Senhora do Rosário. Observam-se (nomes atuais): (1) Capela de Nossa Senhora do Rosário; (2) Córrego do Sobreira (vertente do Córrego de Antonio Dias); (A) Rua Santa Efigênia; (B) Rua Padre Faria; (C) Rua Padre Viegas; (D) Rua Resende; (E) Rua Dr. João Veloso (antigo Caminho Novo); (F) Rua Maciel (Antigo Caminho das Lages). Após o súbito adensamento em razão do templo (implantado na década de 1730), a região irá mostrar, de certa forma, estagnada em termos populacionais a partir da segunda metade do século XIII e ao longo do século XIX.

Fonte: BROSENIUS, 1888. Acervo de Ivo Porto de Menezes (cópia do documento).(Alterada pelo autor, 2010).

4.1.3 - Capela de Nossa Senhora das Mercês e Perdões (Mercês de Baixo) e região

Anteriormente à chegada e ocupação da Irmandade das Mercês, essa região, pertencente à Freguesia de Nossa Senhora da Conceição (**FIGs. 162 e 163**), já havia sido ocupada, sendo que o templo outrora existente era o de Nosso Senhor do Bom Jesus dos Perdões. Ainda não se sabe precisar a data da antiga capela e, tampouco, se aquele foi o primeiro edifício religioso da região. No entanto, é provável que tenha sido erigida na década de 1730 ou início da década seguinte[279], uma vez que a escritura de patrimônio desta Capela do Bom Jesus dos Perdões é datada de 1º de agosto de 1742 (TRINDADE, 1945, p. 59).

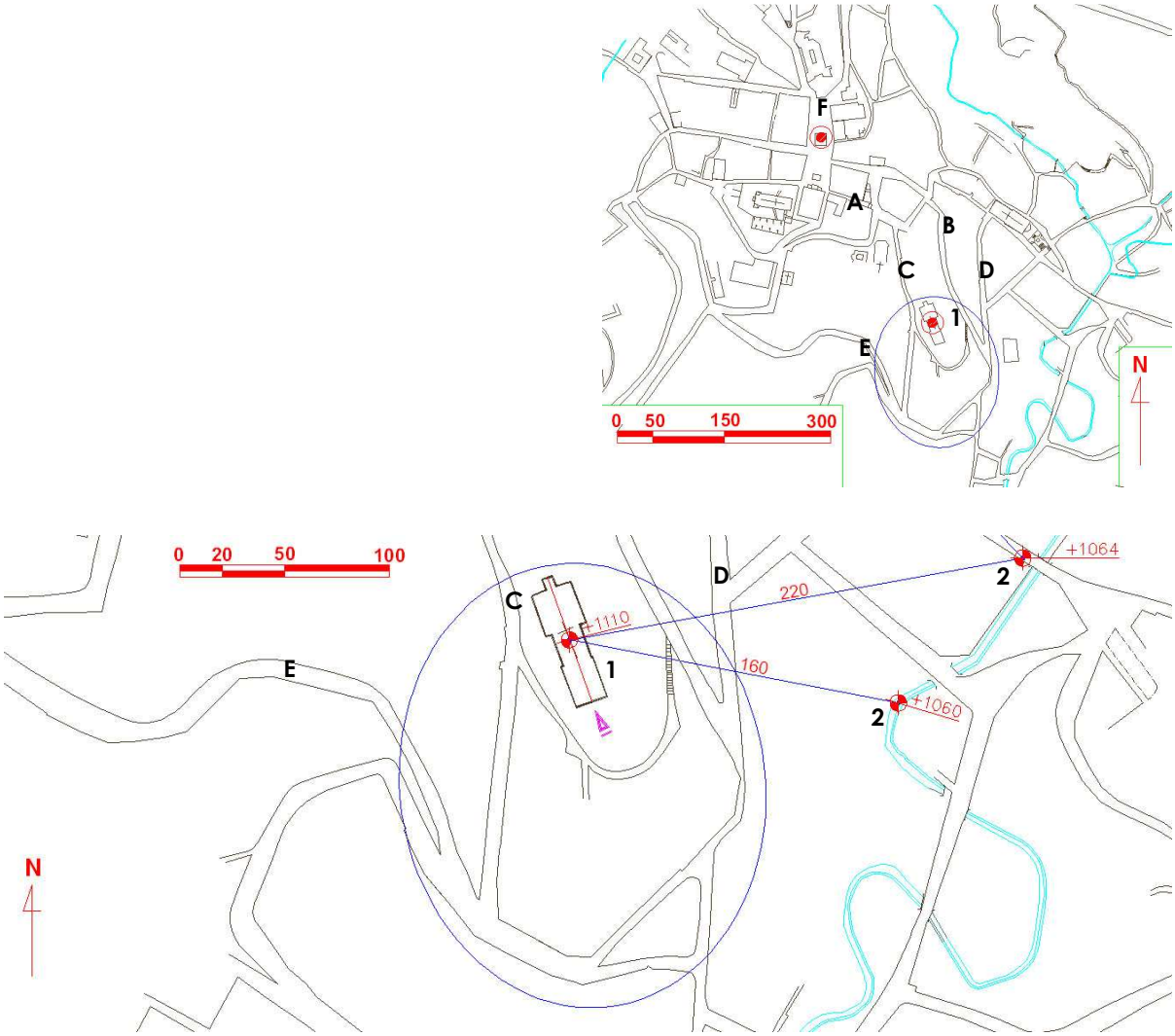
Com confraria criada em 1754 (TRINDADE, 1959, p. 164)[280], por concessão de D. Frei Manuel da Cruz, primeiro Bispo da diocese de Mariana (MENEZES, 1975b, p. 70), instalou-se a Irmandade das Mercês, por alguns anos, na Capela de São José de Vila Rica, pertencente à Freguesia de Nossa Senhora do Pilar (TRINDADE, 1959, p. 164-165).

No entanto, por volta de 1760, houve uma cisão da Irmandade das Mercês, sendo que a parte mais numerosa dos co-irmãos mercedários transferiu-se para a Freguesia de Antonio Dias e se instalou na antiga Capela do Bom Jesus dos Perdões, onde foi recebida pelo então patrono do templo, Pe. José Fernandes Leite (TRINDADE, 1959, p. 165). Anos mais tarde, aquele templo teria sido re-edificado (SOUZA, 1984, p. 250) e passaria a ser denominado de Capela de Nossa Senhora das Mercês e Perdões.

---

[279] Embora não tenha indicado suas fontes, Carrazzoni (1987, p. 236) assinala a data de 1740 para o início das obras da capela, então em devoção ao Nosso Senhor do Bom Jesus dos Perdões.

[280] Cônego Trindade atenta para a divergência entre documentos e a crença dos Irmãos das Mercês de Ouro Preto, sendo que esses últimos acreditam que sua confraria teria sido instituída em Vila Rica a 24 de setembro de 1740. De acordo com o autor, "é, pois, fora de dúvida, que a irmandade estava canonicamente fundada em 1754." (TRINDADE, 1959, p.163-164).



FIGURAS 162 e 163
Detalhe da Planta da Cidade de Ouro Preto. Destaque para o arruamento (atual) gerado a partir do primitivo templo de Nosso Senhor Bom Jesus dos Perdões (depois, Mercês e Perdões). Observam-se (nomes atuais): (1) Capela de Nossa Senhora das Mercês e Perdões; (2) Córrego de Antonio Dias; (A) Rua Amália Bernhaus (trecho da antiga Estrada Tronco); (B) Rua Carlos Thomaz; (C) Rua das Mercês; (D) Trecho da Rua Felipe dos Santos; (E) Rua Xavier da Veiga (antiga "Rua da Barra que vai para o Ouro Preto"); (F) Praça Tiradentes (referência). Nota-se a aproximação do referido templo com a Estrada Tronco e também com a Região da Barra (à direita).
Fonte: CEMIG, 1998. (alterada pelo autor, 2010).

Em documento datado de 1786, constata-se que até aquela data, o edifício ainda era conhecido como "[...] a Cape1a do Senhor dos Perdões, em que se acha a Senhora das Mercês" (MENEZES, 1975b, p. 127)[281]. Quanto às plantas setecentistas, o documento cartográfico de c.a. 1783-1785 consta de legenda (impressa na própria gravura) com a denominação de "S. dos Perdoes", embora a planta elaborada em c.a. 1786-1787[282], já identifique o nome da referida capela como "Mercês".

[281] Documento reproduzido por Ivo Porto de Menezes e acrescentado no livro de Joaquim Furtado de Menezes (1975b, p. 127-128) como "notas" complementares: AHU Minas Gerais, caixa 44, (1756-1809). Vila Rica, 3 out. 1786. Para acesso ao documento, transcrito, veja-se "ANEXO A".
[282] Veja-se "ANEXO B".

Com base na leitura e interpretação dos documentos cartográficos estudados, pertencentes ao século XVIII (**FIGs. 164 e 165**), é válido conjecturar que, semelhante ao ocorrido nas demais capelas desta etapa, a escolha do sítio talvez tenha sido influenciada pela proximidade com a Estrada Tronco e principais ruas abertas a partir da criação da Praça. É possível que o desenvolvimento da chamada região da Barra, situada imediatamente à direita do arraial, também tenha sido determinante para a decisão do local mais conveniente: "[...] a capela de Mercês e Perdões encontra-se no caminho que busca a Barra" (VASCONCELLOS, 1956, p. 111) (**FIGs. 162-165**).

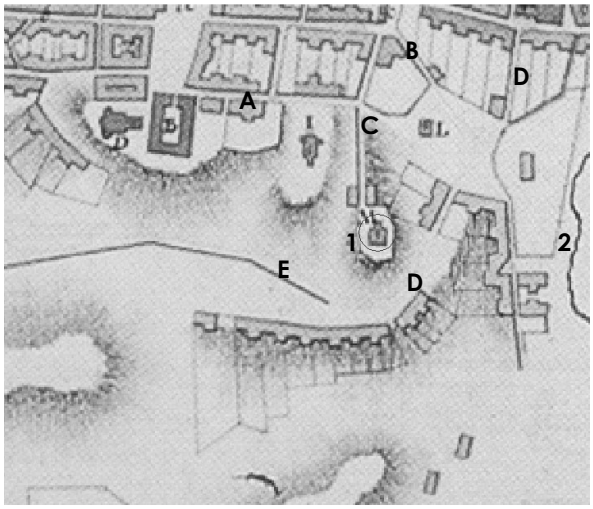


FIGURA 164
Detalhe de plantas do final do século XVIII (à esquerda, "Mappa de Villa Rica", ca. 1786-1787; à direita, "Planta de Villa Rica de N.ª S. Do Pilar", ca. 1783-1785). Destaque para o arruamento (atual) gerado a partir do primitivo templo de Nosso Senhor Bom Jesus dos Perdões (depois, Mercês e Perdões). Observam-se (nomes atuais): (1) Capela de Nossa Senhora das Mercês e Perdões (antes, Capela de Nossa Senhor Bom Jesus dos Perdões); (2) Córrego de Antonio Dias; (A) Rua Amália Bernhaus (trecho da antiga Estrada Tronco); (B) Rua Carlos Thomaz; (C) Rua das Mercês; (D) Trechos da Rua Felipe dos Santos; (E) Rua Xavier da Veiga (antiga "Rua da Barra que vai para o Ouro Preto"). Em ambas as plantas, percebe-se a ocupação inicial rodeando o templo.
Fonte: REIS FILHO, 2000, p. 215. (Alterada pelo autor, 2010).

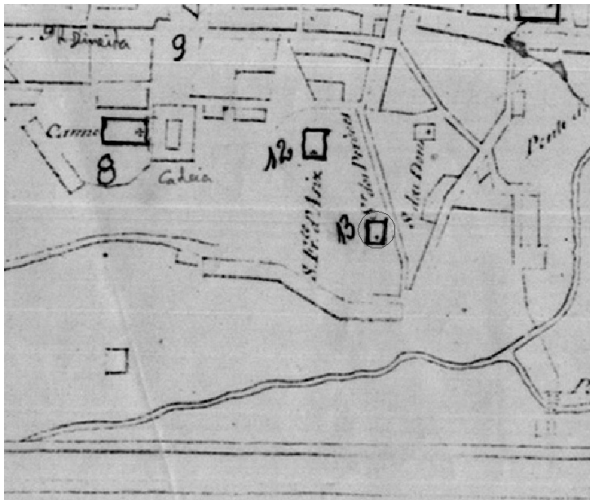


FIGURA 165
Fonte: NIEMEYER, 1888. Acervo de Ivo Porto de Menezes (cópia do documento). (Alterada pelo autor, 2010).

O templo atual, embora também seja conhecido como "Mercês de Baixo"[283], está implantado sobre uma colina, que, por sua vez, pode ser facilmente acessada a partir da Rua das Mercês e também da Rua Carlos Thomaz (**FIGs. 162 e 163**), prováveis remanescentes de caminhos abertos ainda no século XVIII. Observa-se que o primeiro logradouro a que nos referimos apresenta um percurso de fácil acesso e encontra-se bem demarcado nas plantas setecentistas, enquanto a atual Rua Carlos Thomaz, bastante inclinada até a sua aproximação com a capela, é apenas parcialmente representada nos mesmos documentos. Notemos também que a referida Rua Carlos Thomaz, ao se aproximar do templo erguido outrora em devoção a Bom Jesus, apresentava uma incipiente ocupação, de acordo com a planta dos Setecentos (**FIGs. 164 e 165**).

[283] A atribuição alternativa de "Mercês de Baixo" para esse templo se deve ao fato de a Capela de Nossa Senhora das Mercês e Perdões se situar em cota menos elevada em relação à Capela de Nossa Senhora das Mercês e Misericórdia (templo providenciado pelos seus co-irmãos mercedários), à qual iremos nos ater no próximo capítulo.

As plantas cartográficas mostram ainda que a porção norte, principalmente no final do século XVIII, mostrava-se praticamente isenta de edificações (**FIGs. 164 e 165**). Com base na forma de apropriação verificada na região desde os Setecentos, pode-se conjecturar que a antiga Capela de Nosso Senhor do Bom Jesus dos Perdões outrora teria sido implantada de forma similar à orientação da capela atual. Assim, a população do antigo arraial previamente ocupado em meados dos Setecentos, em conjunto com a fixação de novos moradores décadas depois - incluindo, possivelmente, irmãos mercedários -, se consolidou obedecendo-se principalmente à implantação/orientação da fachada frontal e do tímido adro da atual capela. A porção meridional do entorno imediato da edificação, compreendida por um trecho da atual Rua Felipe dos Santos, portanto, se mostrará a mais adensada (**FIGs. 164 e 165**).

Pode-se inferir que a primitiva capela teria exercido a função de espécie de "marco regulatório" da ocupação inicial daquele núcleo sendo que a dita Capela de Nossa Senhora das Mercês e Perdões também acabaria por contribuir para que a região se mostrasse ainda mais próspera.

Contudo, tem-se notícia de que, durante alguns anos, a fachada frontal de um dos templos que existiu ali encontrava-se seguindo a orientação oposta à da atual capela, tendo sua fachada frontal invertida para o sul possivelmente no primeiro terço do século XIX, conforme havia estabelecido a Irmandade em documento datado de 1805 [284]. Assim sendo, é crível que a porta da capela então erguida no último quartel dos Setecentos estivesse voltada para o norte. Esse templo, construído em substituição ao primitivo templo do Bom Jesus dos Perdões, haveria de permanecer assim por várias décadas. Conivente com esse raciocínio, a decisão pelo acesso ao templo a partir daquela orientação (antiga) talvez tenha sido resultado, inclusive, da busca por uma maior "aproximação" com a Estrada Tronco (**FIGs. 162,163**).

[284] De acordo com pesquisa empreendida por Vasconcellos, a primitiva capela das Mercês e Perdões havia sido edificada "com a porta principal da parte do norte, donde incessantemente combatem impetuosos ventos" (APM CMOP, Cód. 312. (1805-1808) *apud* VASCONCELLOS, 1956, p. 95). Passados alguns anos, a capela teria sua fachada frontal invertida para o sul (orientação atual).

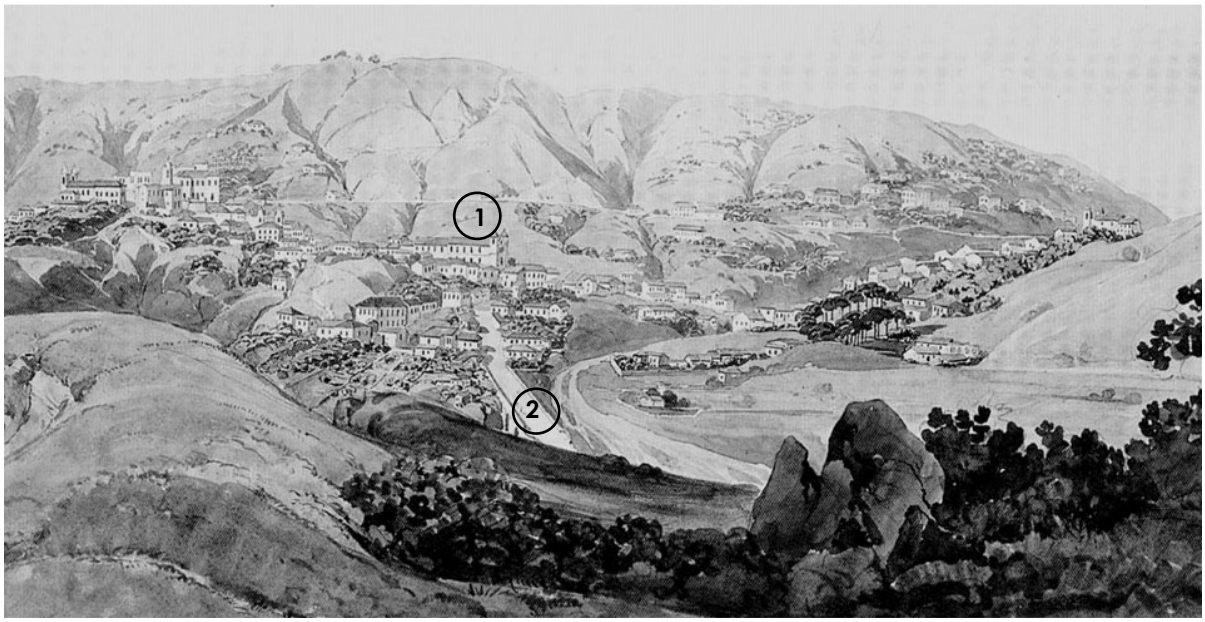


FIGURA 166
Gravura do século XIX de autoria de Johann Emmanuel Pohl (elaborada em ca. 1833) retratando um panorama da então Imperial Cidade de Ouro Preto. Percebe-se a ausência do edifício de Nossa Senhora das Mercês e Perdões, enquanto vê-se, situado nas imediações, (1) a Matriz de Nossa Senhora da Conceição (referência) e (2) Ponte da Barra (referência). Pode-se inferir que na época da gravura, o primeiro templo já em devoção a Nossa Senhora das Mercês estaria cedendo o lugar para a atual Capela de Nossa Senhora das Mercês e Perdões.
Fonte: CONZEN, 2007

Em razão da primeira implantação (Capela do Senhor dos Perdões) e da atual, com acesso principal direcionado para a orientação meridional, verifica-se um adensamento nas proximidades, principalmente ao sul da capela, que teve início no século XVIII e se estendeu ao longo do século XIX (**FIG. 167**). Ainda com base em levantamento cartográfico, verifica-se que, a partir do século XIX, a região também sofreu determinado adensamento na porção oeste do templo.

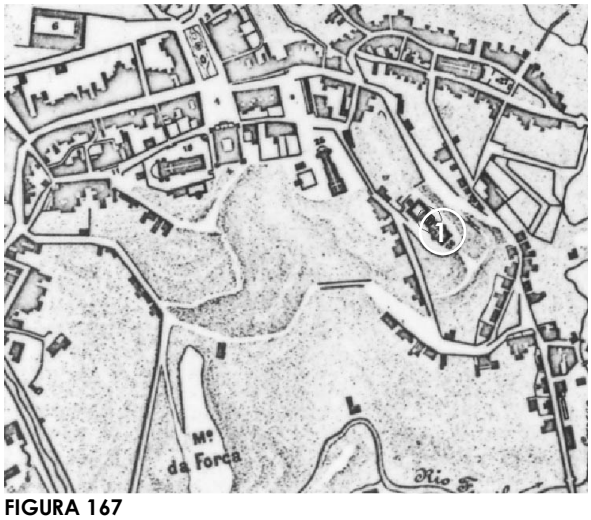


FIGURA 167
Detalhe da "Planta da cidade de Ouro-Preto", ca. 1888. Destaque para a Capela de Nossa Senhora das Mercês e Perdões (1) e para o adensamento verificado na ocupação do entorno, originada no século XVIII bem como a formação de uma ocupação incipiente a oeste do templo.
Fonte: BROSENIUS, 1888. Acervo de Ivo Porto de Menezes (cópia). (Alterada pelo autor, 2010).

4.1.4 - A Vila Rica de meados do século XVIII - Considerações

Nota-se um desenvolvimento urbano cada vez maior com a presença da Câmara na vila, que organizou e propiciou, cada vez mais, práticas sociais de toda espécie, principalmente através de normas e benfeitorias públicas.

> "As povoações foram constituídas através da sucessiva e intermitente 'adequação' de estruturas construídas ao sítio natural, às orientações éticas e às preexistentes construídas; singular e circunstanciada em cada caso, foram constituídas à medida em que se iam reformando ou corrigindo as existentes ou implantando novas estruturas urbanas: edifícios, arruamentos, pontes, chafarizes, etc." (BASTOS, 2003, p. 115).

No que diz respeito aos templos pertencentes à Terceira Etapa, estes obedeceriam a uma lógica de ocupação e condicionamento bem singular em relação às etapas anteriores. Ao se estabeleceram em caminhos já abertos, tais edifícios religiosos foram capazes de induzir a criação de novos arraiais em seu entorno, garantindo maior adensamento nas imediações.

Observa-se também uma nítida preocupação com o posicionamento das capelas em relação ao relevo, já não estando tão próximas aos vales - embora seja provável que, naquela época, a extração mineral (tanto nas regiões ribeirinhas quanto nas minas) ainda fosse atividade corrente na vila[285].

[285] Pode-se citar o exemplo do Chico Rei, negro alforriado que supostamente teria descoberto uma grande mina no Córrego do Sobreira e, ao providenciar fundos, acabara por edificar a Capela de Santa Efigênia - Capela do Rosário dos Pretos do Alto da Cruz de Padre Faria - no início da década de 1730.

CAPÍTULO 5

QUARTA ETAPA DE OCUPAÇÃO: A IMPLANTAÇÃO DE CAPELAS EM NÚCLEOS PRÉ-CONSOLIDADOS (ca. 1760-1804)

No decorrer dos últimos decênios do século XVIII – período correspondente à Quarta Etapa de ocupação de Vila Rica – a dinâmica sócio-espacial já não seria regida de forma tão explícita pela exploração aurífera. Em contrapartida, se intensificariam outras atividades e instituições como determinantes no desenvolvimento das povoações: comércio, administração, forças militares, produção cultural e associações leigas (BOSCHI, 1986, p. 30). Todas elas em conjunto, com destaque para a atuação das associações leigas, seriam capazes de provocar uma importante segregação social na vila.

Entretanto, o que pretendemos aqui não é confirmar a tendência de se acentuar tais conflitos de ordem social (há muito já comprovados)[286], ocorrida na segunda metade dos Setecentos. Mas, principalmente nas linhas que se seguem, procurou-se, diante das circunstâncias históricas, investigar como os locais escolhidos (e adaptados) para receber os templos providenciados naquela época teriam sido influenciados pela incontestável distinção social verificada no período em tela.

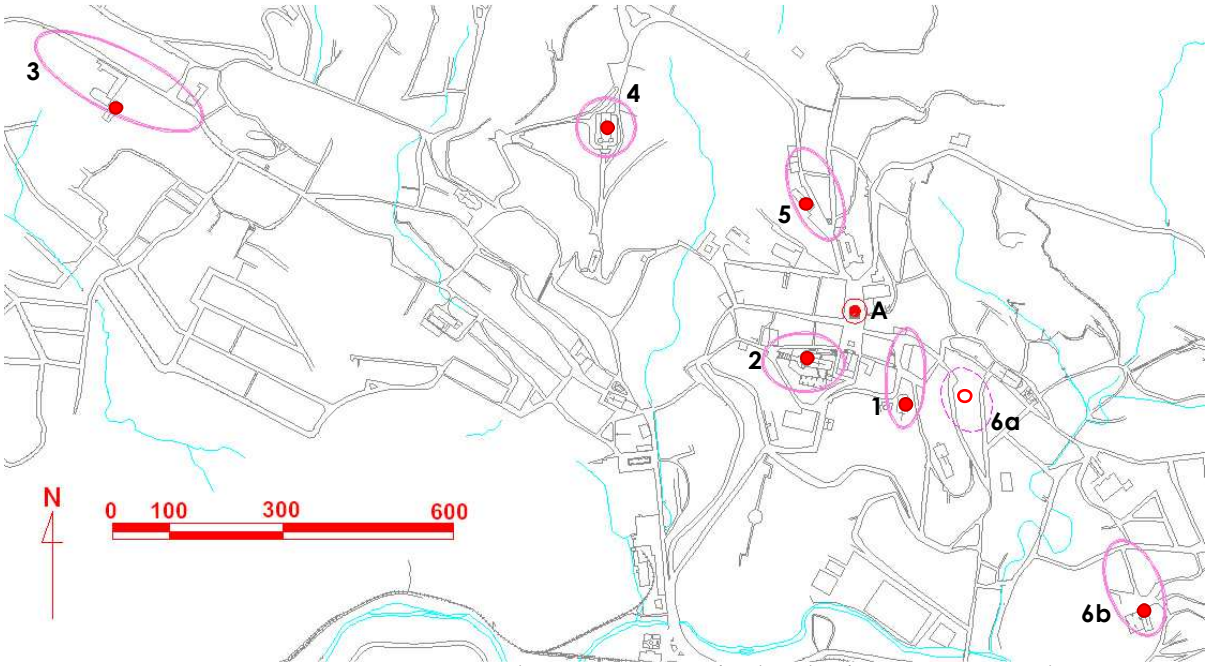
Parece que nos edifícios religiosos empreendidos a partir da década de 1760 até o início do século XIX, ca. de 1804 (época da construção da Capela de São Francisco de Paula, a última da vila), exigências tais como a "decência" da arquitetura a ser executada e local a ser escolhido – invariavelmente com vista privilegiada – serão condicionantes básicos, empregados de forma ainda mais criteriosa. "Essas requisições aparecem, sobretudo, nas petições redigidas para o licenciamento das construções, quando se procurava justificá-las com os argumentos proselitistas de se 'persuadirem' outros irmãos e, sobretudo, de se 'aumentar' a Ordem" (BASTOS, 2003, p. 93).

Definitivamente desprendida dos vales, tanto no que diz respeito à distância horizontal quanto altimétrica, a busca por um simbolismo ainda mais forte, por meio do destaque na paisagem, ou da proximidade com o poder do Estado, seria premissa para a escolha do local (**FIGs 168 e 169**). Uma vez edificadas, essas capelas atuariam como importantes definidoras nas dinâmicas de sociabilidade, principalmente do entorno de onde serão implantadas. Contudo, suas implicações iriam reverberar em toda a Vila Rica, sobretudo ao longo do século XIX.

---

[286] Para mais informações a respeito do tema em questão, verificar Salles (2007) e Boschi (1986; 2007).





FIGURAS 168 e 169 - Detalhe de planta setecentista, ca. 1786-1787 (mais acima) e da Planta da Cidade de Ouro Preto, 1998. Destaque para os núcleos (capelas e regiões) pertencentes à Terceira Etapa de ocupação. Observam-se (nomes atuais): (1) Região e Capela de Nossa Senhora dos Anjos da Ordem Terceira de São Francisco de Assis; (2) Região e Capela da Ordem Terceira de Nossa Senhora do Monte Carmo (antigo Morro e Capela de Santa Quitéria); (3) Região do Alto do Passa-Dez e Capela dos Santíssimos Corações de Jesus, Maria, José, Senhor de Matozinhos, São Miguel e Almas; (4) Região e Capela de São Francisco de Paula (antiga Ermida de Nossa Senhora da Piedade); (5) Região e capela de Nossa Senhora das Mercês e Misericórdia; (6a) Antiga Ermida de Nossa Senhora das Dores e (6b) Região e atual Capela de Nossa Senhora das Dores do Monte Calvário; (A) Praça Tiradentes (referência). Conforme veremos nas páginas seguintes, em razão da busca de destaque na paisagem, os templos dessa etapa assumem total independência dos vales e ribeiros, indo se acomodar, impreterivelmente, em meia-encostas de locais com vista privilegiada e até nos cimos dos morros.
Fonte: REIS FILHO, 2000, p. 215; CEMIG, 1998. (Alteradas pelo autor, 2010).

5.1 - Capela de Nossa Senhora dos Anjos da Ordem Terceira de São Francisco de Assis e região

Foi a 9 de janeiro de 1746 que "se fundou a Ordem Terceira de São Francisco, instituição que iria em breve cobrir-se de glórias e constituir-se benfeitoria por excelência da cidade", com destaque para a imponente Capela de Nossa Senhora dos Anjos da Ordem Terceira de São Francisco de Assis[287] (**FIGs. 170 e 171**) (TRINDADE, 1951, p.11, grifo nosso).

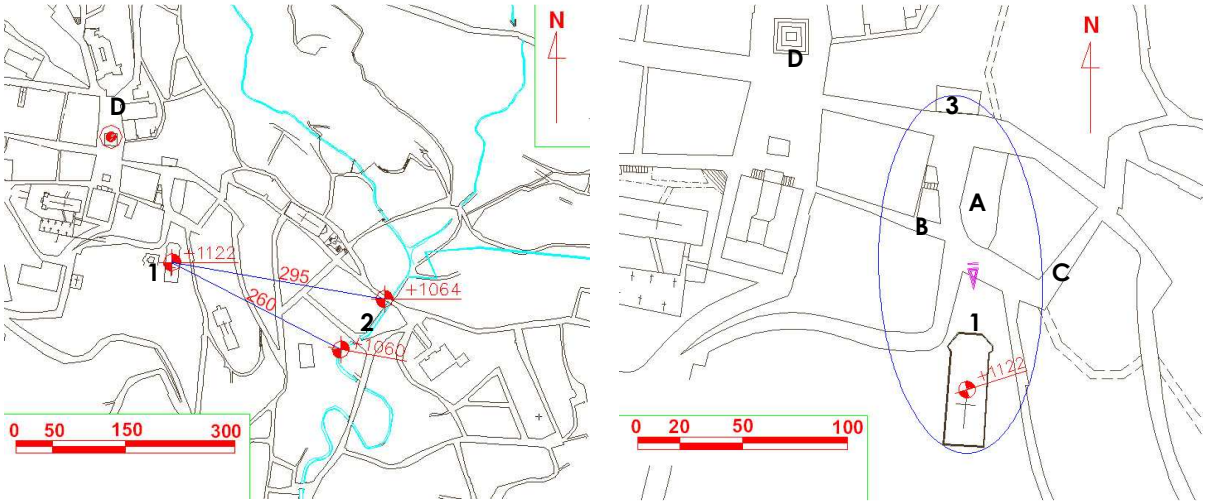


FIGURA 170 e 171 - Detalhe da Planta da Cidade de Ouro Preto. Destaque para o arruamento (atual) gerado nas proximidades da Capela de Nossa Senhora dos Anjos da Ordem Terceira de São Francisco de Assis. Observam-se (nomes atuais): (1) Capela de Nossa Senhora dos Anjos da Ordem Terceira de São Francisco de Assis; (2) Córrego de Antonio Dias; (3) Antiga Casa dos Ouvidores; (A) Largo do Coimbra (outrora conhecido como "Nova Praça"); (B) Rua Amália Bernhaus; (C) Rua São Francisco de Assis (então chamada de "travessa que segue para S. Francisco") (VASCONCELOS, 1955, p. 230); (D) Praça Tiradentes (referência).
Fonte: CEMIG, 1998 (Alterada pelo autor, 2010).

Nos idos de 1760, seria aprovado e confirmado o erigir da Ordem Terceira de São Francisco de Assis em Vila Rica. Preocupados com a escolha do local mais "adequado" nos conformes da "decência" e de notável destaque na paisagem (BASTOS, 2003, p. 73-74), decidiram os irmãos terceiros franciscanos adquirir, a qualquer custo, dois terrenos contíguos que, segundo esses devotos, se faziam necessários para "acomodar tudo quanto fôr (sic) decente à mesma capela e território para ela necessário e maiormente quando para melhor vista se carece do dito terreno [...]" (TRINDADE, p. 269, grifo nosso)[288]. Passados cinco anos, foi então resolvida a aquisição das casas que pertenceram ao Sargento-mor João de Siqueira, para ali finalmente levantar-se a imponente Capela de Nossa Senhora dos Anjos da Ordem Terceira de São Francisco de Assis (MENEZES, 1975b, p. 96, 99).

---

[287] Ensina o professor Ivo Porto de Menezes (MENEZES, 1970-1999), que a humildade de São Francisco de Assis não permitia que lhe fossem dedicadas as capelas de suas ordens terceiras, o que teria prevalecido por muitos séculos. Assim, a grandiosa capela edificada em Vila Rica sob essa devoção, recebe o nome de Capela de Nossa Senhora dos Anjos da Ordem Terceira de São Francisco de Assis, assim como o templo da cidade de Mariana recebe a nomenclatura de Capela de Nossa Senhora da Conceição da Ordem Terceira de São Francisco de Assis, havendo também outras capelas que, por costume, são simplesmente chamadas de templo de São Francisco de Assis.
[288] Trindade (1959, p. 220) transcreve documento: Livro de termos, fls. 130 v. Vila Rica, 15 dez. 1765.

Na ocasião, houve a constatação de que "era justo que depois de assim celebrada e concluída a dita compra se fizessem logo os paredões que convenientes fossem (sic) para a área e território da dita obra [...]" (TRINDADE, 1951, P. 270). Assim sendo, já com a posse dos terrenos tratou-se de providenciar a "correção" (aterro) para a acomodação do templo.

Parece que as obras tiveram início no ano seguinte, datando de 1766 (TRINDADE, 1951, p. 271)[289]. O risco da capela é atribuído ao então já renomado artista Antônio Francisco Lisboa. Em 1772, parte do templo já estaria pronto (**FIGs. 172 e 173**), embora a edificação só fosse concluída em 1794 (BANDEIRA, 1957, p. 123)[290].

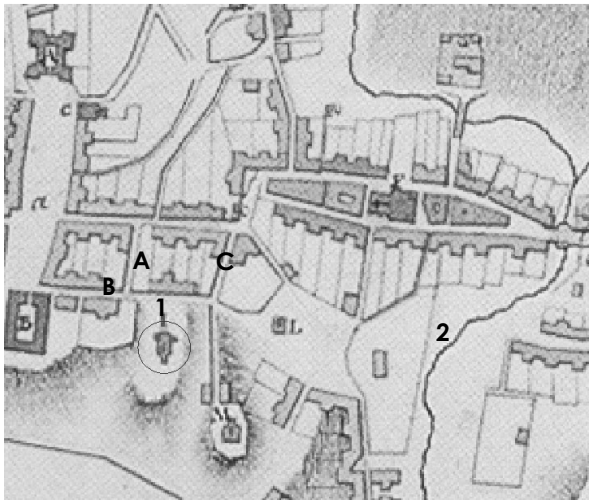


FIGURA 172
Detalhe de plantas do final do século XVIII (à esquerda, "Mappa de Villa Rica", ca. 1786-1787; à direita, "Planta de Villa Rica de N.ª S. Do Pilar", ca. 1783-1785). Destaque para a ocupação da região da Capela de Nossa Senhora dos Anjos da Ordem Terceira de São Francisco de Assis. Observam-se (nomes atuais): (1) Capela de Nossa Senhora dos Anjos da Ordem Terceira de São Francisco de Assis; (2) Córrego de Antonio Dias; (A) Largo do Coimbra (outrora conhecido como "Nova Praça"); (B) Rua Amália Bernhaus; (C) Rua São Francisco de Assis (então chamada de "travessa que segue para S. Francisco") (VASCONCELOS, 1955, p. 230).
Fonte: REIS FILHO, 2000, p. 215. (Alterada pelo autor, 2010).

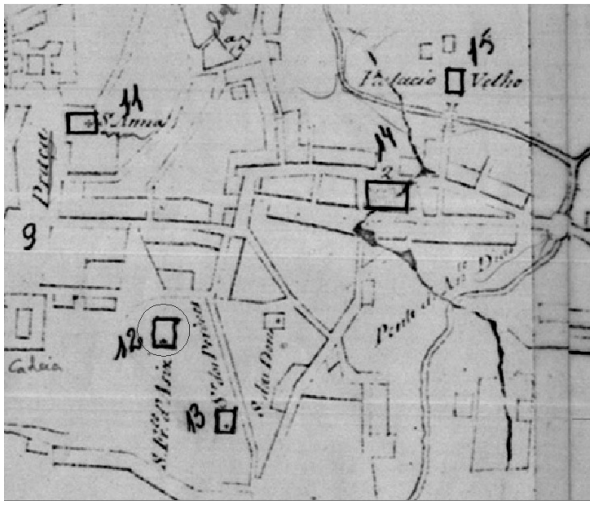


FIGURA 173
Fonte: NIEMEYER, 1888. Acervo de Ivo Porto de Menezes. (Alterada pelo autor, 2010).

Menezes (2002, p. 71, 74) e Carvalho (1921, p. 325) constatam que, ainda no final do século XVIII, o até então terreno descampado localizado de frente para a capela (atual Largo do Coimbra) passaria a ser identificado como "nova praça" com a transferência do pelourinho para aquele local, em 1797 (**FIGs. 170-175**).

Para a devida implantação daquela emblemática coluna, teria sido necessário providenciar a correção do terreno por meio de outro arrimo, executado a partir da esquina

---

[289] De posse do terreno que escolhera e adquirira a Ordem Terceira de São Francisco, "já em maio de 1766, no local se trabalhava com grande atividade: demolira-se a residência do falecido João de Sequeira; faziam-se desaterros, erguiam-se muros de arrimos [...]" (TRINDADE, 1951, p. 271).
[290] Relata Manuel Bandeira (1957, p. 123) que "[...] em 24 de agôsto (sic) de 1794 lavrou-se o têrmo (sic) de entrega e aceitação das obras, sendo louvados por parte da Ordem Antônio Francisco Lisboa e José Pereira Arouca".

da antiga residência do então tenente-coronel Manoel Teixeira de Queiroga[291] "[...] (**FIGs. 174-175**) seguindo para baixo, para suster a rua [atual Rua Amália Bernhaus] que desce da cadêa para a egreja de S. Francisco, desaterrando o que fosse necessário" (CARVALHO, 1921, p. 326)[292].

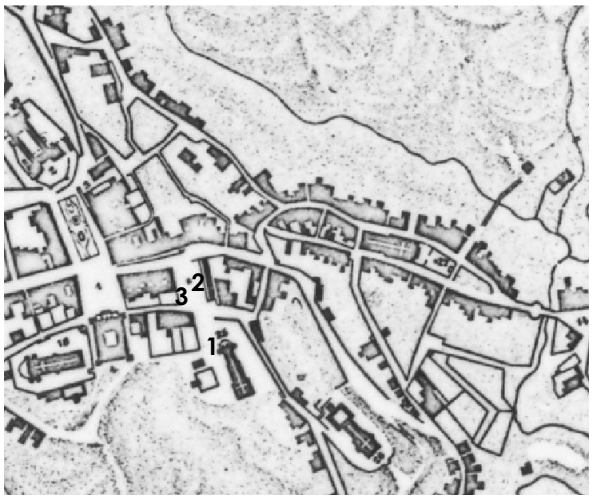


FIGURA 174
Detalhe da "Planta da cidade de Ouro-Preto", ca. 1888. Destaque para a ocupação da região da Capela de Nossa Senhora dos Anjos da Ordem Terceira de São Francisco de Assis. Observam-se: (1) Capela de Nossa Senhora dos Anjos da Ordem Terceira de São Francisco de Assis; (2) A então "nova praça" com possível demarcação do Pelourinho (atual Largo do Coimbra); (3) Edificação que pertenceu a Manoel Teixeira de Queiroga (atual "Pousada do Mondego"), onde se providenciou a correção do terreno da "Nova Praça" por meio de muro de arrimo. No documento cartográfico, percebe-se que templo foi implantado estrategicamente de frente para o atual Largo do Coimbra.
Fonte: BROSENIUS, 1888. Acervo de Ivo Porto de Menezes (cópia do documento). (Alterada pelo autor, 2010).



FIGURA 175
Detalhe de gravura do século XIX de autoria de Armand Julien Pallière (elaborada em ca. 1820-1823) retratando um panorama de Vila Rica. Observam-se a Capela de Nossa Senhora dos Anjos da Ordem Terceira de São Francisco de Assis e região, onde é possível verificar a implantação da "nova praça" com o pelourinho (em destaque) e arrimos executados para a correção do terreno e a conformação do platô.
Fonte: SAFRA, 1995, p. 315. (Alterada pelo autor, 2010).

Verifica-se que aquele "vazio urbano" situado em frente ao adro da Capela de Nossa Senhora dos Anjos da Ordem Terceira de São Francisco de Assis passaria a ser reconhecido como "nova praça" na mesma época em que as obras do templo foram concluídas, contribuindo, de maneira considerável, para a sua valorização. Vasconcellos (1901, p. 790)

[291] A edificação que pertenceu ao tenente coronel Dr. Queiroga, segundo Menezes (2002, p. 75) corresponde à atual Pousada do Mondego *"[...] embora não propriamente como hoje se conhece, já que sua parte mais próxima ao beco era recuada do alinhamento, possuindo ainda quintal"* (Veja-se **FIG. 175**).
[292] O arrematante dessas obras da "nova praça" teria sido José Ribeiro de Carvalhaes, sendo que no mesmo ano (1789) essas últimas se achavam concluídas (CARVALHO, 1921, p. 325). Segundo pesquisa de Vasconcellos (1956, p. 52), o pelourinho teria permanecido naquele logradouro até ser demolido em 1857. Em 1855, uns vereadores da Câmara de Ouro Preto teriam pedido a sua demolição, solicitação que foi acatada pelo Ministério Público em 1857 (APM, cód. 503, s/n e APM, CMOP, cód. 516, s/n *apud* VASCONCELLOS, 1956, p. 34).

enfatizara a correlação entre os dois elementos: "[...] se regulou a nova praça, que communica com a igreja (sic) de S. Francisco, onde foi levantado o pelourinho [...]" [293].

Também nas proximidades do largo – porém do lado oposto à capela –, pelo menos a partir do final do século XVIII, funcionou a Casa dos Ouvidores, em um sobrado edificado em meio ao casario. É importante mencionar que esse importante edifício, diretamente vinculado ao Estado, possivelmente também teria influenciado na escolha do local do pelourinho. Em contrapartida, é provável que antes mesmo de concluída a "nova praça", a imponente capela já estaria contribuindo para um maior reconhecimento da região a partir da década de 1760, que marca o início da construção do templo. Naquele ínterim, os Irmãos devotos, compostos exclusivamente de homens brancos e nobres (SALLES, 2007, p. 84, 87), possivelmente passariam a se fixar nas proximidades ou, ao menos, freqüentar a região com mais assiduidade, "valorizando-a" em termos sociais.

Assim, a escolha do terreno, a maneira como o templo foi inserido[294], bem como a enorme reputação dessa Ordem Terceira, exerceram considerável influência sócio-espacial na região. Na medida em que o Estado decide transferir o pelourinho – emblema da jurisdição municipal que, de ordinário, situava-se na frente da Casa da Câmara – para o local imediatamente defronte à capela e de seu respectivo adro, a Igreja Católica (poder teológico), bem como o comércio (em toda a sua importância no meio social), reforçam o papel de protagonistas daquele local, com o Estado se beneficiando da centralidade desse espaço. É interessante como a Capela de Nossa Senhora dos Anjos da Ordem Terceira de São Francisco de Assis se aproximou da Praça onde já se situavam a Casa de Câmara e o Palácio dos Governadores, distando apenas de uma quadra daquele logradouro.

Notemos que, ao ser idealizada, a orientação espacial da capela e de seu respectivo adro seguiu cuidadosamente o alinhamento do grande largo fronteiriço à (**FIGs. 174, 176, 177**). Acomodada dessa maneira no terreno, tem-se a sensação de que o atual platô dá continuidade ao adro do templo e, estando o local desobstruído de construções, a capela se mostra ainda mais imponente na paisagem na qual está inserida.

Parte desse platô, onde atualmente acontece uma feira de artesanato, em tempos remotos, também exerceu a função de praça principal dos mercadores e tropeiros. Estrategicamente localizada na Estrada Tronco, a região, também influenciada pelo

---

[293] "Memorias sobre a Capitania de Minas Geraes", de autoria de Diogo Pereira Ribeiro de Vasconcellos (1901, p. 779-853). Um Trecho do manuscrito anteriormente foi publicado no Tomo 29 da "Revista do Instituto Historico e Geographico Brazileiro" - IHGB. O documento original data de 1806.

[294] Para mais informações a respeito da implantação da Capela da Ordem Terceira de São Francisco de Assis, verificar Bastos (2009a, p. 311-323).

comércio, logo se tornou ponto de encontro tanto para os transeuntes quanto para os moradores da Vila, principalmente ao longo do século XIX.



FIGURA 176
Fotografia de autoria de Marc Ferrez, ca. 1880. Antiga praça dos mercadores, ex-"Nova Praça" (atual "Largo do Coimbra") e o adro e Capela de Nossa Senhora dos Anjos da Ordem Terceira de São Francisco de Assis.
Fonte: BICCA, 2008, p. 146.



FIGURA 177
Atual adro e Capela de Nossa Senhora dos Anjos da Ordem Terceira de São Francisco de Assis.
Fonte: BASTOS, 2003, p. 112.

5.2 - Capela da Ordem Terceira de Nossa Senhora do Monte Carmo e região

Até meados do século XVIII, os carmelitas que moravam em Vila Rica eram filiados à Ordem Terceira do Carmo do Rio de Janeiro (LOPES, 1942, p. 4-5). "Dadas as dificuldades de comunicação e ao elevado número que apresentavam [...]" (RUAS, 1956, p. 107), a partir de 1754, oficializa-se a separação dos mesmos, que se congregam em irmandade autônoma, para a qual haviam solicitado aprovação das autoridades eclesiásticas, segundo Francisco Lopes (1952, p. 4-5). Por provisão de agosto daquele ano, D. Frei Manuel da Cruz aprovou o estabelecimento da Ordem, sendo que, no ano anterior, a primeira reunião dos carmelitas já havia ocorrido na extinta Capela de Santa Quitéria (MENEZES, 1975b, p. 61), onde estava abrigada.

De acordo com Lopes (1942, p. 13), a Ordem do Carmo cogitou desde o início a construção de sua própria capela. O primitivo templo que a acolhera, além de apresentar pequenas proporções frente à nova demanda, encontrava-se parcialmente arruinado. Após várias tentativas fracassadas de acordo, a Irmandade, enfim conseguiu edificar seu próprio templo em terreno que lhe "fôra cedido pela Câmara, logo abaixo aos da Capela de Santa Quitéria" (RUAS, 1958, p. 108). (**FIGs. 125, 178**).

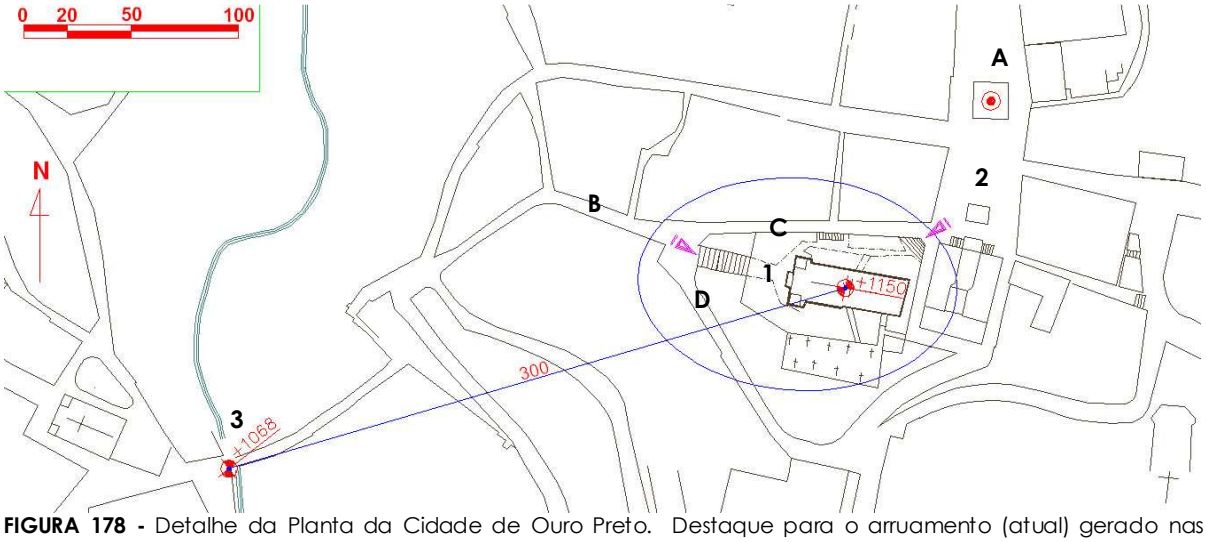


FIGURA 178 - Detalhe da Planta da Cidade de Ouro Preto. Destaque para o arruamento (atual) gerado nas proximidades da Capela da Ordem Terceira de Nossa Senhora do Monte Carmo (sucessora da Capela de Santa Quitéria). Observam-se (nomes atuais): (1) Capela da Ordem Terceira de Nossa Senhora do Monte Carmo; (2) Prédio da antiga Casa de Câmara e Cadeia (local aproximado, substituída por prédio datado de 1781) (BANDEIRA, 1957); (3) Córrego do Ouro Preto; (A) Praça Tiradentes (antiga "Praça"); (B) Rua Cel. Alves e (C) Rua Brigadeiro Musqueira (trechos da primitiva Estrada Tronco – antiga Rua Direita); (D) Rua Costa Senna.
Fonte: CEMIG, 1998 (Alterada pelo autor, 2010).

Com a resolução de providência de templo próprio aprovada em 1755, alguns anos dá-se início às obras. É freqüente a atribuição da data de 1766 para o princípio da Capela da Ordem Terceira de Nossa Senhora do Monte Carmo (BANDEIRA, 1957, p. 107; SALLES, 2007), embora no documento datado de 1786 (MENEZES, 1975b, p. 127-128)[295] conste que, pelo menos até aquele período, a Irmandade de Nossa Senhora do Carmo ainda estava estabelecida na antiga capelinha de Santa Quitéria (**FIGs. 179, 180**)[296].

[295] Documento reproduzido por Ivo Porto de Menezes e acrescentado no livro de Joaquim Furtado de Menezes (1975b, p. 127-128) como "notas" complementares: AHU Minas Gerais, caixa 44, (1756-1809). Vila Rica, 3 out. 1786. Para acesso ao documento, transcrito, veja-se "ANEXO A".

[296] Dentre os variados autores que confirmam a data de 1766 para o ano do erigir da Capela da Ordem Terceira de Nossa Senhora do Carmo, mencionemos: Bandeira (1957), Souza (1984), Carrazzoni (1987), Salles (2007). Por outro lado, Eponina Ruas (1958, p. 108) salienta que somente "[...] em 3-8-1776 foram dadas por arrematação as obras da nova Capela [do Carmo]", embora a autora não cite o documento consultado. Ressalta-se que ambas as datas, de 1766 e 1776, bem como o documentado na planta cartográfica de c.a. 1786-1787 (veja-se "ANEXO B") e de ca. 1783-1785 são incompatíveis com as informações a respeito do mesmo templo, reveladas em documento datado de 1786 (AHU Minas Gerais, caixa 44, (1756-1809), Vila Rica, 3 out. 1786 apud Notas de Ivo Porto de Menezes In MENEZES, 1975b, p. 127-128). Para acesso ao referido documento, transcrito, veja-se "ANEXO A".

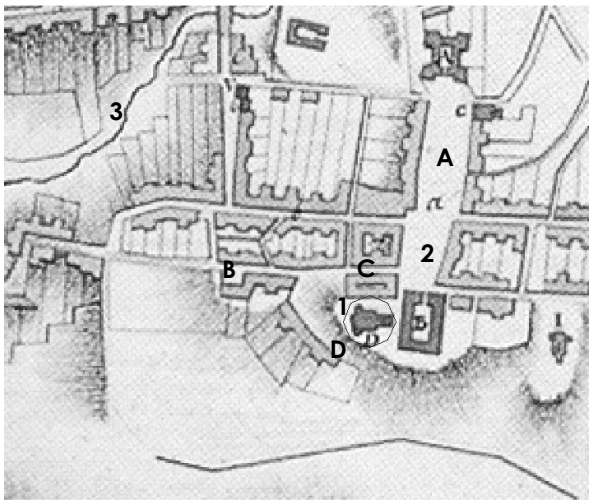


FIGURA 179
Fonte: REIS FILHO, 2000, p. 215. (Alterada pelo autor, 2010).

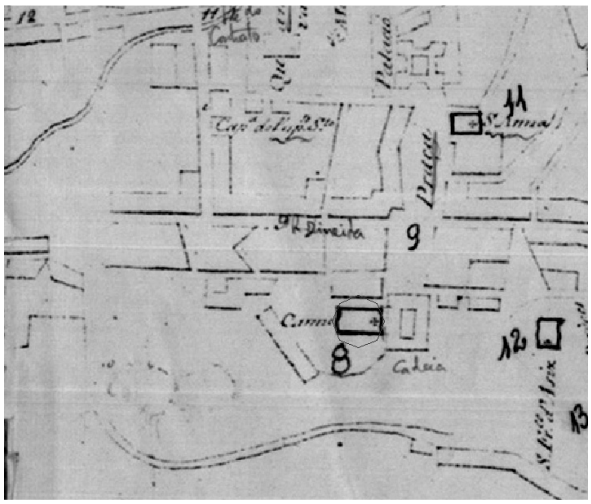


FIGURA 180
Fonte: NIEMEYER, 1888. Acervo de Ivo Porto de Menezes. (Alterada pelo autor, 2010).

Detalhe de plantas do final do século XVIII (à esquerda, "Mappa de Villa Rica", ca. 1786-1787; à direita, "Planta de Villa Rica de N.ª S. Do Pilar", ca. 1783-1785). Destaque para onde ocorreu a incipiente ocupação da região da Capela de Santa Quitéria, a Ladeira de Santa Quitéria (atual região da Capela da Ordem Terceira de Nossa Senhora do Monte Carmo e da Praça Tiradentes). Tal ocupação seria gerada a partir do templo de Santa Quitéria. Observam-se (nomes atuais): (1) Capela da Ordem Terceira de Nossa Senhora do Monte Carmo; (2) Prédio da antiga Casa de Câmara e Cadeia; (3) Córrego do Ouro Preto; (A) Praça Tiradentes (antiga "Praça"); (B) Rua Cel. Alves (ex-Rua de santa Quitéria, antigo trecho da Rua Direita; (C) Rua Brigadeiro Musqueira (trechos da primitiva Estrada Tronco - Rua Direita); (D) Rua Costa Senna.

Além de preservar, ainda nos Setecentos (PLANTAS 51, 52), certo adensamento populacional nas imediações do templo, sito atrás do antigo prédio da Casa de Câmara e Cadeia (**FIGs. 179, 180**), cordeando a velha Rua de Santa Quitéria (hoje Rua Brigadeiro Musqueira) e a atual Rua Costa Senna, a imponente Capela do Carmo proporcionou o "enobrecimento" da região, em termos sociais. É sabido que essa Irmandade, assim como a Ordem Terceira de São Francisco, foi uma das mais elitistas de Vila Rica, exigindo para sua filiação, entre outras premissas, apenas homens brancos e ricos, os chamados "homens bons"[297].

Devemos dar especial atenção à estratégia adotada na implantação dessa tardia capela que, embora situada no nível da Praça – ao lado do edifício da Casa de Câmara e Cadeia, atual Museu da Inconfidência – preocupou-se em criar uma extensa e imponente escadaria para que os transeuntes pudessem acessá-la, sobretudo, a partir da antiga Rua Direita da Vila, ou seja, o trecho mais nobre da chamada "Estrada Tronco". Apesar da existência de outro acesso – igualmente notório e realizado a partir da Praça (**FIGs. 178 e 183**) – a escadaria (situada na confluência das atuais ruas Cel. Alves, Costa Senna e Brigadeiro Musqueira) (**FIGs. 181 e 182**) foi claramente idealizada para se tornar o acesso principal ao

[297] Apesar das inúmeras restrições impostas pela confraria, Furtado de Menezes (1975b, p. 61) menciona que no mesmo dia da primeira reunião dos carmelitas em Vila Rica, no ano de 1753, "foi resolvido que iriam providenciar a construção de uma "casa" no adro da capelinha de Santa Quitéria para noviciado da Ordem", o que haveria de demonstrar certa disponibilidade em termos de admissão de noviços que pretendiam professar àquela Ordem Terceira.

templo: o adro, bem como a fachada principal do edifício, voltam-se para aquela direção[298].



FIGURA 181
Vista da escadaria da Capela da Ordem Terceira de Nossa Senhora do Monte Carmo a partir da Rua Brigadeiro Musqueira (à esquerda) e do alto da torre sineira (do lado do Evangelho) (à direita)
Fonte: Elaborada pelo autor, 2010).



FIGURA 182
Fonte: IPHAN/MINC, 2002. Fotografia de Rodrigo Marcandier e Robson Godinho.



FIGURA 183
Acesso à Capela a partir da antiga "Praça" (atual Praça Tiradentes). Fonte: Elaborada pelo autor, 2010).

[298] Para mais informações a respeito da implantação da Capela da Ordem Terceira de Nossa Senhora do Monte Carmo, verificar Bastos (2009a, p. 231-241).

Conclui-se que, visando se impor na paisagem urbana, premissa recorrente nas capelas da Quarta Etapa, o templo teria sido então implantado num elevado promontório, direcionado – acesso principal – para um trecho de um notório arruamento da antiga vila. Assim, a capela viria a dominar a paisagem e concorrer com edificações proeminentes, como a Casa de Câmara e o Palácio dos Governadores.

5.3 - Capela dos Santíssimos Corações de Jesus, Maria, José, Senhor de Matozinhos, São Miguel e Almas e região do Alto das Cabeças (antigo Alto do Passa-Dez)

Conforme a tradição católica, logo em que uma capela recebia a investidura de igreja paroquial, nela organizavam-se irmandades. Em se tratando da igreja de Nossa Senhora do Pilar, menos de uma década depois de criada a freguesia do Ouro Preto, organizou-se naquela Matriz, a Irmandade do Arcanjo São Miguel e Almas. Assim, essa confraria teria sido criada na precoce data de 24 de março de 1713 (MENEZES, 1975b, p. 75), antes mesmo de colada a vigaria da referida paróquia (1720) que, por muitos anos, viria acolhê-la (MENEZES, 1982).

Em se tratando da sua edificação própria[299], no livro de nome "Instituições de Igrejas no Bispado de Mariana", publicado por Cônego Trindade (1945, p. 215) consta que foi erigido o templo "[...] dos Santíssimos Corações e São Miguel e Almas, no Passa Dez[300], freguesia do Pilar de Vila Rica, a pedido de Manuel de Jesus Toste, por provisão de 12 de agosto de 1771". Já no ano seguinte, seria solicitada licença para pedir esmolas para o templo então recém-edificado. Naquela ocasião, "[...] por não haver na dita paragem Capela alguma", o mesmo Manuel Toste [Fortes?], teria solicitado licença "[...] para se erigir em Capela a dita ermida" (MENEZES, 1975a, p. 224)[301].

No ano de 1778, parece que já teriam sido iniciadas as obras da capela, "recebendo Francisco Rodrigues Lages 'à conta do seu ajuste' 38 oitavas, enquanto 6 oitavas eram

---

[299] De acordo com Furtado de Menezes (1975b, p. 94), parece que o edifício sagrado, com o tempo passaria a ser dedicado não só ao Arcanjo São Miguel e Almas, mas também aos Santíssimos Corações de Jesus, Maria, José, Senhor de Matozinhos. Não obstante, um documento de 1772 já faz referência ao templo como do "Santíssimo Coração de Jesus e São Miguel e Almas" (AHU Minas Gerais, Caixa 28, (maço 110) *apud* MENEZES, 1975a, p. 224). Outro documento, agora datado de 1789, esclarece: "[...] Capela denominada os Santíssimos Corações de Jesus, Maria José, Senhor de Matozinhos, São Miguel e Almas, cita do Alto do Passa Dez de Vila Rica" (Documento datado de 17 ago. 1789 *apud* MENEZES, 1975a, p. 224-225).

[300] Região que, conforme já foi dito em linhas anteriores, compreende desde as proximidades do Córrego do Passa-Dez e respectiva ponte até o acesso ao antigo Caquende (na bifurcação das atuais ruas Alvarenga e Cláudio Lima). Nas proximidades do templo, também conhecida como "das Cabeças", pelo menos desde o início do século XIX, conforme constatado no documento referente à Provisão de D. João VI, datada de 9 de outubro de 1812 (VASCONCELOS, 1955, p. 213).

[301] Menezes (1975a, p. 224) transcreve o documento: AHU Minas Gerais, Caixa 28 DO (maço 110). Data de 1772.

pagas ao canteiro José Francisco de preparar a pedra lavrada para o frontispício" (MENEZES, 1975b, p. 147)[302].

O terreno escolhido para acolher a ermida e, depois, capela, encontra-se na cumeada de uma íngreme ladeira, num trecho da antiga Rua do Passa-Dez[303] (VASCONCELOS, 1955, p. 211-212), a aproximadamente quarenta metros de desnível em relação à primitiva ponte homônima[304]. Em termos de distância linear, localiza-se a mais de quinhentos e cinqüenta metros daquela ponte, que trespassa o Córrego do Passa-Dez (**FIGs. 184-186, 190-191**).

O acesso principal acontece no mesmo plano do adro, que por sua vez está na mesma cota de nível da rua que o margeia (antiga Rua do Passa-Dez, atual Rua Alvarenga). Pode-se notar claramente a execução de um platô de nível para acomodar a edificação. Portanto, a face posterior e as duas laterais do adro estão envolvidas por taludes bem acentuados em decorrência da considerável declividade causada[305]. Tanto o templo quanto seu respectivo adro estão inseridos em local de amplo destaque e visibilidade (**FIGs. 187, 190-191**).

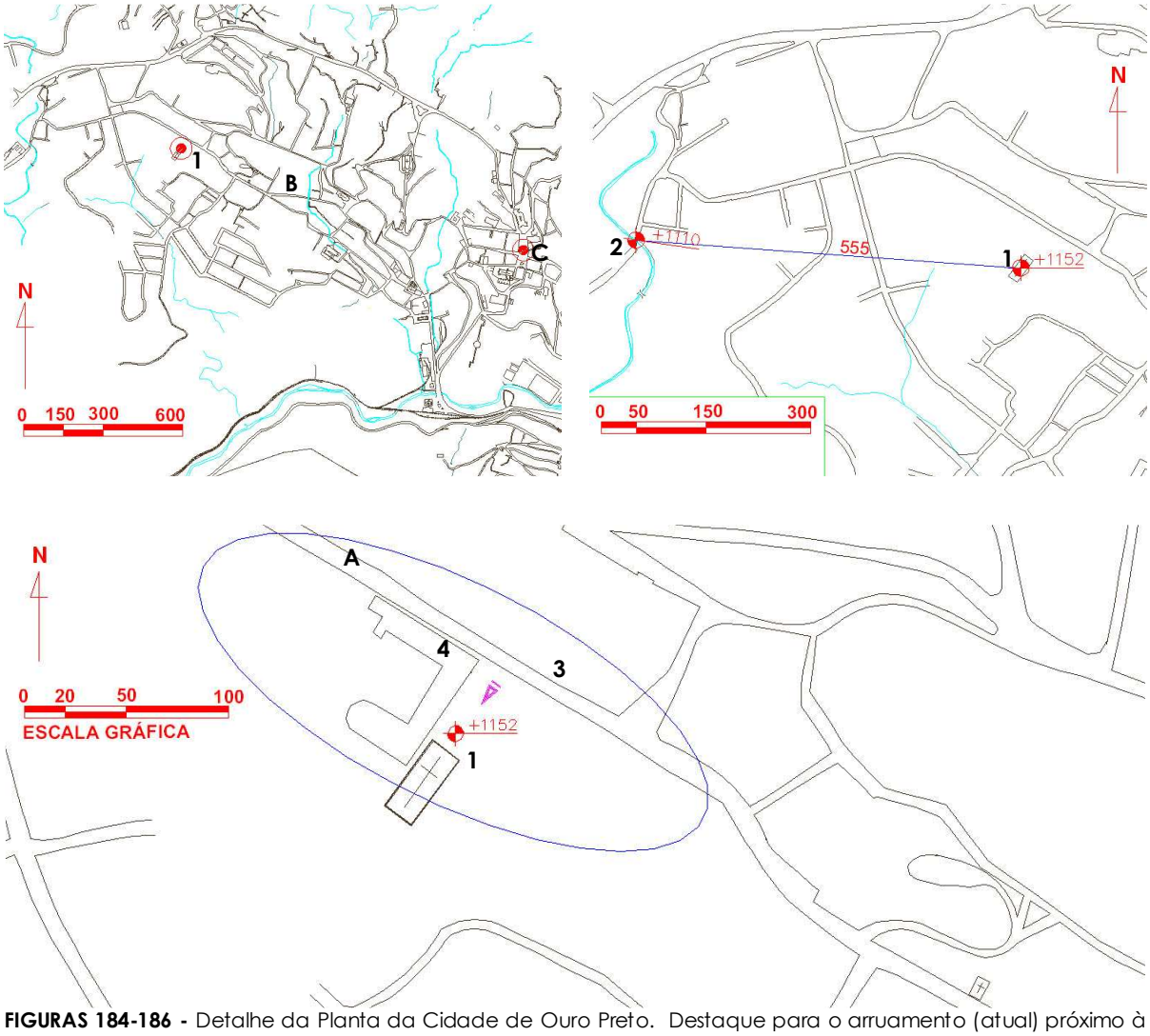
---

[302] Documento parafraseado por Ivo Porto de Menezes e acrescentado no livro de Joaquim Furtado de Menezes (1975b, p. 147) como "notas" complementares: Livro que "há de servir para nele se lançarem as esmolas pertencentes à Capela das Almas das Cabeças e as suas despesas", fls. 1 e 2 v..

[303] Nota-se que o topo da Rua Alvarenga (local do templo), além se posicionar geograficamente afastado de qualquer afluente do Rio Funil, situa-se em meio a acentuado aclive tanto a partir da Ponte do Passa-Dez quanto da sua outra extremidade, região do antigo Caquende (atual Bairro do Rosário), o que supostamente resultaria numa ocupação pouco notável antecedente à edificação do templo.

[304] A antiga ponte que outrora existiu ali foi substituída pela atual, também denominada de Ponte do Passa-Dez (Veja-se "ANEXO B").

[305] Na lateral oeste da Capela, o platô posteriormente foi rearranjado para acomodar a edificação do Colégio Arquidiocesano, já no século XX (Veja-se **FIG. 186**).



FIGURAS 184-186 - Detalhe da Planta da Cidade de Ouro Preto. Destaque para o arruamento (atual) próximo à Capela dos Santíssimos Corações de Jesus, Maria, José, Senhor de Matozinhos, São Miguel e Almas e região (hoje, Bairro Cabeças). Observam-se (nomes atuais): (1) Capela dos Santíssimos Corações de Jesus, Maria, José, Senhor de Matozinhos, São Miguel e Almas; (2) Córrego do Passa-Dez (com Ponte homônima); (3) Provável conjunto do "Bomserá" (casario setecentista); (4) Colégio Arquidiocesano; (A) Rua Alvarenga (antiga Rua do Passa-Dez); (B) Início do Bairro do Rosário (antigo Caquende); (C) Praça Tiradentes (referência). Além de estar elevada num promontório a dezenas de metros do vale, nota-se a considerável distância do tardio templo à primária ocupação surgida próximo ao Córrego do Passa-Dez.
Fonte: CEMIG, 1998 (Alterada pelo autor, 2010).



FIGURA 187 - Adro e Capela dos Santíssimos Corações de Jesus, Maria, José, Senhor de Matozinhos, São Miguel e Almas.
Fonte: Elaborada pelo autor, 2008

Baseando-se nas informações obtidas a partir dos documentos de arrecadação de quintos, aforamentos e levantamentos dos moradores da outrora Vila Rica (VASCONCELLOS, 1941; 1955), é possível constatar que houve um maior adensamento no entorno imediato, conhecido como "Alto do Passa-Dez"[306], possivelmente a partir da edificação da Capela de São Miguel e Almas. De acordo com as **Figuras 188-189**, correspondentes às plantas da Vila Rica do final dos Setecentos, o templo teria induzido uma ocupação que se consolidara nas proximidades, principalmente em frente e ao longo das suas duas laterais, como que abraçando-o.

[306] A menção ao termo "Alto do Passa-Dez" aparece no tombamento mandado executar por Provisão de D. João VI, datada de 9 de outubro de 1809 (VASCONCELOS, 1955, p. 208-214). Ao longo desse documento, que se assemelha a um "serviço cadastral da Vila-Rica do Ouro Preto", a referência ao "adro da Capela das Almas" é freqüente.

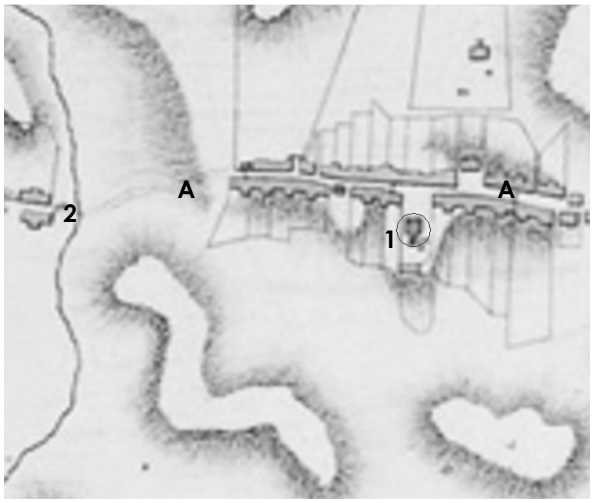


FIGURA 188
Detalhe de plantas do final do século XVIII (à esquerda, "Mappa de Villa Rica", ca. 1786-1787; à direita, "Planta de Villa Rica de N.ª S. Do Pilar", ca. 1783-1785). Destaque para onde ocorreu a incipiente ocupação da antiga região do Alto do Passa-Dez (atual bairro Cabeças), condicionada também pelo templo dos Santíssimos Corações de Jesus, Maria, José, Senhor de Matozinhos, São Miguel e Almas. Observam-se (nomes atuais): (1) Capela Santíssimos Corações de Jesus, Maria, José, Senhor de Matozinhos, São Miguel e Almas; (2) Córrego do Passa-Dez (com Ponte homônima); (A) Rua Alvarenga (antiga Rua do Passa-Dez).
Fonte: REIS FILHO, 2000, p. 215. (Alterada pelo autor, 2010).

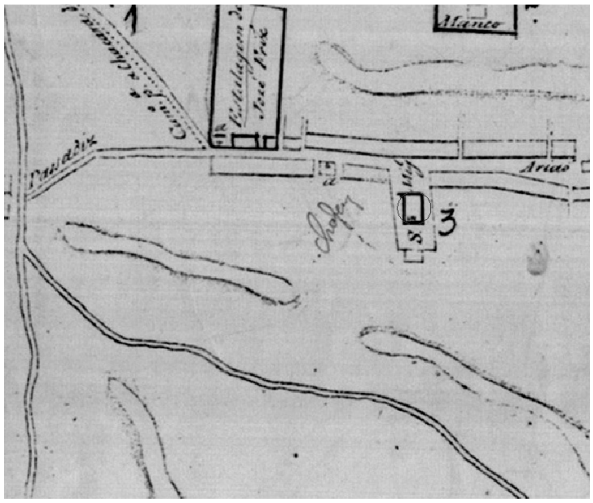


FIGURA 189
Fonte: NIEMEYER, 1888. Acervo de Ivo Porto de Menezes. (Alterada pelo autor, 2010).

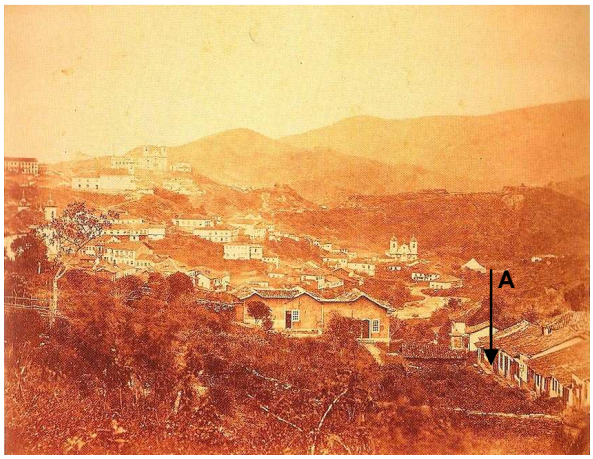


FIGURA 190
"Panorama de Ouro Preto", autor desconhecido, ca. 1870-1875. Vê-se, em primeiro plano, o acentuado aclive da (A) Rua Alvarenga (antiga Rua do Passa-Dez) iniciando-se a partir do Bairro do Rosário em direção à (1) Capela dos Santíssimos Corações de Jesus, Maria, José, Senhor de Matozinhos, São Miguel e Almas.
Fonte: MUSEU DA INCONFIDÊNCIA, 1998.



FIGURA 191
"Panorama de Ouro Preto", autor desconhecido, ca. 1870-1875. Em segundo plano desta imagem, observa-se a (A) Rua Alvarenga cordeada por casario e, no seu cume, a (1) Capela dos Santíssimos Corações de Jesus, Maria, José, Senhor de Matozinhos, São Miguel e Almas.
Fonte: MUSEU DA INCONFIDÊNCIA, 1998.

O tardio templo do Alto do Passa-Dez acabou por se situar em local de destaque na paisagem, em termos de altitude, como também condicionar, de forma direta, uma maior – e mais estável – ocupação e adensamento da região a partir do final do século XVIII (**FIGs. 188-192**). Em contrapartida, vimos anteriormente que os primeiros assentamentos da região do Passa-Dez (correspondentes à Primeira Etapa de ocupação da vila) haviam ocorrido de forma mais notória nas imediações do vale, nas proximidades da ponte e do respectivo Córrego do Passa-Dez. É possível que, além do novo casario que logo iria surgir

junto ao templo, parte dessa ocupação primária, ribeirinha, tendesse a se transferir para o então "Alto do Passa-Dez", após a construção da capela.

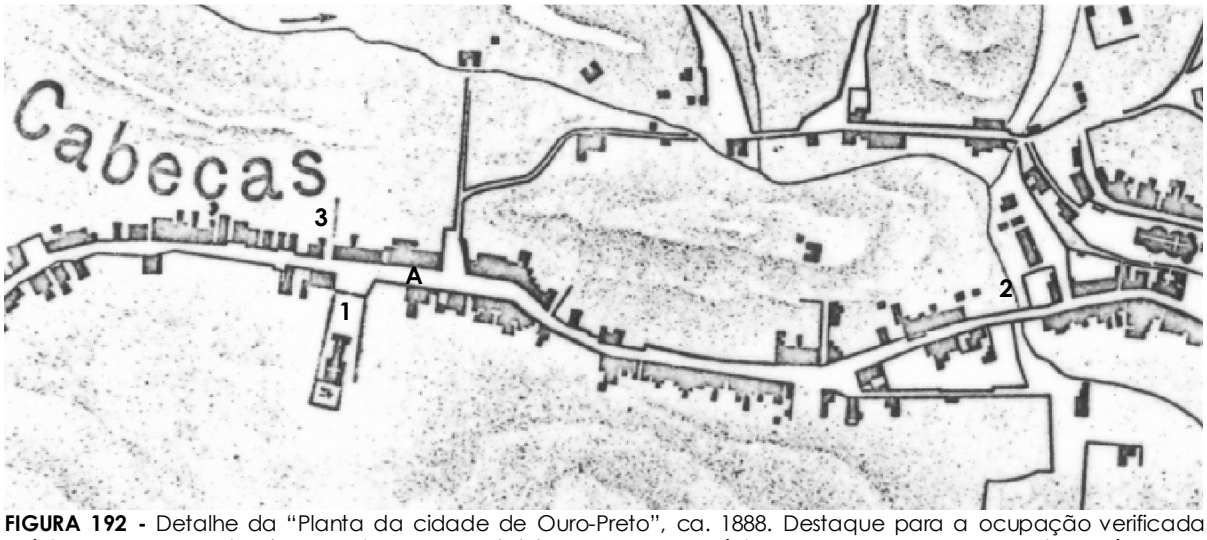
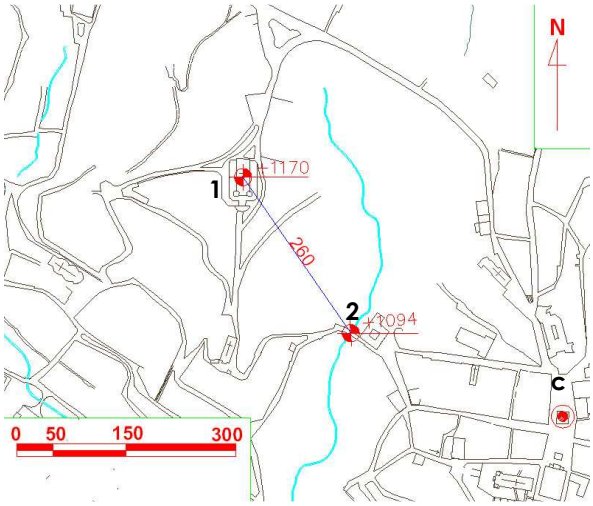


FIGURA 192 - Detalhe da "Planta da cidade de Ouro-Preto", ca. 1888. Destaque para a ocupação verificada próximo templo e região (atual Bairro Cabeças). (1) Capela dos Santíssimos Corações de Jesus, Maria, José, Senhor de Matozinhos, São Miguel e Almas; (2) Córrego do Caquende (com Ponte do Rosário); (3) Conjunto do Bomserá (casario setecentista); (A) Rua do Passa-Dez (atual Rua Alvarenga).
Fonte: BROSENIUS, 1888. Acervo de Ivo Porto de Menezes (cópia do documento). (Alterada pelo autor, 2010).

5.4 - Capela da Ordem Terceira de São Francisco de Paula e região

Próximo ao local pertencente à Freguesia do Pilar, onde atualmente existe a Capela de São Francisco de Paula, havia anteriormente uma ermida, conforme consta em documento datado de 1786 (MENEZES, 1975b, p. 127)[307]. Existem poucas informações a respeito do antigo templo, cuja data em que foi erguido é desconhecida. Furtado de Menezes (1975b, p. 67) pressupõe: "Parece não ter existido Irmandade alguma nessa Capela (sic), visto não se encontrar vestígio algum deixado por ela". Entretanto, as plantas elaboradas do século XVIII indicam a localização do templo (que cedeu o lugar para atual capela no princípio do século XIX) bem como a santa em que se prestou homenagem – Nossa Senhora da Piedade (**FIGs. 193-196**)[308].

[307] Documento reproduzido por Ivo Porto de Menezes e acrescentado no livro de Furtado de Menezes (1975b, p. 127-128) como "notas" complementares: AHU Minas Gerais, caixa 44, (1756-1809). Vila Rica, 3 out. 1786. Para acesso ao documento, transcrito, veja-se "ANEXO A".
[308] A nomenclatura utilizada na época do documento (ca.1786-1787) teria sido "N. S. da Pied.e". Veja-se "ANEXO B".



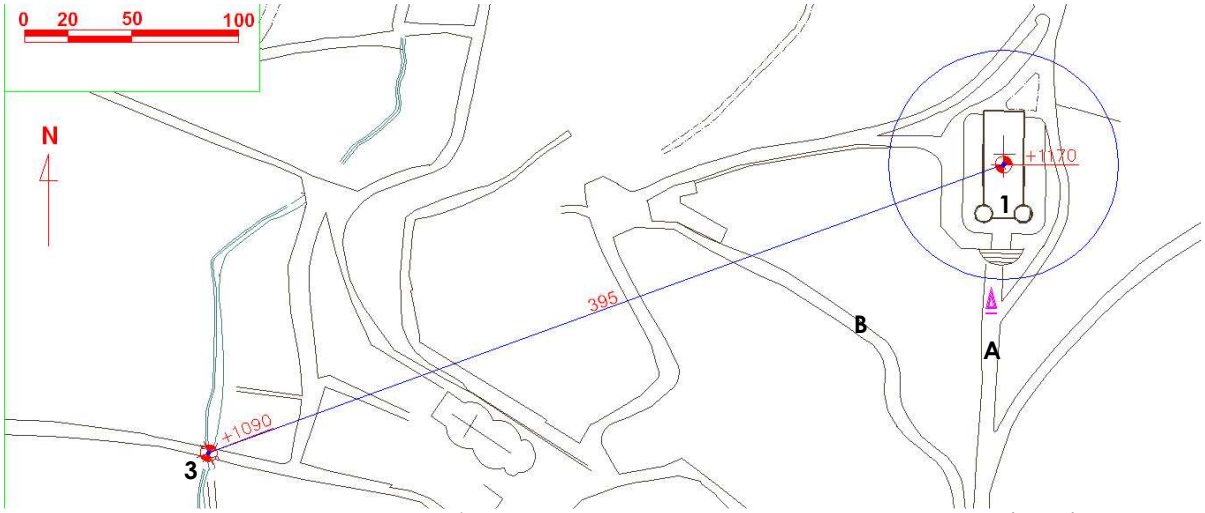


FIGURA 193 e 194 - Detalhe da Planta da Cidade de Ouro Preto. Destaque para o arruamento (atual) gerado nas proximidades da Capela da Ordem Terceira de São Francisco de Paula. Observam-se (nomes atuais): (1) Capela da Ordem Terceira de São Francisco de Paula; (2) Córrego do Ouro Preto (Ponte de São José ou Ponte dos Contos); (3) Córrego do Caquende (Ponte do Rosário); (A) Rua São Francisco de Paula (antigo "caminho que segue para a Piedade") (VASCONCELOS, 1955); (B) Rua Joaquim Araújo; (C) Praça Tiradentes (referência). Apesar de se situar em local mais ermo (em comparação com os demais templos da região), a Capela da Ordem Terceira de São Francisco de Paula e, possivelmente, até a ermida que a antecedera, foram implantadas de modo que a fachada frontal estivesse direcionada para a antiga Estrada Tronco.
Fonte: CEMIG, 1998 (Alterada pelo autor, 2010).

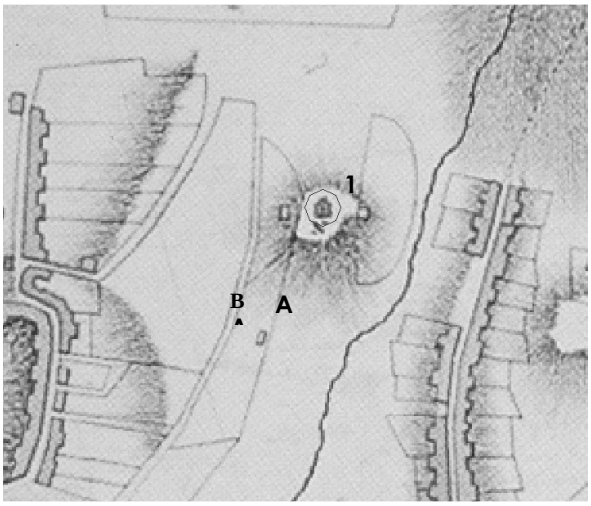


FIGURA 195
Detalhe de plantas do final do século XVIII (à esquerda, "Mappa de Villa Rica", ca. 1786-1787; à direita, "Planta de Villa Rica de N.ª S. Do Pilar", ca. 1783-1785). Destaque para o antigo Morro da Piedade e Ermida de Nossa Senhora da Piedade (atual Região e Capela da Ordem Terceira de São Francisco de Paula). Observam-se: (1) Ermida de Nossa Senhora da Piedade (sucedida pela Capela de São Francisco de Paula); (A) Rua São Francisco de Paula (antigo "caminho que segue para a Piedade"); (B) Rua Joaquim Araújo.
Fonte: REIS FILHO, 2000, p. 215. (Alterada pelo autor, 2010).

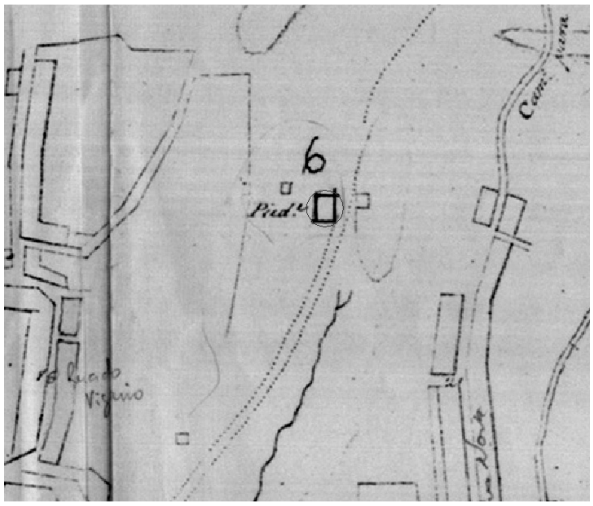


FIGURA 196
Fonte: NIEMEYER, 1888. Acervo de Ivo Porto de Menezes. (Alterada pelo autor, 2010).

Tendo em vista o local escolhido (afastado da Estrada Tronco, da região dos Morros e da Praça) (**FIGs. 193 e 194**), acredita-se que o pequeno templo outrora existente em Vila Rica tenha sido providenciado já na segunda metade do século XVIII – pertencente à Quarta Etapa de ocupação da vila. Demolida ainda no século XVIII, a Ermida foi sucedida pela Capela da Ordem Terceira de São Francisco de Paula, erguida no mesmo local.

Diante da falta de amparo documental referente à antiga ermida, podemos afirmar apenas que sua construção seria anterior a 1783 (**FIGs. 195 e 196**). Afinal, naquela época, o então assistente identificado como Irmão José Correia Porto havia firmado em documento que seria ele o assistente da Ermida de Nossa Senhora da Piedade da Freguesia de Nossa Senhora do Pilar do Ouro Preto, "há muitos anos" (MENEZES, 1975b, p. 67).

Já a construção da atual capela da região, sob devoção a São Francisco de Paula, teve início no século XIX, no ano de 1804 (BANDEIRA, 1957, p. 126; SOUZA, 1987, p. 258) tornando-se a mais tardia da então Vila Rica (**FIGs. 197 e 198**). Pouco mais de duas décadas antes, havia sido criada a Ordem Terceira de São Francisco de Paula, cujo primeiro abrigo seria a Igreja de Nossa Senhora da Conceição de Antonio Dias, oficializado a 15 de fevereiro do ano de 1780 (MENEZES, 1975b, p. 67).

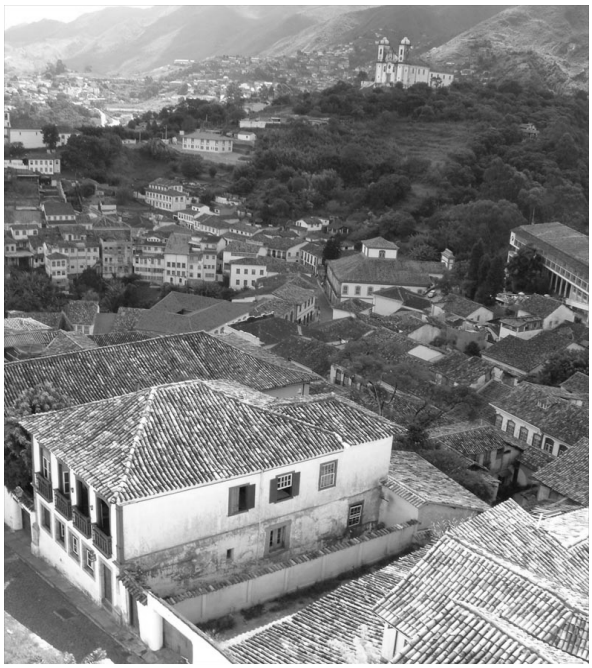


FIGURA 197 – Tomada da cidade de Ouro Preto (a partir do alto da torre da Capela do Carmo) com destaque (ao fundo) para a Capela da Ordem Terceira de São Francisco de Paula.
Fonte: IPHAN/MINC, 2002. Fotografia de Rodrigo Marcandier e Robson Godinho.



FIGURA 198 – Fachada frontal da Capela da Ordem Terceira de São Francisco de Paula. Além de sua escala monumental, o templo está implantado em local de amplo destaque - afastado de outras edificações e da Estrada Tronco.
Fonte: Elaborada pelo autor, 2010.

Tempos antes do erigir de sua própria capela, aquela Irmandade havia adquirido a pequena Ermida de Nossa Senhora da Piedade que, segundo Furtado de Menezes (1975b, p. 68), provavelmente "[...] se tratava de uma Capela (sic) particular, doada mais tarde à Ordem Terceira de São Francisco de Paula". Parece que naqueles anos, início do século XIX, seu entorno se apresentava muito pouco adensado, fato que ainda persiste principalmente em razão de ser mais afastado do centro – e, portanto, da relativa dificuldade de acesso (**FIGs. 193 e 197**). Ao que indica o tombamento da vila, realizado em 1822, existia apenas um único trajeto, denominado de "caminho que segue para a Piedade" (atual Rua São Francisco de Paula), que, galgando os morros, partia da Capela de São José em direção ao antigo templo (ainda Ermida de Nossa Senhora da Piedade). O referido documento traz também a informação de que o extinto edifício estivera implantado no então chamado de "Morro da Piedade" (VASCONCELOS, 1955, p. 222).

Assim como a pequena ermida, nos parece claro que a Capela da Ordem Terceira de São Francisco de Paula acabou por não condicionar a ocupação do entorno imediato no século XIX e tampouco no século seguinte[309]. Afastada da Estrada Tronco (embora a fachada frontal esteja direcionada para aquele caminho principal) e num local

[309] veja-se "ANEXO C" e "ANEXO D".

razoavelmente de difícil acesso, a premissa adotada na escolha da implantação foi, definitivamente, o amplo destaque na paisagem (**FIGs. 197 e 198**).

5.5 - Capela da Ordem Terceira de Nossa Senhora das Mercês e Misericórdia (Mercês de Cima) e região

Para erguer capela própria, os Irmãos das Mercês e Misercórdia trataram de eleger um terreno "conveniente", sendo que, inicialmente teriam decidido implanta-la "ao pe dos quarteis dos soldados da goarnição desta Villa". Tal região consistia num "citio acomodado para a parte de baixo delles [dos Quartéis] para a dita obra e fabricandosse ali não cauza perjuizo algum assim o determinarão e convierão todos assinarão" (TRINDADE, 1959, p. 220)[310-311]. Uma vez tomada essa decisão, os irmãos dirigem-se ao então Governador, Conde de Valadares, solicitando o referido local e a necessária licença para edificar. Em resposta, o senado, no entanto, embarga a construção naquele sítio redefinindo o local em que o templo deveria se acomodar: "assentou-se uniformemente que se mudasse o lugar elegido para a nova capella para a parte de cima dos quarteis pegado a Rua Nova [...]" (TRINDADE, 1959, p. 221)[312]. A partir de então, começou-se a edificar a capela naquela dita Rua Nova (atual Rua Padre Rolim), em 1773, ou seja, no mesmo ano em que a concessão finalmente havia sido deferida.

Com base na análise da tramitação a pouco relatada, é interessante a constatação de que a Câmara "[...] em vez de malfazer, beneficiou a Irmandade; propiciou-lhe a vantagem visível de um local incomparàvelmente (sic) superior ao sítio somenos anteriormente escolhido, onde a igreja (sic), muito em baixo, ter-se-ia escondido à vista de quase toda (sic) a cidade" (TRINDADE, 1959, p. 171). Assim, pôde a irmandade ter o privilégio de erguer a sua capela em um dos melhores sítios de Ouro Preto (**FIGs. 199 e 200**)[313].

---

[310] Trindade (1959, p. 220) transcreve documento: "Ao desembargador Prov. da R. Faz. da V.ª R.ª a 9 de 7br.º de 1771". Despachado em Vila Rica, 9 set. 1771.

[311] Conforme mencionado anteriormente, mesmo com a cisão da Irmandade, uma das sedes da Mercês foi transferida para a Capela de São José dos Bem Casados (dos Pardos) de Vila Rica, até 1771, ano em que a confraria solicitou ao senado um terreno vago para a feitura de sua capela própria, a atual Capela de Mercês e Misericórdia.

[312] Trindade (1959, p. 221) transcreve documento extraído do "Livro de Termos da Irmandade de Nossa Senhora das Mercês, fls. 123v". Vila Rica, 25 mar. 1772.

[313] Souza (2000, p. 209), por sua vez, afirma que o local antes pretendido para se erguer a Capela das Mercês e Misericórdia é o mesmo em que hoje se encontra o Grande Hotel de Ouro Preto. O mesmo autor observa ainda que, caso tivesse sido edificada naquele local, "a igreja (sic) ficaria escondida à vista de quase toda a cidade, como acontece com a Casa dos Contos. Onde foi erguida, sua visibilidade, além de evidente, oferece um panorama que se desdobra desde o Itacolomi até as Cabeças e a igreja (sic) de São Francisco de Paula".

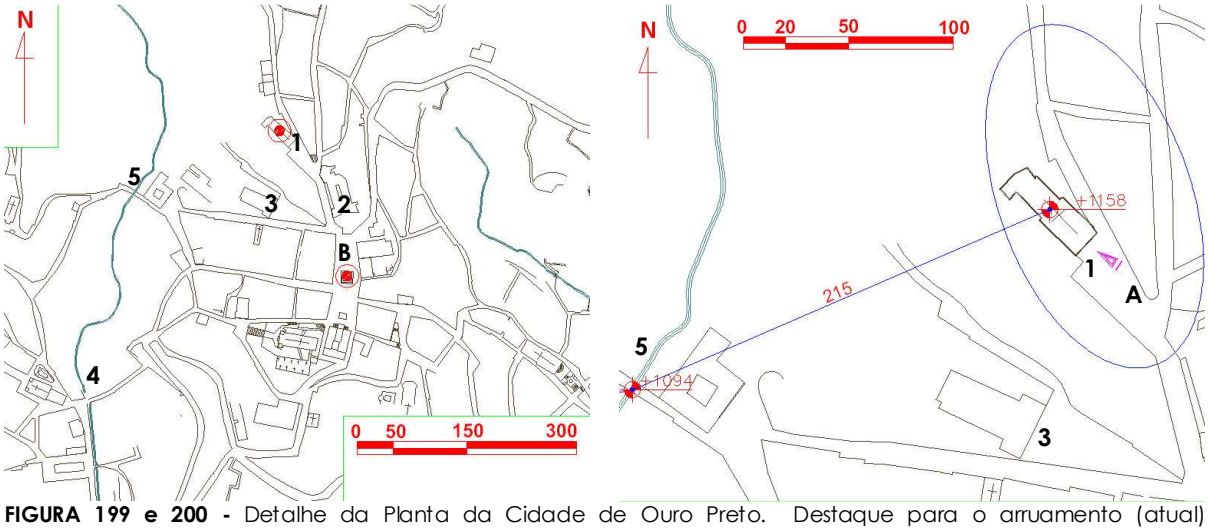


FIGURA 199 e 200 - Detalhe da Planta da Cidade de Ouro Preto. Destaque para o arruamento (atual) condicionado pela Capela de Nossa Senhora das Mercês e Misericórdia. Observam-se (nomes atuais): (1) Capela de Nossa Senhora das Mercês e Misericórdia; (2) Prédio do antigo Palácio dos Governadores; (3) Quartel da Cavalaria da capitania (demolido, local aproximado); (4) Córrego do Caquende (com "Ponte do Rosário"); (5) Córrego do Ouro Preto (com "Ponte de São José" ou "dos Contos"); (A) Rua Padre Rolim; (B) Praça Tiradentes (referência).
Fonte: CEMIG, 1998 (Alterada pelo autor, 2010).

Ao que tudo indica, essa irmandade que se fizera tradicional na vila desde a primeira metade do século XVIII, ao erguer a dita Capela das Mercês e Misericórdia, acabou condicionando socialmente – e também de forma espacial – a região, adensando-a com casas nas imediações (**FIGs. 201 e 202**). Embora essa capela, arquitetonicamente, apresente uma fachada mais estreita (em comparação às demais capelas desta etapa) a proporção do frontão com torre única garante imponência e singularidade ao templo que, somado ao seu local e implantação de destaque (em termos altimétricos), fazem com que ela seja facilmente identificada e contemplada na paisagem (**FIGs. 203 e 204**).

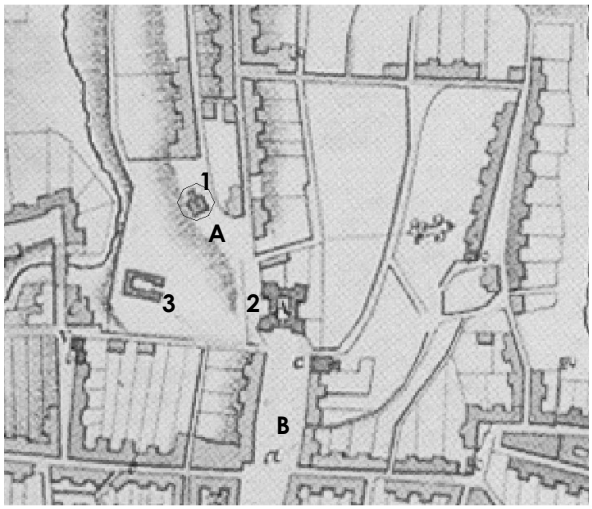


FIGURA 201
Detalhe de plantas do final do século XVIII (à esquerda, "Mappa de Villa Rica", ca. 1786-1787; à direita, "Planta de Villa Rica de N.ª S. Do Pilar", ca. 1783-1785). Destaque para a ocupação da região da Capela de Nossa Senhora das Mercês e Misericórdia. Observam-se: (1) Capela de Nossa Senhora das Mercês e Misericórdia; (2) Prédio do antigo Palácio dos Governadores; (3) Quartel da Cavalaria da capitania (demolido, local aproximado); (A) Rua Padre Rolim; (B) Praça Tiradentes (antiga "Praça").
Fonte: REIS FILHO, 2000, p. 215. (Alterada pelo autor, 2010).

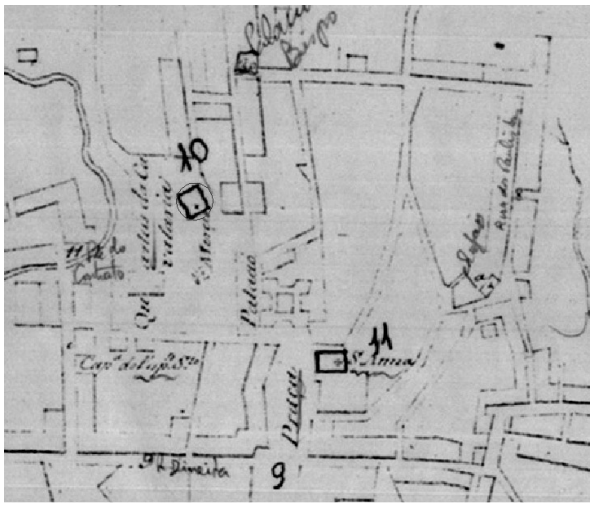


FIGURA 202
Fonte: NIEMEYER, 1888. Acervo de Ivo Porto de Menezes. (Alterada pelo autor, 2010).



FIGURA 203 – Fachada frontal da Capela da Ordem Terceira de Nossa Senhora das Mercês e Misericórdia
Fonte: Elaborada pelo autor, 2010.



FIGURA 204 – Adro da Capela da Ordem Terceira de Nossa Senhora das Mercês e Misericórdia. O terreno criteriosamente escolhido e doado pelo Senado para acomodar o templo situa-se em cota de nível ainda mais alta do que o platô da Praça (Praça Tiradentes). Á esquerda, vê-se a fachada lateral do antigo Palácio dos Governadores (atual escola de Minas da UFOP) e ao fundo vê-se parte da torre única do prédio que acomodara a Casa de Câmara e Cadeia (atual Museu da Inconfidência).
Fonte: Elaborada pelo autor, 2010.

Essa capela, assim como a de São Francisco de Paula, teria favorecido uma importante ampliação do traçado urbano de Vila Rica. Com a vila contando com essas duas edificações, abre-se no final do século XVIII e início do século XIX o primeiro trecho da Rua Padre Rolim, continuado por um extenso caminho criado no século XIX que perpassa pelo Morro de São Francisco de Paula (encontrando-se com a Rua de São Francisco de Paula), interligando várias regiões sitas a noroeste da Praça ao centro da cidade. Tal trajeto, como bem explica Vasconcellos (1956, p. 111), "partindo das Cabeças, através do Campo do Raimundo, Água Limpa e o Outeiro, hoje, de São Francisco de Paula, vem ter ao [antigo] Morro de Santa Quitéria", região da atual Praça Tiradentes (**FIG. 205a e 205b**).

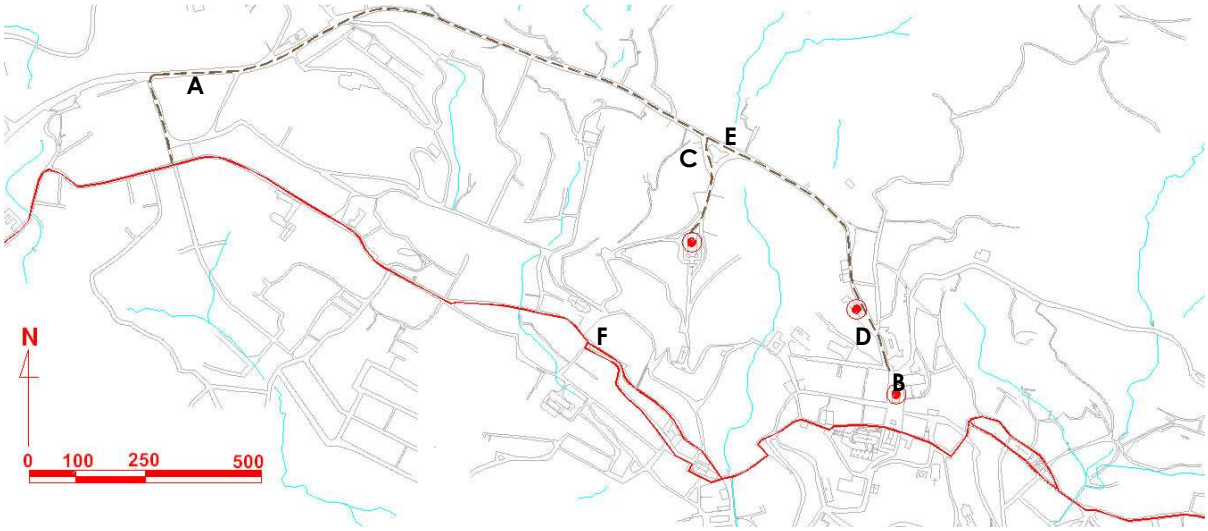


FIGURA 205a - Detalhe da Planta da Cidade de Ouro Preto. Destaque para o caminho aberto no decorrer do século XIX – sendo que grande parte corresponde à atual Rua Padre Rolim – e que inicia-se na (A) Região das Cabeças (antigo Passa-Dez) partindo em direção à (B) Praça Tiradentes, perpassando a (C) região da Capela da Ordem Terceira de São Francisco de Paula e (D) região da Capela da Ordem Terceira de Nossa Senhora das Mercês e Misericórdia. Ainda na planta, vê-se a antiga e extinta (E) "Ponte do Xavier" e também (F) o primitivo trajeto denominado de Estrada Tronco. Fonte: CEMIG, 1998 (Alterada pelo autor, 2010).



FIGURA 205b - Gravura do século XIX, com destaque para um trecho da atual Rua Padre Rolim com a antiga ponte metálica dita "do Xavier", implantada nos Oitocentos junto à região chamada de Campo do Raimundo. À direita (em plano de fundo) da gravura, vê-se também a fachada posterior da Capela da Ordem Terceira de São Francisco de Paula se despontando na paisagem.
Fonte: FERRAND, 1894, p.17.

5.6 - Capela de Nossa Senhora das Dores do Monte Calvário e região

A Irmandade de Nossa Senhora das Dores parece ter se estabelecido em Vila Rica no ano de 1770[314]. Segundo consta nos documentos setecentistas resgatados por Menezes (1975b, p. 109), sua fundação é datada de 6 de abril daquele ano, realizada na Igreja Matriz de

[314] Em divergência dessa data, Souza (1984, p. 237) aponta o ano de 1768 para a fundação da referida irmandade.

Antonio Dias[315]. No mesmo dia, [...] se colocou, no altar respectivo de São João Batista, um painel da Senhora das Dores [...] (MENEZES, 1975a, p. 208)"[316] [317].

Embora se saiba muito pouco a respeito do templo primevo, deduz-se que a edificação tenha sido iniciada em 1775. Principiando a movimentação de terras para a sua implantação, a obra foi vocalmente embargada pelo Senado sob a justificativa de ausência de licença para a dita construção. Assim, essa última haveria de ser concedida em 4 de fevereiro de 1775, "tão somente para a ereção da Ermida". Passados alguns meses, os irmãos devotos solicitam nova licença, dessa vez para "transladarem a devoção, da igreja matriz, para ela [ermida], com procissão solene e sendo concedida pelo Reverendíssimo Governador, Francisco Xavier da Rua [...]" A certidão para benzer templo (passada por Padre Tomaz Machado) ocorrera em 24 de março de 1777 (MENEZES, 1975a, p. 209)[318].

Tal edificação, de caráter primitivo e diminuto, parece ter sido providenciada em madeira (MENEZES, 1975a, p. 208)[319] estando então situada na antiga Rua do Gibú (também conhecida nos Setecentos como Jogo da Bola), atual Rua Carlos Thomaz (**FIGs. 206 e 207**).

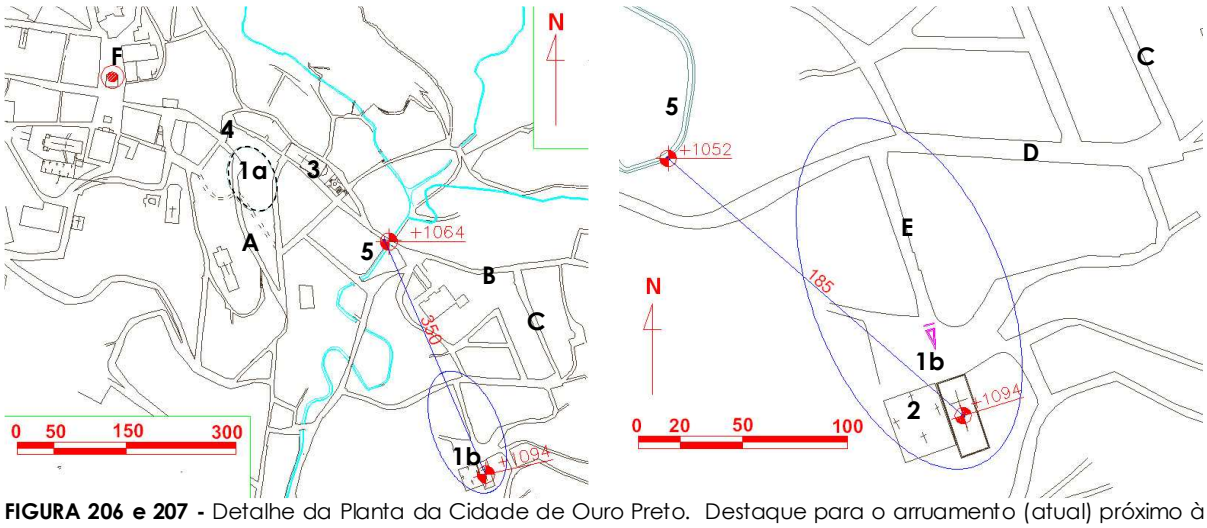


FIGURA 206 e 207 - Detalhe da Planta da Cidade de Ouro Preto. Destaque para o arruamento (atual) próximo à Capela de Nossa Senhora das Dores do Monte Calvário. Observam-se (nomes atuais): (1a) Região (aproximada) da Ermida de Nossa Senhora das Dores do Monte Calvário (antigo templo – demolido); (1b) Capela de Nossa Senhora das Dores do Monte Calvário, edifício providenciado em substituição à ermida. Já havia no local um antigo cemitério (2), então pertencente à Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição; (3) Matriz de Nossa Senhora da Conceição; (4) Antiga "Casa do Dr. Cláudio Manoel"; (5) Córrego de Antonio Dias; (A) Rua Carlos Thomaz (antiga "Rua do Gibú" ou "Jogo da Bola"); (B) Rua Santa Efigênia; (C) Rua Barão de Ouro Branco; (D) Rua Coronel Serafim; (E) Rua Hermínio Barbosa; (F) Praça Tiradentes (referência).
Fonte: CEMIG, 1998 (Alterada pelo autor, 2010).

[315] Informações de autoria de Ivo Porto de Menezes, acrescentadas no livro de Joaquim Furtado de Menezes (1975b, p. 109) como "notas" complementares.
[316] Menezes (1975a, p. 208) transcreve o documento: AHU Minas Gerais, Caixa 44 (1756-1809).
[317] Contudo, Ivo Menezes (1975a, p. 209) afirma ter encontrado também certidão constando que o dito painel (ou imagem) teria sido colocado na Igreja de Nossa Senhora da Conceição somente no dia 17 de abril de 1770.
[318] Menezes (1975a, p. 208) parafraseia documento: AHU Minas Gerais, Caixa 44 (1756-1809). Vila Rica, 24 set. 1786.
[319] Menezes (1975a, p. 208) transcreve documento: AHU Minas Gerais, Caixa 66 (1800-1821). Lisboa, 15 abr. 1801.

De acordo com Eponina Ruas (1958, p. 74), no confisco dos bens do renomado Cláudio Manoel da Costa, menciona-se que a "Casa do Dr. Cláudio Manoel" dava fundos para a "Capela das Dores Velha". De fato, a rua que, atualmente, recebe o nome do inconfidente parte da atual Praça Tiradentes, e termina na Rua Carlos Thomaz. Confrontando tais informações com a análise das duas plantas do século XVIII (**FIGs. 208 e 209**), é possível constatar o local aproximado do antigo templo. Os referidos documentos cartográficos também nos revelam a ocupação na atual Rua Carlos Thomaz, que se apresentava bastante incipiente naquele último quartel dos Setecentos.

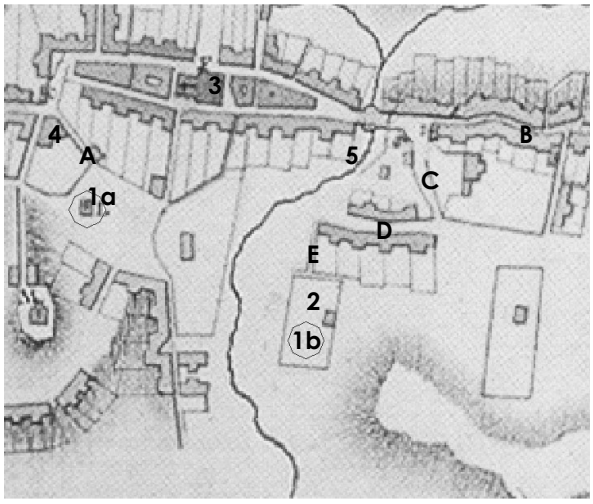


FIGURA 208
Detalhe de plantas do final do século XVIII (à esquerda, "Mappa de Villa Rica", ca. 1786-1787; à direita, "Planta de Villa Rica de N.º S. Do Pilar", ca. 1783-1785). Destaque para a região que teria acolhido a Ermida de Nossa Senhora das Dores do Monte Calvário e o local em que a atual capela foi construída ainda no final do século XVIII. Observam-se (nomes atuais): (1a) Região da Ermida de Nossa Senhora das Dores do Monte Calvário (antigo templo – demolido); (1b) Capela de Nossa Senhora das Dores do Monte Calvário (região aproximada), edifício providenciado em substituição à ermida. Já havia no local um antigo cemitério (2), então pertencente à Matriz de Nossa Senhora da Conceição; (3) Matriz de Nossa Senhora da Conceição; (4) Antiga "Casa do Dr. Cláudio Manoel" (local aproximado); (5) Córrego de Antonio Dias; (A) Rua Carlos Thomaz (antiga "Rua do Gibú" ou "Jogo da Bola"); (B) Rua Santa Efigênia; (C) Rua Barão de Ouro Branco; (D) Rua Coronel Serafim; (E) Rua Hermínio Barbosa.
Fonte: REIS FILHO, 2000, p. 215. (Alterada pelo autor, 2010).

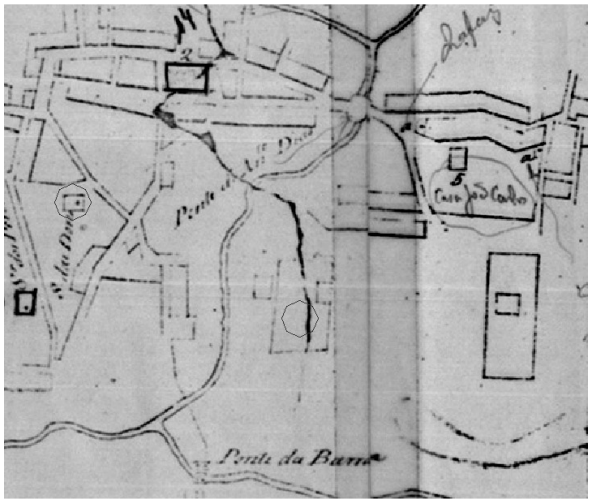


FIGURA 209
Fonte: NIEMEYER, 1888. Acervo de Ivo Porto de Menezes. (Alterada pelo autor, 2010).

Por volta do ano de 1786, nova ermida – provavelmente também construída em madeira (MENEZES, 1975a, p. 209-212)[320] – é então edificada pelos irmãos devotos da Senhora das Dores da Congregação do Monte Calvário de Vila Rica, agora em local situado um pouco mais a leste da Praça. Parece que um dos motivos para a idealização do novo empreendimento estivera associado à vinda, naquela época, de uma nova imagem da Senhora das Dores proveniente da cidade de Braga (em Portugal), mesmo local de origem do primeiro painel da santa – de apenas dois palmos – então trazida em 1775 e que pertencera ao templo primitivo. Informações provindas da confraria e datadas de 29 de janeiro daquele ano de 1786 confirmam o então desejo de "[...] fabricar, à nossa custa, uma

[320] Menezes (1975a, p. 209-212) transcreve documento: AHU Minas Gerais, Caixa 66 (1800-1821). Vila Rica, 3 out. 1786.

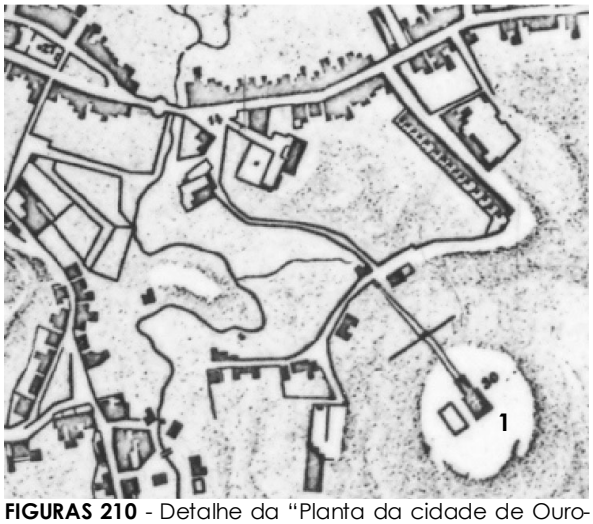
Ermida em que pudéssemos colocar a devotíssima Imagem da Senhora das Dores, da grandeza de seis palmos, vinda novamente da cidade de Braga [...]" (MENEZES, 1975a, p. 209)[321].

O terreno para a construção desse segundo templo foi obtido através de um acordo entre a Irmandade de Nossa Senhora das Dores do Monte Calvário e a Irmandade do Santíssimo Sacramento da Matriz de Nossa Senhora da Conceição (CARRAZZONI, 1987, p. 228), sendo que, no local onde foi edificada, havia um antigo cemitério[322] então pertencente à matriz da referida freguesia (**FIGs. 206-209**). Em documento de 12 de janeiro de 1787, fez-se menção ao dito "Cemitério em que se fundou a Ermida das Dores de Vila Rica [...]", levando-nos a presumir, inclusive, que as obras já estariam concluídas naquela data (MENEZES, 1975a, p. 208)[323]. Passados alguns anos – já na transição do século XVIII para o seguinte – parece que, finalmente, uma capela em devoção a Nossa Senhora das Dores seria erguida, aparentemente no mesmo local da segunda ermida (MENEZES, 1975a, p. 212)[324].

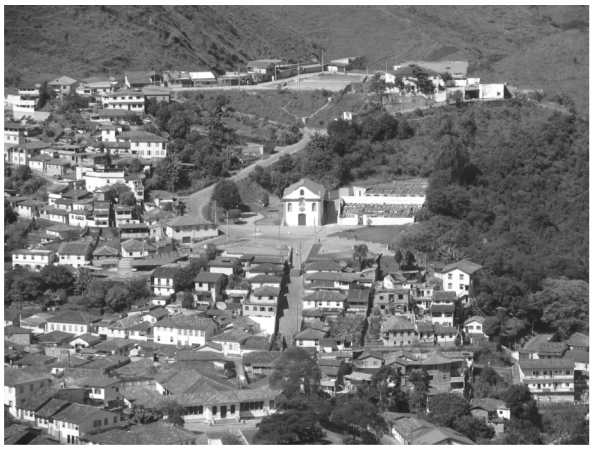
Ao discorrer sobre a local de implantação, Eponina Ruas (1958, p. 74) assinala que a edificação "acha-se bem situada, em amplo campo de visão magnífica [...]". Em outro trecho de sua obra, Ruas (1984, p. 76) também observa que a capela "é de facílimo acesso, em soberba elevação [...]" (**FIG. 211**).

---

[321] Menezes (1975a, p. 209) transcreve documento: AHU Minas Gerais, Caixa 66 (1800-1821). 29 jan. 1786.
[322] Ivo Menezes cita um documento que, embora datado do ano 1775, menciona um cemitério que os devotos da Senhora das Dores estariam então solicitando para a edificação do templo (AHU Minas Gerais, Caixa 44, (1756-1809) apud MENEZES, 1975a, p. 209). Por outro lado, em documento já de 1786, Vidal José do Valle afirmara que a Ermida de Nossa Senhora das Dores distava apenas cerca de quatrocentos passos da Matriz de Antonio Dias, levando-nos a crer que o vigário estivesse fazendo referência ao antigo templo que, naquela época, ainda situava-se na Rua Carlos Thomas – no terreno antigo, ou seja, nas proximidades da referida paróquia (AHU, Minas Gerais, caixa 44, (1756-1809). Vila Rica, 3 out. 1786 *apud* Notas de Ivo Porto de Menezes *In* MENEZES, 1975b, p. 127-128 – Veja-se "ANEXO A"). Diante dessas afirmações, pode-se conjecturar que a região do cemitério parece ter sido solicitada, pela primeira vez, para se erguer o primeiro templo, embora a congregação só tivesse adquirido o direito ao uso do terreno na véspera de construir a sua segunda ermida.
[323] Menezes (1975a, p. 208) transcreve documento: AHU Minas Gerais, Caixa 44 (1756-1809). Mariana, 12 jan. 1787.
[324] Menezes (1975a, p. 212) transcreve documento: AHU Minas Gerias, Caixa 66 (1800-1821). Lisboa, 15 abr. 1801.



FIGURAS 210 - Detalhe da "Planta da cidade de Ouro-Preto", ca. 1888. Destaque para a ocupação verificada próximo à (1) Capela de Nossa Senhora das Dores do Monte Calvário e região.
Fonte: BROSENIUS, 1888. Acervo de Ivo Porto de Menezes (cópia do documento). (Alterada pelo autor, 2010).



FIGURAS 211 – Capela de Nossa Senhora das Dores do Monte Calvário e entorno imediato, visto a partir do adro da Capela de Nossa Senhora das Mercês e Perdões.
Fonte: IPHAN/MINC, 2002. Fotografia de Rodrigo Marcandier e Robson Godinho.

Em uma análise comparativa entre as plantas do século XVIII e do XIX e de uma gravura do primeiro quartel oitocentista, é possível observar que a região pouco mudou durante um hiato de cerca de cem anos (**FIGs. 208-210, 212**). Contudo, enquanto parte da ocupação de origem setecentista, nas atuais ruas Barão de Ouro Branco e Coronel Serafim, parece ter sido preservada no século XIX, algumas poucas edificações, pontuais, foram desfeitas, além de terem surgido novas ocupações ao longo de ambas as vias.

Como se pode perceber, na planta oitocentista já consta da capela erguida sobre um platô bem definido, com acesso a partir da rua atualmente denominada Hermínio Barbosa, e sua fachada frontal está voltada para um trecho da antiga Estrada Tronco (atual Rua Santa Efigênia). Dessa mesma forma, o templo chegara aos nossos dias, descortinando-se como um elemento arquitetônico marcante na paisagem sul da freguesia de Nossa Senhora da Conceição de Antonio Dias. (**FIGs. 210-211**).

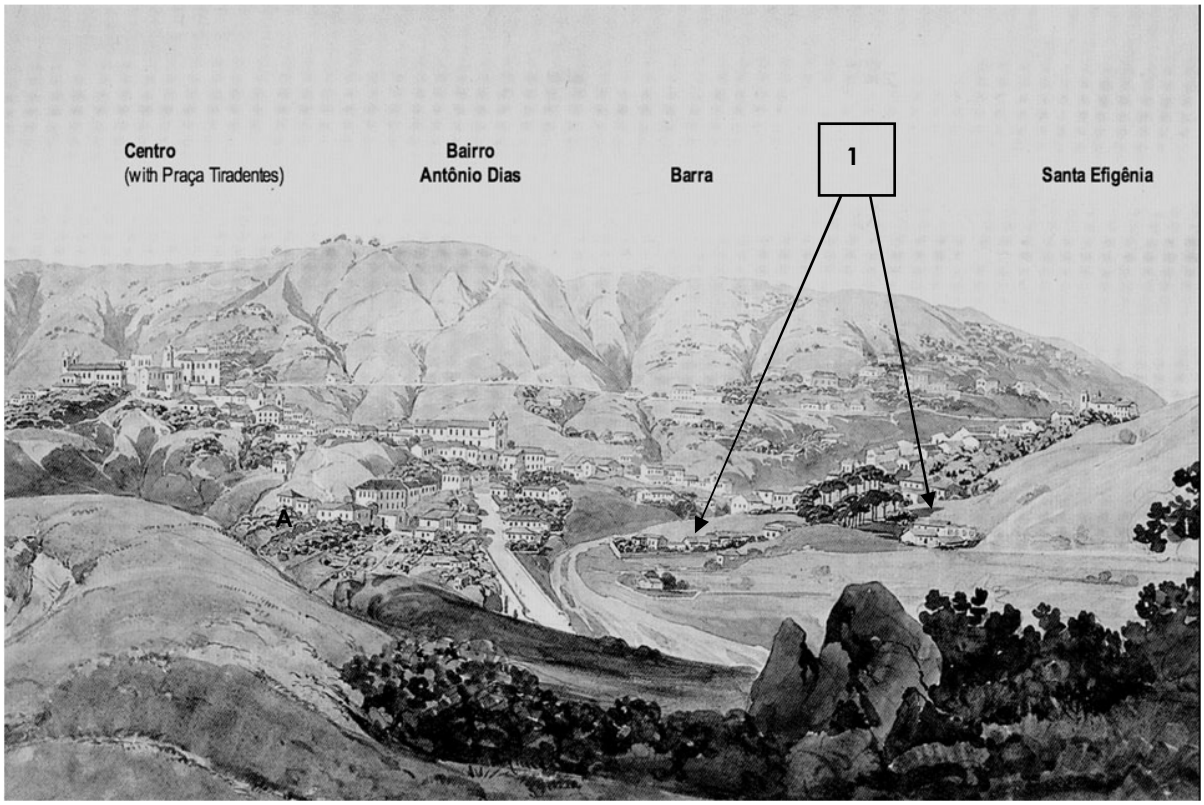


FIGURA 212 - Gravura do século XIX de autoria de Johann Emmanuel Pohl (elaborada em ca. 1833) retratando um panorama da outrora Imperial Cidade de Ouro Preto. Destaque para a ocupação (1), verificada nas proximidades da Capela de Nossa Senhora das Dores do Monte Calvário.
Fonte: CONZEN, 2007. Alterada pelo autor, 2010.

5.7 - Considerações Finais sobre a Quarta Etapa de ocupação de Vila Rica

Essa Etapa de Ocupação da vila corresponde à época em que se acentuou a divisão social, sendo que os novos templos teriam contribuído para a manifestação das associações leigas que estavam emergindo (tanto as Ordens Terceiras quanto confrarias bem menos potentadas), repercutindo, inclusive, na forma destas últimas ocuparem o espaço urbano de Vila Rica.

As capelas, situadas morro acima, já não atuariam tão diretamente no adensamento populacional em seu entorno (exceção seja feita à Capela de São Miguel e Almas). Portanto, os novos casarios, muitas vezes, ainda continuariam a ocupar – e adensar – principalmente os núcleos já pré-desenvolvidos nas Etapas anteriores de ocupação da vila. Lembremo-nos de que esses adensamentos ficavam situados de preferência nos sopés das encostas e meia-encostas, relativamente próximos dos cursos d'água e da Estrada Tronco.

Somos persuadidos de que a tendência a esse não adensamento tão imediato e intenso no entorno das capelas, verificado na Quarta Etapa de ocupação, teria ocorrido pelo fato de as demais agremiações que construíram templo próprio naquelas últimas décadas setecentistas, de modo geral, pertencerem a associações mais restritas em termos de

número de Irmãos. Vale rememorar que os carmelitas, os franciscanos (tanto de Assis quanto de Paula), bem como os mercedários, seriam reconhecidos como Irmãos da Ordem Terceira de Vila Rica.

A distinção social dessas associações pode ser muito bem ilustrada em documento setecentista que enfatiza a "segurança e grandeza com que se edificaram, nestes últimos anos, os suntuosos templos das Ordens Terceiras [...]" (MENEZES, 1975a, p. 208)[325].

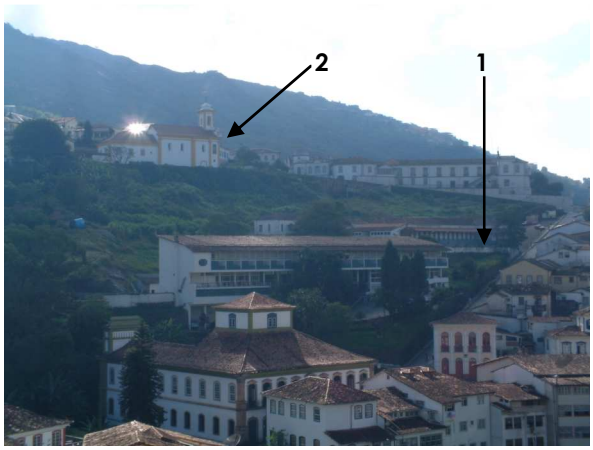
> "As irmandades acompanharam de perto as alterações nas atividades econômicas e sociais da Capitania no decorrer do século. Por isso, inclusive quando o ouro declinava, não significava que o espírito associacionista se apagava. Pelo contrário, este recrudescia pelo que se constata no elevado número de irmandades surgidas na segunda metade do século" (BOSCHI, 1986, p. 34).

Principalmente nesta Quarta Etapa de ocupação de Vila Rica, percebe-se claramente que "[...] a importância dos bairros era avaliada pelo tamanho, pela imponência e pelo número de seus templos." (BOSCHI, 1986, p. 33). Como conseqüência, intensificam-se as rivalidades, principalmente dos Irmãos de Ordens Terceiras. Houve freqüentes conflitos, inclusive, entre corporações da mesma Ordem. Cabe como exemplo a sedenta disputa por maior *status* entre as duas confrarias de Vila Rica que têm por título Nossa Senhora das Mercês. Conforme salientou Trindade (1959, p. 168): "Muita tinta consumiu-se, muito ouro derramou-se, ódios acirraram-se, tudo, afinal, para conquistar, uma em detrimento da outra, o direito de precedência, ou um passo à retaguarda em enterros e procissões". Parece inegável que o local escolhido (bem como a qualidade do "risco" e da construção do templo) pelos co-irmãos mercedários de Misericórdia também estariam relacionados à incessante busca por maior reconhecimento e prestígio. Sobre tal incidente, como visto anteriormente, relevante é o fato de até mesmo o Estado intervir na escolha do local (TRINDADE, 1959, p. 171-172) (**FIGs. 213-214**).

[325] Menezes (1975a, p. 208) transcreve documento: AHU Minas Gerias, Caixa 44 (1756-1809). Vila Rica, 3 out. 1786.



FIGURAS 213 - "Panorama de Ouro Preto", autor desconhecido, ca. 1870-1875. Destaque para a Rua Senador Rocha Lagoa ao se aproximar da "Praça" (atual Praça Tiradentes). Nota-se que na época da fotografia, a referida rua possuía poucas construções, sendo que a região (1) inicialmente solicitada pelos Irmãos das Mercês para a construção de sua capela ainda encontrava-se desocupada.
Fonte: MUSEU DA INCONFIDÊNCIA, 1998.



FIGURAS 214 – Tomada da Cidade de Ouro Preto. Em detalhe, atual vista da Capela da Ordem Terceira de Nossa Senhora das Mercês e Misericórdia (2), implantada em terreno outrora estabelecido pelo Senado da Câmara. Mais abaixo, vê-se o local em que a capela seria implantada inicialmente (1), terreno próximo ao prédio onde hoje está instalada a Escola Estadual D. Pedro II.
Fonte: IPHAN/MINC, 2002. Fotografia de Rodrigo Marcandier e Robson Godinho.

Parece que os irmãos devotos da Senhora das Dores, embora por razões diversas às dos Irmãos de Ordem Terceira, provavelmente também eram pouco numerosos na vila. O principal motivo seria, talvez, o tardio período em que fora criada a Irmandade de Nossa Senhora das Dores do Monte Calvário de Vila Rica (ano de 1770).

A falta de recursos com relação aos carmelitas, franciscanos ou mercedários por parte dessa congregação também teria repercutido no aspecto dos templos erguidos, principalmente daquele primevo, construído em 1775. Além disso, ao tomarem a iniciativa de erguer nova obra sagrada, já em 1786, teriam construído tão somente outra ermida e, só anos depois (início do século XIX, é possível), possuiriam sua primeira (e provavelmente única) capela (edificação de maior porte). Ainda assim, naquela ocasião (ano de 1801), haveria considerável dificuldade na conclusão do edifício, uma vez que os fiéis "[...] se acham impossibilitados de poder finalizar a Capela, onde se acha ereta a mesma devota Imagem [...]" (MENEZES, 1975a, p. 212)[326]. Tudo isso também confluiria para não favorecer um maior adensamento em torno do templo, como ocorrido com as capelas das etapas anteriores de ocupação da vila.

Já a Capela de São Miguel e Almas (sucedendo a uma pequena ermida) teria atraído consideráveis casas (é possível que a maioria delas pertencesse a devotos) erguidas no então Alto do Passa-Dez, muito em razão da razoável quantidade de irmãos da confraria,

[326] Menezes (1975a, p. 212) transcreve documento: AHU Minas Gerias, Caixa 66 (1800-1821). Lisboa, 15 abr. 1801.

bem como do fato de que "[...] antes da mesma se edificar, a maior parte daqueles moradores [do Passa-Dez] não cumpriam com o preceito da Missa, por lhe ficar muito distante a Matriz" (MENEZES, 1975a, p. 225)[327] [328].

Todas as capelas da Quarta Etapa, apesar dessas pequenas diferenças, teriam em comum o destaque na paisagem, principalmente relacionado à altimetria dos terrenos escolhidos para sua construção. Esse destaque muito provavelmente estaria relacionado às variadas determinações/preceitos eclesiásticos conjugados à incessante busca por maior prestígio e reconhecimento dos fiéis e irmãos.

[327] Menezes (1975a, p. 225) transcreve documento datado de 17 ago. 1789.
[328] Até aquela época, o principal local de acolhimento dos devotos era a Igreja de Nossa Senhora da Conceição, local em que a irmandade havia sido criada em 1713 (Documento datado de 17 ago. 1789 *apud* MENEZES, 1975a, p. 224-225).

À GUISA DAS CONCLUSÕES SOBRE AS QUATRO ETAPAS DE OCUPAÇÃO DE VILA RICA NO SÉCULO XVIII

A hipótese de que, em tempos remotos, a região hoje correspondente ao centro histórico de Ouro Preto teria sofrido uma ocupação provisória – ainda que breve – é dotada de certa pertinência. Tal temática, abordada nas primeiras páginas dessa pesquisa, ainda merece estudos mais aprofundados, apesar da freqüente falta de amparo documental para muitas afirmações. Não obstante, algumas conclusões puderam emergir.

Parece-nos que a mutabilidade inicial das primevas ocupações teria sido um fenômeno freqüente na origem das inúmeras povoações. Conforme havia concluído Sérgio Buarque de Holanda (2008, p. 109) sobre os primeiros assentamentos urbanos, "raros os estabelecimentos fundados por eles [portugueses] no Brasil que não tenham mudado uma, duas ou mais vezes de sítio [...]". O autor caracteriza essa atitude lusa de "tateante e perdulária" que, de forma breve e sutil, inclusive teria se manifestado na região que veio a se tornar Vila Rica e, depois, cidade de Ouro Preto.

Foi a partir das descobertas do ouro (e da conseqüente mineração) que se promoveu a matriz urbana, a qual, inicialmente, consistiu em pequenos núcleos. No entanto, foi célere o processo de adensamento populacional, ensejando a presença da Coroa para maior controle da exploração mineral já no primeiro quartel do século XVIII, bem como de outras atividades econômicas (comércio) que lhe cumpriram um papel de apoio (CUNHA; GODOY, [200-?], p. 3). Afinal, os produtos de subsistência, ainda inexistentes na região, precisavam ser trazidos de outros locais da Colônia pelos tropeiros.

A maior parte dos assentamentos humanos originados em finais do século XVII - e transmutada poucos anos depois com a criação dos primeiros arraiais de caráter "mais permanente" - teria desaparecido sem deixar maiores vestígios, talvez devido ao caráter de "improviso" e em razão da "facilidade com que foram demolidas e substituídas antigas edificações" (D`ASSUMPÇÃO, 1989, p. 132). Tais agregações, providenciadas de forma repentina como conseqüência do *rush* pelo ouro logo se extinguiram na medida em que se originaram os primeiros arraiais propriamente ditos. Esse berço da ocupação "definitiva" na região, mesmo que bastante antigo, ainda hoje conserva muitos e bastante claros vestígios primitivos.

Paralelamente, a influência católica na região em foco, a partir de seus templos religiosos e demais impressões cristãs, conforme pudemos perceber, certamente teria assumido

importantes papéis, tanto espacial quanto socialmente, na conformação daquele tecido urbano, desde a origem dos primeiros arraiais.

Como vimos, desde antes do erigir da vila, capelas foram construídas polarizando aglomerações oriundas da extração mineral e de caráter definitivo, cujas casas de morada e comércio de fiéis devotos e demais povos rapidamente surgiram em seu entorno imediato. Tais templos, por sua vez, seriam implantados de forma sistemática em meio a terras devolutas criteriosamente escolhidas para acolhê-los (fazendo-se patrimônio religioso). Simultaneamente, as ruas (e largos) foram então se definindo em torno desses edifícios balizadores, gerando uma concepção paisagística, ainda que rudimentar.

Foi possível comprovar também que as nucleações "mais estáveis" surgidas naqueles Setecentos compreendiam "uma obra processual e muito coletiva em suas mais significativas eleições" (BASTOS, 2003, p. 125), a começar pelos sítios onde se implantaram. Isso nos permite, em termos, questionar uma das afirmações outrora traçadas por Sérgio Buarque de Holanda: "[...] a rotina e não a razão abstrata foi o princípio que norteou os portugueses, nesta como em tantas outras expressões de sua atividade colonizadora" (HOLANDA, 2008, p. 109). Não nos esqueçamos do tradicional patrimônio religioso, dos onipresentes costumes e normas eclesiásticas[329] – que culminaram com as "Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia" (MARX, 1991, p. 20-22) e também as várias "vereações"[330] (a partir da criação da vila), muitas vezes provenientes de práticas já antes adotadas na metrópole e em outras colônias.

Pelo exposto, parece não haver dúvida de que critérios e preceitos urbanísticos foram adotados na implantação e desenvolvimento de Vila Rica, apesar da singularidade que os arraiais mineiros guardam perante as fundações urbanas brasileiras. Rezava a escolha criteriosa dos sítios,

> "[...] uma orientação primordial de adequação "por ordem" às circunstâncias, costumes e preexistências físicas, naturais e construídas, visando à conveniência final da obra ou da povoação tanto à política teológica metropolitana quanto aos interesses dos colonos." (BASTOS, 2007, p. 40).

---

[329] No que diz respeito ao local de implantação de um templo (que muitas vezes daria origem a nucleações), Bastos (2009a, p. 321) chama a atenção para o fato de que praticamente todos os tratados de cunho canônico "fazem alusão à tópica muito consagrada pela escolha de sítios altos, elevados e eminentes, um costume muito antigo, antes mesmo do cristianismo".

[330] As vereações eram atribuídas ao Senado, que se empenhava em proceder "ao zelo conveniente à *res publica* edificada" (BASTOS, 2003, p. 138).

A cuidadosa eleição do sítio ideal para a implantação da Capela de Nossa Senhora das Mercês e Misericórdia (Mercês de Cima), havendo, inclusive, relevante interferência do Senado da Câmara de Vila Rica, é um bom exemplo da aplicação do decoro a favor da política teológica (Estado-Igreja)[331] e dos interesses das irmandades, apoiados em tradicionais costumes de cunho religioso.

De forma quase que sistemática, a conformação dos "pequenos núcleos de adensamento" providos de edifício religioso, principalmente os correspondentes à primeira etapa, foram organizados respeitando-se o posicionamento das fachadas frontais dos respectivos templos. Não raras vezes, as edificações pioneiras, bem como as demais que foram surgindo no decorrer do século XVIII – construídas ao redor das igrejas e capelas –, não acompanharam o sentido dos córregos e afluentes mais próximos. Resguardando as devidas exceções, até mesmo os próprios templos que foram capazes de estruturar esses arraiais, de modo geral, estão orientados no sentido oposto aos ribeiros e, possivelmente, à localização das antigas lavras. Destaque para o fato de que a própria "Estrada Tronco", que interliga os arraias primitivos mais prósperos (VASCONCELLOS, 1956), também se fez passar, de forma preferencial, no sentido perpendicular a esses cursos d'água (**FIGs. 156, 216**).

Presume-se que, em contrapartida, os núcleos da Primeira Etapa de Ocupação e que não dispunham de capela sofreram a tendência de se estabelecerem em locais mais próximos e ao longo dos córregos, conforme evidenciado no antigo arraial dos Paulistas da freguesia de Antonio Dias, bem como nas regiões do Passa-Dez (próximo à ponte homônima) e da Barra. Processo semelhante teria ocorrido no povoamento da região conhecida como "Arraial dos Paulistas" na freguesia do Pilar. Embora extinto ainda nos Setecentos, diversos aforamentos correspondentes às duas primeiras décadas daquele século acusam a sua existência, contendo certo adensamento populacional no dito "arrayal" (VASCONCELOS, 1941, p. 242-sgts.), sito "junto ao corrigo das lavras que levem da ponte do tripoy entrando no ouro Preto" (MENEZES, 1970-1999)[332].

Percebemos que os arraiais primevos logo foram unidos por caminhos (que inclusive continham edificações) e aglutinados por duas freguesias, apartadas uma da outra. Podemos afirmar que o povoamento de Vila Rica se desenvolveu de forma linear – com a "Estrada Tronco" obedecendo ao eixo longitudinal – "[...] caminhando, depois, para o

---

[331] Explica Rodrigo Bastos (2009a, p. 207) que "[...] a ereção de capelas era bastante conveniente aos colonos mas também ao reino. Incentivar política e materialmente suas construções reafirmava a ordem e os valores da política monárquica infamada em pressupostos católicos continuamente encenados pelo *theatrum sacrum* das edificações religiosas; pelos ritos, sacramentos e mistérios nelas desempenhados, e também pelas matérias teológicas nelas representadas".

[332] APM CMOP, Cód. 1, fls. 9 v. Pesquisa realizada por Ivo Porto de Menezes (MENEZES, 1970-1999).

centro, para o seu eixo transversal" (VASCONCELLOS, 1956, p. 111), a partir da criação da Praça (unindo as duas freguesias) e de edificações ao redor deste logradouro.

Reunidos os moradores, em definitivo, com a aglutinação e elevação dos diversos arraiais à categoria de vila, os templos a serem erguidos em seguida – correspondentes à Segunda Etapa – foram impulsionados por outros condicionantes sócio-espaciais pré-existentes, submetendo-se, portanto, à força aglutinadora simbólica do núcleo central recém-criado pelo Estado: a então chamada "Praça" (mais tarde, Praça Tiradentes).

Desse modo, os edifícios de cunho religioso que ali foram providenciados, no decorrer dos anos setecentistas, não conseguiriam exercer forte influência sócio-espacial sobre a região. Enquanto um desses templos simplesmente acabaria por exercer papel de anexo do Palácio dos Governadores – a Ermida de Nossa Senhora da Conceição, os demais seriam extintos ainda no século XVIII. Nesse último caso, enquadram-se a antiga Capela de Santa Quitéria, a de Sant' Anna e a Ermida de Santa Rita (dos presos).

Em definitivo, não somente os edifícios de cunho religioso teriam atuado ativamente no desenvolvimento do tecido urbano, mantendo individualmente algum destaque na trama persuasiva da outrora Vila Rica. Apesar de haver um número reduzido de construções civis e oficiais possuidoras de alguma evidência, e raramente estas edificações terem assumido em Vila Rica uma importância comparável à dos templos, no que se refere à sua relação com o ambiente citadino, "os dois focos de maior interesse da Praça Tiradentes são monumentos laicos – o Palácio dos Governadores, sede do governo da Minas Colonial, e a Casa de Câmara e Cadeia, centro administrativo e punitivo da vila" (BAETA, 2010, p. 344).

Pelo fato de se concentrarem numa única região em que, embora ainda em consolidação, acolhera também outros equipamentos de poder, também marcantes e imponentes exercendo função sócio-espacial de condicionamento/ estruturação daquele novo centro, esse, certamente, é o período de menor *glamour* da cultura eclesiástica em termos de soberania e geratriz da evolução urbana. Assim, o pelourinho e os já mencionados edifícios do Estado é que foram os protagonistas do desenvolvimento espacial do importante logradouro que de imediato a Praça viera a se tornar.

Fato a merecer realce diz respeito à conseqüência imediata da criação da praça como elemento central de Vila Rica: o núcleo administrativo pré-consolidado daria início a um novo ciclo de desenvolvimento no tecido urbano, mais uma vez centrífugo – assim como o era nos antigos arraiais –, que, conforme constata Vasconcellos (1956, p. 107-sgts.), resultaria

na criação de novos e importantes arruamentos que se iniciam ou conduzem a aquele grande platô.

Para assumir todo este destaque que culmina com a implantação verificada já no final do século XVIII, novos edifícios seriam implantados lado a lado preenchendo, ainda no decorrer daquele século, quase que integralmente as duas faces maiores do logradouro (MENEZES, 2002). Já os dois principais prédios, seguindo uma cuidadosa implantação, seriam postos em evidente destaque: intervenções sucedidas ainda na primeira metade dos Setecentos fariam com que a superfície do largo viria a sofrer um ligeiro rebaixamento em direção ao centro enquanto o Palácio dos Governadores (outrora Casa de Fundição) e o majestoso edifício da Casa de Câmara e Cadeia (que mediante a ampliação da Praça se afastou ainda mais do centro) passariam a assumir uma posição proeminente, em cota de nível mais elevada (BAETA, 2010, p. 344).

Na Terceira Etapa de desenvolvimento da vila, as capelas se acomodaram ao longo ou próximas dos caminhos existentes, sendo condicionadas por regiões pré-estruturadas (embora carentes ainda de edifícios mais marcantes). Por sua vez, após estabelecidos, aqueles templos acabaram por condicionar, principalmente de forma espacial, o desenvolvimento dos tecidos urbanos dos núcleos que os acolheram.

A tendência de se ocupar, de modo esparso, o caminho-tronco (com edificações apresentando fins comerciais e residenciais) é nítida, até porque nos parece claro que essa era a principal rota dos mercadores e demais povos que cruzavam a vila e atendiam às demandas daquela região. Porém, também é válido afirmar que os núcleos mais significativos de ocupação, lindeiros à Estrada Tronco, se mostraram mais densos, com maior freqüência, em locais contíguos ou ao redor dos templos. Tais edificações contribuíram expressivamente para a conformação da rede intra-urbana de Vila Rica.

A quarta geração de templos não necessariamente respeitou o caminho principal dos mercadores e transeuntes, mas também ocupou áreas a ele adjacentes. Muito embora as capelas dessa última etapa de Vila Rica tenham se mostrado capazes de agregar moradores à sua volta ou nas proximidades – com destaque para a de São Miguel e Almas – pode-se intuir que o modo como foram implantadas visava, prioritariamente, conferir *status* social à própria Ordem / Irmandade. Isso ocorreu principalmente com as capelas da Ordem Terceira do Carmo e da Ordem Terceira de São Francisco de Assis.

Seguindo a mesma premissa, as demais agremiações de destaque da etapa – não tão ricas (Capela das Mercês e Misericórdia e de São Francisco de Paula), havendo outras ainda

mais modestas (Capela de São Miguel e Almas) – estavam erguendo e promovendo suas propriedades em terrenos favoráveis com vistas ao destaque na paisagem (**FIG. 215**) e, na medida do possível, tentando ostentar riqueza e poder. Para exemplificar, vale a ressalva de que até mesmo a parca Irmandade das Dores, no momento em que, desprovida de maiores recursos e sob insistente solicitação de novo terreno, por fim consegue o "antigo cemitério e lugar dantes religioso". Segundo os devotos, o local era pertinente com a "qualidade da Ermida, que unicamente permitirão erigir-se [...]", o que teria garantido um almejado "reconhecimento" e "distinção" diante das outras tantas irmandades surgidas em épocas anteriores. Embora até mesmo a sua atual capela apresente proporções modestas, o local e a amplitude do terreno antes pertencente à igreja de Nossa Senhora da Conceição foram capazes de valorizá-la na paisagem. No que diz respeito à Capela de São Francisco de Paula, conforme aponta Souza (2000, p. 213), sua obras foram paralisadas por um intervalo de vários anos, devido à insuficiência de recursos de sua Ordem Terceira. O mesmo teria ocorrido com a construção da Capela de São Miguel e Almas. É provável que a dificuldade em concluir esses templos muito se deveu à suntuosidade dos mesmos, que teria sido uma exigência dos respectivos irmãos. Ainda referindo-se ao templo de São Francisco de Paula, Souza observa que, apesar dos empecilhos verificados na execução da obra, a capela, "[...] mesmo assim, mantém os padrões de arquitetura do século XVIII" (SOUZA, 2000, p. 213). Trindade (1956, p. 110) já afirmara que, por meio de seus templos cada vez mais imponentes, as Irmandades e Ordens Terceiras teriam assumido grande responsabilidade ocupando "um bom lugar entre os benfeitores de Ouro Prêto (sic)".

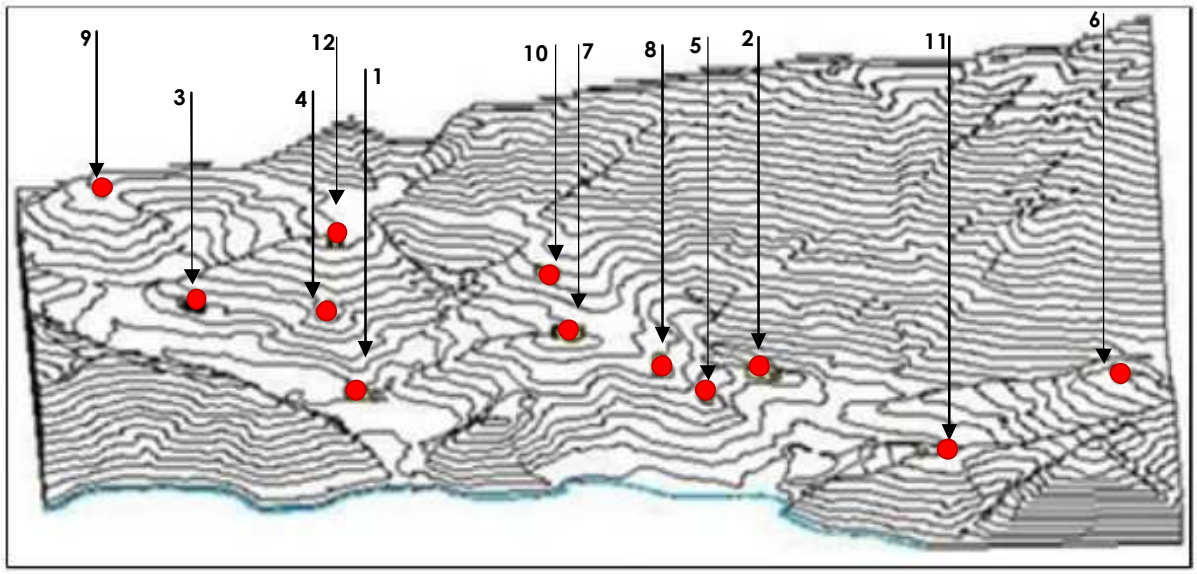


FIGURA 215 - Esquema de Ouro Preto (revelando a topografia) com destaque para alguns dos templos que foram implantadas predominantemente em meia-encostas, embora em pontos notáveis - em termos altimétricos - do relevo da região. Observam-se: [Primeira Etapa] - (1) Igreja Matriz de Nossa Senhora do Pilar; (2) Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição; (3) Capela de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos (do bairro do Rosário); [Terceira Etapa] - (4) Capela de São José; (5) Capela de Nossa Senhora das Mercês e Perdões; (6)Capela de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos (do bairro de Santa Efigênia); [Quarta Etapa] – (7) Capela da Ordem Terceira de Nossa Senhora do Monte Carmo; (8) Capela de Nossa Senhora dos Anjos da Ordem Terceira de São Francisco de Assis; (9) Capela dos Santíssimos Corações de Jesus, Maria, José, Senhor de Matozinhos, São Miguel e Almas; (10) Capela de Nossa Senhora das Mercês e Misericórdia; (11) Capela de Nossa Senhora das Dores do Monte Calvário; (12) Capela da Ordem Terceira de São Francisco de Paula. Fonte: GUERREIRO, 2005, p. 12. (Alterada pelo autor, 2010).

Ressalta-se que as capelas da Terceira e Quarta Etapas, uma vez consolidadas (seja como a primeira ou em substituição a uma outra que anteriormente existia no local), tornaram a (re)direcionar ou (re)condicionar, espacialmente e/ou socialmente, o desenvolvimento dos respectivos bairros que as acolheram, sejam eles precursores (originados na primeira etapa) ou um pouco mais recentes (correspondentes às etapas seguintes do século XVIII).

Corroborando tal raciocínio, convém lembrar o ocorrido com a Capela de Nossa Senhora do Rosário dos Brancos do Padre Faria. A história nos revela que os membros da Confraria dos Brancos, uma vez expulsos do Alto da Cruz de Santa Efigênia, em 1743 (SALLES, 2007, p. 70), optaram por se estabelecer em local já ocupado pelo arraial do Padre Faria, onde anteriormente havia uma capela primitiva (MENEZES, 1975b, 108). Uma vez instalados, contribuíram na reedificação do templo e mudaram sua invocação para Nossa Senhora do Rosário. Com isso, a referida Confraria dos Brancos acabou migrando para o vale (região trespassada pelo Córrego do Padre Faria), ao invés de se fixar em outro ponto simbolicamente de maior destaque, em termos altimétricos. Por outro lado, é compreensível que tal Irmandade tenha decidido ocupar aquele local. Lindeira à Estrada Tronco, a região possivelmente se mostrava em fase de pré-consolidação, uma vez que ali já havia certo grau de ocupação – condicionado pela capela primitiva – além de se tratar de lugar estrategicamente bem servido e localizado. Como descreve Diogo de Vasconcellos (1934, p. 23), aquele arraial já havia sido em tempos remotos, "fundado, com efeito, tendo por base as primeiras datas minerais, concedidas exclusivamente aos paulistas em 1701, pelo Guarda-Mór Domingos da Silva Bueno [...]".

A tendência de "elevação progressiva" (em termos de altitude) dos templos e respectivos arraiais possivelmente esteve relacionada com o desenvolvimento de novas técnicas empregadas na marcha das minerações que, embora mais apegadas aos vales mais profundos, mais tarde foram também galgando a serra. Apesar disso, ressaltemos os dizeres de Monte-Mór (2001, p. 3), que já teria afirmado que a maior e mais relevante produção mineradora "[...] se dava primeira e principalmente lá em baixo, na beira dos córregos, arrancando cascalho, lavando e apurando na bateia".

Com exceção dos templos primitivos da dita Região dos Morros (Serra de Ouro Preto), as principais capelas e edifícios mais importantes da vila tendem a balizar trechos do antigo "Caminho Velho". Apesar de a Capela de Nossa Senhora das Mercês e Perdões (erguida na Terceira Etapa de ocupação) se encontrar na chamada Rua das Mercês, vale lembrar que tal via se apresenta como uma vertente direta da Estrada Tronco (**FIGs. 162-165**). O mesmo aconteceria com as capelas de São Francisco de Paula e das Mercês e Misericórdia (ambas da Quarta Etapa de ocupação). Conforme registrou Vasconcellos (1956, p. 111), uma via foi

criada para interligá-las e, "[...] partindo das Cabeças, através do Campo do Raimundo, Água Limpa e o Outeiro, hoje, de São Francisco de Paula, vem ter ao Morro de Santa Quitéria sem voltear pelo centro". Todavia, apesar de este se tratar de caminho alternativo (talvez criado também em razão de uma profunda e tardia mineração existente junto ao campo do Raimundo) (FERRAND, 1894), a Capela de Nossa Senhora das Mercês e Misericórdia está localizada bem próxima da Praça - o importante eixo de comunicação entre os antigos arraiais e pólo da Estrada Tronco (**FIG. 205b**).

Conforme a orientação dos demais templos da então Vila Rica, vale enfatizar mais uma vez que a capela de Nossa Senhora das Mercês e Perdões antiga (setecentista) apresentava sua fachada frontal direcionada para aquele principal caminho - Estrada Tronco. Parece que prática semelhante teria sido adotada na Capela de São Sebastião (do dito "Morro do Ouro Podre") - conforme a análise morfológica do antigo arraial sugere -, embora esses dois templos se encontrem, hoje, voltados para o lado oposto a essa rota (**FIG. 216**).

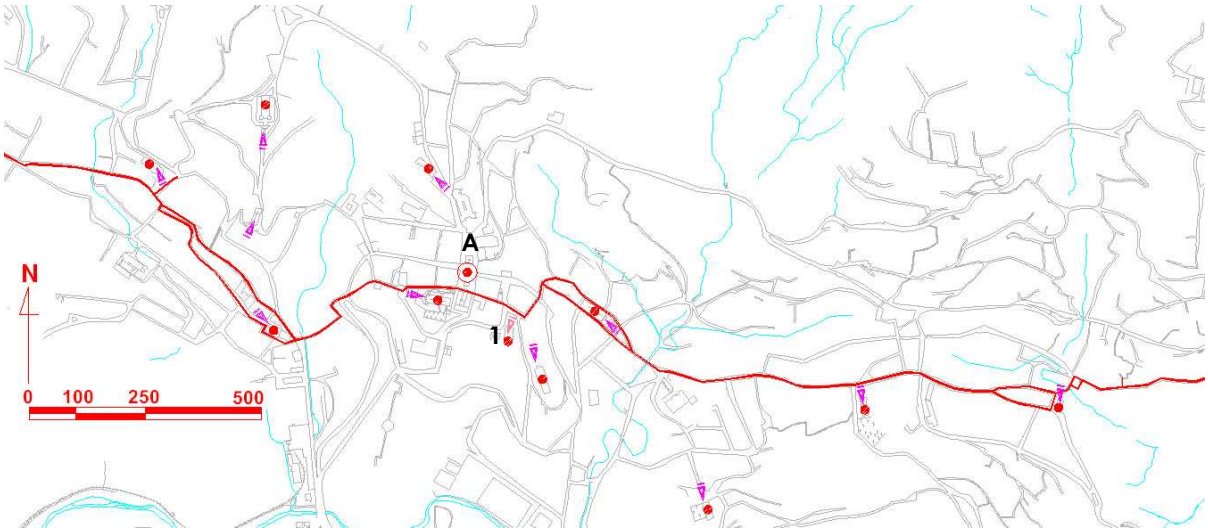
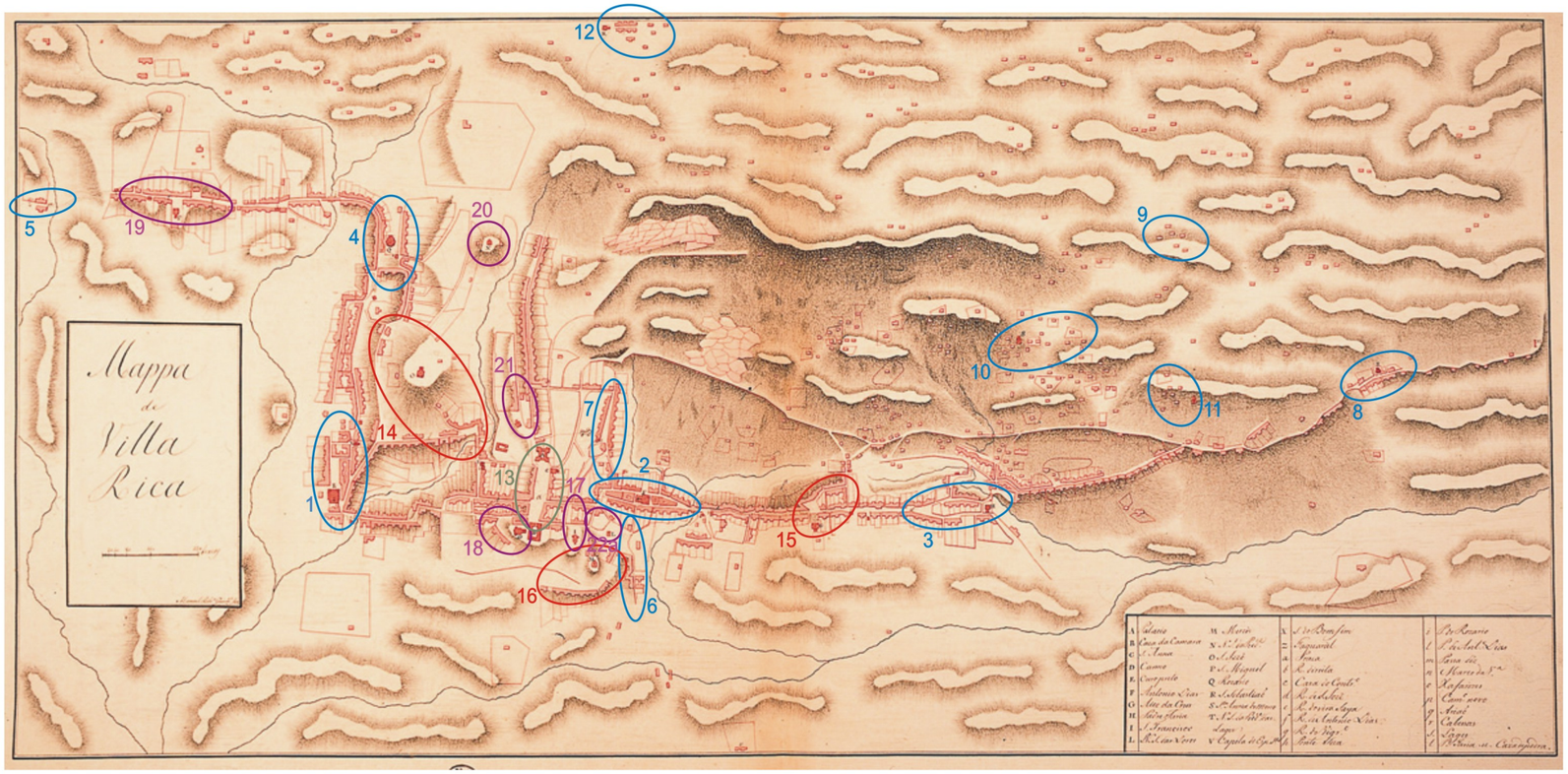


FIGURA 216 - Detalhe da Planta da Cidade de Ouro Preto. Destaque para o posicionamento de algumas das capelas erguidas na outrora Vila Rica que, influenciadas pela Estrada Tronco, apresentam (ou já apresentaram, no caso da antiga Capela de Nossa Senhora das Mercês e Perdões) (1) suas fachadas frontais direcionadas para aquele antigo caminho. Observa-se também, (A) a Praça Tiradentes (referência).
Fonte: CEMIG, 1998. (Alterada pelo autor, 2010).

A nossa investigação, em conjunto com demais pesquisas empreendidas e relacionadas ao tema, permitiu-nos identificar os agentes indutores mais ativos na origem e no destino de Vila Rica. Verifica-se que o garimpo, em conjunto com as primeiras manifestações físicas simbólicas cristãs naquelas terras – evoluídas depois para construções de cunho religioso mais sólidas e elaboradas (com destaque às igrejas e capelas)[333], bem como a abertura dos

[333] Exemplo são os rústicos cruzeiros que, num segundo momento, seriam substituídos por símbolos católicos verificados em pontes e chafarizes, bem como pela criação de oratórios, passos, ermidas e construção de grandiosos templos.

principais caminhos transitados pelos mercadores, seguidos de uma maior atuação das vereações (principalmente a partir de 1711), acabaram por favorecer o (des)envolvimento das nucleações, influenciando na implantação, ordenamento, crescimento e articulação entre os arraiais.



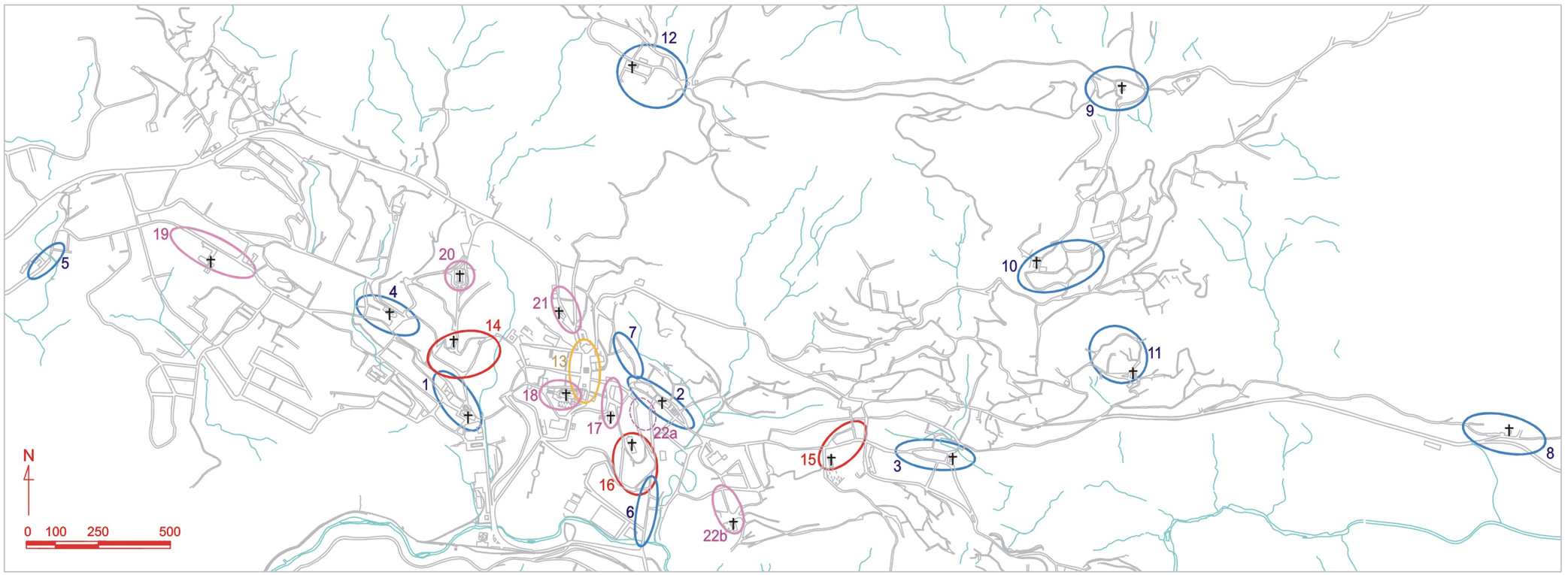


FIGURA 217 - Legenda:
Observam-se os núcleos de origem dos arraiais/bairros (e respectivos templos) surgidos no decorrer das quatro etapas de ocupação correspondentes ao desenvolvimento do tecido urbano de Vila Rica no decorrer do século XVIII: (01) Ouro Preto / Igreja de Nossa Senhora do Pilar; (02) Antônio Dias / Igreja de Nossa Senhora da Conceição de Antonio Dias; (03) Padre Faria / Capela de Nossa Senhora do Rosário (antigo Arraial do Bom Sucesso e Capela de Nossa Senhora do Bom Parto); (04) Rosário / Capela de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos (antigo Arraial do Caquende); (05) Região do Passa-Dez; (06) Região da Barra; (07) Rua dos Paulistas (antigo Arraial dos Paulistas de Antonio Dias); (08) Taquaral / Capela de Nosso Senhor Bom Jesus das Flores (antiga Capela de Nossa Senhora do Pilar; (09) Região e Capela de São João Batista "do Morro do Ouro Fino"; (10) Região e Capela de Sant'Ana "do Morro da Pedra Branca"; (11) Região e Capela de Nossa Senhora da Piedade "do Morro da Lavra Nova"; (12) Região e Capela de São Sebastião "do Morro do Ouro Podre"; (13) Praça Tiradentes e região (antiga "Praça"); (14) Região e Capela de São José dos Bem Casados; (15) Santa Efigênia / Capela de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos (antigo Alto da Cruz); (16) Região e Capela de Nossa Senhora das Mercês e Perdões (antiga Capela de Nosso Senhor Bom Jesus dos Perdões); (17) Região e Capela de São Francisco de Assis; (18) Região e Capela de Nossa Senhora do Monte Carmo (antigo Morro e Capela de Santa Quitéria); (19) Região do Alto do Passa-Dez e Capela dos Santíssimos Corações de Jesus, Maria, José, Senhor de Matozinhos, São Miguel e Almas; (20) Região e Capela de São Francisco de Paula (antiga Ermida de Nossa Senhora da Piedade); (21) Região e capela de Nossa Senhora das Mercês e Misericórdia; (22a) Antiga Ermida de Nossa Senhora das Dores (22b) Região e atual Capela de Nossa Senhora das Dores do Monte Calvário.

Bases:
"Mappa de Villa Rica", ca. 1786-1787. Fonte: REIS FILHO, 2000, p. 215 (à esquerda); [Planta da cidade de Ouro Preto e região],1998. Fonte: CEMIG, 1998 (abaixo). Plantas alteradas pelo autor, 2010.

Com as capelas uma vez consolidadas e, de certa forma, destacando-se na paisagem (**FIGs. 218 e 219**), a cultura eclesiástica continuaria atuando como importante definidora sócio-espacial de Vila Rica também no decorrer do século XIX. Contudo, são bastante pertinentes os dizeres de Murillo Marx (1989), o qual defende a tese de que, com o passar dos anos (talvez a partir do final do século XIX), o espaço público no Brasil sofreria (e ainda vem sofrendo) a tendência de um lento processo de secularização, no qual os cânones foram cedendo lugar às leis, com o uso religioso das ruas diminuindo em relação ao uso mundano.

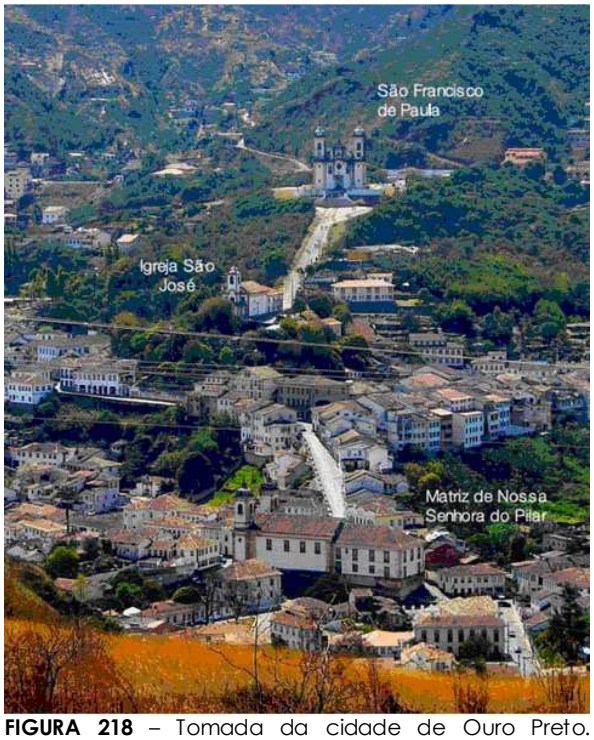


FIGURA 218 – Tomada da cidade de Ouro Preto. Destaque para os templos: Matriz de Nossa Senhora do Pilar (Primeira Etapa de ocupação); Capela de São José dos Bem Casados (Terceira Etapa de ocupação); Capela da Ordem Terceira de São Francisco de Paula (Quarta Etapa de ocupação).
Fonte: CONZEN, 2008.



FIGURA 219 - Tomada da cidade de Ouro Preto. Destaque para a (1) Praça Tiradentes (Segunda Etapa de ocupação) e para os templos: (2) Capela de Nossa Senhora dos Anjos da Ordem Terceira de São Francisco de Assis e (3) Capela da Ordem Terceira de Nossa Senhora do Monte Carmo (ambos pertencentes à Quarta Etapa de ocupação).
Fonte: Elaborada pelo autor, 2010.

Ainda que de forma breve, é de se destacar que, na transição dos Oitocentos para os Novecentos, o tecido urbano não sofreu demasiadas alterações, mantendo, de certa forma, a sua feição até meados do século passado[334], apesar das tentativas de transformação urbana durante "o último suspiro" de Ouro Preto como capital da província. Sobre isso, comentaria Vasconcellos (1956, p. 102) que "[...] após dois séculos de luta insana contra uma tão difícil topografia, compreende-se, afinal, a impossibilidade de adaptá-la suficientemente para atender às imposições de uma grande cidade". Com base na

[334] Veja-se "ANEXO C" e "ANEXO D".

pesquisa de gravuras do século XIX – nas quais artistas se propuseram a "documentar" a antiga Vila Rica - o mesmo autor ainda observaria: "Salvo algumas casas construídas na entrada da rua dos Paulistas e no próprio caminho das Lages [...] a paisagem atual [1959] é a mesma de 1820-1822" (VASCONCELLOS, 1959, p. 53).

Contudo, é claramente perceptível que novos rumos, no que tange ao desenvolvimento espacial, foram tomados pela cidade a partir do século XX, tema sobre o qual diversos pesquisadores se debruçaram. Lia Motta (1987) resume que, ao longo daquele século, houve uma rápida expansão da cidade (que ainda continua em pleno crescimento) assumindo, por assim dizer, uma ocupação sem sólidos critérios, e, sobretudo, desprovida de um maior controle.

Não pretendemos discutir se o modo de apropriação do solo público e privado, como tem ocorrido, não deva se submeter a novas reformulações e condicionantes com o avançar dos anos. Entretanto, é importante frisar que a forma de ocupação inicial, de cunho setecentista, conforme demonstrado na presente dissertação, provém de uma lógica carregada de tradições e que, muitas vezes, tem se mostrado desconhecida (ou talvez mesmo ignorada) pelos planos urbanos da cidade, principalmente em se tratando dos planejamentos mais recentes de expansão. Acreditamos que pesquisas visando uma melhor compreensão de como se deu a evolução da apropriação do solo, bem como a interpretação mais minuciosa de suas características urbanísticas, arquitetônicas e sociais poderá servir de subsidio à elaboração de futuras propostas, mais sólidas e adequadas.

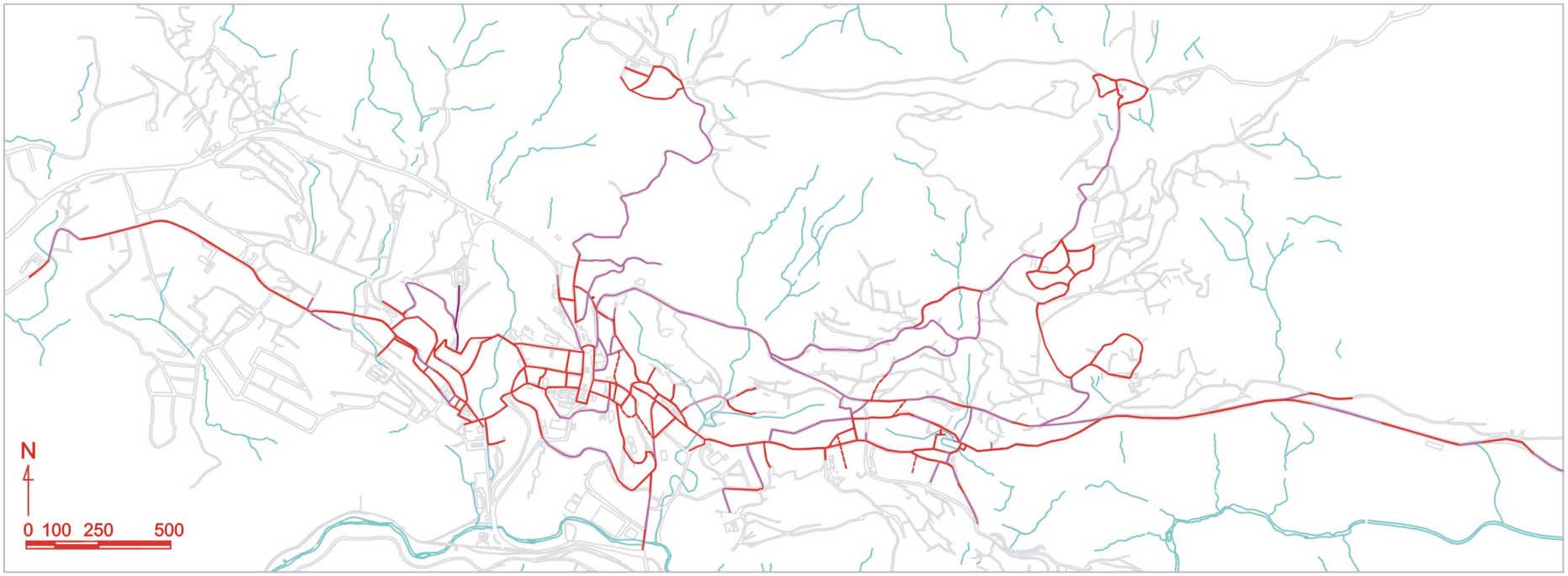


FIGURA 220
Legenda:
(Detalhe da Planta Cadastral de Ouro Preto com destaque para o traçado urbano existente na então Vila Rica do último quartel do século XVIII.

Vermelho: Arruamento já existente e ocupado (casario) em ca. 1786-1787.

Roxo: Arruamento já existente, porém ainda não ocupado (apenas caminho) em ca. 1786-1787.

Base:

"Mappa de Villa Rica", ca. 1786-1787.
Fonte: REIS FILHO, 2000, p. 215.
[Planta da cidade de Ouro Preto e região],1998.
Fonte: CEMIG, 1998.
Plantas alteradas pelo autor, 2010.

Referências:

ANTONIL, André João [João Antonio Andreoni]. **Cultura e opulência no Brasil:** por suas drogas e minas. Introdução e notas por Adrée Mansuy Diniz Silva. São Paulo: Edusp, 2007. 464p. Original publicado em 1711.

ALMEIDA, Lúcia Machado de. **Passeio a Ouro Preto.** São Paulo: Livraria Martins Editora, S.A., 1971. 268p.

ÁVILA, Affonso. **Resíduos seiscentistas em Minas:** textos do século do ouro e as projeções do mundo barroco. Belo Horizonte: Secretaria de Estado da Cultura de Minas Gerais, 2006. 2.V.

BAETA, Rodrigo Espinha. **O Barroco, a arquitetura e a cidade nos séculos XVII e XVIII.** Salvador: EDUFBA – Editora da Universidade Federal da Bahia, 2010. 366p.

BANCO SAFRA. **O Museu da Inconfidência.** São Paulo: Banco Safra, 1995. 352p.

BANDEIRA, Manuel. **Guia de Ouro Preto.** 3ª ed. rev. atual. Rio de Janeiro: Livraria-editora da Casa do Estudante do Brasil: São Paulo: Empresa Gráfica Carioca, 1957. 170p.

BARBOSA, Waldemar de Almeida. **Dicionário da terra e da gente de Minas.** Belo Horizonte: Secretaria do Estado da Cultura – Publicações do Arquivo Público Mineiro, 1985. 209p.

_____. **História de Minas.** Belo Horizonte: Editora Comunicação, 1979. V.1 – 248p.

BARRETO, Paulo Thedim. **Casas de Câmara e Cadeia.** Tese apresentada à Congregação da Faculdade Nacional de Arquitetura da Universidade do Brasil. Rio de Janeiro: Universidade do Brasil, 1949. 158p.

BASTOS, Rodrigo Almeida. **A arte do urbanismo conveniente:** o decoro na implantação de novas povoações em Minas Gerais na primeira metade do século XVIII. Belo Horizonte: Escola de Arquitetura da UFMG – Dissertação de Mestrado, 2003. 240p.

_____. **A maravilhosa fábrica de virtudes:** o decoro na arquitetura religiosa de Vila Rica, Minas Gerais (1711 - 1822). Tese. Doutorado – São Paulo, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, 2009a. 437p.

_____. **Alpoim e o Zimbório da Igreja Matriz do Pilar em Ouro Preto:** engenho e simbolismo na arquitetura religiosa do século XVIII. Revista Desígnio: revista de história da arquitetura e urbanismo, São Paulo: Annablume, n.º 9/10, p. 113-136, set. 2009b.

_____. **Regularidade e ordem das povoações mineiras no século XVIII.** Revista do Instituto de Estudos Brasileiros – IEB, Universidade de São Paulo, p. 27-54, fev. 2007. Disponível em <http://www.revistasusp.sibi.usp.br/pdf/rieb/n44/a03n44.pdf>, acesso em 21 jan. 2011.

BICCA, Briane Elisabeth Panitz, BICCA, Paulo Renato Silveira (org.). **Arquitetura na formação do Brasil.** Brasília: UNESCO, 2006. 368p.

BORREGO, Maria Aparecida de Menezes. **Códigos e Práticas:** o processo de constituição urbana em Vila Rica colonial (1702-1748). São Paulo: Anna Blume: FAPESP, 2004. 190 p.

BOSCHI, Caio César. Irmandades, Religiosidade e Sociabilidade. *In* **História de Minas Gerais:** as Minas setecentistas, v2. Belo Horizonte: Autêntica, Companhia do Tempo, 2007. 696 p.

_____. **Os leigos e o poder:** Irmandades leigas e política colonizadora em Minas Gerais. São Paulos: Editora Ática, 1986. 254p.

BROSENIUS, Wilhelm. **"Planta da cidade de Ouro-Preto"**. Leipzig: ca. 1888. "Organizada por ordem do Exmo. Sr. Dr. Luiz Eugenio Horta Barbosa, Presidente da Província". Gravura de Giesecke & Devrient, Leipzig, 7 fev. 1888. Sem escala. Documento original pertencente à Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro. Cópia do documento fornecida por Ivo Porto de Menezes, 2009.

CARRAZZONI, Maria Elisa. **Guia dos bens tombados do Brasil.** 2ª Ed. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura, 1987. 512p.

CARVALHO, Teophilo Feu de. **Pontes e chafarizes de Villa Rica de Ouro Preto.** Belo Horizonte: Edições Históricas, [193-?]. 160p.

_____. **Reminiscencias de Villa Rica:** Casa das Audiencias, Camara e Cadêa. Revista do Arquivo Público Mineiro, Belo Horizonte, n.º XIX, 1921. p. 269-344.

CEMIG. **[Planta da Cidade de Ouro Preto e região].** Belo Horizonte: CEMIG, 1998. (arquivo eletrônico elaborado por meio do programa *Auto CAD*). Cópia do arquivo fornecida por Fernanda Borges de Moraes, 2009.

COELHO, José Efigênio Pinto. **Nossa Senhora do Pilar:** um culto emboaba. Ouro Preto: Imprensa Universitária UFOP, 1991. 104 p.

COELHO, José João Teixeira. **Instrução para o governo da Capitania de Minas Gerais** [1780]. Introdução por Francisco Iglesias; leitura paleográfica e atualização por Cláudia Alves. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro/ Centro de Estudos Históricos e Culturais, 1994. 304p. (Coleção Mineiriana, série Clássicos). Original publicado em 1780.

CONZEN, Michael P. **Mineiro Morphogenesis:** Ouro Preto's townscape developmente and Brazilian heritage practice. Trabalho apresentado em AAG Annual Meeting, Boston, 2008 – Session on Brazilian cities. Boston: AAG, 2008 (arquivo eletrônico elaborado por meio do programa *Microsoft Office PowerPoint*). Cópia do arquivo fornecida por Stael Alvarenga Costa, 2010.

CONZEN, Michael P.; SAMUELS, Ivor. **Ouro Pretos's urban morphology from a Conzenian perspective.** Trabalho apresentado em International Seminar on Urban Form (ISUF), Ouro Preto, 2007 – Workshop session: Schools of urban morfology: the Conzenian school. Ouro Preto: ISUF, 2007 (arquivo eletrônico elaborado por meio do programa *Microsoft Office PowerPoint*). Cópia do arquivo fornecida por Stael Alvarenga Costa, 2010.

COSTA, Ana de Lourdes Ribeiro da. A Igreja Católica e a configuração do espaço físico dos núcleos urbanos coloniais brasileiros. p. 33-47. In. **Cadernos PPG-AU/FAUFBA. Ano IV, Atlas histórico de cidades**, 2007. Salvador: FAUUFBA: EDUFBA, 2007. 158p.

COSTA MATOSO. **Códice:** Coleção de notícias dos primeiros descobrimentos das minas na América que fez o doutor Caetano da Costa Motoso sendo ouvidor-geral das de Ouro Preto, de que tomou posse em fevereiro de 1749, & vários papéis. Coordenação geral por Luciano Raposo de Almeida Figueiredo. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro / Centro de Estudos Históricos e Culturais, 1999. 2v. (Coleção Mineiriana, série Obras de Referência). Originais (documentos) compilados entre 1749-1752.

CUNHA; Alexandre Mendes; GODOY, Marcelo Magalhães. **O Espaço das Minas Gerais:** processos de diferenciação econômico-espacial e regionalização nos séculos XVIII e XIX. [200-?]. 38 p.

D`ASSUMPÇÃO, Lívia Romanelli. **Considerações sobre a transformação do espaço urbano setecentista nas minas.** Revista do Departamento de História. Belo Horizonte: Departamento de História – FAFICH / UFMG, p. 130-140, 1989.

DIARIO da Jornada, que fes o Exmº. Senhor Dom Pedro desde o Rio de Janeiro athé a Cid.e de São Paulo, e deste athe as Minas anno de 1717. Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Rio de Janeiro, n.º 3, p. 295-316, 1939.

FERRAND, Paul. **L'or a Minas Geraes:** Brésil. Étude plubée par le soins de la commission de l'exposition préparatoire de l'état de Minas Geraes, a Ouro Preto a l'occasion de l'exposition minière et métallurgique de Santiago (Chili) en 1894. Ouro Preto: Imprensa Official do estado de Minas Gerais, 1894.

FONSECA, Cláudia Damasceno. **Mariana:** gênese e transformação de uma paisagem cultural. Belo Horizonte: Instituto de Geociências da UFMG – Dissertação de Mestrado, 1995. 200p.

_____. **Rossios, chãos e terras.** Revista do Arquivo Público Mineiro, Belo Horizonte, Ano 42, n.º 2, p. 35-47, jul./dez. 2006.

GOOGLE MAPAS. Software Livre. Disponível em <http://maps.google.com.br/>. Acesso em 22 dez. 2010. Imagens obtidas por meio de sistema de captura de tela.

GUERREIRO, Maria Rosália. A **lógica territorial na gênese da formação das cidades brasileiras:** o caso de Ouro Preto. Comunicação apresentada no Colóquio "A construção do Brasil urbano", Convento da Arrábida, Lisboa, 2000. 15p.

GUSTAFSON, Maj. **Vila Rica:** Ouro Preto. Belo Horizonte: Una Graphos, 1983. 180p.

HESPANHA, António Manuel. Introdução. *In:* MATTOSO, José (Dir.) **História de Portugal;** O Antigo Regime (1620-1807) - v.4. p. 9-15. Coordenação de António Manuel Hespanha. Lisboa: Editorial Estampa, 1993. 471p.

_____. O Direito. In: MATTOSO, José (Dir.) **História de Portugal;** O Antigo Regime (1620-1807) - v.4. p. 193-197. Coordenação de António Manuel Hespanha. Lisboa: Editorial Estampa, 1993. 471p.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil.** São Paulo: Companhia das Letras, 2008. 220p.

HOUAISS, Antônio. **Dicionário eletrônico Houaiss da língua portuguesa.** Versão 1.0.5 – agosto de 2002. Instituto Antônio Houaiss / Editora Objetiva, 2002.

IPHAN / MINC. **Inventário Nacional de sítios urbanos tombados de Ouro Preto e Mariana.** Belo Horizonte: IPHAN / MINC, Escola de Arquitetura / UFMG, 2002. Relatório técnico: (coord. Frederico de Paula Tofani, Fernanda Borges de Moraes).

LIMA, Augusto de. **Const.m da Matriz de Ouro Preto.** Revista do Arquivo Público Mineiro, Belo Horizonte, Ano 7, Fascículos 1/2, p.987-988, jan./dez. 1902.

LIMA JÚNIOR, Augusto de. **A Capitania das Minas Gerais.** Belo Horizonte: Editora Itatiaia; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo – USP, 1978. 141p.

_____. **História de Nossa Senhora em Minas Gerais:** origens das principais invocações. Belo Horizonte: Editora PUC Minas / Autêntica (Coleção Historiografia de Minas Gerais – série Alfarrábios 01), 2008.

LOPES, Francisco Antonio. **História da Construção da Igreja do Carmo de Ouro Preto.** Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde / Publicações do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - nº 8, 1942. 191p.

_____. **Os palácios de Vila Rica:** Ouro Preto no ciclo do ouro. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1955. 287p.

_____. **Terra do ouro.** Ouro Preto: Livraria Mineira, 1932. 178p.

LUNA, Francisco Vidal; COSTA, Iraci Del Nero da. **Minas Colonial:** economia e sociedade. São Paulo: Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas, Livraria Pioneira Editora. 1982. 85p.

MACHADO, Lourival Gomes. **Barroco Mineiro.** São Paulo: Editora Perspectiva. 2003. 441p.

MARTINS, Judith. **Dicionário de artistas e artífices dos séculos XVIII e XIX em Minas Gerais.** Rio de Janeiro: Publicações do Instituto Histórico e Artístico Nacional, nº 27 - V. 1, 1974.

MARX, Murillo. **Arraiais mineiros:** relendo Sylvio de Vasconcellos. Revista Barroco: arquitetura e artes plásticas, Ouro Preto: Universidade Federal de Ouro Preto – UFOP / Prefeitura Municipal de Ouro Preto, n.º 15, p. 389-393, 1990-1992.

_____. **Cidade no Brasil, terra de quem?** São Paulo: Editora Nobel / Edusp, 1991. 143 p.

_____. **Nosso chão:** do sagrado ao profano. 2ª edi. São Paulo: Edusp, 1989. 217p.

MASSARA, Mônica. **Evolução urbana de Ouro Preto nas primeiras décadas do século XVIII.** Revista do Departamento de História, Belo Horizonte: Departamento de História – FAFICH/ UFMG, n.º 9, p. 141-148, 1989.

MENEZES, Ivo Porto de. **Arquitetura Sagrada.** São Paulo: Edições Loyola, 2006. 182p.

_____. **Documentação referente a Minas Gerais existente nos arquivos portugueses.** Revista do Arquivo Público Mineiro, Belo Horizonte, Ano 26, p.121-303, 1975a.

_____. **Matriz de Nossa Senhora da Conceição de Antônio Dias em ouro Preto.** Jornal O Arquidiocesano, Mariana, Ano XXII, n.1093, p. 2-3, 24 Ago. 1980.

_____. **Matriz de Nossa Senhora do Pilar de Ouro Preto.** Jornal O Arquidiocesano, n.1172 – Ano XXIII, 1982.

_____. **Ouro Preto:** cronologia. Pesquisa do autor, não publicada. 19-?, 4p.

_____. **Ouro Preto:** Vila Rica. Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais. Belo Horizonte / Brasília: Senado Federal, Vol. XVIII, p. 45-51,1981.

_____. **Pesquisa e levantamento de documentação realizada pelo autor:** 1970-1999. Não publicados.

_____. **Praça Tiradentes:** as transformações de um espaço público. Revista Aqui, Belo Horizonte: IAB-MG / Ap Cultural, n.º 3, p. 71-79, abr. 2002.

MENEZES, Joaquim Furtado de. **Igrejas e Irmandades de Ouro Preto:** a religião em Ouro Preto. Belo Horizonte: Publicações do IEPHA-MG, 1975b. 159p.

MONTE-MÓR, Roberto Luís de Melo. **Gênese e estrutura da cidade mineradora.** Belo Horizonte: CEDEPLAR/UFMG, 2001. 14p. (Texto para discussão; 164). Disponível em <http://www.cedeplar.ufmg.br/ pesquisas/td/TD%20164.pdf>, acesso em 27 nov. 2009.

MORAES, Fernanda Borges de. **A rede urbana das Minas coloniais:** na urditura do tempo e do espaço. Tese. 3v. Doutorado – São Paulo, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, 2005.

MOTTA, Lia. **A SPHAN em Ouro Preto:** uma história de conceitos e critérios. Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Rio de Janeiro, n.º 22, p. 108-122, 1987.

MOURA, Francisco Soares Peixoto de. **[Documentos diversos].** Revista do Arquivo Público Mineiro, Belo Horizonte, Ano 17, 1913.

MUSEU DA INCONFIDÊNCIA. **Sem título.** Coleção de cartões postais publicados a partir de fotografias integrantes da exposição "Ouro Preto, Imperial cidade – 1823-1889", realizada pelo Museu da Inconfidência. Ouro Preto: Museu da Inconfidência, 22 mai./9 jun. 1998.

NIEMEYER, C. J. **"Planta de Villa Rica de N.ª S. Do Pilar"**, ca. 1783-1785. "Carta Geografica do Imperio do Brasil". Sem escala. Documento original pertencente ao Arquivo Histórico do Exército, Rio de Janeiro. Cópia do documento fornecida por Ivo Porto de Menezes, 2009.

PASSOS, Zoroastro Vianna. **Em torno da historia do Sabará.** Belo Horizonte, 1940-1942. 2v.

REIS FILHO, Nestor Goulart. **Imagens de vilas e cidades do Brasil Colonial.** São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo / Imprensa Oficial do Estado, 2001 – (Uspiana-Brasil 500 anos) 414p.

RICARDO, Cassiano. **Marcha para Oeste:** a influencia da "bandeira" na formação social e politica do Brasil. Rio de Janeiro, Livraria José Olympio Editora – coleção Documentos Brasileiros: 1942. 2v.

ROMEIRO, Adiana. **Paulistas e Emboabas no coração das Minas:** idéias, práticas e imaginário político no século XVIII. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008. 431p.

ROSENDAHL, Zeny. **Hierópolis:** o sagrado e o urbano. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1999. 110p.

ROSSI, Aldo. **A Arquitetura da cidade.** São Paulo: Editora Martins Fontes, 2.a edição. 2001. 309p.

RUAS, Eponina. **Ouro Preto:** sua historia, seus templos e monumentos. Minas Gerais, 1958. 251p.

SAINT-HILAIRE, Auguste. **Viagem pelas províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais.** Belo Horizonte / Rio de Janeiro: Editora Itatiaia. 378p.

SALLES, Fritz Teixeira de. **Associações religiosas no ciclo do ouro:** introdução ao estudo do comportamento social das Irmandades de Minas no século XVIII. São Paulo: Perspectiva, 2007. 204p.

_____. **Vila Rica do Pilar.** Belo Horizonte / Rio de Janeiro: Editora Itatiaia, 1999. 236p.

SANTIAGO, Camila Fernanda Guimarães. **A Vila em ricas festas:** celebrações promovidas pela Câmara de Vila Rica – 1711-1744. Belo Horizonte: FACE-FUMEC; Editora C/Arte, 2003: 136p.

SANTOS, Paulo. **A arquitetura religiosa em Ouro Preto.** Rio de Janeiro: Livraria Kosmos: Erich Eichner Ltda, 1951. Tomo I, 174p.

SORGINE, Juliana (org.). **"Salvemos Ouro Preto":** a campanha em benefício de Ouro Preto – 1949-1950. Rio de Janeiro: IPHAN, 2008. 344p.

SOUZA, Laura de Mello e. **Desclassificados do ouro:** a pobreza mineira no século XVIII. Rio de Janeiro: Graal, 2004. 4ª.ed. rev. ampl. 323p.

SOUZA, Renato César José de. **A redescoberta da ordem:** contribuição ao estudo da urbanização nas Minas dos séculos XVIII e XIX. Belo Horizonte: EA/UFMG – Dissertação de Mestrado, 2000.

SOUZA, Wladimir Alves de. **Guia dos bens tombados:** Minas Gerais. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura, 1984. 447p.

TAUNAY, Affonso de E. **História das Bandeiras paulistas.** São Paulo: Edições Melhoramentos, 19-?. 2V.

TRINDADE, Cônego Raimundo. **A Igreja de São José, em Ouro Preto.** Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde, n.º 13, p. 109-214, 1956.

_____. **Instituições de Igrejas no Bispado de Mariana.** Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde, 1945. 380 p.

_____. **Igreja das Mercês de Ouro Preto.** Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Rio de Janeiro, n.º 14, p. 161-284, 1959.

_____. **São Francisco de Assis de Ouro Preto:** crônica narrada pelos documentos da Ordem. Publicações da Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde, n.º 17, 1951. 524p.

VAINFAS, Ronaldo. **Dicionário do Brasil Colonial:** 1500-1808. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001. 599p.

VASCONCELOS, Diogo de. **A arte em Ouro Preto.** Belo Horizonte: Edições da Academia Mineira de Letras, 1934. 102 p.

_____. **História antiga das Minas Gerais.** Belo Horizonte: Editora Itatiaia Limitada, 1974. 2v.

VASCONCELLOS, Diogo Pereira Ribeiro de. **Memorias sobre a Capitania de Minas Geraes.** Revista do Arquivo Público Mineiro, Belo Horizonte, Ano VI, Fascículo I, jan./mar. 1901. p. 757-853. Manuscrito original datado de 1806.

VASCONCELOS, Salomão. **Como nasceu Ouro Preto:** sua formação cadastral desde 1712. Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde, n.º12, p. 171-232, 1955.

_____. **Os primeiros aforamentos e os primeiros ranchos de Ouro Preto.** Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Rio de Janeiro, n.º 5, p. 241-257, 1941.

VASCONCELLOS, Sylvio de. **Arquitetura:** dois estudos. Goiânia: MEC, SESU, PIMEG-ARQ, UCG, 1983. 64 p.

_____. **Arquitetura particular em Vila Rica:** quadro da arquitetura no Brasil. Belo Horizonte: Universidade de Minas Gerais: Escola de Arquitetura, 1951. 194 p.

_____. **Arquitetura no Brasil:** pintura mineira e outros temas. Belo Horizonte: Universidade de Minas Gerais: Escola de Arquitetura, 1959. 97p.

_____. **Nossa Senhora do Ó.** Belo Horizonte: Escola de Arquitetura da Universidade de Minas Gerais, 1964. 106p.

_____. **Vila Rica:** formação e desenvolvimento: residências. Rio de Janeiro: MEC, 1956. 319 p.

_____. **Vila Rica:** formação e desenvolvimento - residências. São Paulo: Editora Perspectiva, 1977. 216 p.

_____. **Sylvio de Vasconcellos:** Arquitetura, arte, cidade: textos reunidos. Organização Celina Borges Lemos. Belo Horizonte: Editora BDMG Cultural, 2004. 384p.

VEIGA, José Pedro Xavier. **Creação de Villas no periodo colonial.** Revista do Arquivo Público Mineiro, Ouro Preto, Ano 2, Fascículo 1º, p. 81-108, jan./mar. 1897.

_____. **Documentos diversos.** Revista do Arquivo Público Mineiro, Belo Horizonte, Ano 5, p. 155-232, jan./jun. 1900.

_____. **Efemérides Mineiras 1664-1897.** Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro; Centro de Estudos Históricos e Culturais, 1998. 2v. 1117p. + índice onomástico.

_____. **Regim.to ou instrucção que trouxe o governador Martinho de Mendonça de Pina e de Proença".** Revista do Arquivo Público Mineiro, Ouro Preto, Ano 3, p. 85-88. 1898.

ANEXO A

Parte 1: Devido à relevância do documento abaixo para a presente pesquisa, segue sua transcrição na íntegra.

Fonte: AHU, Minas Gerais, caixa 44, (1756-1809). Vila Rica, 3 out. 1786 *apud* Notas de Ivo Porto de Menezes *In* MENEZES, 1975b, p. 127-128.

No ano de 1786, vigoravam as seguintes corporações em Vila Rica:

> "154 – As Corporações que lhe acham é a principal a dos Terceiros de São Francisco em Capela sua e suposto tem mais algumas Irmandades, todas são de pequeno corpo, exceto, duas, a dos Pardos de Nossa Senhora da Boa Morte, dentro da Igreja Matriz e a de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos em Capela sua, no lugar chamado Alto da Cruz, e todas são as seguintes: Corporações que se acham fora da Igreja Matriz: A Irmandade dos Terceiros de S. Francisco acima mencionada; a Irmandade de N. Senhora das Mercês dos Crioulos na Capela do Senhor dos Perdões, a Confraternidade de Nossa Senhora das Dores acima referida, em ermida sua; a Irmandade da Misericórdia na Capela de Santa' Ana... Corporações que se acham dentro da Igreja Matriz: A Irmandade do SS. Sacramento; dita de N. Senhora da Conceição, Padroeira; dita de S. Miguel e Almas; dita de N. Senhora da Boa Morte dos Pardos; dita de S. Gonçalo; dita de Santo Antônio; dita de S. Sebastião; uma confraria do Rosário de N. Senhora a qual vulgarmente chamam a devoção do Terço; a Irmandade dos Irmãos Terceiros de S. Francisco de Paula. Tem esta Freguesia as capelas e ermidas seguintes: Igreja Matriz de N. Senhora da Conceição de Antônio Dias; a Capela de Nossa Senhora dos Anjos dos Terceiros de S. Francisco, distante da Matriz dois mil passos pouco mais ou menos; a Capela de N. Senhora do Rosário dos pretos no Alto da Cruz, que distará da Matriz dois mil passos; a Cape1a do Senhor dos Perdões, em que se acha a Senhora das Mercês, que distará da Matriz seiscentos passos; a Capela de Santa'Ana na Praça, que estará distante mil passos; a Capela de N. Senhora do Rosário do Pe. Faria, que ficará distante um quarto de légua; a Capela de N. Senhora do Pilar do Taquaral, que distará meia légua; a Capela de N. Senhora da Piedade do Morro da Lavra Nova, que distará um quarto de légua; a Capela de S. João Batista do Morro do Ouro Fino, que distará outro quarto de légua, a Capela de Santana do Morro da Pedra Branca, que distará pouco menos de meia légua; a Ermida da Senhora das Dores já declarada, que distará quatrocentos passos, que todas perfazem o número de onze e mais um oratório particular do Ajudante João Carlos Xavier da Silva Ferrão, que distará da Matriz trezentos passos.
>
> A Capela de Sant'Ana, que serve de Misericórdia... mas a capela se acha, pela pobreza, muito arruinada, porém é tratada com decência. Item atesto que a Freguesia de N. Senhora do Pilar de Vila Rica de Ouro Preto, terá de extensão cinco léguas e parte com a de N. Senhora da Conceição de Antônio Dias e Congonhas do Campo, e de largo terá légua e meia até dividir com a de Itatiaia e S. Bartolomeu – Corporações que tem fora da Igreja Matriz as seguintes: A Irmandade dos Terceiros de N. Senhora do Monte Carmo, em a Capela de Santa Quitéria; a Irmandade de S. José dos Pardos; a Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos, a Irmandade do

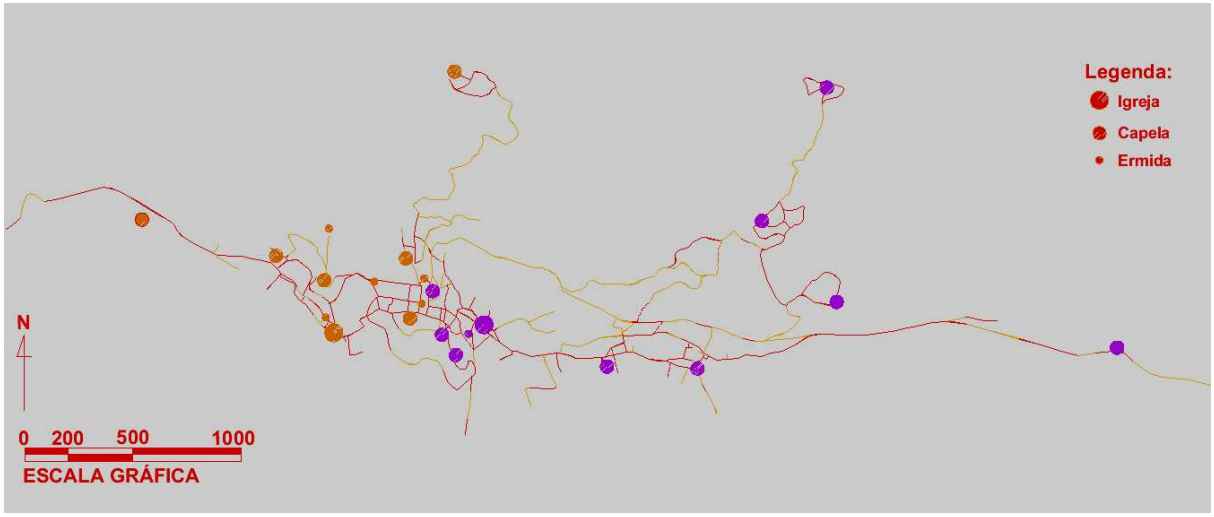
Senhor de Matozinhos, na Capela das Almas, no Alto do Passa-Dez... Corporações dentro da Igreja Matriz as seguintes: A Irmandade do SS. Sacramento; Senhora do Pilar, Padroeira; Senhor dos Passos; Almas; Santo Antônio; todas estas tem Compromissos. Devoções sem compromisso, nem corporação as seguintes: Senhora do Terço; Conceição; Santa Cecília; S. Pedro; S. Miguel; Senhora do Parto, dentro da Capela de S. José; Santa Luzia, dentro da Capela de Santa Quitéria; Senhora da Piedade, na sua ermida; S. Sebastião na sua Capela no Morro do Ouro Podre... Tem esta Freguesia as Capelas, Ermidas e oratórios seguintes: Igreja Matriz de N. Senhora do Pilar; Capela São José dos Pardos, distante da Matriz mil passos pouco mais ou menos; N. Senhora do Rosário dos Pretos, que distará dois mil passos; Senhora das Mercês dos Crioulos, distante três mil passos; Capela de Santa Quitéria, em que se acha a Irmandade dos Terceiros do Carmo, que distará da Matriz dois mil passos; Capela das Almas do Alto do Passa-dez, que estará distante cinco mil passos; Capela de S. Sebastião, no Morro do Ouro Podre, distante da Matriz um quarto de légua; Santo Amaro, no Botafogo, distante uma légua. Capelas curadas as seguintes: Santa Quitéria na Boa Vista, distante da Matriz duas léguas, N. Senhora da Conceição, no Rodrigo, distante da Matriz cinco léguas; Ermidas as seguintes: Senhor do Bonfim, distante da Matriz cem passos: Senhora da Piedade, distante dois mil passos; Santa Rita dos Presos, distante dois mil passos; Santa Cruz do Espírito Santo, distante cento e cinqüenta passos; Senhora da Conceição, em Palácio, distante três mil passos; S. Vicente, no Alto do Morro, na Fazenda de Gabriel de Souza, distante quatro léguas; S. Julião, nas Lavras do Capitão Mor José Álvares Maciel, distante cinco léguas; no lugar chamado Vassouras, outra, de Manoel Pinto, que por todos são oito e esta última dista da Igreja Matriz quatro léguas. Um oratório particular em casa de Inácio Ferreira da Conceição, distante da Matriz quatrocentos passos – Vila Rica, 3 de outubro de 1786. O Vigário Vidal José do Vale."

Parte 2: Segue a espacialização das igrejas, capelas e ermidas – mencionadas no documento supracitado e datado de 1786[335] – e que outrora estiveram contidas na delimitação da Sesmaria da Câmara, confirmada em 1736.

Observam-se: (cor Laranja): templos da freguesia de Nossa Senhora do Pilar; (cor Magenta): templos da freguesia de Nossa Senhora da Conceição; (Linha vermelha): traçado existente e ocupado (casario) em c.a. 1786-1787. (Linha marrom): traçado já existente, porém ainda não ocupado (apenas caminho) em c.a. 1786-1787.

Base: CEMIG. [Planta da cidade de Ouro Preto e região]. Belo Horizonte: CEMIG, 1998.

Fonte: Elaborado pelo autor, 2010.



[335] Documento reproduzido por Ivo Porto de Menezes e acrescentado no livro de Joaquim Furtado de Menezes (1975b, p. 127-128) como "notas" complementares: AHU, Minas Gerais, caixa 44, (1756-1809). Vila Rica, 3 out. 1786.

ANEXO B

Fonte: "Mappa de Vila Rica", de autoria de Manoel Ribeiro Guimarães. Rio de Janeiro: ca. 1775-1800. Original manuscrito do Arquivo Histórico do Exército. In REIS FILHO, Nestor Goulart. Imagens de vilas e cidades do Brasil colonial. São Paulo: Edusp: Imprensa Oficial do Estado: FAPESP, 2000. p. 215, 379. Col. Uspiana – Brasil 500 anos. Alterado por Fernanda Moraes e Rafael Machado, 2010.

Documento provavelmente elaborado em ca. 1786-1787, face aos seguintes acontecimentos relevantes:

Entre 1766 e 1782: Data da aquarela setecentista representando a "Praça" (atual Praça Tiradentes) e contendo muro de arrimo e chafariz próximo aos prédios da Santa Casa de Misericórdia e Capela de Santana (MENEZES, 2002, p. 71). A planta denominada de "Mappa de Vila Rica" já não consta da representação desses elementos em meio ao referido logradouro;

1784: Início da construção do prédio que abrigara a Casa de Câmara e Cadeia, atual Museu da Inconfidência (BANDEIRA, 1957; SOUZA, 1987, p. 243);

1785: Nessa data, a Capela de Nossa Senhora do Rosário da freguesia de Nossa Senhora do Pilar teria sofrido acréscimos na sua fachada frontal ou teria sido totalmente reconstruída (adquirindo a forma abaulada) (BANDEIRA, 1957, p. 116; SOUZA, 1884, p. 253);

1786: Documento de outubro de 1786 (Minas Gerais, caixa 44, (1756-1809) - AHU *apud* MENEZES, 1975b: 127-128) consta da existência da Ermida de Santa Rita dos Presos;

1786: Documento de outubro de 1786 (Minas Gerais, caixa 44, (1756-1809) - AHU *apud* MENEZES, 1975b: 127-128) consta da existência da Ermida da Senhora das Dores aparentemente no local antigo. O templo, de acordo com o documento, distava apenas cerca de "quatrocentos passos" da Matriz de Nossa Senhora da Conceição, que podem ser comparados aos aproximadamente "seiscentos passos" que separavam a antiga "Capela do Senhor dos Perdões" à mesma Matriz da freguesia de Nossa Senhora da Conceição.

1786: Documento de outubro de 1786 (Minas Gerais, caixa 44, (1756-1809) - AHU *apud* MENEZES, 1975b: 127-128) consta "[...] a Capela do Senhor dos Perdões, em que se acha a Senhora das Mercês". Em contrapartida, no documento cartográfico a capela já encontra-se identificada com o nome "Mercês";

1786: Capela de Santana (Praça) encontrava-se, por motivo de pobreza, bastante arruinada em 1786 (Minas Gerais, caixa 44, (1756-1809) - AHU *apud* MENEZES, 1975b: 127-128). Foi demolida para a abertura do Caminho das Lages a partir da Praça (atual Praça Tiradentes) (MENEZES, 2002, p. 71-72). Contudo, o "Mappa de Vila Rica" consta das duas referências;

1786: Documento de outubro de 1786 (Minas Gerais, caixa 44, (1756-1809) - AHU *apud* MENEZES, 1975b: 127-128) consta da atuação da Capela de Santa Quitéria, em que se achava a Irmandade do Carmo naquela época;

1787: Ano em que a Ermida de N. S. das Dores já havia sido construída no local que anos mais tarde iria acolher a capela atual. Há um documento datado de 12 de janeiro de 1787 que faz menção ao "Cemitério em que se fundou a Ermida das Dores de Vila Rica [...]" (AHU Minas Gerais, Caixa 44 (1756-1809). Mariana, 12 jan. 1787 *apud* MENEZES, 1975a, p. 208). Em contrapartida, o "Mappa de Vila Rica" consta somente da então "Capela das Dores Velha";

1797: Pelourinho é transferido para a "nova praça" fronteira à casa dos Ouvidores (MENEZES, 2002, p. 71).

1804: Início da construção da Igreja de S. Francisco de Paula (BANDEIRA, 1957, p. 126; SOUZA, 1987, p. 258).

ANEXO B - Parte 01
MONUMENTOS CIVIS E RELIGIOSOS



(I: 1741) A - Palacio
(Palácio dos Governadores - Escola de Minas/ Museu de Mineralogia/ UFOP)

(I: ca.1731 - T: 1740)
C - Sta. Anna
(Demolida em ~1780)

(1778)*
R - S. Sebastião
(Capela de São Sebastião)





N - N. S. da Pied.e
(Capela de N. S. da Piedade do Morro do Cruzeiro. Demolida. Prováveis ruínas próximas à Capela de São Francisco de Paula)

(Ca. 1753) O - S. Jozé **[P: 1730]**
(Capela de São José)



(I: 1727)
[P: 1699]
F - Antonio Dias
(Igreja Matriz de N. S. da Conceição de Antônio Dias)

(Ca. 1733) G - Alto da Crus
(Capela do Rosário dos Pretos do Alto da Cruz de Padre Faria/ Capela de Santa Efigênia)



(< 1720)
T - N. S. da Pied.e das Lages
(Capela de N. S. da Piedade)





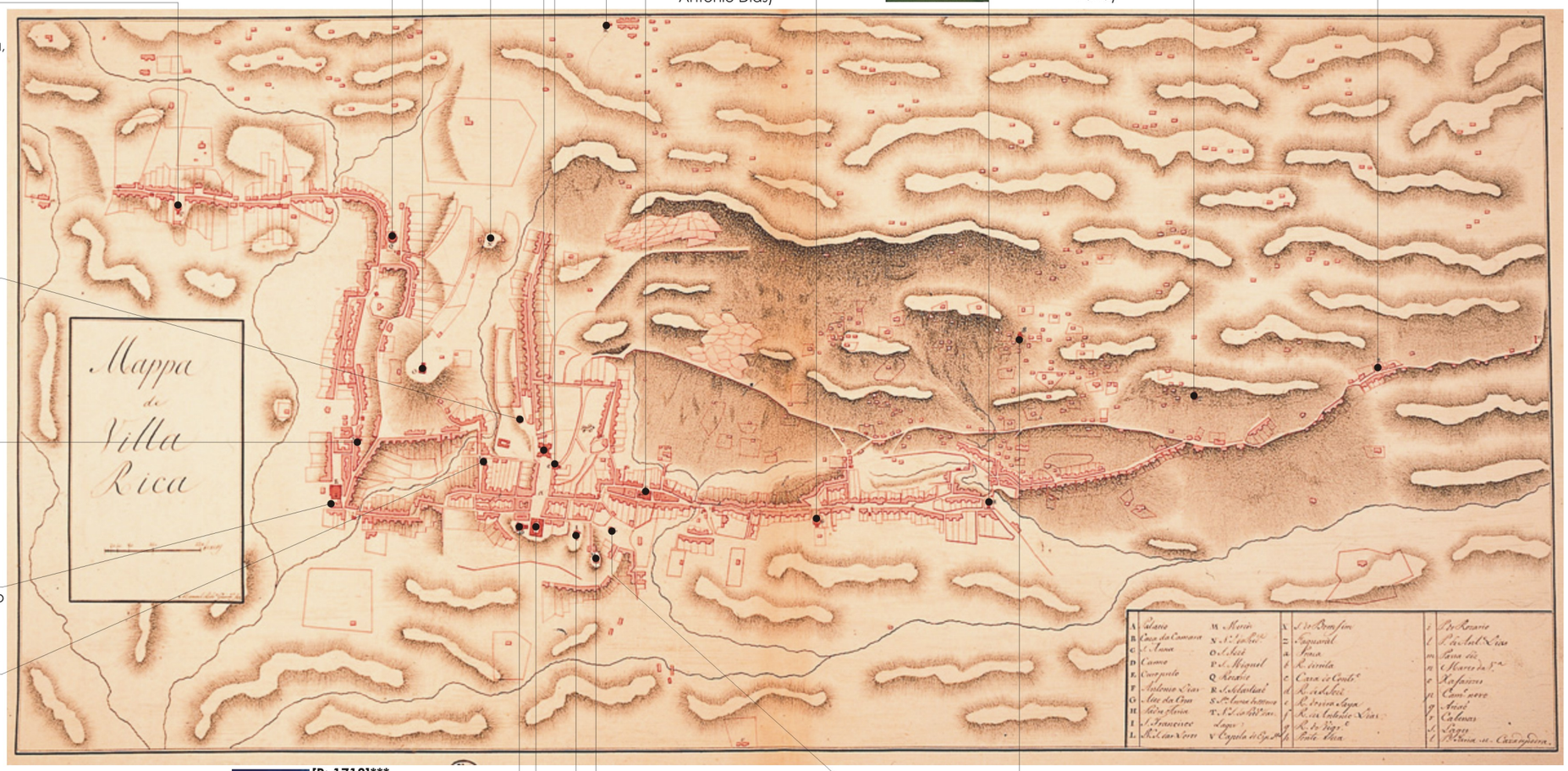
(1748) [P: < 1720] Z - Taquaral
(Capela de Bom Jesus das Flores)



(1785) Q - Rozario **[P: 1709]**
(Capela de N. S. do Rosário)



[P: 1771] (I: 1778)
P - S. Miguel
(Capela dos Santíssimos Corações de Jesus, Maria, José, Senhor de Matozinhos, São Miguel e Almas)





(I: 1773)
(Capela de N. S. Das Mercês e Misericórdia/ Mercês de Cima)
(Consta do mapa e não da legenda)



(Ca. 1776)
[P: <1720)
X - S. do Bom fim
(Capela de N. S. Do Bonfim)



(I: 1730) [P: 1700/1703]
E - Ouro preto
(Igreja Matriz de N. S. do Pilar de Ouro Preto)

V - Capela do Esp. Sto.****
(Demolida)



[P: 1718]***
(I: 1766 - T: 1772) D - Carmo
(Capela de N. S. do Monte do Carmo)

(I: 1784***)**
B - Caza da Camara
(Casa de Câmara e Cadeia/ Museu da Inconfidência)



[P: < 1742] (Séc.XIX)*** M- Mercês
(Capela de N. S. das Mercês e Perdões/ Mercês de baixo)



(I: 1766)
I - S. Francisco
(Capela de São Francisco de Assis)



S - Sta. Anna do morro **(< 1720)**
(Capela de N. S. De Sant'Ana)



L - N. S. Das Dores **[P: 1777]****
(Capela de N. S. das Dores)
(I: final do século XVIII)



Legenda:
P: Data da edificação primitiva, que existia no mesmo local.
I: Data do início da construção atual, ainda hoje existente no local.
T: Data do término da edificação atual, ainda hoje existente no local.
*: Teria existido outra capela, primitiva, porém construída em outro local, nas proximidades.
** Templo primitivo. Décadas mais tarde seria substituído pelo atual.
***: A capela primitiva, que existia no local, pertencia a outra irmandade.
****: Edificação há muitas décadas demolida, possivelmente tratava-se de um antigo Oratório (do Espírito Santo).
*****: As Casas de Câmara e a Cadeia foram instaladas, sob caráter provisório e desde 1711, em outras edificações (novas ou já existentes) na então Vila Rica.

Base:
"Mappa de Villa Rica", de autoria de Manoel Ribeiro Guimarães. Rio de Janeiro: Original manuscrito do Arquivo Histórico do Exército, ca. 1786-1787.
Fonte: REIS FILHO, Nestor Goulart. Imagens de vilas e cidades do Brasil colonial. São Paulo: Edusp: Imprensa Oficial do Estado: FAPESP, 2000. p. 215 e 379. Col. Uspiana Brasil 500 anos. (Alterado por Fernanda Moraes e Rafael Machado, 2010).

ANEXO B - Parte 02

MOBILIÁRIO URBANO e LOGRADOUROS PÚBLICOS



q - Arião
(Arião - Rua Alvarenga)



h - Ponte Seca
(Rua Donato Fonseca)

i - Pte Rozario **(1753)**
(Ponte do Rosário)



b - R direita
(Rua Conde de Bobadella)



a - Praça
(Praça Tiradentes)



FONTE: GOOGLE MAPAS, 2010

f - R. De Antonio Dias
(Rua Bernardo Vasconcelos)



e - R. do vira Saya
(Rua do Vira e Saia, Rua Santa Efigênia)



FONTE: GOOGLE MAPAS, 2010

p - Camo. Novo
antigo Caminho Novo
(Rua Dr. João Veloso)

n - Marco da Va.
(Antigo Marco da Vila)

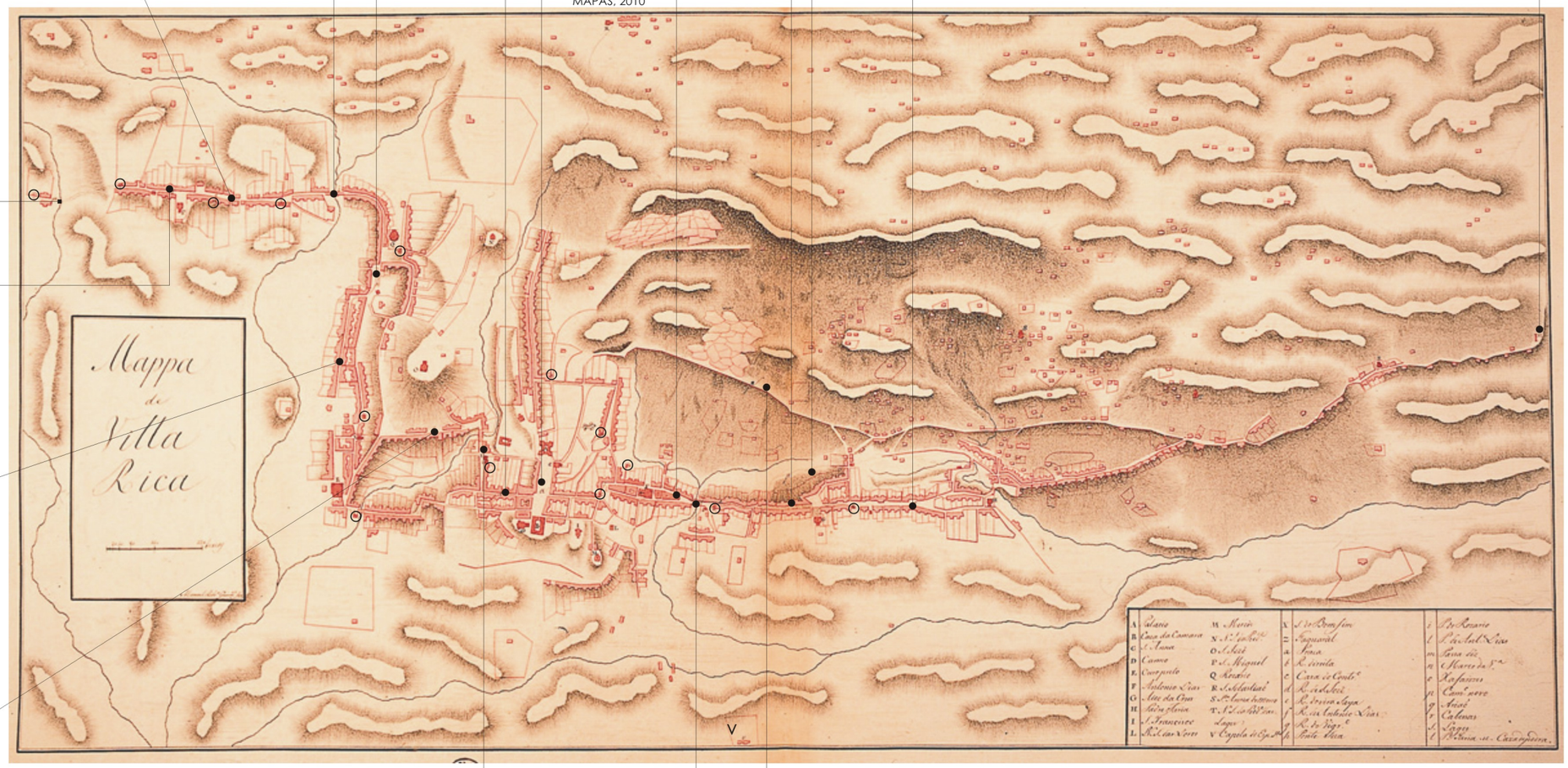
t - Pe. Faria u. Caza de Pedra



m - Passa dez
(Ponte do Passa-dez)



r - Cabessas
(Rua Alvarenga no Bairro Cabeças)





g - R. do Vigr.o
(Rua Conselheiro de Sant'Anna)



d - R de S. Jozé
(Rua São José)

Oservações:
Consta, na legenda do documento, a letra "o" (em letra minúscula), correspondente aos "xafarizes": identificados na planta com demarcações " O ".
No documento, há também a identificação "v" (em letra minúscula): impressa no desenho da planta, embora este ítem não tenha sido especificado na legenda. Uma das atribuições possíveis para tal identificação, trata-se da antiga residência em que os Inconfidentes, com frequência, praticavam reuniões no final da década de 1770.



c - Caza de Contro. **(1783-1787)**
[Casa do Contrato]
(Antiga Casa dos Contos)



l - P. de Ant. Dias **(1750)**
(Ponte de Antônio Dias ou Ponte de Marília)



s - Lages
(Rua Cons. Quintiliano - Bairro das Lajes)



FONTE: GOOGLE MAPAS, 2010

Base:
"Mappa de Villa Rica", de autoria de Manoel Ribeiro Guimarães. Rio de Janeiro: Original manuscrito do Arquivo Histórico do Exército, ca. 1786-1787.
Fonte: REIS FILHO, Nestor Goulart. Imagens de vilas e cidades do Brasil colonial. São Paulo: Edusp: Imprensa Oficial do Estado: FAPESP, 2000. p. 215 e 379. Col. Uspiana Brasil 500 anos. Fotografias: IPHAN/MINC, 2002. (Alterado por Fernanda Moraes e Rafael Machado, 2010).

ANEXO C

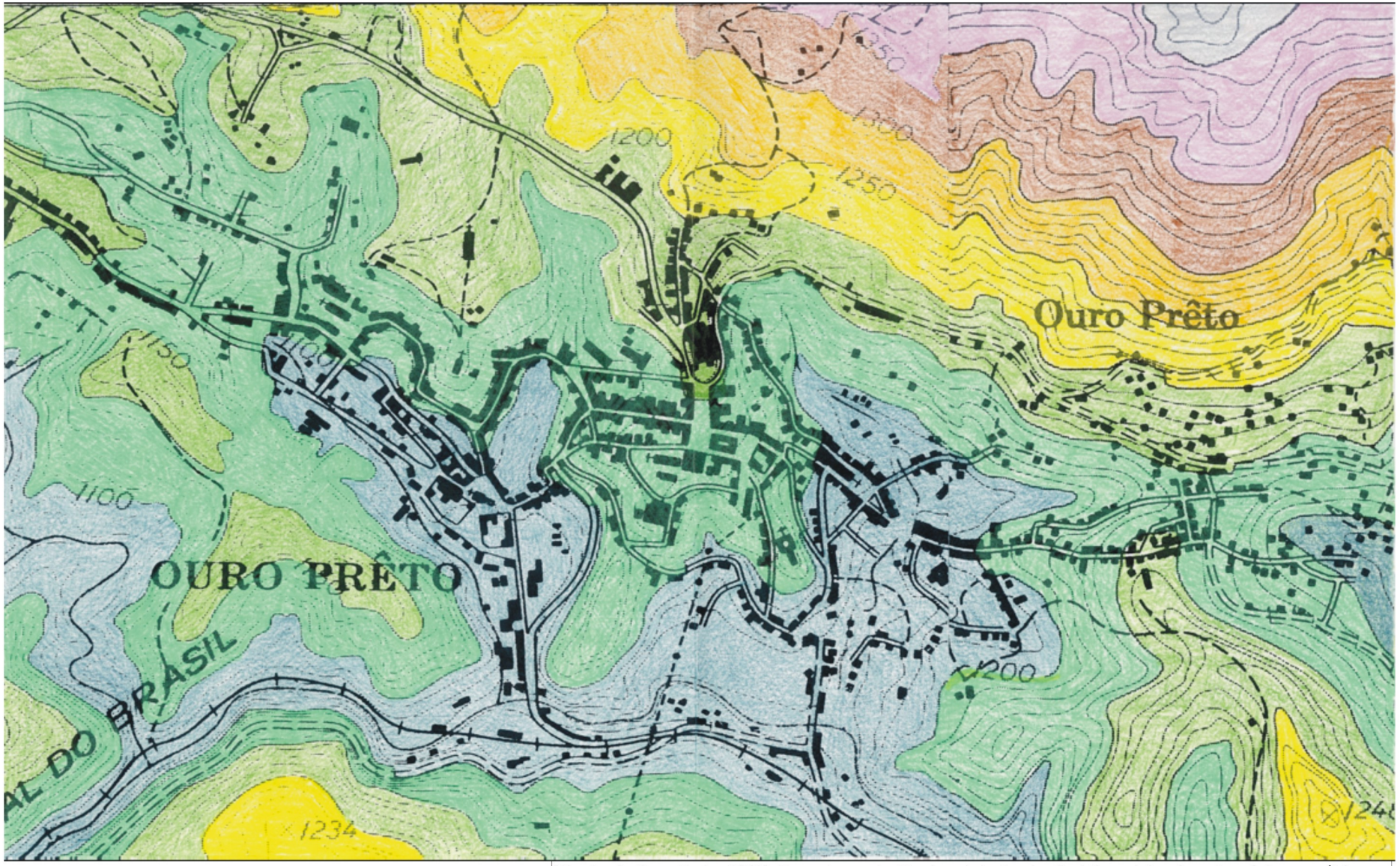
"Planta da Cidade de Ouro-Preto"



Legenda:
(01) Praça da Independencia; (02) Palacio do Governo; (03) Assemblea Provincial; (04) Cadeia; (05) Escola de minas; (06) Quartel de linha; (07) Quartel de policia; (08) Santa Casa; (09) Thesouro geral e Correio; (10) Directoria da Fazenda; (11) Theatro; (12) Estação da Est. De Ferro; (13) Largo da alegria; (14) Largo do Dirceo; (15) Escola de pharmacia; (16) Lyceo; (17) Quartel dos menores; (18) N. S. do Carmo; (19) N. S. das Merces; (20) S. Francisco de Paula; (21) S. José; (22) N. S. do Rosario; (23) Matriz de Ouro-Preto; (24) Bom Jesus; (25) S. Francisco D'Assis; (26) Mercês dos Perdões; (27) Matriz de Antº Dias; (28) Alto da Cruz; (29) Padre Faria; (30)N. S. das Dôres. .

Base:
"Planta da Cidade de Ouro-Preto", de autoria de Wilhelm Brosenius, 1888. Organizada por ordem do Exmo. Sr. Dr. Luiz Eugenio Horta Barbosa, Presidente da Provincia. Gravura de Giesecke & Devrient, Leipzig - 7 Fev. 1888. Documento original pertencente à Bilbioteca Nacional, RJ, Brasil. Fonte: BROSENIUS, 1888. Acervo do professor Ivo Porto de Menezes (cópia do documento). (Alterado pelo autor, 2010).

ANEXO D - Planta de Ouro Preto



[Planta de Ouro Preto, 1949]. Departamento Nacional da Produção Mineral. Serviços Aerofotogramétricos - Departamento Nacional de Produção Mineral, Brasil, Edição Folha prov., 1962. Fonte: CONZEN, 2007.